

ABBOTT, Fernando

*const. 1891; gov. RS 1891; dep. fed. RS 1891-1892; gov. RS 1892-1893; dep. fed. RS 1893-1894; emb. Bras. Argentina 1894-1897.

Fernando Fernandes Abbott nasceu em São Gabriel (RS) em 1857, filho de Jonatas Abbott Filho, natural da Bahia, e de Zeferina Fernandes Abbott. Seu avô paterno foi grande anatomista e professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

Fez o curso primário em São Gabriel e o ginásio em Porto Alegre. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e desenvolveu sua carreira médica em São Gabriel. Positivista e abolicionista, fundou em sua cidade o Clube Republicano e filiou-se a seguir ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Foi também jornalista, tendo dirigido em São Gabriel *O Precursor*, órgão republicano de propaganda, e *Zig-Zag* (1885), igualmente destinado à propaganda republicana.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a convocação do Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul. Tomou posse em 15 de novembro de 1890 e foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Afastando-se da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente o governo do Rio Grande do Sul de 16 de março a 15 de julho de 1891, quando passou o poder ao presidente eleito Júlio de Castilhos. Voltou então à Câmara e mais uma vez afastou-se, 27 de setembro de 1892, para exercer interinamente o governo de seu estado e conduzir as eleições que levaram Júlio de Castilhos ao poder. Em 25 de janeiro de 1893 transmitiu o governo a Castilhos e, diante da deflagração da Revolução Federalista no mês seguinte, combateu-a ao lado das forças legalistas, embora por tempo limitado.

Reeleito deputado federal, iniciou novo mandato em maio de 1894. Em 31 de outubro seguinte, assumiu o posto de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Argentina, com a incumbência de acompanhar as ações dos revolucionários federalistas gaúchos naquele país. Tratou também de uma questão de limites, vitoriosa em 1895. Restabelecida a paz em agosto desse ano, permaneceu na missão brasileira em Buenos

Aires até 1897.

Em 1906 rompeu com Borges de Medeiros, presidente do estado desde 1898, que, ignorando a indicação do PRR, tencionava candidatar-se à segunda reeleição consecutiva. Apresentando-se como candidato dissidente, Abbott disputou a eleição de 1907 com Carlos Barbosa Gonçalves, indicado por Borges. Contou com o apoio das dissidências republicanas, de Joaquim Francisco de Assis Brasil e de uma considerável facção do Partido Federalista, mas foi derrotado. Retornou então a São Gabriel, onde se dedicou à agricultura. Apoiou a candidatura de Assis Brasil em 1922 e a Revolução de 1923.

Faleceu em São Gabriel em 13 de agosto de 1924.

Casou-se com Matilde Barreto Pereira.

Publicou *Ligeiro estudo sobre a afinidade química* (1877); *Do jaborandi: sua ação fisiológica e terapêutica. Qual o ácido do suco gástrico?*; *Da hematocele*; e *Histeria*, tese apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1878).

Izabel Noll

Fontes:

BLAKE, A. *Diccionario*; GUIMARÃES, J.; FELIZARDO, J. *Genealogia*; O'DONNELL, F. *Apparicio*.

ABBOTT, João

* dep. fed. RS 1906-1911.

João Frederico de Abbott nasceu em São Gabriel (RS) no dia 6 de fevereiro de 1856, filho de Jonatas Abbott Filho e de Zeferina Fernandes Barbosa. Seu pai foi médico militar e lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870). Seu irmão Fernando Abbot foi constituinte de 1891, deputado federal (1891-1892 e 1893-1894), governador do Rio Grande do Sul (1891 e 1892-1893) e embaixador do Brasil na Argentina (1894-1897).

Formou-se em medicina e exerceu a profissão em sua cidade natal. Filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, destacou-se na propaganda republicana gaúcha.

Já sob o regime republicano, nas eleições de maio de 1891 – conduzidas por seu irmão Fernando, que em março fora nomeado governador do estado –, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte estadual. No dia 14 de julho de 1891, foi promulgada a primeira Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, cujo anteprojeto fora elaborado por Júlio de Castilhos, líder do PRR, e segundo a qual a autoridade legal do governador equivalia à de um ditador. No mesmo dia, a Constituinte estadual elegeu Castilhos presidente do Rio Grande do Sul. No dia seguinte, o presidente eleito tomou posse, e a Constituinte transformou-se em Assembleia dos Representantes.

Júlio de Castilhos governou o Rio Grande do Sul de 15 de julho a 12 de novembro de 1891, voltou a assumir o governo, mas apenas por um dia, em 17 de junho de 1892, e iniciou afinal um mandato de cinco anos em 25 de janeiro de 1893. A convite de Castilhos, em 1895 João Abbott assumiu a Secretaria do Interior e Exterior. Permaneceu no cargo até 1905, já sob o primeiro governo de Borges de Medeiros, que deu continuidade ao projeto político do castilhismo e governou o Rio Grande do Sul de 1898 até 1908, e posteriormente de 1913 a 1928.

Após anos à frente da Secretaria do Interior e Exterior no Rio Grande do Sul, em 1906 João Abbott foi eleito deputado federal pelo 3º distrito do estado e exerceu seu

mandato de 3 de maio daquele ano a 31 de dezembro de 1908. Enquanto era deputado federal, não acompanhou a dissidência de seu irmão Fernando, que em 1907 foi o candidato da oposição nas eleições para a presidência do Rio Grande do Sul e enfrentou nas urnas Carlos Barbosa Gonçalves, candidato indicado por Borges de Medeiros. Carlos Barbosa saiu vitorioso em quase todos os municípios do estado, com exceção de São Sepé, Lajeado, Estela e São Gabriel.

Em 1909 João Abbott foi novamente eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e exerceu seu mandato de 3 de maio seguinte a 31 de dezembro de 1911. Após dois triênios na Câmara dos Deputados, afastou-se da vida política e voltou a se dedicar à medicina.

Faleceu em Porto Alegre em 1925.

Foi casado com Luísa Barreto Flores.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes:

ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; GRIJÓ, L. *Entre a barbárie*; LOVE, J. *Regionalismo*; PESAVENTO, S. *Assembléia*; SILVEIRA, A. *Enciclopédia*; SOUSA, J. *Índice*; SOUSA, J. *Índice geral*; TRINDADE, H. ; NOLL, M. *Subsídios*.

ABOUDIB, José Pedro Fernandes

*dep. fed. ES 1930.

José Pedro Fernandes Aboudib nasceu em Guarapari (ES) no dia 11 de dezembro de 1896, filho de Pedro José Aboudib e de Leopoldina Fernandes Aboudib. Seu pai, imigrante libanês naturalizado brasileiro, foi grande comerciante e chefe político, inicialmente em Guarapari e depois em Anchieta (ES), para onde se transferiu por motivos políticos.

José Pedro fez os estudos secundários no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde também cursou a Faculdade Livre de Direito, bacharelando-se em 1918. Depois de formado retornou ao Espírito Santo e passou a exercer a advocacia em Vitória.

Antes, porém, em 1916, seu pai foi eleito deputado estadual, para uma das vagas destinadas à oposição, por indicação de Muniz Freire, mas uma lei estadual vedou a candidatura de brasileiros naturalizados e ele não pôde assumir o cargo. Em compensação, Jerônimo Monteiro, que dominava a política estadual, ofereceu-lhe a candidatura do filho na eleição para substituí-lo, e José Pedro foi eleito deputado estadual aos 19 anos.

Fez uma longa e bem sucedida carreira no Legislativo capixaba, com mandatos sucessivos até 1930, sempre eleito na legenda do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES). Nesse último ano foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas, após a vitória da Revolução de 1930 em outubro, que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder, seu mandato foi interrompido com a extinção de todos os órgãos legislativos do país.

Foi presidente do Clube Saldanha da Gama de 1931 a 1936. Na sua gestão comprou o antigo Forte de São João e o transformou em sede da agremiação. Em 1932 participou da fundação da Seção do Espírito Santo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES).

Após a reconstitucionalização do país em 1934, dois anos depois foi eleito vereador à Câmara Municipal de Vitória. Mas voltou a ter o mandato interrompido em 10 de

novembro de 1937 com o golpe do Estado Novo instaurado pelo presidente Getúlio Vargas que extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi procurador geral do estado de 1938 a 1943. Ocupou ainda cargos de consultor jurídico do estado, escrivão da Santa Casa de Misericórdia e delegado do Tesouro do Espírito Santo no Rio de Janeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de dezembro de 1989.

Era casado com Alexandrina Costa, filha de José Horácio Costa, advogado e político influente no Espírito Santo no início da República.

Nara Saletto

FONTES

ABOUDIB, P. *Coronel*; ASSEMB. LEGIS. ES. *Cadastro*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; PROCUR. GERAL JUST. ES. *Procuradores.*; WANICK, F. *Aristeu*.

ABRANCHES, Dunshee de

*dep. fed. MA 1905-1917.

João Dunshee de Abranches Moura nasceu na cidade de São Luís no dia 2 de setembro de 1868, filho de Antônio da Silva Moura e de Raimunda de Abranches Moura. Seu avô materno, João Antônio Garcia de Abranches, foi político, jornalista e fundador do jornal *O Censor* no Maranhão durante o Império.

Iniciou seus estudos em São Luís e em 1884 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, tornando-se um defensor das causas abolicionista e republicana. Em 1888 foi nomeado promotor público em Barra do Corda (MA) e, para assumir o cargo, abandonou o curso de medicina. No ano seguinte, abdicou da promotoria e retornou ao Rio de Janeiro, onde concluiu seu curso superior. Aí estava quando a República foi proclamada, em 15 de novembro de 1889. Em 1890 tornou-se professor de física, química e história natural no Instituto H. Köpker e no Colégio Brasileiro-Alemão. Também se formou em direito e foi professor honorário da Universidade de Heidelberg, na Alemanha.

Quando Rodrigues Alves (1902-1906) assumiu a presidência da República, foi nomeado comissário do governo junto aos institutos equiparados de ensino secundário e superior. Por conta dessa atividade, escreveu três relatórios ao ministro do Interior. Em 1903 foi eleito deputado estadual no Maranhão. Foi sucessivamente reeleito deputado estadual até o ano de 1910, a despeito de ter sido eleito deputado federal em 1905. Nesse ano exonerou-se do cargo de comissário do governo de Rodrigues Alves.

Igualmente reeleito deputado federal para várias legislaturas, permaneceu na Câmara dos Deputados de 1905 a 1917 e aí presidiu a Comissão de Diplomacia e Tratados, a Comissão Especial de Justiça Militar e a Comissão Organizadora do Código Penal Militar. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), posicionou-se contra a entrada do Brasil no conflito e contra o rompimento de relações com a Alemanha, tendo por isso renunciado à presidência da Comissão de Diplomacia. Fez parte ainda das comissões especiais de reforma da Contabilidade Pública, da Marinha Mercante e do Estatuto dos Funcionários Públicos. Também foi eleito para a Comissão de Instrução Pública, mas não aceitou o posto. Após deixar a Câmara, dedicou-se à advocacia em um escritório estabelecido na cidade do Rio de Janeiro.

No campo jornalístico, teve intensa atividade. Em 1888 fundou, ao lado de Izac Martins e Antônio Rocha Lima, o periódico *O Norte*, na cidade de Barra do Corda. Colaborou com os jornais *Aurora Boreal*, *Gazeta do Povo*, *Século*, *Pacotilha*, *País*, *Diário do Maranhão* e *Federalista*, do Maranhão, e também com *Federação*, do Amazonas; *Gazeta da Tarde*, de

Pernambuco; *Federação*, do Rio Grande do Sul; *República*, do Pará; *Comércio de S. Paulo*, de São Paulo; e *Diário do Norte*, da Bahia. No Rio de Janeiro, foi colaborador do *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Tribuna* e *Correio da Manhã*; diretor de *O Dia*; redator de *O País*, e redator do *Jornal do Brasil*, de 1895 a 1900.

Em 1910, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Reeleito em 1912, ocupou o posto até o final de 1913. Durante sua administração, promoveu a reforma estatutária, aprovada em 1911, e a mudança de nome da instituição para Associação de Imprensa dos Estados Unidos do Brasil. No novo estatuto, ficou aprovada a criação do cargo de bibliotecário, dos congressos de jornalistas – realizados a cada cinco anos – e de um Tribunal de Imprensa, para atuar nos conflitos envolvendo a categoria. Ainda durante sua gestão, foram criados a carteira de jornalista, o distintivo de sócio e um fundo de auxílio funeral. A associação passou a ter uma nova sede, localizada em um prédio na avenida Rio Branco, então avenida Central, esquina com rua da Assembleia, no Centro do Rio de Janeiro. Outra conquista que obteve foi a aprovação, na Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que concedia um auxílio anual de 20 contos de réis à associação.

Foi também sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e membro da Academia Maranhense de Letras.

Faleceu na cidade de Petrópolis (RJ) no dia 11 de março de 1941.

Sua filha, Maurina Dunshee de Abranches Marchesini, casou-se em segundas núpcias com Ernesto Pereira Carneiro, empresário e jornalista, proprietário do *Jornal do Brasil* e conde papal. Com a morte do marido em 1954, a Condessa, como era conhecida, assumiu a direção do jornal.

Publicou *Selva – poesias* (1884-1886), *Micróbio do cancro, em defesa do dr. Domingos Freire* (1887), *Propaganda abolicionista e republicana* (1888), *Transformação do trabalho, memória da Associação Comercial de S. Luís do Maranhão* (1888), *A República em Maranhão* (1888-1889), *A reprodução na escala animal, lição mandada imprimir por meus alunos* (1890), *O mundo biológico, lições finais do curso de fisiologia* (1891), *Contos e fantasias* (1892-1894), *Pela paz – poemeto ao dr. Prudente de Moraes* (1895), *Cartas de um sebastianista – sátiras em verso* (1895), *Memórias de um histórico – 2 volumes* (1895-1896), *Manifesto político ao eleitorado do Maranhão* (1896), *Como se faz o Jornal do Brasil* (1896), *Papá Basílio – romance naturalista* (1897), *A crise social – retrospecto político do século XIX* (1898), *A crise da República – estudo da política brasileira em face do problema mundial* (1898), *Crônicas políticas* (1899-1904), *O ano negro da República – retrospecto político financeiro de 1897 a 1898* (1899), *Política e finanças – estudo crítico sobre a presidência Campos Sales* (1898-1902), *Cartas políticas* (1898-1899), *Silvio Romero – perfil biográfico* (1899), *Crepúsculo do século, a política mundial em 1899* (1899), *Cartas a Rabagas* (1900), *Crítica de arte* (1896-1900), *Em prosa e verso – sátiras e folhetins* (1896-1901), *Juiz de Fora – impressões de um visitante* (1899), *Sertanejas – crítica artística* (1900), *Críticas literárias* (1898-1901), *Críticas musicais* (1898-1900), *Aspides – sátiras em versos* (1901), *Diálogos dos mortos – imitação de Luciano* (1901), *O 10 de Abril* (1901), *O livro negro – a cisão do partido republicano federal* (1902), *O livro verde, história do partido do dr. Prudente de Moraes* (1902), *O livro branco, da*

confederação republicana à eleição do dr. Rodrigues Alves (1902), O evangelho da República e seus apóstolos (1903), Do Rio... altas reportagens (1903-1905), Noites de calvário, sátiras em verso (1903), Nos bastidores – diálogos políticos (1904), Cartas da City (1903), Institutos equiparados (1904), Exames gerais de preparatórios (1905), Ensino superior e faculdades (1905), Da Europa – cartas abertas (1906), Pela Itália – impressões de viagem (1906), Atas e atos do Governo Provisório (1907), As cabeceiras do rio Verde – parecer da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados (1908), A soberania em ação – perfis políticos (1908), O Tratado de Bogotá (1908), Necrológio político do dr. Benedito Leite (1909), Tratados de comércio e navegação do Brasil (1909), A lagoa Mirim (1909), Limites do Peru (1910), O guarda da alfândega na legislação aduaneira (1910), Reforma da Justiça Militar (1910), Rio Branco – defesa dos seus atos (1911), O Brasil e o arbitramento (1911), Associação de Imprensa – relatório (1911), O maior dos brasileiros (1912), Associação de Imprensa – relatório (1911), A liberdade de imprensa em 1825 (1913), Espanha e Cotê D’Azur (1913), Lourdes e Cotê D’Argent (1913), A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense – 2 volumes (1914), Lourdes, conferência feita em Santos (1914), A conflagração europeia e suas causas – dez edições (1914), Em torno de um discurso (1914), A Inglaterra e a soberania do Brasil (1915), O crime do Congo – tradução brasileira (1915), A administração da República e a obra financeira do dr. Rodrigues Alves (1915), Brazil and the Monroe doctrine (1915), O ABC e a política americana (1914), A expansão econômica e o comércio exterior do Brasil (1915), A cultura do arroz e o protecionismo agrícola (1916), A Black List e o projeto Dunshee (1916), Código Penal Militar (1916), Ainda a Black List (1916), A Alemanha e a paz – apelo ao presidente da Câmara dos Deputados (1917), Contra a guerra – declaração de voto sobre a quebra da neutralidade brasileira (1917), Candidaturas presidenciais (1917), A ilusão brasileira (1917), Governos e congressos da República – 2 volumes (1918), Cartas americanas – políticas e finanças do Brasil (1918), As estradas de rodagem e o futuro econômico do Brasil – representação ao governo federal em nome da Companhia Mineira de autoviação intermunicipal (1919), A paz europeia e as restrições constitucionais do Brasil – memorial ao presidente da República (1919), A Grande Guerra e os novos imigrantes – perigos de sua localização nas fronteiras do Brasil (1919), A boa imprensa (1919), A guerra da paz (1920-1921), Garcia de Abranches, o Censor – o Maranhão em 1822: memória comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil (1922), Karl Hoepcke (Santa Catarina e os alemães) – concessão à empresa de navegação Hoepcke (1923), A senhora política – crônicas parlamentares para o Diário de Notícias da Bahia (1923), Companhia Brasileira Comercial e Industrial – três relatórios do liquidante (1923-1927), O Tratado de Versalhes e os alemães do Brasil (1924), A nova Europa – estudo político e econômico das nações do Velho Mundo depois da Grande Guerra (1924), As indústrias de tecido e as tarifas aduaneiras (1925), A questão do papel (1925), Interesses holandeses – memorial ao ministro das Relações Exteriores (1927), Reclamação suíça – o direito dos neutros e a tradição diplomática do Brasil (1928), Cargas dinamarquesas – histórico da questão e parecer (1928), Os atos de guerra e o direito de propriedade dos particulares (1924), O instituto de prescrição e a Grande Guerra de 1914 (1929), La sainte des brésiliens – discurso proferido na cerimônia internacional do lançamento da pedra fundamental da Basílica de Santa Teresinha em Lisieux (1929), Pensées (1930), Ação Católica (1931), Minha Santa Teresinha (1932), Dois sorrisos de Maria – conferência (1933), A setembrada (1933), Efemérides de família (1934), Cartas (1934), Um jubileu carmelitano (1935), Uma vida (1936), Caminho do céu

(1936), *Fundação Gustavo de Lacerda (reminiscências dos primeiros dias da Associação Brasileira de Imprensa)* (1938), *O cativo – memórias* (1938), *O ilhéu de Vila Franca – uma página da vida dos Açores* (1939), *Um manuscrito precioso – memórias sobre o livro “São Pedro Grande de Portugal”, de Garcia de Abranches, o Censor* (1939), *A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo – relatório do prior* (1940), *A esfinge do Grajaú* (1940).

Joaquim Vieira da Luz escreveu *Dunshee de Abranches e outras figuras*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES

ABRANCHES, J. *Governos* ; ASSOC. BRAS. IMP. Disponível em:

<<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=200>>. Acesso em: 18/5/2010;

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LUZ, J. *Dunshee*; LUZ, J. *Fran*.

ABRANTES, Brás Benjamim da Silva

*militar; pres. GO 1892; sen. GO 1906-1915.

Brás Benjamim da Silva Abrantes nasceu em Bonfim, atual Silvânia (GO), no dia 3 de fevereiro de 1841, filho de Gregório da Silva Abrantes e de Angélica de Ascensão Lobo de Sousa.

Fez os estudos secundários no Liceu de Goiás e em 1864 foi para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar. Durante a Guerra do Paraguai lutou na batalha do Avaí, em 1868, e permaneceu no teatro de operações por três anos. No Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do Clube Militar, em 1887. Foi também um dos responsáveis pelo movimento republicano em Goiás.

Já na República, temendo que a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca à presidência em 23 de novembro de 1891, associada à provocação de grupos políticos locais que apoiavam o novo presidente Floriano Peixoto, precipitasse uma cisão na guarnição militar de Goiás, a Assembleia Legislativa goiana pressionou o então presidente do estado coronel Constâncio Ribeiro Maia a renunciar e, no dia 19 de fevereiro de 1892, aclamou Brás Abrantes presidente provisório de Goiás. Logo após ter tomado posse, o novo presidente fez publicar dois decretos. O primeiro, com data de 22 de fevereiro, punha em vigor a Constituição estadual que havia sido promulgada em 1º de junho de 1891. O segundo, datado de 3 de março, marcava para 30 de abril as eleições para a escolha do presidente e vice-presidente do estado e convocava a Assembleia Legislativa estadual a se reunir em 1º de maio, a fim de aprovar as leis complementares à Constituição e os orçamentos estaduais. Brás Abrantes permaneceu na presidência de Goiás até 17 de julho de 1892, quando foi substituído por Antônio José Caiado. Este havia sido eleito vice-presidente do estado em abril e tomou posse no lugar de Leopoldo Bulhões, que fora eleito presidente, mas renunciou por ser deputado federal e estar comprometido com várias comissões no Congresso Nacional.

Brás Abrantes foi ainda senador por Goiás entre 1906 e 1915 e vice-presidente do estado

entre 1917 e 1921. No Senado Federal, foi membro da Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas e de Agricultura, e também da Comissão de Comércio e Indústria e Artes.

Por sua participação nas campanhas do Paraguai, Argentina e Uruguai, foi condecorado com medalhas do mérito militar.

Faleceu no dia 27 de maio de 1923, na cidade de Goiás Velho (GO).

Em 1945, o presidente eleito da República, Eurico Gaspar Dutra, prestou-lhe homenagem no Exército, por sua trajetória de bravura e obstinação.

Adrianna Setemy

FONTES:

ARTIGA, Z. *História*; LISITA JUNIOR, C. *Dicionário*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*.

Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

ABRANTES, Ovídio

*militar; dep. fed. GO 1894-1902.

Ovídio Abrantes nasceu na província de Goiás no dia 22 de abril de 1866.

Militar de carreira, cursou engenharia e bacharelou-se também em matemática e ciências físicas e naturais. Durante os primeiros anos da República, foi ajudante de ordens do presidente Floriano Peixoto (1891-1894) e auxiliar técnico da Intendência de Guerra.

Em 1º de março de 1894 foi eleito deputado federal pelo estado de Goiás e em maio assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Nas eleições de 30 de dezembro de 1896 foi reeleito para a legislatura de 1897 a 1899, e voltou a candidatar-se no pleito de 31 de dezembro de 1899. Entretanto, após a apuração dos votos, foram apresentadas atas falsas tanto para o Senado quanto para a Câmara, por meio das quais se pretendia impedir os verdadeiros eleitos, entre eles Ovídio Abrantes, de assumir seus mandatos. Desvendada a fraude, Abrantes teve seu diploma reconhecido e iniciou mais um período no Legislativo federal em maio de 1900. Exerceu seu mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1902.

Faleceu em 15 de outubro de 1906.

Era casado com Diva Caiado, filha de Torquato Ramos Caiado, que foi senador estadual em Goiás (1905-1908).

Adrianna Setemy

FONTES

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

ABREU, Alberto

*dep. fed. PR 1915-1917.

Alberto Ferreira de Abreu nasceu em Paranaguá (PR) no dia 11 de junho de 1853, filho de Antônio Cândido Ferreira de Abreu e de Maria Cândida Guimarães Ferreira de Abreu. Seu avô materno, o visconde de Nacar, foi grande ervateiro paranaense. Seu irmão, Cândido Ferreira de Abreu, foi deputado federal (1903-1905) e senador (1906-1914) pelo estado do Paraná.

Cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, diplomando-se engenheiro militar e bacharel em matemática e ciências físicas. Sua trajetória profissional esteve quase toda ligada às atividades militares. Até reformar-se com a patente de marechal, chefiou as obras militares nas províncias do Paraná e de Santa Catarina, comandou os distritos militares paulista e paranaense, e foi diretor da Intendência de Guerra do Rio de Janeiro e do Arsenal de Guerra da Bahia. Além disso, foi diretor das estradas estratégicas do Paraná.

Depois de ter sido deputado estadual no Paraná, foi eleito deputado federal por esse estado para a legislatura 1915-1917.

Luciana Pinheiro

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NICOLAS, M. *Cem anos* (p.203).

ABREU, Anísio Auto de

*dep. fed. PI 1894-1905; sen. PI 1906-1908; gov. PI 1908-1909.

Anísio Auto de Abreu nasceu em Teresina em 1864, filho de Manuel Joaquim de Abreu e de Joana Lobão Veras de Abreu.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1882 e concluiu o curso em 1885. Nesse mesmo ano, antes do término dos estudos, foi nomeado promotor público em Parnaíba (PI). Aí ficou até 1888, quando passou a juiz municipal de Piracuruca (PI). Em 1892 foi eleito deputado estadual no Piauí. Durante seu mandato, participou da elaboração da Constituição estadual. Também foi secretário de polícia durante o governo de Coriolano de Carvalho e Silva.

Em 1894 elegeu-se deputado federal. Foi reeleito três vezes e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até 1905. Durante esses anos, foi membro das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e da encarregada de revisar o Código Civil. Nesta última, discutiu as partes relativas ao casamento e à constituição da família. Defendeu ainda as reformas do ensino superior e secundário, bem como do regime eleitoral, e a organização da Justiça Federal. Também debateu questões referentes a terras devolutas e discriminação das rendas. Foi autor do projeto que aboliu os impostos interestaduais e daquele sobre a liberdade de imprensa e anonimato.

Em 1906 foi eleito senador pelo Piauí. Exerceu o mandato até 1908, quando renunciou para assumir o governo do estado, sucedendo a José Lourenço de Moraes e Silva. Tomou posse em 1º de julho de 1908, e em 5 de dezembro de 1909, um dia antes de falecer, foi substituído por Manuel Raimundo da Paz.

Foi também jornalista e colaborou em vários periódicos, como *Folha do Norte*, *Diário de Pernambuco* (PE), *Jornal do Recife* (PE), *A Província*, *A imprensa* (PI) e *O Debate* (RJ).

Seu filho José Auto de Abreu foi deputado constituinte estadual no Piauí em 1935 e em 1946, e deputado estadual no mesmo estado de 1946 a 1951, na legenda do Partido Social Democrático (PSD).

Escreveu *Íntimos*, coletânea de poesias publicada com Joaquim Ribeiro Gonçalves e Antônio Rubim em *Três liras* (1882), *Micógrafo* (1882) e *Carta ao conselheiro João Alfredo* (1883). Também publicou *Ciência e teologia*, obra em que interveio a favor de Tobias Barreto na polêmica entre este e o clero de Recife e de São Luís. A seu respeito, Higinio Cunha, escritor piauiense, escreveu *Anísio Abreu, sua obra, sua vida e sua morte*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES

ABRANCHES, J. *Governos*; CHAVES, J. *Apontamentos*; *Grande encic. Delta*;
LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

ABREU, Artur

*sen. PR 1895-1897.

Artur Ferreira de Abreu nasceu em Paranaguá (PR) no dia 8 de julho de 1850, filho de José Matias Ferreira de Abreu e de Joaquina Guimarães Ferreira. Seu avô, o visconde de Nácar, foi grande ervateiro do Paraná.

Comerciante e despachante aduaneiro, ingressou na política elegendo-se vereador em Paranaguá. Em 1891, foi constituinte estadual no Paraná e entre 1892 e 1894 ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa.

Em 1895 foi eleito senador pelo Paraná. Assumindo sua cadeira no Senado nesse mesmo ano, tornou-se membro titular da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes, além de suplente da Mesa Diretora. Encerrou sua carreira política em 1897, quando deixou o Senado.

Tornou-se coronel honorário do Exército brasileiro em decorrência dos bons serviços prestados durante a Revolução Federalista (1893-1895) deflagrada no Rio Grande do Sul. Ao longo de sua trajetória, foi também cônsul da Espanha e juiz de paz.

Faleceu em Curitiba em 20 de dezembro de 1900.

Era casado com Maria da Luz Santos Ferreira de Abreu.

Luciana Pinheiro

FONTES:

BALDIN, M. *Pacificador*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; NICOLAS, M. *Cem anos* (p.170); NICOLAS, M. *Paraná* (p.17); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 2/6/2010.

ABREU, Cândido

*dep. fed. PR 1903-1905; sen. PR 1906-1913.

Cândido Ferreira de Abreu nasceu em Paranaguá (PR) no dia 2 de agosto de 1856, filho de Antônio Cândido Ferreira de Abreu e de Maria Cândida Guimarães. Seu avô materno, o visconde de Nacar, foi grande ervateiro paranaense. Seu irmão, Alberto Ferreira de Abreu, foi deputado federal pelo estado do Paraná de 1915 a 1917.

Iniciou seus estudos em Curitiba, transferindo-se em 1874 para o Rio de Janeiro, então capital imperial, com o objetivo de complementar sua formação. Em 1879 matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então conhecida como grande polo de formação de engenheiros no país. Em 1882 concluiu o curso e obteve seu diploma. Em 1884 iniciou a carreira profissional como membro da comissão de exploração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Por seu bom desempenho foi agraciado, no ano seguinte, com o título de oficial da Ordem da Rosa. Também em 1885, já reconhecido como profissional, tornou-se inspetor de colonização no Rio Grande do Sul. Meses depois retornou ao Rio de Janeiro, onde trabalhou para o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas por um biênio. A convite do então presidente da província do Paraná Alfredo D'Escagnole Taunay, assumiu a Secretaria Geral de Obras Públicas em 1887, permanecendo nesse cargo por três anos, até tornar-se chefe de saneamento de Campos. Nesse período trabalhou ainda como inspetor de terras e colonização, responsabilizando-se pelo assentamento de cerca de 130 mil imigrantes.

Concorreu pela primeira vez a um mandato eletivo em 1892, sendo eleito prefeito de Curitiba com 1.106 votos de um total de 1.300 eleitores. Tomou posse em setembro do mesmo ano, mas manteve-se no cargo somente até 1893, quando renunciou alegando problemas no trato com os vereadores. Sua curta gestão foi marcada pela revisão do Código de Posturas municipal e pela tentativa de modernizar e sanear a capital paranaense. Entre seus empreendimentos mais importantes destacam-se a inauguração do sistema de iluminação pública e a ampliação da rede ferroviária curitibana, assim como a conclusão das obras da Igreja Matriz.

Em 1893 lutou contra a Revolução Federalista, conduzindo por terra as tropas expedicionárias que reconquistaram o Paraná. Por seu desempenho no combate, no ano seguinte foi nomeado tenente-coronel honorário do Exército brasileiro. Também em 1894 passou a atuar novamente como engenheiro ao tornar-se membro da comissão responsável pela construção de Belo Horizonte, futura capital de Minas Gerais. De volta a Curitiba em 1896, assumiu novamente a Secretaria de Obras Públicas, dessa vez nomeado pelo então presidente da província José Pereira Santos Andrade. Trabalhou na construção de novas estradas e na produção de mapas que dessem conta da geografia paranaense.

Em 1903 foi eleito deputado federal pelo Paraná, com mandato até 1905. Em 1906 candidatou-se a senador e foi eleito. Permaneceu no Senado até 1913, quando renunciou para novamente comandar a prefeitura de Curitiba a convite de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, à época presidente do estado do Paraná. Em sua segunda gestão, novamente empreendeu obras que visavam a sanear e modernizar o espaço urbano da capital paranaense, com a abertura de avenidas, asfaltamento e alargamento de ruas, e a

restauração ou reconstrução de prédios. Com o término de sua gestão na prefeitura em 1916, abandonou a política.

Ao longo de sua trajetória profissional, foi ainda diretor geral do Serviço de Colonização paranaense e professor de física experimental na Universidade do Paraná.

Faleceu em Curitiba no dia 22 de fevereiro de 1918.

Luciana Pinheiro

Fontes:

ARQ. PÚBL. PARANÁ. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>.

Acesso em: 16 jun. 2010; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 514-515); PREF.

CURITIBA. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun.

2010); RIZZI, S. *Candido*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

ABREU, Duarte de

*dep. fed. MG 1909-1911.

Duarte de Abreu nasceu em Sabará (MG) no dia 3 de junho de 1859, filho de Sinfrônio de Abreu.

Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, clinicou no município mineiro de Juiz de Fora, onde também se tornou fazendeiro. Ingressou na vida política no ano de 1904, elegendo-se vereador em Juiz de Fora. Após ter sido empossado, tornou-se presidente da Câmara Municipal e agente executivo no mesmo município.

Voltou a concorrer a um mandato eletivo em 1909, quando foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano, nela permaneceu até dezembro de 1911, quando se encerrou a legislatura. Mesmo após deixar a Câmara continuou a residir no Rio de Janeiro, onde trabalhou no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos até o ano de sua morte.

Faleceu em São Paulo em 3 de março de 1928.

Casou-se com Albertina Wiguelin.

Luciana Pinheiro

Fontes:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p.2).

ABREU, José Burlamaqui Auto de

*dep. fed. PI 1924-1926.

José Burlamaqui Auto de Abreu nasceu na cidade de Teresina em 1889, filho de Anísio Auto de Abreu e de Amanda Burlamaqui Auto de Abreu. Seu pai foi deputado federal de 1894 a 1905, senador de 1906 a 1908 e governador do Piauí de 1908 a 1909.

Formado em direito, iniciou sua vida pública em 1924, quando se elegeu deputado federal pelo estado do Piauí. Exerceu o mandato até 1926, quando renunciou para tornar-se secretário de governo em seu estado. Nesse período, em 1925, restaurou o Centro Piauiense do Rio de Janeiro.

Em 1930 apoiou no Piauí a Aliança Liberal, que defendia a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República. Foi deputado constituinte estadual no Piauí em 1935 e deputado estadual entre os anos de 1935 e 1937. Teve seu mandato interrompido em consequência da instalação do Estado Novo em 10 de novembro desse último ano. Em 1946, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, foi novamente eleito deputado estadual na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Exerceu o mandato até janeiro de 1951.

Foi também foi procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários. No campo jornalístico, colaborou com diversos jornais do Piauí, entre eles o *Almanaque de Parnaíba*.

Faleceu em Teresina no dia 14 de dezembro de 1978.

Publicou *Terra Mãter*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES

BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande dicionário*; REGO NETO, H. *Fatos*.

ABREU, Limpo de

*min. Ind. Viação e Obras Públ. 1892-1893.

Antônio Paulino Limpo de Abreu Filho nasceu no dia 23 de abril de 1829 na cidade do Rio de Janeiro, filho de Antônio Paulino Limpo de Abreu e de Ana Luísa Carneiro de Mendonça. De origem portuguesa, seu pai foi o visconde de Abaeté, personalidade política de grande prestígio no Império, deputado geral e senador por Minas Gerais, cinco vezes ministro dos Negócios Estrangeiros, duas vezes ministro da Fazenda, quatro vezes ministro da Justiça e do Império e presidente do Senado de 1861 a 1873. Seu irmão Henrique Limpo de Abreu foi deputado geral por Minas Gerais de 1864 a 1866, fundador dos jornais *Opinião Liberal* e *Correio Nacional* e signatário do Manifesto Republicano de 1870.

Alistou-se no Exército em 1847 e estudou engenharia na Escola Militar da Corte. Promovido a alferes-aluno em 1849, marchou com as tropas brasileiras que participaram da intervenção militar no Uruguai em 1851, em apoio ao governo colorado. Primeiro-tenente em abril de 1852, concluiu o curso de engenharia provavelmente em 1854. Membro do Imperial Corpo de Engenheiros, alcançou o posto de capitão em dezembro de 1858. Colocado à disposição do Ministério do Império em 1860 e do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1863, desligou-se do Exército por volta de 1865.

A exemplo de seu irmão Henrique, subscreveu o Manifesto Republicano de 1870, documento publicado no Rio de Janeiro pelos organizadores da primeira agremiação republicana do país. Àquela altura, era suplente de vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e tinha um escritório de engenharia e arquitetura na cidade, segundo o *Almanaque Laemmert*.

Em 1872, trabalhou como inspetor de tráfego da Estrada de Ferro Dom Pedro II, antecessora da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1873, tornou-se inspetor da iluminação a gás no Rio de Janeiro, serviço então contratado com a empresa inglesa Rio de Janeiro Gas Company Limited. Iniciou a fiscalização da iluminação a gás para particulares, ampliando o escopo de atuação da inspetoria, que vinha cuidando apenas da fiscalização

dos serviços de iluminação pública. Em 1874, integrou a comissão do governo que tentou negociar novo contrato com a companhia inglesa, propondo a prorrogação do prazo de concessão e, em contrapartida, o aumento da intensidade da luz e a redução dos preços. As negociações não foram bem-sucedidas. Após fracassada concorrência para contratação de outra empresa, o governo imperial acabou renovando o contrato com a companhia inglesa, em caráter provisório. Em março de 1879, deixou a Inspetoria Geral de Iluminação a Gás da Corte. No ano seguinte, foi um dos engenheiros convocados para estudar o acidente ocorrido no reservatório de Pedregulho, o maior do sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro, inaugurado pelo imperador em maio de 1880.

Residente em Niterói, apoiou a campanha republicana na capital fluminense e a organização do Partido Republicano do Rio de Janeiro. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, a partir de julho de 1890, no governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, voltou a chefiar a inspetoria dos serviços de iluminação do Rio de Janeiro, que haviam passado à responsabilidade da empresa belga Société Anonyme du Gaz por contrato celebrado em 1886 com o governo imperial. Considerando exorbitante o preço do gás praticado na capital federal, em relatório oficial não poupou críticas aos serviços da concessionária estrangeira. Negociou o acordo de revisão do contrato com Société, firmado em maio de 1892, no período de governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Além de mudanças em cláusulas técnicas, o acordo definiu que o preço do gás seria fixado anualmente em condições menos onerosas para o poder público e os consumidores particulares.

Em 17 de dezembro de 1892, por designação de Floriano Peixoto, assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ocupando o lugar do engenheiro e político paraense Inocêncio Serzedelo Correia, transferido para a pasta da Fazenda na mesma ocasião. Foi o segundo titular da pasta, criada em substituição ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas com base na Lei nº 23, de outubro de 1891, e no Decreto nº 1.142, de novembro de 1892. Permaneceu no ministério apenas quatro meses, já que em abril de 1893 pediu exoneração, deixando governo junto com os ministros Custódio de Melo

(Marinha) e Serzedelo Correia (Fazenda) em meio à crise provocada pela Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Seu substituto foi o engenheiro paulista Antônio Francisco de Paula Sousa, que vinha respondendo pela pasta das Relações Exteriores.

Faleceu em Niterói em 15 de fevereiro de 1904.

Foi casado com Luísa Helena do Céu, com quem teve duas filhas.

Paulo Brandi Cachapuz

Fontes:

ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, A. *Relatório* (1891); *Assentamentos* (Pasta I-19-57); CARVALHO, J. *Nação*; *Governo presidencial*; LAEMMERT, E. *Almanak* (1852 (p. 52), 1863 (p. 274), 1864 (p. 280), 1870 (p. 492 e Notabilidades), 1873 (p. 355); LAHMEYER, E.; LEVY, M. *Estudos*; MAGALHÃES, B. *Visconde*; *Manifesto*; PIRES, A. *Homens*; SINIMBU, J. *Relatório* (1877, 1878); SOUZA, A. *Relatório* (1892).

ABREU, Maurício de

*pres. RJ 1894-1897; dep. fed. RJ 1903-1905.

Joaquim Maurício de Abreu nasceu em Sapucaia (RJ) no dia 16 de maio de 1852, filho de Francisco Maurício de Abreu e de Constança Maria de Araújo.

Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na então capital do Império, em 1870. Nesse mesmo ano foi um dos signatários do Manifesto Republicano, declaração que foi publicada no jornal carioca *A República* e marcou o florescimento do republicanismo no país. Formou-se em 1876 e, de volta a Sapucaia, dedicou-se à clínica médica e à política. Em 1884 combateu a epidemia de febre amarela que assolava a cidade. No campo político, foi vereador em várias legislaturas e chegou à presidência da Câmara Municipal em 1887.

Depois da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, fez forte oposição ao governo do primeiro presidente republicano do Rio de Janeiro, Francisco Portela, por discordar das medidas tomadas por este, que favoreciam seu poder pessoal em detrimento da corrente republicana fluminense. Nesse processo esteve ao lado de José Tomás da Porciúncula, também republicano histórico e uma das principais lideranças do Partido Republicano Fluminense (PRF).

Em 3 de novembro de 1891 o presidente da República marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional, e 20 dias depois uma revolta da Esquadra obrigou-o a renunciar e a transferir o governo ao vice-presidente Floriano Peixoto. Em meio a esse conturbado momento político, no dia 10 de dezembro Francisco Portela, importante aliado de Deodoro, sem ter mais apoio do poder federal, renunciou à presidência do estado do Rio de Janeiro. Nesse processo, Carlos Baltasar da Silveira assumiu o governo estadual, apoiado pelo novo presidente da República. A nova administração, que procurou desmontar a rede política criada por Francisco Portela, baseada no clientelismo e na diminuição da ação de grande parte da corrente republicana fluminense, fechou o Congresso estadual e revogou a Constituição republicana fluminense de 1891.

Convocadas eleições para uma nova Constituinte estadual, saiu vitoriosa a chapa apoiada

pelo governo de Baltasar da Silveira, e Maurício de Abreu foi eleito deputado estadual pelo PRF. Nesse mesmo pleito, também foi eleito José Tomás da Porciúncula, que assumiu a presidência da Assembleia Constituinte, enquanto Maurício de Abreu se tornou primeiro-secretário. A nova Constituição do estado do Rio de Janeiro foi promulgada em 9 de abril de 1892 e, nessa data, Baltasar da Silveira foi eleito presidente provisório do estado, já que novas eleições para o Legislativo e o Executivo estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Nesse pleito, José Tomás Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro e Maurício de Abreu, vice-presidente, ao lado de Manuel Martins Torres e Lourenço Maria de Almeida Batista, o barão de Miracema.

Na sucessão estadual de 1894, Maurício de Abreu candidatou-se com o apoio de Porciúncula e foi vencedor. Recebeu a maioria dos votos em todo o estado, menos em Niterói, onde o antigo presidente Francisco Portela teve mais votos. Seu governo, assim como o do antecessor, foi marcado pela hegemonia do PRF na política estadual, já que, após a derrubada de Francisco Portela e o governo de transição de Baltasar da Silveira, o poder político do estado passou às mãos dos setores majoritários da oligarquia fluminense.

Em 1896, Maurício de Abreu entrou em choque com Manuel Vitorino, vice-presidente que então ocupava a presidência da República devido à licença de Prudente de Moraes (1894-1898), gravemente doente. A divergência ocorreu depois que o governo federal interveio nas eleições federais na cidade de Campos (RJ), onde a oposição ao PRF era mais forte. Com isso, o governo federal procurou garantir o resultado do pleito, sem interferência do governo estadual, enfraquecer a corrente liderada por José Tomás da Porciúncula e fortalecer a liderança de Nilo Peçanha, que tinha sua base política na cidade. Diante da intervenção, o PRF rompeu com Manuel Vitorino, e Alberto Torres, também membro da agremiação, demitiu-se do Ministério da Justiça (1896-1897). Com a volta de Prudente de Moraes ao poder, o PRF voltou a ganhar força no cenário nacional.

Maurício de Abreu teve como sucessor na presidência do estado Alberto Torres (1897-1900). Depois de deixar o governo, passou a clinicar em sua cidade natal. Em janeiro de 1903, voltou à atividade política, quando foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro na

legenda do PRF. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até o final da legislatura, em 1905. No período seguinte, tornou-se coletor federal em Campos.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de maio de 1913.

Foi casado com Luísa Benedito Otoni, com quem teve oito filhos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES

ABRANCHES, J. *Governos*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 10 mar. 2011; FERREIRA, M. *República*; LACOMBE, L. *Chefes*.

ABREU, Rodolfo Ernesto de

*dep. fed. MG 1892-1902.

Rodolfo Ernesto de Abreu nasceu em Barbacena, na então província de Minas Gerais.

Ingressou na política ao ser eleito deputado federal em 30 de junho de 1892, devido às vagas abertas pela nomeação de Francisco Álvaro Bueno de Paiva e de Feliciano Augusto de Oliveira Pena para o cargo de juiz de direito. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 8 de outubro de 1892 e exerceu o mandato até dezembro do ano seguinte. Reeleito para as três legislaturas subsequentes, permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1902, quando se encerrou seu último mandato.

Faleceu em Minas Gerais.

Era casado com Ana Pastorina de Abreu. Seu filho Diaulas Abreu foi diretor do Aprendizado Agrícola de Barbacena.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES

BARBOSA, W. *História de Minas*; BIOG. Diaulas Abreu. Disponível em: <http://www.exeafb.com/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=64>. Acesso em: 11/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros (1826-1976)*; HORTA, C. *Famílias*; NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*.

ABREU, Vergne de

*dep. fed. BA 1894-1905.

Pedro Vergne de Abreu nasceu em Nazaré das Farinhas (BA) no dia 3 de maio de 1865, filho de Luís Jacinto Vergne de Abreu e de Júlia Sofia do Espírito Santo Meneses.

Diplomou-se em ciências jurídicas em 1884 pela Faculdade de Direito do Recife e logo após a formatura, em 1885, foi nomeado promotor público da comarca de sua cidade natal. No ano seguinte foi transferido para a comarca de Cachoeira, onde permaneceu até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Em 1890 afastou-se da área jurídica para exercer as funções de secretário de governo da Bahia na gestão do general Hermes da Fonseca (abril a setembro). Em 1891 elegeu-se deputado estadual constituinte. Um dos responsáveis pelo anteprojeto da Constituição, destacou-se nos trabalhos constituintes ao lado de Eduardo Pires Ramos e Manuel Vitorino. Foi ardoroso defensor dos artigos do anteprojeto, por vezes com mais veemência que os companheiros, chegando ao limite da intransigência. Promulgada a nova Constituição estadual a 2 de julho de 1891, e eleito José Gonçalves da Silva primeiro governador constitucional, a Assembleia Constituinte converteu-se em Assembleia ordinária e teve início a legislatura 1891-1892. Ainda em 1891, ao lado de Leovigildo Filgueiras, Inácio Tosta, Tomás Garcez Paranhos Montenegro, Severino Vieira e outros nomes ilustres da Bahia, integrou a primeira congregação de professores da Faculdade Livre de Direito da Bahia, fundada naquele mesmo ano. Obteve em seguida a renovação de seu mandato para a legislatura 1893-1894.

Nas eleições de 1894, foi eleito para a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então capital da República. Terminada a legislatura 1894-1896, obteve sucessivas reeleições, para as legislaturas 1897-1899, 1900-1902 e 1903-1905. Ao final desse último mandato, resolveu retirar-se definitivamente da política e fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, onde, por muitos anos, foi diretor da Inspetoria de Seguros.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 8 de setembro de 1945.

Publicou *Conferência abolicionista* (1882).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL BA. *Câmara*; ASSEMB. LEGISL. BA. *Cartas*; ASSEMB. LEGISL. BA. *Faculdade*; BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*; FRANCO, P. *Reminiscências*; GIDI, A. *Anotações* (p.38); MELLO, A. *Cartilha*; *Sr. Dr. Pedro*.

ABREU, VESPÚCIO DE

*militar; dep. fed. RS 1909-1920; sen. RS 1920-1930; dep. fed. RS 1935-1937.

João Vespúcio de Abreu e Silva nasceu em Porto Alegre no dia 2 de dezembro de 1868, filho de Florêncio Carlos de Abreu e Silva, deputado geral, senador e presidente da província de São Paulo durante o Império.

Sentou praça em 1886, ingressando na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS) e, mais tarde, na Escola Militar do Rio Grande do Sul. Era republicano, amigo e correligionário de Júlio de Castilhos. Já após a proclamação da República bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas e em engenharia, pelo regulamento de 1889. Alferes-aluno em janeiro de 1890, em outubro do mesmo ano foi promovido a segundo-tenente. Tendo passado a primeiro-tenente em abril de 1893, de novembro desse ano a março de 1894 participou da repressão à Revolta da Armada, levante de parte da Marinha contra o presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Em seguida, foi engenheiro ajudante do Distrito Telegráfico do Rio Grande do Sul e, em 1897, auxiliar de ensino na Escola Militar de Porto Alegre.

Promovido a capitão em 1900, no mesmo ano elegeu-se deputado estadual no Rio Grande do Sul. Foi duas vezes reeleito e permaneceu na Assembleia gaúcha até 1908. Em seu último mandato estadual (1906-1908), foi relator geral do orçamento do estado. Em 1909 foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assumiu o mandato em maio e foi reeleito em 1912 – ano em que foi promovido a major –, em 1915 e em 1918. Ocupou diversas vezes a vice-presidência da Câmara dos Deputados e, nesse posto, presidiu a casa de 1918 a 1919 substituindo Sabino Barroso. Exerceu a liderança da bancada gaúcha e foi ainda membro das comissões de Obras Públicas, de Marinha e Guerra, de Finanças e de Reforma da Justiça Militar. Em 1919 foi promovido a tenente-coronel. Ao final de seu último mandato de deputado, em 1920, foi eleito senador na vaga aberta com a morte de Rivadávia Correia. Ainda no mesmo ocupou uma cadeira no Senado e, reeleito, manteve-a até a interrupção de seu mandato pela Revolução de 1930. Durante sua permanência no Senado, fez parte da Comissão de Finanças e foi relator do orçamento da Viação.

Em outubro de 1934, foi novamente eleito deputado federal pela Frente Única Gaúcha, aliança entre o PRR e o Partido Libertador. Exerceu o mandato de maio de 1935 a novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo determinou o fechamento do Congresso e a suspensão dos mandatos parlamentares.

Reformou-se no posto de general. Foi o fundador da Escola de Engenharia e do Ginásio Júlio de Castilhos, ambos em Porto Alegre.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de maio de 1945.

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos; Câmara dos deputados; Diário do Congresso Nacional; Grande encic. Delta*; SILVA JÚNIOR, J. *Galeria*.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC)

Instituição formalmente fundada no dia 3 de maio de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, com o nome de Sociedade Brasileira de Ciências, que foi usado em seus cinco primeiros anos. Originou-se na Escola Politécnica, em reuniões informais de um grupo de professores de instituições de ensino superior e pesquisadores de outras instituições científicas, como o Museu Nacional, o Observatório Nacional e o Instituto Osvaldo Cruz, então chamado Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos.

TRAJETÓRIA

No início, a entidade abrangia apenas três seções: Ciências Matemáticas, Ciências Físico-Químicas e Ciências Biológicas, de acordo com o modelo da Academia Francesa de Ciências. Seus principais objetivos eram estimular a continuidade do trabalho científico de seus membros, o desenvolvimento da pesquisa brasileira e a difusão do conceito de ciência como fator fundamental do desenvolvimento tecnológico do país. Embora houvesse a expectativa de apoio financeiro do governo, a Academia foi estruturada como uma organização legalmente independente e privada, responsável pela escolha de seus dirigentes e soberana para a definição de seus estatuto e regulamentos.

Henrique Morize, astrônomo francês naturalizado brasileiro, foi o primeiro presidente da Casa, tendo constituído uma diretoria composta por dois vice-presidentes, três secretários e um tesoureiro. Inicialmente, o quadro era limitado a cem membros, número rapidamente alcançado.

Além de promover a pesquisa, outra prioridade da primeira administração foi a publicação de um periódico científico. O presidente Morize logrou atingir esse objetivo com a publicação de três volumes anuais (1917/1919) de uma revista. Alguns outros números foram eventualmente publicados, mas somente em 1929 a publicação regular dos *Anais da Academia Brasileira de Ciências* foi assegurada.

Com o encerramento da Exposição do Centenário da Independência, em 1922, a academia

recebeu do governo brasileiro e do governo da Tchecoslováquia, respectivamente, o terreno e o prédio utilizados como pavilhão daquele país na exposição. No local, foi estabelecida sua sede. Alguns anos depois, em função de um projeto de reurbanização da cidade, o prédio foi demolido, sem qualquer compensação financeira à academia e, apesar de repetidas promessas, nenhuma instalação correspondente foi obtida.

Além de seu papel primordial para o desenvolvimento da ciência no Brasil, vários membros da academia lideraram o avanço de outras atividades científicas e culturais, como a criação da Associação Brasileira de Educação e a introdução da radiodifusão no país.

A partir de 1928, Arthur Moses – acadêmico participante da direção da academia em 12 diferentes gestões, tendo sido eleito presidente em dez delas – passou a ter um desempenho fundamental na consolidação da instituição. Moses reativou a publicação dos *Anais* e, após sucessivos empreendimentos bem-sucedidos, coroou-os em 1959 com a obtenção de recursos governamentais que possibilitaram a compra de um andar inteiro do prédio onde hoje se localiza a sede da academia.

Depois da Segunda Grande Guerra, a academia teve outras importantes atuações, como a que culminou na criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951. De fato, o projeto aprovado pelo governo foi concebido na academia, cujo presidente, Álvaro Alberto da Mota e Silva, foi nomeado primeiro presidente do conselho. O mais alto nível de decisão da política nacional de ciência e tecnologia no país era o conselho deliberativo do CNPq, que incluía, além de representantes do governo, um representante da Academia Brasileira de Ciências e um grande número de cientistas, em sua maioria acadêmicos. Várias instituições importantes, como a Comissão de Energia Atômica (CEA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), tiveram sua origem em comitês definidos por esse colegiado. Nesse período, a academia abrangia cinco seções, resultantes da separação entre as Ciências Físicas e Químicas e a criação da Seção de Ciências da Terra.

Nos anos 1960, por ocasião de seu quinto aniversário, o Presidente da República autorizou a doação de um número significativo de bônus do Tesouro Nacional, resgatáveis em vinte

anos, através da influência de Carlos Chagas Filho, que sucedeu Moses na Presidência da Academia. Estes recursos, correspondentes a um milhão de dólares, cuja aplicação não estava submetida a nenhuma determinação específica, fortaleceu consideravelmente o potencial da Academia.

Em 1970, a história da academia foi marcada pela gestão do acadêmico Aristides Azevedo Pacheco Leão, que em 1993 seria eleito seu primeiro presidente emérito. Data desse período o reconhecimento pelo governo federal, por ocasião do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do papel da academia como integrante privilegiada do Sistema de C & T do Brasil, capaz de emitir, de forma isenta e com o necessário rigor, juízos e pareceres sobre o estado da ciência e da tecnologia no país. Esse reconhecimento possibilitou à academia receber recursos por parte da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência governamental, para atividades de sua própria iniciativa, principalmente a realização de expedições científicas, a coordenação de programas de pesquisa, a publicação de livros e a implementação de convênios de cooperação científica com instituições congêneres estrangeiras.

Entre 1952 e 1995, a Academia Brasileira de Ciências compreendeu cinco seções especializadas: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Biológicas e Ciências da Terra. Em 1996, quando completou 80 anos, foi criada uma nova seção: a de Ciências da Engenharia. Desde 1999 a Academia reúne seus membros em dez áreas especializadas: [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=1&lingua=P"Ciências Matemáticas,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=2&lingua=P"Ciências Físicas,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=3&lingua=P"Ciências Químicas,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=4&lingua=P"Ciências da Terra,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=5&lingua=P"Ciências Biológicas,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=6&lingua=P"Ciências Biomédicas,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=7&lingua=P"Ciências da Saúde,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=8&lingua=P"Ciências Agrárias,](#) [HYPERLINK "/gina/indice.asp?area=9&lingua=P"Ciências da Engenharia e](#) [HYPERLINK](#)

["/gina/indice.asp?area=10&lingua=P"](#)Ciências Humanas.

Paulo de Góes

FONTES:

AZEVEDO, F. *Ciências*; AZEVEDO, M. *Sociedades*; KIGER, J. *International*;
PAULINYI, E. *Esboço*; SCHWARTZMAN, S. *Formação*.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)

Instituição fundada no dia 20 de julho de 1897, após uma série de reuniões preparatórias realizadas na *Revista Brasileira* e em escritórios de futuros acadêmicos. Escolhidos na sessão inaugural os 40 membros fundadores e os patronos de suas respectivas cadeiras, Machado de Assis foi aclamado o primeiro presidente da instituição, e Joaquim Nabuco, secretário-geral.

Inspirados pelo modelo da Académie Française e com o incentivo do imperador dom Pedro II, alguns escritores brasileiros pugnaram, ainda no Império, pela criação de uma academia cuja função seria, a exemplo da congênere francesa, a cultura da língua e da literatura nacionais nas suas diversas manifestações. Embora desde longa data existissem no país sociedades literárias e agremiações de escritores – em 1875, havia na Corte uma Sociedade Brasileira de Ensaio Literários –, essas associações surgiam e desapareciam ao sabor das circunstâncias e nenhuma poderia se comparar à Académie, fundada em 1635 e pela qual passaram Montesquieu, Voltaire, D’Alambert, Victor Hugo e Anatole France.

Após a proclamação da República, na atmosfera literária do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, a idéia de criação da Academia Brasileira ganhou fôlego. Originalmente, pretendia-se que a instituição tivesse caráter oficial, como órgão do Estado republicano. Afinal, a Académie tinha semelhante estatuto, criada que fora por Richelieu, durante o reinado de Luís XIII. O governo republicano, todavia, não se interessou pelo projeto, seja pelo fato de que o novo regime enfrentava dificuldades para se consolidar politicamente, seja por não julgar conveniente apoiar a criação de um órgão inspirado em um instituto fundado durante o apogeu do absolutismo, no qual figurariam monarquistas notórios, como Joaquim Nabuco e Afonso Celso.

Até 1905, quando foi instalada no edifício do Silogeu, a Academia Brasileira de Letras funcionou sem sede própria, realizando suas sessões na *Revista Brasileira*, em jantares, nas salas de aula do Ginásio Nacional ou no escritório de Rodrigo Otávio, ocupante da cadeira 35. Tudo parecia indicar que a academia teria vida efêmera, a exemplo de outras tantas

associações literárias que existiram no Rio de Janeiro – além do mais, a nova instituição causava antipatia em muitos literatos, que a julgavam fruto de um francofilismo elitista e afetado, sem cabimento num país de analfabetos e recém-saído de três séculos de escravidão. Tal era o sentimento de que breve seria a existência da instituição, que Joaquim Nabuco, de seu posto em Londres, apelou em carta a Machado: “Não deixe morrer a Academia”. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, o prestígio social da casa cresceu, da mesma forma que o desejo de muitos literatos de obter assento em uma de suas 40 cadeiras.

Por outro lado, nesse tempo, não era fácil para um postulante o ingresso na academia. Além da exigência de que o candidato tivesse “publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário”, segundo o art. 2º dos Estatutos, cobrava-se do postulante vida minimamente regrada. Era preciso haver, também, consenso entre os acadêmicos de que um novo membro não viesse a se transformar num elemento desagregador do ambiente de cordialidade que se pretendia fosse o da academia. Assim, a nomes ligados ao jornalismo panfletário, autores de sátiras e insultos, de conduta desaforada, frequentadores assíduos de cafés e prostíbulos, ébrios notórios ou quem quer que já houvesse tripudiado sobre a imagem de qualquer acadêmico, vivo ou morto, a esses, fatalmente, a casa lhes fecharia as portas: como fechadas estiveram, por exemplo, para o poeta boêmio Emílio de Menezes.

Não se deve considerar, contudo, que a polêmica intelectual estivesse ausente do espaço em que se articulavam as relações entre acadêmicos e entre estes e os demais figurantes do mundo literário da *Belle Époque* carioca. Não convém esquecer que nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, o mundo das letras se estruturava também como espaço de ocorrência de cisões e conflitos, muitos dos quais incontornáveis. Para citar apenas dois daqueles embates entre acadêmicos, tornaram-se célebres o que opôs Rui Barbosa e Clóvis Beviláqua, a propósito da edição do Código Civil brasileiro, e o que se estabeleceu entre Sílvio Romero e José Veríssimo, por conta de questões que envolviam gosto literário.

Não se pense, também, que nos atos e cerimônias da academia não houvesse discussões

sobre temas políticos. Muitos acadêmicos, além de escritores, atuavam no jornalismo e na política, ocupavam cargos eletivos no parlamento ou posições importantes no Estado. Na virada do século, dois partidos, por assim dizer, dividiam os acadêmicos entre monarquistas e republicanos, e não foi raro que, ultrapassando os muros da instituição, os dois grupos se atacassem através da imprensa.

Também, a crítica social jamais deixou de ser feita em nome dos ideais não só de cordialidade e respeitabilidade, como de neutralidade política, pelos quais tanto lutara Machado. Quando veio à academia para a posse de Euclides da Cunha, em 1906, o presidente da República, Afonso Pena, foi obrigado a ouvir, em silêncio, severa crítica a seu governo, vinda de Sílvio Romero, que fora incumbido de proferir discurso de saudação ao autor de *Os sertões*. O escândalo foi inevitável.

Quanto mais visível socialmente se tornava a academia, maior a atenção era dada à escolha dos novos acadêmicos. A eleição de um novo membro começou a passar por uma espécie de crivo, momento em que todo o campo intelectual se alvoroçava, criticando ou enaltecendo a escolha de um novo acadêmico. Pode-se dizer que em algumas ocasiões a polêmica foi acirrada, dividindo opiniões dentro e fora da instituição. Entre os candidatos, encontravam-se iniciantes sem a devida consagração, personagens alheios às letras, políticos, militares, cientistas, clérigos, capitalistas – a vontade de ingressar na academia ultrapassava o mundo literário.

Entendeu-se assim que não apenas os literatos mereciam ter assento na academia, mas também quem houvesse contribuído significativamente em sua esfera de atuação. Era o critério dos expoentes, solução achada por Joaquim Nabuco, a exemplo do que ocorria na Académie Française, para contornar o mal-estar provocado pelo ingresso cada vez maior de personalidades alheias ao mundo literário – para citar apenas aqueles das primeiras décadas do século XX, Barão de Jaceguai, Dantas Barreto, Osvaldo Cruz, Lauro Müller (em sinal de repúdio à eleição deste último, José Veríssimo, defensor de um critério de escolha exclusivamente literário, renunciou ao cargo de secretário-geral, em 1912, e nunca mais voltou à academia).

Após a instalação no Silogeu, estabeleceu-se definitivamente o formato dos rituais e das cerimônias e se criou uma espécie de *modus vivendi* do acadêmico. Marcas da academia: as 40 cadeiras numeradas, o fardão verde, bordado a fio de ouro, o espadim e o capelo, utilizados nas sessões de posse ou nas ocasiões solenes, o epíteto de “imortal”, o processo de escolha dos novos membros, as reuniões secretas – símbolos destinados a criar uma fronteira intransponível entre o mundo dos 40 eleitos e os demais habitantes do campo literário.

Em 1917, A Academia Brasileira de Letras recebeu como legado a quantia de cinco contos de réis, deixados em testamento pelo editor Francisco Alves, falecido naquele ano, o que lhe permitiu aparelhar-se e elevar o polêmico *jeton*, pago aos acadêmicos pela participação nos eventos da casa. A soma deixada pelo livreiro, um admirador da academia, implicava uma condição: que a instituição organizasse concursos literários e viesse a incentivar o ensino primário no Brasil. Ainda naquele mesmo ano, e graças à generosidade do livreiro, iniciou-se, sob a presidência de Afrânio Peixoto, a publicação de uma coleção de clássicos da literatura nacional não mais editados e já fora de catálogo.

Em 1923, a instituição mudou-se para a sede definitiva, o edifício ocupado pela delegação francesa na Exposição Universal de 1922, uma cópia do Petit Trianon de Versalhes. A partir de então, consolidada como instituição ligada à alta cultura e à defesa da língua portuguesa, a academia esforçou-se por manter sua expressão social, os formatos de seus rituais internos e os critérios para ingresso de novos membros.

E foi a perspectiva de se manter fiel às suas tradições – todas inventadas não mais de duas décadas antes – que indispsôs a academia com os principais nomes do movimento modernista, os quais, liderados por Graça Aranha, passaram a atacar o lugar ocupado pela instituição no campo da cultura nacional. Os modernistas criticavam a academia naquilo que constituía sua própria razão de ser: o academicismo, tido como arcaico e universalista, distante do modelo de literatura genuinamente nacional que tentavam atingir. Foi esse o sentimento que animou o afastamento de Graça Aranha quando, em carta a Afrânio Peixoto, declarou que a “Academia quer persistir na posição eclética e antiquada, nefasta à

literatura brasileira. Recusa-se a tornar-se um organismo útil e ativo, um fator do moderno sentimento nacional”, completando, não sem certa dose de ressentimento: “a Academia morreu para mim”. Curiosamente, a partir de meados dos anos 1930, os modernistas, que lhe criticaram o papel desempenhado no campo literário e os rituais, passaram a demonstrar interesse em ocupar uma de suas cadeiras: Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira e Menotti del Picchia tiveram êxito, Oswald de Andrade concorreu a uma vaga mas não foi eleito, e Monteiro Lobato e Sérgio Buarque de Holanda, candidatos, desistiram à última hora.

Em 1941, em pleno Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas foi eleito para suceder a Alcântara Machado (outro modernista) na cadeira 37. A escolha do ditador deu ensejo a uma das mais acirradas controvérsias da academia, uma vez que Getúlio jamais havia publicado um livro. Organizando-se as coletâneas de discursos e pronunciamentos do presidente em volume intitulado *A nova política do Brasil*, Vargas pôde ser eleito, com a significativa soma de 33 votos, e tomar posse em 1943. Era o critério dos expoentes levado às últimas consequências.

Nas décadas seguintes, o conteúdo da maior parte das polêmicas que agitaram a academia permaneceu, até certo ponto, inalterado: a representatividade de seus membros no domínio das letras, os critérios de escolha e o papel dos expoentes e não-literatos, as tradições e práticas rituais, a estreita ligação com a política, em oposição ao que Machado preconizara como objetivo em seu discurso inaugural, no sentido de “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”. Decerto que os rumos tomados pela instituição pareceram jamais levar em consideração a tese machadiana, segundo a qual convinha, para a própria sobrevivência da casa, manter a academia distante do turbulento mundo da política.

O tempo mostrou ser equivocada a tese do autor de *Esau e Jacó*. Tanto mais próxima dos políticos, capitalistas, homens de Estado, na medida em que reservava parte de suas cadeiras para os expoentes, mais sólida se tornava a instituição, ainda que o preço a ser pago fosse a falta de representatividade no campo literário. Para os críticos da academia, não havia justificativas: escritores como Lima Barreto, Domingos Olímpio, Jorge de Lima, Graciliano Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, haviam sido preteridos por figuras

completamente estranhas ao mundo das letras.

Eduardo Junqueira

FONTES

ARANHA, G. *Correspondência*; BROCA, B. *Vida; Discursos acadêmicos* (t.1, v.1-4); PIZA, D. *Academia*; SCANTIMBURGO, J. *Paciente*.

AÇÃO IMPERIAL PATRIONOVISTA

Organização neomonárquica, católica e corporativista, fundada em 1928 com a finalidade de restaurar a monarquia tradicional, caracterizada como um regime apoiado no rei, na Igreja Católica e nas corporações medievais. “Sem religião católica e sem rei não pode haver corporativismo.” O patrionovismo rejeitava o Império brasileiro, que, influenciado pelo liberalismo, aboliu na Constituição as corporações de ofício, seus juízes, escrivães e mestres.

O programa patrionovista colocava em primeiro plano seu credo: restauração do privilégio do catolicismo e “religião obrigatória nas escolas públicas, nos quartéis, institutos hospitalares e correccionais etc”. Em seguida, desenvolvia a tese da monarquia associada à restauração de um “imperador responsável que reine e governe, escolhendo livremente os seus ministros” e à organização do Estado imperial sobre a “base municipal sindicalista”. Os patrionovistas lutavam pela implantação do corporativismo alicerçado “numa organização sindical das classes profissionais, de produção espiritual e econômica..., como base da verdadeira representação nacional”. Por fim, defendiam uma política internacional “nacionalista, ativa e cristã”.

Muitos patrionovistas ingressaram na Sociedade de Estudos Políticos (SEP) e acompanharam a fase inicial da Ação Integralista Brasileira (AIB) até o momento em que, por definição do secretário nacional de doutrina, Miguel Reale, ficou estabelecido o caráter “republicano” do futuro Estado integral. A partir dessa época os patrionovistas afastaram-se do integralismo.

A organização corporativa do Estado foi minuciosamente descrita pelo patrionovista Paim Vieira no âmbito de uma “monarquia orgânica e integral”, exaltando os méritos das corporações medievais nas quais a perfeição moral era indispensável à “ascendência moral e profissional..., e o trabalho era uma honra”, a “religião, o esteio em que repousa toda essa portentosa estrutura econômico-político-social”. Em face da anarquia do trabalho provocada pelo regime liberal, o autor sugeria a solução corporativa cristã: “A organização corporativa, por si só, não realiza a harmonia das classes. Ela é simplesmente o instrumento de que o espírito cristão é a energia. Não há corporativismo leigo. Sindicalismo sem Deus é absurdo.”

Hélgio Trindade
colaboração especial

ACIÓLI JÚNIOR, João Batista

*dep. fed. AL 1912-1914; gov. AL 1915-1918; sen. AL 1927-1928.

João Batista Acióli Júnior nasceu em Maragogi (AL) no dia 19 de agosto de 1877, filho de João Batista Acióli e de Antônia Vieira Acióli.

Fez o curso primário no interior de Pernambuco, o secundário em Recife, e estudou engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Formado em 1900, retornou a Alagoas e aí se dedicou à agricultura, em especial à cultura da cana-de-açúcar e à indústria açucareira, dirigindo o engenho Maçangano, de sua família.

Na política de Alagoas, destacou-se pela oposição à oligarquia dominante, chefiada por Euclides Malta, que governou o estado de 1900 a 1903 e de 1906 a 1912. Deputado federal na legislatura 1912-1914, em 12 de março de 1915 elegeu-se governador de Alagoas, pelo Partido Democrático, sucedendo a Clodoaldo da Fonseca. Sua eleição teve como base um acordo político cujos efeitos duraram menos do que se esperava. Empossado em 12 de junho seguinte, teve o primeiro ano de governo prejudicado pela tentativa de intervenção federal incitada pelos conservadores, que afirmavam ser Antônio Guedes Nogueira o candidato eleito.

Em sua gestão – na qual foi festejado o centenário de Alagoas, em 1917 – cuidou da recuperação das finanças estaduais, com severa redução de despesas, além de manter o respeito às decisões da Justiça, inclusive na integração de funcionários públicos demitidos no governo anterior. Também em 1917 assinou com uma empresa particular um contrato para a exploração do petróleo alagoano, por meio da destilação do xisto betuminoso. Terminou o governo desligado do partido político que o elegera. Seu sucessor, em 12 de junho de 1918, foi José Fernandes de Barros Lima.

Após 1918, regressou à atividade agrícola, dedicando-se também à pecuária e à cultura do coco. Em 1927 elegeu-se senador. Assumiu sua cadeira no Senado em abril do mesmo ano e faleceu em Maragogi no dia 9 de novembro de 1928, em pleno exercício do mandato.

Publicou *Pobre Alagoas! Ao país — documentação comentada* (1922) e *Política de Alagoas. Resposta ao senador Fernandes Lima* (1927).

Reynaldo de Barros

FONTES:

ACIOLY JÚNIOR, J. *Mensagem*; ACIOLY JÚNIOR, J. *Mensagem apresentada*;
ACIOLY JÚNIOR, J. *Mensagem dirigida*; BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

ACIÓLI, José

* dep. fed. CE 1921-1923; sen. CE 1923-1924; dep. fed. CE 1924-1930.

José Pompeu Pinto Acióli nasceu em Fortaleza no dia 11 de maio de 1873. Foi o terceiro filho de Antônio Pinto Nogueira Acióli e de Maria Teresa de Sousa Acióli. Seu pai, conhecido como Nogueira Acióli, foi presidente do Ceará de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912; sua mãe era filha do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que ficou conhecido como Senador Pompeu. Seu irmão Tomás Pompeu Pinto Acióli foi deputado federal pelo Ceará de 1897 a 1908, de 1918 a 1920 e de 1924 a 1926, e senador de 1909 a 1918.

Inicialmente José Acióli tentou a carreira militar, ingressando na Escola Militar do Ceará em 1889, mas, por problemas de saúde, abandonou-a em 1893. Retornou à escola em 1895, concluiu os preparatórios e daí seguiu para a Escola de Porto Alegre, da qual foi desligado por ter sido julgado incapaz para servir ao Exército. Foi professor de francês do Liceu do Ceará e de geometria na Escola Normal.

Oriundo de um clã familiar poderoso no Ceará, logo ingressou no Partido Republicano, sendo eleito deputado estadual em 1896. Nesse mesmo ano foi nomeado por seu pai, então presidente do estado, secretário do Interior e Justiça, cargo que exerceu até o fim do governo em 1900. Retornou então à Assembleia e foi reeleito deputado estadual com mandato até 1902, tornando-se o líder da maioria aciolina na casa. Em 1904, com a volta de seu pai à chefia do Executivo do Ceará, foi novamente nomeado secretário do Interior, cargo que acumularia com o de vice-presidente do estado. Nesse período, em 1908, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará, criada por seu pai em 1903.

Depois da deposição de Nogueira Acióli em 1912, tornou-se o chefe do Partido Conservador Cearense, em cuja legenda foi mais uma vez eleito deputado estadual, para a legislatura 1917-1920. Em 1921 foi eleito deputado federal pelo Ceará, para a legislatura 1921-1923. Exerceu o mandato até maio desse último ano, pois, diante da renúncia do senador Francisco Sá – seu cunhado –, assumiu no mês seguinte uma cadeira no Senado Federal. Aí permaneceu até setembro de 1924, quando renunciou para evitar choques

políticos entre as facções que se digladiavam no Ceará. Tendo sido reeleito deputado federal, ainda em setembro retornou à Câmara dos Deputados. Foi novamente reeleito em 1927 e 1930, mas nesse último ano teve o mandato interrompido quando o governo provisório de Getúlio Vargas, levado ao poder pela Revolução de 1930, dissolveu em dezembro todos os órgãos legislativos do país. Em 1934, com a reconstitucionalização, novamente se candidatou a deputado federal pelo Ceará, mas foi derrotado.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 9 de setembro de 1950.

Era casado com Telina de Alencar Acióli, com quem teve uma filha.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES:

GIRÃO, V. *Ceará* (p. 87-88); GUIMARÃES, H. *Deputados* (p. 87-88).

ACIÓLI, Nogueira

*pres. CE 1896-1900; dep.fed. CE 1900-1902; sen. CE 1903-1904; pres. CE 1904-1912.

Antônio Pinto Nogueira Acióli nasceu em Icó (CE) no dia 11 de outubro de 1840, filho do coronel José Pinto Nogueira e de Antônia Pinto Nogueira.

Oriundo de uma família de grande influência na província do Ceará, ainda jovem seguiu para Pernambuco e aí se bacharelou em 1864 pela Faculdade de Direito do Recife. De volta ao Ceará foi nomeado promotor público em Icó e Saboeiro e posteriormente juiz municipal em Baturité e Fortaleza. Casou-se com Maria Teresa de Sousa, filha do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que ficou conhecido como Senador Pompeu, e com a morte do sogro em 1877 assumiu a gerência dos negócios da família.

Em 1884, sendo vice-presidente da província do Ceará, foi nomeado presidente da província do Espírito Santo, cargo que não aceitou. Em 1889 foi eleito para o Senado, mas não assumiu o mandato devido à proclamação da República em 15 de novembro. Embora fosse monarquista, valeu-se da fraca recepção das ideias republicanas no Ceará para tomar a frente dos rumos políticos do estado no início da República. Em 1892, quando, após a deposição do presidente estadual Clarindo de Queirós, o tenente-coronel Bezerril Fontenelle foi eleito presidente do Ceará, tornou-se vice-presidente. Assumiu temporariamente o governo de 12 de julho a 27 de agosto, até entregá-lo ao titular. Entretanto, foi progressivamente monopolizando a política cearense, a ponto de Bezerril Fontenelle declarar: “Eu aqui sou apenas o vaqueiro, o dono da fazenda é o Acióli.”

Em 1896, na sucessão de Bezerril Fontenelle, foi ele próprio eleito presidente do Ceará. Em 1900 transferiu o governo ao sucessor Pedro Borges e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados e a seguir no Senado. Ainda voltou ao governo do estado nos dois quadriênios seguintes, 1904-1908 e 1908-1912. No poder – que exerceu afinal por 16 anos –, liderou uma das oligarquias mais bem-sucedidas do país na Primeira República. Entregou os principais cargos públicos nas mãos de familiares e amigos da família e expurgou os adversários de seu Partido Conservador das principais funções públicas, afastando qualquer

tipo de oposição à sua administração e ganhando com isso o epíteto de “Babaquara”, termo que designava “homem todo poderoso”. No plano federal, aliou-se ao grupo oligárquico comandado pelo gaúcho Pinheiro Machado. Foi em sua passagem pela presidência do Ceará que foi criado o Teatro José de Alencar, em 1910, e foram instalados alguns teleféricos pelo interior.

Em janeiro de 1912, pouco antes do fim de seu mandato, foi deposto do governo do Ceará por uma sublevação popular apoiada pelo governo federal então sob o comando do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), sendo substituído por Antônio Frederico de Carvalho Mota. Embarcou com a família para o Rio de Janeiro, e daí continuou influenciando a política cearense por algum tempo, tendo sido, inclusive, um dos articuladores da “Sedição de Juazeiro”, que em 1914 derrubou o presidente estadual Franco Rabelo.

Faleceu no Rio de Janeiro em 14 de abril de 1921.

Seu filho Tomás Pompeu Pinto Acióli foi deputado federal pelo Ceará de 1897 a 1908, de 1918 a 1920 e de 1924 a 1926, e senador pelo mesmo estado de 1909 a 1918. Outro filho, José Pompeu Pinto Acióli, foi deputado federal pelo Ceará de 1921 a 1923 e senador de 1923 a 1924. Seu genro Francisco Sá foi deputado e senador pelo Ceará e duas vezes ministro da Viação e Obras Públicas, de 1909 a 1910 e de 1922 a 1926.

Kleiton de Moraes

FONTES

NOBRE, F. *1001 cearenses* (p.12-13); STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p.118-120); STUDART, G. *Geographia*.

ACIÓLI, Tomás Pompeu

*dep. fed. CE 1897-1908, sen. CE 1909-1918; dep. fed. CE 1918-1920 e 1924-1926.

Tomás Pompeu Pinto Acióli nasceu em Fortaleza no dia 30 de julho de 1868, filho de Antônio Pinto Nogueira Acióli e de Maria Teresa Sousa Acióli. Seu pai, conhecido como Nogueira Acióli, foi presidente do Ceará de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912; sua mãe era filha do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que ficou conhecido como Senador Pompeu. Seu irmão José Pompeu Pinto Acióli foi deputado federal pelo Ceará de 1921 a 1923 e senador pelo mesmo estado de 1923 a 1924.

Fez o curso secundário no Liceu do Ceará, em Fortaleza, concluindo-o em 1884. Ao transferir-se para Recife, matriculou-se na Faculdade de Direito, pela qual se bacharelou em dezembro de 1889, pouco depois da Proclamação da República (15/11). No ano seguinte retornou à capital cearense como professor da Escola Normal. Em 1903 fundou, juntamente com outros intelectuais e políticos cearenses, a Faculdade de Direito do Ceará. Assumiu a segunda cadeira de direito internacional, mas logo se desvinculou dela para se dedicar à política.

Em fevereiro de 1892, o recém-empossado presidente do Ceará, major Benjamin Liberato Barroso, dissolveu o Congresso estadual, então composto por Assembleia Legislativa e Senado, como determinava a primeira Constituição republicana do estado. Em seguida, convocou uma nova Constituinte para fazer as alterações que julgava necessárias na Constituição cearense, que ainda não havia completado um ano de existência. Nesse novo contexto político, Tomás Pompeu Acióli foi eleito deputado estadual e participou dos trabalhos da segunda Constituinte, que elaborou uma nova Carta estadual, promulgada no dia 12 de julho de 1892. Reeleito em 1893, afastou-se do mandato em fevereiro de 1894 por ter sido nomeado secretário do Interior no governo de José Freire Bezerril Fontenelle (1892-1896). Exerceu esse cargo até julho de 1896, quando se encerrou o governo, e em seguida retornou à Assembleia Legislativa.

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo Ceará. Assumiu sua cadeira na Câmara dos

Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1897, e foi reeleito em 1900, 1903 e 1906. Integrou a Mesa Diretora da Câmara como segundo-secretário e segundo-vice-presidente. Exerceu o mandato até dezembro de 1908, quando se encerrou a legislatura.

No ano seguinte foi eleito senador da República pelo Ceará. Assumindo o mandato em maio, integrou a Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes, e a Comissão de Redação de Lei. Reelegeu-se uma vez e permaneceu no Senado até janeiro de 1918. Em março desse mesmo ano voltou a ser eleito deputado federal pelo Ceará, mandato que exerceu até dezembro de 1920. Foi mais uma vez eleito deputado federal em 1924 e permaneceu na Câmara até dezembro de 1926.

Voltou a concorrer a uma cadeira na Assembleia Legislativa cearense nas eleições de março de 1930 e foi eleito. Assumiu seu mandato em maio seguinte, mas só permaneceu no Legislativo estadual até outubro, quando, com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, foram fechados todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em Fortaleza no dia 8 de fevereiro de 1941.

Era casado com Suzete Brunschweiler, de ascendência suíça, com quem teve quatro filhos, entre eles Leilah Pompeu, que se casou com o poeta e diplomata Ronald de Carvalho.

Kleiton de Sousa Moraes/Alan Carneiro

FONTES

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros; Diário do Nordeste*. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=477444>>; GIRÃO, V. *Ceará* (p.81-82); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4, p. 2551-2); STUDART, G. *Dicionário* (v.3, p. 151-152).

ACORDO MENDONÇA-BLAINE

Nome com que ficou conhecido o Convênio Aduaneiro entre o Brasil e os Estados Unidos celebrado em 31 de janeiro de 1891, primeiro acordo comercial entre os dois países no período republicano. Promulgado por decreto do governo provisório brasileiro e por proclamação do governo dos EUA em 5 de fevereiro de 1891, durou de abril de 1891 a agosto de 1894 para os EUA, e de abril de 1891 a janeiro de 1895 para o Brasil.

O acordo pode ser definido como um tratado comercial de favores recíprocos, pelo qual uma categoria limitada de produtos de cada país teve reduzidas suas tarifas de importação. Teve significado político e diplomático para ambos os países. Para o Brasil, significou uma aproximação com a maior potência do hemisfério, uma resposta amigável ao pronto reconhecimento americano da República, uma reversão da relutância do país em aceder a tratados comerciais abrangentes e uma busca de mercado para o açúcar nacional. Para os EUA, significou a instrumentalização de uma política pan-americana e uma iniciativa voltada para a expansão externa da economia, que reverteria a política de não ratificação de tratados comerciais.

ANTECEDENTES

A busca brasileira de uma aproximação diplomática com os EUA data das últimas duas décadas do Império. Foram feitos então grandes esforços para aumentar os laços com a grande República do norte. O objetivo era enfraquecer a preeminência européia no Brasil, em uma das primeiras iniciativas de diversificar a dependência econômica e política do país. Já do lado americano, a busca de uma maior interação econômica com o Brasil decorria do grande déficit comercial que o país tinha na América Latina – em 1889, tal déficit era da ordem de 142 milhões de dólares, enquanto com o resto do mundo os EUA tinham um superávit 129 milhões de dólares.

O maior ensaio de aproximação veio nos estertores do regime imperial. Em 1887, o presidente democrata Grover Cleveland reuniu-se com Salvador de Mendonça, então

cônsul brasileiro em Nova Iorque, para discutir as relações econômicas bilaterais entre os dois países. Ao comparar os dados do comércio bilateral, o mandatário americano indicou que havia um grande desequilíbrio em favor do Brasil. Como forma de aprofundar os laços comerciais e reverter esse quadro, propôs a abertura comercial completa entre os dois países. Mendonça apontou a impossibilidade de tal opção, pois o Brasil tinha grande dependência das rendas aduaneiras para sustentar os gastos governamentais. Diante da exposição do problema, Cleveland fez outra proposta: uma união aduaneira com repartição de receitas.

No Brasil, apesar da resistência, a iniciativa de Cleveland induziu à reflexão na política externa brasileira, em especial sobre o papel que o aprofundamento dos laços com os americanos poderia ter nas relações exteriores com as potências européias. Mendonça apresentou a idéia a dom Pedro II, que se entusiasmou com a proposta, mas ao chegar ao Brasil no final de 1887, e apresentar a idéia ao barão de Cotegipe, chefe do Conselho de Ministros do gabinete conservador, encontrou resistência. O mesmo ocorreu com o ministro da Fazenda, Francisco Belisário, e com o visconde do Cabo Frio, diretor-geral do Itamaraty. Não obstante a clara resistência do governo, no ministério João Alfredo, em 1888, Mendonça examinou, conjuntamente com os barões de Paranapiacaba e do Rosário, o potencial de um acordo comercial com os EUA. O resultado desse trabalho foi um artigo no orçamento que autorizou o governo a rever as tarifas aduaneiras após a celebração de um tratado com o governo americano.

Dando prosseguimento ao esforço de aproximação, dom Pedro II, ao enviar uma delegação à I Reunião Pan-Americana, instruiu os negociadores brasileiros a buscar um acordo comercial com os Estados Unidos. Durante as negociações na conferência, realizada em Washington entre outubro de 1888 e maio de 1890, Salvador de Mendonça tentaria, informalmente, negociar um tratado recíproco de comércio, mas a iniciativa fracassou em decorrência da resistência do Congresso americano.

As negociações para um tratado comercial prosseguiram, tendo como principais negociadores Salvador de Mendonça e James Blaine. Salvador de Mendonça, filho de fazendeiro e republicano histórico, viveu mais de 20 anos nos Estados Unidos desempenhando as funções de cônsul, chefe de missão especial, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do governo brasileiro. Era amigo de dom Pedro II e foi, juntamente com Joaquim Nabuco e o barão de Rio Branco, artífice das novas relações com os EUA na Primeira República. Grande conhecedor da sociedade e do governo americano, pôde utilizar sua íntima amizade com Blaine para avançar os interesses brasileiros. Sua percepção era de que os EUA estavam em rápida mudança em sua posição relativa no sistema internacional. Sendo inevitável a preeminência americana, ao Brasil não restava outra opção senão extrair da situação os maiores benefícios possíveis. Para ele, a melhor forma de conseguir isso era amarrar a nova potência pelos laços de afeto e pelas obrigações dos tratados. Ao contrário de seus críticos, acreditava que os interesses econômicos brasileiros estavam em exportar mais, e não em promover a indústria nascente pela restrição às importações.

Já James G. Blaine foi um dos principais líderes republicanos do período posterior à Guerra Civil americana, além de um dos mais hábeis políticos de sua geração. Foi líder da Câmara de Representantes por 14 anos e secretário de Estado durante o breve governo Garfield, em 1881. Pré-candidato republicano à presidência da República em 1888, desistiu de concorrer por sua saúde frágil. Suas principais bandeiras na política externa eram o pan-americanismo e a reciprocidade. Como a maioria dos republicanos de sua época era protecionista radical, mas reconhecia a necessidade de, ao mesmo tempo, proteger agricultores e industriais e buscar novos mercados para os setores mais eficientes e competitivos da economia americana.

Apesar de ter desistido de sua candidatura presidencial, Blaine participou da campanha do republicano Benjamin Harrison, que disputava com Cleveland a presidência. O tema central do confronto era a política comercial. Cleveland argumentava que o protecionismo exacerbado não trouxera benefícios à economia americana, levando a um

aprofundamento da depressão que arruinava o país. A solução estaria em uma política de exportações pela qual os EUA dariam acesso a seu mercado em troca de acesso ao mercado de terceiros. Cleveland foi derrotado por Harrison, que propunha a retomada do protecionismo tarifário. No início de sua gestão, a Tarifa McKinley atenderia ao anseio da plataforma política republicana. Aumentou-se o nível de proteção do mercado americano, mas foi criada uma lista de produtos livres que ficariam isentos do pagamento de direitos de importação – café, peles, açúcar, chá e melado. Após a iniciativa de vários políticos da administração Harrison, inclusive de Blaine, que ocupava o cargo de secretário do Departamento de Estado, foi introduzida uma emenda à tarifa, dando ao presidente o poder de manipular a lista de produtos livres para assegurar a concessão tarifária de outros países em acordos de reciprocidade comercial. Foi por intermédio dessa emenda que o governo americano buscou o acordo bilateral com o Brasil.

As negociações ocorreram em 1890 na cidade de Washington, tendo os acertos finais do rascunho sido feitos entre 26 de outubro e 3 de novembro daquele ano. Logo depois, Salvador de Mendonça retornou ao Rio de Janeiro com a minuta do acordo. Havia grande resistência ao tratado no governo brasileiro. Primeiro, temia-se o efeito da redução de tarifas sobre as contas governamentais, tendo em vista que as rendas aduaneiras financiavam grande parte dos gastos. Segundo, o acordo prejudicava seriamente os interesses da nascente indústria brasileira – a tarifa brasileira de 1887 era altamente protecionista, proibindo a isenção de tarifas a produtos similares. Terceiro, temia-se a reação de outros parceiros comerciais ao possível acordo.

A gestão de Mendonça foi fundamental para que essa resistência fosse vencida. Para ele, o Brasil não deveria temer uma sobretaxa americana sobre o café brasileiro porque o país fornecia 2/3 das importações de café americano e mais da metade das importações mundial do produto. Em sua visão, mesmo com a possível sobretaxa de três centavos por libra, as exportações brasileiras não seriam afetadas negativamente. Por outro lado, o caso do açúcar indicava a necessidade do acordo. Segundo Mendonça, a falta de acordo com os EUA ocasionaria o aumento da tarifa aduaneira paga na ordem de 50%. Já com o acordo, o país

estaria diante da oportunidade de conseguir o monopólio do fornecimento de açúcar ao mercado americano, pois Blaine havia indicado que nenhum acordo recíproco de comércio seria negociado com outros produtores de açúcar. Outro argumento utilizado pelo diplomata foi o de que a abertura comercial brasileira não seria suficiente para que os americanos superassem os baixos custos dos produtos europeus. Por fim, aos críticos que defendiam altas tarifas para sustentar uma indústria nascente, ele afirmaria que o patriotismo industrial cego não poderia sustentar-se diante da falta de matéria-prima, operários e facilidades de transporte.

Após algumas semanas de negociações no Rio de Janeiro, Mendonça voltou aos EUA para dar o aval brasileiro ao documento. Em troca dos benefícios da lista livre americana, o Brasil removeria os impostos aduaneiros de diversas alimentos, como trigo em grão, farinha de trigo, batata inglesa, carne de porco salgada, além de ferramentas, livros e maquinário agrícola. Também foi reduzida em 25% a tarifa sobre produtos como ferro, aço, banha, presunto, peixes, frutas, madeira, carros e manufaturas de algodão. O tratado estipulava que seu próprio fim somente valeria a partir dos dias 1º de janeiro ou 1º de julho de qualquer ano, depois de decorridos pelo menos três meses da denúncia de uma das partes.

A reação ao tratado nos EUA foi positiva na imprensa, e a classe comerciante nutriu grandes expectativas sobre os potenciais de ganhos – ao contrário da pequena comunidade americana no Brasil, que era cética com relação à hipótese de súbito aumento das exportações americanas para o Brasil. De qualquer maneira, o tratado incentivou a gestão Harrison a firmar tratados semelhantes com a Espanha (para Cuba e Porto Rico), com a Grã-Bretanha (em nome das Índias Orientais Britânicas), com a França, com a Alemanha, com a Áustria-Hungria e com outros países da América Latina.

Mesmo o Brasil ocupando somente 10% das importações e menos de 2% das exportações americanas em 1891, o acordo foi recebido com apreensão em várias praças comerciais. Comerciantes franceses, britânicos e portugueses demandaram de seus governos privilégios similares aos gozados pelos americanos. Rússia e Portugal enviaram agentes para estudar

os efeitos do acordo. A Câmara de Comércio de Glasgow advogava a restrição de investimentos britânicos no Brasil como forma de retaliar possíveis desvios de comércio. Já a Câmara de Comércio de Londres desejava que o governo britânico abolisse os impostos aduaneiros ao café brasileiro, de maneira a conseguir um tratado comercial semelhante. Na América Latina, a resposta ao tratado mais interessante foi a do Chile, que desejava trocar a livre entrada do café brasileiro pela liberalização da importação de seus vinhos.

A reação ao tratado no Brasil foi grande e seu exame acabou sendo alvo de amplo debate sobre o exercício do Poder Executivo, o federalismo e a sobrevivência da República em um contexto de crise. Com isso, o tratado transformou-se em um teste da força política do governo, que mobilizou a máquina pública para que fosse aprovado pelo Congresso. Para Deodoro da Fonseca, o tratado tinha função central na sua sustentação política: tendo alienado os republicanos históricos do sudeste, buscava na elite nordestina uma forma de assegurar-se no poder. Em troca do apoio desse grupo, oferecia a oportunidade de reavivar a indústria de exportação de açúcar por intermédio do acesso privilegiado ao mercado americano.

A primeira crise relacionada ao acordo ocorreu quando Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, criticou-o por não haver cláusula que assegurasse explicitamente o monopólio do açúcar aos produtores brasileiros. Rui renunciou ao cargo em janeiro de 1891. A segunda crise decorreu da forma utilizada por Deodoro para internalizar o acordo no ordenamento jurídico nacional. Antes que fosse discutido no parlamento, Deodoro assinou-o, tendo utilizado as prerrogativas extraordinárias que o Congresso constituinte lhe havia dado para gerir a administração pública. Com isso, transformou a discussão do tratado em um acirrado debate sobre as prerrogativas do Poder Executivo. A terceira crise veio em maio de 1891, com a notícia de que os EUA haviam concluído um tratado de reciprocidade com a Espanha, em nome de Cuba e Porto Rico, o que acabou com a possibilidade de o Brasil conseguir o monopólio do mercado de açúcar americano.

A postura do Executivo de não submeter o tratado à aprovação legislativa ajudou a fomentar o clamor pela revogação de todos os atos do governo provisório republicano. Foi

nesse contexto que Salvador de Mendonça voltou ao Brasil, em setembro de 1891, para defender o acordo e alertar sobre o perigo que a não ratificação poderia trazer para as relações com os Estados Unidos. Com esse objetivo, argumentava que a não aprovação do tratado poderia afetar a postura americana na arbitragem do território das Missões. Ao examinar o tratado com a Espanha, apontou uma necessidade maior de o Brasil aceder ao acordo, pois o açúcar brasileiro enfrentaria uma barreira tarifária que seu concorrente direto não teria. Mesmo com as críticas domésticas, o Brasil decidiu aderir ao tratado. A razão foi a percepção de que o país ganhava mais com o acordo que os americanos.

A vitória de Deodoro durou pouco. Após tentar fechar o Congresso em novembro de 1891, foi removido do poder e substituído por Floriano Peixoto. Floriano fora grande crítico do tratado, julgando-o prejudicial à indústria nacional. Esperava-se, então, que o Brasil denunciasse o Acordo Mendonça-Blaine. Mas isso não ocorreu. Havia necessidade, em uma situação de grave instabilidade política, de manter um bom relacionamento com o governo americano. Os republicanos históricos, os industriais e os nacionalistas também não viam os EUA como uma ameaça, de maneira que o aprofundamento dos laços com os americanos cumpria uma função de diversificação estratégica diante do imperialismo europeu de então. Apesar de não denunciar o tratado, Floriano mudou a política tarifária para acomodar seu objetivo de proteção à indústria nascente. As modificações de alíquota e de taxa de expediente aumentaram a proteção em diversos produtos em mais de 60%. Além disso, a desvalorização do mil-réis e a necessidade de pagamento dos custos aduaneiros em ouro elevariam o preço dos produtos importados ainda mais.

Os americanos aceitaram as modificações com resignação, pois não havia proibição no tratado a alterações da tarifa, além de já haver, no parlamento do país, iniciativas de reformas da tarifa McKinley. Isso ocorreu com a Lei Wilson, de 28 de agosto de 1894, que resultou na revogação do tratado brasileiro. A denúncia foi resultado da volta dos democratas ao poder, sob a liderança de Grover Cleveland, que defendia mercados mais livres e menor participação do governo na economia. O Brasil denunciou o convênio em 22 de setembro de 1894, mas continuou a executá-lo até o último dia do ano. A diplomacia

brasileira criticou a forma pela qual o tratado foi revogado, mas a atuação do presidente Cleveland na arbitragem do território das Missões, em 1895, fez olvidar a lembrança do fim abrupto do tratado. Quando a administração republicana retornou em 1897, sob a presidência William McKinley, houve interesse em recriar um acordo de reciprocidade. O governo brasileiro, no entanto, negou-se a negociar novo instrumento de regulação do comércio bilateral.

AVALIAÇÃO DO ACORDO

A análise dos resultados do acordo deve ser desagregada em suas consequências econômicas e políticas. Do ponto de vista econômico, a avaliação inicial das autoridades brasileiras foi pessimista. Um exame mais detido, no entanto, demonstra que as exportações brasileiras para os EUA entre 1891 e 1894 foram 45% maiores que no triênio precedente. Já as importações brasileiras de produtos americanos declinaram em mais de 10% em 1893 e somente voltaram a patamares mais altos que em 1892 após o fim do tratado. Houve súbito aumento da exportação de açúcar em 1891 e 1892, tendo o país quase triplicado sua participação no mercado americano no primeiro ano de vigência do tratado. Porém, após a ocorrência de outros acordos de reciprocidade, o país diminuiu rapidamente suas exportações de açúcar. O Brasil poderia ter-se beneficiado ainda mais do acordo, se os governos estaduais não taxassem tanto os produtos de exportação.

Do lado brasileiro, o maior aumento das exportações veio do café e da borracha, que não gozaram de qualquer concessão distinta da já existente ao fim do Império. Percebe-se, então, que o sucesso brasileiro é explicado pelo aumento da demanda dos consumidores americanos e não pelo tratado comercial. Os únicos produtos exportados pelos EUA que conseguiram algum sucesso no mercado brasileiro no período foram o trigo e a farinha de trigo. Mas a explicação para o aumento das importações brasileiras do produto talvez esteja na seca que prejudicou as exportações argentinas, e não propriamente no tratado comercial. A perspectiva pessimista traçada pelos críticos do tratado não se concretizaram, nem tampouco o otimismo de outros que esperavam significativa expansão e diversificação dos

laços comerciais entre os dois países.

No plano político, o Acordo Mendonça-Blaine demonstrou ser um exercício de aproximação relevante entre o Brasil e os EUA. Fortaleceu-se a tese de que a estratégia direcionada, incremental e focada de busca de acordos de comércio não era necessariamente prejudicial aos interesses do país, como se acreditava no período imperial. O tratado também foi uma retribuição ao pronto reconhecimento da República e uma indicação de que o país desejava continuar a diversificar seus laços políticos, reequilibrando sua dependência com as potências européias. O tratado, juntamente com o apoio americano na Revolta da Armada e o laudo arbitral da questão das Missões, foram indicadores que sinalizavam à diplomacia republicana a construção de uma aliança não escrita entre os dois países.

Rogério Farias de Souza

FONTES:

AZEVEDO, J. *Vida*; BUENO, C. *República*; MENDONÇA, C. *Salvador*; NOBRE, F. *Grande*; SMITH, J. *Unequal*; SMITH, J. *Limits*; TOPIK, S. *Trade*.

ADJUTO, Antônio Garcia

* dep. fed. MG 1909-1911.

Antônio Garcia Adjuto nasceu em Paracatu (MG) em 1867, filho de Francisco Garcia Adjuto e de Ana Cornélia de Abreu Castelo Branco. Pertencia à família de dona Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, conhecida como Joaquina de Pompeu, latifundiária da cidade de Pompeu (MG), cuja administração, riqueza e prestígio político lhe concederam fama no estado.

Ingressou no Seminário de Diamantina nos anos de 1870. Continuou seus estudos em São Paulo e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890, aos 23 anos. De volta a Minas, em 1891 foi nomeado promotor da comarca de Araxá, criada dois anos antes. Em 1895, tornou-se inspetor escolar ambulante da 6ª Circunscrição de Ensino. Mudou-se depois para Uberaba, onde foi eleito vereador em 1898. No ano seguinte, ajudou a fundar o Clube da Lavoura e Comércio, em cuja direção permaneceu até 1904, e o *Jornal da Lavoura e Comércio*, do qual foi colaborador atuante. Sempre em Uberaba, tornou-se agente executivo em 1902, quando o titular do cargo acumulava as funções de prefeito e presidente da Câmara. De 1903 até 1907 ainda permaneceu no posto, mas apenas com a função de prefeito. Nesse período, foi inaugurada a igreja São Domingos, em estilo gótico, e autorizada a construção do Grupo Escolar Brasil, cuja pedra fundamental foi lançada em 1908.

Em 1909 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais, tendo sua eleição confirmada por publicação no *Diário Oficial da União* em 25 de abril do mesmo ano. Em maio seguinte assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e aí permaneceu até dezembro de 1911, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Trabalhou em seguida como advogado e, nos anos de 1920, atuou no processo de recebimento de impostos e empréstimos devidos pela empresa José Grosso Ledesma, em Corumbá, em nome da intendência daquele município.

Uberaba e o poder legislativo: de 1837 aos dias atuais. Disponível em:

<http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/search/label/>

[UBERABA%20E%20O%20PODER%20LEGISLATIVO%20-](http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/search/label/UBERABA%20E%20O%20PODER%20LEGISLATIVO%20-)

[%201837%20AOS%20DIAS%20ATUAIS](http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/search/label/UBERABA%20E%20O%20PODER%20LEGISLATIVO%20-)>. Acesso em: 5 jun.2010, 13:45.

Liliane Correa

ADOLFO, Luís

*dep. fed. MT 1894-1899 e 1909-1911; sen. MT 1922-1926.

Luís Adolfo Correia da Costa nasceu em Mato Grosso no dia 1º de julho de 1856. Seu primo Pedro Celestino Correia da Costa foi presidente de Mato Grosso de 1908 a 1911 e de 1922 a 1924, e senador por esse estado de 1918 a 1922 e de 1927 a 1930.

Formado em direito, ingressou na política e foi eleito deputado federal por Mato Grosso em 1894. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, sendo reeleito em 1897. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1899, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Reelegeu-se deputado federal em 1909, e exerceu o mandato até dezembro de 1911. Depois de algum tempo sem cargo eletivo, foi eleito senador por Mato Grosso. Ao assumir sua cadeira no Senado Federal em 1922, tornou-se membro da Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas. Exerceu o mandato de senador até 1926.

Servidor público de carreira, foi inspetor da Alfândega de Corumbá (MT) e conferente e inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro.

Publicou *Limites entre os estados de Mato Grosso e Amazonas* (1897).

João Edson Fanaia

FONTES

ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p.1895-6); SENADO. Disponível em: <
http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2032&li=32&lcab=1921-1923&lf=32>. Acesso em: 22 set. 2008.

ADUCCI, Fúlvio Coriolano

*dep. fed. SC 1927-1930; gov. SC 1930.

Fúlvio Coriolano Aducci nasceu em Desterro (SC), atual Florianópolis, no dia 8 de fevereiro de 1884, filho de Alexandre Magno Aducci e de Hortência do Livramento Aducci.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908, tornando-se promotor público em Palhoça (SC) em 1911. Iniciou a carreira política em 1910 como deputado estadual em Santa Catarina. Várias vezes reeleito, exerceu o mandato na Assembleia estadual de 1910 a 1915 e de 1919 a 1927.

Eleito deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1927-1929, foi reeleito em 1930. Nesse mesmo ano foi também eleito governador de Santa Catarina, tendo por isso renunciado ao mandato de deputado federal. Assumiu o governo em 29 de setembro de 1930, mas um mês depois foi deposto pela Revolução.

Faleceu em Florianópolis em 9 de outubro de 1955.

Era casado com Alaíde Pereira Alvim Aducci. Não deixou descendentes.

Seu concunhado, Felipe Schmidt, foi governador de Santa Catarina por duas vezes e senador da República.

Carolina Vianna Dantas

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*.

AFONSO, Almino Álvares

*const. RN 1891; dep. fed. RN 1891-1893; sen. RN 1894-1899.

Almino Álvares Afonso nasceu no município de Martins, hoje Patu (RN), no dia 17 de abril de 1840, filho de Francisco Manuel Álvares Afonso e de Luísa Cândida Teles de Meneses.

Órfão de pai aos oito anos e de origem muito humilde, mudou-se com a família em 1853 para Catolé do Rocha (PB). Graças ao apoio de seu tio, José Torquato de Sá Cavalcanti, conseguiu cursar a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1871.

Em 1872 foi nomeado promotor público da comarca de Guariba (PB), de onde foi obrigado a seguir para o Ceará em 1874 por conta dos distúrbios que acompanharam o movimento do “quebra-quilos”. Chegando a Fortaleza, denunciou como causadores do movimento os atos do presidente da Paraíba, Silvino Carneiro da Cunha, acusando-o também de conivência com os crimes perpetrados na ocasião. No Ceará foi nomeado secretário da presidência da província e, depois, juiz municipal de Cascavel e Aquiraz, onde exerceu ainda as funções de comissário durante as secas de 1877 e 1879. Nesse período, viajou ao Rio de Janeiro para encontrar-se com o José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, de quem se teria tornado íntimo. Convidado então pelo próprio dom Pedro II para um encontro, recusou-se a conhecê-lo alegando não querer violar seus princípios políticos.

Em 1880 passou a exercer em Fortaleza o cargo de procurador fiscal dos Feitos da Fazenda Geral. Filiou-se nesse período ao grupo mais radical da Sociedade Cearense Libertadora, tornando-se redator do jornal *O Libertador* e advogado de vários abolicionistas processados por roubo de escravos. Participou da agitação e da organização do movimento antiescravista nas províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco, do Piauí e do Maranhão. Foi um dos responsáveis diretos pelos movimentos e pelos resultados obtidos no Ceará e no Rio Grande do Norte, como a greve dos jangadeiros de 1881, provavelmente a primeira greve política do Brasil; a abolição da escravidão em vários municípios do Ceará e na capital, Fortaleza; a abolição da escravidão em Mossoró (RN) no ano de 1883; e a abolição da escravidão na

província do Ceará em 1884.

Em 1883 foi demitido do cargo de procurador fiscal pelo então presidente da província do Ceará, Domingos Antônio Raiol, por causa do discurso que proferiu durante o embarque do 15º Batalhão de Infantaria, transferido de Fortaleza para Belém do Pará por conta do envolvimento de seus membros com o movimento antiescravista. Esse episódio contribuiu diretamente para o acirramento do movimento antiescravista em todo o Brasil, dada sua repercussão à época, e serviu como justificativa para a conferência realizada no Rio de Janeiro, em que José do Patrocínio, perante cerca de duas mil pessoas, atacou fortemente João Lustosa da Cunha Paranaguá, o marquês de Paranaguá, então presidente do Conselho de Ministros.

Em 1884 partiu para o Amazonas, a fim de concluir trabalhos de advocacia deixados inconclusos por seu falecido irmão Deocleciano Álvares Afonso. Em Manaus, integrou-se à Comissão Central Abolicionista Amazonense e participou da instalação da Sociedade Libertadora 25 de Março e da campanha pela abolição, que levaram à abolição da escravidão na cidade e depois em toda a província no mesmo ano. Dinamizou também a campanha republicana fundando o jornal *Rio Branco*. Em 1887, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Manaus na legenda do Partido Conservador.

Em 1886 publicou *Os Rodrigues do Império*, panfleto em que criticava a vida dissoluta da Corte, apontando diretamente os desvios de Carlota Joaquina, de dom Pedro I, de dom Pedro II e do conde D'Eu, e acusando também a instituição monárquica de ser a causa do atraso brasileiro.

Em 1889, ainda no Império, candidatou-se a deputado geral pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Conservador, mas não foi eleito. Já na República, em 1890, elegeu-se deputado constituinte pelo Rio Grande do Norte na legenda Partido Republicano, tendo sido mais votado, inclusive, que os candidatos do partido ao Senado. Empossado na Constituinte em 15 de novembro de 1890, apresentou a emenda que assegurava a representação das minorias; a que garantia o casamento civil; e a que permitia a cada culto religioso manter cemitérios próprios e separados. Combateu o dispositivo constitucional que previa a anexação dos estados, bateu-se contra a subvenção aos cultos religiosos e a favor da liberdade total de imprensa.

Em 1892, tornou-se um dos principais defensores do governo Floriano Peixoto

(1891-1894), chegando mesmo a liderar no Amazonas a derrubada do governador Gregório Taumaturgo de Azevedo. Ficou afastado do Congresso por quase um ano e recusou-se a receber os vencimentos daquele período.

Em 1893, como único parlamentar do Rio Grande do Norte envolvido na defesa do reconhecimento de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano e governador do Rio Grande do Norte (1892-1896), atacou duramente Prudente de Moraes, então presidente de São Paulo, acusando-o de iniciar a instalação de sua oligarquia naquele estado.

Em 1894, foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano por indicação direta de Pedro Velho e contra a vontade de Floriano Peixoto, que apoiava a indicação de Amaro Cavalcanti Soares de Brito. No Senado, combateu as tentativas de depor Pedro Velho. Tornou-se também um dos mais aguerridos oposicionistas do governo Prudente de Moraes (1894-1898), denunciando a violação da imunidade parlamentar durante o estado de sítio decretado após a tentativa de assassinato do presidente. Bateu-se pela necessidade de consulta ao Senado quando se dispusesse sobre questões de soberania nacional, e lutou pelo aumento do orçamento e dos efetivos militares. Combateu a redução do imposto sobre o sal estrangeiro, defendida pelo representante do Rio Grande do Sul José Gomes Pinheiro Machado, argumentando a favor do produto potiguar. Pesou em sua posição o fato de que responsabilizava diretamente o presidente Prudente de Moraes pela morte de seu filho, cadete da Escola Militar deportado para o Acre por indisciplina. Em 1899 regressou ao Ceará por conselho médico.

Ao longo da carreira dirigiu o jornal *O Libertador*, em Fortaleza, e foi redator dos periódicos *Abolicionista Amazonense* e *O Rio Branco*, em Manaus.

Faleceu na cidade de Fortaleza a 13 de fevereiro de 1899.

Era casado com Abigail de Sousa Martins, com quem teve cinco filhos.

Publicou *Uma nota sobre o quebra-quilos na Paraíba* (1875); e *Os Rodrigues do Império, ou caráter da única monarquia americana* (1886). A seu respeito foram publicadas as seguintes obras: *A abolição antes da Lei Áurea, Almino Afonso, o abolicionista e republicano histórico* (1972); *Almino Afonso: o poeta, outros depoimentos* (1993); *Poliantéia: Almino Afonso – tribuno da abolição* (1998).

Renato Amado Peixoto

FONTES:

AFFONSO, A. *Palavras*; CARDOSO, R. *Memórias; Estado do Amazonas*;
MAIOR, A. *Quebra-quilos*; MEDEIROS, J. *Rio*; ONOFRE, M. *Abolição*;
SOARES, A. *Diccionario*.

AGOSTINI, Angelo

* jornalista; mov. abolicionista.

Angelo Agostini nasceu em Vercelli, na região do Piemonte, na Itália, no dia 8 de abril de 1843. Sua mãe, Raquel Agostini, foi cantora lírica.

Passou a infância e a adolescência com a mãe e a avó em Paris e lá concluiu seus estudos de desenho e pintura em 1858. Chegou ao Brasil no ano seguinte, desembarcando no Rio de Janeiro. Após rápida temporada de três anos na cidade, foi para São Paulo viver com a mãe e o padastro, o imigrante português Antônio Pedro Marques de Almeida.

No início da década de 1860, já estabelecido em São Paulo, passou a trabalhar como pintor-retratista. Em 1864, iniciou suas atividades como desenhista no jornal *O Diabo Coxo*, que fundou com o escritor abolicionista Luís Gama e com Sizenando Nabuco, irmão de Joaquim Nabuco. Nesse periódico, que circulou por um ano e um mês, pela primeira vez afirmou publicamente ideais libertários, como o anticlericalismo, fazendo duras críticas à Igreja Católica.

Em 1866, fundou com os mesmos amigos o semanário ilustrado *O Cabrião*, no qual voltou a usar o lápis para criticar o clero e satirizar a Guerra do Paraguai. Causou especial polêmica ao publicar uma caricatura ironizando o Dia de Finados, o que lhe rendeu ameaças que o obrigaram a deixar São Paulo. Mudou-se então para o Rio de Janeiro, trabalhando inicialmente como colaborador do periódico *O Arlequim*, logo extinto, e no ano seguinte na *Vida Fluminense*, onde publicou *Nhô Quim ou impressões de uma viagem à Corte*, considerada a primeira história em quadrinhos do Brasil. Ainda na *Vida Fluminense*, publicou séries de desenhos que ilustravam notícias e faziam críticas à Guerra do Paraguai. Em 1871, passou a colaborar também no jornal *O Mosquito*, do mesmo modo crítico, ilustrado e combativo. Num período em que a crítica política ganhava cada vez mais espaço nas revistas ilustradas, conquistou maior notoriedade e engajou-se formalmente no movimento abolicionista organizado.

Em janeiro de 1876, fundou no Rio de Janeiro a *Revista Ilustrada*, cuja popularidade cresceu rapidamente a ponto de transformá-la em um dos maiores acontecimentos da imprensa brasileira. Sua tiragem chegou a quatro mil exemplares, padrão jamais visto em nenhum periódico editado na América do Sul. A revista saía sempre aos sábados e era distribuída em todas as províncias e principais cidades do país. Foi ali que Agostini conferiu um crescente sentido político a suas criações. Difundindo ideias liberais, republicanas e anticlericais, envolveu-se ativamente na campanha abolicionista, ao lado de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Este último expressou o alcance da revista denominando-a “Bíblia da Abolição dos que não sabem ler”. As caricaturas contundentes de Agostini mostraram o sofrimento dos escravos, mas também expuseram os desmandos da classe dominante, a disseminação da febre amarela, os folguedos de carnaval, as fraudes eleitorais, a decadência do imperador Pedro II e a questão religiosa: um verdadeiro desenho da vida do país. Publicou também, no mesmo periódico, algumas séries que se tornaram célebres, como *As aventuras de Zé Caipora* (em quadrinhos), e as caricaturas do imperador

Pedro II, seja dormindo nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro seja montado em um cavaleiro de pau.

Com a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, Agostini alcançou grande notoriedade. Nesse mesmo ano, oficializou sua naturalização como cidadão brasileiro e recebeu homenagens da Confederação Abolicionista. No auge da fama, afastou-se da *Revista Ilustrada* e partiu para a França. De acordo com alguns textos publicados na mesma revista, os motivos da viagem seriam gozar férias e entrar em contato com as modernas técnicas de criação e impressão de imagens.

Agostini voltou ao Brasil em 1893 e retomou as atividades de artista gráfico. Fundou a revista *Don Quixote* em 1898 e colaborou com o diário *Gazeta de Notícias* a partir de 1904, mesmo ano em que a *Revista Ilustrada* parou de circular. Em 1905, além de participar do lançamento da revista infantil *O Tico-Tico*, passou a atuar em *O Malho*, onde trabalhou até o fim da vida. Participou com frequência das Exposições Gerais de Belas-Artes e, em 1910, integrou o grupo fundador do Centro Artístico Juventas, que em 1919 foi transformado na Sociedade Brasileira de Belas-Artes. Seu último trabalho, um retrato do já falecido amigo Joaquim Nabuco, foi publicado em *O Malho* no dia 22 de janeiro de 1910, véspera de sua própria morte. Em 23 de janeiro, aos 67 anos, Angelo Agostini faleceu no Rio de Janeiro.

Casou-se em 1869 com Maria José Palha, com quem teve uma filha, Laura Alvim. Em 1888, separou-se da esposa e passou a viver com Abigail de Andrade, com quem teve dois filhos, Angelo Agostini e Angelina Agostini.

Após sua morte foram publicadas duas obras contendo reproduções de alguns de seus trabalhos anteriores: *As aventuras de Nhô-Quim e Zé Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros, 1869-1883* (2002) e *O Diabo Coxo. Edição fac-similar* (2005). A seu respeito e sobre sua atuação destacam-se as obras *História da caricatura no Brasil* (1963), de Herman Lima; *Revista Ilustrada – síntese de uma época* (1988), de Marcus Tadeu Daniel Ribeiro (dissertação de mestrado); A tradição da caricatura no Brasil e Angelo Agostini, em *Voltolino e as raízes do modernismo* (1992), de Ana Maria de Moraes Beluzzo; Bordalo x Agostini – “nestas mal tratadas... intrigas”, em *Rafael Bordalo Pinheiro – o português tal e qual: da caricatura à cerâmica*, de Emanuel Araújo (org.); *O caricaturista* (1996), de Antônio Luiz Cagnin; Primórdios da imprensa caricata paulistana: O Cabrião, em *O Cabrião: semanário ilustrado editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis* (2000), de Délcio Freire dos Santos; Estava escrito! O homem que revolucionaria o gênero chegaria em maio! (trabalho apresentado no III Encontro da Rede Nacional Alfredo de Carvalho, 2005), de Antônio Luiz Cagnin; Angelo Agostini e seu “Zé Caipora”: entre a Corte e a República, em *História, imagem e narrativas*

(2006); e *Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial, São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888* (2008), de Marcelo Balaban.

Carolina Vianna Dantas

FONTES

BALABAN, M. *Poeta*; BROCA, B. *Vida*; CAGNIN, A. *Estava escrito*; CAVALCANTI, C. ANGELO; LIMA, H. *História*; RIBEIRO, M. *Revista Ilustrada*; SODRÉ, N. *História*.

AGUIAR, Cardoso de

* militar; min. Guerra 1918-1919.

Alberto Cardoso de Aguiar nasceu na antiga província do Rio de Janeiro no dia 19 de janeiro de 1864.

Assentou praça no Exército em 21 de fevereiro de 1880. Posteriormente ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, tornando-se alferes-aluno em 19 de janeiro de 1889. Ao concluir o curso, formou-se em engenharia e em matemática e ciências físicas e naturais. Em 4 de janeiro de 1890 foi promovido a segundo-tenente. Os serviços prestados à nascente República valeram-lhe a promoção a primeiro-tenente em 7 do mesmo mês. Em 23 de julho de 1894 foi promovido a capitão e em 8 de agosto de 1895 foi efetivado nessa patente. Nos anos seguintes, colaborou com o então coronel Feliciano Mendes de Moraes em um trabalho que condensava a experiência passada e apresentava novas orientações para a realização da ação cartográfica de delimitação territorial do Brasil. Assinado em 9 de abril de 1900, o projeto não chegou contudo a ser executado.

Foi promovido a major em 1º de março de 1905, a tenente-coronel em 11 de maio de 1911, a coronel em 27 de outubro de 1914, a coronel efetivo em 20 de janeiro de 1915 e a general de brigada em 12 de janeiro de 1918. Em março desse ano, Francisco de Paula Rodrigues Alves foi eleito pela segunda vez presidente da República. Contudo, por ter contraído a gripe espanhola, não pôde tomar posse. Em seu lugar assumiu interinamente, em 15 de novembro, o vice-presidente Delfim Moreira. Na mesma data, o general Cardoso de Aguiar tomou posse como ministro da Guerra, sucedendo ao general Caetano de Faria.

Durante sua gestão foi organizada a artilharia de campanha, foi restabelecida a denominação de Secretaria de Estado de Guerra para a então chamada Diretoria de Expediente da Guerra, e, especialmente, foram dados passos importantes no processo de reorganização do Exército e de modernização do ensino militar. Sua ida para o ministério foi fundamental para que se avançasse na organização da aviação militar brasileira. No dia 21 de novembro de 1918, portanto poucos dias após sua posse, expediu o aviso nº 1.463,

pelo qual subordinava o Serviço de Aviação Militar à Repartição do Estado-Maior do Exército, competindo a esta a missão de organizar, “com urgência”, a nascente atividade, assim como preparar o regulamento da Escola de Aviação, cujo material já havia chegado da Europa.

Dando prosseguimento a tais iniciativas, em 15 de janeiro de 1919, pelo Decreto nº 13.417, o governo abriu um crédito de dois mil contos de réis que permitiu que o Serviço de Aviação Militar fosse provido de infraestrutura com a aquisição de aviões e outros materiais necessários e com a construção das instalações da Escola. A verba permitiu também a contratação de professores e operários para a manutenção, e a elaboração de um regulamento para o novo estabelecimento de ensino. Finalmente, foi criado o Curso de Aviação Militar pelo Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919, e no dia 10 de julho seguinte foi oficialmente inaugurada a Escola de Aviação Militar. Coube à Missão Militar Francesa, contratada pelo governo, a execução das tarefas estruturais, assim como a direção técnica da Escola.

A ideia de convidar uma Missão Francesa a fim de modernizar a instrução das tropas brasileiras partira da articulação feita pelo próprio general Cardoso de Aguiar com os representantes brasileiros que estavam em Paris para as negociações do Tratado de Versalhes, acordo de paz que seria assinado em 28 de junho de 1919 pelas potências europeias encerrando oficialmente a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Legalmente, apenas em 7 de janeiro de 1919, através da Lei nº 3.674, que fixava as despesas da República para aquele ano, o governo foi autorizado a contratar uma missão de militares estrangeiros com o objetivo de prover a instrução do Exército. Em 28 de maio do mesmo ano, através do Decreto nº 3.741, foi permitida a contratação de tal missão junto à França. Contudo, o texto do aviso que subordinava o serviço de Aviação Militar ao Estado-Maior do Exército, expedido por Cardoso de Aguiar somente dez dias depois da assinatura, em Compiègne, França, do armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, em novembro de 1918, já mencionava que a direção técnica da Escola de Aviação caberia aos franceses. Mas a reforma da educação militar não ficou restrita às questões específicas da aviação

militar. Desde o período em que acontecia o conflito mundial, o alto comando do Exército brasileiro já demonstrava preocupação com o problema da atualização do ensino militar de uma forma mais ampla. Era tida como fundamental a equiparação da instrução da Escola Militar do Realengo aos parâmetros adotados pelos países desenvolvidos da Europa. Com esse objetivo, o ministro Cardoso de Aguiar abriu um processo de seleção para o quadro de instrutores da escola. O grupo de aprovados ficou conhecido pelo nome de “A Missão Indígena”, por ser composto por instrutores de nacionalidade brasileira que, apesar de terem como base de sustentação ideológica o aprendizado do Exército alemão, que até então predominava como influência sobre o Exército nacional, eram partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria do Brasil. Em 1919, esses homens assumiram toda a estrutura de ensino militar do Exército e ajudaram na construção da nova cultura institucional.

Em complemento à melhoria do processo inicial de formação dos oficiais, também através do Decreto nº 13.451, que originou o Curso de Aviação Militar, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), cujo objetivo era promover a constante atualização do quadro de oficiais intermediários do Exército (capitães e majores) e, através deles, disseminar entre as tropas os modernos ensinamentos militares, já tendo como base a influência da França. Com a mesma meta de manter constante aperfeiçoamento dos oficiais durante toda a sua carreira, assim como era feito nos exércitos europeus, a 30 de abril de 1919, por meio do Decreto nº 13.574, foi aprovado um novo regulamento para a Escola Militar. O documento estabelecia que, nos estabelecimentos de ensino militar, deveriam ser ministrados somente conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de capitão.

Com o falecimento de Rodrigues Alves, ocorrido a 16 de janeiro de 1919, realizaram-se novas eleições para a presidência da República. O vitorioso, Epitácio Pessoa, iniciou seu governo em julho do mesmo ano, sendo o Ministério da Guerra entregue a Pandiá Calógeras no dia 28 daquele mês. Apesar de ter sido contratada ainda durante a gestão de Cardoso de Aguiar no Ministério da Guerra, a Missão Francesa só chegaria ao Brasil em

1920, depois, portanto, de ele ter deixado a pasta. A atuação da Missão Francesa se limitaria às questões específicas da educação militar. O objetivo maior era a reestruturação do Exército brasileiro, e nessa direção foram executadas as suas ações. Ao fim, ela promoveu a tão sonhada modernização, providenciando o reaparelhamento material dos corpos de tropa, a renovação dos programas de ensino militar de uma forma ampla, e a elaboração de novos regulamentos para o Exército.

Também em 1920, quando ocupava o comando da 5ª Região Militar, sediada em Salvador, o general Cardoso de Aguiar teve participação decisiva no desfecho do episódio denominado “Revolução Sertaneja”. Naquele ano, a segunda eleição de José Joaquim Seabra para o governo da Bahia gerou uma reação imediata dos aliados do candidato derrotado, Paulo Martins Fontes. A oposição elaborou um plano que consistia em, a partir do sertão, contestar a eleição de J. J. Seabra e provocar um levante armado, que forçaria uma intervenção federal, o que, por fim, impediria a posse do eleito e forçaria a realização de novas eleições, agora com um Seabra desmoralizado. Dando prosseguimento ao plano, o “coronel” Horácio de Matos ocupou a cidade de Lençóis, então a segunda cidade mais importante da Bahia, com o objetivo de fazer dali um ponto de apoio para invadir Salvador. Em 17 de fevereiro, o governador baiano Antônio Muniz Sodré de Aragão solicitou a intervenção federal, exatamente como planejava a oposição. Contudo, ao contrário do esperado, a ação do governo da União garantiu a posse de J. J. Seabra. Para evitar a marcha dos opositores a Salvador, foi firmado um pacto de paz com os coronéis locais. O acordo, negociado e assinado pelo general Cardoso de Aguiar e Horácio de Matos, recebeu o nome de “Convênio de Lençóis”, em referência à cidade em que foi ratificado.

Cardoso de Aguiar foi também comandante da 6ª Região Militar, que abrangia os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, entre 22 de agosto de 1921 e 22 de fevereiro de 1922. Em 6 de setembro desse último ano reformou-se.

Faleceu em Niterói em 19 de julho de 1935.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes:

Diário Oficial da União (8/1/1909, Seção I, p. 345); *Diário Oficial da União* (18/1/1909, Seção I, p. 1019); *Diário Oficial da União* (31/1/1909, Seção I, p. 1585); *Diário Oficial da União* (3/5/1909, Seção I, p. 5978, 7365); CASTRO, C. *Espírito*; *Encic. Mirador* (v. 9, p. 4789); EVANGELISTA, H. Serviço; LAGO, L.O *Estado-Maior* (p.69); LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros*; MALAN, A. *Missão*; MARTINS, M. *Horácio*; MARTINS, M. *Quem*; MIN. DEFESA. *EsAO*; RODRIGUES, F. *Renovação*; SALES, M. *Modernização*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SAYÃO, R. *Instrução*; 7.^a Região Militar e 7.^a Divisão do Exército. “Galeria de Ex-comandantes”. Disponível em: <http://www.7rm7de.eb.mil.br/institucional/galeria.php?obs=0>>. Acesso em: 28/4/2011; VEIRA, A. *Enciclopédia* (p.233)

AGUIAR, Aristeu Borges de

*pres. ES 1928-1930.

Aristeu Borges de Aguiar nasceu em Vitória a 23 de maio de 1892, filho de Augusto Manuel de Aguiar e de Luísa da Silva Borges de Aguiar. Seus pais pertenciam a importantes famílias capixabas, os Borges, influentes na política da Serra, e os Aguiar, espalhados por Vitória, Vila Velha e Serra, com políticos de âmbito estadual.

Fez os primeiros estudos na escola do professor Amâncio Pereira em Vitória e iniciou o curso secundário no Colégio Aristides Freire, na mesma cidade, concluindo-o no Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis (RJ). Em seguida, ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1915. No ano seguinte foi nomeado procurador público de Vitória e exerceu o cargo até 1918, quando foi nomeado professor de história do Ginásio Estadual do Espírito Santo – para o qual posteriormente prestaria concurso defendendo tese sobre a política externa do Brasil. Em 1920, ano tumultuado na política capixaba, foi nomeado procurador geral do estado e tornou-se redator-chefe do jornal oficial *Diário da Manhã*. Sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1921 participou da fundação da Academia Espírito-Santense de Letras. Destacando-se como professor, admirado pelos estudantes, de 1921 a 1926 foi diretor do Ginásio Estadual.

Em 1926, no governo de Florentino Avidos, foi nomeado secretário da Instrução Pública e, logo depois, secretário da Presidência. No ano seguinte, foi lançado candidato à presidência do estado pelo Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), único existente no estado. Nunca desempenhara um mandato eletivo nem se envolvera na política partidária, mas era homem de confiança da cúpula do PRES e gozava de excelente reputação por sua honestidade, correção e cultura. Sua candidatura foi bem recebida pela opinião pública e pelo partido. Eleito sustentando uma plataforma de governo na qual se comprometia a dar continuidade às obras iniciadas na gestão anterior e a priorizar a educação, a saúde e a ordem públicas, bem como o desenvolvimento econômico do estado, tomou posse a 30 de

junho de 1928. A formação de seu governo despertou as primeiras críticas que recebeu, pois nomeou diversos parentes para os principais cargos. Embora fossem todos bem conceituados e considerados competentes para as funções que exerceriam, o nepotismo, prática generalizada na Primeira República, já era condenado no final do anos 1920.

Seu primeiro ano de governo foi de grande atividade e muitas realizações. Deu prosseguimento à reforma urbana de Vitória, com demolição de casas, realinhamento e pavimentação de ruas e praças; concluiu e iniciou várias estradas, continuou as obras do porto de Vitória etc. Foi criada a Bolsa de Comércio do Café, com instalações e aparelhamento de primeira qualidade, o que deu grande impulso à comercialização do café no estado. A iniciativa mais audaciosa se deu na área da educação, conduzida pelo secretário Atílio Vivacqua. Foi iniciada uma verdadeira revolução nos métodos e objetivos do ensino, seguindo as diretrizes da Escola Nova, movimento inovador que teve grande influência no país e inspirava as primeiras experiências naquele momento.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Em meados de 1929, a tranquilidade política teve fim com o surgimento da Aliança Liberal, movimento liderado pelos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que lançou as candidaturas do gaúcho Getúlio Vargas e do paraibano João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República contra Júlio Prestes, candidato do presidente Washington Luís e, como ele, paulista. A campanha tomou a feição de contestação à hegemonia que a oligarquia paulista exercia no país. Estreitamente ligado aos paulistas e ao presidente da República, Aristeu de Aguiar não apoiou o movimento. A Aliança Liberal obteve poucos, mas ainda assim importantes apoios no Espírito Santo, como os do deputado federal Geraldo Viana, do deputado estadual Fernando de Abreu e do jornal *A Gazeta*, de grande penetração no estado, que passaram a fazer aguerrida oposição aos governos federal e estadual.

Em outubro de 1929 estourou a crise econômica internacional e, com ela, veio a queda acentuada do preço do café e das exportações. O Espírito Santo foi logo atingido; caíram as

receitas e, como a dívida pública havia sido organizada desde o governo anterior na expectativa de manutenção da prosperidade, Aristeu se viu a braços com sérias dificuldades financeiras, sem recursos para prosseguir as obras que realizava e para pagar os compromissos. A oposição soube explorar a situação, enquanto a campanha da Aliança Liberal conquistava simpatias entre as camadas médias. O que provocou um forte sentimento contrário a Aristeu foi o comício realizado por uma caravana da Aliança Liberal em Vitória em fevereiro de 1930. As autoridades não permitiram a realização do ato numa praça espaçosa e aberta do centro da cidade, liberaram uma pequena praça com poucos acessos e cercaram a área com a cavalaria da polícia. O comício atraiu muitos curiosos e até adversários, incluindo altas autoridades do governo, além dos partidários da Aliança, todos interessados em ouvir os oradores. Quando o discurso se tornou mais agressivo, apagaram-se as luzes e ouviram-se tiros. A multidão, encurralada, invadiu os prédios vizinhos. Houve muitos feridos e alguns mortos. Por mais que o governo procurasse negar sua responsabilidade, atribuindo os tiros à oposição, a opinião pública se voltou contra ele.

Quando Júlio Prestes venceu a eleição, em março de 1930, a Aliança Liberal não aceitou a derrota e promoveu uma campanha de protestos e tentativas de impugnação, ao mesmo tempo em que se intensificavam as conspirações revolucionárias. Aristeu estreitou os laços com Washington Luís e recebeu o apoio da Associação Comercial, alarmada com a ameaça de subversão da ordem. Porém o projeto revolucionário ganhou adesões, e, quando o corpo João Pessoa, que fora assassinado, passou por Vitória a caminho do Rio, os conspiradores levaram uma pequena multidão ao navio.

No início de outubro, quando a revolta estourou, chegou ao estado um reforço militar enviado pelo governo federal a fim de organizar a defesa, mas entre seus componentes havia oficiais partidários da revolução, como o capitão João Punaro Bley, e estes logo se articularam com os aliados que tinham nas forças militares sediadas no estado, e também na polícia militar, e traçaram um plano estratégico. As tropas revolucionárias partiram de Minas Gerais em várias colunas e penetraram no Espírito Santo sem encontrar resistência, avançando em direção à capital. Somente então Aristeu compreendeu que havia sido traído.

Levar a luta para Vitória significava torná-la inviolável.

A notícia da aproximação dos invasores provocou forte temor na cidade. Os moradores começaram a fugir, e a Associação Comercial, representante da classe dominante, procurou Aristeu manifestando sua preocupação e pressionando-o para que entrasse em acordo com os revolucionários a fim de evitar uma “resistência inútil”. No dia seguinte, 16 de outubro, Aristeu deixou o palácio e embarcou com a família num navio italiano com destino ao Rio. Alegou mais tarde que ia ao encontro de Washington Luís em busca de apoio para defender a capital, mas tratava-se incontestavelmente de uma fuga, e assim foi interpretada por todos, inclusive Washington Luís, que enviou ordem para que o navio se dirigisse à Bahia.

Essa fuga provocou indignação geral e destruiu a reputação de Aristeu no estado. O governo federal ainda tentou promover a resistência, em vão. No dia 18 de outubro as tropas revolucionárias mineiras tomaram Vitória e, no dia seguinte, uma junta governativa tomou posse. Aristeu passou então a morar no Rio de Janeiro. Foi diretor do serviço jurídico da General Electric e presidente da Financiadora Sociedade Anônima. Fez parte também do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de setembro de 1951.

Foi casado com Nair de Freitas Barbosa.

Nara Saletto

FONTES

ACHIAMÉ, F. *Espírito Santo*; DERENZI, L. *Biografia*; *Diário da Manhã* (1928-1930); *Gazeta* (1928-1930); RIBEIRO, F. *Academia*; WANICK, F. *Aristeu*.

AGUIAR, Eurípedes Clementino de

*gov. PI 1916-1920; sen. PI 1924-1930.

Eurípedes Clementino de Aguiar nasceu em São José dos Matões (MA) no dia 19 de janeiro de 1880, filho de Helvídeo Clementino de Aguiar e de Genoveva Lobão de Aguiar. Seu pai foi desembargador e primeiro presidente do Tribunal de Justiça do Piauí.

Formou-se em 1902 na Faculdade de Medicina da Bahia, onde defendeu tese sobre o diagnóstico de queimaduras, e passou a exercer a medicina na cidade de Floriano (PI), onde se tornou intendente municipal.

Em 1916 candidatou-se ao governo do Piauí, em oposição à facção liderada pelo então governador Miguel Rosa, e foi eleito. Contudo, seus inimigos políticos opuseram forte resistência à sua posse. Graças a um acordo entre os políticos locais e a uma decisão favorável ao resultado das eleições por parte do Supremo Tribunal Federal, assumiu o governo em 1º de julho do mesmo ano. Em sua gestão destacaram-se a conclusão do trecho da estrada de rodagem Floriano-Oeiras entre as cidades de Nazaré e Floriano em 1917, a criação da agência da Companhia dos Portos de Teresina em 1919, e o início da construção do açude de Campo Maior no mesmo ano.

Ao fim do quadriênio, passou governo em 1º de julho de 1920 ao sucessor João Luís Ferreira, candidatou-se a deputado estadual e foi eleito. Em 1924 elegeu-se senador. Durante seu mandato, ao lado dos senadores Pires Rebelo, Aristides Rocha, Antonino Freire e Mendes Tavares, trabalhou na revisão do contrato entre a União e a Companhia de Melhoramentos do Maranhão para a incorporação em suas obras do trecho da estrada de ferro entre as cidades de Petrolina (PE) e Teresina e de seus ramais em território piauiense. Teve seu mandato interrompido com a vitória da Revolução de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e determinou a dissolução de todos os órgãos legislativos do país. Foi crítico do governo Vargas, em especial do Estado Novo (1937-1945). Em 1947 atuou na campanha que elegeu José da Rocha Furtado governador do Piauí na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Durante esse governo foi chefe de polícia e secretário geral do estado. Em 1950 disputou o governo do Piauí pela UDN, mas ficou em segundo lugar no pleito que elegeu Pedro Freitas.

Faleceu em Teresina no dia 2 de março de 1953.

Raimundo Helio Lopes

FONTES

GONÇALVES, W. *Grande*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*;
NASCIMENTO, F. *Revolução*; REGO NETO, H. *Fatos*.

AGUIAR, João Juvêncio Ferreira de

*dep. geral PE 1868-1875 e 1886-1889; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893 e 1897-1901.

João Juvêncio Ferreira de Aguiar nasceu em Pernambuco.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e iniciou sua vida política durante o Império, quando ingressou nas fileiras do Partido Conservador. Foi deputado geral pelo estado de Pernambuco nas legislaturas compreendidas entre os anos de 1868 e 1875 e novamente na legislatura 1886-1889.

Depois de proclamada a República (15/11/1889), foi eleito deputado constituinte em setembro de 1890. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário. Permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Voltou a ser eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco para as legislaturas 1897-1899 e 1900-1902. Contudo, não concluiu seu último mandato, pois faleceu na cidade do Rio de Janeiro em maio de 1901.

Raimundo Helio Lopes

FONTES

ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.*

AGUIAR, Sousa

*militar; pref. DF 1906-1909.

Francisco Marcelino de Sousa Aguiar nasceu em Salvador no dia 2 de junho de 1855, filho do major baiano Francisco Primo de Sousa Aguiar, engenheiro militar e professor da Escola Militar, e de Joanna Maria Freund de Aguiar, austríaca de Viena. O major, que em 1861 fora presidente da província do Maranhão, faleceu em 1868, deixando viúva e seis filhos.

Por intermédio de sua mãe, Francisco foi matriculado gratuitamente aos 12 anos no Colégio Pinheiro e depois no Mosteiro de São Bento e no Colégio Vitória. Em 1869 ingressou como cadete na Escola Militar, em 1871 concluiu os preparatórios para o curso superior, e em 1874 tornou-se alferes aluno. Em 1876 foi promovido a primeiro-tenente e concluiu o curso de engenharia. No ano seguinte assumiu o posto de instrutor geral da Escola de Tiro de Campo Grande, no qual permaneceu até ser promovido a capitão em 1879. Nesse mesmo ano foi transferido para a Comissão de Engenharia do Rio Grande do Sul, e entre 1880 e 1888 demarcou as fronteiras brasileiras com o Uruguai e construiu os quartéis de Bagé e São Gabriel. Também nesse período, em 1883, casou-se com Maria Gabriela Bica. Em 1888, ainda no Rio Grande do Sul, recebeu a patente de major e retornou em seguida ao Rio de Janeiro.

Em 1891 foi promovido a tenente-coronel e nomeado comandante do Batalhão de Engenharia, onde projetou os quartéis dos Batalhões de Infantaria e Cavalaria. Em 1892 foi nomeado secretário do ministro da Guerra. Durante sua passagem pela secretaria, a pedido do marechal Floriano Peixoto, projetou o Hospital Central do Exército, que contava com oito pavilhões isolados, os quais foram sendo concluídos em etapas, sendo o último inaugurado em 1916; décadas depois, o hospital foi demolido. Ainda em 1892 integrou a comissão brasileira durante a Exposição Universal de Chicago, realizada para comemorar os 400 anos do descobrimento da América pelos europeus. Em 1893 pediu exoneração do posto de secretário do ministro da Guerra.

Em 1894, assumiu a direção geral dos Telégrafos e foi promovido a coronel. Em 1896 tornou-se comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul e em 1897 comandou o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Foi autor do projeto do quartel central da corporação, cujas obras foram iniciadas em 1898 e concluídas em 23 de maio de 1908. Em 1903 deixou o comando do Corpo de Bombeiros e recebeu a Medalha de Ouro do Mérito Militar.

Em 1904 foi presidente da Comissão de Representação do Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, EUA, na qual obteve o Grande Prêmio de Arquitetura com o projeto do

Pavilhão do Brasil. Ao concebê-lo inspirou-se na arquitetura francesa, empregou elementos neoclássicos e *art nouveau*, e para construí-lo utilizou uma estrutura totalmente metálica, o que foi considerado uma inovação na época. Ainda nos EUA, a pedido do ministro do Interior, criou o projeto do edifício da Biblioteca Nacional. Por solicitação do ministro da Fazenda, estudou a fabricação de cédulas para a implantação dos serviços da Casa da Moeda. Estudou também o sistema norte-americano de fabrico da pólvora sem fumaça, a pedido do ministro da Guerra. Ao retornar ao Brasil, foi promovido a general de brigada e encarregado da construção do edifício da Biblioteca Nacional, que seria inaugurado em 1910, e da remontagem do Pavilhão do Brasil. O pavilhão foi remontado no fim da avenida Central, no Rio de Janeiro, e inaugurado em 23 de julho de 1906, com o nome de palácio Monroe. Nos anos seguintes abrigaria a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e o Estado-Maior das Forças Armadas, até ser demolido em 1976.

Nomeado pelo presidente Afonso Pena (1906-1909), foi empossado prefeito do Distrito Federal em 16 de novembro 1906, sucedendo a Francisco Pereira Passos. Em seu novo posto deparou-se com problemas administrativos e financeiros, entre eles dívidas, obras inacabadas, salários atrasados, compromissos vencidos e contas a pagar até o fim do ano de 1906, além dos compromissos contratados para 1907. A fim de regularizar a situação financeira da prefeitura, contraiu um empréstimo externo. A Lei nº 1.620, de 31 de dezembro de 1906, que obteve do Congresso Nacional, autorizou a prefeitura a solicitar no exterior um empréstimo de no máximo dez milhões de libras para quitar as dívidas acumuladas. A Câmara Municipal, por sua vez, também autorizou o prefeito a obter empréstimos até o valor citado.

Durante sua gestão, a arrecadação de rendas do Distrito Federal e o patrimônio municipal cresceram consideravelmente. Alguns avanços na educação foram obtidos, com a construção de novas escolas e a contratação de professores, o que resultou na ampliação do número de matrículas oferecidas pela prefeitura às crianças em idade escolar, chegando-se ao total de 61.414 vagas em 1908. Inaugurou-se o Externato Profissional Sousa Aguiar, instituto de educação profissional para rapazes e moças. Criaram-se também condições para que a população contasse com um serviço público de assistência médica mais eficiente, através da inauguração do Posto de Assistência Central na rua Camerino, em 1907, e do Posto de Assistência da Praça da República, em 1909, um edifício mais amplo e bem equipado, que viria a se chamar Hospital Sousa Aguiar.

O prefeito tomou ainda medidas de controle higiênico, sanitário e ecológico, entre as quais a análise da qualidade da água nas escolas municipais, a utilização de incineradores de lixo no aterro sanitário da ilha de Sapucaia e a proibição do uso de lenha e carvão nas matas do

distrito. Por meio do Decreto nº 1.134, de 11 de julho de 1908, proibiu o corte e derrubada das árvores da mata. Foi responsável por regulamentar a produção, o transporte e o armazenamento de produtos inflamáveis, explosivos e corrosivos.

Outra marca de sua gestão foi o estímulo à expansão da cidade no sentido Zona Sul, isentando de taxas de licença quem construísse em Copacabana, Leme, Ipanema e Campo do Leblon. Construiu a avenida Atlântica, concluída em 5 de outubro de 1908. Concretizou também a ideia concebida em gestões anteriores de erguer moradias para o proletariado, construindo três vilas operárias, a primeira delas na avenida Salvador de Sá, concluída em 1908. Já em 1907 assinara contratos para a construção de prédios que abrigariam operários. Houve aumento considerável no número de construções e reconstruções na cidade, bem como maior fiscalização das concessionárias de transporte público pela prefeitura, principalmente no tocante à qualidade do serviço prestado.

Após negociar com a construtora responsável pelas obras, Sousa Aguiar inaugurou o Mercado Municipal ainda em 1907. A pedido do presidente Afonso Pena, concebeu e conduziu a reforma do palácio Guanabara, reinaugurado em 1908. Prosseguiu com a construção do Pavilhão Mourisco de Manguinhos (principal prédio da Fundação Oswaldo Cruz), concluiu as obras do Museu Nacional de Belas Artes em 1908 e do Teatro Municipal em 30 de junho de 1909, sendo este inaugurado em 14 de julho seguinte. Deu continuidade às obras de pavimentação das ruas, promovendo o calçamento de uma área equivalente a 149.596m².

A Exposição Nacional de 1908, realizada pelo governo federal para celebrar o Centenário da Abertura dos Portos, teve a intenção de mostrar aos visitantes uma face desconhecida da cidade: a de uma capital saneada e urbanizada graças à contribuição dos prefeitos Pereira Passos e Sousa Aguiar.

Em decorrência do falecimento do presidente Afonso Pena, cujo lugar foi ocupado interinamente por Nilo Peçanha, Sousa Aguiar foi substituído pelo general Inocêncio Serzedelo Correia na prefeitura do Distrito Federal, deixando o cargo em 23 de julho de 1909.

Em 1910, exerceu pela última vez um cargo militar no Ministério da Guerra, o de inspetor da II Região de Inspeção Permanente, com jurisdição sobre o Pará e Aricari. Em 1911 foi promovido a general de divisão e reformou-se no posto de marechal.

Faleceu em sua residência, na rua Paissandu, em 10 de novembro de 1935, deixando viúva Maria Gabriela de Sousa Aguiar e oito filhos.

Cláudia Mesquitta

FONTES:

ALMEIDA, A. *Vultos; Jornal do Brasil* (16/11/1906); *Notícia* (4/1, 12-13/8/1908);
PINHEIRO, M. *Francisco*; REIS, J. *Administrações*.

AGUIAR, Xenócrates João Calmon de

*dep. fed. ES 1930.

Xenócrates João Calmon de Aguiar nasceu na Serra (ES) em 1893, filho de João Pereira Pimentel de Aguiar e de Elvira Pereira Calmon de Aguiar. Pertencia, por parte da mãe, a uma poderosa família do tempo do Império, os Calmon, da qual fazia parte o marquês de Abrantes. O ramo capixaba da família fundou Linhares, dirigiu esse município por muito tempo e teve importantes políticos estaduais na República.

Formado em direito, Xenócrates mudou-se para Colatina, então sede do município de Linhares, levado pelo tio Alexandre Calmon, chefe político local, e fez carreira de advogado e jornalista. Em 1916, o tio, então vice-presidente do estado, tornou-se um dos líderes da oposição à candidatura de Bernardino Monteiro ao governo estadual, num movimento que conflagrou o Espírito Santo e ficou conhecido como a “Revolta do Xandoca”. Derrotados os revoltosos, Alexandre Calmon transferiu-se para o Rio de Janeiro, e Xenócrates tornou-se seu sucessor na política municipal de Colatina: presidiu a Câmara Municipal e elegeu-se prefeito por diversas vezes.

Deputado estadual entre 1925 e 1930, foi primeiro secretário da Assembleia em 1925-1926 e presidente da casa da partir do ano seguinte. Em 1928, quando um de seus primos, Aristeu Borges de Aguiar, foi eleito presidente do estado, sua influência na política capixaba cresceu. Em 1930 foi eleito deputado federal, mas seu mandato durou pouco, interrompido pela Revolução de outubro daquele ano. Estabelecendo-se no Rio de Janeiro, deixou a política e terminou sua carreira como desembargador do Distrito Federal.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1970.

Foi casado com Maria Luísa Soares, com quem não teve descendência, e em segundas núpcias com Maria de Matos, com quem teve três filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES:

CHEQUER FILHO, N. *Revolta; Diário da Manhã* (1928-1930); *Gazeta* (1928-1930); MORAES, P. *Dicionário*.

AGUIRRE, Antônio Gomes

*gov. ES 1891; dep. fed.. ES 1918-1920.

Antônio Gomes Aguirre nasceu em São Mateus (ES) em 23 de agosto de 1859, filho de José Antônio Aguirre e de Rita Gomes Sodré Aguirre.

Passou a infância em São Mateus, mas quando tinha 14 anos sua mãe faleceu, e foi então viver em Vitória com a avó paterna, Rosa Antunes Aguirre, viúva do espanhol José A. Aguirre. Iniciou seus estudos secundários no Ateneu Provincial de Vitória e concluiu-os no Rio de Janeiro, então capital do Império. Matriculou-se na Escola Politécnica, mas logo se transferiu para a Faculdade de Medicina, também no Rio, onde se formou em 1884. Voltou a Vitória, porém em 1886 mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim (ES), onde passou a exercer a clínica médica e casou-se com Florência Gonçalves, filha do médico Florêncio Gonçalves.

Abolicionista e republicano, tornou-se um dos mais destacados militantes da campanha republicana. Foi um dos fundadores do primeiro clube republicano do Espírito Santo, no ano de 1887, em Cachoeiro de Itapemirim, e um dos redatores do jornal *O Cachoeirano*, ligado àquele movimento. Em 1888, no Primeiro Congresso Republicano realizado no Espírito Santo, foi eleito para a comissão incumbida de coordenar a ação dos clubes da província, da qual também fazia parte Afonso Cláudio.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, o governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca nomeou Afonso Cláudio governador do Espírito Santo, tendo como vices Antônio Aguirre, Bernardo Horta e José Horácio Costa. Aguirre participou ativamente do governo, no qual exerceu o cargo de secretário de Finanças, até maio de 1890, quando um congresso do Partido Republicano revelou divergências que levaram à divisão. Os militantes do Clube Republicano de Cachoeiro, Aguirre e Bernardo Horta, foram derrotados na luta interna e saíram do partido e do governo. Tomaram parte em uma articulação presidida pelo barão de Monjardim, antigo chefe do Partido Liberal, da qual resultou a formação da União Republicana Espírito-Santense (URES), em oposição ao

governo estadual.

O Partido Republicano, que saíra do congresso enfraquecido, uniu-se a uma corrente de antigos liberais liderada por Muniz Freire, e juntos fundaram o Partido Republicano Construtor (PRC), que apoiava o governo de Afonso Cláudio. Travou-se acirrada luta política entre as duas agremiações, e o PRC elegeu toda a bancada do Espírito Santo no Congresso Nacional Constituinte, além de continuar a governar o estado, mesmo após a renúncia de Afonso Cláudio, com Henrique Coutinho, nomeado pelo governo provisório. Porém os parlamentares do PRC aliaram-se à oposição ao marechal Deodoro da Fonseca no Congresso e, na eleição indireta do presidente da República, votaram em Prudente de Moraes, e não no marechal. Em represália, o governo federal demitiu Henrique Coutinho e nomeou Antônio Aguirre para o governo do Espírito Santo, a 12 de março de 1891.

Aguirre tratou de desmontar as bases políticas que sustentavam o PRC. Adiou as eleições para a Constituinte estadual, trocou os componentes de todas as intendências municipais, e afinal a URES elegeu toda a Constituinte. Esta, instalada em junho de 1891, elegeu o barão de Monjardim governador do Espírito Santo, com Antônio Aguirre como vice-governador. Naquele turbulento início da República, porém, a conjuntura política se alterava rapidamente. O golpe de Deodoro em 3 de novembro de 1891, fechando o Congresso e decretando o estado de sítio na capital federal, provocou forte reação da oposição e mesmo a ameaça de guerra civil, pois dividiu as forças armadas. O governo do barão de Monjardim manifestou apoio ao marechal e moveu severa repressão aos protestos oposicionistas no estado. Deodoro acabou renunciando 20 dias depois, e seu vice-presidente, Floriano Peixoto, tomou posse. Os governadores que haviam apoiado Deodoro saíram desgastados do episódio, e por toda parte as oposições estaduais, estimuladas pelo governo de Floriano, iniciaram movimentos para depô-los. No Espírito Santo, várias intendências nomeadas pela URES foram depostas, e finalmente a oposição passou ao ataque contra o governo. O barão de Monjardim afastou-se do cargo, e Aguirre, no palácio do governo, enfrentou uma manifestação dirigida pelo PRC, com a participação das forças federais sediadas no estado, que depôs o governo e aclamou a uma junta governativa formada por Graciano Santos

Neves, Galdino Loreto e o comandante do 32º Batalhão de Infantaria, Inácio de Gouveia.

Afastado novamente do poder, Aguirre permaneceu em Vitória, na oposição, como redator do jornal da URES, *Comércio do Espírito Santo*, até a dissolução do partido em 1896. Passou muito tempo afastado da política partidária e dedicado à medicina, em várias ocasiões à frente de comissões de combate a epidemias que assolavam o estado. Foi, durante muitos anos, inspetor da Saúde do Porto de Vitória, e conquistou elevada reputação como médico competente e dedicado.

Em 1917, após uma grave crise política que agitou o Espírito Santo, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), único existente no estado, promoveu a renovação da bancada federal, e Antônio Aguirre foi eleito deputado (1918-1920). Na crise sucessória de 1920, que dividiu os irmãos Monteiro e a oligarquia capixaba por eles encabeçada, Aguirre se posicionou a favor de Jerônimo Monteiro, contra Bernardino Monteiro e Nestor Gomes, mas sua atuação na Câmara foi tímida. Com a vitória dos adversários, não teve seu mandato renovado.

Membro influente e ativo da sociedade capixaba, presente nas mais diversas áreas, foi sócio fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, tornou-se patrono de uma cadeira na Academia Espírito-Santense de Letras, foi membro da Loja Maçônica União e Progresso e presidente do Clube de Regatas Saldanha da Gama.

Casou-se com Florência Gonçalves e teve uma filha.

Faleceu em Vitória em 10 de junho de 1928.

Nara Saletto/Sílvia Ackermann

FONTES:

BAHIENSE, N. *Dr. Antônio; Comércio do Espírito Santo* (1894-1896); FREIRE, M. *Antônio; Estado do Espírito Santo* (1890-1896); PEREIRA, A. *Homens*; RIBEIRO, F. *Academia*.

AIRES, Junqueira

* dep. fed. RN 1894-1896.

Luís Francisco Junqueira Aires de Almeida nasceu em Salvador no dia 22 fevereiro de 1860, filho do poeta e magistrado baiano Joaquim Aires de Almeida Freitas e de Ana Francisca Junqueira Aires de Almeida Freitas. Seu irmão, José Carlos Junqueira Alves de Almeida, foi presidente do Tribunal de Contas e secretário geral do estado da Bahia.

Estudou no Colégio Abílio em Salvador, onde foi aluno de Carneiro Ribeiro, professor de Rui Barbosa, e se tornou amigo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, futuro líder do Partido Republicano no Rio Grande do Norte. Coursou depois a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde recebeu o diploma de engenheiro em 1881. De volta à Bahia, foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador em 1885, e deputado geral em 1886.

Preterido na reeleição de 1889, voltou-se para a carreira técnica. Seguiu para Minas Gerais, onde trabalhou como engenheiro na construção da Estrada de Ferro Sapucaí. No governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), foi nomeado engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte. Pouco antes de deixar o estado para assumir o posto de engenheiro fiscal dos engenhos centrais de Pernambuco, aceitou o convite de Pedro Velho, então governador do Rio Grande do Norte (1892-1896), para candidatar-se a deputado federal na legislatura 1894-1896 fora da chapa do partido. Esse expediente foi arquitetado por Pedro Velho para disputar a vaga oferecida aos oposicionistas. Segundo Luís da Câmara Cascudo, Junqueira Aires foi escolhido por ser bom orador, qualidade que então fazia falta para defender as causas do estado no Congresso.

Eleito deputado pelo Rio Grande do Norte, Junqueira Aires bateu-se contra o adiamento da sessão legislativa em 1894 e passou a denunciar as manobras de José Bernardo de Medeiros para depor Pedro Velho do governo do estado. Na Câmara dos Deputados, apresentou projeto de prorrogação do estado de sítio e defendeu que parte das verbas de colonização fosse destinada à construção de açudes, especialmente no Rio Grande do Norte, insistindo na idéia de que o combate aos “flagelos da seca” deveria ser

permanente. Trabalhou ainda pela destinação de recursos federais para a construção da ferrovia Macau-São Francisco.

Ao voltar a Natal em 1896 para as comemorações do fim do mandato de Pedro Velho, quando foi o orador oficial do Partido Republicano, sentiu os sintomas do que foi diagnosticado como anemia cerebral. Decidiram então transportá-lo de volta para o Rio de Janeiro, onde não conseguiu chegar. Faleceu em Recife, em meio à viagem, na companhia de Pedro Velho, no dia 10 de maio de 1896.

Renato Amado Peixoto

FONTES:

ARAÚJO, D.; SOARES, G. *Caminhos*; CÂM. DEP. *Organizações*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *Vida*; CONG. NAC. *Anais*; *República* (maio/junho 1896); *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (1896); RIBEIRO, A. *Sonho*.

ALBANO, Ildefonso

* dep. fed. CE 1915-1920; pres. CE 1923-1924.

Ildefonso Albano nasceu em Fortaleza no dia 12 de fevereiro de 1885, filho de José Albano Filho e de Maria de Abreu Albano. Era descendente pelo lado paterno do barão de Aratanha.

Estudou no Seminário de Fortaleza, tendo completado sua formação escolar na Inglaterra e na Áustria. Ao voltar da Europa, onde se dedicara ao estudo do algodão e da tecelagem, assumiu o cargo de gerente da firma Albano & Irmão. Cursou até o terceiro ano da Faculdade de Direito do Ceará, mas não obteve o bacharelado.

Casado com uma filha do coronel Franco Rabelo, foi por este nomeado intendente (prefeito) de Fortaleza, cargo que exerceu de 1912 a 1914. Após deixar a prefeitura, representou o Ceará na Câmara dos Deputados nas legislaturas 1915-1917 e 1918-1920, destacando-se por defender firmemente o combate às secas. Em 1921 foi novamente empossado como intendente de Fortaleza, mas deixou o cargo para assumir a presidência do estado do Ceará de 1923 a 1924, em substituição a Justiniano de Serpa, falecido no meio do mandato.

Após deixar a presidência do estado, encontrou sua antiga empresa comercial em crise financeira. Mudou-se então para o Rio de Janeiro, onde passou a viver como caixeiro e depois guarda-livros. Fundou a Sociedade Cearense de Agricultura e redigiu o “Manifesto aos agricultores”. Foi adido comercial do Brasil em Cuba, lecionou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi presidente do Conselho Nacional do Trabalho e membro correspondente da Academia Cearense de Letras.

Morreu no Rio de Janeiro em 23 de dezembro de 1956.

Publicou *O secular problema da seca; Jeca-Tatu e Mané Xiquexique; A URSS do deão.*

Kleiton de Moraes

FONTES:

LEITE FILHO, R. *História* (p.75-77); NOBRE, F. *1001 cearenses* (p.18-19).

ALBERNAZ, Bernardo Antônio de Faria

*pres. GO 1891, 1898 e 1901; dep. fed. GO 1903-1905.

Bernardo Antônio de Faria Albernaz nasceu em Jaraguá (GO) no dia 22 de setembro de 1847.

Ainda durante o Império foi juiz de paz, de 1880 a 1882, e deputado provincial em Goiás, de 1883 a 1885. Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o então presidente da província, Eduardo Augusto Montandon, foi substituído por uma junta governativa provisória que tomou posse em 7 de dezembro. A junta governou até 24 de fevereiro de 1890, quando cedeu o lugar a Rodolfo Gustavo da Paixão, nomeado presidente de Goiás pelo governo provisório da União chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Por decreto do governo provisório de agosto de 1890, Bernardo Albernaz foi nomeado segundo vice-presidente do estado. De 1890 a 1891, foi também presidente da intendência municipal da capital, Goiás Velho.

Desde os primeiros tempos do novo regime, os políticos goianos, numa tentativa de superar as divergências políticas, organizaram-se em torno do Centro Republicano, liderado pelas famílias Bulhões e Caiado, ao qual Bernardo Albernaz se filiou. Entretanto, as antigas disputas logo afloraram e resultaram na formação de dois outros partidos, o Partido Católico, liderado pelo cônego Inácio Xavier da Silva, e o Partido Republicano Federal, resultante de uma cisão no Centro Republicano. O rompimento determinou o modo como os grupos políticos locais se alinharam, uns aos militares que estavam no poder, outros às oligarquias cafeeiras que lhes faziam oposição. O Centro Republicano constituiu a principal expressão dos defensores da autonomia estadual e, por esse motivo, se opôs a Rodolfo Gustavo da Paixão, cuja nomeação significou a derrota momentânea do poder político local perante o poder central.

Em 20 de janeiro de 1891, Rodolfo Gustavo da Paixão teve que deixar o governo de Goiás em vista de um telegrama do Ministério do Interior que lhe concedia exoneração para que realizasse uma missão externa. Durante sua ausência, foi substituído por Bernardo Albernaz

no período de 21 de janeiro a 27 de março. Sucederam a Albernaz como governadores interinos João Bonifácio Gomes de Siqueira e Constâncio Ribeiro da Maia, até que Rodolfo Gustavo da Paixão reassumisse a presidência do estado em 18 de julho de 1891.

Por outro lado, concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e promulgada a Constituição federal em 24 de fevereiro de 1891, teve início o processo de elaboração das constituições estaduais. Em Goiás, diante dos sucessivos adiamentos do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte estadual, uma maioria de 24 deputados se reuniu clandestinamente para votar e promulgar, a 1º de junho de 1891, a Constituição do estado. Integrante desse grupo, Albernaz foi signatário da Constituição. Ao retomar a presidência em 18 de julho, Rodolfo Gustavo da Paixão tentou sem êxito um acordo e acabou por baixar um decreto pelo qual cassou o mandato dos 24 constituintes dissidentes e os processou pelos crimes de desobediência, sedição e usurpação de funções. No mesmo ato, convocou eleições para o dia 15 de setembro a fim de preencher as vagas dos deputados cassados e manteve a data de 15 de novembro para o início dos trabalhos constituintes. Na ocasião foi eleito presidente constitucional de Goiás, e assim continuou no governo. Entretanto, em virtude da renúncia do marechal Deodoro da Fonseca e da posse do vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro, foi destituído em 7 de dezembro.

No governo de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, de 1895 a 1898, Albernaz voltou a ocupar o cargo de segundo vice-presidente de Goiás. De dezembro de 1896 a setembro de 1899, foi também secretário da Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas. Em 9 julho de 1898 assumiu mais uma vez o governo em virtude do afastamento do titular e nele permaneceu até 1º de novembro. Nessa data tomou posse o novo presidente do estado, Urbano Coelho de Gouveia, que havia sido eleito no pleito de 20 de maio, enquanto Albernaz era eleito primeiro vice-presidente.

Em 10 de junho de 1901, tendo Urbano Coelho de Gouveia se ausentado, Bernardo Albernaz assumiu pela terceira vez o governo do estado até 12 de agosto, quando tomou posse o novo presidente eleito, José Xavier de Almeida. Foi novamente primeiro vice-presidente durante o governo de Xavier de Almeida (1901-1905), mas renunciou em 1903,

quando foi eleito deputado federal pelo estado de Goiás, para a legislatura 1903-1905.

Foi também coronel da Guarda Nacional.

Adrianna Setemy

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

ALBERTO, JOÃO

*militar; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930; deleg. mil. SP 1930; interv. SP 1930-1931; ch. pol. DF 1932-1933; const. 1934; dir. ger. DFSP 1945.

João Alberto Lins de Barros nasceu em Recife no dia 16 de junho de 1897, filho de Joaquim Cavalcanti Leal de Barros e de sua segunda esposa, Maria Carmelita Lins de Barros. Embora descendendo de tradicional família nordestina, seu pai recebia rendimentos como professor do Ginásio do Estado de Pernambuco que asseguravam apenas modestas condições de vida à sua numerosa família de 15 filhos, cinco dos quais do primeiro matrimônio.

João Alberto iniciou o curso primário na escola de Dona Amélia, no bairro de Caxangá, em Recife. Dois anos depois, foi expulso devido a um atrito com a professora, prosseguindo os estudos com o pai. Mais tarde ingressou no Ginásio Pernambucano e aos 15 anos matriculou-se na Escola Politécnica de Recife. Aos 18 anos foi obrigado a interromper o curso por motivo de doença, o que lhe permitiu obter apenas o título de engenheiro-geógrafo.

Já restabelecido da enfermidade, em 1918 alistou-se como praça no Quadro Suplementar do Exército e logo foi promovido a sargento e classificado no 34º Batalhão de Caçadores, na capital pernambucana. Em princípios de 1919 matriculou-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, da qual saiu aspirante da arma de artilharia em janeiro de 1922. Ainda nesse mês, apresentou-se ao 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar, no Rio de Janeiro, sendo designado subalterno da 2ª Bateria, então comandada pelo capitão João Batista Mascarenhas de Moraes. Em abril do mesmo ano foi promovido a segundo-tenente.

Em março de 1922, realizaram-se eleições para a sucessão de Epiácio Pessoa na presidência da República, disputadas por Nilo Peçanha e Artur Bernardes. Este último, embora não contasse com o apoio dos militares, saiu vitorioso. No início de julho Epiácio Pessoa ordenou o fechamento do Clube Militar – que se opusera à candidatura e oferecia resistência à posse de Bernardes –, desencadeando inúmeros protestos no meio militar. João Alberto aderiu a essas manifestações no cassino do seu regimento e em seguida participou da preparação de um levante, deflagrado em 5 de julho de 1922 na Escola Militar, no forte de Copacabana e na Vila Militar, no Rio, e debelado no mesmo dia. Apesar de não ter participado da sublevação, ficou confinado durante cinco meses na fortaleza de Santa Cruz, onde entrou em contato com outros oficiais rebeldes, que, sob a liderança do tenente Juarez Távora, preparavam um novo movimento.

NA REVOLTA DE 5 DE JULHO DE 1924

Após sua libertação, João Alberto foi transferido para a guarnição de Alegrete (RS), travando conhecimento com outros oficiais engajados no movimento tenentista, entre os quais o capitão Luís Carlos Prestes, do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (RS). Em junho de 1923 foi promovido a primeiro-tenente e ainda no mesmo ano se casou com Cândida Fortes. Logo em seguida partiu em viagem de núpcias para Recife e aí permaneceu durante seis meses. Ao retornar a Alegrete, encontrou-se no Rio com o capitão Joaquim

Távora, que o informou sobre os preparativos de um levante em São Paulo e lhe confiou algumas missões. O movimento, deflagrado em 5 de julho de 1924 sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes, alcançou grandes proporções, com a ocupação da capital paulista pelos rebeldes durante três semanas. A ação conjunta das tropas federais e das forças policiais de Minas Gerais, São Paulo e do Rio Grande do Sul forçou o deslocamento dos revoltosos para o interior, mas as repercussões favoráveis da revolta nesse último estado fizeram com que, em 29 de outubro, fossem registrados levantes nas cidades fronteiriças de São Borja, Uruguaiana, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo.

Encarregado pelo chefe militar de Alegrete, também adepto da revolta, de simular o corte da ligação ferroviária com Uruguaiana, João Alberto para lá se dirigiu acompanhando um destacamento da Brigada Militar, de posições legalistas, comandado pelo tenente Larré. Com a chegada ao local de um reforço revolucionário, prendeu o tenente e desarmou seus policiais, propondo em seguida ao comandante do grupo rebelde que atacassem Alegrete, o que este recusou sob a alegação de que recebera ordens de aguardar o restante da tropa revolucionária, chefiada por Juarez Távora. Em 30 de outubro, após a chegada de reforços, João Alberto comandou uma unidade no ataque a Alegrete, repellido pela resistência local. Dirigiu-se então para as barrancas do rio Ibirocaí a fim de encontrar-se com o resto da tropa e rumar para Uruguaiana. Nessa cidade, os revoltosos receberam a adesão de civis liderados por Honório de Lemes, chefe local que se notabilizara na Revolução Gaúcha de 1923. Uma semana depois, ainda em território gaúcho, voltaram a Ibirocaí e deslocaram-se para Quaraí e Guaçuboi, onde sofreram um ataque das forças do general José Antônio Flores da Cunha. Conseguindo a custo conter a debandada de seus soldados, João Alberto deixou os feridos em Uruguaiana e seguiu para a Argentina.

De volta ao Brasil pouco tempo depois, dirigiu-se para São Borja, que se encontrava em poder dos revolucionários, e aí combinou com Prestes a concentração das forças revolucionárias na cidade de São Luís Gonzaga. Na mesma ocasião ficou encarregado de contatar o grupo comandado pelo capitão Aníbal Benévolo, que lutava contra as tropas legalistas em Itaquí, mas em meio à viagem recebeu a notícia da morte em combate do capitão e retornou a São Borja.

NA COLUNA PRESTES

João Alberto chegou a São Luís Gonzaga comandando um corpo de mais de duzentos homens e aí juntou-se às forças remanescentes da revolução, constituindo assim o contingente gaúcho composto de cerca de mil militares e mil civis praticamente desarmados que, em 27 de dezembro de 1924, iniciaram a marcha em direção ao norte para fazer a junção com as forças revolucionárias paulistas estacionadas em Catanduvas (PR). Prestes assumiu o comando geral da tropa sulista, dividida em três destacamentos entregues à chefia dos tenentes Mário Portela Fagundes, João Alberto e Antônio de Siqueira Campos. Em Tupanciretã (RS), os revolucionários receberam a adesão de cerca de cem voluntários mal armados e liderados pelo coronel Nestor Veríssimo. Depois de travar combate com as tropas legalistas concentradas na cidade, foram obrigados a recuar até Carazinho, onde receberam de um emissário do general Isidoro a orientação de rumar para Foz do Iguaçu (PR) a fim de encontrar os paulistas.

Deixando Nestor Veríssimo no comando do seu destacamento, João Alberto juntou-se a Prestes para ajudar a penosa ocupação de Boqueirão da Ramada, ponto obrigatório de passagem para o norte, onde os revolucionários tiveram 50 mortos e cem feridos. Outros cem combatentes desertaram quando a tropa chegou a Barracão, na fronteira com a Argentina e última cidade gaúcha do trajeto. João Alberto e Siqueira Campos assumiram o comando da vanguarda no deslocamento para Porto Feliz e Clevelândia, no Paraná, enquanto o tenente Osvaldo Cordeiro de Farias chefiava a retaguarda.

Uma parte do contingente gaúcho já havia atravessado o rio Iguaçu quando chegou a notícia de que os paulistas, atacados pelas tropas legalistas do general Cândido Rondon, haviam abandonado em 30 de março de 1925 a região de Catanduvás. A travessia foi acelerada, e o destacamento de João Alberto prosseguiu em marcha forçada para a cidade de Benjamim Constant (PR), enquanto Prestes rumava em direção a Santa Helena, às margens do rio Paraná, onde ocorreu o primeiro encontro entre gaúchos e paulistas. Em reunião realizada no dia 12 de abril de 1925, Isidoro Dias Lopes apresentou um relato pessimista sobre as condições político-militares de prosseguimento da luta e sugeriu que tomassem o rumo do exílio, mas foi contestado por Prestes e pelo major paulista Miguel Costa, defensores de uma estratégia de guerra de movimento. Esse ponto de vista prevaleceu, levando à formação da 1ª Divisão Revolucionária, que nos anos seguintes percorreria grandes extensões do território nacional e ficaria conhecida como Coluna Prestes. Isidoro, então com 60 anos, foi enviado para a Argentina por ser muito idoso para o tipo de luta que se desenvolveria.

Na reorganização das forças rebeldes, as tropas gaúchas e paulistas formaram inicialmente duas brigadas independentes e todos os oficiais receberam novas patentes, de acordo com suas funções na Coluna. Miguel Costa, comandante-geral, foi promovido a general, Prestes passou a coronel e continuou à frente da Brigada Rio Grande, composta por cerca de oitocentos homens divididos em quatro destacamentos sob a chefia dos tenentes-coronéis João Alberto, Cordeiro de Farias e Siqueira Campos, e do capitão Ari Salgado Freire.

O destacamento João Alberto foi colocado na vanguarda da tropa revolucionária, que atravessou um trecho do território paraguaio e reingressou no Brasil em 30 de abril de 1925 através do rio Iguatemi, ao sul de Mato Grosso. Depois de um combate com o 2º Batalhão de Caçadores (2º BC) em Pranchita, a Coluna se reagrupou em Ponta Porã (MS), abandonada pelas forças legalistas em pânico. Miguel Costa pretendia travar um combate decisivo com o inimigo, mas sua proposta encontrou forte oposição de Prestes, que alegava inferioridade de forças. Acabou prevalecendo este último ponto de vista e, pouco depois, a cadeia de comando e a estrutura operacional da Coluna foram reestruturadas, com a indicação de Prestes para a chefia do estado-maior, a desativação das duas brigadas e a formação de quatro novos destacamentos comandados por João Alberto, Cordeiro de Farias, Siqueira Campos e Djalma Dutra.

O contingente chefiado por João Alberto sofreu um revés em 10 de maio de 1925, mas conseguiu bater em retirada e reincorporar-se à Coluna, que se deslocava para Goiás perseguida pelas tropas do major Bertoldo Klinger. Nesse estado, o destacamento João Alberto teve importante participação na luta travada em Anápolis, decisiva para dispersar as forças legalistas e permitir à Coluna penetrar no sertão livre de perseguições imediatas.

Entre agosto e dezembro, os revolucionários percorreram, sucessivamente, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí, onde João Alberto chegou a flanquear com seus homens a margem esquerda do rio Parnaíba para cercar Teresina. Entretanto, diante da enorme concentração de tropas governistas nessa cidade, o comando revolucionário decidiu suspender a manobra e iniciar a marcha em direção ao Ceará, onde a Coluna foi obrigada a enfrentar os jagunços de Floro Bartolomeu e do padre Cícero Romão Batista.

Atravessando o Rio Grande do Norte e a Paraíba, a Coluna chegou a Pernambuco no dia 12 de fevereiro de 1926, pretendendo atacar Recife e receber adesões de unidades militares ali sediadas. O fracasso do levante chefiado pelo tenente Cleto Campelo provocou uma mudança de planos, com a continuação do deslocamento pelo interior. João Alberto participou nessa época de diversos combates contra tropas da polícia estadual, chefiada por seu antigo comandante, o coronel João Nunes. Depois de atravessar novamente a Bahia e penetrar em Minas Gerais, os revolucionários foram forçados a retornar em direção ao Nordeste, já bastante desgastados pelo longo tempo de marchas e combates. O estado geral dos equipamentos também era bastante precário, limitando a capacidade operacional da tropa, então reduzida a oitocentos combatentes. Chegando a Formosa (BA), a Coluna tomou o rumo de Goiás, e, depois, Mato Grosso, já com a perspectiva de uma possível emigração, concretizada em 3 de fevereiro de 1927.

ATUAÇÃO CLANDESTINA NO BRASIL

A maior parte da Coluna acompanhou Prestes e se fixou na cidade boliviana de La Gaíba, passando a trabalhar na grande empresa colonizadora Bolívia Concessions Ltda., ali sediada. João Alberto, Miguel Costa e Cordeiro de Farias iniciaram em seguida uma penosa viagem através de Santa Cruz de la Sierra em direção à cidade argentina de Paso de los Libres, para discutir com Isidoro Dias Lopes e outros exilados os desdobramentos possíveis da atividade revolucionária.

Durante a permanência em Libres, João Alberto recebeu a visita de sua mulher Cândida e de seu filho Cláudio, e foi contatado também por Siqueira Campos, recém-chegado do Paraguai e disposto a incorporar-se ao trabalho de reorganização dos emigrados. Entretanto, os resultados dessa atividade foram decepcionantes, levando ambos a resolver, com o apoio de Prestes, voltar clandestinamente ao Brasil e “recomeçar a conspiração com gente nova, sobre quem a auréola de homem da Coluna tivesse influência”.

No Rio de Janeiro, estabeleceram contatos com o tenente Juraci Magalhães e outros jovens oficiais simpáticos à luta revolucionária, mas logo constataram a impossibilidade de organização de um novo levante. João Alberto resolveu então se afastar temporariamente do trabalho conspiratório e, com a falsa identidade de Néelson de Castro, viajou para Recife a fim de visitar a família. A convite de Carlos de Lima Cavalcanti, usineiro e proprietário do jornal oposicionista *Folha da Manhã*, fixou residência em Pernambuco, mandou buscar no Rio Grande do Sul sua mulher e seu filho e passou a trabalhar na usina Pedrosa. Com a descoberta de sua identidade em março de 1928, foi obrigado a viajar para o Rio de Janeiro e, em seguida, para o Rio Grande do Sul, acompanhado da mulher em adiantado estado de gravidez. Depois de vários sobressaltos, deixou a família em Alegrete (RS) e conseguiu sair do país, dirigindo-se a Buenos Aires para encontrar Prestes. Duas semanas depois, recebeu

a notícia do nascimento de sua filha e resolveu retornar ao país para visitá-la e, em seguida, procurar Siqueira Campos e Juarez Távora no Rio de Janeiro, onde estes tentavam articular um novo movimento que contava com o apoio do capitão Carlos da Costa Leite e tinha como quartel-general a casa de saúde de Pedro Ernesto Batista. Pouco depois, o grupo percebeu a inviabilidade do projeto e resolveu aguardar a sucessão presidencial de 1930, prevendo para essa época um aguçamento da crise política nacional.

João Alberto retomou a profissão de engenheiro e, novamente com falsa identidade, conseguiu trabalho na construção de rodovias no interior do Paraná. Mudou-se então com a família para Jaguariaíva, pequena cidade próxima à fronteira com São Paulo, onde permaneceu até receber um chamado urgente de Prestes para viajar a Porto Alegre. A campanha presidencial já estava em curso, polarizada entre as candidaturas do paulista Júlio Prestes, situacionista, e do gaúcho Getúlio Vargas, representante da coligação oposicionista Aliança Liberal. Alguns líderes dessa articulação estavam estabelecendo contatos com os exilados e jovens oficiais das forças armadas para preparar uma alternativa revolucionária de tomada de poder caso as expectativas eleitorais fossem frustradas. Depois de discutir esse projeto com Osvaldo Aranha e outros políticos aliancistas em Porto Alegre, João Alberto prosseguiu viagem até Buenos Aires a fim de encontrar-se com Prestes, que, ao contrário da maioria dos seus companheiros, considerava a Aliança Liberal uma frente limitada às classes dominantes e, portanto, incapaz de realizar uma revolução agrária e antiimperialista. Mesmo assim, João Alberto, Siqueira Campos e outros “tenentes” se integraram na preparação do movimento no Rio Grande do Sul junto com Newton Estillac Leal, Herculino Cascardo, Augusto Amaral Peixoto, os irmãos Néelson e Alcides Etchegoyen e outros. Sua atividade foi intensificada depois da vitória do candidato situacionista no pleito de 3 de março de 1930.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Nos primeiros dias de maio, os antigos líderes da Coluna reuniram-se na capital argentina e tomaram conhecimento da intenção de Prestes de lançar um manifesto rompendo com a Aliança Liberal e conclamando o povo à luta por uma verdadeira revolução. João Alberto e Siqueira Campos convenceram-no a esperar mais um mês antes de tomar essa iniciativa e obtiveram a adesão do até então indeciso Miguel Costa, que aceitou manter sigilo sobre a reunião e combinou sua volta ao Brasil para ajudar a articulação revolucionária. Os dois “tenentes” partiram então em um avião monomotor rumo a Porto Alegre, mas a viagem não chegou ao fim, pois uma pane precipitou o aparelho no rio da Prata. Os dois tripulantes conseguiram mergulhar na água, mas, segundo o relato de João Alberto, “mal havia recuperado a calma (talvez decorridos uns dez minutos de nado), ouvi, perto de mim, o grito angustiante de Siqueira: ‘Espera, João!’ Voltei-me ainda em tempo de ver, a um metro de mim, ser tragado por uma onda”.

João Alberto conseguiu nadar até uma praia uruguaia, enquanto o corpo de Siqueira Campos só foi encontrado dias mais tarde. Em fins de maio, João Alberto rompeu definitivamente com Prestes, que lançara pouco antes seu manifesto, e, em seguida, criticou duramente a indecisão das lideranças aliancistas, que se negavam a deflagrar o movimento apesar da conjuntura propícia decorrente da crise econômica em curso. Irritado, retirou-se

para Buenos Aires, declarando que só voltaria a Porto Alegre quando todos estivessem preparados para a luta. A evolução da conjuntura política brasileira favoreceu o projeto revolucionário. Com o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930, os ânimos se acirraram, e com a adesão do presidente eleito de Minas, Olegário Maciel, cuja posse estava marcada para o dia 7 de setembro, as condições materiais para a deflagração do levante se fortaleceram. Chamado de volta a Porto Alegre por Osvaldo Aranha e Maurício Cardoso, João Alberto passou a integrar o grupo de comando da revolução, composto também por Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Virgílio de Melo Franco, Newton Estillac Leal, os irmãos Etchegoyen, Augusto Amaral Peixoto, Herculino Cascardo, Pinheiro de Andrade, Cícero Góis Monteiro, Ricardo Holl, Adalberto Correia e Luís Aranha.

Oficiais revolucionários e elementos civis dividiram então entre si as responsabilidades no levante, iniciado pela Brigada Militar gaúcha em 3 de outubro de 1930, data combinada com as forças de Minas Gerais e da Paraíba comprometidas com a revolta. Coube a João Alberto comandar o ataque aos dois batalhões de infantaria e ao esquadrão de cavalaria sediados no morro do Menino Deus e guardiães de um imenso paiol, a única grande reserva de munição existente no estado. Contando com o apoio do capitão Argolo, do tenente Setembrino Palma e de outros oficiais que serviam nessas unidades, os revolucionários obtiveram êxito em pouco tempo, permitindo que João Alberto se apresentasse no mesmo dia ao chefe da revolução, Getúlio Vargas, no palácio do governo. O Rio Grande do Sul foi completamente dominado em 24 horas e, com a vitória do movimento também em Minas e na Paraíba, os revolucionários passaram a contar com importantes bases para a operação de suas colunas. Os destacamentos gaúchos comandados por Miguel Costa invadiram e controlaram rapidamente Santa Catarina e, em seguida, o Paraná, avançando em direção a São Paulo, principal foco de resistência das tropas legalistas. Por ordem de Góis Monteiro, João Alberto acompanhou a retaguarda desse deslocamento, partindo no dia 5 de outubro num trem especial com cem homens, aos quais se somaram em Tupanciretã ex-combatentes da Coluna Prestes chefiados por Nestor Veríssimo. Ao chegar a Curitiba, foi informado de que Miguel Costa se aproximara da fronteira com São Paulo, Alcides Etchegoyen obtivera uma importante vitória contra tropas federais no norte do Paraná e Vargas viajara para Ponta Grossa (PR), onde instalaria o novo quartel-general revolucionário. A principal concentração de forças legalistas estava na cidade paulista de Itararé, ponto necessário de passagem para o destacamento de Miguel Costa.

A situação militar evoluía de forma claramente favorável aos rebeldes em todas as frentes de luta. Nesse contexto, oficiais de alta patente lotados no Distrito Federal articulavam um golpe militar contra o governo, finalmente deflagrado no dia 24 de outubro, com êxito. O presidente Washington Luís foi substituído por uma junta militar, o que, no entanto, não solucionou imediatamente a questão do poder, pois os novos governantes não se comprometeram claramente com a posse de Getúlio Vargas, reivindicada pelos revolucionários. Além disso, a junta escolheu militares para exercer provisoriamente os governos estaduais, cabendo ao comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), general Hastínfilo de Moura, a chefia do Executivo paulista. Seu governo foi efêmero. Na noite do dia 24, as forças legalistas estacionadas em Itararé renderam-se às tropas de Miguel Costa, e representantes do Partido Democrático (PD) de São Paulo, principal base de apoio da

revolução no estado, começaram a discutir com Vargas, ainda em Ponta Grossa, a nomeação de Francisco Morato para o cargo de interventor e a formação de um secretariado composto por “grandes nomes paulistas”. Essa proposta do PD encontrava forte oposição entre os setores tenentistas, levando Vargas a deixar a questão em aberto. Começava assim a prolongada crise política em São Paulo.

NA INTERVENTORIA PAULISTA

Na condição de representante de Vargas, João Alberto integrou o grupo de líderes revolucionários enviado à capital paulista para preparar a chegada posterior do chefe da revolução e buscar uma solução para o problema da reorganização do poder estadual. Vargas partiu de Ponta Grossa no dia 25 e, durante a viagem, recebeu a visita de Francisco Morato que, apesar da ferrenha oposição de João Alberto e de Miguel Costa, estava confiante em sua nomeação para a interventoria. Em meio a um vácuo de poder – pois Hastínfilo de Moura já abandonara seu cargo – a comitiva foi festivamente recebida na capital paulista no dia 28 de outubro. As diversas correntes integrantes do movimento vitorioso chegaram em seguida a um acordo, estabelecendo que, provisoriamente, o Executivo paulista permaneceria sem chefe, cabendo a José Maria Whitaker coordenar o secretariado (responsável pelos negócios correntes do governo), enquanto João Alberto ficaria como delegado militar da revolução no estado. Pretendendo manter o diálogo com o PD, Vargas convidou Morato para o Ministério da Fazenda de seu futuro governo, mas este não aceitou, ainda seguro de sua indicação para a interventoria paulista.

Vargas partiu em seguida para o Rio de Janeiro, onde, depois de superadas as resistências iniciais da junta militar, tomou posse em 3 de novembro à frente do governo provisório. Nesse mesmo dia, Miguel Costa foi nomeado comandante da Força Pública paulista, passando a deter, junto com João Alberto, o controle das decisões relativas à ordem pública e à segurança no estado, fator de permanente conflito entre as lideranças tenentistas e as forças políticas tradicionais de São Paulo. No dia 6, Plínio Barreto, homem de confiança do PD, substituiu Whitaker na chefia do secretariado paulista, mas a influência de João Alberto se fortaleceu através da nomeação de muitos militares ligados a ele para diversos órgãos de administração estadual. Seu prestígio também cresceu junto às classes média e operária, duramente atingidas pela crise econômica em curso.

João Alberto autorizou o funcionamento legal do Partido Comunista Brasileiro – então Partido Comunista do Brasil (PCB) – e a criação da Sociedade dos Amigos da Rússia; ameaçou confiscar as fábricas que não cumprissem as primeiras medidas sociais decretadas pelo novo governo (aumento salarial de 5% e redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas); e, junto com Miguel Costa e coronel João Mendonça Lima, fundou em 13 de novembro a Legião Revolucionária, voltada para garantir a realização das reformas reivindicadas pelos “tenentes”, de modo a evitar que a revolução representasse apenas “uma derrubada de ocupantes de posições para dar lugar a um assalto a essas mesmas posições”. Seu decreto de 14 de novembro de 1930, permitindo ao governo paulista aposentar e nomear livremente os juízes estaduais, provocou a intensificação dos protestos do PD que temia o crescimento do poder do delegado militar. Considerando-se ultrapassado pelos acontecimentos, Plínio Barreto renunciou a seu cargo em 25 de novembro, sendo

acompanhado por todo o secretariado. Vargas nomeou então João Alberto para o cargo de interventor federal no estado e, depois de algumas negociações, a renúncia coletiva dos secretários foi provisoriamente suspensa. Mesmo assim, as divergências se aprofundaram com rapidez. Acusado pelo interventor de usar seu cargo para fazer política partidária contrária ao espírito da revolução, Vicente Rao, membro do PD, foi demitido da chefia da Polícia, provocando um novo pedido de demissão – desta vez concretizado – de todos os secretários. No dia 4 de dezembro, João Alberto divulgou a composição de seu novo governo, criando inclusive uma nova secretaria, a de Segurança Pública, confiada a Miguel Costa, que acumulou o novo cargo com o comando da Força Pública. Para as outras funções de primeiro escalão foram chamados Marcos de Sousa Dantas (Secretaria da Fazenda), Artur Neiva (Interior), Florivaldo Linhares (Justiça), Edmundo Navarro de Andrade (Agricultura) e Alberto Coutinho (Viação), enquanto Luís de Anhaia Melo passava a ocupar a prefeitura da capital.

Além dos conflitos políticos, o estado enfrentava uma grave crise econômica e social. A lavoura cafeeira, com seus estoques invendáveis, exigia maiores medidas de amparo à sua atividade; a indústria reduzia seu ritmo de produção; as mobilizações operárias assustavam as elites tradicionais. O início do governo de João Alberto coincidiu com uma greve operária em diversos setores, o que motivou uma enérgica proclamação sua, contrária à continuação do movimento e a qualquer agitação social. O PD ainda procurou estabelecer um entendimento com o novo interventor, divulgando nota nesse sentido em 8 de dezembro. Três dias depois, João Alberto declarou à imprensa que aceitaria de bom grado essa colaboração e aproveitaria os quadros do partido na administração estadual. Mas as demonstrações de boa vontade não foram suficientes para impedir o agravamento da crise. A Comissão de Organização Municipal, formada por João Alberto, continuou substituindo prefeitos vinculados às forças políticas tradicionais, enquanto a Delegacia de Ordem Política e Social, também recém-criada, intensificava a censura e a vigilância sobre as atividades políticas no estado – agravando assim dois importantes focos de tensão. No plano nacional, as posições do PD e de João Alberto também eram conflitantes. O primeiro defendia a imediata reconstitucionalização do país, e o interventor era partidário de uma maior centralização de poderes, participando inclusive do chamado “Gabinete Negro”, grupo de líderes da Revolução de 1930 que continuava a se reunir periodicamente com Vargas no palácio do Catete para discutir a situação nacional. Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, José Fernandes Leite de Castro, Ari Parreiras, José Américo de Almeida e Juarez Távora também integravam o grupo, que liderou em janeiro de 1931 a formação do Clube 3 de Outubro, organização tenentista de âmbito nacional defensora de um ponto de vista centralizador e anticonstitucionalista.

Em São Paulo, o crescimento da Legião Revolucionária junto à classe média, à oficialidade militar e a setores do operariado acirrou a tensão existente entre essa organização e as forças políticas tradicionais, especialmente o PD e o Partido Republicano Paulista (PRP). Esse conflito evoluiu para uma ruptura, configurada em 24 de março de 1931, com a elaboração do manifesto em que o PD acusava João Alberto de manter no governo “elementos inconvenientes à tranquilidade geral”, perseguir “ilustres paulistas” e estimular as atividades da Legião Revolucionária. O documento defendeu ainda a formação de uma

frente única em São Paulo para lutar pela convocação de uma assembleia nacional constituinte e pela devolução da autonomia estadual. A pedido de Vargas, o manifesto não foi divulgado imediatamente, vindo a público apenas no dia 7 de abril, depois de uma ofensiva de repressão que levou Vicente Rao e outros líderes do PD à cadeia e provocou a invasão das sedes do partido e do seu jornal, o *Diário Nacional*. Em protesto contra a política aplicada por João Alberto e Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes pediu demissão do comando da 2ª RM dois dias depois, mas não foi atendido.

Hostilizado pelas forças paulistas tradicionais, João Alberto viajou ao Rio de Janeiro e, em seguida, a Petrópolis (RJ), onde se reuniu com Vargas, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. No dia 16 de abril, foi divulgado um sucinto comunicado oficial: “O Governo Provisório decidiu definitivamente manter em absoluto o *status quo* em São Paulo”. Descontentes, oficiais da Força Pública e membros do PD articularam um levante contra o interventor e o secretário de Segurança. Deflagrado em 28 de abril de 1931 o movimento foi rapidamente sufocado com a prisão de mais de duzentos revoltosos e a posterior transferência de vários oficiais do Exército para outras regiões do país, inclusive o general Isidoro Dias Lopes, substituído pelo general Góis Monteiro no comando da 2ª RM.

O crescimento da Legião Revolucionária causava atritos com diferentes grupos políticos e setores sociais. Acusada de comunista por seus adversários conservadores e de demagógica por Luís Carlos Prestes (ainda exilado no Uruguai e já adepto do marxismo), essa organização era alvo também de desconfiança dos setores mais organizados da classe operária, que não aceitavam o enquadramento da estrutura sindical conforme os planos oficiais. O próprio João Alberto passou a temer o crescimento da influência de Miguel Costa e o poder paralelo representado pela Legião, que conseguiu inclusive colocar obstáculos à sua política de aproximação com os produtores de café. Em meados de 1931, Miguel Costa viajou para o Rio a fim de solicitar o afastamento de João Alberto, que, sentindo-se isolado, pediu demissão no dia 24 de julho. Entre as principais realizações do seu governo no terreno da reorganização administrativa destacaram-se a criação de novos órgãos vinculados à Secretaria de Agricultura, do Conselho Consultivo Econômico, da Diretoria de Colonização, do Conselho de Educação e da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais; a reforma da Escola Normal, do Serviço Sanitário do Estado e do Departamento de Trabalho Industrial, Comercial e Doméstico; e a alteração da legislação tributária do estado.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

Mesmo afastado da interventoria, João Alberto continuou a interferir na situação de São Paulo, marcada pelo agravamento do conflito entre elementos tenentistas e as forças políticas tradicionais, agora representadas no governo de Laudo de Camargo, próximo do PD e empossado em 25 de julho. Além disso, procurou tornar-se intermediário entre as reivindicações dos plantadores de café e o governo federal, sendo saudado no Congresso de Lavradores, reunidos em agosto de 1931, como o “patrono da lavoura paulista”.

Depois de uma série de conflitos, a situação em São Paulo tornou-se mais tensa com a anistia decretada por Laudo de Camargo para diversos políticos comprometidos com a situação anterior à Revolução de 1930 e a nomeação de juízes afastados de seus cargos por

motivos políticos. O governo federal forçou a demissão desses juízes e, pouco depois, enviou João Alberto e Miguel Costa para intimarem Numa de Oliveira, secretário da Fazenda, a depor em juízo sobre as acusações de corrupção que existiam contra ele. Do ponto de vista do ex-interventor, esse episódio significava também uma reafirmação de sua posição favorável aos cafeicultores, hostis ao secretário da Fazenda, que se negara pouco antes a suspender suas dívidas com o banco do estado. João Alberto chegou a escrever um relatório a Vargas, datado de 4 de novembro de 1931, descrevendo a situação crítica da lavoura cafeeira e solicitando maior assistência do governo federal para o setor. Considerando essas medidas uma violência contra seu governo, Laudo de Camargo pediu demissão em 13 de novembro de 1931, sendo acompanhado pelo ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, que se afastou três dias depois.

João Alberto e Miguel Costa viajaram então para o Rio a fim de influenciar a escolha do novo interventor. Depois de uma série de reuniões no palácio do Catete, obtiveram êxito com a nomeação do coronel Manuel Rabelo, simpático ao tenentismo, o que levou as forças paulistas tradicionais de volta à oposição, radicalizando suas posições. Em 13 de janeiro de 1932 o PD lançou manifesto rompendo com o governo federal e conclamando a população à luta pela imediata constitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Pouco depois, o PRP fez o mesmo, iniciando o processo de união dos dois grandes partidos locais que resultou na formação da Frente Única Paulista (FUP) em 16 de fevereiro seguinte. Entrevistado pelo jornal *A Noite* três dias depois, João Alberto declarou, em nome do Clube 3 de Outubro, que a luta pela reconstitucionalização era encabeçada por elementos que pretendiam destruir a revolução, mas que, mesmo assim, os “tenentes” não afastavam a hipótese de “aceitar esse desafio”, transformar o clube em partido político e disputar o poder por meios legais.

A intensificação das manifestações populares promovidas pela FUP e a simpatia despertada no Rio Grande do Sul e em Minas pelas reivindicações paulistas levaram Vargas a preparar um estudo para a constitucionalização do país, que resultou no código eleitoral decretado em 22 de fevereiro de 1932. Ao mesmo tempo, contrariando João Alberto e Miguel Costa, o chefe do governo provisório começou a preparar a substituição de Manuel Rabelo por Pedro de Toledo, paulista, civil e próximo do PRP. Toledo foi empossado em 7 de março, quando João Alberto se encontrava no Rio participando de uma reunião do Partido Autonomista do Distrito Federal, criado para defender na futura constituinte a eleição direta do prefeito e a formação de um corpo legislativo na capital semelhante aos congressos estaduais. Junto com Pedro Ernesto, Edgar Romero, Ernesto Pereira Carneiro e Luís Aranha, João Alberto foi indicado para integrar a comissão executiva desse partido e, permanecendo no Rio, foi nomeado por Vargas em 15 de abril chefe de Polícia do Distrito Federal. Nesse cargo, criou a Polícia Especial, destinada a reprimir distúrbios de rua, prendeu diversos políticos acusados de conspirar contra o governo e se manteve atento à evolução da situação paulista, que se tornou crítica a partir da formação, em 23 de maio, de um secretariado composto exclusivamente por membros da FUP. No dia seguinte, Miguel Costa foi reformado e afastado do comando da Força Pública, enquanto Góis Monteiro, pressionado, deixava o comando da 2ª RM, levando João Alberto a defender a nomeação do coronel Manuel Rabelo para este último posto, a fim de promover a dissolução do governo

de Pedro de Toledo e a prisão dos líderes da FUP.

A situação de São Paulo se radicalizou de tal modo que não foi possível ao governo federal evitar a deflagração da Revolução Constitucionalista em 9 de julho, dando início a uma guerra civil de grandes proporções. No começo das operações, o comandante das tropas legalistas na frente de batalha, general Góis Monteiro, combinou com João Alberto a adoção de medidas preventivas de segurança na retaguarda, para evitar que as incipientes manifestações públicas de simpatia aos rebeldes no Distrito Federal estimulassem generais descontentes a repetir contra Vargas a atitude adotada contra Washington Luís em 1930. Pouco depois, João Alberto foi substituído interinamente pelo capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, que ocupou o cargo durante todo o período de guerra civil, encerrada em 2 de outubro com a derrota paulista.

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS

Depois da vitória sobre a Revolução Constitucionalista, Vargas nomeou o general Valdomiro Lima para a interventoria em São Paulo, com a missão de pacificar o estado e promover a conciliação entre o governo federal e as forças derrotadas. Segundo carta de José Carlos de Macedo Soares a Vargas, a interferência de João Alberto representava um obstáculo ao trabalho de normalização, pois este insistia em adotar uma posição repressiva, chegando a apresentar ao novo interventor listas de proscricções. Macedo Soares passou a acusá-lo de “cigano, ambicioso e aventureiro”, afirmando que sua influência continuava viva no estado graças ao “Instituto do Café com seus formidáveis recursos de dinheiro; ao Departamento das Prefeituras com seus enormes recursos políticos; à Chefatura de Polícia com seus terríveis recursos de violência”.

Apesar da derrota militar dos constitucionalistas, o tenentismo não conseguiu se recuperar no estado durante a interventoria do general Valdomiro Lima, enquanto no plano nacional Vargas confirmava as eleições constituintes para maio de 1933, atendendo assim a uma reivindicação dos paulistas derrotados. O Clube 3 de Outubro, organização tenentista mais significativa naquele momento, criticou a medida, considerada um “triunfo das velhas máquinas ou mesmo das máquinas novas, construídas de peças velhas e pela mesma técnica”. A restauração integral da hierarquia militar e o declínio das organizações tenentistas ficaram evidenciados durante o Congresso Revolucionário realizado entre 16 e 25 de novembro de 1932, ocasião em que os setores mais radicais dos “tenentes” não tiveram o menor espaço. João Alberto participou do encontro, que resultou na fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo programa enfatizava a necessidade de sobrepor os interesses nacionais aos regionais. No início de 1933, João Alberto e Juarez Távora tentaram dotar os agrupamentos políticos de tendência tenentista de uma plataforma única em nível nacional, tendo em vista as eleições constituintes. Com esse objetivo, articularam a União Cívica Nacional, oficialmente fundada em 24 de março de 1933, e tentaram, sem êxito, atrair o PSB para esse projeto.

João Alberto retornou à chefia da Polícia do Distrito Federal por um curto período no início de 1933. Ajudou então a fundar o jornal *A Nação*, destinado a apoiar o governo Vargas e dirigido à classe média. Segundo Francisco de Assis Barbosa, os fundos mobilizados para o empreendimento tiveram origem, entre outras fontes, no “jogo do bicho” e em uma verba

secreta especialmente destinada a apoiar a propaganda do governo nos meios de comunicação. João Alberto deixou a chefia de Polícia em abril de 1933 para concorrer no mês seguinte à Assembleia Nacional Constituinte por Pernambuco, na legenda do Partido Social Democrático (PSD) local. Eleito, participou das sessões preparatórias em que foram examinados os diplomas dos deputados e foi realizada a eleição do presidente da Assembleia, cabendo ao mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada a maioria absoluta dos votos. João Alberto absteve-se de votar, mas, mesmo assim, recebeu oito votos para o cargo em disputa.

Com o início dos trabalhos constituintes em 15 de novembro de 1933, o general Góis Monteiro organizou diversas reuniões entre os militares que haviam sido eleitos, para aumentar sua força na Assembleia através da defesa de uma plataforma comum. João Alberto participou desses encontros, cujos debates giraram principalmente em torno de três pontos, relacionados com o capítulo sobre a defesa nacional: o papel do Conselho Supremo de Defesa Nacional, o critério de promoções militares e a manutenção ou não das forças estaduais. Sobre o primeiro ponto, houve consenso em torno de que o conselho deveria ser um órgão político, sem intromissão na atividade normal das forças armadas. Sobre os dois outros assuntos, no entanto, houve divergências. Góis Monteiro defendia a preponderância do critério de merecimento sobre o de antiguidade nas promoções, mas sua posição foi contestada por possibilitar uma maior intromissão da política na vida militar. Augusto Amaral Peixoto, por sua vez, defendia a extinção das forças estaduais, enquanto Góis Monteiro e outros eram favoráveis à sua manutenção em nome da redução dos encargos da União.

O início dos trabalhos constituintes coincidiu com uma crise política em Minas Gerais, onde Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema disputavam a nomeação para a interventoria, vaga desde setembro com a morte de Olegário Maciel. João Alberto defendeu o primeiro pretendente, identificado com posições tenentistas, mas o episódio terminou com a surpreendente nomeação do obscuro deputado Benedito Valadares, empossado em 15 de dezembro de 1933.

Com o atraso ocorrido no cronograma da Assembleia Constituinte, parlamentares governistas apresentaram a proposta de inversão na ordem originariamente prevista para os trabalhos, de modo que a eleição do presidente da República precedesse a promulgação da nova Constituição. João Alberto discursou nessa ocasião, afirmando que, apesar de apoiar a eleição de Vargas, não concordava com a inversão dos trabalhos que, a seu ver, significaria um aviltamento da Assembleia Constituinte. Depois de alguma discussão, chegou-se a uma fórmula conciliatória que preservava a ordem original. A elaboração do texto constitucional ocorreu em meio a um permanente conflito entre as propostas que enfatizavam o fortalecimento da autonomia e dos poderes estaduais, defendidas pela representação paulista e outras grandes bancadas, e a ampliação da centralização política e econômica em torno da União, defendida pelos elementos tenentistas presentes nas bancadas dos pequenos estados e apoiada pela maior parte dos deputados classistas. João Alberto se identificava com esse último bloco que, embora majoritário, fora obrigado a fazer diversas concessões aos defensores da descentralização. Assim, a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, apesar de mais centralizadora do que a de 1891, passou a ser considerada por alguns

setores como um empecilho à ação do governo federal. No dia seguinte, Vargas foi eleito presidente da República.

NO SERVIÇO DIPLOMÁTICO

Os mandatos dos constituintes foram estendidos até maio de 1935, data da posse dos deputados que seriam eleitos em outubro de 1934. Nessa ocasião João Alberto conquistou uma cadeira na Assembleia Constituinte de Pernambuco, reunida a partir de abril de 1935. Por essa época, a luta política ganhou novos rumos. A Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista, experimentou notável crescimento, levando partidos de esquerda, sindicatos e outras organizações a formar a Aliança Nacional Libertadora (ANL) para lutar contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Luís Carlos Prestes foi eleito em março de 1935 presidente de honra dessa entidade, e a seguir convidou muitos de seus antigos companheiros da Coluna e das rebeliões da década de 1920 a aderir ao movimento. Consultado, João Alberto respondeu em junho de 1935 que, embora concordasse com diversos pontos do programa e considerasse o governo federal desacreditado, não ingressaria na ANL porque precisava recuperar-se dos desgastes sofridos nos últimos 13 anos. Pouco depois, Prestes escreveu a André Trifino Correia, veterano das revoltas tenentistas da década de 1920, chamando João Alberto de traidor dos ideais de Siqueira Campos.

A ANL foi declarada ilegal pelo governo em julho de 1935 e, sob a influência dominante do PCB, definiu uma orientação insurrecional que conduziu à revolta de novembro do mesmo ano, rapidamente dominada. Luís Gonzaga Lins de Barros, irmão de João Alberto, foi uma das milhares de vítimas da onda de repressão subsequente, permanecendo preso até maio de 1937. O ex-interventor em São Paulo, no entanto, não foi atingido pelas perseguições.

Ainda em 1935, equiparado no serviço diplomático a ministro de primeira classe, João Alberto viajou para os Estados Unidos a fim de estudar as possibilidades de fomento das exportações de café. No ano seguinte, foi encarregado pelo presidente Vargas de inspecionar o funcionamento de consulados e serviços consulares das missões diplomáticas brasileiras na Europa. De volta ao Rio, trabalhou de janeiro a outubro de 1937 na Secretaria do Ministério das Relações Exteriores, sendo transferido, em fevereiro, para a reserva do Exército. Integrou também a Comissão de Eficiência do ministério até ser nomeado, no início de novembro, encarregado de negócios na Argentina em substituição ao embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva. Recém-chegado a Buenos Aires, ocorreu no Brasil o golpe militar que, sob a liderança do presidente Vargas, implantou o Estado Novo. Em fevereiro de 1938, João Alberto foi substituído pelo embaixador Luís Guimarães Filho e, nos dois meses seguintes, participou da chamada Missão Góis Monteiro, enviada à Argentina, Chile e Uruguai com o objetivo de garantir boas relações entre o novo regime brasileiro e os governos desses países.

Enviado para representar o Brasil na Liga das Nações, em Genebra, integrou os comitês financeiro e econômico da entidade até ser deslocado, em novembro de 1938, para Berna, também na Suíça, onde permaneceu até setembro de 1939, quando retornou ao Brasil para assumir a chefia da recém-criada Comissão de Defesa da Economia Nacional, encarregada

de levantar estoques de produtos básicos, fomentar exportações, controlar importações, propor acordos econômicos com governos estrangeiros e coordenar o transporte marítimo, tendo em vista a nova conjuntura mundial criada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Voltou a exercer missão diplomática no exterior entre abril de 1941 e julho de 1942, como embaixador no Canadá, o primeiro que o Brasil enviou àquele país.

NA COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

A entrada formal do Brasil na Segunda Guerra, decretada em agosto de 1942, reforçou as tendências intervencionistas sobre a economia, manifestadas desde a implantação do Estado Novo. As dificuldades crescentes no comércio mundial levaram o governo a extinguir a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a criar, em 28 de setembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica, com atribuições mais amplas do que as de sua antecessora. João Alberto foi chamado para presidir o novo órgão, que passou a funcionar como um superministério, com amplos poderes para intervir nas atividades econômicas, especialmente na fixação de preços e salários, na determinação de metas de produção, nos problemas de abastecimento e no planejamento do sistema de transportes. Subordinada diretamente a Vargas e sediada no Rio de Janeiro, a Coordenação estava presente em todo o país através de escritórios regionais ou representantes, e possuía um conselho consultivo formado por João Neves da Fontoura, João Daudt d'Oliveira, Pedro da Costa Rego, Roberto Simonsen, Artur Neiva e Euvaldo Lodi, entre outros.

Uma das primeiras preocupações do novo órgão foi coordenar o projeto, financiado pelo governo norte-americano, de fixar 50 mil homens na produção de borracha na região amazônica. Foi criado então o Serviço Especial de Migração de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mas, apesar dos esforços despendidos, o número de trabalhadores no setor não ultrapassou os 10.500 em 1943 devido à ausência de infraestrutura na região. Esse resultado levaria, em dezembro de 1943, à extinção do SEMTA e à criação da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, que conseguiria fixar até 1945 um total de 22 mil pessoas na produção local de borracha.

O início das atividades dos serviços de racionamento e de abastecimento da Coordenação, em maio de 1943, provocou o tabelamento do pão, açúcar e carne, gerando protestos dos produtores e a rápida formação de um significativo mercado negro. As indústrias de tecidos, aniagem, calçados e remédios foram submetidas a uma rigorosa regulamentação para garantir a produção de artigos populares de qualidade e preços inferiores. Apesar dessas medidas, a taxa de inflação passou de 12% em 1942 para 14,9% em 1943, com o aumento significativo nos preços do vestuário, combustível e assistência médica.

Com o objetivo de conhecer novas riquezas naturais e fixar brasileiros em territórios não habitados das regiões Centro-Oeste e Norte, João Alberto organizou uma grande expedição, conhecida como Roncador-Xingu, que partiu em junho de 1943, fundou as cidades de Aragarças (GO) e Xavantina (MT) e deu origem, em novembro, à Fundação Brasil Central, também presidida por ele. Sua gestão à frente deste órgão seria duramente criticada por Carlos Teles no livro *Retrato de João Alberto e de uma época*, publicado em 1946.

Durante o ano de 1944, as vitórias aliadas na guerra e o avanço das pressões pela redemocratização brasileira enfraqueceram o Estado Novo e começaram a influir sobre o

posicionamento de personalidades ligadas ao regime. No início de agosto, a polícia impediu a realização da cerimônia de posse de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, na vice-presidência da Sociedade Amigos da América, entidade civil de oposição ao Estado Novo. Osvaldo Aranha pediu demissão de seu cargo, sendo imediatamente acompanhado por João Alberto, que também começava a adotar uma postura liberal.

Num esforço de aproximação com setores militares descontentes, liderados pelo general Góis Monteiro, Vargas nomeou João Alberto para a chefia de Polícia do Distrito Federal (o recém-criado Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP) em 9 de março de 1945, quando o esgotamento do Estado Novo já era nítido e o processo de transição estava configurado. Cinco dias depois, em entrevista ao *Correio da Manhã*, João Alberto anunciou a quebra de incomunicabilidade do líder comunista Luís Carlos Prestes, preso desde 1936, e afirmou que sua libertação não constituía ameaça à ordem pública. Com a concessão da anistia em 18 de abril, fez questão de conduzir seu antigo comandante na Coluna até a porta da prisão, onde a imprensa o aguardava.

O nome de João Alberto chegou a ser cogitado em uma conversa entre Vargas e Cordeiro de Farias como uma alternativa para promover a conciliação entre as diversas correntes que se preparavam para concorrer à presidência da República, polarizadas principalmente em torno das candidaturas do general Eurico Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, a luta política não caminhou em direção ao consenso. Como resposta ao crescimento da oposição liberal, os comunistas e o recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) passaram a apoiar o chamado “movimento queremista”, que pedia a convocação de uma assembleia nacional constituinte com Vargas no poder. Em 12 de agosto, João Alberto proibiu a realização de novos comícios queremistas, mas sua ordem foi desobedecida por uma grande multidão três dias depois. No dia 16, os generais Góis Monteiro, Odílio Denis, Newton Estillac Leal, Cordeiro de Farias e Juarez Távora, os coronéis Tasso de Oliveira Tinoco e Nélon de Melo, os tenentes-coronéis Jurandir de Bizarria Mamede e Landri Sales Gonçalves e outros oficiais reuniram-se na casa de João Alberto para discutir a ameaça representada pelo queremismo. No dia 3 de outubro, uma manifestação de mais de cem mil pessoas dirigiu-se até o palácio da Guanabara, residência oficial do presidente da República, onde Vargas discursou reiterando que não seria candidato.

Entretanto, a intensa mobilização de apoio a Vargas e seu decreto de 10 de outubro, antecipando as eleições estaduais para 2 de dezembro seguinte, provocaram forte suspeita na oposição sobre a possibilidade de manobras continuístas por parte do chefe do governo. João Alberto proibiu novos comícios e Góis Monteiro, ministro da Guerra, garantiu publicamente a realização das eleições, mas a intranquilidade permaneceu.

Na manhã de 29 de outubro, João Alberto comunicou a Góis Monteiro que assumiria a prefeitura do Distrito Federal em lugar de Henrique Dodsworth, deslocado para a embaixada em Lisboa, cabendo a Benjamim Vargas, irmão de Getúlio e simpático aos queremistas, a chefia da Polícia. Embora soubesse desse remanejamento desde o dia 25 e possuísse um pacto de comunicação imediata desse tipo de notícia com o ministro da Guerra, João Alberto justificou sua demora alegando que fora expressamente proibido por Vargas de vazar a informação. Por volta das 11 horas, Góis Monteiro alertou todos os comandantes de regiões militares sobre sua iminente renúncia em protesto contra as

mudanças, oficialmente comunicadas por João Alberto e Benjamim Vargas às 14 horas. Horas depois, os chefes das três armas decidiram depor o presidente, fato concretizado na madrugada do dia 30, quando Getúlio, pressionado, renunciou e deixou com João Alberto um breve manifesto ao povo brasileiro. Ainda como chefe de Polícia, João Alberto acompanhou na manhã de 31 de outubro o presidente deposto até seu embarque no avião que o levaria ao Rio Grande do Sul.

Afastado da chefia de Polícia, João Alberto ingressou no Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a eleição do general Dutra para a presidência da República no dia 2 de dezembro de 1945, tornando-se em seguida ferrenho partidário de seu governo, iniciado em 31 de janeiro de 1946. Em fevereiro, foi nomeado presidente do Conselho de Imigração e Colonização. Eleito vereador no Distrito Federal na legenda do PTB em 1947, chegou a exercer a presidência da Câmara Municipal até renunciar ao mandato para organizar uma expedição à ilha de Trindade, no litoral do Espírito Santo. Em 1949, ficou à disposição da secretaria da Presidência da República.

Com o início do segundo governo constitucional de Getúlio Vargas em janeiro de 1951, João Alberto voltou a ocupar cargos técnicos na administração federal e a realizar missões no exterior. Nomeado inicialmente para a Comissão Nacional de Assistência Técnica, passou a chefiar em 1952 o Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, órgão que representou na missão econômica brasileira então enviada à Europa e na Comissão de Desenvolvimento Industrial. Em 1953, chefiou a delegação enviada à Alemanha para negociar a renovação de acordos comerciais e de pagamento, seguindo depois para Genebra a fim de representar o Brasil na VIII Reunião do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e coordenar missões brasileiras que atuavam junto a organismos internacionais ali sediados. No ano seguinte, retornou a Genebra para chefiar novamente a delegação brasileira à reunião anual do GATT.

João Alberto foi presidente da companhia Transcontinental de aviação, diretor-superintendente da Rádio Mayrink Veiga, fundador e primeiro presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Participou também da criação da Fundação Getúlio Vargas. Pioneiro em histórias em quadrinhos, além disso foi músico e compositor, chegando a tocar cítara, piano e violoncelo e a ocupar a presidência da Orquestra Sinfônica Brasileira. Entre as peças de sua autoria, destaca-se o *Hino ao Brasil Central*, considerado muito harmônico por Heitor Vila-Lobos. Foi ainda um dos fundadores do Clube Carnavalesco Bola Preta.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1955, quando estava preparando o segundo volume de suas *Memórias de um revolucionário*, cuja primeira parte, intitulada *A marcha da Coluna*, foi publicada em 1954 e logo depois editada também sob a forma de história em quadrinhos.

Seu arquivo encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Jorge Miguel Mayer

FONTES:

ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. CASTELO BRANCO; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BARROS, J. *Memórias*; BELLO, J. *História*; BOMENY, H. *Estratégia*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (16/11/30); CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, L. *General*; *Cronologia da Assembléia*; *Encic. Mirador*; FAUSTO, B. *Revolução*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEVINE, R. *Vargas*; LOVE, J. *Regionalismo*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. REL. EXT. *Almanaque* (1942); MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; *Quem é quem no Brasil*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935;; TAVARES, J. *Radicalização*; TÁVORA, J. *Vida*; TELES, C. *Retrato*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Domingos Jesuíno

*const. 1891; dep. fed. DF 1891-1893.

Domingos Jesuíno de Albuquerque Júnior nasceu em Sobral (CE) no dia 5 de julho de 1855, filho de Domingos Jesuíno de Albuquerque e de Maria Teodora de Albuquerque. Seu pai foi coronel da Guarda Nacional.

Estudou no Ateneu Cearense, instituição dirigida por Manuel Teófilo. Ingressou no Exército em 15 de dezembro de 1870 e frequentou a Escola Militar do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de infantaria e cavalaria, sendo promovido a segundo-tenente de artilharia em 25 de maio de 1878. A partir de então, serviu como quartel-mestre na Escola de Tiro de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Em setembro de 1890, foi eleito deputado federal constituinte pelo 3º Distrito da capital federal, onde dispunha de influência eleitoral. Empossado em 15 de novembro seguinte, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891 passou a exercer o mandato ordinário até o fim da legislatura, em dezembro de 1893. Por fazer oposição a Floriano Peixoto, que assumiu a presidência da República em novembro de 1891 e cujo governo foi marcado pelo autoritarismo, por fortes tensões políticas e por uma perseguição implacável aos opositores, acabou preso, reformado e desterrado, junto com outros militares e civis, senadores e deputados. Já com Prudente de Moraes na presidência (1894-1898), assim como outros militares, foi reconduzido ao Exército por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em causa defendida pelo advogado Rui Barbosa. Foi promovido a tenente da infantaria em 7 de janeiro de 1896 e a capitão em 15 de fevereiro de 1897.

Ainda em 1897, fundou, juntamente com Bezerra de Meneses, Barata Ribeiro e Pizarro Gabiso, o Partido Republicano Democrata do Distrito Federal, pelo qual foi candidato a deputado federal nas eleições daquele ano. Não conseguiu, porém, ser eleito. Durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), foi ajudante de ordens do ministro da Guerra, marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet.

Em 1907, entre os meses de março e outubro, exerceu o cargo de prefeito departamental do Alto Acre, no território do Acre, anexado ao Brasil em novembro de 1903. Para viabilizar o controle federal sobre a região, o território foi dividido em três prefeituras departamentais independentes: a do Alto Acre, o do Alto Purus e o do Alto Juruá. Cabia ao governo federal a nomeação dos prefeitos departamentais, o que gerava constantes conflitos com os acreanos e uma forte instabilidade política, levando a uma

rápida sucessão de prefeitos.

Em 25 de junho de 1910, Albuquerque Júnior foi promovido a major; em 15 de julho do mesmo ano, a tenente-coronel; em 28 de junho de 1911, a coronel graduado; e em 8 de julho de 1911, a coronel efetivo do Exército.

Izabel Silva

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CALIXTO, V. *Resumo*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; COMISS. CONST. CENT. REP. PRIMEIRA CONST. REP. *Relatório*; NEVES, M. *História* (p.1); SILVEIRA, A. *Enciclopédia* (t.1); SOUSA, J. *Índice*; STUDART, G. *Diccionario* (v.1-3).

ALBUQUERQUE, Américo de

*dep. fed. DF 1903-1905.

Américo de Albuquerque nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 6 de agosto de 1860, filho do major José Ricardo de Albuquerque e de Elisa Nunes Pires de Albuquerque.

Estudou no Externato da Escola da Marinha e depois na Escola Militar da Praia Vermelha. Iniciou o curso militar básico, mas diplomou-se em ciências e letras.

De 1890 a 1895, foi pretor na 12ª Pretoria, que inicialmente correspondia a Botafogo e em 1894 passou a corresponder a Engenho Novo e Méier. Exerceu interinamente o cargo de delegado de polícia na 17ª Circunscrição Policial. Foi eleito pelo 2º Distrito para o Conselho Municipal, onde permaneceu de 1897 a 1899 como intendente. No ano de 1897, foi relator da 2ª Comissão de Verificação de Poderes e membro da Comissão Permanente de Indústria, Viação e Obras. Recebeu oficiais da esquadra chilena e na ocasião fez um discurso de elogio histórico a Tiradentes. Foi membro da Comissão Permanente de Instrução durante o ano de 1898.

Representou o Distrito Federal como deputado federal de 14 de maio de 1903 a 31 de dezembro de 1905.

Foi chefe da 4ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil e depois da 3ª Divisão, além de subchefe do Setor de Estatística na mesma companhia, e se aposentou em 1932. Recebeu a patente de major honorário do Estado-Maior de 1ª Classe por serviços prestados à República. Também foi poeta, jornalista e professor. Lecionou em diversos institutos de ensino e colaborou em vários periódicos, em diferentes estados brasileiros e mesmo em países estrangeiros.

Faleceu em 1938.

Publicou *Suma gramatical da língua brasileira; Explicador de matemática, aritmética, álgebra e geometria em resumo; Escrituração mercantil; Epítome de história natural; Epítome de filosofia e moral; Notáveis fatos e vultos brasileiros; Vida; Mistérios do Engenho Novo; O mudo; Santa Rita Durão; Victor Hugo; Tiradentes; José de Alencar; Castro Alves; A verdade histórica sobre o Descobrimento do Brasil; A supremacia da mulher brasileira na história; Escorço biográfico do marechal Floriano; As excelências feminis no Brasil; Provas negativas pelos intentos; Da antropofagia e da poligamia do indígena no Brasil; Legítima fundação da cidade carioca; Razões evidenciando que o ideal republicano é ancestral no Brasil; República do Tejucupapo em 1645; República em Santa Catarina; Vernáculo histórico-poético universal; Glossário brasileiro*. Publicou ainda os poemas e contos *A folhinha; Caniana; Caixinha velha; O olho de boi; A poltrona; A*

virgem loura; O solitário da gôndola; Mané Chico; A luz e o olhar; Os dois vinténs dourados; Evidente ação; Armia; A missão de Jesus; Hidroforas do bem; Boas Festas, e Ano Bom, que foram traduzidos em diversas línguas

Evelyn Morgan Monteiro Paiva

FONTES:

Arquivo IHGB. Fundo Paulo de Frontin; ; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; COL. BRAS. GENEALOGIA; CONS. MUN. DF. *Anais* (1897-1899); *Enciclopédia de literatura*; RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.1)

ALBUQUERQUE, ARISTARCO PESSOA CAVALCANTI DE

*militar; rev. 1930.

Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 4 de agosto de 1879, filho de Cândido Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Sobrinho de Eptácio da Silva Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, teve três irmãos envolvidos em atividades políticas nas décadas de 1920 e 1930. O que mais se destacou, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque – presidente da Paraíba de 1928 a 1930 e candidato à vice-presidência da República em março desse ano na chapa da Aliança Liberal encabeçada por Getúlio Vargas –, foi assassinado em Recife no dia 27 de julho de 1930, em episódio que apressou os preparativos para a eclosão da revolução em 3 de outubro. Outro irmão, o oficial José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, comandou as tropas que, no dia 24 de outubro de 1930, cercaram o palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e depuseram o presidente Washington Luís. Cândido Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o terceiro irmão, foi deputado federal pelo Distrito Federal entre 1935 e 1937. Na família, destacou-se ainda Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, sobrinho de Aristarco e senador pela Paraíba no biênio 1950-1951.

Depois de concluir os estudos básicos Aristarco ingressou no Exército, tornando-se aspirante em 2 de fevereiro de 1907. Promovido a segundo-tenente em dezembro do ano seguinte, participou, em fins de 1912 e início de 1914, de duas expedições militares enviadas para sufocar a rebelião popular de cunho messiânico que, entre 1912 e 1916, conflagrou a região do Contestado, situada na fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Em março de 1917 foi promovido a primeiro-tenente, passando a capitão em junho de 1921. Tinha essa patente quando tomou parte na repressão à Revolta de 5 de julho de 1922, no forte de Copacabana, no Rio, que marcou o início do ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920.

Promovido a major em novembro de 1926 e a tenente-coronel em janeiro de 1930, no mês de outubro desse ano comandou os contingentes revolucionários de Minas Gerais, substituindo o então capitão Leopoldo Néri da Fonseca, que recebera ordem para se deslocar para o Rio de Janeiro. Em Minas, o conflito durou quatro dias, terminando com a rendição do 12º Regimento de Infantaria, último reduto legalista.

Em 15 de dezembro de 1930, foi nomeado comandante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Promovido a coronel em maio de 1931, permaneceu à frente do Corpo de Bombeiros durante quase 15 anos, até 31 de outubro de 1945. Faleceu em 1949.

FONTES:

Almanaque da PB; ARQ. GETÚLIO VARGAS; SILVA, H. 1930.

ALBUQUERQUE, Caetano de

*militar; const. 1891; dep. fed. MT 1891-1893 e 1912-1914; pres. MT 1915-1917.

Caetano Manuel de Faria e Albuquerque nasceu na cidade de Cuiabá no dia 11 de janeiro de 1857, filho do coronel Caetano Manuel de Faria e Albuquerque e de Francelina de Faria e Albuquerque.

Formou-se em ciências físicas e matemáticas e em engenharia militar pela Academia Militar. Na condição de ajudante do major Gomes Carneiro, participou da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia.

Defensor do ideário republicano, e filiado ao Partido Nacional, criado em janeiro de 1890 pelo presidente de Mato Grosso Antônio Maria Coelho, foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano e colaborou na elaboração da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, passando a partir de maio a exercer o mandato ordinário. Em 1892 participou ativamente do movimento que depôs Manuel Murtinho, primeiro presidente constitucionalmente eleito de Mato Grosso. Foi membro da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e encerrou o mandato em dezembro de 1893. Voltou à Câmara na legislatura 1912-1914.

Eleito presidente do estado de Mato Grosso pelo Partido Republicano Conservador (PRC), tomou posse em 15 de agosto de 1915, sucedendo a Joaquim Augusto da Costa Marques. Antes de completar um ano no governo, porém, em julho de 1916, rompeu oficialmente com o PRC. Passou a governar o estado com o apoio do Partido Republicano Matogrossense (PRMG), mas isso não lhe garantiu o apoio da maioria dos deputados na Assembleia estadual. Além disso, o PRMG contava com apenas um parlamentar na Câmara dos Deputados.

Em meio a uma crise política se tornava cada vez mais grave, foi apresentada denúncia na Assembleia Legislativa que abriu o caminho para seu *impeachment*. Alegando falta de segurança em Cuiabá, os deputados seguiram para Corumbá e, lá reunidos, aprovaram o afastamento do presidente estadual. Abriu-se assim mais um complexo e intricado campo

de luta na área jurídica, pois com esse ato o primeiro vice-presidente assumiu o governo, mas Caetano de Albuquerque obteve um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) e permaneceu no cargo, estabelecendo-se desse modo a duplicidade administrativa. Diante da gravidade do quadro político, o presidente da República Venceslau Brás enviou ao Senado um pedido de intervenção em Mato Grosso, que foi aprovado em dezembro de 1916, sendo a intervenção decretada no dia 10 de janeiro de 1917. Caetano de Albuquerque foi então substituído pelo mineiro Camilo Soares de Moura, que assumiu o governo na condição de interventor em 9 de fevereiro de 1917.

Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 1925.

João Edson Fanaia

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; ALVES, L. *Caetanada*; CORREIA FILHO, V. *História*; FANAIA, J. *Elites*; PONCE FILHO, G. *Generoso*; PÓVOAS, N. *Galeria*.

ALBUQUERQUE, Carlos Cavalcanti de

*militar; dep. fed. PR 1900-1905 e 1909-1911; pres. PR 1912-1916; sen. PR 1921-1930.

Carlos Cavalcanti de Albuquerque nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 22 de março de 1864, filho de Inocêncio José Cavalcanti de Albuquerque, militar, morto em combate na Guerra do Paraguai, e de Joaquina da Mota Cavalcanti de Albuquerque.

Iniciou o curso de humanidades em Vitória, no Espírito Santo. Por intervenção de seu tio, general José de Almeida Barreto, frequentou ainda o Colégio Serapião, em Curitiba. Concluiu o curso secundário na Escola de Cadetes, em Porto Alegre, em 1879, e cursou em seguida a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, formando-se engenheiro militar e obtendo o bacharelado em ciências físicas e matemáticas.

Ingressou na política em 1890, como oficial de gabinete do presidente provisório do estado do Paraná, Inocêncio Serzedelo Correia. Foi eleito deputado constituinte estadual em 1892. Após a Revolução Federalista (1893-1895), conflito iniciado no Rio Grande do Sul que se estendeu por toda a Região Sul do país, cindindo política e militarmente o Paraná, foi eleito deputado federal em 1900 e reeleito em 1903, exercendo o mandato de 1900 a 1905. Alcançou nova reeleição em 1909 e permaneceu na Câmara até 1911.

Nesse ano, seu nome foi lançado à sucessão do presidente estadual Francisco Xavier da Silva pelo partido hegemônico local, o Partido Republicano Paranaense. Eleito, governou o Paraná de 25 de fevereiro de 1912 a 25 de fevereiro de 1916, quando tomou posse seu sucessor Afonso Camargo. Em sua gestão, criou o Corpo de Bombeiros e obteve empréstimos externos a fim de equacionar o desequilíbrio orçamentário. Criou ainda a Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria, com o propósito de estimular as atividades econômicas no estado. Para isso adotou, entre outras medidas, a que ele próprio destacou: uma “ativa propaganda para dilatar os mercados de consumo dos nossos principais produtos de exportação, muito especialmente o da erva mate”. Revelando sua origem militar, em seu governo preocupou-se também com a organização e o incremento dos equipamentos bélicos e do efetivo das forças policiais, destacando a peculiaridade da

posição territorial do Paraná, que faz fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Seu período à frente da administração estadual foi marcado por negociações e controvérsias com o governo de Santa Catarina em torno da delimitação de terras na divisa entre os dois estados. A querela, que se arrastava havia cerca de um século, desdobrou-se, precisamente em seus anos de governo, na chamada Guerra do Contestado, conflito que envolveu trabalhadores rurais, coronéis, ou grandes proprietários de terras, e a empresa norte-americana Railway Company. Recusando negociações exclusivas com o governo catarinense, apelou ao arbitramento da União para solucionar a questão. A controvérsia só teria um desfecho após o fim de seu governo, com a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à devolução de uma faixa de terra às margens do rio Iguaçu ao estado de Santa Catarina.

A partir de 1921 foi sucessivamente eleito senador da República até ter o mandato interrompido pelo movimento revolucionário e 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. No Senado, defendeu a criação do Ministério da Aeronáutica, proposta que teve a oposição de Santos Dumont, contrário ao uso da aviação para fins bélicos.

Foi ainda chefe de gabinete da Administração da Guerra, comandante do I Regimento de Infantaria e chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1935.

Foi casado com Francisca, irmã de Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná (1920-1928) e senador da República (1928-1930).

Escreveu o livro *Forças de terra*, publicado em 1902.

Roberto Bitencourt da Silva

FONTES:

ALBUQUERQUE, C. *Mensagem* (1913-1915); Carlos Cavalcanti de Albuquerque.
Disponível em:

http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1547&li

=32&lcab=1921-1923&lf=32>. Acesso em: 17/2/2009; CARNEIRO, D.; VARGAS, T. *História*; FAUSTO, B. *História*; GOULART, M. *Coronelismo*; LOVE, J. *Regionalismo*. <http://pt.wikipedia.org/wiki/brazil_Railway_Company>

ALBUQUERQUE, Garcia Pires de Carvalho e

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1893 e 1903-1908.

Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque nasceu em Salvador no dia 20 de setembro de 1840, filho de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, barão e visconde da Torre de Garcia D'Ávila, e de Ana Maria de São José e Aragão. O título de barão foi concedido a seu pai no dia da coroação de dom Pedro I (1/12/1822) em função dos relevantes serviços por ele prestados nas lutas pela Independência do Brasil, quando organizou e comandou as forças da “Torre de Garcia D'Ávila”, razão pela qual também recebeu a Medalha de Ouro da Independência. O título de visconde foi-lhe concedido em 12 de outubro de 1826, e o de visconde com grandeza, em de 18 de julho de 1841.

Em 1860, diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890. Assumiu o mandato em 15 de novembro seguinte e, após a promulgação da primeira Carta republicana, exerceu o mandato ordinário até o fim da legislatura, em 31 de dezembro de 1893.

Em 16 de abril de 1903, com a renúncia de Deocleciano Pires Teixeira à sua cadeira no Senado Estadual da Bahia, concorreu à vaga, foi eleito e reconhecido em sessão de 1º de agosto. Em 4 de outubro seguinte, em eleição suplementar para preencher a vaga do deputado federal Manuel Adalberto Oliveira Guimarães, falecido no dia 29 de junho, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Na eleição para a legislatura 1906-1908, teve seu mandato renovado.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 15 de julho de 1917.

Casado com Maria Capitulina de Teive e Argolo, filha do coronel Miguel de Teive e Argolo, teve os filhos Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e Garcia de Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque. O primeiro foi deputado à Assembleia Constituinte baiana em 1891 e deputado estadual de 1891 a 1894, juiz federal no estado do Rio de

Janeiro e no Distrito Federal de 1897 a 1909, ministro do Supremo Tribunal Federal de 1917 a 1931, e procurador geral da República de 1919 a 1930.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES:

BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Relembrando*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Titulares*; *Diário oficial BA* (p. 489); RHEINGANTZ, C. *Titulares*.

ALBUQUERQUE, João Batista do Rego Barros Cavalcanti de

*militar; junta gov. SC 1889.

João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque fez carreira militar. Lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870) e por sua atuação foi condecorado pelo governo argentino.

Coronel comandante do 25º Batalhão de Infantaria na cidade de Desterro, atual Florianópolis, após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 integrou a junta governativa de Santa Catarina, ao lado de Alexandre Marcelino Bayma e Raulino Horn. Em 2 de dezembro seguinte a junta transmitiu o governo estadual a Lauro Müller, nomeado governador pelo marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório da República (1889-1891).

Em janeiro de 1890, tornou-se membro do Conselho de Guerra do Exército Brasileiro, sendo promovido a marechal de campo em 1892.

Carolina Vianna Dantas

FONTE:

PIAZZA, W. *Dicionário*.

ALBUQUERQUE, José Joaquim de Medeiros e

*jornalista; dep. fed. PE 1894-1896; 1901-1902 e 1904-1911.

José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque nasceu em Recife no dia 4 de setembro de 1867, filho de Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque. Seu pai foi deputado geral pelo Maranhão de 1872 a 1875.

Iniciou seus estudos no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1880 viajou para Portugal, onde foi matriculado na Escola Acadêmica de Lisboa. Permaneceu nessa instituição até 1884 e, ao voltar ao Brasil, fez um curso de história natural com Emílio Goeldi e foi aluno particular de Sílvio Romero. Simpatizante do abolicionismo, defendeu também a causa republicana. Em 1888 iniciou a atividade jornalística colaborando no jornal *Novidades* e no ano seguinte estreou na literatura.

Após a proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado secretário, e depois diretor da Secretaria do Ministério do Interior pelo então ministro Aristides Lobo. Em 1890 foi nomeado professor da Escola de Belas Artes, presidente do Conservatório Dramático (até 1892), e tornou-se professor das escolas do segundo grau (até 1897). Em 1892 assumiu o cargo de vice-diretor do Ginásio Nacional, nomeado por Benjamin Constant, então ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Iniciou sua vida política em 1894, quando foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio desse ano, atuou na defesa e votação da lei dos direitos autorais. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Em 1897 foi nomeado diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Contudo, por estar na oposição ao presidente Prudente de Moraes (1894-1898), foi perseguido e forçado a pedir asilo à embaixada do Chile. Demitido do cargo, recorreu à Justiça e conseguiu retornar ao emprego. Nele permaneceria até 1906, quando se aposentou.

Também em 1897 foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) e primeiro ocupante da cadeira número 22. Na ABL, respondeu pela secretaria geral de 1899 a 1917, foi autor da primeira reforma ortográfica ali promovida em 1902, integrou a comissão do dicionário da casa e foi redator da revista da instituição.

Em 1901 voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados ao ser eleito deputado federal na vaga aberta pela renúncia de Herculano Bandeira, que se tornou senador. Exerceu o mandato até dezembro de 1902, quando se encerrou a legislatura. No pleito do ano seguinte não foi eleito, mas em 1904 foi escolhido para assumir a vaga de deputado federal aberta com o falecimento de Ermídio Coutinho. Foi novamente eleito deputado federal por Pernambuco para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911. Nesta última fez forte

oposição ao governo de Hermes da Fonseca (1910-1914). Ao fim do mandato, em dezembro de 1911, deixou a Câmara, e de 1912 e 1916 viveu em Paris. De volta ao Brasil, defendeu a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Nas eleições de 1930, ficou ao lado de Washington Luís e fez oposição à Aliança Liberal. Vitoriosa a Revolução de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder, refugiou-se na embaixada do Peru. De 1930 a 1934 dedicou-se às atividades jornalísticas e à ABL.

No campo jornalístico, colaborou com diversos periódicos, como *Fígaro*, *O Tempo*, *A Notícia*, *A República*, *O País*, *Revista da Semana*, *Gazeta de Notícias*, *A Ilustração*, *A Noite* e *Gazeta de São Paulo*. Escreveu usando os pseudônimos Armando Quevedo, Atásius Noll, J. dos Santos, Max e Rifiúfio Singapura.

Foi também tenente-coronel da Guarda Nacional, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta, memorialista e o autor da letra do Hino da República.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 9 de junho de 1934.

Sua obra literária abrange vários gêneros: poesia: *Pecados* (1889), *Canções da decadência* (1889), *Poesias 1893-1901* (1904), *Fim* (1922), *Poemas sem versos* (1924) e *Quando eu falava de amor* (1933); contos: *Um homem prático* (1898), *Mãe Tapuia* (1900), *Contos escolhidos* (1907), *O assassinato do general* (1926), *O umbigo de Adão* (1932), *Se eu fosse Sherlock Holmes* (1932), *Segredo conjugal, em colaboração com outros* (1934) e *Surpresas* (1934); romances: *Marta* (1920), *Mistério* (1921) e *Laura* (1933); teatro: *O escândalo, drama* (1910) e *Teatro meu... e dos outros* (1923); ensaios e conferências: *Em voz alta* (1909), *O silêncio é de ouro* (1912), *Pontos de vista* (1913), *O hipnotismo* (1921), *Graves e fúteis* (1922), *A obra de Júlio Dantas* (s.d.), *Literatura alheia* (1914), *Páginas de crítica* (1920), *Homens e coisas da Academia* (1934); memórias e viagens: *Por alheias terras...* (1931), *Minha vida da infância à mocidade 1867-1893* (1933), *Minha vida da mocidade à velhice 1893-1934* (1934) e *Quando eu era vivo... Memórias 1867 a 1934* (1942); pensamentos e polêmicas: *Pensamentos de Medeiros e Albuquerque. Coligidos por Maurício de Medeiros* (s.d.) e *Polêmicas. Coligidas e anotadas por Paulo de Medeiros e Albuquerque* (1941); política: *O regime presidencial no Brasil* (1914) e *Parlamentarismo e presidencialismo* (1932). Publicou ainda discursos e conferências na *Revista da Academia* e dirigiu e prefaciou a edição das *Poesias completas de Pedro II*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; ACAD. BRAS. LETRAS. Disponível em:
<<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: 22/9/2010; CÂM. DEP. *Deputados
brasileiros*.

ALBUQUERQUE, Lourenço Augusto de Sá e

*pres. MA 1891; sen. PE 1891; dep. fed. PE 1893-1895, 1912-1914 e 1918-1919.

Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque nasceu em Ipojuca (PE) no dia 14 de outubro de 1852, filho de Lourenço de Sá e Albuquerque e de Cândida Vitória de Sá, viscondes de Guararapes.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1874 e iniciou a vida política ainda no Império, elegendo-se deputado provincial em Pernambuco para várias legislaturas.

Em 14 de março de 1891, logo em seguida à promulgação da primeira Constituição republicana (24/2/1891), foi nomeado presidente do estado do Maranhão em substituição ao governador em exercício Tarquínio Lopes. No dia 7 de setembro seguinte licenciou-se para assumir o mandato de senador por Pernambuco e passou o governo ao primeiro vice-presidente Carlos Emílio de Andrade Peixoto. Com a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República em novembro do mesmo ano, e a posse do vice-presidente marechal Floriano Peixoto, vários governantes estaduais foram destituídos. Assim, no dia 25 de novembro Lourenço de Sá e Albuquerque foi deposto do poder no Maranhão, seu substituto foi afastado, e assumiu o governo uma junta provisória composta pelo capitão-tenente Oton de Carvalho Bulhão, Benedito Pereira Leite, Raimundo Joaquim Ewerton Maia e Francisco Cunha Machado. Entretanto, dois dias depois, chegaram ordens do governo federal para que Carlos Emílio de Andrade Peixoto regressasse ao governo. Nesse ínterim, Lourenço de Sá e Albuquerque retornou ao Maranhão e em 29 de novembro assumiu novamente a presidência do estado. Diante das grandes pressões que sofreu, com a intervenção de líderes políticos locais, renunciou, porém, em 18 de dezembro, sendo substituído por uma junta governativa provisória até a posse de Manuel Inácio Belfort Vieira, em 8 de janeiro de 1892.

Depois de retornar a Pernambuco, foi eleito deputado federal em 1893. Nesse mesmo ano, durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima (1892-1896), foi preso devido a uma tentativa de golpe e a divergências com o presidente Floriano Peixoto e seus aliados.

Enviado para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi libertado no dia 26 de setembro, por um *habeas-corpus* emitido pelo Supremo Tribunal Federal. Cumpriu novo mandato na Câmara dos Deputados na legislatura 1894-1896. Em 1912 retornou à Câmara dos Deputados, e aí permaneceu até 1914. Voltou a exercer o mandato de deputado federal de 1918 a 1919.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*; PLANALTO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/infger_07/governadores/GOV-MA.htm. Acesso em: 5/3/ 2010.

ALBUQUERQUE, Otacílio Camelo de

*jornalista; dep. fed. PB 1915-1923; sen. PB 1923.

Otacílio Camelo de Albuquerque nasceu em Areias (PB) no dia 21 de fevereiro de 1874, filho de João Aureliano Camelo de Albuquerque e de Mariana Leonor Borges da Fonseca. Seu avô materno, Antônio Borges da Fonseca, foi um dos líderes da Revolução Praieira de 1848.

Estudou no Liceu Paraibano e ingressou na política ainda durante o Império, quando defendeu a causa abolicionista e escreveu no jornal *A Verdade*, periódico da Paraíba que defendia o fim da escravidão. Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, militou ao lado dos republicanos da Paraíba. Em 1901, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Entre 1904 e 1908 foi prefeito de Areias e entre 1909 e 1912 exerceu o mesmo cargo na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada João Pessoa. Depois desse período foi eleito deputado estadual na Paraíba e durante seu mandato foi líder do governo de João Pereira de Castro Pinto (1912-1915) e presidente da Assembleia Legislativa.

Em 1915 foi eleito deputado federal pela Paraíba com o apoio de Eptácio Pessoa, depois que este rompeu politicamente com o padre Valfredo Leal, dando início a um período de forte disputa entre as facções políticas lideradas por ambos. Foi reeleito em 1918 e conseguiu renovar o mandato mais uma vez em 1921. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até 1º de maio de 1923, quando renunciou ao mandato por ter sido eleito senador na vaga aberta com a renúncia de Pedro da Cunha Pedrosa, que assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Permaneceu no Senado até dezembro de 1923, quando se encerrou a legislatura. Durante o curto período em que esteve no Senado Federal, foi membro da Comissão de Saúde Pública.

Voltou a atuar intensamente na política paraibana em 1928 quando, ao lado de João da Mata e Correia Lima, fundou o Partido Democrático, que fez oposição ao governo federal. Esteve ao lado da Aliança Liberal nas eleições de março de 1930 e no movimento revolucionário de outubro daquele ano que levou Getúlio Vargas ao poder.

No campo jornalístico, foi redator dos jornais *A Verdade*, *Libertador*, *O Norte*, *A União* e *Diário do Povo da Paraíba*, todos da Paraíba, e ainda do *Diário da Manhã*, de Pernambuco. Colaborou também com os periódicos paraibanos *O Jornal*, *Anais do Grêmio dos Hospitais* e *Correio da Manhã*. Foi ainda professor do Liceu Paraibano, onde lecionava álgebra, e da Escola Normal, onde ensinava higiene, delegado de higiene na Paraíba e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 27 de dezembro de 1954.

Foi casado com Zulmira Ribeiro dos Santos Coelho.

Publicou *Impaludismo no Rio de Janeiro* (1901) e *Lições de língua materna* (1906), além de diversas peças de teatro, como *Fim do mundo*, *Pais de família educai vossos filhos e Guerra de Canudos*. A seu respeito, Luís Pinto publicou *Otacílio de Albuquerque. Época. Vida. Obra* (1966).

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; BARBOSA, S. *Pequeno dicionário; Grande encic. Delta*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; PINTO, L. *Antologia*.

ALBUQUERQUE, PIRES E

*magistrado; min. STF 1917-1931; proc.-ger. Rep. 1919-1931.

Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque nasceu em Rio Fundo (BA) no dia 5 de fevereiro de 1865, filho de Garcia Dias D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, deputado e senador estadual na Bahia, e de Maria de Argolo Pires. Descendia de famílias tradicionais baianas, os D'Ávila e os Pires de Carvalho e Albuquerque. Seu avô paterno e homônimo foi barão e visconde com grandeza da Torre de Garcia D'Ávila, e seus tios-avós, irmãos deste, também receberam títulos de nobreza no Império, destacando-se no período Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, visconde de Pirajá, e Francisco Estêvão Pires de Carvalho e Albuquerque, barão de Jaguaribe.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1886, retornou à Bahia e fez carreira de promotor público entre 1887 e 1890, em Salvador e nas cidades de Maracás, Alagoinhas e São Francisco. Deputado à Assembleia Constituinte baiana de 1891, com a transformação desta em Câmara estadual ordinária, teve o mandato estendido até 1893. Reeleito em 1894, continuou deputado estadual até 1896. Nomeado juiz federal no estado do Rio de Janeiro em 1897, foi removido em março de 1904 para a recém-criada 2ª Vara do então Distrito Federal e de 1913 a 1914 serviu no tribunal arbitral que resolveu a questão dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Em maio de 1917 foi nomeado pelo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 1919, foi um dos relatores do pedido de *habeas-corpus* impetrado pelo general Coriolano de Carvalho e Silva em favor de Rui Barbosa, candidato derrotado por Eptácio Pessoa nas eleições presidenciais de abril daquele ano. O pedido argumentava que Eptácio não poderia ser considerado eleito, por ter sido declarado inválido para o serviço público e por ter portado condecoração estrangeira. O STF, porém, não aprovou o pedido. Em agosto de 1919, poucos dias após tomar posse, Eptácio nomeou-o procurador-geral da República, cargo atribuído na época obrigatoriamente a um ministro do STF.

Em 1920 presidiu o tribunal arbitral que decidiu a questão de limites entre Goiás e Mato Grosso, e em 1928, na qualidade de procurador-geral da República, foi acusado pelo jornalista José Eduardo de Macedo Soares, diretor-responsável do *Diário Carioca*, de ter substituído e adulterado seu parecer no recurso extraordinário interposto pela Companhia Telefônica. Em seguida, Macedo Soares foi condenado por injúria, decisão confirmada pelo STF.

Com a vitória da Revolução de 1930 e a constituição do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, Pires e Albuquerque foi um dos seis ministros do STF aposentados compulsoriamente, através de decreto (18/2/1931) que reduzia o número de juízes daquela corte para nove. Na mesma data, foi aposentado compulsoriamente do cargo de procurador-geral da República. Em sua defesa, publicou *Crime e castigo de um magistrado*.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1954.

Seu filho, o capitão de mar e guerra Garcia D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, comandava o encouraçado *Bahia* quando a embarcação explodiu em operação de guerra em

julho de 1945, matando-o e a grande parte da tripulação. Outro descendente da família, o general Válter Pires de Carvalho e Albuquerque, foi ministro do Exército de 1979 a 1985.

FONTES:

BALEEIRO, A. *Supremo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. PROC. GER. REP.; COSTA, E. *Efemérides*; COSTA, E. *Grandes*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*.

ALBUQUERQUE, Samuel Hardman Cavalcanti de

*dep. fed. PE 1927-1930.

Samuel Hardman Cavalcanti Albuquerque foi deputado estadual em Pernambuco de 1901 a 1906. Durante a administração de Sérgio Loreto no governo de Pernambuco (1922-1926), foi secretário de Gabinete e secretário de Agricultura.

Em 1927 foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu seu mandato até dezembro de 1929. Em 1930 foi reeleito, tomou posse em maio, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Colaborou com os jornais *O Estado de Pernambuco* e *Diário do Estado*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ASSEMB. LEGISL. PE. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em 26/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3)

ALBUQUERQUE, Tomás Cavalcanti de

*militar; dep. fed. CE 1894-1896, 1903-1908, 1910-1914 e 1918-1920.

Tomás Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 24 de julho de 1855, filho de Tomás Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Cavalcanti de Albuquerque.

Assentou praça em 1872, fez o curso de artilharia pelo regulamento de 1874 e seguiu carreira militar, sendo promovido a segundo-tenente em 1881, a primeiro-tenente em 1888, a capitão em 1890 e a major em 1894.

Nesse último ano ingressou na política e foi eleito deputado federal pelo Ceará. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados e exerceu o mandato até dezembro de 1896. Voltou a ser eleito em 1903 e novamente em 1906, permanecendo na Câmara até dezembro de 1908. Retornou mais uma vez a essa casa entre novembro de 1910 e dezembro de 1911. Nesse período, recebeu novas promoções: a tenente-coronel graduado em 1908, a tenente-coronel efetivo em 1909 e a coronel em 1911. Em 1912 reelegeu-se mais uma vez deputado federal pelo Ceará, tendo permanecido na Câmara até dezembro de 1914. Ficou de fora na legislatura de 1915 a 1917, mas voltou a ser eleito em 1918. Exerceu o mandato até dezembro de 1920, quando se encerrou a legislatura.

Reformou-se como general.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTE:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; STUDART, G. *Dicionário* (v.3, p. 135-136).

ALBUQUERQUE, Vicente Sabóia de

*dep. fed. CE 1918-1920.

Vicente Sabóia de Albuquerque nasceu em Sobral (CE) em 1873, filho do coronel Ernesto Deocleciano de Albuquerque e de Francisca Sabóia de Albuquerque.

Foi arrendatário e chefe do tráfego da Estrada de Ferro de Sobral, conseguindo com isso grande fortuna, que o fez também proprietário da Estrada de Ferro de Mossoró e empresário de grandes indústrias pelo país.

Ingressou na política e foi eleito deputado federal pelo Ceará em 1918. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, exerceu seu mandato até dezembro de 1920, quando se encerrou a legislatura.

Casou-se com Júlia Marinho Figueira de Sabóia, com quem teve quatro filhos.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARTINS, V. *Homens* (p. 355-356).

ALEIXO, PINTO

*militar; rev. 1922; rev. 1930; interv. BA 1942-1945; const. 1946; sen. BA 1946-1955.

Renato Onofre Pinto Aleixo nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 12 de junho de 1890, filho de José Dias Pinto Aleixo e de Esaltina Maria de Paiva Aleixo.

Sentou praça, como voluntário, em abril de 1908. Em 1910 fez os cursos de aplicação de infantaria e artilharia, e em janeiro de 1911 tornou-se aspirante a oficial de artilharia pela Escola Militar do Realengo. Fez ainda o curso de cavalaria. Frequentou a Escola de Artilharia de 1911 a 1912 e completou o curso da Escola Militar de 1912 a 1913, recebendo em dezembro desse último ano a patente de segundo-tenente. Ajudante de ordens do diretor de Material Bélico do Exército em 1917, em dezembro foi promovido a primeiro-tenente. Serviu como adjunto do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Foi promovido a capitão em fevereiro de 1921 e no mesmo ano foi nomeado comandante da 2ª Bateria Isolada de Artilharia da Costa, situada no atual forte Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

Durante a Revolta de 5 de Julho de 1922, o coronel Nepomuceno da Costa, comandante das forças legalistas, emitiu comunicado informando que os insurretos da Escola Militar e do 15º Regimento de Cavalaria já se haviam rendido. Nesse momento, o capitão Pinto Aleixo, que havia aderido aos rebeldes do forte de Copacabana, compareceu ao posto de comando do túnel Novo para propor um armistício com as forças do governo. Declarando a Nepomuceno que os revoltosos só obedeceriam ao marechal Hermes da Fonseca, Pinto Aleixo apresentou a seguinte proposta: o forte deixaria de atirar sobre a cidade, contanto que as forças legalistas não avançassem além da praça Serzedelo Correia. Sua tentativa de negociação não foi aceita e ele foi preso, tendo sido libertado somente em 1926. Já havia, desse modo, cumprido pena de um ano e quatro meses de reclusão a que viria a ser condenado em 1928, devido à sua participação na revolta. Em 1929, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Revolucionário de 1930, fez a campanha de São Paulo, na qualidade de comandante de agrupamento, com o 2º Regimento de Artilharia Montada. Membro do Clube 3 de Outubro, foi promovido a major em agosto de 1931 e nesse mesmo passou a comandar o 1º Grupo de Artilharia, em Campinho, no Distrito Federal. Foi, ainda, comandante do 3º Regimento de Artilharia Montada. Em 1932, participou da repressão ao movimento constitucionalista de São Paulo. Tenente-coronel em agosto de 1933, cursou a Escola de Estado-Maior em 1935. Em caráter interino, comandou a 3ª Brigada de Artilharia em Cruz Alta (RS). Foi também subcomandante da Escola de Armas. Promovido a coronel em setembro de 1939, exerceu o comando do 8º Regimento de Artilharia Montada em Pouso Alegre (MG).

Em 1940, deixou o comando de uma unidade do Exército no Rio Grande do Sul para assumir o comando da 6ª Região Militar, sediada na Bahia, função em que permaneceu até 1943. Em 24 de novembro de 1942, assumiu a interventoria federal na Bahia, substituindo Landolfo Alves. Promovido a general de brigada em dezembro desse mesmo ano, ficou no governo da Bahia até 28 de outubro de 1945. Sua administração voltou-se para a instrução pública, com a construção de ginásios e colégios. Executou também obras rodoviárias, estendendo a BA-2 (mais tarde incorporada à BR-101) do médio sul do estado até às margens do rio Pardo. Implantou a reforma judiciária, criando várias comarcas, entre as

quais as de Belmonte e Canavieiras. A ele se deve a inauguração do Laboratório de Pesquisas Químicas e Tecnológicas da Bahia.

Ainda no governo, e ao lado dos interventores Agamenon Magalhães, de Pernambuco, e Joaquim Magalhães Barata, do Pará, Pinto Aleixo tornou públicas, em 21 de fevereiro de 1945, as primeiras medidas no sentido de constituir novos partidos. Organizador, na Bahia, do Partido Social Democrático (PSD), foi aclamado presidente do diretório estadual em convenção realizada em julho de 1945. Na véspera da deposição de Getúlio Vargas (29/10/1945), deixou a interventoria para poder candidatar-se à Constituinte nas eleições convocadas para dezembro.

Em 2 de dezembro de 1945, foi eleito senador pela Bahia, na legenda do PSD, à Assembleia Nacional Constituinte. Sua votação, de 146.903 votos, foi ligeiramente superada pela do candidato da União Democrática Nacional (UDN), Aluísio de Carvalho Filho, que teve 148.039. Assumiu o mandato de senador em 5 de fevereiro de 1946. Já agregado (fora do serviço militar ativo), foi promovido a general de divisão em outubro de 1946 e reformado em 1951 no posto de general de exército, com vencimentos de marechal. Até 31 de janeiro de 1955 permaneceu no Senado, onde foi membro da Comissão Especial de Leis Complementares da Constituição, da Comissão Mista de Leis Complementares e da Comissão de Relações Exteriores, e presidente da Comissão das Forças Armadas. Integrou também o diretório nacional do PSD.

Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de junho de 1963.

Foi casado com Rute Vilaboim Pinto Aleixo.

Amélia Coutinho

FONTES:

ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CORRESP. GOV. EST. BA; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ALEIXO, R.; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1945-1949); LAGO, L. *Generais*; MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, A. *Cartilha*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1951); SENADO. *Relação*; SENADO. *Senado*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1922.

ALENCAR, Alexandrino de

* sen. AM 1906; min. Marinha 1906-1910 e 1913-1918; sen. AM 1921-1922; min. Marinha 1922-1926.

Alexandrino Faria de Alencar nasceu em Rio Pardo (RS) no dia 12 de outubro de 1848, filho de Alexandrino de Melo Alencar e de Ana Ubaldina Faria de Alencar.

Fez os primeiros estudos com professor particular. No início da década de 1860 transferiu-se para o Rio de Janeiro com o intuito de se preparar para a Escola Naval. Ingressou na escola em 1865, e em 1866 voluntariou-se para a Guerra do Paraguai (1864-1870), mas foi dispensado pelo chefe da Esquadra por ter pouca idade. Continuou o curso e foi declarado guarda-marinha em 1868. Passou então a servir na Divisão Naval de Montevideu e nessa ocasião participou da guerra, tendo sido condecorado com as medalhas da Campanha do Paraguai oferecidas pelo Uruguai, Brasil e Argentina. Receberia também a medalha do Mérito Militar e o título de cavaleiro da Ordem de Aviz.

De retorno ao Brasil após o término do conflito, foi promovido a segundo-tenente em 1870 e a primeiro-tenente em 1873, fez viagens pela Europa e África, foi adido militar junto à missão especial na China e viajou pelos Estados Unidos. No decorrer de 1877 tornou-se instrutor de artilharia do Batalhão Naval. Entre 1879 e 1881 empreendeu viagem de circunavegação e durante o ano de 1883 foi assistente do capitão de fragata Custódio de Melo na Divisão de Torpedeiras. Capitão-tenente em 1885, participou da viagem de instrução dos guardas-marinhas à América do Norte, ao arquipélago dos Açores e à ilha da Madeira. Entre 1887 e 1888, na condição de imediato do almirante Saldanha da Gama, participou das missões do cruzador *Barroso* à América do Norte e do encouraçado *Riachuelo*, do qual foi comandante posteriormente, dando cobertura ao movimento de instauração da República brasileira empreendido pelo Exército em 1889.

No decorrer de 1890 foi promovido a capitão de fragata, por merecimento. No ano seguinte integrou a esquadra comandada por Custódio de Melo cuja pressão sobre o marechal Deodoro da Fonseca o levou a renunciar à presidência da República. Na posição de comandante do encouraçado *Aquidaban* participou da Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a liderança do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, e envolveu a esquadra fundeada na baía de Guanabara. Durante a revolta, que incluiu um movimento em direção ao Sul do país ao encontro dos que ali participavam da Revolução Federalista, e a tomada da capital de Santa Catarina por destacamentos rebeldes, teve seu navio torpedeado. Partiu então para o exílio, retornando ao Brasil em 1897, quando foi anistiado e reintegrado à Marinha.

Foi promovido a capitão de mar e guerra graduado em 1899 e efetivado no ano seguinte, quando assumiu o Comando Geral das Torpedeiras. Em 1902 foi promovido a contra-almirante e em fevereiro de 1903 assumiu o comando da Divisão Naval do Norte. No decorrer de 1904 foi consultor do Conselho Naval no Rio de Janeiro e em 1905 foi designado comandante da Divisão Naval do Sul.

Também em 1905 candidatou-se a senador pelo estado do Amazonas e foi eleito. Tomou posse no Senado Federal em maio de 1906 e trabalhou pela adoção de um programa naval que se adequasse às demandas da política externa brasileira. Já em novembro, porém, ao ter início o governo do presidente Afonso Pena (1906-1909), renunciou ao mandato por ter sido nomeado ministro da Marinha em substituição ao contra-almirante Júlio César de Noronha.

MINISTRO DA MARINHA

Já como ministro, foi promovido a vice-almirante em 1908. Em junho de 1909 foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), onde permaneceria por 11 anos. Em novembro seguinte, quando, em decorrência do falecimento de Afonso Pena, o vice-presidente Nilo Peçanha tomou posse, foi mantido no ministério e nele permaneceu até o final do mandato presidencial, em novembro de 1910, quando foi substituído pelo contra-almirante Joaquim Marques Batista de Leão.

Durante os quatro anos em que foi ministro da Marinha utilizou o *slogan* “Rumo ao mar” como lema de sua campanha pela renovação da Marinha brasileira. Entre as principais medidas que tomou visando a melhorar o ensino profissional e a aumentar os quadros da Marinha, podem-se destacar a realização de uma reforma administrativa e a criação de funções técnicas para o Estado-Maior da Armada, a fundação da Escola Naval de Guerra, da Liga Naval e da Liga Marítima, e a promulgação de uma nova lei para o ensino naval. Preocupou-se também em criar um sentimento nacionalista entre os alunos que se formavam nas escolas militares. Após o término de sua gestão foi designado chefe da comissão que esteve na Europa analisando a organização e o desenvolvimento das marinhas de guerra daquele continente.

Em agosto de 1913 aceitou o convite do presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) para assumir mais uma vez a pasta da Marinha no lugar do general de divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva. Em novembro de 1914, quando tomou posse o presidente Venceslau Brás (1914-1818), foi mantido no comando da pasta. Nesse mesmo ano foi promovido a almirante. Permaneceu à frente do ministério até novembro de 1918, quando foi substituído pelo vice-almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira.

Durante os cinco anos de sua segunda passagem pelo Ministério da Marinha, destacou em seus relatórios a dificuldade encontrada para administrar a força num contexto de crise financeira. Empreendeu esforços para a criação de um núcleo de aviação naval pela Marinha, em boa parte concretizados em 1916 com a fundação da Escola de Submersíveis e da Escola de Aviação Naval. Trabalhou ainda pela criação da Escola de Guerra Naval, fundada em 1918 com o objetivo de formar comandantes para as forças navais e oficiais para as funções de estado-maior.

Entre os meses de junho e agosto de 1921 foi presidente do Clube Naval. No decorrer desse

mesmo ano foi novamente eleito senador pelo estado do Amazonas e tomou posse no Senado Federal. Cumpriu curto mandato e em novembro de 1922 renunciou para assumir pela terceira vez o Ministério da Marinha, a convite do presidente da República Artur Bernardes (1922-1926).

Durante sua última gestão concluiu as obras do Arsenal de Marinha da ilha das Cobras, aboliu a Companhia Correccional e diversos castigos aplicados como pena aos marinheiros, empreendeu a reorganização dos quadros de pessoal e a reforma administrativa do ministério, além de ter trabalhado pela substituição do Código Disciplinar utilizado pela Marinha. No mês de outubro de 1923 acumulou interinamente o Ministério da Guerra em virtude da ausência do titular da pasta, general Fernando Setembrino de Carvalho, designado para atuar na chamada Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, conflito entre os partidários de Borges de Medeiros (chimangos) e os adeptos de Joaquim Francisco de Assis Brasil (maragatos).

Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de abril de 1926.

Casado com Amália Murray dos Santos, teve um filho.

Publicou *Segredo mecânico do torpedo Witehead* (1882), *Relatório ao ministro da Marinha Antônio de Almeida Oliveira sobre a instalação de uma oficina de torpedos no Arsenal de Marinha de Ladário e um plano para a defesa móvel e fixa do rio Paraguai* (1883), e *Aquidaban - Histórico do combate de 16 de abril* (1895).

Luciana Pinheiro

Fontes

ALENCAR, C. *Alexandrino*; BLAKE, A. *Diccionario* (v.1, p.51); MAR. BRAS. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/>>. Acesso em: 13/3/2001; PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 13/3/2011; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>> . Acesso em: 13/3/2011; TRIB. MIL. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/>>. Acesso em: 13/3/2011. VELHO SOBRINHO, J. (v.1, p. 198).

ALENCASTRO, Francisco de Paula

* dep. fed. RS 1894-1902.

Francisco de Paula Alencastro nasceu no Rio Grande do Sul em 1853.

Assentou praça no Exército em 28 de outubro de 1868, fez o curso de cavalaria pelo regulamento de 1874, passou a alferes em 4 de dezembro de 1875 e a tenente em 18 de agosto de 1882. Pouco depois da proclamação da República foi promovido a capitão, em 7 de janeiro de 1890, e um ano depois a major, em 17 de março de 1891.

Filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense, ainda em 1891 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul e exerceu o mandato até 1892. Em 9 março de 1894 foi promovido a tenente-coronel graduado, e no correr do ano foi eleito deputado federal pelo 5º distrito de seu estado. Exerceu o mandato de 22 de novembro de 1894 a 31 de dezembro de 1896, e em 18 de outubro de 1895 passou a tenente-coronel efetivo. Foi reeleito para as legislaturas 1897-1899 e 1900-1902, e em 1901 o assumiu o comando do então 3º Regimento de Cavalaria. Em 4 de novembro de 1903 foi promovido a coronel.

Faleceu no Rio Grande do Sul em 21 de junho de 1906.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1,2); CÂM. DEP.. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; PESAVENTO, S. *Assembléia*; 5º Regimento de Cavalaria/ Cavalaria da Legião de Tropas Ligeiras. Disponível em: <<http://www.5rcmec.eb.mil.br/historico.html>>; SILVEIRA, A. *Enciclopédia* (t.1); SOUSA, J. *Índice*; TRINDADE, H.; NOLL, M. . *Subsídios*.

ALIANÇA LIBERAL

Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Após sua derrota nas eleições, muitos de seus integrantes aderiram à tese da insurreição armada, vitoriosa afinal com a Revolução de outubro de 1930.

FORMAÇÃO

A partir de 1928, com a aproximação das eleições presidenciais, o presidente da República Washington Luís, do Partido Republicano Paulista (PRP), começou a manifestar seu apoio à candidatura de Júlio Prestes, também perrepista e presidente do estado de São Paulo. Se a indicação de Júlio Prestes garantia por um lado a continuidade da política econômico-financeira do governo, de austeridade e contenção de recursos para a cafeicultura, por outro lado ela rompia o esquema de revezamento entre São Paulo e Minas no governo federal, conhecido como a “política do café com leite”. Para o novo quadriênio, a expectativa era que o candidato oficial fosse mineiro.

Sentindo-se alijado da disputa eleitoral, o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, buscou o apoio do Rio Grande do Sul para se opor aos planos de Washington Luís. Entretanto, o Rio Grande só se aventuraria a romper com o governo central caso lhe fosse dado lançar um candidato gaúcho à presidência. Foi isso que tentou articular o líder da bancada do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na Câmara, o deputado João Neves da Fontoura, ainda em dezembro de 1928, quando o mineiro Afrânio de Melo Franco o sondou sobre uma possível candidatura de oposição ao governo federal. Ainda em 1928, ao pressentir que Minas não apoiaria Júlio Prestes, Washington Luís informou Getúlio Vargas – seu ex-ministro da Fazenda e então presidente do Rio Grande do Sul –, por intermédio do deputado gaúcho José Antônio Flores da Cunha, de que se dispunha a considerar a indicação de um gaúcho para a presidência. Terceiro estado em importância eleitoral e tradicionalmente um contendor de segundo plano, o Rio Grande do Sul tornava-se a peça-chave do jogo sucessório.

Em janeiro de 1929, Antônio Carlos fez chegar ao conhecimento de Vargas a decisão de Minas de não apoiar a candidatura de Júlio Prestes. Vargas limitou-se então a lembrar a cooperação mantida entre seu governo no Rio Grande do Sul e a administração federal. Pouco depois, em maio, ao se iniciar no Congresso Nacional o debate a respeito da sucessão presidencial, Vargas escreveu uma carta confidencial a Washington Luís declarando-se à margem das manobras sucessórias e prometendo-lhe o apoio do PRR “no momento preciso”. Durante todo esse período, Antônio Carlos e Vargas ainda tentaram convencer Washington Luís a aceitar um terceiro candidato, mas seus esforços foram em vão.

Em 17 de junho de 1929, João Neves encontrou-se no Rio de Janeiro com o secretário do Interior de Minas, Francisco Campos, incumbido por Antônio Carlos de obter uma resolução definitiva do Rio Grande do Sul. João Neves, sem consultar Vargas ou o velho

líder do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros, aceitou o acordo proposto por Minas, firmando o chamado Pacto do Hotel Glória, que vetava o nome de Júlio Prestes e apresentava ao Rio Grande do Sul a possibilidade de indicar um candidato à sucessão presidencial. O acordo dependia da concordância de Borges de Medeiros e este, após algumas hesitações, aceitou-o, o mesmo fazendo Vargas.

Em 30 de julho de 1929, a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa (presidente do estado da Paraíba) respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. João Pessoa negara-se a apoiar a chapa oficial integrada por Júlio Prestes e Vital Soares em atitude que ficou conhecida como o “Nego”, lema que seria incorporado à bandeira do estado. Diante da atitude corajosa de João Pessoa, a oposição lançou o seu nome para a vice-presidência.

No dia 31 de julho, o Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul deu apoio à chapa de oposição, unindo-se ao PRR na Frente Única Gaúcha (FUG). A oposição, para tornar sua ação mais concreta, formou então no início de agosto a Aliança Liberal. O movimento constituiu-se como uma coligação oposicionista de âmbito nacional, tendo como presidente o mineiro Afonso Pena Júnior, como vice-presidente o gaúcho Ildefonso Simões Lopes e como secretário-geral Odilon Braga. Além das situações de Minas, Rio Grande e Paraíba, recebeu a adesão de todas as oposições estaduais, destacando-se o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Democrático do Distrito Federal.

A CAMPANHA

A campanha da Aliança Liberal foi marcada por uma série de recuos e tentativas de conciliação com o governo federal, empreendidas sobretudo por Vargas. Ainda em 1929, em meados de agosto, ele propôs a seus aliados a formação de uma nova chapa de oposição, composta de candidatos de Pernambuco e do Ceará, a fim de ampliar a frente antipaulista. Ante a recusa dos presidentes desses dois estados, Vargas sugeriu novamente a apresentação de um terceiro candidato, mas Washington Luís manteve-se intransigente em relação à candidatura Júlio Prestes.

Por outro lado, a Aliança Liberal não contou com a adesão integral dos mineiros, abrindo-se uma grave cisão no PRM. Fernando de Melo Viana, então vice-presidente da República, discordando dos objetivos da Aliança e descontente por não ter sido escolhido sucessor de Antônio Carlos no governo de Minas, liderou um grupo dentro do PRM que rompeu com a direção, formando a Concentração Conservadora. Divergiu também da Aliança Liberal o mineiro Manuel Tomás de Carvalho Brito, que apoiou Júlio Prestes e a legenda da Concentração Conservadora.

Em 12 de setembro, uma convenção de delegados dos partidos dominantes de 17 estados, liderados por São Paulo, homologou as candidaturas de Júlio Prestes para a presidência e de Vital Soares, presidente do estado da Bahia, para a vice-presidência da República.

Poucos dias mais tarde, a 20 de setembro, a Aliança Liberal, em convenção realizada no Rio, aprovou a chapa Vargas-João Pessoa e sua plataforma eleitoral, redigida pelo republicano gaúcho Lindolfo Collor. Estabelecendo como essencial a reforma política do país, o programa aliancista defendia a representação popular através do voto secreto, a justiça eleitoral, a independência do Judiciário, a reforma administrativa, a reforma do

ensino, a liberdade de pensamento e de imprensa, a moralização do Poder Legislativo, a anistia para os revolucionários de 1922, 1924 e 1925-1927, e a adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação além do café. Combatendo o esquema de valorização do café (numa posição que coincidia com a de Washington Luís), o programa apresentava de forma muito vaga a necessidade de industrialização, mantendo porém a distinção dominante na época, entre indústrias naturais e artificiais, estas últimas dependendo exclusivamente das medidas protecionistas do Estado. Preconizava, por fim, medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da Lei de Férias e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher.

Durante a campanha eleitoral, em outubro de 1929, eclodiu a crise econômica mundial. Embora não se possa estabelecer uma relação direta com a crise da oligarquia, é evidente que a crise mundial agravou os problemas dos cafeicultores, aumentando assim seu descontentamento com a política financeira do governo. Reunidos em dezembro de 1929 em um congresso de lavradores, os plantadores de café lançaram como palavra de ordem: “O lema é a lavoura, hoje com o governo. E, se não formos atendidos, amanhã será a lavoura sem o governo. E, depois, a lavoura contra o governo” (*Diário Nacional*, 3/12/1929).

Ainda em 1929, a corrente mais radical da Aliança Liberal, formada pelos políticos jovens como João Neves, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a admitir a hipótese de desencadear um movimento armado em caso de derrota nas urnas. Como primeiro passo, buscou-se a colaboração dos “tenentes”, tendo-se em conta seu passado revolucionário, sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. Essa aproximação já estava em curso desde o início da campanha sucessória, mas os contatos se desenvolveriam com grande dificuldade, devido a desconfianças recíprocas. Na Aliança Liberal, estavam alguns dos principais adversários dos “tenentes”, notadamente Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e João Pessoa. Este último, como ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), julgara muitos militares rebeldes. Por outro lado, para os velhos dirigentes oligárquicos da Aliança, os “tenentes” personificavam a ameaça de derrubada do regime e, conseqüentemente, de suas próprias bases de sustentação política. Os “tenentes” tampouco tinham uma posição homogênea: vários oficiais revolucionários, como Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, aderiram à idéia de colaborar com a Aliança Liberal, enquanto Luís Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, hesitava em unir-se aos políticos de oposição.

Enquanto a campanha eleitoral prosseguia, Vargas, pouco seguro em relação ao futuro, estabeleceu em dezembro de 1929 um acordo com Washington Luís através de seu correligionário político Firmino Paim Filho, à revelia de Minas Gerais e da Paraíba. Nesse acordo ficou acertado que, caso fosse derrotado nas eleições, Vargas se conformaria com o resultado e passaria a apoiar o governo constituído. Em compensação, Washington Luís e Júlio Prestes se comprometiam a não apoiar elementos divergentes da situação do Rio Grande do Sul e a não lhes fornecer quaisquer recursos, bem como a não ordenar demissões ou transferências de funcionários federais filiados ao PRR. E, mais importante, comprometiam-se a reconhecer na apuração das eleições de representantes ao Congresso Nacional os candidatos diplomados. Do acordo constava também que Vargas restringiria

sua participação pessoal na campanha ao Rio Grande do Sul e que após as eleições as relações entre o Rio Grande do Sul e o governo federal seriam restabelecidas nos mesmos termos anteriores à divergência sobre a sucessão presidencial. Vargas munia-se assim de um instrumento que lhe permitiria uma saída, qualquer que fosse o resultado das eleições.

A radicalização da campanha eleitoral se fez sentir, entretanto, na Câmara dos Deputados, onde a maioria governista decidiu não dar quórum às sessões parlamentares, impedindo assim a manifestação dos deputados aliancistas. Diante dessa situação, os aliancistas resolveram promover comícios públicos nas escadarias do palácio Tiradentes, sede da Câmara. No dia 26 de dezembro, após um desses comícios, Ildefonso Simões Lopes, ao entrar na Câmara, foi violentamente interpelado pelo deputado situacionista pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho. Luís Simões Lopes, filho de Ildefonso, tomou a defesa do pai, atracando-se com Sousa Filho, que portava um punhal. Na luta, Ildefonso disparou dois tiros contra o deputado pernambucano, que morreu no local.

Pouco depois desse episódio, ainda no final de dezembro, Vargas rompeu em parte o acordo com Washington Luís, viajando para o Rio de Janeiro. No dia seguinte à sua chegada, porém, avistou-se com o presidente, reiterando sua disposição de respeitar o *modus vivendi* estabelecido por Paim Filho.

Em 2 de janeiro de 1930, ao lado de João Pessoa, Vargas leu sua plataforma, não em recinto fechado como fizera Júlio Prestes, mas em praça pública, para uma grande multidão que se concentrou na esplanada do Castelo. Estendeu sua viagem a São Paulo e Santos, onde foi recebido com demonstrações populares de apoio, regressando em seguida a Porto Alegre. Nesse período foram ainda organizadas caravanas que percorreram Minas e as principais cidades no Norte e Nordeste, sob a chefia de João Pessoa.

Durante a campanha ocorreram choques violentos entre situacionistas e oposicionistas em Garanhuns (PE), Vitória e Montes Claros (MG). Nesta última cidade, um comício da Concentração Conservadora nos primeiros dias de fevereiro foi interrompido por um tiroteio que deixou vários mortos e feridos, incluindo-se entre os últimos o vice-presidente Melo Viana, pisoteado no tumulto que se estabeleceu.

Em 28 de fevereiro, véspera das eleições, teve início um conflito na cidade de Princesa, atual Princesa Isabel, na Paraíba. A Revolta de Princesa, como ficou conhecida, liderada por José Pereira, chefe político do município, congregou a oposição paraibana ao governo de João Pessoa e teve o apoio do governo federal.

O resultado do pleito de 1º de março de 1930 deu a vitória a Júlio Prestes e Vital Soares, eleitos com 57,7% dos votos. A fraude, dominante na época, verificou-se dos dois lados, pois de outra forma não poderia ser explicado o resultado obtido por Vargas em seu estado: 298 mil votos contra 982 dados a Júlio Prestes. O Partido Comunista Brasileiro, então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB), lançou como candidato o operário Minervino de Oliveira, pelo Bloco Operário e Camponês, e obteve uma votação ínfima.

Em 19 de março de 1930, Borges de Medeiros, em entrevista publicada pelo jornal *A Noite*, reconheceu enfaticamente a vitória de Júlio Prestes, dando por encerrada a campanha da oposição. No entanto, as articulações dos oposicionistas prosseguiram, vindo a resultar, no mês de outubro, na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Alzira Alves de Abreu

FONTES:

BRANDI, P. *Vargas*; FAUSTO, B. *Revolução*; FRANCO, V. *Outubro*; LIMA SOBRINHO, A. *Verdade*; MAGALHÃES, J. *Minhas*; MURAKAMI, A. *Revolução*.

ALMEIDA, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e

*dep. geral ES 1881-1884; pres. ES 1891; dep. fed. ES 1909-1911.

Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, mais conhecido como *barão de Monjardim*, nasceu em Vitória no dia 20 de abril de 1836, filho de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim e de Ana Francisca Homem de Azevedo. Seu avô paterno, o militar Inácio João Monjardim, foi capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo no final do século XVIII. Seu pai, também militar, foi membro do governo provisório do Espírito Santo por ocasião da Independência, vice-presidente da província por diversas vezes e deputado provincial pelo Partido Liberal em numerosas legislaturas, entre 1836 e 1869 e, depois, entre 1878 e 1881.

Após concluir os estudos em colégios de Vitória, ingressou no serviço público como funcionário do Tesouro Provincial, passando mais tarde ao cargo de inspetor da Alfândega do Espírito Santo, no qual se aposentaria. Iniciou a carreira política no Império, seguindo os passos do pai: foi vereador em Vitória, deputado provincial (1864-1869, 1888-1889), deputado geral (1881-1884) e vice-presidente da província (1878-1882, 1884-1885, 1887-1889), sempre pelo Partido Liberal, do qual se tornou a principal liderança no Espírito Santo.

A proclamação da República não o afastou da política. Embora fosse considerado monarquista, aceitou o novo regime, bem como o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, e articulou a formação de um partido, juntamente com outros políticos liberais, conservadores e alguns republicanos: a União Republicana Espírito-Santense (URES), por ele presidida. A agremiação se formou em oposição ao governador Afonso Cláudio, nomeado pelo governo provisório, e ao Partido Republicano Construtor (PRC) que o apoiava. O PRC foi fundado na mesma época que a URES e reunia a maioria dos republicanos, alguns chefes conservadores e uma corrente liberal liderada por José de Melo Carvalho Muniz Freire, que o presidiu. Travou-se forte luta política entre os dois grupos, e o PRC saiu vitorioso, elegendo toda a pequena bancada (três senadores e dois deputados) à

Assembleia Nacional Constituinte. Mas Afonso Cláudio, desgastado emocionalmente, afastou-se do governo por motivo de saúde (setembro de 1890), passando o cargo ao vice-governador Constante Sodré, e acabou renunciando em novembro seguinte. Assumiu então o governo, interinamente, o primeiro vice-governador Henrique da Silva Coutinho, que em janeiro de 1891 foi nomeado governador efetivo pelo governo provisório. Esses dois políticos que sucederam a Afonso Cláudio eram também membros do PRC.

Promulgada a primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, o Congresso Nacional procedeu à eleição do presidente da República sob forte tensão, diante da ameaça de golpe caso Deodoro não fosse eleito. A oposição ao marechal, que lançara a candidatura de Prudente de Morais, recuou em sua maioria, votando em Deodoro, mas dando-lhe como vice Floriano Peixoto, que era candidato ao mesmo cargo na chapa de Prudente. Eleito Deodoro, o barão de Lucena, todo poderoso ministro de seu governo, partiu para o ataque à oposição, demitindo os governadores de estados cujas bancadas majoritariamente haviam votado em Prudente: São Paulo, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Henrique Coutinho foi demitido em 10 de março de 1891, e Antônio Gomes Aguirre foi nomeado governador do estado. Com ele, a União Republicana chegava ao poder, pois o novo dirigente estadual era um dos republicanos históricos do partido.

Aguirre preparou a eleição para a Constituinte estadual, que a URES venceu depois de renhida campanha. Instalada em 6 de junho de 1891, a Constituinte elegeu nesse mesmo dia, antes mesmo de aprovar a Constituição, o governador do estado: o barão de Monjardim. Porém seu governo durou pouco, de 7 de junho a 18 de dezembro de 1891.

A oposição a Deodoro se intensificou no Congresso Nacional, com intervenções em estados de bancadas numerosas, como São Paulo e Minas Gerais, criando-se uma situação de hostilidade que o governo tentou resolver com um golpe: em 3 de novembro de 1891 decretou a dissolução do Congresso e o estado de sítio na capital federal. No entanto, a reação foi forte e dividiu as forças armadas. Diante da perspectiva de uma guerra civil, Deodoro renunciou à presidência em 23 de novembro. Foi então empossado o vice-presidente Floriano Peixoto, e anulada a dissolução do Congresso.

A queda de Deodoro desestabilizou os governadores que haviam apoiado o golpe, entre os quais o barão de Monjardim, e as oposições a eles em âmbito estadual iniciaram movimentos para depô-los, estimuladas pelo governo Floriano e, em muitos casos, com a participação das forças militares federais sediadas nos estados. Foi o que ocorreu no Espírito Santo. Em vários municípios, os oposicionistas destituíram os governos nomeados pela União Republicana, e no dia 18 de dezembro o barão de Monjardim transmitiu o governo a Aguirre, seu vice-governador. No dia seguinte, com o povo participando de manifestações em frente ao palácio, a oposição e as tropas federais depuseram o governo e instalaram uma junta governativa. A partir de então, o PRC governou o estado.

Em 1894 a URES se dividiu, saindo a corrente do barão de Monjardim, que, sob a chefia deste, formou o Partido Autonomista (PA). As turbulências daqueles primeiros anos da República provocavam mudanças rápidas na conjuntura e alterações nas posições dos grupos políticos. No Espírito Santo, os republicanos radicais, florianistas e jacobinos, que fizeram violenta oposição ao governo Prudente de Moraes (1894-1898), deixaram o PRC e a URES e criaram uma seção estadual do Partido Republicano Federal, enquanto o PRC apoiava Prudente. Em 1898, o barão de Monjardim juntou-se a eles, fundindo o PA ao PRC, que continuava no governo, e criando o Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA). Assim, seu grupo voltou à situação; seu filho José Francisco foi eleito deputado estadual (1898) e depois federal (1903), e outro filho, Argeu, tornou-se vice-presidente do estado em 1904. No ano seguinte, o PRCA sofreu uma divisão interna, formando-se uma forte dissidência, da qual fazia parte o barão de Monjardim, em oposição ao governador Henrique Coutinho.

Em 1908, no início do governo de Jerônimo Monteiro, o PRCA foi substituído pelo Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), sob a chefia do presidente, e o barão de Monjardim acabou, após um curto período na oposição, integrando-se a ele. No ano seguinte, foi eleito deputado federal (1909-1911). Foi seu último mandato, mas continuou sendo uma liderança política de peso, e seus filhos ocuparam cargos importantes durante toda a Primeira República.

O barão de Monjardim faleceu em Vitória no dia 6 de junho de 1924.

Casou-se, em primeiras núpcias, com Laurinda Luísa Pinto Pereira, com quem teve cinco filhos, três dos quais – José Francisco, Argeu e Manuel Silvino – foram políticos ligados ao pai. Viúvo, casou-se com Beatrice Poli, com quem teve seis filhos, entre os quais Américo e Adelfo Poli Monjardim, que foram prefeitos de Vitória. A família Monjardim era proprietária de uma extensa fazenda nos arredores de Vitória cuja sede é hoje o Museu Solar Monjardim, pertencente ao governo federal. As terras da fazenda deram lugar a vários bairros da capital.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES:

Comércio do Espírito Santo (1908); *Estado do Espírito Santo* (1890-1891; 1894-1898); MONJARDIM, L. *História*. NOVAES, M. *História*; PEREIRA, A. *Homens*; VASCONCELOS, J. *Governos*; *Vida Capichaba* (12/7/1928 a 9/8/1929).

ALMEIDA, Antônio Augusto Ribeiro de

*magistrado; min. STF 1896-1898; procurador-geral Rep. 1898-1901.

Antônio Augusto Ribeiro de Almeida nasceu em Maricá (RJ) no dia 20 de setembro de 1838, filho do comendador Manuel Ribeiro de Almeida e de Ana Ribeiro de Almeida.

Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e recebeu o grau de bacharel em 22 de novembro de 1861. No dia 3 do mês seguinte foi nomeado promotor público do termo de Itaboraí (RJ), cargo que exerceu até 22 de abril de 1865. Em julho do mesmo ano foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Caravelas, Vila Viçosa e Porto Alegre, na Bahia. Foi juiz de direito da comarca de São José (SC) de janeiro a março de 1869, em seguida foi removido para comarca de Jequitaiá (MG), e em outubro do mesmo ano voltou a ser removido, para São Miguel (SC). De volta à província do Rio de Janeiro, a pedido, foi nomeado em 6 de maio 1871 juiz de direito da comarca de Cantagalo. Daí foi removido em 24 de janeiro de 1872 para Nova Friburgo, onde permaneceu por 13 anos.

Em reconhecimento aos serviços prestados como magistrado, em 29 de agosto de 1885 o governo imperial decidiu nomeá-lo chefe de polícia do Rio de Janeiro, então capital do Império. Desejoso de voltar ao exercício de seu cargo de juiz, pediu exoneração da chefia da polícia em 4 de dezembro de 1886 e assumiu a 2ª Vara de Órfãos da cidade. Em 21 de novembro de 1888, foi nomeado desembargador da Relação da Corte. Achava-se no desempenho dessa função quando, já proclamada a República, foi organizada, em 26 de novembro de 1890, a Justiça do Distrito Federal. Foi então designado juiz da Corte de Apelação.

Para preencher a vaga aberta com o falecimento de Américo Brasiliense de Almeida Melo, em junho de 1896 foi designado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tornando-se o terceiro membro da corte nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1896). Tomou posse em 24 de julho seguinte. Permaneceu no STF até setembro de 1898, quando se afastou para assumir interinamente a Procuradoria Geral da República. Em 20 de dezembro seguinte foi efetivado e exerceu o cargo até 11 de março de 1901. Aposentou-se em 30 de setembro de 1913.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 19 de novembro de 1919. A rua onde morava, no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, recebeu o nome de Ribeiro de Almeida em sua homenagem.

Era casado com Maria Eugênia Ribeiro de Almeida, com quem teve uma filha, Delfina Ribeiro de Almeida. Esta se casou com Oscar de Niemeyer Soares e teve cinco filhos, dos quais se destacou Oscar Niemeyer, considerado um dos nomes mais influentes da arquitetura moderna internacional e pioneiro na exploração das possibilidades construtivas e plásticas do concreto armado.

Eduardo Junqueira/Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES:

ARAÚJO, L. *Oscar*; BIOG. Antônio Almeida. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/procurador-geral/galeria/biografia-de-antonio-augusto-ribeiro-de-almeida>>. Acesso em: 17/4/2010; GENEALL. Antônio Augusto Ribeiro de Almeida. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=572038>. Acesso em: 17/4/2010; MATTOSO, P. *Supremo*; MELLO FILHO, J. *Notas*; PINHEIRO, L. *Civilização*; RODRIGUES, L. *História do Supremo* (t.I); SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>; VEIGA, J. *Revista*.

ALMEIDA, Antônio Eusébio Gonçalves de

* const. 1891.

Antônio Eusébio Gonçalves de Almeida nasceu em Salvador no dia 14 de agosto de 1841, filho de Gonçalves de Almeida, conferente de alfândega.

Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1860 e, de volta a Salvador, logo se tonou promotor público na capital baiana. Deixou o cargo devido a divergências políticas no estado e passou a se dedicar à advocacia e à política, sendo eleito deputado provincial em diversas legislaturas pelo Partido Liberal. Foi eleito deputado geral em 1889, mas não assumiu o mandato devido à proclamação da República (15/11/1889).

Sob o novo regime, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte pela Bahia. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e integrou a mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte como primeiro vice-presidente. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, não chegou a participar da legislatura ordinária iniciada em junho, pois faleceu em 26 de março de 1891.

Foi também professor da Faculdade de Direito da Bahia e jornalista, tendo colaborado em vários jornais da Bahia, dentre eles o *Monitor*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; SAID, F. *Clã Almeida*.

ALMEIDA, Custódio José Coelho de

*dep. fed. RJ 1900-1902.

Custódio José Coelho de Almeida nasceu na província do Rio de Janeiro.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais, com especialização na área de finanças.

Após a proclamação da República (15/11/1889) e a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil (24/2/1891), foi eleito senador estadual no Rio de Janeiro, com mandato até 1892. Ocupava, portanto, uma cadeira no Senado Estadual quando, em 3 de novembro de 1891, o presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional. A reação a tal medida levou à renúncia de Deodoro e à posse do vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro. Em consequência, os governantes estaduais ligados a Deodoro também deixaram o poder. Foi o caso de Francisco Portela, presidente do estado do Rio, que foi substituído por Carlos Baltasar da Silveira. Empossado no dia 11 de dezembro, o novo presidente estadual, após rever os atos administrativos de seu antecessor, decidiu dissolver o Congresso Estadual por suspeita de fraude, abolir a recém-promulgada Constituição estadual e convocar eleições para uma nova Constituinte em 31 de janeiro de 1892. Custódio de Almeida teve assim seu mandato interrompido e afastou-se por um tempo da política.

Retornou mais tarde, em 1900, quando foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Assumindo em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ocupou-a até novembro de 1902, quando renunciou ao mandato pouco antes do fim da legislatura por ter sido nomeado diretor do Banco da República pelo recém-empossado presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906).

Adrianna Setemy

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

ALMEIDA, Domingos Mariano Barcelos de

* dep. fed. RJ 1921-1923.

Domingos Mariano Barcelos de Almeida elegeu-se deputado estadual no Rio de Janeiro em dezembro de 1909 para a legislatura 1910-1912. Iniciou o mandato no ano seguinte na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e integrou a Comissão de Justiça, Legislação e Instrução Pública. Nas eleições de 15 de dezembro de 1915, foi novamente eleito deputado estadual para a legislatura 1916-1918. Durante esse período integrou a Comissão de Fazenda, Orçamento e Força Pública.

Foi prefeito da cidade de Piraí, localizada no vale do Paraíba fluminense. Durante sua gestão na prefeitura, fundou o Grupo Escolar Martins Teixeira, inaugurado em 1918 no prédio onde hoje se localiza o foro da cidade. Ainda em 1918, inaugurou o prédio da Delegacia de Polícia, construído por Bento Gomes Franco, que ganhou a concorrência pública em 1917. O edifício integra hoje o patrimônio histórico e arquitetônico do centro do município de Piraí.

Durante o governo de Raul de Moraes Veiga, de 1918 a 1921, foi primeiro vice-presidente do estado do Rio de Janeiro, enquanto Mário de Azevedo Quintanilha e César Nascentes Tinoco ocupavam os postos de segundo e terceiro vice-presidentes. No entanto, ainda durante o mesmo governo, a Constituição do estado foi alterada pela Lei nº 1.670, de 15 de novembro de 1920, que manteve apenas um cargo de vice-presidente, suprimindo os outros dois.

Em 1921 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Tomou posse em 3 de maio do mesmo ano e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1923.

Ao longo da vida, foi também secretário geral do estado do Rio de Janeiro, tendo atuado juntamente com o Ministério da Viação e Obras Públicas nas obras de saneamento da Baixada Fluminense.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES:

ASSEMB. LEGISL. *Anais* (1911); ASSEMB. LEGISL. *Anais* (1917); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>; MELLO, M. *Parlamento*; Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense: Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia>>; Prefeitura Municipal de Pirai. Disponível em: <<http://www.pirai.rj.gov.br/web/page/historia9.asp>>; SEBRAE-RJ. Caminhos do Café..Roteiros e Vestígios. Disponível em: <http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/cafe/06_CaminhosDoCafe-RoteirosEVestigios.pdf>.

ALMEIDA, Epaminondas Piratinino de

* dep. fed. RS 1894-1896.

Epaminondas Piratinino de Almeida nasceu em Pelotas (RS) no dia 26 de janeiro de 1844, filho de Domingos José de Almeida e Bernardina Barcelos de Lima. Seu pai foi membro, em 1835, da primeira Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul (órgão legislativo estadual instituído pela Monarquia em 1834) e destacou-se como intelectual na chamada Revolução Farroupilha, movimento de caráter separatista que agitou o Rio Grande do Sul de 1835 a 1845 e resultou na proclamação da República Rio-Grandense em 1836. Domingos José de Almeida foi ainda ministro do Interior e da Fazenda e vice-presidente da República Rio-Grandense, que, no entanto, teve fim após um acordo com o governo imperial.

Em 1870, Epaminondas formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, instituição que teve papel de destaque na formação das elites políticas e culturais do Rio Grande do Sul durante o século XIX e início do século XX. Já de volta à terra natal, casou-se em 7 de dezembro de 1872 com Vicência Fagundes, com quem teria sete filhos. Em Pelotas, passou a atuar como advogado e participou da campanha abolicionista e republicana que se espalhava por todo o país. Em 1881 foi eleito o primeiro presidente do Clube Abolicionista, fundado naquele ano em Pelotas (RS). Além disso, teve participação efetiva na fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882.

Em 1891, já sob o regime republicano, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, onde ocupou uma cadeira até 1892. Entre 1893 e 1895, teve atuação destacada no combate à chamada Revolução Federalista, guerra civil que opôs os federalistas ou gasparistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, aos republicanos ou castilhistas, liderados por Júlio de Castilhos, então presidente estado. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo 4º distrito do Rio Grande do Sul e exerceu seu mandato de 22 de novembro daquele ano a 31 de dezembro de 1896.

Ao longo de sua trajetória, foi também delegado de polícia e chefe do PRR em Pelotas.

Faleceu em Pelotas em 5 de dezembro de 1899.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes:

ABRANCHES, J, *Governos* (v. 1, 2) ; ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; ESCOBAR, W. *Apontamentos*; FLORES, H. *Revolução*; FLORES, M.; FLORES, H. *Rio Grande do Sul*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Gaúchos*; FRANCO, S. *Júlio*; NEVES, I. *Domingos*; PESAVENTO, S. *Assembléia*; REVERBEL, C. *Maragatos*; SILVEIRA, A. *Enciclopédia* (t.1); SOUSA, J. *Índice*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios* ; VIDAL, J. *República*.

ALMEIDA, Fernando Mendes de

*jornalista; sen. MA 1910-1921.

Fernando Mendes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 26 de julho de 1845, filho de Cândido Mendes de Almeida e de Rosalina Ribeiro de Campos e Almeida. Seu pai foi deputado geral de 1843 a 1871 e senador pelo Maranhão no Império de 1871 a 1881. Seu irmão, Cândido Mendes de Almeida Filho, foi diplomata, jurista, professor e o primeiro conde de Mendes de Almeida.

Iniciou os estudos no Rio de Janeiro, onde frequentou o tradicional Colégio Pedro II, e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1879. Nesse mesmo ano iniciou o movimento pela criação de uma faculdade de direito na Corte. Três anos depois, em 18 de abril de 1882, fundou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, que somente obteve autorização plena para funcionar em 1891, após a proclamação da República. Além de professor catedrático, foi diretor da instituição de 1891 a 1892. A faculdade foi o embrião da atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também foi responsável pela criação do Curso de Comércio, que daria origem à atual Universidade Cândido Mendes. No campo jornalístico, foi redator-chefe dos jornais *A Vanguarda*, em 1882, *Diário de Notícias*, em 1888, *Diário do Comércio*, de 1888 a 1901, e *Jornal do Brasil*, a partir de 1894.

Teve ainda longa atuação na Guarda Nacional, onde foi tenente-coronel do 11º e do 6º Batalhão de Infantaria em 1891, coronel comandante da 2ª Brigada de Infantaria de 1892 a 1898, comandante superior interino de 7 de setembro de 1893 a 17 de abril de 1894 (por ocasião da Revolta da Armada), coronel chefe do Estado-Maior em 1899 e novamente comandante superior interino de 1º de janeiro de 1899 a 28 de fevereiro de 1900.

Ingressou na política em 1910, quando foi eleito senador pelo estado do Maranhão. Assumindo, nesse mesmo ano, sua cadeira no Senado Federal no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito e presidiu a Comissão de Constituição e Diplomacia. Exerceu o mandato até 1921, ano em que faleceu na capital da República.

Seu sobrinho-bisneto, Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida, advogado, professor, educador, sociólogo, cientista político e ensaísta, terceiro conde de Mendes de Almeida, é membro da Academia Brasileira de Letras e reitor da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro.

Publicou: *A geração acadêmica* (1879), *Teses e dissertações para o grau de doutor* (1888) e *Direito de sepulcro* (1944).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Grande encic. Delta*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

ALMEIDA, Franklin Washington de

*gov. AM 1929-1930.

Franklin Washington de Almeida fez carreira política no Amazonas.

Em novembro de 1926 participou da pré-inauguração do cinema O Popular, em Manaus, importante evento social que contou com a presença de personalidades ilustres do estado, como Efigênio Sales (governador do Amazonas de 1926 a 1929), o juiz federal M. Xavier Pais Barreto, o deputado Aprígio de Meneses, Joaquim Tanajura (mais tarde prefeito de Manaus), o vereador Júlio Verne e o próprio proprietário do cinema, Jonas Fontenelle.

Eleito deputado estadual sob o governo de Efigênio Sales, em 20 de setembro de 1928 apresentou, junto com os deputados Raul Azevedo, Gentil Augusto Bittencourt, Anquises Cabral Raposa Câmara, Análio de Melo Resende e Aprígio de Meneses, um projeto que elevava o povoado de Caruari (AM) à categoria de comarca. O projeto foi convertido na lei estadual nº 1.397, de 2 de outubro do mesmo ano, e a comarca foi instalada em 1º de janeiro de 1929 pelo juiz de direito Alencastro Ramos e Silva.

Em 29 de março de 1929 substituiu Efigênio de Sales no governo do Amazonas e permaneceu no cargo até 1º de janeiro de 1930, quando o governo foi assumido por Dorval Pires Porto.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES:

Coronel Roberto. Disponível em: <<http://catadordepapeis.blogspot.com/2010/12/os-cinemas-de-manaus-v.html>>. Acesso em: 7/4/2011; GOV. AM. Casa Civil. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br/programas_02.php?cod=2223>. Acesso em: 31/3/2011 e 7/4/2011; IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=130100#>>. Acesso em: 7/4/2011; Município de Caruari. Disponível em:

<<http://www.carauari.am.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100113017>
>. Acesso em: 31/3/2011 e 7/4/2011.

ALMEIDA, GIL DE

*militar; comte 3ª RM 1927-1930.

Gil Antônio Dias de Almeida nasceu em Sergipe no dia 3 de maio de 1874.

Em abril de 1889 sentou praça como voluntário no 26º Batalhão de Infantaria, sediado em Sergipe, onde chegou a posto de sargento. Transferido para o Rio Grande do Sul em abril de 1893, participou de diversas operações militares durante o combate à Revolta da Armada, que eclodiu em setembro daquele ano contra o governo de Floriano Peixoto. Em 1894 foi transferido para o 25º Batalhão de Infantaria e promovido a alferes. No início do ano seguinte, integrou as forças que ocuparam a “zona colonial” (região onde predominavam as colônias de imigrantes) do Rio Grande do Sul. Ainda em 1895 casou-se com Isolina Lucena, com quem viria a ter uma filha.

Em janeiro de 1896 obteve licença para matricular-se na Escola Militar de Porto Alegre. Dois anos mais tarde, ingressou na Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo (RS), cujo curso concluiu em 1901. Em seguida matriculou-se na Escola Militar do Brasil, e aí concluiu em 1904 sua instrução militar. Colocado à disposição do Estado-Maior do Exército, poucos meses depois foi promovido a tenente. Entre 1904 e 1905 tomou parte na Concentração do Vale do Amazonas, série de operações militares e manobras realizadas na bacia Amazônica.

Foi sucessivamente promovido a capitão (1908), major (1913) e tenente-coronel (1917). Durante esse período serviu em várias regiões militares, em especial no Rio Grande do Sul. Em 1917 foi designado comandante de um dos regimentos da Brigada Policial do estado do Rio de Janeiro, atingindo o posto de coronel em 1919. Em 1920 fez o curso de revisão. Em novembro de 1923 assumiu o comando da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Promovido a general de brigada no ano seguinte, em 1927 foi nomeado comandante da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre (RS), e tomou posse no dia 31 de maio.

Em setembro de 1929, em face do agravamento da situação política com o lançamento dos candidatos da Aliança Liberal, viajou para a capital federal para avistar-se com o presidente da República, Washington Luís. Nesse encontro procurou tomar conhecimento da posição do governo e discutir a situação do Exército no Rio Grande do Sul. Afinal, ficou acertado que o governo federal não tomaria medidas contra seus comandados sem que ele fosse previamente consultado. Retornando a Porto Alegre em outubro, o general Gil de Almeida transmitiu ao presidente do estado, Getúlio Vargas, as decisões do governo federal.

Nos últimos meses de 1929, passou a manter sob vigilância os adeptos da Aliança Liberal, que desfrutavam de grande liberdade de movimento no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, procurou evitar que a tropa se envolvesse em questões políticas. Para tanto, passou a transmitir a seus comandados, em boletins particulares, notícias sobre a situação política do país. Em janeiro de 1930, inclusive, afirmava já ter conhecimento de boatos sobre a proximidade de uma conflagração.

Às vésperas do pleito de 1º de março de 1930, Getúlio Vargas transmitiu interinamente seu cargo a Osvaldo Aranha, então secretário do Interior. Considerando a transferência

inconstitucional, Gil de Almeida decidiu ausentar-se de Porto Alegre por ocasião da posse, a pretexto de inspecionar guarnições das fronteiras. No mês seguinte, ante a intensificação dos rumores sobre articulações revolucionárias, tornou a procurar Vargas, já reinstalado no governo gaúcho, o qual afirmou-lhe que tais articulações não existiam.

Em agosto de 1930, a situação política do Rio Grande do Sul não permitia mais o alheamento do Exército. O comandante da 3ª RM intensificou sua campanha de alerta e planejou a concentração das forças sob seu comando na região entre Santa Bárbara do Sul e Passo Fundo, no norte do estado, mantendo nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande núcleos apoiados pela Esquadra. Seus planos, porém, não encontraram receptividade por parte do ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, para quem a aparente calma que reinava nos demais estados indicava a impossibilidade de vir a surgir um movimento generalizado.

No início de setembro, intensificaram-se os rumores sobre a iminência de uma revolução. Ante as repetidas negativas do governo do estado, que se recusava a tomar as medidas necessárias à manutenção da ordem, Gil de Almeida decidiu promover a mobilização imediata das tropas de Santa Maria, São Leopoldo e Caxias do Sul, no interior gaúcho. Essa providência provocou uma violenta reação, sobretudo na imprensa. Em seu livro de memórias, Gil de Almeida afirma que, mais tarde, seria informado de que o aumento do efetivo militar em Porto Alegre havia sido responsável por mais um adiamento da revolução, então marcada para setembro. Entretanto, no final daquele mês, ordenou o retorno da tropa às suas guarnições de origem, seguro de que a revolução não contava com o apoio de Vargas e de Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Partido Republicano Rio-Grandense, e que, portanto, seria facilmente dominada.

Com a eclosão do movimento em 3 de outubro de 1930, o quartel-general da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, foi atacado por tropas rebeldes comandadas por Osvaldo Aranha. Após cerrado tiroteio, cessou a resistência da guarnição legalista, que foi toda aprisionada, com exceção do general Gil de Almeida, que não quis entregar-se. Ainda no mesmo dia, recebeu de Vargas uma carta em que este afirmava “ser inútil sacrifício oferecer qualquer resistência”. Gil de Almeida, porém, impunha como condição para render-se que Vargas lhe entregasse um documento afirmando ser o chefe supremo da revolução.

Após algumas horas de resistência, o comandante da 3ª RM foi aprisionado em seus aposentos, juntamente com o chefe de seu estado-maior, o coronel Firmo Freire. No dia seguinte, foi recolhido ao navio *Comandante Ripper*, onde já se encontravam os demais oficiais presos, aguardando a partida para o exílio.

O general Gil de Almeida foi reformado administrativamente no dia 3 de fevereiro de 1931, tendo sido transferido para a reserva em 1942, no posto de general de divisão. Após retirar-se da ativa, escreveu um livro sobre sua participação nos acontecimentos que conduziram à Revolução de 1930: *Homens e fatos de uma revolução*.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de agosto de 1955.

Regina da Luz Moreira

FONTES:

ALMEIDA, G. *Homens*; ARQ. MIN. EXÉRC.; BITTENCOURT, L. *Homens (1)*;
CARNEIRO, G. *História*; COELHO, J. *Coisas*; COUTINHO, L. *General*;
FERREIRA FILHO, A. *História*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Jornal do Comércio*,
Rio (28/8/55); LAGO, L. *Estado-Maior*; LAGO, L. *Generais*; LAGO L. *Relação*;
MIN. GUERRA. *Almanaque* (1929); SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H.
1931; SILVA, H. 1937.

ALMEIDA, Gonçalo de

*dep. fed. CE 1900-1911.

Gonçalo de Almeida Souto nasceu em 12 de maio 1826, filho de João Rodrigues Souto e de Francisca de Almeida Souto.

Estudou no Liceu de Fortaleza e já em 1845 foi nomeado para reger interinamente a cadeira de latim, por ocasião do falecimento do titular. Ainda no Liceu reger as cadeiras de francês e inglês. Afastou-se em 1852 para cursar direito na Faculdade do Recife, de onde voltou bacharel em 1857. Foi em seguida procurador interino do Tesouro da Fazenda, delegado da Companhia Internacional Forense e promotor público interino (todos esses cargos exercidos em 1858), substituto do juiz de paz de Fortaleza e secretário de Governo (1866). Também em 1866 fundou o jornal *Tribuna Católica* na capital cearense. Por serviços prestados à educação, em 1872 foi condecorado com a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo. Em 1889 foi nomeado delegado especial da Instrução Primária e Secundária.

Com o advento da República e a promulgação da primeira Constituição republicana do país em 24 de fevereiro de 1891, foi eleito nesse mesmo ano senador estadual constituinte. Participou assim da elaboração da Constituição cearense, que foi promulgada em 1892 e, entre outras determinações, fundiu a Câmara e o Senado estaduais numa só casa, a Assembleia Legislativa do estado. Foi escolhido presidente da casa e exerceu o cargo em 1892. Reeito para as legislaturas subsequentes, voltou à presidência do Legislativo cearense em 1898 e 1899. Nesse último ano concluiu seu mandato de deputado estadual.

Em março de 1900 foi eleito deputado federal pelo Ceará. Assumiu o mandato em maio de 1900 e, reeleito para as três legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1911.

Foi ainda membro da Sociedade de Geografia de Paris e traduziu para o português as *Odes* de Horácio, e *Paraíso perdido* de Milton.

Faleceu em Recife em 1914.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES:

NOBRE, F. *1001 cearenses*; STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 345-347).

ALMEIDA, João Gonçalves de

* dep. fed. RS 1911.

João Gonçalves de Almeida nasceu em 7 de julho de 1856.

Assentou praça no Exército em 16 de novembro de 1879 e em seguida fez o curso de Estado-Maior. Alferes-aluno em 3 de março de 1884, segundo-tenente em 26 de junho de 1888, primeiro-tenente em 7 de janeiro de 1890, capitão em 17 de maio de 1890, foi promovido a major graduado em 28 de dezembro de 1904 e, finalmente, a efetivo em 29 de novembro de 1905.

Em 1º de março de 1911, foi eleito deputado federal pelo 3º distrito do Rio Grande do Sul para ocupar a vaga aberta com a renúncia do deputado Ângelo Gomes Machado em 30 de dezembro de 1910. Sua eleição foi reconhecida em 11 de maio de 1911, quando foi empossado. Exerceu o mandato até o fim da legislatura, em 31 de dezembro de 1911.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1,2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

ALMEIDA, Joaquim Alonso Moreira de

* min. TCU 1896-1901.

Joaquim Alonso Moreira de Almeida nasceu no Rio Grande do Norte no dia 2 de junho de 1841.

Participou como voluntário da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando recebeu a patente de major. Recebeu ainda, por sua atuação no conflito, diversas medalhas e condecorações por bravura, e elogios do governo imperial.

Foi vereador em Natal (RN) e escriturário da Tesouraria da Fazenda (posteriormente Delegacia Fiscal) do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Entre 1879 e 1880 foi inspetor da Tesouraria da Paraíba, tendo sido responsável pela fiscalização dos provimentos para a seca do Nordeste. De 1880 a 1885 ocupou o mesmo cargo na província de Sergipe, e de então a 1887 voltou à Tesouraria da Paraíba. De 1887 a 1888 tornou-se membro da comissão fiscalizadora da alfândega de Penedo (AL), em Alagoas, e a partir de então foi designado inspetor da alfândega em Alagoas, cargo que exerceu até 1891. De 1891 a 1896, assumiu mais uma vez o cargo de inspetor da Tesouraria da Fazenda, agora em São Paulo.

Em 4 de janeiro de 1897 tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Joaquim Alonso Moreira de Almeida exerceu o cargo de ministro do Tribunal de Contas de União até maio de 1901, quando se aposentou. Ao longo da vida, também foi

escritor e literato, tendo colaborado na imprensa da região Norte. Foi ainda subdiretor do Tesouro Nacional e diretor-geral da Fazenda.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES:

Receita Federal/ Memória/ Administração Fazendária/ Tesourarias da Fazenda.

Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/1822a1970/tesou_fazenda.asp>; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em: <

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO.

Ministros do Tribunal.

ALMEIDA, José Cardoso de

*dep. fed. SP 1906-1912 e 1930.

José Cardoso de Almeida nasceu em Botucatu (SP) no dia 8 de setembro de 1867, filho de Antônio Cardoso do Amaral. Seu pai, líder político da região, foi vereador de 1895 a 1928 e prefeito municipal em diversas ocasiões.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890 e abriu escritório de advocacia na cidade.

Em 1894 foi eleito deputado estadual com 29.891 votos pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1895-1897, e integrou a Comissão de Instrução Pública do Congresso Legislativo de São Paulo. De 24 de abril a 15 de junho de 1897, respondeu interinamente pela Secretaria de Justiça do estado, no governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (1896-1897). Foi reeleito deputado estadual com 22.233 votos para a legislatura 1901-1903, e escolhido primeiro-vice-presidente do Congresso Legislativo. Durante seu mandato, empenhou-se na defesa de diferentes temas: divisas municipais; construção da linha de carris de ferro de São Paulo à então cidade de Santo Amaro; reorganização da Força Pública; nomeação dos oficiais de justiça; orçamento do estado e criação de escolas. Entre estas, cabe citar duas escolas que seriam efetivamente criadas: o Grupo Escolar José Alvim, hoje Escola Estadual José Alvim, no município de Atibaia, instituído pelo Decreto-Lei de 27 de novembro de 1904 e instalado em 1905; e o Grupo Escolar do Pari, atual Escola Estadual Oreste Guimarães, em São Paulo, instituído pelo Decreto de 21 de dezembro de 1904.

No primeiro governo de Rodrigues Alves em São Paulo (1900-1902), licenciou-se do Congresso Legislativo por ter sido nomeado chefe de Polícia do estado, cargo que exerceu de 1901 a 1902. Nesse último ano elaborou um relatório no qual destacava que a melhoria da Polícia paulista só seria possível com a criação de uma carreira profissional que garantisse acesso progressivo aos diversos cargos. Daí surgiu uma proposta de ampla reformulação da Polícia Civil, visando sua transformação em uma instituição de carreira. Com base nessa proposta, o presidente do estado Jorge Tibiriçá Piratininga (1904-1908)

apresentaria projeto que seria transformado na Lei nº 979, aprovada no Congresso Legislativo de São Paulo em 23 de dezembro de 1905, criando a Polícia Civil de Carreira do Estado de São Paulo.

Ainda em sua gestão à frente da Polícia paulista, foi assinado convênio para a vinda da Missão Militar Francesa, que tinha por objetivo a profissionalização da instituição. Os franceses permaneceriam em São Paulo de 1906 a 1914, respondendo pela formação da Polícia paulista, que ganhou alto padrão de organização e disciplina militar.

Após deixar o cargo de chefe de Polícia em 1902, foi nomeado diretor do Banco de Crédito Real, cargo que exerceu de 1903 a 1904. No governo de Jorge Tibiriçá Piratininga, voltou a ocupar interinamente a Secretaria de Justiça, de 1º de fevereiro a 13 de março de 1906. Depois disso foi nomeado secretário da Fazenda. Após deixar a Secretaria da Fazenda, ainda no mesmo ano, quando São Paulo já se firmava como a capital financeira do Brasil, foi nomeado diretor da Companhia Paulista de Seguros Marítimos e Terrestres. Essa empresa, depois de diversas incorporações, passaria a integrar a Liberty Paulista Seguros, uma das maiores do Brasil.

Em 6 de julho de 1906 elegeu-se deputado federal por São Paulo na vaga aberta por Amaral César, e em 14 de agosto foi reconhecido. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1909 e 1912. Destacou-se em vários pareceres na Comissão de Finanças, tornando-se uma das principais lideranças do PRP na Câmara. Renunciou ao mandato de deputado federal em 1912 para assumir a Secretaria da Fazenda de São Paulo, no segundo governo de Rodrigues Alves (1912-1916), e continuou no cargo no governo de Altino Arantes (1916-1920). Administrador respeitado, tanto no trato de empresas privadas como de órgãos públicos, quando Delfim Moreira assumiu a presidência da República (1918-1919) deixou a Secretaria da Fazenda de São Paulo para assumir a presidência do Banco do Brasil.

Foi mais uma vez eleito deputado federal em março de 1930. Empossado na Câmara dos Deputados em maio seguinte, tornou-se líder da bancada paulista e da maioria. Diante da confirmação de boatos sobre a existência de agitações revolucionárias nas forças armadas

em São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, apresentou o Projeto de Lei nº 293/30, subscrito pela maioria parlamentar, declarando em estado de sítio o Distrito Federal e os estados mencionados até 31 de dezembro daquele ano. O projeto autorizava o presidente da República a estender o estado de sítio a outros pontos do território nacional, onde fosse necessário, e liberava as operações de crédito para as despesas extraordinárias exigidas pelas circunstâncias. O projeto foi aprovado por 119 votos contra seis, repetindo-se a aprovação no Senado. Foi sancionado pelo presidente Washington Luís (1926-1930) na noite de 4 de outubro de 1930, mas o esforço foi em vão: a revolução foi vitoriosa, e em 3 de novembro Getúlio Vargas chegou ao poder. Com a vitória dos revolucionários, todos os órgãos legislativos do país foram extintos e Cardoso de Almeida foi exilado na Europa. Faleceu em Paris, França, no dia 5 de outubro de 1931.

Era casado com Ismênia Azevedo Cardoso de Almeida.

Em sua homenagem, seu nome foi dado a uma conhecida rua no bairro de Perdizes, em São Paulo, e a uma estação ferroviária em Parabussu Paulista.

Especialista em economia, deixou vários escritos.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); AMARAL, A. *Dicionário*; ALMEIDA, J. *Relatório*; Buscalegis. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/12861/12425>>; CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/construcao3.pdf>>; CENTRO REF. EDU. MARIO COVAS. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=006na>>; *Correio Paulistano* (7/10/1851); *Folha da Manhã* (7/10/1931); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; GOV. SP. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao35/materia>>

03/>;

GOV. SP. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Disponível em:

<<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=195>>; Pinacoteca. Disponível

em: <http://www.pinacoteca.org.br/?pagid=pinacoteca_luz>; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/web/senador/rtuma/not_completa.asp?codNoticia=45451>; SILVEIRA, L. *Relatório*; VIEIRA, H.; SILVA, O. *História*; Vivasp.

Disponível em: < <http://www.vivasp.com/texto.asp?tid=3457&sid=3>>

ALMEIDA, José Inácio Ewerton de

* min. TCU 1893-1894.

José Inácio Ewerton de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 29 de outubro de 1840, filho de Joaquim Hipólito de Almeida e de Ana Clementina de Azevedo Ewerton e Almeida.

Em 1857 passou a ser funcionário do Tesouro Nacional. De 1868 a 1870 foi designado, em cargo comissionado, para a Delegacia do Tesouro Nacional, em Londres. A partir de 1882 tornou-se oficial de gabinete e, posteriormente, chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, cargo no qual permaneceu até 1889. Ainda no Império foi condecorado com a Ordem da Rosa, a Ordem de Cristo e o título de conselheiro. Já no período republicano, continuou a exercer cargos na administração pública. Em 1890 foi contador da Diretoria-Geral da Tomada de Contas e diretor-geral das Rendas Públicas, cargo no qual permaneceu até 1892. Paralelamente, em 1891, tornou-se diretor-geral de contabilidade e vice-presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, ligado ao Ministério da Fazenda. Na ausência do ministro da Fazenda, que também era o presidente do tribunal, assumia a presidência da corte.

Em 16 de janeiro de 1893, tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

José Inácio de Almeida pertenceu à primeira leva de ministros do TCU. Nele permaneceu por pouco tempo, até 1894. No ano seguinte, tornou-se diretor-presidente do Banco dos Funcionários Públicos, cargo que exerceria até 1920. Em 1905, tornou-se diretor do Banco do Brasil.

Ao longo de sua vida foi também fiscal de escrituração de vários estabelecimentos bancários, como o Banco de Crédito Popular, o Banco Emissor de Pernambuco e o Banco Hipotecário do Brasil.

Faleceu em 1923.

Izabel Pimentel da Silva

Fonte:

TRIB. CONTAS. Disponível em: <
<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>.

ALMEIDA, José Xavier de

*dep. fed. GO 1900-1901; pres. GO 1901-1905.

José Xavier de Almeida nasceu na cidade de Goiás, então capital da província de Goiás, em 23 de janeiro de 1871, filho de Francisco Xavier de Almeida e de Luísa Isolina da Silva Almeida.

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou sua carreira política em Goiás como secretário de Interior e Justiça do governo de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim (1895-1898), membro e aliado da família Bulhões, que liderava então a política local. Eleito deputado estadual, tomou posse em 1897 e durante seu mandato novamente ocupou o cargo de secretário de Interior e Justiça no governo de Urbano Coelho de Gouveia (1898-1901), também ligado aos Bulhões.

Em março de 1900 foi eleito deputado federal por Goiás e em maio seguinte ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados. Renunciou, porém, antes do final do mandato, quando foi eleito, em março de 1901, com o apoio dos Bulhões, presidente do estado de Goiás. Tomou posse em 12 de agosto e, como na ocasião contava apenas 30 anos de idade, tornou-se o mais jovem presidente daquele estado até os dias de hoje. Ao iniciar sua gestão procurou mostrar-se leal aos Bulhões, mas poucos meses após ter sido empossado começou a decepcioná-los. Os Bulhões esperavam consolidar sua aliança política através da realização de seu casamento com uma descendente da família, mas não tiveram êxito, pois em 5 de junho de 1902 Xavier de Almeida casou-se com Amélia Lopes de Moraes, filha do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, considerado um dos homens de maior fortuna de Goiás e dono de grande prestígio político na região.

Em seu governo, Xavier de Almeida manteve o secretariado de seu antecessor Urbano de Gouveia, mas aos poucos implementou práticas que colidiam com os interesses dos Bulhões, tais como uma severa política fiscal, que implicou a renovação dos funcionários do fisco, com a demissão de pessoas da confiança da família; além disso, adotou uma diretriz política por ele denominada “congraçamento”, que consistiu na conciliação e

aproximação com antigos adversários políticos. Tais medidas culminaram na ruptura com os Bulhões em fins de 1903 e início de 1904.

Entre as principais realizações de seu governo destaca-se a instalação da Academia de Direito de Goiás, instituição criada em 1898 que inaugurou o ensino superior no estado. Além disso, criou dois jornais que viriam a ser os principais porta-vozes de seu grupo e de seu governo, *O Semanário Oficial* e *A Imprensa*, em contraposição ao jornal *O Goiás*, que pertencia à família Bulhões.

Nas eleições para o Legislativo estadual, em 1904, e para o Executivo, em 1905, o grupo ligado ao “xavierismo” saiu vencedor e passou a controlar a política do estado. Assim, em 2 de março de 1905, Miguel da Rocha Lima, candidato do Partido Republicano Federal à sucessão de Xavier de Almeida, obteve 23.404 votos, enquanto o candidato apoiado pelos Bulhões, o senador Joaquim José de Sousa, recebeu apenas 8.937. Os Bulhões não aceitaram o resultado e homologaram a eleição de seu candidato. Findo o mandato de Xavier de Almeida, o estado de Goiás ficou assim sob o comando de dois chefes do Executivo. A questão foi encaminhada ao Congresso Nacional, onde se formou uma comissão julgadora que teve como relator o deputado Estevão Lobo. Os Bulhões pediam que o governo federal interviesse no estado, mas o relator da comissão concluiu contrariamente à intervenção e deu ganho de causa a Miguel da Rocha Lima, que assumiu o governo no dia 14 de julho de 1905.

Por não possuir a idade mínima legal de 35 anos para concorrer a uma vaga no Senado Federal, em janeiro de 1906 Xavier de Almeida candidatou-se novamente a deputado federal pelo estado de Goiás e foi eleito. Empossado em maio, durante seu mandato conseguiu apoio do governo federal para a construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Parnaíba, importante obra de ligação entre os estados de Goiás e Minas Gerais.

Após ter sido derrotado no pleito de 1906 para o Senado Federal por Brás Abrantes, aliado de Xavier de Almeida, o líder da família Bulhões, Leopoldo Bulhões, passou a aguardar no Rio de Janeiro, então capital federal, uma oportunidade para investir contra o grupo adversário. A ocasião que almejava para retornar à cena política goiana veio em 1908,

quando tiveram início as articulações relativas às eleições para o governo do estado e para o Senado Federal. Xavier de Almeida apoiou a candidatura ao governo de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes. Hermenegildo foi eleito em 2 de março de 1909, mas teve sua eleição repelida pela oposição, que se aglutinou fortemente em virtude da decisão da comissão executiva do Partido Republicano Federal de homologar a eleição para o Senado de Xavier de Almeida, em desfavor de Luís Gonzaga Jaime. Em abril, alguns integrantes da composição política situacionista deixaram o governo, aliaram-se aos Bulhões e formaram o Partido Democrata.

A insatisfação com a eleição de Hermenegildo Lopes de Moraes para o governo do estado e de Xavier de Almeida para o Senado cresceu a ponto de transformar-se em um movimento armado para depor Miguel da Rocha Lima, do grupo xavierista. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou à presidência do estado em 11 de março, e assumiu seu lugar o primeiro vice-presidente Francisco Bertoldo de Sousa. No dia 1º de maio, sob o comando de Eugênio Jardim, os revolucionários percorreram a cavalo a cidade de Goiás, na chamada Revolução de 1909. O movimento, liderado por Leopoldo Bulhões com o apoio das lideranças pecuaristas do estado, tomou assim o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida, que teve anulada sua eleição para senador. Francisco Bertoldo de Sousa entregou a presidência de Goiás ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, e este governou até 24 de julho, quando foi empossado o presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia. O sucesso do movimento proporcionou o retorno do grupo bulhonista ao poder e uma reorganização das forças políticas estaduais. Com isso, a Academia de Direito de Goiás, símbolo do prestígio e poder de Xavier de Almeida, foi fechada sob a alegação de falta de verbas e de alunos matriculados.

Após esses acontecimentos Xavier de Almeida e sua esposa deixaram o estado de Goiás. Em 1913 retornaram e passaram a viver na cidade de Morrinhos (GO), mas Xavier de Almeida não voltou a se candidatar a cargos políticos.

Ficou viúvo em 23 de agosto de 1943 e faleceu 13 anos depois, em 1956, também na cidade de Morrinhos.

Adrianna Setemy

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); BRITO, C. *Mulher*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

ALMEIDA, MAGALHÃES DE

*militar; dep. fed. MA 1921-1925; sen. MA 1925-1926; pres. MA 1926-1930; sen. MA 1930; const. 1934; dep. fed. MA 1935-1937.

José Maria Magalhães de Almeida nasceu em Codó (MA) no dia 28 de julho de 1883, filho de Henrique Guilhon de Almeida e de Zulina Magalhães de Almeida.

Fez os primeiros estudos nos colégios Coqueiro e Machado e depois no Liceu Maranhense, em São Luís, ingressando na Escola Naval, no Rio de Janeiro, em 1899. Foi promovido a guarda-marinha ao concluir o curso, em 1903, e a segundo-tenente no ano seguinte. Permaneceu por mais de cinco anos na Europa, acompanhando a construção de navios para a Armada brasileira, e participou também de missões ao Chile, à Argentina e ao Uruguai. Em 1910 foi promovido a primeiro-tenente. Durante a Primeira Guerra Mundial, serviu sob as ordens do comandante-em-chefe da Esquadra norte-americana. Em setembro de 1917 foi promovido a capitão-tenente e, no ano seguinte, atuou como adido naval junto à legação brasileira na Itália.

Em 1921 elegeu-se deputado federal pelo Maranhão na legenda do Partido Republicano de seu estado. Dois anos depois representou o governo maranhense no ato de assinatura do contrato de operação de crédito efetuado nos Estados Unidos pelo presidente estadual Godofredo Mendes Viana com a Ulen & Co. Reeleito deputado federal em 1924, deixou a Câmara no ano seguinte para ocupar uma cadeira no Senado. Acusado pelo deputado federal Marcelino Machado de envolvimento com um contrato considerado irregular, respondeu às acusações no Senado Federal defendendo o contrato como importante instrumento destinado a melhorar os serviços de São Luís.

Ainda em 1925 foi eleito presidente do Maranhão, na sucessão de Mendes Viana. Licenciando-se do Senado, assumiu o governo maranhense em 1º de março de 1926. Nesse mesmo ano, o governo do Maranhão contraiu novo empréstimo junto à Ulen & Co., visando a ampliar os serviços de água, esgoto, luz e transportes da capital, e encarregou a companhia norte-americana da administração desses serviços em nome do estado. Em 1928, outro empréstimo foi contraído nos Estados Unidos junto à mesma empresa, a fim de saldar as dívidas da operação financeira realizada em 1923.

Durante o quadriênio, o sistema de ensino revelou considerável progresso em todo o estado, principalmente no setor primário, que recebeu atenção prioritária. Foram criadas 101 novas escolas e tomadas diversas medidas visando a facilitar a expansão da rede de ensino. A principal foi a reforma da instrução pública primária realizada em 1927. Também nesse ano foi publicada a Lei de Organização Judiciária, que concedeu maior autonomia ao Poder Judiciário e outorgou garantias aos magistrados. Pela mesma lei, o Superior Tribunal de Justiça do estado passou a nomear seu secretário e a conceder licença a seu presidente, o que antes era atribuição exclusiva do Poder Executivo. Finalmente, foram abertas novas estradas, foi melhorado o serviço de saneamento rural, e foram restaurados diversos prédios de importância histórica em São Luís.

Em 1º de março de 1930, ao encerrar seu mandato e transferir a presidência do Maranhão a José Pires Sexto, reassumiu sua cadeira no Senado. Encontrando-se no Rio de Janeiro quando da eclosão da Revolução de outubro de 1930, ofereceu-se ao presidente

Washington Luís para retornar à capital maranhense, então em poder dos revoltosos, e retomá-la. Embarcando na Bahia a bordo do vapor *Pará*, armado com canhões, dirigiu-se a São Luís com o propósito de bombardear a cidade, para, em seguida, tomá-la de assalto. Ao ser informada de seus planos, a junta governativa que assumira o governo do estado telegrafou ao *Pará* advertindo que vários políticos amigos de Magalhães de Almeida, além de membros de sua família, se encontravam na capital. O ex-presidente do estado desistiu então do ataque e seguiu rumo a Belém, onde foi preso e removido para o Maranhão no dia 2 de novembro.

De volta à ativa na Marinha, Magalhães de Almeida – que desde novembro de 1928 fora promovido a capitão de corveta – tornou-se comandante do contratorpedeiro *Paraná* em 1932. No ano seguinte foi promovido a capitão de fragata.

Ainda em 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Republicana Maranhense. Depois de participar dos trabalhos de elaboração da nova Constituição passou a exercer o mandato ordinário, e em outubro de 1934 foi reeleito deputado federal na mesma legenda, iniciando o novo mandato em maio de 1935. Em 1937, já ligado ao Partido Social Democrático (PSD) do Maranhão, foi delegado do partido à convenção que lançou a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República, oficiosamente apoiada pelo governo. Em agosto do mesmo ano, passou para a reserva da Marinha. Permaneceu na Câmara até 10 de novembro, quando, com a implantação do Estado Novo, foram abolidos todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de outubro de 1945.

Era casado com Virgínia Araújo Magalhães de Almeida.

FONTES:

ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. *Anais* (1934); *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. DEP. *Relação dos deputados*; Câm. Dep. *seus componentes*; *Diário de Notícias* (26/5/37); FERNANDES, H. *Administrações*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Ilustração brasileira* (11/22); *Jornal* (23/3/33, 5 e 6/10/45); *Jornal do Brasil* (5 e 6/10/45); *Jornal do Comércio* (5/10/45); SERV. DOC. GER. MARINHA; *Tarde* (25/2/23).

ALMEIDA, MANUEL DE

*militar; rev. 1930; dep. fed. MG 1959-1979.

Manuel José de Almeida nasceu em Januária (MG) no dia 23 de outubro de 1912, filho do militar José Antônio de Almeida e de Rita Dias de Almeida.

Cursou o secundário no Colégio Estadual, em Oliveira (MG), e em 1929 ingressou na Força Pública Mineira, em Diamantina (MG).

Por ocasião da Revolução de 1930, ainda recruta, participou de combates ao lado dos revoltosos na tomada de Carinhanha (BA), seguindo com sua tropa pelo vale do São Francisco até Juazeiro (BA). Nessa cidade, suas forças uniram-se às de Juarez Távora, que descia do Nordeste, e tiveram notícia da queda de Washington Luís. Regressou dessa campanha aos 18 anos de idade e com o posto de segundo-sargento.

Em 1932 participou da repressão à Revolução Constitucionalista de São Paulo e penetrou naquele estado até Ribeirão Preto. Nos anos seguintes, concluiu, em 1934, o curso da Escola de Sargentos de Infantaria do Exército, localizada no Rio de Janeiro, e, dois anos mais tarde, o de formação de oficiais da Força Pública, em Minas Gerais, tornando-se instrutor da Força Pública em Belo Horizonte. Em 1939 foi nomeado delegado especial no sul de Minas Gerais, com jurisdição sobre as cidades de Alfenas, Machado e Boa Esperança, entre outras. Em 1941 deu prosseguimento à sua formação, fazendo o curso de educação física na fortaleza de São João, no Rio, e especializando-se em psicologia educacional e pedagogia.

De volta a Minas, foi convocado para servir no gabinete do chefe de Polícia, o major Ernesto Dorneles, e publicou uma série de trabalhos sobre psicologia e pedagogia aplicadas à formação de policiais. Ainda com a mesma preocupação, lançou, em 1946, as bases de uma reforma da preparação dos membros da Força Pública, introduzindo o ensino de direito penal e de diversas técnicas modernas de investigação, numa tentativa de ampliar os conhecimentos dos policiais. No espírito dessa reforma, criou-se também em Belo Horizonte o Ginásio Tiradentes, destinado a abrigar filhos de militares. Em seguida, no comando da Polícia Militar de Minas Gerais (1949-1951), interessou-se pela fundação de uma rede de escolas para assistência ao menor abandonado, especialmente no campo. De seu esforço, resultou a criação das escolas Caio Martins, num total de sete estabelecimentos, iniciativa que mereceria atenção dos governos estaduais de Juscelino Kubitschek (1951-1955), Clóvis Salgado (1955-1956) e José Francisco Bias Fortes (1956-1961). O plano de criação das escolas foi publicado em 1951.

Essa atividade pública acabou atraindo Manuel de Almeida para vida política. Elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Social Democrático (PSD) em outubro de 1954 e cumpriu o mandato de fevereiro de 1955 a janeiro de 1959. Nesse período, preocupou-se principalmente com o desenvolvimento das escolas Caio Martins e com a construção da barragem de Três Marias. Foi presidente e membro das comissões de Educação e Cultura e de Ordem Social da Assembleia Legislativa mineira.

Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal na legenda do PSD, e em fevereiro seguinte tomou posse na Câmara dos Deputados. Durante a legislatura, participou do

chamado Bloco Mudancista, formado pelos partidários da mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Reelegeu-se em outubro de 1962 pelo mesmo partido e em 1966, 1970 e 1974 na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Na Câmara dos Deputados, presidiu uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre Furnas e foi membro das comissões de Obras (1971), do Polígono das Secas (1974), de Educação e Cultura (1974-1975) e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1975). Participou ainda das comissões de Orçamento e de Serviço Público e realizou uma viagem oficial à Índia para conhecer as atividades de pecuária desenvolvidas naquele país. Candidato à reeleição pela Arena em novembro de 1978, conseguiu apenas uma suplência. Com isso, deixou a Câmara em janeiro de 1979, ao final de seu quinto mandato. Proprietário rural, sua carreira parlamentar esteve voltada para a situação do campo, principalmente para as questões ligadas à pecuária e à eletrificação e educação rural.

Afastado das atividades legislativas, em maio de 1979 tornou-se diretor administrativo da Comissão de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares (Carpe), vinculada ao governo mineiro. Coronel aposentado da Polícia Militar de Minas Gerais, desde então passou a dedicar-se exclusivamente às escolas Caio Martins.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 9 de maio de 1988.

Era casado com Márcia Sousa de Almeida, com quem teve seis filhos.

Publicou *Escolas Caio Martins – desenvolvimento do seu programa de ação* (1951), *Reforma agrária* (1951), *O problema de Furnas e o condomínio rural*, *Pecuária nacional em crise; carne de boi é moeda forte*, *Os alicerces da obra de São Francisco*, *Fundação Nacional de Educação de Base, Brasília e sua missão histórica*, *Município: célula base do desenvolvimento nacional*, *Política de incentivo ao produtor rural – potencial da bacia do São Francisco* e *O drama do São Francisco*.

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1967-1971, 1971-1975, 1975-1979); *Grande encic. Delta*; INF. FAM.; NÉRI, S. 16; MONTEIRO, N. *Dicionário; Perfil* (1972); *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); VAITSMAN, M. *Sangue*.

ALMEIDA, Nelson de Vasconcelos e

*militar; const. 1891; dep. fed. PI 1891-1893; dep. fed. DF 1900-1905.

Nelson de Vasconcelos e Almeida nasceu em 19 de setembro de 1862.

Ingressou na Marinha em 13 de março de 1878, foi promovido a guarda-marinha em 1880, a segundo-tenente em 1882, a primeiro-tenente em 1896, a capitão de corveta em 1902 e a capitão de fragata em 1910. Reformou-se como contra-almirante. Também foi professor da Escola Naval e do Colégio Militar.

Paralelamente à carreira militar, em setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Piauí. Assumindo sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho passou a exercer o mandato ordinário. Permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Voltou a concorrer a deputado federal, agora pelo Distrito Federal, em 1900, e foi novamente eleito. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio desse ano, foi reeleito para a legislatura seguinte, e encerrou o mandato em dezembro de 1905.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.*

ALMEIDA, Piza e

*magistrado; min. STF 1891-1908.

Joaquim de Toledo Piza e Almeida nasceu em Capivari (SP) no dia 19 de outubro de 1842, filho de José Toledo de Piza e Almeida e de Maria Leite de Carvalho.

Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo e obteve o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1866. Em maio de 1867 foi nomeado promotor público em Taubaté (SP), mas exonerou-se no mesmo ano, provavelmente por motivos políticos, dada sua afinidade precoce com a ideia republicana e abolicionista. Em ata de uma das primeiras convenções do Partido Republicano, em Itu (SP), é possível encontrar seu nome, bem como de outros Toledo Piza e Almeida, provavelmente seus irmãos ou parentes próximos.

Afastado da promotoria, exerceu a advocacia até 1874, quando foi nomeado juiz municipal de Sorocaba, no interior paulista. No ano seguinte passou a juiz substituto na capital da província de São Paulo, e em 1878, a juiz de direito da comarca de São Mateus, no Espírito Santo. De regresso a São Paulo ainda no mesmo ano, foi nomeado chefe de polícia.

Em ato de grande repercussão, no início de 1880 libertou os escravos que possuía. Além disso, como juiz, em todos os inventários sob sua alçada ou nas petições formuladas por escravos, determinou a imediata libertação dos cativos, com base na lei de 7 de abril de 1831, conhecida como “lei para inglês ver”: a lei determinava a imediata libertação de todos os escravos que ingressassem no Brasil a partir daquela data, mas não era cumprida por nenhuma instância do Judiciário brasileiro. O significado de sua decisão particular e de sua atuação como juiz foi afirmar sua adesão à causa abolicionista e republicana.

Após a proclamação da República (15/11/1889), em novembro de 1890 foi designado para o Supremo Tribunal Federal (STF), criado em outubro daquele ano sob inspiração da Suprema Corte norte-americana. Tomou posse em abril de 1891, e em de agosto de 1906 foi eleito presidente da corte – o terceiro no período republicano. Ocupou o posto até 22 de abril de 1908, quando faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Foi casado com Maria Teresa Almeida e, depois de viúvo, contraiu segundas núpcias com Cristina Leite Piza e Almeida.

Eduardo Junqueira

FONTES:

Ata 1873; MATTOSO, P. *Supremo*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História* (t.1);. SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

ALMEIDA, Temístocles de

*dep. fed. RJ 1906-1908 e 1918-1920.

Manuel Temístocles de Almeida nasceu em Campos (RJ) no dia 21 de dezembro de 1865.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1890, de 1891 a 1895 foi promotor público em Campos. Transferiu-se então para Santo Antonio de Pádua (RJ) e passou a atuar como advogado. Posteriormente foi eleito vereador e tornou-se presidente da Câmara Municipal.

Em 1900 foi eleito deputado estadual. Tomou posse em maio e foi reeleito em 1903. Manteve-se na Assembleia fluminense até 1906, quando foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu seu mandato até dezembro de 1908, quando se encerrou a legislatura.

No ano seguinte foi nomeado diretor da Imprensa Nacional, órgão em que permaneceu até 1910. Em dezembro de 1911 assumiu a prefeitura de São Gonçalo, município fluminense que governou até outubro de 1913. Em 1916 tornou-se membro da seção fluminense da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, criada com o objetivo de extinguir o analfabetismo nos municípios do Rio de Janeiro até o Centenário da Independência. Nessa ocasião participou dos trabalhos do conselho consultivo da entidade, também formado por Alfredo Backer, Francisco Chaves de Oliveira Botelho, Feliciano Sodré, Eduardo Cotrim, Leopoldo Bulhões, Otávio Kelly, Mário Viana, Galdino Filho, Oliveira Viana e Alberto Torres, entre outros.

Voltou a exercer mandato eletivo em 1918, quando foi novamente eleito deputado federal pelo estado do Rio. Reeito em 1921, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1923, quando se encerrou a legislatura.

Luciana Pinheiro

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 224); ; Blog do jornalista Assueres Barbosa. Disponível em: <<http://blogdojornalistaassueres.blogspot.com/>>. Acesso em: 22/01/2011; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 187); NOFUENTES, V. *Guerra*.

ALMENDRA, João Henrique de Sousa Gaioso e

*dep. fed. PI 1900-1913.

João Henrique de Sousa Gaioso e Almendra nasceu em José de Freitas (PI) no dia 9 de junho de 1865, filho de Raimundo José de Sousa Gaioso e de Inês Leonor Almendra de Sousa Gaioso. Descendia de Francisco da Cunha Castelo Branco, um dos pioneiros do povoamento do Piauí.

Ingressou em 1885 na Faculdade de Direito do Recife e envolveu-se com a militância política ao defender a causa abolicionista. Formou-se advogado em 1889. Nesse mesmo ano voltou a residir em seu estado natal e foi promotor público em Teresina até 1890, quando assumiu as mesmas funções na cidade de União (PI). De 1891 a 1896 foi juiz de direito de Barras (PI), e de 1896 a 1898 foi procurador da República no Piauí.

Em março de 1900 foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo Piauí. Foi sucessivamente reeleito, em 1906, 1909 e 1912.

No campo jornalístico, foi proprietário do jornal *A Notícia*. Também colaborou com os periódicos *A República*, *A Democracia* e *O Piauí*.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 17 de setembro de 1913, no exercício do mandato.

Era casado com Josefina Pires de Castro Gaioso e Almendra, descendente de Gervásio Pires Ferreira, vulto de projeção na Revolução Pernambucana de 1817. Seu filho Jacó Manuel Gaioso e Almendra, general do Exército, foi governador do Piauí de 1955 a 1959 e deputado federal de 1963 a 1967.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CHAVES, J. *Apontamentos*.

ALVARENGA, Zoroastro Rodrigues de

*dep. fed. MG 1918-1926.

Zoroastro Rodrigues de Alvarenga nasceu em Lavras (MG) no dia 15 de janeiro de 1878, filho de José Rodrigues Alvarenga e de Matilde de Resende Alvarenga. Médico diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, retornou a seu município natal e iniciou a carreira política sendo eleito vereador e, posteriormente, presidente da Câmara Municipal. Em 1907 foi eleito deputado estadual. Permaneceu no Legislativo mineiro até 1910, quando renunciou ao mandato para assumir o cargo de diretor de Higiene do estado, a convite do então presidente Júlio Bueno Brandão (1910-1914). Esteve à frente da Diretoria de Higiene de Minas Gerais por oito anos, atuando também durante o governo de Delfim Moreira (1914-1918), sucessor de Bueno Brandão. Nesse período teve ainda marcante participação na fundação da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, criada em 1911. Essa instituição, na qual atuaria como docente da disciplina de clínica médica por vários anos, mais tarde seria incorporada à Universidade de Minas Gerais.

Em 1918 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, integrou a Comissão de Saúde. Reeleito em 1921 e 1924, nesse último ano tornou-se vice-presidente da Comissão de Saúde. Ainda em 1924 foi nomeado serventuário da Justiça do Distrito Federal. Permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1926, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Fora da esfera política, continuou atuando como serventuário de Justiça até 1931, quando foi demitido em decorrência das transformações políticas que se sucederam no país após a vitória da Revolução de 1930.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de março de 1945.

Era casado com Belmira da Silva Alvarenga.

Luciana Pinheiro

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1 p.21).

ÁLVARES, Domingos Quadros Barbosa

*dep. fed. MA 1921-1930.

Domingos Quadros Barbosa Álvares nasceu em São Bento (MA) no dia 28 de novembro de 1880.

Iniciou sua vida política no governo de Benedito Pereira Leite, entre os anos de 1906 e 1910, quando ocupou o cargo de secretário-geral do estado do Maranhão. Em 1911 foi eleito deputado estadual. Nesse período estreou na literatura, foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras, em 1908, e da Federação das Academias de Letras do Brasil. Dirigiu a Imprensa Oficial do Maranhão em três ocasiões: 1908, 1912 e 1913. Eleito deputado federal pelo Maranhão em 1921, reelegeu-se sucessivas vezes até 1930, mas teve o mandato interrompido com a vitória da revolução de outubro daquele ano, que fechou o Congresso Nacional e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

No campo jornalístico, colaborou em diversos órgãos no Maranhão, entre os quais *A Revista do Norte*, a revista *Atenas*, o jornal *Pacotilha*, o *Diário Oficial do Estado* e outros mais. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 26 de dezembro de 1946.

Entre seus descendentes destaca-se o cantor e compositor Carlos Lyra, seu neto.

Publicou *As cruzadas, mosaicos* (contos, 1908); *O dominó vermelho* (contos, 1909); *Contos da minha terra* (1911); *Silhuetas* (perfis biográficos, 1911); e Os irmãos Azevedo, em *Conferências* (1939). Também compôs em versos um fabulário intitulado *Jardim Zoológico*, parcialmente publicado em periódicos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ACAD. MARANHENSE. Disponível em:

<<http://www.academiamaranhense.org.br/>>. Acesso em: 5/6/2010; MARQUES, C. *Dicionário*.

ALVES FILHO, Rodrigues

* dep. fed. SP 1906-1923 e 1925-1930.

Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho nasceu em Guaratinguetá (SP) no dia 30 de outubro de 1878, filho de Francisco de Paula Rodrigues Alves e de Ana Guilhermina de Oliveira Borges. Seu pai foi deputado durante o Império, constituinte em 1891, senador, ministro da Fazenda nos governos Floriano Peixoto (1891-1894) e Prudente de Moraes (1894-1898), três vezes presidente de São Paulo (1887-1888, 1900-1902 e 1912-1916) e presidente da República (1902-1906); novamente eleito presidente da República em 1918, não assumiu o cargo em virtude de doença, vindo a falecer em janeiro de 1919. Sua mãe era neta do visconde de Guaratinguetá.

Após os primeiros estudos em sua cidade, fez o curso preparatório no Colégio São Luís Gonzaga, em Petrópolis (RJ), e no Externato Aquino, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1897, formando-se em ciências sociais e jurídicas em 1901 depois de curso brilhante no qual se classificou em primeiro lugar. Entre seus colegas de turma estavam Laudo Ferreira de Camargo, Virgílio de Carvalho Pinto, Francisco Pais de Barros e Maria Augusta Saraiva, a primeira mulher a ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo.

Depois de formado, além de exercer a advocacia na capital paulista, fez também parte, em 1902, da redação do jornal *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista (PRP). Com a posse de seu pai na presidência da República em 15 de novembro do mesmo ano, foi nomeado secretário da presidência, o que o levou a participar de vários momentos marcantes da vida do país. Em 15 de novembro de 1905, por exemplo, acompanhou o pai em carruagem aberta na solenidade de inauguração da avenida Central, hoje Rio Branco, a mais importante do Rio de Janeiro. Acompanhou também a ação de Osvaldo Cruz, que, na Diretoria de Saúde Pública, desenvolveu um plano de combate à febre amarela baseado em métodos que haviam alcançado grande eficácia em Cuba e conseguiu livrar a cidade do Rio de Janeiro das epidemias que a assolavam. Permaneceu na secretaria da presidência da

República até fins de 1905, quando solicitou sua exoneração a fim de se candidatar a deputado federal nas eleições que seriam realizadas em 31 de janeiro de 1906, sendo substituído no cargo por Edmundo da Veiga.

Eleito deputado federal pelo 4º distrito de São Paulo, tomou posse em 3 de maio de 1906. Nesse mesmo ano, como membro do PRP, votou favoravelmente ao Convênio de Taubaté, acordo firmado entre os presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com o objetivo de garantir um preço mínimo para o café, principal produto da economia brasileira. Seu pai não fora frontalmente contrário à medida, mas tinha objeções ao plano, por onerar os cofres da União. Até o final do quadriênio de Rodrigues Alves, em 15 de novembro de 1906, permaneceu fiel à minoria que apoiava o governo, votando contra ao projeto de lei de autoria do deputado Davi Campista que criou a Caixa de Conversão.

Reeleito para as legislaturas 1909-1911 e 1912-1914, conviveu com o pai como presidente de São Paulo, pela terceira vez, entre 1912 e 1916. Quando da sucessão de Hermes da Fonseca na presidência da República em 1914, foi apresentado o nome do senador gaúcho Pinheiro Machado, logo rejeitado pelos paulistas. A chamada Coligação, formada pelos estados de São Paulo, Minas Gerias, Pernambuco e Rio de Janeiro, resolveu apoiar o nome do paulista, ex-presidente da República e então senador Manuel Ferraz de Campos Sales, com o mineiro Venceslau Brás como vice. Diante do falecimento inesperado de Campos Sales, a pedido de seu pai, Rodrigues Alves Filho escreveu ao senador general Francisco Glicério informando que, no entender do presidente de São Paulo, o senador Pinheiro Machado deveria usar sua autoridade para “promover a apresentação de um nome que viesse acalmar os espíritos e trazer a tranquilidade de que tanto carecemos”. Glicério, por sua vez, informou que o deputado Cincinato Braga havia conversado com Bueno Brandão, e que Minas Gerais nunca aceitaria o nome de Pinheiro Machado para presidente, assim como não podia aceitar “de forma alguma a vice-presidência”. Afinal, com o veto de Minas Gerais ao candidato oficial, Venceslau Brás acabou sendo o nome de consenso entre as correntes partidárias e foi eleito presidente em março, sendo empossado em 15 de

novembro.

Ainda em 1914, foi aprovada na Câmara dos Deputados uma emenda ao orçamento da Justiça na qual se interpretava a lei de incompatibilidades eleitorais de forma a permitir a eleição de deputados federais que, embora parentes de presidentes ou governadores estaduais, tivessem exercido anteriormente o mesmo mandato. A emenda visava exclusivamente a beneficiar Rodrigues Alves Filho, que exercia seu terceiro mandato parlamentar. A emenda foi aprovada na Comissão de Justiça, sendo relator Félix Pacheco, que ouviu previamente o presidente da República Venceslau Brás. Quando a emenda foi discutida na Comissão de Justiça do Senado, o senador Pinheiro Machado afirmou que a combateria, dizendo que ela vinha derrogar uma lei moralizadora. Francisco Glicério, que presidia a comissão, contestou o líder gaúcho, mas tão seguro era Pinheiro de sua força que começou a tomar os votos dos senadores presentes. Glicério reagiu, afirmando que competia a ele, como presidente da comissão, tomar os votos. Verificou-se então a derrota da emenda, contra os votos apenas de Glicério, Gomes Ferreira e Bueno de Paiva, este mineiro e amigo do presidente Venceslau Brás. Diante disso, Glicério levantou-se e disse que ia discutir o assunto no plenário, para mostrar a campanha que a comissão montava contra São Paulo. Pinheiro Machado pediu então que se reconsiderasse a matéria e aconselhou seus comandados a votar agora pela aprovação da emenda. Escrevendo a Rodrigues Alves, Glicério afirmou que teve mais repugnância pelos senadores que assim procediam do que por Pinheiro, que lhes dava ordens. Mas Pinheiro Machado tinha alcançado seu objetivo: mostrar para o ex-presidente que seu filho só continuaria na Câmara como deputado porque ele concordava.

Rodrigues Alves Filho foi de fato reconduzido à Câmara dos Deputados nas legislaturas 1915-1917 e 1918-1920. Nas eleições de 1º de março de 1918, também seu pai foi mais uma vez eleito presidente da República, e incumbiu o filho de levar ao Rio de Janeiro três cartas convites para seu ministério: ao general Cardoso de Aguiar, para a Guerra, ao almirante Gomes Pereira, para a Marinha, e a Pandiá Calógeras, para a Viação. No mesmo dia de sua chegada à capital federal, Rodrigues Alves Filho foi chamado ao telefone pelo

pai, que lhe pediu que não entregasse o convite a Calógeras, visto terem surgido restrições ao seu nome em Minas Gerais.

No pleito de 20 de fevereiro de 1921, Rodrigues Alves Filho foi mais uma vez eleito deputado federal, para a legislatura 1921-1923. Não concorreu ao pleito realizado em 17 de fevereiro de 1924, mas em 27 de agosto de 1925 foi eleito para preencher a vaga aberta com renúncia de Plínio de Godói Moreira da Costa, que havia sido eleito para o Senado Estadual paulista. Foi reeleito mais duas vezes para a Câmara dos Deputados: em 24 de fevereiro de 1927, para o triênio 1927-1929, e em 1º de março de 1930. Contudo, com a vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930, chefiado por Getúlio Vargas, e a dissolução do Poder Legislativo em todo o país, perdeu sua cadeira, passando a dedicar-se a advocacia.

No governo do interventor Ademar de Barros em São Paulo (1938-1941), foi nomeado diretor técnico do Departamento de Estatística, então um dos principais órgãos da administração pública do estado. Com a redemocratização ocorrida em 1945, candidatou-se a senador pelo Partido Social Democrático (PSD) nas eleições para a Constituinte que ocorreram em 2 de dezembro do mesmo ano, ficando em quinto lugar entre os 11 candidatos.

Com a volta de Ademar de Barros ao governo de São Paulo, foi convidado, em setembro de 1947, para trabalhar em *A Época*, jornal de propriedade do chefe do Executivo paulista, segundo suas próprias palavras “com a função de escrever artigos de combate feroz e chefiar campanhas terríveis que por mais de uma vez quase me comprometeram a própria vida”. Em seus artigos, não poucas vezes, segundo ele, disse verdades que outros não teriam a coragem de dizer ao próprio Ademar.

Diversificando suas atividades, em setembro de 1950 obteve no Banco do Estado de São Paulo um empréstimo a longo prazo para um empreendimento imobiliário em Osasco, então bairro afastado da capital paulista.

Seu rompimento com Ademar de Barros ocorreu em virtude de intrigas de um grupo que cercava o governador, e principalmente de uma jornalista protegida do dono do jornal.

Como também era acionista do jornal, acabou vendendo suas ações para o então vice-governador Erlindo Salzano, preposto de Ademar, e deixou a direção de *A Época*. Pouco tempo depois foi convidado pelo próprio ex-patrão a assumir a direção do comitê de propaganda municipal, com vistas às eleições que se realizariam na cidade São Paulo. Apesar da situação criada com sua saída do matutino, viu-se obrigado a aceitar a função a contragosto. Pouco tempo permaneceu, porém. Informado de que sua presença era apenas para que não criassem embaraços até a eleição que seria realizada em outubro, após o que seria jogado “às feras”, imediatamente abandonou o comitê.

Em 18 de janeiro de 1952, quando deixava sua residência em São Paulo, foi vítima de um atentado, quando dois indivíduos postados junto ao portão de sua casa lhe desferiram seis tiros. Um deles resvalou em seu sapato e outro atingiu uma cachorrinha. Apesar de terem fugido, os agressores acabaram sendo identificados como ex-policiais que haviam sido expulsos da corporação e tinham ligação com amigos do ex-governador, mas não foram presos pelas autoridades. Rodrigues Alves Filho passou então, a partir de março de 1952, a fazer sérias críticas a Ademar de Barros nas páginas do jornal carioca *O Mundo*. Informou que Ademar havia exigido do presidente Eurico Dutra um bilhão de cruzeiros para trair Getúlio Vargas, candidato à presidência da República em 1950, em favor de Cristiano Machado, e que o intermediário teria sido o industrial Horácio Lafer. Em 1954, escreveu o livro *Um homem ameaça o Brasil*, contra Ademar, então novamente candidato ao governo paulista. Denunciava na obra as negociatas e escândalos havidos no governo estadual e a famosa “caixinha” para onde eram desviados valores arrecadados de maneira ilícita.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, no dia 16 de dezembro de 1963.

Foi autor também dos livros *O sociologismo e a imaginação no romance brasileiro* (1938), *As bases da unidade nacional*, *Crônicas do Brasil antigo* (1940), *Democracia corrompida ou golpe de Estado?* (1955) e *O que é parlamentarismo* (1961).

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; ALVES FILHO, F. *Homem*; FRANCO, A. *Rodrigues*; MOURA, C. *Visconde*.

ALVES, Agenor Ludgero

*dep. fed. MG 1930.

Agenor Ludgero Alves nasceu em São José do Barroso, distrito de São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco, na então província de Minas Gerais, em 26 de setembro de 1891, filho do comerciante Martinho Ludgero Alves e de Maria Rita Alves.

Cursou o secundário na Academia de Comércio de Juiz de Fora, estabelecimento de ensino que tinha por finalidade formar negociantes, banqueiros e diretores voltados para estabelecimentos industriais e comerciais. Bacharelou-se em direito no ano de 1916 pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

Depois de formado, foi para o município de Caratinga (MG), onde exerceu a advocacia, foi promotor de justiça e ingressou na vida política como vereador e presidente da Câmara Municipal em 1925. Foi deputado estadual na legislatura de 1923 a 1926.

Filiado ao Partido Republicano Mineiro, em março de 1930 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais. Tomou posse em maio, mas perdeu o mandato em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no ano de 1961.

Vanessa Lana

FONTES:

CHRISTO, M. *Europa*; MONTEIRO, N. *Dicionário*.

ALVES, Augusto Glória Ferreira

* dep. fed. MG 1921-1929.

Augusto Glória Ferreira Alves nasceu em São João Nepomuceno (MG) em 1864. Graduiu-se em 1888 pela Faculdade de Medicina da Bahia com a tese intitulada *Raiva hidrofóbica*, e a partir de então passou a dirigir seus estudos para políticas higienistas. Foi agente executivo, cargo similar ao de prefeito, em São João Nepomuceno, de 1912 a 1915. Em sua gestão revelou grande preocupação com os problemas da higiene pública, a começar pela limpeza das ruas da cidade. Defendia com isso a ideia de que ambiente limpo era sinônimo de cidadãos saudáveis. Também se dedicou à canalização das águas do córrego dos Medeiros. Para essa empreitada teve que adquirir duas propriedades, as fazendas do Ronca e do Grama, cujos donos não aceitavam a canalização do córrego. Foi de sua iniciativa a implantação do sistema de esgoto no município, seguindo o modelo francês, o mais moderno da época. Consta que o projeto era de autoria de seu irmão, Carlos Ferreira Alves, que faleceu antes de conseguir implementar o sistema de saneamento da cidade.

Em 1919 foi eleito senador estadual em Minas Gerais e dois anos depois foi eleito deputado federal. Reeleito em 1924 e 1927, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados de maio de 1921 a dezembro de 1929.

Foi vereador em São João Nepomuceno em várias legislaturas. Ajudou, como benemérito, na construção da Escola Normal Dona Prudenciana, e aí foi inspetor de ensino.

Faleceu em São João Nepomuceno em 12 de setembro de 1948.

Em sua homenagem foram construídas no município uma praça e uma escola.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES:

Augusto Glória. Disponível em: < <http://www.sjonline.com.br/content/view/22/2/>>.

Acesso em: 5/6/ 2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Colégio Genecista Dr.

Augusto Glória. Disponível em: <

<http://www.sjonline.com.br/content/view/119/144/>>. Acesso em: 5/6/2010; Doutor

Augusto Glória. Disponível em: < <http://jannepomucky.blogspot.com/2010/05/dr-augusto-gloria.html>>. Acesso em: 5/6/2010; Family Tree Maker's Online.

Disponível em: < <http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-da-silva-1/COLMA4-0004.html>>. Acesso em: 4/6/2010; As praças Dr.

Augusto Glória e Barão do Rio Branco. Disponível em: <

<http://www.sjonline.com.br/content/view/167/66/>>. Acesso em: 5/6/2010; Primeira Câmara Municipal. Disponível em: < <http://jannepomucky.blogspot.com/2010/05/administracao-publica-em-sao-joao.html> >. Acesso em: 5/6/2010; Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em 4/5/2010; Teses doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/28814483/Teses-Da-Faculdade-de-Medicina-Da-Bahia-1840-a-1928>>. Acesso em: 5/6/2010; Trabalhos eleitorais. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1779720/dou-secao-1-18-03-1927-pg-65> >. Acesso em: 4/6/2010; VEIGA, J. *Revista* (p.48-53).

ALVES, Fidélis de Azevedo

*dep. fed. RJ 1903-1908.

Fidélis de Azevedo Alves nasceu em Itaboraí (RJ) no dia 20 de maio de 1854.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi vereador e presidente da Câmara Municipal Itaboraí e deputado estadual de 1892 a 1902. Em 1903 foi eleito deputado federal pelo 1º distrito do estado do Rio de Janeiro. Exerceu seu mandato de 3 de maio de 1903 a 31 de dezembro de 1905 e em 1906 foi mais uma vez eleito, novamente pelo 1º distrito. Exerceu seu segundo mandato de 3 de maio de 1906 a 31 de dezembro de 1908.

Além de médico e deputado, Fidélis de Azevedo Alves foi agricultor e, como tal, recebeu algumas medalhas na Exposição de Chicago por seus produtos agrícolas. Foi também major honorário do Exército, coronel-comandante da 24ª Brigada de Infantaria da comarca de Itaboraí e coronel-comandante da Guarda Nacional.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; CASTRO, J. *Milícia*; SOUSA, J. *Índice*; SILVEIRA, A. *Enciclopédia* (t.1).

ALVES, GLICÉRIO

*rev. 1930; rev. 1932; const. 1946; dep. fed. RS 1946-1951.

Glicério Alves de Oliveira nasceu em Rio Pardo (RS) no dia 8 de setembro de 1893, filho Manuel Alves de Oliveira e de Rosália de Oliveira. Seu pai era pecuarista, coronel da Guarda Nacional e líder político no interior gaúcho. Seu irmão Ernesto Alves foi propagandista da República.

Ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre e, ainda acadêmico, atuou em 1915 como juiz distrital em Ijuí (RS). Bacharelando-se em 1917, no ano seguinte passou a exercer a função de promotor público em Cachoeira, atual Cachoeira do Sul (RS).

Subchefe de polícia da 4ª Região, numa época em que as rivalidades políticas gaúchas se aguçaram, acabando por conduzir à deflagração da Revolução de 1923, filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Membro da comissão executiva do partido em Cachoeira, foi eleito conselheiro municipal nessa cidade e em 1929 assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em agosto do mesmo ano passou a integrar a Frente Única Gaúcha (FUG), então formada a partir da coligação entre o PRR e o Partido Libertador (PL) com o objetivo de dar apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, lançada pela Aliança Liberal.

Participou da Revolução de 1930 como integrante da coluna chefiada pelo líder republicano gaúcho José Antônio Flores da Cunha, tendo presenciado, na cidade paulista de Itararé, o encontro entre as forças revolucionárias e as forças legalistas que resultou na rendição das últimas quando souberam da deposição, no Distrito Federal, do presidente Washington Luís. Em abril de 1932 incorporou-se às forças gaúchas que apoiaram o movimento constitucionalista de São Paulo, atuando como emissário do líder republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Minas Gerais com a finalidade de sondar as condições para a deflagração de uma revolução. Iniciado o movimento insurrecional em São Paulo em julho de 1932, atuou em operações militares no Rio Grande do Sul, tendo participado, juntamente com Lindolfo Collor, João Batista Luzardo e mais 40 homens, da depredação da linha férrea entre Santa Maria e Tupanciretã. Com a derrota do movimento em outubro de 1932, exilou-se por dois anos no Uruguai.

Após o fim do Estado Novo (1937-1945), elegeu-se, em dezembro de 1945, deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) na legenda do Partido Social Democrático (PSD), assumindo sua cadeira em fevereiro de 1946. Favorável à manutenção da Constituição de 1937, opôs-se à proposta da União Democrática Nacional (UDN) de elaborar um projeto de normas gerais em substituição à Carta ainda vigente. Como constituinte, combateu o comunismo e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo sido favorável à invocação da “proteção de Deus” no preâmbulo da Constituição. Foi contrário à anistia, ao direito de greve e à participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas, tendo sugerido a criação de um imposto social em sua substituição. Defendeu a adoção do parlamentarismo e apresentou emenda extinguindo as polícias militares estaduais. Após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), exerceu o mandato ordinário até janeiro de 1951, tendo integrado nessa legislatura a Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados.

Após a vitória do movimento político-militar de 31 de março de 1964, foi presidente do PSD no Rio Grande do Sul. Foi ainda pecuarista, consultor jurídico do Banco do Brasil e secretário de Educação do Rio Grande do Sul.

Faleceu no dia 10 de setembro de 1967.

Era casado com Antonieta Pires Alves, com quem teve quatro filhos. Publicou diversos trabalhos jurídicos e políticos, além de ter sido colaborador do Suplemento Rural do *Correio do Povo* de Porto Alegre.

FONTES:

BRAGA, S. *Quem foi quem*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1947-1951); CÂM. DEP. *Relação dos deputados*; CÂM. DEP. *Repertório biográfico* (1946-1967); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; ENTREV. PEIXOTO, A.; GIRÃO, R. *Ceará*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1930; TIMM, O.; GONZALEZ, E. *Álbum*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1).

ALVES, Honorato José

*dep. fed. MG 1906-1929.

Honorato José Alves nasceu em Diamantina (MG) no dia 10 de novembro de 1868, filho de Marciano José Alves e de Antônia Josefina de Oliveira Alves. Seu irmão João José Alves foi vereador, presidente da Câmara Municipal e agente executivo em Montes Claros (MG), além de constituinte em 1934 e deputado federal em 1935.

Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, iniciou a carreira profissional clinicando em Montes Claros. Em 1893 elegeu-se vereador e logo em seguida assumiu a presidência da Câmara Municipal. No decorrer de 1894, tornou-se agente executivo (prefeito) da cidade. Em 1903 foi eleito deputado estadual e exerceu o mandato por um triênio.

Em março de 1906 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e em maio seguinte tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Eleito para outras sete legislaturas, exerceu o mandato de deputado federal até dezembro de 1929.

No decorrer desse período integrou a Comissão de Obras Públicas da Câmara (1922-1924). Foi também fundador e redator do periódico oficial *Montes Claros*. Como médico, participou ativamente da criação da Faculdade Livre de Medicina em Belo Horizonte, na qual inaugurou a cátedra de oftalmologia. Na capital mineira integrou ainda o Conselho de Saúde Pública.

Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1948.

Era casado com Violeta Melo Franco Alves, filha de Virgílio Martins de Melo Franco, deputado provincial no Império e senador estadual em Minas entre 1892 e 1923. Seu cunhado, o diplomata e professor Afrânio de Melo Franco, exerceu diversos mandatos como deputado estadual e federal por Minas Gerais, foi ministro da Viação e Obras Públicas (1918-1919) e ministro das Relações Exteriores (1930-1933). Seu filho Márcio de Melo Franco Alves foi prefeito do município fluminense de Petrópolis (RJ) e secretário de Finanças do estado da Guanabara no governo Negrão de Lima (1966-1971). Seu neto Márcio Emanuel Moreira Alves foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1967 a 1968, além de conhecido jornalista e escritor.

Luciana Pinheiro

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 112); Marcio Moreira Alves. Disponível em: <<http://www.marciomoreiraalves.com/quem.htm>>. Acesso em: 16/8/2010;
MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 23-24, 269-270, 273-274); PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 16/8/2010.

ALVES, João Luís

* dep. fed. MG 1903-1908; sen. ES 1909-1918; min. Just. 1922-1924; min. STF 1924-1925.

João Luís Alves nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 23 de maio de 1870, filho de João Luís Alves e de Bárbara Horta Barbosa Alves.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em novembro de 1889, regressou a Minas Gerais para, no ano seguinte, iniciar carreira na magistratura, ao ser nomeado promotor público e curador de órfãos da comarca do Rio Verde. Em março de 1891, foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Campanha, permanecendo no cargo até junho de 1892. Ainda nesse ano, após pequena reforma da justiça estadual, foi nomeado juiz substituto da comarca de Alfenas, cargo que exerceu por pouquíssimo tempo, em função de haver retornado a Campanha, cidade que fora, no passado, importante centro de exploração aurífera.

Em Campanha, afastou-se da magistratura e passou a se dedicar à advocacia e a negócios particulares, além de ministrar curso sobre legislação de terras na escola de agrimensura local. Eleito prefeito para o triênio 1898-1900, foi concomitantemente inspetor da Instrução Pública do município. Ligado ao grupo de Silviano Brandão, presidente de Minas de 1898 a 1902, foi eleito deputado ao Congresso estadual e exerceu o mandato de junho de 1899 a dezembro de 1902. Em 1903 foi eleito deputado geral por Minas, e em 1906 renovou o mandato na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1908.

Como seu nome já despontasse com alguma evidência no cenário político nacional, depois de deixar a Câmara, elegeu-se senador pelo estado do Espírito Santo em 1908, sendo reconduzido em 1912. Em dezembro de 1918, renunciou ao mandato no Senado para assumir a Secretaria de Finanças do governo de Artur Bernardes em Minas Gerais, onde permaneceu de janeiro de 1919 a setembro de 1922. Eleito Bernardes para a presidência da República, retornou à capital federal a fim de assumir a pasta da Justiça e Negócios Interiores.

Sem ser um literato, mas ligado à justiça e ao estudo das leis, foi eleito para a Academia

Brasileira de Letras em 1923. Ocupou a cadeira 11, cujo antecessor fora o poeta, magistrado e educador Eduardo Ramos. Em dezembro do ano seguinte foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes, a quem era ligado por laços políticos e de amizade, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga surgida com o falecimento de Hermínio Francisco do Espírito Santo. Deixou a corte em 1925 por problemas de saúde. Em viagem pela Europa para tratamento da saúde, faleceu em Paris no dia 15 de novembro desse ano. Ao longo da carreira foi também lente de direito comercial da Faculdade de Direito de Belo Horizonte e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De sua vasta obra, dispersa em várias publicações especializadas do campo jurídico, destacam-se “O estado de guerra e o estado de sítio” (1907), “Comentários do Código Civil” e “Código Civil Anotado” (1917), as duas últimas largamente utilizadas como fonte doutrinária.

Eduardo Junqueira

Fontes:

MELLO FILHO, J. *Notas; Supremo Tribunal ; SENADO*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/>>.

ALVES, JOSÉ DE PAULA RODRIGUES

*diplomata; emb. Bras. Paraguai 1921-1922 e 1924-1926; emb. Bras. Argentina 1926-1930; emb. Bras. Chile 1931-1935; emb. Bras. Argentina 1938-1944.

José de Paula Rodrigues Alves nasceu em Guaratinguetá (SP) no dia 16 de outubro de 1883, filho de Francisco de Paula Rodrigues Alves e de Ana Guilhermina Rodrigues Alves, ambos pertencentes a famílias de grandes plantadores e comerciantes de café em São Paulo. Seu pai foi deputado durante o Império, constituinte em 1891, senador, ministro da Fazenda nos governos de Floriano Peixoto e Prudente de Morais, três vezes presidente de São Paulo (1887-1888, 1900-1902 e 1912-1916) e presidente da República de 1902 a 1906. Novamente eleito para a chefia da nação em 1918, não pôde tomar posse em virtude da enfermidade que o acometeu, vindo a falecer em janeiro de 1919. Sua mãe era filha de José Martiniano de Oliveira Borges, visconde de Guaratinguetá. Dois dos seus sete irmãos, Francisco de Paula e Oscar Rodrigues Alves, atuaram na política, tendo o último sido deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte de 1934.

José de Paula frequentou o Colégio Militar do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e obteve em 1900 o diploma de engenheiro geógrafo. Matriculou-se em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo, participando em meados de 1902, junto com Antônio Carlos de Sales Júnior e Pedro Odilon do Nascimento, da redação de *A Época*, órgão do Círculo Jurídico Acadêmico. Concluiu seus estudos universitários em 1905.

No ano seguinte ingressou na carreira diplomática, atuando como secretário da III Conferência Pan-Americana, realizada em julho no Rio de Janeiro. Promovido a segundo-secretário em novembro, foi removido para Haia, na Holanda, e aí serviu entre junho de 1907 e março de 1908. Foi então transferido para a embaixada brasileira em Londres e permaneceu nesse posto durante quase cinco anos, período em que também participou, como secretário da delegação brasileira, das festas comemorativas do cinquentenário da unificação italiana, realizadas em março de 1911.

Em maio de 1913 foi promovido a primeiro-secretário e destacado para Buenos Aires, onde chegou em setembro e ficou até junho de 1915. Nesse intervalo, assumiu duas vezes a chefia da embaixada como encarregado de negócios – a primeira no mês seguinte à sua chegada e a segunda entre dezembro de 1913 e abril de 1915 – e foi promovido, em outubro de 1914, a conselheiro da carreira diplomática, posto equivalente ao de ministro-conselheiro na atual escala hierárquica do Itamarati.

Sua missão seguinte, iniciada em março de 1916, foi a chefia da embaixada brasileira em Estocolmo, que exerceu, como encarregado de negócios, até dezembro do ano seguinte. Promovido duas vezes por merecimento, passou a ministro-residente a partir de julho de 1917, tornando-se, em junho do ano seguinte, embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário. Deixou a Suécia em setembro de 1918, cerca de dois meses antes da data prevista para o início do novo mandato de seu pai na presidência da República. De volta ao Brasil, foi incumbido por ele de convidar Afrânio de Melo Franco para a pasta da Viação no ministério que estava organizando, mas a grave enfermidade e o subsequente falecimento do presidente eleito mudaram o rumo dos acontecimentos.

José de Paula Rodrigues Alves permaneceu mais de um ano afastado das atividades

diplomáticas, em gozo de férias e licença, só retornando em junho de 1920, quando assumiu a embaixada brasileira em Pequim, por um ano. Entre dezembro de 1921 e agosto de 1922 chefiou a representação diplomática do Brasil no Paraguai, e em seguida retornou ao Rio de Janeiro.

Em abril e maio de 1923, integrou a delegação brasileira que, sob a chefia de Afrânio de Melo Franco, participou da V Conferência Pan-Americana, realizada em Santiago. Nesse encontro – o primeiro do gênero depois do fim da Primeira Guerra Mundial – a questão do desarmamento suscitou intensas divergências entre o Brasil e a Argentina, que, apoiada inicialmente pelo Chile, propunha a redução das despesas militares em igual proporção para todos os países do continente, medida considerada inaceitável pelo governo de Artur Bernardes. Rodrigues Alves, representante brasileiro na Comissão de Armamento, participou intensamente desses debates. Apesar das diferentes fórmulas conciliatórias propostas pelos Estados Unidos, Chile e Honduras, não foi possível dar um caráter resolutivo ao texto final da conferência, cujas conclusões se mantiveram no terreno das recomendações.

Rodrigues Alves serviu na sede do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro até 1924, ano em que reassumiu a chefia da embaixada no Paraguai. Em dezembro de 1925, no desempenho dessa função, foi promovido a embaixador, continuando em Assunção até janeiro de 1926. Em agosto desse ano, assumiu em caráter efetivo o posto de embaixador na Argentina, onde permaneceu até novembro de 1930. Foi então colocado em disponibilidade por ato do governo provisório oriundo da revolução que derrubara no mês anterior o governo de Washington Luís e procurava afastar dos cargos públicos os servidores do antigo regime. A chefia da embaixada em Buenos Aires foi entregue inicialmente a um encarregado de negócios, Rubens Dunham, sendo depois ocupada por Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Em pouco tempo, porém, Rodrigues Alves retornou à atividade, sendo nomeado embaixador em Santiago. Permaneceu nesse posto entre julho de 1931 e abril de 1935, recebendo em seguida a missão de chefiar a delegação brasileira à conferência internacional que em junho obteve a assinatura de um armistício entre Bolívia e Paraguai, pondo fim à Guerra do Chaco. O tratado final de paz, entretanto, só foi assinado em julho de 1938, baseado em um laudo arbitral formulado pelos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai, que garantiu ao Paraguai a posse da maior parte da região disputada.

Em dezembro de 1936, Rodrigues Alves chefiou a delegação brasileira à Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires. Com a presença de José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores, e Osvaldo Aranha, embaixador nos Estados Unidos, o conclave aprovou declaração de princípios sobre cooperação interamericana e de solidariedade contra a guerra ou ameaça de guerra, além de assinar um protocolo de não intervenção de um país nos assuntos internos do outro, pondo fim, do ponto de vista legal, a um longo período de intervenções armadas no continente.

Em julho de 1938, assumiu mais uma vez a chefia da missão brasileira em Buenos Aires. Nesse posto, desempenhou relevante papel durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir da definição brasileira em favor dos Aliados, que não correspondia à posição de neutralidade assumida pelo governo argentino, então envolvido em um surto de

movimentos nacionalistas e simpatizantes do Eixo.

Rodrigues Alves foi secretário-geral da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro entre 15 e 28 de janeiro de 1942 sob a presidência do chanceler brasileiro Osvaldo Aranha. Nesse encontro, a posição defendida pela Argentina impediu que se obtivesse a ruptura coletiva de relações diplomáticas com os países do Eixo, alcançando-se tão-somente recomendação nesse sentido. Levada à prática pelo Brasil no próprio dia de encerramento do conclave, essa recomendação só não foi adotada pela Argentina e o Chile, que permaneceram neutros.

As relações brasileiro-argentinas, historicamente delicadas, tornaram-se mais difíceis a partir da divergência das posições adotadas pelos dois países diante da conflagração mundial, o que gerou sucessivas ondas de boatos sobre movimentos de tropas na fronteira. Nesse período, Rodrigues Alves reiterou diversas vezes em seus comunicados ao governo de Vargas a importância de o Brasil reforçar seus contingentes militares estacionados na região limítrofe, ao mesmo tempo que, em contato direto com os chefes das forças armadas argentinas, buscava evitar um acirramento dos conflitos fronteiriços.

Depois da ascensão do general Pedro Ramirez ao poder em junho de 1943, Rodrigues Alves teve intensa participação nos esforços desenvolvidos pelo Brasil e os Estados Unidos no sentido de modificar a posição argentina, o que foi efetivamente alcançado em janeiro de 1944, quando esse país também rompeu relações diplomáticas com as potências do Eixo. Entretanto, essa decisão desagradou a militares nacionalistas que, organizados em torno do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), forçaram a renúncia de Ramirez e empossaram o general Edelmiro Farrel na presidência da Argentina.

Nessa ocasião, as avaliações feitas pelo embaixador Rodrigues Alves e pelo chanceler Osvaldo Aranha não coincidiram. O ministro manifestou-se profundamente alarmado com os novos rumos da política argentina, dirigida, segundo ele, por “um movimento nacionalista militar dos mais perigosos para a nossa segurança e para a paz da América”. Rodrigues Alves, entretanto, acreditava que a situação evoluiria favoravelmente aos interesses brasileiros caso o general Juan Domingo Perón, novo ministro da Guerra, conseguisse manter sob controle a ala mais radical do Exército argentino.

Rodrigues Alves não pôde acompanhar a evolução desses acontecimentos e a precisão de seus prognósticos. No dia 6 de maio de 1944 faleceu em Buenos Aires, em pleno exercício do cargo. Seu corpo foi transportado para o Rio de Janeiro pelo cruzador *La Argentina*.

Foi casado com Antônia Lopes Esteves Rodrigues Alves.

Publicou discursos, estudos e conferências sobre história diplomática. Foi membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Junta de História e Numismática Americana de Buenos Aires.

Paulo Brandi

FONTES:

Almanaque Abril; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. OSVALDO ARANHA;
BANDEIRA, L. *Presença*; BARBOSA, F. *Retratos*; CASTRO, P.
Subdesenvolvimento; *Efemérides paulistas*; FRANCO, A. *Estadista*; *Grande encic.
Delta*; GUIMARÃES, A. *Dic.*; INST. HIST. GEOG. BRAS.; *Jornal do Brasil*
(7/5/44); LEITE, A. *História*; MELO, L. *Dicionário*; MIN. REL. EXT. *Almanaque*
(1945); MIN. REL. EXT. *Anuário* (1943); *Novo dicionário de história*; SILVA, H.
1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1939; SILVA, H. 1942; TÁVORA, J. *Vida*.

ALVES, Manuel

*dep. fed. MT 1900-1902.

Manuel Alves Ribeiro nasceu em Mato Grosso.

Bacharel em direito, estabeleceu-se como advogado em Cáceres (MT), onde exerceu vários cargos de confiança.

Era deputado estadual quando rebentou o movimento armado de 1899, que culminou com o cerco à Assembleia Legislativa em Cuiabá pelas tropas comandadas por Antônio Pais de Barros (Totó Pais), chefe do Partido Republicano Constitucional. Manifestou-se favoravelmente a Totó Pais, que contava com o apoio da família de Manuel Murtinho, presidente do estado de 1891 a 1895. A união entre Totó Pais e Murtinho garantiu a vitória de Antônio Pedro Alves de Barros, que foi eleito presidente de Mato Grosso para o período 1899 a 1903, derrotando os aliados de Generoso Ponce.

Em 1900 foi eleito deputado federal por Mato Grosso. Assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exerceu o mandato até dezembro de 1902, quando se encerrou a legislatura.

Faleceu em Cáceres em agosto de 1903.

João Edson Fanaia

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (24/9/1902, 22/08/1903); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

ALVES, Raul

*dep. fed. BA 1912-1914 e 1916-1923.

Raul Alves de Sousa nasceu em Sento Sé (BA) no dia 11 de agosto de 1879, filho de Juvêncio Alves de Sousa e de Amélia Clara Sento Sé.

Diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1898 e iniciou a carreira profissional como promotor público em Juazeiro (BA) de 1898 a 1899.

Elegeu-se deputado estadual para a legislatura 1899-1900 na vaga surgida com a renúncia do deputado Pedro Vicente Viana, mas em 2 de setembro de 1899 foi indicado secretário de Polícia e Segurança Pública do governo de Luís Viana (maio 1896 a maio 1900). De 1901 a 1908 foi promotor público em Petrolina (PE). Fundou em Juazeiro, em 1908, o jornal *Folha do Povo*, e voltou à Assembleia Legislativa baiana nas legislaturas 1909-1910 e 1911-1912. No curso desta última renunciou ao mandato por ter sido eleito, em março de 1912, deputado federal pela Bahia. Sua vaga na Assembleia foi preenchida Américo Alves de Sousa, que faleceu no exercício do mandato. Empossado na Câmara dos Deputados em maio de 1912, exerceu o mandato até dezembro de 1914.

Em 26 de fevereiro de 1916, o Senado Estadual da Bahia reconheceu sua eleição para ocupar a vaga surgida com a renúncia de Antônio Pacheco Mendes, nomeado intendente (prefeito) de Salvador. Entretanto, a 1º de abril, comunicou ao Senado Estadual que não iria tomar posse, por haver sido nomeado secretário do Interior Justiça e Instrução Pública pelo governador Antônio Muniz (maio 1916 a maio 1920). Ainda na legislatura 1915-1917 retornou à Câmara dos Deputados, por ter sido eleito, em 1º de outubro de 1916, para ocupar a vaga surgida com a morte de José Bernardo de Sousa Brito a 21 de maio daquele ano. Renovou o mandato nas legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, deixando a Câmara em dezembro deste último ano.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 9 de maio de 1958.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES:

ABRANCHES, D. *Governos*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*; *Diário Oficial BA* (p. 481-493); MELLO, A. *Cartilha*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SANTOS, M. *Sinopse* (p. 24-27).

ALVES, Rodrigues

* dep. geral SP 1885-1887; pres. SP 1887-1888; dep. geral SP 1888-1889; const. 1891; dep. fed. SP 1891; min. Faz. 1891-1892; sen. SP 1893-1894; min. Faz. 1894-1896; sen. SP 1897-1900; pres. SP 1900-1902; pres. Rep. 1902-1906; pres. SP 1912-1916; sen. SP 1916-1917; pres. Rep. eleito 1918.

Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu na fazenda de Pinheiro Velho, pertencente a seu avô materno, no município de Guaratinguetá (SP), no vale do Paraíba, em 7 de julho de 1848, filho de Domingos Rodrigues Alves e de Isabel Perpétua (Nhá Bela) Alves. Seu pai, português de nascimento, veio sozinho para o Rio de Janeiro em 1832 e daí mudou-se para Guaratinguetá, onde se dedicou ao comércio e à lavoura e constituiu família. Sua mãe era filha do mineiro José de Paula e Silva e de Maria Luísa dos Anjos Querido, de família da vila de Cunha (SP), onde parentes haviam participado da administração local. Seu irmão, coronel Virgílio Rodrigues Alves, foi senador estadual em São Paulo (1901-1919), vice-presidente do estado (1920-1922) e membro da comissão executiva do Partido Republicano Paulista (PRP).

Terceiro de 13 irmãos, Francisco fez os primeiros estudos em Guaratinguetá. Em 1859 foi matriculado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, considerado a melhor escola secundária do país, onde foi colega de internato de Joaquim Nabuco. Em 1866 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Fundada em 1827, juntamente com a de Olinda, a instituição tinha então o nome de Academia de Ciências Sociais e Jurídicas e foi um celeiro de políticos, como o próprio Rodrigues Alves e seus contemporâneos Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves e Afonso Pena.

Na faculdade, destacou-se nos estudos, sempre aprovado com o grau máximo, e iniciou a militância política na ala conservadora, que se opunha à dos liberais e da qual faziam parte Rui Barbosa e Afonso Pena. Pertenceu ao grupo do jornal *Imprensa Acadêmica*, órgão dos conservadores, do qual foi redator-chefe em 1869 e onde escrevia sobre assuntos internacionais, de modo especial sobre a Guerra do Paraguai (1865-1870).

Entrou também para a maçonaria e foi um dos dirigentes da *Burschenschaft*, sociedade secreta atuante na Faculdade de Direito, da qual participaram muitos daqueles que se destacariam na política imperial e republicana. Embora a chamada “Bucha” paulista fosse liberal, abolicionista e republicana, alguns estudantes, quando se tornaram estadistas, optaram pela orientação conservadora, escravocrata e monarquista. A loja *Fraternidade*, que funcionava na academia e tinha como bandeira o abolicionismo, transformou-se na associação pública *Fraternidade Primeira*, da qual participaram Rodrigues Alves, Rui Barbosa e o ex-escravo Luís Gama.

Rodrigues Alves formou-se em 1870 e logo em seguida voltou para Guaratinguetá. Nomeado promotor público interino, no ano seguinte foi efetivado. Sua carreira política teve início em 1872, quando foi eleito deputado provincial na legenda do Partido Conservador, com o apoio de Francisco de Assis de Oliveira Borges, visconde de Guaratinguetá, homem rico e chefe político local. Em 1873 foi nomeado juiz municipal e primeiro substituto do juiz de direito da comarca, e no ano seguinte foi reeleito deputado provincial. Em seu primeiro mandato, defendeu o ensino obrigatório. Já no segundo, manifestou-se quanto à interpretação do Ato Adicional, à questão religiosa e ao problema servil, situando-se como um emancipacionista moderado e contrário ao projeto que criava um imposto provincial sobre escravos.

Em 1875 casou-se com sua prima-irmã Ana Guilhermina de Oliveira Borges, neta visconde de Guaratinguetá. Por seu lado, seu irmão Virgílio casou-se com Maria Guilhermina, irmã de Ana Guilhermina. Não tendo conseguido eleger-se para o biênio 1876-1877, além de prosseguir na carreira de magistrado, associou-se à sogra e ao irmão Virgílio para explorar a fazenda de café Três Barras e abriu a firma Viúva Borges e Genros. Com a decadência da produção cafeeira na região, acompanhou junto com o irmão a marcha do café para o oeste paulista, onde abriu as fazendas São Manoel, Santa Ana e Santa Maria, entre os municípios de Jaú e Bauru, e criou a firma Rodrigues Alves e Irmão. Voltou à Assembleia provincial de 1878 a 1879, junto com os republicanos Prudente de Moraes e Martinho Prado.

Em 1885 – época em que, pela Lei Saraiva, já existia o voto direto – foi eleito deputado geral. Segundo seu biógrafo Afonso Arinos de Melo Franco, sem exercer mandatos no período anterior, pôde preparar cuidadosamente suas bases políticas. Transferindo-se com a família para o Rio de Janeiro para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, de início teve uma participação apagada, mas foi reeleito para o biênio 1887-1888. Ligou-se então à União Conservadora, ala dissidente criada no seio do Partido Conservador e liderada por Antônio Prado, que tinha como porta-voz o *Correio Paulistano*.

Em 8 de novembro de 1887 foi nomeado pelo gabinete Cotegepe presidente da província de São Paulo. Assumiu o governo 11 dias depois, em um momento de séria agitação decorrente de revoltas de escravos incentivadas pelos abolicionistas. No tocante à saúde, providências foram tomadas para debelar a epidemia de varíola que assolou a cidade de Santos, porto de entrada dos imigrantes. Adotou medidas para promover a imigração, mas não conseguiu conter as rebeliões de cativos.

Quando o barão de Cotegepe pediu demissão do Conselho de Ministros, em março de 1888, deixou a presidência da província e voltou à Câmara dos Deputados, onde se discutia a emancipação dos escravos. Votou favoravelmente à Lei Áurea e, em agosto do mesmo ano, recebeu o título de conselheiro do Império, outorgado pela princesa Isabel. Nessa época, passou a ser chamado de conselheiro Rodrigues Alves e a colaborar no jornal *O Debate*, assinando seus artigos com o pseudônimo de Gide, quando falava de economia. Os caricaturistas da *Revista Ilustrada* e de *O Malho* insistiam na imagem de Rodrigues Alves dorminhoco.

CONSTITUINTE, MINISTRO, SENADOR E PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, e convocada a Assembleia Nacional Constituinte, os políticos paulistas formaram sua chapa e convidaram para integrá-la os monarquistas Rodrigues Alves e Antônio Prado, a fim de contar com sua experiência e garantir sua adesão ao novo regime. Eleito e empossado em 15 de novembro de 1890, Rodrigues Alves teve uma participação apagada, mas foi um dos

signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Com a transformação da Constituinte em Congresso Nacional, composto de Senado Federal e Câmara dos Deputados, foi eleito para a Comissão de Finanças desta última casa.

Em 3 de novembro de 1891, o presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, dissolveu o Congresso por discordar da votação da lei reguladora dos crimes de responsabilidade. O Congresso e a Marinha reagiram e, em movimento chefiado por Custódio de Melo e Eduardo Wandenkolk, o navio *Aquidabã* bombardeou o Rio de Janeiro. Em 23 de novembro Deodoro renunciou. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, que nomeou Rodrigues Alves ministro da Fazenda, com a missão de normalizar as finanças do país em face das graves consequências da política do Encilhamento adotada pelo ministro Rui Barbosa, integrante do governo de Deodoro. Era intento do novo ministro encampar as emissões bancárias, retirar os privilégios concedidos aos bancos emissores e pôr em prática um plano de contenção, inclusive de divisas. Em 1892, quando Floriano Peixoto recusou o plano proposto pelos banqueiros ingleses da família Rothschild para recuperar a estabilidade financeira do país, o ministro pediu demissão, sendo substituído por Serzedelo Correia.

Também em 1892 a comissão executiva do PRP foi reconstruída, com Prudente de Moraes na presidência. Rodrigues Alves, ex-monarquista, passou a integrá-la. Em março de 1893, foi eleito senador por São Paulo, para terminar o mandato de Rangel Pestana, que renunciara para assumir a presidência do Banco da República do Brasil. Suas intervenções foram sempre ligadas ao tema das finanças. Em 1894, na renovação de um terço do Senado, foi reeleito para um mandato de nove anos.

No dia 15 de novembro de 1894, tomou posse na presidência da República Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, que chegou ao cargo através de eleição direta. Rodrigues Alves renunciou então ao mandato de senador para voltar a ser ministro da Fazenda. Enquanto, na área política, Prudente de Moraes tentava pacificar o Sul do país, o ministro procurava reestruturar as finanças, defendendo internamente o papel-moeda e, externamente, o câmbio, além de negociar com bancos estrangeiros. Em 1896, a situação

do país se agravou com a queda das exportações e o aumento das importações, faltando divisas para saldar os compromissos externos. Iniciaram-se então as negociações do *funding loan*, empréstimo de consolidação, entre Londres e o governo brasileiro. Nesse mesmo ano, em novembro, grave doença levou Prudente de Moraes ao afastamento da presidência, e seu vice, Manuel Vitorino, assumiu o cargo. O ministério foi reformulado e Rodrigues Alves foi substituído pelo também paulista Bernardino de Campos.

Prudente de Moraes reassumiu o governo no dia 4 de março de 1897, comunicando o ato a Manuel Vitorino por meio de um bilhete lacônico, dadas as difíceis relações entre ambos. Sua volta ao poder foi motivada pelas agitações decorrentes dos insucessos das tropas federais em Canudos. Rodrigues Alves foi reeleito senador em 26 de junho, em pleito realizado para preencher a vaga aberta com a renúncia de Cerqueira César. Em 5 de novembro, ao comparecer à recepção aos militares que retornavam de Canudos, no cais do Arsenal da Guerra, Prudente foi alvo de um atentado que custou a vida de seu ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. Prudente havia sido avisado de que jacobinos, que idolatravam Floriano, ameaçavam sua vida.

Eleito presidente em março de 1898, antes de tomar posse Campos Sales viajou à Europa para ultimar negociações visando a defender o país da crise econômica que o ameaçava. No Senado, Rodrigues Alves assumiu várias vezes a tribuna para tratar de questões econômicas, além de ter proferido discurso em defesa de Prudente de Moraes. Ao ser empossado na presidência em novembro, Campos Sales instituiu a política dos governadores, ou política dos estados, buscando a concórdia partidária. Rodrigues Alves foi seu porta-voz no Senado, ao mesmo tempo que, na política paulista, era membro da comissão executiva do PRP. Em fevereiro de 1899, estava já assentada sua ida para o governo de São Paulo sucedendo a Fernando Prestes, chefe político de Itapetininga.

Rodrigues Alves foi eleito presidente de São Paulo em 15 de fevereiro e empossado em 1º de maio de 1900. Declarou em seu discurso de posse que estimularia a lavoura. Grandes esforços foram despendidos para enfrentar a questão sanitária, pois grassava uma epidemia de febre amarela em alguns municípios do interior e casos de peste bubônica

alarmavam Santos, porto de entrada dos imigrantes. Como medida complementar para prevenir o saneamento, criou o Instituto Butantã, destinado à seroterapia (pesquisa de soros terapêuticos). O serviço de higiene pública no estado foi dirigido pelo sanitarista Emílio Ribas.

Eram grandes as dificuldades financeiras oriundas da crise econômica causada pela baixa do preço do café nos mercados internacionais e pela superprodução decorrente da enorme expansão dos cafezais. Para Rodrigues Alves, os problemas não se resumiam à oscilação dos preços do mercado internacional; estavam também ligados à produção. Para garantir mão de obra para a lavoura cafeeira, tomou então medidas para estimular a imigração.

No início de 1902, renunciou ao governo de São Paulo para candidatar-se à presidência da República na sucessão de Campos Sales, que o apoiava. Seu vice seria o mineiro Silviano Brandão, presidente do estado de Minas Gerais. Para governar São Paulo, indicou o republicano histórico Bernardino de Campos. Deu-se então a cisão no seio do PRP, pois nem todos os membros do partido aceitavam a política dos governadores de Campos Sales e sua imposição de candidatos ao governo dos estados, vista como autoritária. Os dissidentes propunham também a revisão da Constituição. Era um grupo de republicanos históricos que se unia em torno de Prudente de Moraes. O manifesto inaugural do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, datado de 3 de setembro de 1901, era assinado por Cerqueira César, Júlio de Mesquita, Adolfo Gordo, Alberto Sales, irmão do presidente, e Manuel de Moraes Barros, entre outros.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Apoiado por Campos Sales, Rodrigues Alves foi eleito presidente da República em 1º de março e tomou posse em 15 de novembro de 1902. O vice-presidente Silviano Brandão faleceu antes da posse e, depois de muitas tratativas, foi substituído pelo mineiro Afonso Pena. Para o Ministério do Exterior foi convidado José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, que, depois de muitas negativas, aceitou o posto. Para a Fazenda, o indicado foi o republicano histórico Leopoldo Bulhões. Ao baiano José

Joaquim Seabra coube a pasta do Interior e Justiça, e a Lauro Müller, a da Viação, Indústria e Obras Públicas. O ministro da Guerra era o general Francisco de Paula Argolo e o da Marinha, o almirante Júlio César de Noronha. Embora sem o *status* de ministro, Pereira Passos, Osvaldo Cruz e Paulo de Frontin foram peças fundamentais na presidência Rodrigues Alves, os dois primeiros na transformação e saneamento do Rio de Janeiro e Frontin na remodelação do porto e urbanização da cidade.

Prudente de Moraes pacificara o país, Campos Sales promovera a recuperação financeira e Rodrigues Alves teve então condições de levar avante um plano de governo reformista. Sua proposta incluía o predomínio civil, a atenção à política externa, o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, com a erradicação da febre amarela, a reurbanização da cidade, o melhoramento do porto, a expansão da rede ferroviária nacional, o incentivo à imigração, com a fixação dos estrangeiros no campo, e uma firme gestão financeira para possibilitar a realização do plano de obras.

A missão do barão do Rio Branco no Ministério do Exterior se iniciou pela questão da fixação das fronteiras, resolvida através de negociações. Começou com a questão do Acre, região de seringais que, pelo Tratado de Limites de 1867, pertencia juridicamente à Bolívia, mas fora povoada por brasileiros, sendo o único acesso às vias fluviais do sistema amazônico pertencentes ao Brasil. Uma rebelião ocorrera quando foi proclamada a República do Acre por Luiz Galvez Rodrigues de Arias, exigindo a anexação do território ao Brasil. Arias acabou expulso pelas forças armadas dos dois países. Nova rebelião ocorreu em 1902, quando o governo boliviano arrendou a área para o Bolivian Syndicate of New York, e os brasileiros decretaram o Estado Independente do Acre. A questão foi resolvida por Rio Branco através do Tratado de Petrópolis, assinado com a Bolívia e o Peru. O Brasil comprou a região, anexando o território do Acre, e comprometeu-se a indenizar o Bolivian Syndicate of New York e a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, para possibilitar o escoamento da produção da borracha pelos portos de Manaus e Belém.

Também as questões dos limites com o Peru, Colômbia e Uruguai foram resolvidas em

negociações diplomáticas. No último caso, apenas em 1909 foi assinado o tratado pelo qual o Brasil cedia ao Uruguai a cossobrerania das águas limítrofes da lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

Outra iniciativa importante de Rio Branco foi a transformação da legação brasileira em Washington na primeira embaixada do Brasil. O presidente norte-americano era Theodore Roosevelt, Joaquim Nabuco foi nomeado embaixador brasileiro, e David E. Thompson veio para o Brasil como embaixador dos Estados Unidos.

Quanto à gestão financeira, a proposta do governo era sanear a moeda, honrar o crédito e firmar o câmbio em alta, condições vistas como necessárias para levar a bom termo o programa de obras, que seria em grande parte financiado por bancos estrangeiros. O ministro Leopoldo Bulhões procedeu à reforma do Tesouro e à reorganização do Banco do Brasil, que se tornou uma espécie de Banco Central, com a incumbência de regular as taxas cambiais.

O Rio de Janeiro, capital do país, era uma cidade insalubre. Ruas estreitas, becos e falta de higiene propiciavam a transmissão de doenças. Epidemias de varíola, febre amarela e peste bubônica ocorriam e atingiam em maior número a população de baixa renda, cujas condições de habitação eram precárias. As condições da cidade dificultavam a vinda de imigrantes e afugentavam visitantes. Rodrigues Alves pôs em prática um projeto de melhoramento do porto do Rio de Janeiro, de reurbanização do centro e de saneamento da cidade, recorrendo para isso a importantes colaboradores.

Para o melhoramento do porto, contou com a eficiência do ministro da Viação Lauro Müller. No porto do Rio de Janeiro só podiam atracar navios de pequeno calado. O embarque de passageiros era feito na Prainha (praça Mauá) ou no cais Pharoux (largo do Paço). Rodrigues Alves atribuiu prioridade à reforma do porto, que requeria outras obras, como abertura da avenida Central e da avenida do Mangue, necessárias para o transporte de mercadorias. Para a realização do projeto foi obtido empréstimo junto ao Banco Rothschild, de Londres. A obra seria entregue em 1910.

Para coordenar o processo de reformulação urbana, nomeou para a prefeitura do Distrito

Federal o engenheiro Francisco Pereira Passos. A abertura da avenida Central, hoje avenida Rio Branco, marcou o início da remodelação do Rio de Janeiro, num processo que derrubou cortiços e habitações mais simples e expulsou a população mais pobre da área, o que levou à revolta popular. Ruas do centro foram alargadas e os morros do Castelo e do Senado, demolidos para abrir espaço às novas vias. Cuidou-se do abastecimento de água, da renovação da rede de esgotos e da expansão da iluminação pública. Em decorrência, usos e costumes se transformaram.

Osvaldo Cruz, médico e sanitarista, foi designado para a chefia do Departamento Nacional de Saúde Pública, com a missão de melhorar as condições sanitárias da cidade. Em novembro de 1904, promoveu uma campanha de vacinação obrigatória contra a varíola que desencadeou violenta reação – a chamada Revolta da Vacina – pela forma autoritária como foi feita, dado que agentes sanitários invadiam as casas e vacinavam as pessoas à força. As manifestações e conflitos espalharam-se pelas ruas da cidade, populares destruíram bondes e apedrejaram prédios públicos. Em 16 de novembro de 1904, Rodrigues Alves revogou a lei da vacinação obrigatória, colocando nas ruas o Exército, a Marinha e a polícia para acabar com os tumultos. A ordem voltou à cidade em poucos dias.

Em 1906 teve lugar no Rio de Janeiro a III Conferência Pan-Americana. A delegação brasileira foi chefiada por Joaquim Nabuco e contou com a presença do secretário de Estado dos Estados Unidos, Elihu Root. Os resultados da conferência foram pequenos, sendo a maior conquista a formação de uma comissão de juristas para proceder à codificação do direito internacional.

Na segunda metade de seu governo, Rodrigues Alves enfrentou uma grave crise econômica decorrente da superprodução do café, que levou à queda dos preços do principal produto da pauta de exportações. Os políticos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, empenhados na adoção de uma política de valorização do café, propuseram o Convênio de Taubaté, que implicava uma política financeira de emissões de papel e baixa de câmbio, o que requeria a participação do governo federal. Propuseram

também a criação da Caixa de Conversão, mecanismo para fixar legalmente a taxa de câmbio de forma a evitar oscilações bruscas, prejudiciais aos exportadores.

Rodrigues Alves não aceitou essas medidas, que contrariavam a política adotada, dificultando o pagamento dos empréstimos contraídos no exterior para custear as obras realizadas pelo governo. Como o mandato presidencial terminaria em pouco tempo, adotou uma solução política e determinou que o Congresso decidisse a questão. Sua decisão de não apoiar o convênio causou o descontentamento de seus conterrâneos, mas deixou clara sua orientação política: como presidente, devia atender aos interesses do país, ainda que contrariassem interesses regionais, mesmo que de seu estado.

O governo de conquistas modernizadoras de Rodrigues Alves chegou ao fim em 1906, e a sucessão foi agitada. Seu candidato era o também paulista e republicano histórico Bernardino de Campos. Contudo, o senador gaúcho Pinheiro Machado patrocinou a candidatura do mineiro Afonso Pena, tendo como vice Nilo Peçanha, então presidente do Rio de Janeiro. Pinheiro Machado havia anteriormente tentado impor o nome de Campos Sales. Eleito em março, Afonso Pena tomou posse em 15 de novembro.

DE VOLTA À PRESIDÊNCIA DE SÃO PAULO

Rodrigues Alves deixou o governo sem força política, embora ovacionado, e voltou para Guaratinguetá. Em 1907, desligado de qualquer função pública, viajou à Europa com filhos e filhas. Foi a única viagem que fez ao exterior. Durante cinco anos ficaria afastado de cargos públicos, mas não da vida política. Já de volta da Europa, seu nome começou a ser cogitado para o governo de São Paulo. Em 1909 faleceu Afonso Pena, sendo o quadriênio presidencial completado por Nilo Peçanha. Para o período seguinte, colocaram-se as candidaturas do marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa, que desencadeou a Campanha Civilista. Realizada a eleição em março de 1910, Rui Barbosa foi derrotado, apesar de ter recebido, em São Paulo, o apoio do grupo de ex-dissidentes e do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Também em 1909, o presidente do estado de São Paulo, Albuquerque Lins, passou o governo ao vice, Fernando Prestes. Para o período seguinte foram cogitados os nomes de

Fernando Prestes, sustentado por Jorge Tibiriçá, e de Olavo Egídio de Sousa Aranha, proposto pelos ex-dissidentes com o apoio de Albuquerque Lins. A escolha final recaiu sobre Rodrigues Alves, que aceitou a indicação. Foi eleito em 1º de março de 1912, tendo como vice Carlos Guimarães, político ligado à dissidência.

Uma das primeiras questões enfrentadas pelo novo governo dizia respeito à defesa do café paulista armazenado em Nova Iorque como garantia para os empréstimos referentes ao plano de valorização do Convênio de Taubaté. O estoque estava ameaçado de sequestro pelo governo americano, que pressionava pela baixa do preço do produto, dado que uma alta deveria ocorrer com a projetada cobrança de um imposto especial sobre o café. Havia uma ameaça de retaliação contra o Brasil nos impostos alfandegários. Depois de difíceis negociações, a solução encontrada foi a venda do estoque armazenado em Nova Iorque, no prazo de seis meses. Os preços seriam os acordados no Convênio de Taubaté. O estoque foi vendido comercialmente a cidades americanas e não em leilões. Rodrigues Alves, que fora contrário ao Convênio de Taubaté quando presidente da República, foi obrigado a defendê-lo como presidente do estado de São Paulo.

Uma das obras de seu governo foi a construção da ponte sobre o rio Tietê em Barra Bonita. A restauração da rodovia Caminho do Mar, chamada depois estrada do Vergueiro, foi iniciada. O Gabinete de Investigações e Capturas criado em [HYPERLINK "/wiki/1910"1910](#) foi reorganizado, e a [HYPERLINK "/wiki/Pol%C3%ADcia_Civil"Polícia Civil de São Paulo](#) foi modernizada e reequipada. Foi implantada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, tendo como diretor o médico Arnaldo Vieira de Carvalho. As primeiras aulas foram dadas em 1913. Posteriormente, em 1925, a instituição teve seu nome alterado para Faculdade de Medicina de São Paulo e em [HYPERLINK "/wiki/1934"1934](#) foi incorporada à recém-criada [HYPERLINK "/wiki/Universidade_de_S%C3%A3o_Paulo"Universidade de São Paulo](#).

O estado físico de Rodrigues Alves fê-lo licenciar-se para tratamento, passando o governo ao vice-presidente Carlos Guimarães em 11 de outubro de 1913. Afastado do governo, acompanhava pelos jornais e por conversas com visitantes os acontecimentos nacionais e

internacionais. Quando a Primeira Guerra Mundial irrompeu, no dia 14 de agosto de 1914, logo escreveu a Carlos Guimarães e recomendou o corte de despesas, prevendo que o crédito para São Paulo ficaria mais difícil. Apenas em 4 de novembro de 1915 reassumiu o posto.

O presidente da República, desde novembro de 1914, era Venceslau Brás, e o vice-presidente era o político maranhense Urbano Santos. A escolha de Venceslau resultara de um difícil processo, dado que São Paulo não aceitara o nome de Pinheiro Machado. Campos Sales chegou a ser lembrado, mas não foi aceito, vindo a falecer em 1913. Venceslau Brás apoiou o projeto de revisão constitucional que defendia a eleição do presidente pelo Congresso e o controle dos empréstimos externos estaduais. Rodrigues Alves opôs-se firmemente à reforma, achando-a inoportuna e considerando que o presidente já dispunha de recursos necessários ao exercício do governo.

Durante o governo Venceslau Brás, deu-se a segunda dissidência paulista. A sucessão do presidente do estado de São Paulo já estava acordada em torno do nome de Rubião Júnior. Faleceu Rubião, e o grupo dos ex-dissidentes não aceitou a indicação de Altino Arantes como candidato; propunham o adiamento da convenção até que um nome de consenso fosse encontrado. A proposta não foi aceita, desencadeando a segunda dissidência.

Um dos fatos marcantes do ano de 1915 foi o assassinato do senador Pinheiro Machado, líder gaúcho e republicano histórico, criador do Partido Republicano Conservador (PRC), com grande influência em todas as sucessões presidenciais. Pinheiro Machado foi apunhalado pelas costas por Francisco Manso Paiva, na porta do Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, no dia 8 de setembro.

O mandato de Rodrigues Alves na presidência de São Paulo terminou em 1916, e seu substituto foi Altino Arantes. Novamente, o ex-presidente voltou a Guaratinguetá. Foi logo procurado para integrar a comissão diretora do PRP, que ficou assim composta: Rodrigues Alves (presidente), Jorge Tibiriçá, Albuquerque Lins, Pádua Sales, Carlos de Campos, Lacerda Franco, Fernando Prestes, Olavo Egídio e Rodolfo Miranda.

Com a morte do senador Francisco Glicério, Rodrigues Alves foi convidado a candidatar-se

no pleito realizado em 20 de novembro de 1916 para preencher a vaga aberta na representação paulista. Pouco frequentou o Senado, mas esteve presente na sessão de 26 de outubro de 1917, na qual foi aprovado unanimemente o estado de guerra com a Alemanha. Renunciou ao mandato quando foi indicado para ser candidato a presidente da República, e sua vaga foi ocupada por Álvaro de Carvalho.

ÚLTIMA ELEIÇÃO

Quando se discutiam indicações para a presidência da República, o nome de Rodrigues Alves era sempre lembrado. Nesse processo, terminou a segunda dissidência, por compreenderem os situacionistas e os dissidentes que somente unida a política paulista teria condições de sustentar Rodrigues Alves como candidato presidencial. Foi então reestruturada a comissão diretora do PRP e nela tomaram lugar dois ex-dissidentes, Adolfo Gordo e Cesário Bastos. A convenção do partido, em 7 de junho de 1917, designou Rodrigues Alves candidato à presidência e o mineiro Delfim Moreira candidato a vice. Ambos foram eleitos em 1º de março de 1918.

Desde o final da 1917, a saúde de Rodrigues Alves declinava. Em novembro de 1918, a terrível epidemia de gripe espanhola atingiu o Brasil, causando inúmeras mortes. O presidente, já com a saúde debilitada, foi atingido pela gripe e não pôde tomar posse em 15 de novembro. Em seu lugar assumiu o vice-presidente Delfim Moreira, com o ministério composto pelo presidente eleito.

Rodrigues Alves faleceu no dia 16 de janeiro de 1919. Segundo o preceito constitucional, novas eleições foram convocadas para 13 de abril daquele ano. Foi eleito o paraibano Epitácio Pessoa, que colhia os louros de sua atuação como chefe da delegação brasileira na Conferência de Versalhes, que estabeleceu as condições da paz após a Primeira Guerra Mundial. Epitácio estava ainda na França quando se deu a eleição presidencial.

No decorrer de toda a sua vida Rodrigues Alves exerceu o jornalismo político. Nos tempos de estudante, colaborou nos jornais *Imprensa Acadêmica* e *Opinião Conservadora*, este dirigido por João Mendes de Almeida. A União Conservadora, ala

dissidente formada por Antônio Prado dentro do Partido Conservador, tinha como órgão o jornal *Correio Paulistano*, onde escrevia com frequência. Já no período republicano, colaborava com assiduidade no jornal *O Debate*, órgão oficioso do governo. No *Correio Paulistano*, alguns artigos sem assinatura lhe são atribuídos por seu biógrafo Afonso Arinos de Melo Franco. O jornalismo era para Rodrigues Alves um instrumento de ação política.

Não publicou livros em vida, mas deixou cadernos manuscritos de anotações e artigos de cunho político publicados em jornais. Nos anais dos Legislativos paulista e federal, encontram-se as mensagens presidenciais enviadas a cada ano de seu governo, como presidente do estado de São Paulo e da República, assim como os discursos pronunciados nas diferentes casas.

A família de Rodrigues Alves teve grande participação na política paulista nos últimos anos do Império e na Primeira República. Entre seus filhos, José de Paula Rodrigues Alves foi embaixador, Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho foi deputado federal, e Oscar Rodrigues Alves foi constituinte de 1934. Sua filha Maria casou-se com Álvaro Augusto da Costa Carvalho, que foi secretário estadual de Agricultura, vereador, deputado estadual, deputado federal e senador por São Paulo. Joaquim José Cardoso de Melo Neto, casado com outra filha, Celina, foi governador e interventor em São Paulo (1937-1938). Tempos mais tarde, o sobrinho-neto Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto também foi secretário de Finanças e da Fazenda de São Paulo, governador do estado (1959-1963), ministro da Fazenda no governo de João Goulart e (1963) e senador (1967-1975).

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES:

BELLO, J. *História*; CARONE, E. *República* (v.1); CASTRO, S. *República*; FRANCO, A. *Rodrigues*; LANG, A. *Adolpho*; LOVE, J. *Locomotiva*.

ALVIM, Cesário

*dep. geral MG 1867-1868 e 1877-1880; pres. RJ 1884-1886; gov. MG 1889-1890; min. Interior 1890-1891; const. 1891; sen. MG 1891; pres. MG 1891-1892; pref. DF 1899-1990.

José Cesário de Faria Alvim nasceu em Arraial do Pinheiro, município de Mariana, atual Pinheiros Altos, distrito de Piranga (MG), em 7 de junho de 1839, filho de José Cesário de Faria Alvim e de Teresa Januária Carneiro. Seu pai foi coronel de milícias.

Estudou no Colégio do Cônego Roussin, em Mariana, e completou o curso preparatório em Ouro Preto (MG) em 1856. Transferiu-se então para São Paulo, e aí se bacharelou em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito em 1862. Nesse período foi redator dos jornais *O Timbira* e *O Futuro*. De volta a Ouro Preto depois de formado, passou a exercer a advocacia e foi secretário da Repartição de Polícia.

Foi eleito deputado à Assembleia Provincial mineira nos biênios 1864-1865 e 1866-1867. Eleito em seguida deputado à Câmara Geral do Império para a legislatura 1867-1868, voltou à Câmara Geral em 1877 e, reeleito, nela permaneceu até 1880. Em agosto de 1884 foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro pelo senador Manuel Pinto de Sousa Dantas, que recebera a chefia do Conselho de Ministros diretamente do imperador dom Pedro II para buscar ações mais efetivas em relação à escravidão. Permaneceu no cargo até agosto de 1886, quando do estabelecimento do governo conservador pelo visconde de Cotegepe. Elegeu-se novamente deputado provincial para a legislatura 1886-1889. Nos momentos finais do Império, apresentou-se como republicano na exposição do gabinete do visconde de Ouro Preto, justificando as insatisfações com o regime até então em vigor. A partir dessa declaração, foi atuante no movimento que levou à proclamação da República. Filiado ao Partido Liberal no período monárquico, às vésperas da instauração do regime republicano aderiu ao Partido Republicano Mineiro (PRM).

Instalado o novo regime, o chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, incumbiu o republicano histórico Antônio Felício dos Santos de lhe dar posse no governo de Minas. Como não foi encontrado, Antônio Felício dos Santos

apontou o nome de Antônio Olinto dos Santos Pires, que exerceu o cargo por oito dias, de 17 a 24 de novembro de 1889, e então o transmitiu a Cesário Alvim. Empossado em 25 de novembro, buscou agir em prol da conciliação de interesses para o fortalecimento e consolidação do regime republicano. Renunciou ao governo mineiro em 10 de fevereiro de 1890, devido ao convite recebido do próprio marechal Deodoro para assumir a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, substituindo Aristides Lobo. Em Minas, foi substituído por João Pinheiro da Silva.

Em setembro do mesmo ano, foi eleito senador constituinte por Minas Gerais. Tomou posse em 15 de novembro e acumulou as funções legislativa e ministerial até a renúncia coletiva do ministério em 20 de janeiro de 1891, em decorrência de um assalto ocorrido no jornal carioca *A Tribuna*. Um mês depois, em 24 de fevereiro, foi promulgada a primeira Constituição republicana. Passou então a exercer o mandato ordinário no Senado.

Em 15 de junho de 1891 foi eleito pelo Congresso Legislativo Mineiro primeiro presidente constitucional do estado de Minas Gerais e, para assumir o novo cargo, renunciou ao Senado. No governo estadual, implementou medidas para fortalecer o crédito público e estimular a arrecadação tributária, com vistas a diminuir as dívidas públicas e regular a situação financeira. Enfrentou a oposição dos “republicanos históricos”, nome dado ao grupo que aderiu aos ideais republicanos antes do 15 de novembro de 1889, como os signatários do Manifesto Republicano (1870), os abolicionistas e membros dos clubes republicanos regionais. Tal oposição acarretou a perda de prestígio no governo e a renúncia ao cargo em 17 de fevereiro de 1892, em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro. Foi então substituído pelo vice-presidente Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, até a posse de Afonso Pena.

Retornou ao cenário político em 1894, apoiando a candidatura de Francisco Bernardino ao governo mineiro, em oposição a Crispim Jacques Bias Fortes. Não foi vitorioso em sua campanha, já que o eleito foi Bias Fortes. Após o pleito, transferiu-se para a política carioca e foi prefeito do Distrito Federal de 31 de dezembro de 1898 a 23 de maio de 1899. Sucedeu a Luís van Erven e foi substituído por Honório Gurgel.

Foi também presidente do Lóide Brasileiro e da Companhia Oeste de Minas.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 3 de dezembro de 1903.

Era casado com Amélia Calado de Miranda Alvim. Entre seus descendentes, tiveram atuação política seus netos Virgílio Alvim de Melo Franco e Afonso Arinos de Melo Franco, e também seus bisnetos Francisco Manuel de Melo Franco e Afonso Arinos de Melo Franco Filho.

Publicou *O empréstimo externo* (1874), *Discursos parlamentares* (1876) e *Um ministro negociante* (discursos contra o barão de Cotegipe, 1877). Foi colaborador dos jornais *O Dia* (Rio de Janeiro), *O Farol* (Juiz de Fora) e *O Diário de Minas* (Belo Horizonte), além de fundador e diretor de *A Opinião Mineira* (Ouro Preto).

Vanessa Lana

FONTES:

GOV. MG. Disponível em:

<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/jose-cesario-de-faria-alvim/5794>>. Acesso em: 18/5/2010;

MONTEIRO, N. *Dicionário*.

ALVIM, Ildefonso Moreira de Faria

*dep. fed. MG 1897-1902.

Ildefonso Moreira de Faria Alvim nasceu em Tapiru (MG) no dia 21 de janeiro de 1867, filho de Ildefonso Moreira de Faria e Silva e de Maria Cornélia de Faria e Silva.

Fez os estudos secundários nos municípios mineiros de Cataguases e Juiz de Fora. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, cursou preparatório no Colégio Pedro II. Iniciou a formação superior na Faculdade de Direito de Recife, mas diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1889.

Recém-formado retornou ao estado natal, e em janeiro de 1890 tornou-se promotor público e a curador geral dos órfãos na comarca de Pomba. Nesse mesmo ano transferiu-se para o município de Ubá, onde foi juiz municipal e de órfãos e juiz de direito. Em 1891 foi eleito deputado estadual constituinte e fez parte da chamada “Comissão dos Onze”, grupo responsável pelo projeto da Constituição estadual. No ano seguinte renunciou ao mandato.

Em março de 1897 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Empossado em maio na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1900 e exerceu o mandato até dezembro de 1902. Voltou então para Minas Gerais, onde retomou suas atividades como advogado.

Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de agosto de 1927.

Casou-se com Amélia de Resende Alvim.

Publicou *Sequestro e anticrese; privilégios das sociedades de crédito real* (1899).

Luciana Pinheiro

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 115); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p.27-28); FUND. CASA RUI BARBOSA. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>>. Acesso em: 17/8/2010.

AMADO, GILBERTO

*jornalista e diplomata; dep. fed. SE 1915-1917 e 1921-1926; sen. SE 1927-1930; emb. Bras. Chile 1936-1937; emb. Bras. Itália 1939-1942.

Gilberto de Lima Azevedo Sousa Ferreira Amado de Faria nasceu em Estância (SE) no dia 7 de maio de 1887, filho de Melquisedec Amado de Faria e de Ana de Lima Azevedo Sousa Ferreira. Sua família produziu uma série de escritores, entre os quais seus irmãos Genolino, Gildásio e Gílson e seus primos Jorge e James Amado.

Após ter sido alfabetizado pela mãe, ingressou no Ateneu Sergipano, onde iniciou os estudos preparatórios. Em 1902 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, obtendo o diploma de farmacêutico no ano seguinte. Retornou então a Aracaju, onde concluiu o curso preparatório em 1904 e foi nomeado lente de ciências físicas e naturais da Escola Normal de Sergipe. Nesse mesmo ano, começou a colaborar nos jornais *Estado de Sergipe* e *Folha de Sergipe*.

Em 1905 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, e no ano seguinte passou a escrever para o *Diário de Pernambuco* a seção diária “Golpes de vista”. Nessa época, sustentou polêmica com os jornais *A Província* e *Correio de Recife* em torno da obra do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, que procurava difundir. Também proferiu conferências na Faculdade de Direito e em outras instituições de Recife. Em 1909, foi escolhido pelos alunos da faculdade para representá-los no congresso de estudantes que se realizou em São Paulo no mês de agosto. Ainda estudante, tornou-se primeiro oficial da Câmara de Deputados de Pernambuco.

Após formar-se em 1909, foi nomeado promotor público em Aracaju, mas recusou o cargo, preferindo dedicar-se ao jornalismo. Seguiu para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no início de 1910, e passou a publicar no *Jornal do Comércio* artigos sobre literatura que lhe valeram o reconhecimento no meio literário da capital federal. Em seguida, foi admitido no corpo de colaboradores de *A Imprensa*, sob a direção de Alcindo Guanabara, e depois em *O País*. Nesse jornal escrevia a crônica dominical “A Semana”. Na mesma época, escrevia para o jornal *Comércio de São Paulo*. Em 1911 voltou para Recife, a fim de assumir o cargo de professor substituto da cadeira de direito penal da Faculdade de Direito, para o qual fora nomeado. Ainda em 1911 casou-se com Alice do Rego Barros Gibson. Entre os inúmeros órgãos de imprensa em que colaborou ao longo de sua carreira jornalística figuram, além dos já citados, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*, *Folha do Norte* (do Pará), *Gazeta de Notícias*, *A Pátria*, *América Brasileira*, *Mundo Literário*, *O Cruzeiro* e *Época*. Costumava também assinar seus artigos com os pseudônimos de Áureo ou Gil.

Em 1912 candidatou-se a deputado federal por Sergipe, mas não conseguiu se eleger. Após as eleições, foi mandado em comissão à Europa pelo governo brasileiro, em viagem de estudos. Em 1914, após a publicação de seu primeiro livro, *As chaves de Salomão*, candidatou-se sem sucesso à Academia Brasileira de Letras. Em 1915 foi eleito deputado federal por Sergipe. Tomou posse em maio, e em junho seguinte matou a tiros o poeta Aníbal Teófilo no saguão do *Jornal do Comércio* por questões pessoais. Recolhido à Brigada Policial, ficou à disposição da Justiça e foi absolvido tempos depois. Permaneceu

na Câmara até dezembro de 1917, voltando à atividade jornalística ao fim do mandato. Em 1919 passou a redator-chefe da *Época*, mas continuou a escrever para diversos outros órgãos de imprensa.

Novamente eleito deputado federal por Sergipe em 1921 e reeleito em 1924, permaneceu na Câmara até o final de 1926. Durante esse período, fez parte da Comissão de Diplomacia e Tratados e da Comissão de Finanças. Seus pareceres nesta última sobre o orçamento do exterior suscitaram teses que tiveram influência sobre a orientação da diplomacia brasileira. O parecer que emitiu em 1924 abordando a atitude do Brasil em face do pan-americanismo mostrava-se favorável a um estreitamento das relações entre os países latino-americanos e os Estados Unidos.

Em 1927 tornou-se diretor da Caixa Econômica do Rio de Janeiro e foi eleito senador por Sergipe. Empossado no Senado, exerceu o mandato até 1930, quando a vitória da revolução de outubro suspendeu o funcionamento dos órgãos legislativos do país. Ainda no Senado, desenvolveu estudos sobre a diplomacia brasileira. Ao longo de sua carreira no Congresso participou das conferências interparlamentares de comércio realizadas em Roma (1925), Londres (1926), Paris (1927) e Berlim (1930). Em 1930, deixou a cátedra de direito penal da Faculdade de Direito do Recife e pediu transferência para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Nomeado consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores em 1934, participou em 1935 da delegação brasileira à Conferência para a Manutenção da Paz realizada em Buenos Aires. Em dezembro do mesmo ano foi efetivado como ministro plenipotenciário de primeira classe. Exerceu as funções de embaixador e ministro plenipotenciário inicialmente em Santiago do Chile, de 1936 a 1937. Em 1938 foi nomeado diretor-geral da biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, antes de seguir como embaixador para Helsinque, na Finlândia, onde permaneceu até 1939. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi o último embaixador brasileiro em Roma (1939-1942) antes do rompimento de relações com os países do Eixo. Em seguida, foi embaixador em Berna (1942-1943).

Posto em disponibilidade em 1943, representou o Brasil no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho em 1945 e, desde 1946, foi delegado do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), tendo representado o país em diversas sessões ordinárias e extraordinárias da entidade. Além disso, participou em 1947 do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Washington, e foi membro e diversas vezes presidente da Comissão de Direito Internacional da ONU. Em 1951, representou ainda o Brasil na Comissão Internacional de Jurisdição Criminal, antes de aposentar-se de suas funções diplomáticas em maio de 1952. Dedicando-se a partir de então especialmente à produção literária, aceitou contudo chefiar a delegação brasileira à Conferência da ONU sobre o Direito de Mar em 1960.

Pelos cinco volumes que publicou na década de 1950 (*História de minha infância*, 1954; *Minha formação no Recife*, 1955; *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*, 1956; *Presença na política*, 1958, e *Depois da política*, 1960), Gilberto Amado é apontado como um dos expoentes do memorialismo na moderna literatura brasileira. A maioria dos críticos valoriza esse aspecto de sua obra, especialmente do ponto de vista estritamente literário,

mas sua vasta produção ensaística também é notável, destacando-se o exame da realidade e do caráter sociocultural do Brasil, sobretudo da vida política, contido em *As instituições políticas e o meio social no Brasil* (1924), *Eleições e representação* (1931), e *Presença na política* (1958). Entre as ideias expostas, destaca-se a crítica às formas de representação, ao militarismo, à fragilidade das instituições, ao predomínio dos grandes estados e à persistência do mecanismo de importação dos padrões culturais e institucionais europeus, os quais, a seu ver, deveriam ser substituídos pela procura de formas brasileiras, condizentes com as condições peculiares do país, e pela adoção de uma política de aproximação com as demais nações do continente americano.

Através de sua obra e de sua militância jornalística, exerceu considerável influência sobre as gerações brasileiras formadas depois de 1915. Ocupou a cadeira nº 26 da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1963, e pertenceu a inúmeras associações, entre as quais o Instituto dos Advogados do Brasil, o Instituto de Direito Internacional e o Museu Social Argentino, do qual foi sócio-correspondente desde 1923.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1969.

Além dos livros já mencionados, publicou ainda: *O instinto* (contos, 1910), *Suave ascensão* (poesia, 1917), *Grão de areia: estudo de nosso tempo* (1919, 2ª ed. modificada, 1948), *Aparências e realidades* (1922), *Espírito de nosso tempo* (1932), *A dança sobre o abismo* (1932, 2ª ed., 1952), *Dias e horas de vibração* (impressões de viagem, 1933), *Perfil do presidente Getúlio Vargas* (1936), *Inocentes e culpados* (2ª ed., 1941), *Os interesses da companhia* (1942), *Sabor do Brasil* (1953) e *Poesias* (1954, 2ª ed., 1967).

A seu respeito foram publicados artigos em jornais e revistas especializadas, além do livro de Homero Sena *Gilberto Amado e o Brasil* (1968).

Sílvia Pantoja

FONTES:

ABRANCHES, C. *Gilberto*; ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. OSVALDO ARANHA; BITTENCOURT, L. *Homens I*; BRANCHES, V. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Relação dos deputados*; COELHO, J. *Dicionário*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil*; DAUDT FILHO, J. *Memórias*; *Encic. Mirador*; *Encic. prática Jackson*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; GUARANÁ, M. *Dic.*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; *Ilustração Brasileira* (12/22); *Jornal do Brasil* (29/6/70, 5/1/77); *Jornal do Comércio*, RJ (28/8/69); MENESES, R. *Dic.*; MIN. REL. EXT. *Almanaque* (1943); MIN. REL. EXT. *Anuário*; OLIVEIRA, C. *Biografia*; PINTO, A. *Caixa*; PORTELA, E. *Dimensões*; REIS, A. *Poetas*; RODRIGUES, J. *Algumas*; SILVA, R. *Bacharéis*; SODRÉ, N. *História da imprensa*; SOUSA, J. *Índice*.

AMARAL JÚNIOR, Evaristo Teixeira do

*dep. fed. RS 1908-1923.

Evaristo Teixeira do Amaral Júnior nasceu em Alegrete (RS) no dia 4 de junho de 1859, filho de Evaristo Teixeira do Amaral e de Ana Alexandrina Teixeira.

Estudou no Colégio Gomes em Porto Alegre, tendo terminado o curso ginasial em 1875. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde frequentou por dois anos a Escola Politécnica. Não concluiu, porém, o curso por ter adoecido e regressado ao Rio Grande do Sul. Morou em Palmeira, Santo Ângelo e Itaqui, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, onde se dedicou às atividades comerciais.

Participou ativamente da campanha republicana que se espalhava por todo o país e agitou as últimas décadas da Monarquia no Brasil. Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estaduais e municipais; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado.

O órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRR. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois, desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do governo imperial.

O PRR seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a

implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros. Evaristo Teixeira do Amaral Júnior era um dos mais fervorosos e dedicados amigos de Júlio de Castilhos.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, pondo fim ao período imperial no Brasil. Neste mesmo dia, foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas. Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana do país, Deodoro foi eleito para a presidência por um colégio eleitoral (formado por deputados federais e senadores), tornando-se o primeiro presidente da República brasileira.

Ainda em 1891, já sob o novo regime político, Evaristo Teixeira do Amaral Júnior foi eleito deputado à Assembleia Constituinte Estadual no Rio Grande do Sul, onde atuou até 1892. Vale destacar que o Partido Republicano Rio-Grandense, do qual era integrante, conseguiu eleger todos os 32 membros da Assembleia Constituinte gaúcha. No dia 14 de julho de 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana do Estado do Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos, líder do PRR, foi o responsável, quase que exclusivamente, pela elaboração da Constituição estadual, que estabeleceu a presença de um Poder Legislativo com poderes limitados a questões orçamentárias, ao mesmo tempo em que garantia um Poder Executivo forte. O presidente do Estado (cargo equivalente ao de governador) exerceria um mandato de cinco anos, estando garantido seu direito à reeleição contínua, desde que obtivesse 75% dos votos. Já o vice-presidente seria nomeado pelo presidente do Estado. Por esta Constituição estadual, a autoridade legal do governador equivalia à de um ditador, tal a concentração de poder no Executivo. A Assembleia Constituinte Estadual, ainda em 1891, elegeu Júlio de Castilhos para a presidência do Estado – o primeiro governador eleito no Rio Grande do Sul após a proclamação da República.

Com o fim da Constituinte, a Assembléia transformou-se em Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, hegemonizada pelo PRR. Pelas atribuições reduzidas e pouco significado político, sobretudo frente à concentração de poderes pelo Executivo estadual, a Assembleia dos Representantes foi alvo de severas críticas por parte dos opositores do Partido Republicano Rio-Grandense.

Amaral Júnior foi reeleito representante estadual nas quatro legislaturas posteriores da Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul: 1893-1896 (2ª legislatura republicana); 1897-1900 (3ª legislatura); 1901-1904 (4ª legislatura) e 1905-1908 (5ª legislatura). Além disso, durante os anos de 1901 e 1905, foi presidente da Assembleia gaúcha.

Após anos atuando como deputado estadual, foi eleito, em 1908, deputado federal pelo Estado do Rio Grande do Sul, na legenda do PRR. Vale lembrar que, nessa época, os estados e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Foi eleito em 30 de março de 1908 e reconhecido em 15 de maio seguinte. Exerceu seu mandato de 25 de junho de 1908 a 31 de dezembro de 1911, durante a 7ª legislatura republicana da Câmara Federal. Foi reeleito deputado federal pelo Estado do Rio Grande do Sul, sempre na legenda do PRR, para mais quatro mandatos consecutivos: de 3 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914; de 3 de maio de 1915 a 31 de dezembro de 1917; de 3 de maio de 1918 a 31 de dezembro de 1920; e, finalmente, de 3 de maio de 1921 a 11 de janeiro de 1923.

Ao longo de sua vida, Amaral Júnior também exerceu o cargo de escrivão de Órfãos e Ausentes na comarca de Porto Alegre. Atuou ainda como jornalista, redator e gerente do jornal *A Federação*. Também escreveu para *Descentralização*, jornal de Cruz Alta (RS), entre outros periódicos.

Faleceu em Porto Alegre no dia 11 de janeiro de 1923.

Publicou: *O bacharel Wenceslau Escobar em crime de calúnia*, um libelo político, lançado em 1920, em contestação à obra *História da revolução de 1893*, do federalista Wenceslau Escobar.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.1,2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CÂM.DEP. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; PESAVENTO, S. *Assembléia*; SILVEIRA, A. *Enciclopédia brasileira* (t.1); SOUSA, J. *Índice*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios*.

AMARAL, Aquilino do

*const. 1891; sen. MT 1891-1899.

Aquilino Leite do Amaral Coutinho nasceu em Cuiabá em 1845, filho de Manuel Leite do Amaral Coutinho e de Francisca da Silva Prado.

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e membro do Partido Conservador, foi deputado provincial em São Paulo em 1886-1887. Foi também diretor da Casa de Correção em São Paulo de 1888 a 1889.

Com a proclamação da República, mudou-se de São Paulo para Mato Grosso e, ao lado de Caetano de Albuquerque, proferiu conferências a favor do novo regime. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito senador por Mato Grosso ao Congresso Nacional Constituinte e em 15 de novembro seguinte tomou posse. Quando da substituição do presidente republicano de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho, em 16 de fevereiro de 1891, manifestou-se contra. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, e o início, em maio, da legislatura ordinária, exerceu o mandato no Senado até dezembro de 1899.

Faleceu no dia 11 de julho de 1911.

João Edson Fanaia

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; CASTRO, A.; CASTAGNINO, A. *Senado*; CONG. NAC. *Anais* (13/1/1891); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

AMARAL, Brás do

*dep. fed. BA 1924-1930.

Brás Hermenegildo do Amaral nasceu em Salvador no dia 2 de fevereiro de 1861, filho de Brás Hermenegildo do Amaral e de Josefa Virgínia do Amaral. Seu pai, capitão de polícia da Bahia, lutou na Guerra do Paraguai, participou da batalha de Tuiuti, e por seus feitos recebeu do imperador o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 1886 formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, defendendo a tese *Relações entre as moléstias constitucionais e as lesões traumáticas*. Trabalhou no socorro aos feridos da Guerra de Canudos (1896-1897) como voluntário no Hospital de Sangue montado pela Faculdade de Medicina da Bahia, tendo sido companheiro de trabalho de Afrânio Peixoto, nome de destaque nas letras brasileiras. Em 22 de dezembro de 1902, foi nomeado por decreto do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) lente da cadeira de patologia cirúrgica da mesma faculdade. Posteriormente, a 3 de dezembro de 1908, foi transferido por decreto do presidente Afonso Pena (1906-1909) para a segunda cadeira de clínica cirúrgica. Foi ainda titular da cadeira de patologia externa.

Paralelamente à medicina, dedicou-se aos estudos de história do Brasil. Lecionou em colégios particulares, como o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, da qual foi também diretor. Foi ainda professor de história universal e do Brasil no Ginásio da Bahia, onde só se aposentaria em 17 de setembro de 1919. Fez parte do grupo de intelectuais que fundou, em 13 de maio de 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual seria orador oficial e depois sócio benemérito.

Especialista nas questões de limites territoriais entre a Bahia e os estados vizinhos, por essa razão foi nomeado pelo governador J. J. Seabra, por decreto de 12 de agosto de 1912, para representar o estado, ao lado do ministro Eduardo Espínola, nas negociações da disputa de limites entre a Bahia e Sergipe, que ameaçava evoluir para a luta armada, em vista do fato de o então presidente de Sergipe, general Siqueira de Meneses, ter mandado invadir a fronteira, alegando pertencerem àquele estado as localidades de Apertado, Pedra e Saco.

Tendo discutido exaustivamente a questão com Siqueira de Meneses em Aracaju, conseguiu convencê-lo dos argumentos da Bahia, a despeito dos grandes debates travados na Câmara do Deputados pelas bancadas de Sergipe, representada pelos deputados Moreira Guimarães e Felisbello Freire, e da Bahia, pelos deputados Otávio Mangabeira, Pedro Lago e Muniz Sodré, entre outros. O mesmo se deu em 1919, no governo de Antônio Muniz, quando das negociações que resultaram na assinatura dos acordos que fixaram as fronteiras entre Bahia, Goiás, Piauí e Minas Gerais. Como o acordo foi questionado pelo governo de Minas Gerais, foi necessário fazer uma nova versão, assinada em 1920, e foi determinada ainda a realização de estudos específicos sobre as cachoeiras formadas pelos rios que, nascidos no planalto mineiro, corriam para o litoral baiano na confluência dos dois estados. Somente 14 anos depois poderia Brás do Amaral apresentar seu parecer, que ensejou a assinatura do tratado que pôs termo definitivo à questão que já durava mais de dois séculos. Ainda em 1920, foi chamado da Europa, onde se encontrava em viagem, para representar a Bahia na Conferência dos Limites, convocada pelo presidente Epitácio Pessoa para discutir a questão de fronteiras suscitada pelos estados de Pernambuco e Sergipe, que se haviam aliado contra a Bahia. De maneira análoga foi nomeado delegado para defender os interesses da Bahia quando o governo do Espírito Santo alegou direitos sobre o território compreendido entre o riacho Doce e o rio Mucuri. Após empreender duas viagens a Vitória, conseguiu evidenciar os direitos da Bahia, não só sobre o território em questão, mas também sobre uma área muito mais extensa, entre o riacho e o rio de mesmo nome, localizado mais ao sul da área em litígio.

Membro da Academia de Letras da Bahia desde sua fundação por Arlindo Fragozo em março de 1917, quando ocupou a cadeira nº 4 e escolheu como patrono o historiador Sebastião da Rocha Pita, presidiu a instituição de 1921 a 1937.

Sem grande experiência na política partidária, foi eleito deputado federal para a legislatura 1924-1926 na chapa do Partido Republicano da Bahia, pelo 3º distrito eleitoral. Reeleito para as legislaturas 1927-1929 e 1930-1932, não completou o mandato nesta última, devido à dissolução do Congresso Nacional em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Ao

lado dos representantes baianos Aurélio Viana, Celso Spínola, João Santos e Alfredo Rui Barbosa, integrou o grupo dos 34 deputados que estiveram presentes à última sessão da Câmara dos Deputados, no dia 24 de outubro de 1930. Na Câmara, participou entre outras da Comissão de Instrução Pública, da qual foi vice-presidente.

Sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representou a instituição durante o Congresso de História de Montevideu em 1930, quando das comemorações do Centenário da Independência do Uruguai. Em novembro de 1948 foi eleito membro correspondente da Academia Portuguesa de História, na vaga de Afrânio Peixoto. Foi também nomeado presidente da comissão executiva do I Congresso de História da Bahia, que seria realizado em 1949 como parte das comemorações do 4º Centenário da fundação da cidade do Salvador.

Faleceu em Salvador no dia 2 de fevereiro de 1949, quando exercia a presidência do I Congresso de História da Bahia.

Casado com Maria Teresa Belquior, teve uma filha.

Tendo-se notabilizado mais como historiador do que como político, deixou vários trabalhos publicados. Ao descobrir na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o manuscrito das *Notícias soteropolitanas e brasílicas* de Luís dos Santos Vilhena, fez-lhe anotações e comentários, dando à publicação o título de *Cartas de Vilhena*. O mesmo fez, sob encomenda de Gonçalo Muniz, secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1916-1918) no governo de Antônio Muniz, com as *Memórias históricas e políticas da Bahia*, de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. Em sua obra destacam-se: *Resenha histórica da Bahia*; *A Sabinada*; *História da Independência da Bahia*; *História da Independência do Brasil*; *Ação da Bahia na obra da Independência*; *História da Bahia do Império à República*; *Conspiração Republicana na Bahia em 1798*; *A Constituição do Império*; *Memórias históricas*; *Ensino médico na Bahia*; *Limites da Bahia e Espírito Santo*; *Limites da Bahia e Goiás*; *Memórias sobre a Proclamação da República*; *Fundação da Bahia*; *Da Bahia e Goiás*; *Fatos da vida do Brasil*; *Limites do estado da Bahia*; *História da Revolta da Bahia em 1837*; *Resenha histórica da Bahia*; *Os pan-americanos*. Publicou ainda dezenas de

discursos, ensaios, conferências e artigos em jornais e revistas, versando sobre variados assuntos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES

AMORIM, D. *Braz*; ARQ. PUBL. BAHIA.. Seção Judiciária, 8/3254/7. Testamento de Braz do Amaral; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*; CASTRO, R. *Fundadores*; DANTAS JUNIOR, J. *Braz*; *Diário de Notícias* (4/2/1949). Os funerais do Prof. Braz do Amaral; *Tarde* (30/11/1963). As eleições na Academia de Letras; *Tarde* (3/2/1949). O falecimento do Prof. Braz do Amaral; *Tarde* (3/2/1949). Novas eleições para a Academia de Letras, para a vaga do Prof. Braz do Amaral;

AMARAL, Eduardo Carlos Vilhena do

*pres. MG 1922; dep. fed. MG 1923-1929.

Eduardo Carlos Vilhena do Amaral nasceu em Pouso Alegre (MG) no dia 16 de agosto de 1857, filho de José Luís Campos do Amaral e de Maria Bárbara Vilhena do Amaral. Seu pai foi major da Guarda Nacional.

Iniciou a vida política em sua cidade como vereador e presidente da Câmara Municipal. Foi deputado estadual de 1911 a 1914 e senador estadual de 1915 a 1922. Como senador, foi presidente do Congresso Legislativo Mineiro e membro das Comissões de Justiça e Recursos Municipais, da Junta de Recursos Eleitorais e do Tribunal Especial, para julgamento das mais altas autoridades estaduais, tendo chegado a presidir os dois últimos. No período de 1918 a 1922 foi também vice-presidente do estado de Minas Gerais, na presidência de Artur Bernardes. Quando Bernardes lançou sua candidatura à presidência da República, assumiu o governo do estado pelo período de dois meses, de 16 de fevereiro a 16 de abril de 1922.

Em 1923, durante a legislatura 1921-1923, foi eleito deputado federal em eleição suplementar. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, exerceu o mandato até dezembro de 1929. Nesse período, fez parte da Comissão de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados. Filiado ao Partido Republicano Mineiro e membro de sua comissão executiva, participou da campanha da Aliança Liberal, que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República nas eleições de 1930.

Foi também membro da Guarda Nacional.

Faleceu em Pouso Alegre em 21 de janeiro de 1938.

Era casado com Alvarina de Barros Dias do Amaral.

Vanessa Lana

FONTES:

GOV. MG. Disponível em:

<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/eduardo-carlos-vilhena-do-amaral/5794>>. Acesso em: 20/5/2010;

MONTEIRO, N. *Dicionário*.

AMARAL, Francisco de Paula

*const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893.

Francisco de Paula Amaral nasceu em Ouro Preto (MG) no dia 6 de junho de 1864, filho de Francisco Teixeira do Amaral e de Júlia Barbosa do Amaral.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, transferindo-se mais tarde para a capital paulista, onde, em 1886, se bacharelou em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Foi deputado provincial por Minas Gerais de 1888 a 1889. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado constituinte por seu estado. Instalado o Congresso Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1890, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro do ano seguinte, e a seguir exerceu o mandato ordinário na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Luciana Pinheiro

FONTES:

CÂM.DEP. *Deputados brasileiros*; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 30).

AMARAL, Joaquim Tomás do

*diplomata; dir.-ger. Secret. Estado Rel. Ext.1865-1907.

Joaquim Tomás do Amaral, futuro visconde de Cabo Frio, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 16 de agosto de 1818, filho de Antônio José do Amaral e de Maria Benedita Carneiro da Silva Amaral.

Fez carreira no corpo diplomático, representando o Brasil em diferentes países estrangeiros e em missões especiais. Ainda moço, ao lado do juiz Hermenegildo Frederico Niterói, foi um dos árbitros da comissão mista brasileira e inglesa em Serra Leoa, em 1840. Sua participação na comissão adveio das prerrogativas estabelecidas por um acordo bilateral assinado entre o Brasil e a Inglaterra, que teve vigência entre 1830 e 1845 e que implicava o direito mútuo de visita e busca dos navios das duas bandeiras. Esse acordo se enquadrava na tentativa da Inglaterra de coibir o tráfico transatlântico de escravos e impunha a existência de dois tribunais mistos para julgar o caso de navios apreendidos. Um dos tribunais ficava em Freetown, Serra Leoa, e era responsável por julgar os navios apreendidos na costa africana. O segundo tribunal ficava na cidade do Rio de Janeiro e tinha a incumbência de julgar os navios apreendidos na costa do Brasil. Todas as comissões eram mistas, ou seja, formadas por membros oriundos dos dois países signatários do acordo.

Posteriormente, foi adido em Londres, onde passou a dirigir interinamente a comissão mista brasileiro-inglesa como encarregado de negócios. Foi, depois, secretário em Paris, competindo-lhe em seguida assumir a direção interina da legação brasileira em Buenos Aires, em 1855, em virtude da morte do então ministro, o conselheiro Silva Pontes. Como encarregado de negócios, serviu no ano seguinte em Montevidéu. Foi ministro residente em missão especial em Assunção, sendo que tal missão resultou na assinatura de um tratado de comércio e navegação ratificado no Rio de Janeiro em setembro de 1858 e vigente até 1861. Nesse último ano, foi nomeado ministro plenipotenciário em Bruxelas, na Bélgica, onde empreendeu várias e importantes negociações. Assinou, em 1863, o tratado entre a Bélgica e diversos países para a abolição, por meio de resgate, dos direitos do rio Escalda. Conforme consta no relatório do Ministério das Relações Exteriores do mesmo ano, de acordo com o tratado em questão, o Brasil passou a “gozar da supressão dos direitos de ancoragem e da redução dos de pilotagem e das taxas locais sem nenhuma compensação a mais do que a sua participação no resgate geral desses direitos”. Ou seja, o Brasil, assim como outros países, teve reduzidos os custos de navegação de suas embarcações pelo rio Escalda, que liga o mar do Norte ao porto de Antuérpia, um dos mais importantes da Europa.

Também em 1863, firmou um acordo regulando as relações comerciais da Bélgica com o Brasil. Tocou-lhe, ainda em Bruxelas, apresentar a documentação brasileira sobre a questão da fragata *Forte*, existente entre o Brasil e a Inglaterra, submetida ao arbitramento do rei Leopoldo I. Tal questão teve origem quando, na noite de 17 de junho de 1862, três tripulantes da fragata inglesa *HMS Forte*, vestidos à paisana, jantaram num hotel localizado no Alto da Tijuca, bairro do Rio de Janeiro, e, ao término da refeição, já embriagados, caminharam em direção à cidade e molestaram diversas pessoas, entre elas a sentinela de um destacamento policial. Houve combate corporal, e os estrangeiros foram detidos com a ajuda de outros soldados. Um simples caso de arruaça se transformou em um incidente diplomático, à medida que foi levado ao conhecimento do embaixador inglês no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, que solicitou explicações junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 5 de dezembro de 1862, o embaixador Christie emitiu nota endereçada ao governo brasileiro, na qual requisitou que fossem punidos os soldados do destacamento policial responsáveis pela prisão dos tripulantes da fragata *Forte*, que fossem censurados o chefe de polícia e o oficial que receberam os ingleses na prisão e os detiveram sob custódia durante toda uma noite, bem como que fosse apresentado um pedido de desculpa oficial por parte do governo brasileiro. O marquês de Abrantes, na época ministro das Relações Exteriores, recusou as exigências impostas pelo embaixador Christie, e a contenda finalmente foi arbitrada pelo rei da Bélgica, cujo laudo, favorável ao Brasil, foi entregue em importante audiência no castelo de Laeken, residência oficial dos soberanos belgas, em 21 de junho de 1863, aos plenipotenciários de ambas as partes envolvidas na questão, sendo o plenipotenciário brasileiro Joaquim Tomás do Amaral.

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em 21 de março de 1865, foi nomeado diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil, que, depois da proclamação da República, receberia a denominação de Secretaria de Estado das Relações Exteriores. O cargo de diretor-geral não correspondia ao de ministro: muitos ministérios, na época, como o das Relações Exteriores, o da Agricultura e o da Justiça, contavam com um diretor-geral, cuja existência tinha como propósito garantir uma continuidade administrativa em caso de troca de ministros.

Como diretor-geral da secretaria, foi enviado como ministro plenipotenciário em missão especial ao rio da Prata durante o período de 20 de dezembro de 1867 a 27 de janeiro de 1869. Nessa missão, teve como incumbência concluir vários ajustes relacionados com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além disso, assinou em Buenos Aires, em 1868, protocolos permitindo o trânsito pelo rio Paraguai de determinados navios de guerra europeus e norte-americanos e declinou das ofertas do Chile e da Bolívia em prol do

término da guerra, resolvendo, então, assuntos referentes a operações militares.

Esteve em uso de licença de 1º de agosto de 1871 a 30 de abril de 1873. Em 21 de maio de 1874, foi agraciado com o título nobiliárquico de barão de Cabo Frio. Quinze anos depois, em 2 de maio de 1889, pouco antes da derrocada da monarquia, foi ainda contemplado com o título de visconde de Cabo Frio. Contudo, os títulos de nobreza perderam seu valor após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando foram substituídos em importância pelas patentes e títulos militares, conforme destaca Edgar Carone em seu estudo sobre o período da Primeira República.

A despeito dos serviços prestados ao Segundo Império, Joaquim Tomás do Amaral continuou a exercer o cargo de diretor-geral da então Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Em 1890, por ocasião da viagem de Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, ao Rio da Prata, assumiu o ministério interinamente por cerca de um mês. Em tão curto período, intensa foi a atividade da chancelaria, em especial porque o país se encontrava na fase de reconhecimento por parte dos países estrangeiros do novo regime político implantado. Em 1900, novamente assumiu interinamente o Ministério das Relações Exteriores em substituição ao então ministro Olinto de Magalhães, que viajara à Argentina a fim de acompanhar o presidente Campos Sales, que se encontrava em missão oficial.

Exerceu o cargo de diretor-geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores por mais de 40 anos, ou seja, até 1907, quando faleceu em 15 de janeiro. Assim, conviveu por cinco anos com a nova fase da diplomacia brasileira inaugurada com a posse de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, no cargo de ministro das Relações Exteriores, em 1902. Conforme destaca Luís Viana Filho em sua biografia do barão do Rio Branco, o visconde de Cabo Frio, embora fosse diretor-geral da Secretaria de Estado, concentrava grande poder de decisão, o que o levou a exercer, muitas vezes de forma inoficial, as funções de ministro, pois a maior parte de todos os documentos necessitava de sua aprovação para serem encaminhados ao ministro. Contudo, após a sua posse, o barão do Rio Branco passou a concentrar praticamente todas as decisões, já que poucos papéis eram encaminhados à secretaria e a Cabo Frio, no intuito de minimizar a burocracia e agilizar o andamento dos processos e contatos com países estrangeiros. Essa mudança fez com que o antigo diretor-geral se sentisse preterido e no ostracismo.

De acordo com o autor Rodrigo Otávio, que foi político e contemporâneo de ambos, a convivência entre o diretor-geral e o novo ministro não foi “na verdade das melhores, pois desde o início da administração de Rio Branco, o visconde não se sentia muito à vontade. Até então exercera ele na secretaria uma autoridade sem contraste. Era ele quem dizia o que se devia fazer. Com Rio Branco a situação mudou. Era que o ministério tinha então um ministro que bem sabia como se haver em tudo e que era, além disso, uma personalidade de

prestígio, absorvente e dominadora. Rio Branco tudo queria ver e fazia muita coisa, ele mesmo. Se bem que os papéis continuassem tendo na secretaria seu curso normal de informação, era positivo que as novas práticas quebravam a normalidade do funcionamento anterior. Cabo Frio se ressentiu disso. Sobretudo, o gabinete de Petrópolis causava-lhe irritação. Muita coisa aí se decidia sem que ele fosse ouvido. As papeletas, quando não eram executadas lá mesmo, vinham para serem executadas na secretaria, já com o despacho definitivo. O gabinete de Petrópolis era uma outra secretaria de Estado. O diretor-geral sentia sua autoridade diminuída e se retraía”.

Já Luís Gurgel do Amaral, em seu livro de memórias intitulado *O meu velho Itamarati*, afirma que o principal ponto de tensão existente entre os dois diplomatas residiu no fato de que Cabo Frio controlava o horário de entrada e saída dos funcionários da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o que não se coadunava com as tendências de Rio Branco, cujo horário de trabalho era bastante flexível, na medida em que adentrava noites e madrugadas. No entanto, a relação entre ambos foi sempre respeitosa. O barão do Rio Branco, inclusive, afirmou em documento divulgado por Luís Viana Filho reconhecer a importância de Cabo Frio para a chancelaria brasileira e ter reverência pelo secretário, o qual conhecera ainda pequeno na casa de seu pai, o visconde do Rio Branco.

Entre suas obras, destacam-se os seguintes trabalhos diplomáticos, que se encontram reunidos no Acervo do Arquivo Histórico do Itamarati: *Reclamações anglo-brasileiras* (1880); *Navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão* (1889); *Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina. Questão submetida ao arbitramento do presidente dos Estados-Unidos da América*. A seu respeito existe também a obra intitulada *Traços biográficos do visconde de Cabo Frio* (1903), de autoria de José Antônio d’Espinheiro.

Cristina Luna

FONTES:

BETHELL, L. *Abolição*; CARONE, E. *República velha*; D’ESPINHEIRO, J. *Traços*; MIN. REL. EXT. *Ministros*; OCTÁVIO, R. *Minhas memórias*; Relatório do ministro das Relações Exteriores, 1863; VIANA FILHO, L.. *Vida*.

AMARAL, José Augusto do

*militar; dep. fed. PE 1912-1916.

José Augusto do Amaral nasceu em 28 de julho de 1872.

Iniciou sua vida militar em 8 de setembro de 1890. Em 3 de novembro de 1894 tornou-se alferes. Participou da Guerra de Canudos no interior baiano, de 1896 a 1897, ao lado das tropas federais. Depois desse conflito, formou-se engenheiro agrimensor. Foi nomeado tenente em 27 de agosto de 1908 e promovido a capitão em 23 de agosto de 1911. Ainda em suas atividades militares, foi ajudante de ordens de Dantas Barreto na expedição militar que este liderou em Mato Grosso.

Ingressou na política em 1912, quando foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco. Assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, e foi reeleito em 1915, mas não chegou a completar o segundo mandato. Foi membro da Comissão de Marinha de Guerra do Legislativo.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1916.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.*

AMARAL, LEOPOLDO

*rev. 1930; interv. BA 1930-1931.

Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral nasceu em Belém no dia 14 de outubro de 1893, filho de José do Amaral, oficial do Exército, e de Benvinda Bastos do Amaral. Estudou na Escola Politécnica da Bahia, por onde se formou engenheiro geógrafo em 1913. Durante o governo de José Joaquim Seabra (1912-1916), dirigiu a Estrada de Ferro de Nazaré. Em 1917 iniciou carreira no magistério, lecionando cálculo infinitesimal e geometria descritiva.

Partidário da Aliança Liberal (1929-1930), foi um dos chefes civis baianos do movimento que resultou na Revolução de 1930. Inicialmente designado prefeito de Salvador, em novembro de 1930 foi nomeado por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, interventor federal na Bahia, substituindo o general Ataliba Jacinto Osório. Durante sua administração, limitou-se a manter a ordem e a despachar o expediente, até passar o cargo para Artur Neiva em fevereiro de 1931.

Em 1943 tornou-se assessor da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado em setembro de 1942 para resolver os problemas causados à economia brasileira pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, e extinto em dezembro de 1945. Após deixar a coordenação, Leopoldo Amaral não mais desempenhou cargos públicos, passando a se dedicar a atividades acadêmicas.

Em 1951 formou-se engenheiro civil. Foi também jornalista, tendo dirigido *O Jornal* e o *Imparcial*. Foi ainda responsável pela federalização da Escola Politécnica da Bahia, tornando-se professor catedrático dessa instituição e do Ginásio da Bahia, além de fundador e primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura da Bahia.

Faleceu em Salvador no dia 8 de outubro de 1965.

Era casado com Blandina Castro do Amaral, com quem teve 11 filhos.

FONTES:

ARQ. GETÚLIO VARGAS; CORRESP. GOV. EST. BA; *Diário Oficial* (18 e 19/12/31); *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; INF. FAM.; MELO, A. *Cartilha*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; PESQ. F. BARBOSA; POPPINO, R. *Federal*.

AMARAL, OTÁVIO CAMPOS DO

*militar; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1934-1935.

Otávio Campos do Amaral nasceu em Virginópolis (MG) no dia 7 de novembro de 1885, filho do fazendeiro Antônio Ferreira Campos e de Augusta Rebelo do Amaral.

Fez seus estudos nos seminários de Diamantina (MG) e do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e ingressou na carreira militar em fevereiro de 1905, quando assentou praça no 1º Batalhão de Força Pública do Estado de Minas Gerais. Alferes em outubro de 1909, foi promovido a tenente em 1914, a capitão em 1915 e a tenente-coronel em 1926. Nesse período participou das campanhas de 1924 e 1925 contra o movimento tenentista.

Em 1929-1930 participou ativamente da campanha da Aliança Liberal, o que lhe granjeou prestígio político. Promovido a coronel, comandava a Força Pública mineira quando participou da Revolução de 1930. Partindo para a Zona da Mata mineira, invadiu a fronteira com o Espírito Santo, ameaçando a capital capixaba. Deposto o governador Aristeu Borges de Aguiar, organizou, no dia 19 de outubro, a junta governativa do Espírito Santo, integrada por João Manuel de Carvalho, Afonso Conerci de Lório e o capitão João Punaro Bley.

Em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, cuja chefia exerceu na Zona da Mata. Empossado em novembro, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato estendido até maio de 1935. Em outubro de 1934 candidatou-se a deputado federal na mesma legenda, mas obteve apenas uma suplência. Reformado em 1943, retomou a carreira política após o fim do Estado Novo (1937-1945), elegendo-se vereador em Caratinga (MG) e, posteriormente, em Betim (MG).

Foi fundador e primeiro presidente da União dos Reformados da Polícia Militar de Minas Gerais. Tornou-se ainda fazendeiro na Zona de Cachoeira Escura, estação da Estrada de Ferro Vitória-Minas Gerais, e agricultor em Caratinga, onde fundou e dirigiu o *Correio de Caratinga*. Colaborou também no *Diário de Minas*.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 12 de abril de 1949.

Era casado com Raimunda Xavier do Amaral.

FONTES:

ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. RAMOS, P.; COUTINHO, A. *Brasil*; DERENZI, L. *Biografia*; GODINHO, V. *Constituintes*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; OLIVEIRA, J. *História*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SILVA, H. 1930.

AMARAL, SILVINO GURGEL DO

*diplomata; emb. Bras. Chile 1922-1924; emb. Bras. EUA 1925-1931.

Silvino Gurgel do Amaral nasceu em Fortaleza no dia 10 de dezembro de 1874, filho de José Avelino Gurgel do Amaral e de Eutália Barros Gurgel do Amaral.

Ingressou na carreira diplomática em 1896 como segundo-secretário da embaixada brasileira em São Petersburgo (atual Leningrado), então capital do Império Russo, onde permaneceu de abril a novembro. Foi então removido para Madri, e lá serviu até dezembro de 1897. Em março de 1898 seguiu para Montevidéu e de junho a agosto foi encarregado de negócios da embaixada. Deixou a capital uruguaia em março de 1899.

Transferido para Londres, lá serviu de maio de 1899 a agosto de 1901, retornando então ao Brasil, onde ficou licenciado no Rio de Janeiro por seis meses. De volta a seu posto na capital britânica em março de 1902, lá permaneceu até janeiro do ano seguinte, quando foi promovido a primeiro-secretário. Em seguida serviu em Buenos Aires, de maio de 1903 a abril de 1905. Regressou novamente ao Rio de Janeiro, e em julho de 1905 foi transferido para Washington, onde foi encarregado de negócios da embaixada de junho a novembro de 1906 e de junho a outubro de 1907. Permaneceu em Washington até abril de 1909. Novamente em Londres, serviu como conselheiro de legação até maio de 1911, sendo outra vez transferido para Madri, onde foi encarregado de negócios até abril do ano seguinte. Foi a seguir promovido a ministro-residente em Bogotá, na Colômbia, mas não chegou a assumir o posto, tendo ficado comissionado no Rio de Janeiro até março de 1913. Foi então transferido para Assunção, como enviado especial e ministro plenipotenciário, e lá permaneceu de abril de 1913 a março de 1915.

Transferido para Haia, na Holanda, lá atuou como enviado especial e ministro plenipotenciário a partir de julho de 1915, já durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em agosto de 1916 passou a exercer as mesmas funções em Berlim, tendo sido o responsável pela notificação do reconhecimento do estado de guerra imposto pela Alemanha ao Brasil. Com a ruptura de relações entre os dois países, tornou-se adido à legação brasileira em Berna, na Suíça, em abril de 1917, e lá permaneceu até abril de 1920, quando foi removido para Lima, no Peru, onde serviu como encarregado de negócios e ministro plenipotenciário até agosto de 1922.

Promovido a embaixador, assumiu a direção da embaixada brasileira em Santiago do Chile em setembro de 1922, substituindo José Manuel Cardoso de Oliveira. Em fevereiro de 1923 foi nomeado membro da delegação brasileira à V Conferência Internacional Americana, realizada na capital chilena em maio daquele ano. Substituído por Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, foi transferido para Washington em dezembro de 1924, mas permaneceu comissionado no Rio de Janeiro até junho do ano seguinte. Partiu então para assumir, ainda naquele mês, a direção da embaixada brasileira nos EUA em substituição a Augusto Cochrane de Alencar. Em 1928 foi delegado brasileiro à Conferência de Conciliação e Arbitragem de Washington, e em abril de 1931 deixou a capital norte-americana, sendo substituído por Rinaldo de Lima e Silva. Passou então a servir como embaixador em Tóquio, onde permaneceu até aposentar-se em fevereiro de 1934.

Casou-se com Isabel Godinho Gurgel do Amaral.

Publicou *Ensaio sobre a vida e obra de Hugo de Groot* (1903).

FONTES:

AZEVEDO, E. *Palco*; COL. EST. DR. UBALDINO DO AMARAL Disponível em: <<http://www.snpubaldino.seed.pr.gov.br/>>. Acesso em: 8/10/2010; MUS. MAÇÔNICO PARANAENSE. Disponível em: <<http://www.museumaconicoparanaense.com/>>. Acesso em: 8/10/2010; Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prefdf/ubaldino_amaral.html>. Acesso em: 8/10/2010; PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 8/10/2010; SENADO (<http://www.senado.gov.br/>, acessado em 08/10/2010); SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/>>. Acesso em: 8/10/2010.

AMARAL, Ubaldino do

*const. 1891; sen. PR 1891 e 1892-1894; min. STF 1894-1896; pref. DF 1897-1898.

Ubaldino do Amaral Fontoura nasceu na Lapa (PR) no dia 27 de agosto de 1842, filho de Francisco das Chagas do Amaral e de Gertrudes Pilar do Amaral.

Fez os primeiros estudos no Colégio São João do Lageado, no município paulista de Sorocaba, e em 1867 diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Recém-formado retornou a Sorocaba, iniciando a carreira de advogado. No mesmo município, onde permaneceu por sete anos e fundou diversas entidades assistenciais e filantrópicas, participou ativamente da fundação dos periódicos *Ipanema* e *Sorocabano* e trabalhou pela criação da Via Férrea Sorocabana.

Em 1874 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, dando continuidade à carreira de advogado. Em janeiro de 1884 tornou-se membro efetivo do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do município da Corte, por nomeação ministerial. Abolicionista ferrenho e republicano histórico, em novembro de 1889, logo após a proclamação da República, assumiu o cargo de Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro. Em fevereiro seguinte foi nomeado presidente da Comissão Inspetora da Casa de Correção da capital federal. Em 1890 foi também presidente do Conselho de Intendência Municipal.

Eleito senador pelo Paraná ao Congresso Nacional Constituinte reunido em 15 de novembro de 1890, nele ocupou uma cadeira a partir de janeiro de 1891 e destacou-se nos trabalhos da chamada “Comissão dos 21”, a qual presidiu, ficando à frente das discussões referentes ao projeto da Constituição Federal. Promulgada a Constituição, da qual foi signatário, em 24 de fevereiro de 1891, passou em maio a exercer o mandato ordinário até dezembro, quando renunciou. Em junho de 1892 foi novamente eleito senador, tomando posse no mês seguinte. Em maio de 1894 foi escolhido primeiro-secretário e vice-presidente do Senado, funções que desempenhou até dezembro do mesmo ano. Renunciou então, mais uma vez, ao mandato ao ser nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual pertenceu até maio de 1896.

Em 25 de novembro de 1897 foi nomeado pelo então presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898) prefeito do Distrito Federal, em substituição ao prefeito interino Joaquim José da Rosa. Exerceu curto mandato administrativo, tendo renunciado

em 17 de novembro de 1898, alegando incompatibilidades políticas durante o processo de reforma administrativa da prefeitura. Assumiu seu lugar Luís van Erven.

No decorrer de 1903 assumiu a direção do Banco da República e tornou-se membro do Conselho da Junta Administrativa da Caixa de Amortização. Em 1909 exerceu a presidência do Banco do Brasil.

Ao longo de sua trajetória profissional exerceu também atividades diplomáticas, atuando como árbitro brasileiro nos tribunais mistos brasileiro-boliviano e brasileiro-peruano e como embaixador da Comissão Permanente de Arbitramento do Tribunal de Haia. Presidente da Sociedade de Legislação Comparada, defendeu o Paraná nas discussões referentes aos limites geográficos com Santa Catarina. Foi professor de diversas instituições de ensino, entre as quais a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Faleceu no Distrito Federal em 22 de janeiro de 1920.

Foi casado com Rosa Cândida de Oliveira Amaral.

Entre suas publicações destacam-se a peça teatral *O soldado brasileiro* (1868), escrita em parceria com Cândido Barata Ribeiro, *Discurso no Grande Oriente do Brasil* (1876), *Segunda Conferência do Grande Oriente* (1877) e *Saldanha Marinho, perfil biográfico*.

Luciana Pinheiro

Sites na internet

Portal do Colégio Estadual Dr. Ubaldino do Amaral (<http://www.snpubaldino.seed.pr.gov.br/>, acessado em 08/10/2010); Portal do Museu Maçônico Paranaense (<http://www.museumaiconicoparanaense.com/>, acessado em 08/10/2010); Portal do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense (http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prefdf/ubaldino_amaral.html; acessado em 08/10/2010); Portal do Planalto Nacional (<http://www.planalto.gov.br/>, acessado em 08/10/2010); Portal do Senado Federal (<http://www.senado.gov.br/>, acessado em 08/10/2010); Portal do Supremo Tribunal Federal (<http://www.stf.jus.br/>, acessado em 08/10/2010).

Fontes:

AZEVEDO, Elisabeth, R. *Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

AMARAL, Vítor do

*dep. fed. PR 1906-1908.

Vítor Ferreira do Amaral e Silva nasceu no município da Lapa (PR) no dia 9 de dezembro de 1862, filho de Serafim Ferreira de Oliveira e de Júlia do Amaral e Silva.

Fez os primeiros estudos em colégio interno de Curitiba e aos 12 anos transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde foi matriculado no tradicional Colégio Abílio. Formado em humanidades, recebeu diploma e medalha de honra as mãos do imperador Pedro II. Em 1884 diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em ginecologia e obstetrícia. De volta a Curitiba, construiu sólida carreira médica, marcada pelo atendimento a pacientes de classes abastadas, mas também pela filantropia. Por 35 anos foi médico e diretor das enfermarias de ginecologia da Santa Casa de Misericórdia, tendo trabalhado como voluntário por quase uma década.

Membro do Clube Republicano Paranaense, ingressou na política em 1890, quando assumiu o cargo de intendente municipal em Curitiba. Em 1891, após a promulgação da primeira Constituição republicana (24/2), foi eleito para o Congresso Constituinte de seu estado natal. Em 1892, no decorrer de seu mandato parlamentar, fundou a Sociedade de Agricultura do Paraná. Em 1893 foi nomeado superintendente do Ensino Público, cargo no qual permaneceu até o ano seguinte. Paralelamente atuou como médico-capitão da Guarda Nacional durante a Revolução Federalista. Em 1895 passou a exercer as funções de médico legista e como tal trabalhou pela obrigatoriedade da necropsia e do preenchimento do livro de registro. Em fevereiro de 1900 retornou à política ao tomar posse como vice-presidente do Paraná, mantendo-se no cargo durante os quatro anos do governo de Francisco Xavier da Silva.

Em março de 1906 foi eleito deputado federal pelo Paraná e tomou posse em maio. Em dezembro de 1908, com o término da legislatura, afastou-se da política para se dedicar ao projeto de fundação da Universidade do Paraná, hoje Universidade Federal do Paraná (UFPR), inaugurada em 1912. Nesse mesmo ano assumiu a reitoria da instituição e manteve-se reitor até 1948. Na universidade, da qual recebeu o título de grande benemérito, atuou ainda como diretor da Faculdade de Medicina por mais de três décadas e como professor das disciplinas de clínica obstétrica e ginecologia.

No decorrer de sua trajetória como educador, também lecionou francês no Instituto Paranaense e dirigiu a Instrução Pública do Paraná. Foi presidente honorário da Liga de Combate ao Câncer e membro da filial paranaense da Sociedade Brasileira de Ginecologia da Cruz Vermelha Brasileira. Além de fundador da Maternidade do Paraná, participou da fundação da Sociedade Médica e da Associação Médica paranaenses, assim como da Sociedade Médica dos Hospitais, as quais presidiu. Trabalhou ainda pela inauguração do Sanatório São Sebastião, do Leprosário São Roque e do Hospital Osvaldo Cruz.

Além das atividades nas áreas da educação e da medicina, foi um dos fundadores e redator chefe do *Diário da Tarde* e da *Gazeta Médica*. Colaborador do *Brasil-Médico* e da *Revista de Ginecologia e Obstetrícia do Brasil*, além de textos sobre medicina publicou artigos sobre a demarcação dos limites geográficos entre Paraná e Santa Catarina. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e da Academia de Letras José de Alencar.

Faleceu em Curitiba no dia 2 de fevereiro de 1953.

Luciana Pinheiro

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 231); NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 525-527); PEREZ, A. *Humanista*; UNIV. FED. PARANÁ. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/>>. Acesso em: 5/7/2010.

ALMEIDA, JOSÉ AMÉRICO DE

*rev. 1930; interv. PB 1930; min. Viação 1930-1934; sen. PB 1935; min. TCU 1935-1947; cand. pres. Rep. 1937; sen. PB 1947-1951; gov. PB 1951-1953; min. Viação 1953-1954; gov. PB 1954-1956.

José Américo de Almeida nasceu no engenho Olho d'Água, em Areia (PB), no dia 10 de janeiro de 1887, filho de Inácio Augusto de Almeida, senhor de engenho e pecuarista, e de Josefa Leopoldina Leal. Descendia, por ambos os lados, de famílias de recursos que exerciam influência política na região. Quinto filho de um total de 11, recebeu seu nome em homenagem ao pintor Pedro Américo, também nascido em Areia.

Passou a infância no engenho Olho d'Água, onde aprendeu as primeiras letras. Com cerca de oito anos de idade, passou a morar na sede do município com seu tio, o padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, a fim de prosseguir seus estudos. Dois anos depois voltou a residir com a família, que se transferira para a cidade. Permaneceu, no entanto, pouco tempo no convívio familiar, pois, órfão de pai aos 12 anos, retornou aos cuidados do tio. Durante o tempo em que residiu em Areia publicou um pequeno jornal escolar, enviando também sonetos que compunha aos periódicos da cidade da Paraíba, atual João Pessoa.

Em 1901 seu tio decidiu enviá-lo para o seminário da capital. Impedido de seguir a carreira militar em virtude de sua acentuada miopia, atendeu, contra a vontade, à decisão do tio. Entretanto, por não sentir vocação para o sacerdócio, abandonou o seminário em 1904 e nesse mesmo ano prestou exames preparatórios no Liceu Paraibano, ingressando em seguida na Faculdade de Direito de Recife. Ainda estudante, teve o interesse despertado pela vida política, apoiando a posição de Antônio Alfredo da Gama e Melo, então adversário de seu tio, o padre Valfredo Leal, presidente da Paraíba de 1905 a 1908.

Bacharelado-se em fins de 1908, foi logo nomeado promotor de justiça em Sousa (PB), onde permaneceu por um ano. De volta à capital, recebeu convite para ser examinador no Liceu Paraibano, mas recusou-o, segundo seu depoimento, para não ocupar o cargo de seu amigo, o poeta Augusto dos Anjos, que o abandonara por ter rompido com o presidente estadual João Machado. Sem encontrar outra colocação na capital, decidiu advogar em Guarabira (PB), onde residia seu irmão mais velho. Encontrava-se ali quando foi nomeado, em 1911, procurador-geral do estado por influência de Valfredo Leal, de quem viria a se aproximar politicamente em 1915, quando este rompeu a aliança com Eptácio Pessoa, então senador pela Paraíba. Nessa época José Américo publicou artigos de contestação ao epitacismo no *Diário do Estado*, órgão ligado a seu tio.

Ao lado de suas funções como procurador-geral do estado, passou a dedicar-se aos estudos de economia, política, sociologia, geografia humana e, sobretudo, à literatura. Atuando no meio intelectual paraibano, estabeleceu estreitos vínculos com os romancistas Carlos Dias Fernandes, Ademar Vidal, Alcides Bezerra e João Lourenço. Publicou seu primeiro livro, *Poetas da Abolição*, em 1921, e já no ano seguinte lançava *Reflexões de uma cabra*, obra que provocou a ironia de Gustavo Barroso, a quem retorquiu, tempos depois, com *Reflexões de um bode*.

Em 1922 abandonou a Procuradoria Geral por ter sido nomeado consultor jurídico do

estado. Como o exercício do novo cargo não o impedia de advogar, passou a atuar também nessa profissão. A pedido do presidente estadual Sólon Barbosa de Lucena (1920-1924), preparou um relatório sobre as dificuldades por que passava o estado em decorrência das secas. Este trabalho serviu de subsídio para a obra *A Paraíba e seus problemas*, que publicou em 1923.

Em 1928 projetou-se na literatura com o lançamento de *A bagaceira*, obra elogiada por Alceu Amoroso Lima, já então destacado crítico literário. O livro foi considerado o ponto de partida do novo romance regional, e pouco depois de sua publicação Gilberto Freire, que exerceu grande influência entre os escritores nordestinos da época, lançou o *Manifesto regionalista*.

ENTRE OS REVOLUCIONÁRIOS DE 1930

Nas eleições estaduais de junho de 1928, foi eleito presidente da Paraíba João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, sobrinho do ex-presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922), que dirigia a principal agremiação política do estado, o Partido Republicano da Paraíba (PRP). Pouco antes de tomar posse no mês de outubro, João Pessoa convidou José Américo para assumir a Secretaria Geral do estado. A proposta foi aceita, pois, segundo suas declarações, José Américo concordava com as idéias modernizantes do novo presidente estadual. Além disso, seu tio Valfredo Leal e Epitácio Pessoa haviam voltado a ser correligionários. Pretendendo modificar a estrutura político-administrativa e reerguer as finanças estaduais, João Pessoa procedeu a uma série de reformas com o apoio de José Américo. Este, por sua vez, sugeriu ao presidente desmembrar a Secretaria Geral do estado e criar, entre outras, a Secretaria do Interior, da qual foi o primeiro titular.

Com o intuito de deslocar para o porto de Cabedelo a hegemonia do comércio estadual, João Pessoa instituiu um rigoroso sistema de arrecadação tributária que atingiu o comércio feito por via terrestre entre as cidades do interior e os estados vizinhos, até então livre de quaisquer impostos. Essas medidas, consubstanciadas em lei de novembro de 1928, desencadearam forte reação entre os “coronéis” – chefes políticos do interior – e os comerciantes de Pernambuco, particularmente atingidos.

Entre os descontentes, destacava-se José Pereira Lima, considerado um dos maiores “coronéis” do Nordeste e o mais poderoso da Paraíba. Membro da comissão executiva do PRP, José Pereira possuía um prestígio que transcendia os limites municipais, alcançando as esferas estadual e federal. Seu reduto político era o município de Princesa, atual Princesa Isabel, localizado próximo à fronteira com Pernambuco e cuja economia era inteiramente voltada para esse estado.

Com a aproximação das eleições presidenciais de 1930, Minas Gerais e Rio Grande do Sul formaram, em junho de 1929, a chamada Aliança Liberal para se opor à chapa Júlio Prestes-Vital Soares, apoiada pelo presidente da República Washington Luís. Os aliancistas lançaram a candidatura de Getúlio Vargas para a presidência e convidaram João Pessoa para a vice-presidência, o que resultou na Paraíba em uma série de medidas de represália do governo central. Essa hostilidade, entretanto, reforçou internamente os ganhos políticos de João Pessoa, que passou a empreender, juntamente com José Américo, excursões por vários municípios a fim de obter o apoio eleitoral dos “coronéis”. Em janeiro de 1930, ao ser

sondado sobre o desencadeamento de uma luta armada caso a chapa oficial saísse vitoriosa no pleito, posição que José Américo apoiava, João Pessoa, refratário a essa ideia, chegou a afirmar: “Prefiro mil vezes Júlio Prestes a uma revolução.”

Paralelamente ao pleito presidencial, em 1º de março seriam realizadas eleições para a Câmara dos Deputados e para a renovação de 1/3 do Senado. Ao preparar-se a chapa situacionista da Paraíba, João Pessoa impôs a renovação total da bancada, o que visava sobretudo a afastar João Suassuna, ex-presidente do estado, deputado federal em duas legislaturas e aliado de famílias poderosas do interior, entre as quais a de José Pereira. Este último terminou por romper com o governo estadual em fevereiro de 1930 e ingressou no Partido Republicano Conservador (PRC), que defendia a chapa Júlio Prestes-Vital Soares.

Candidatando-se a deputado, José Américo desincompatibilizou-se do cargo de secretário do Interior. No final de fevereiro, todavia, foi chamado por João Pessoa para assumir a Secretaria de Segurança, sob a alegação de que José Pereira, após armar-se em Princesa, iniciara um movimento rebelde, enviando contingentes de jagunços a municípios vizinhos.

João Pessoa ordenou de imediato duas medidas: o esvaziamento da máquina burocrático-administrativa do município de Princesa, deixando-o “fora da lei”, e o envio de tropas da polícia estadual comandadas pessoalmente por José Américo, que estabeleceu seu quartel-general em Piancó (PB). Além das munições que a própria população oferecia ao governo, este recebia material bélico de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, camuflado em latas de manteiga. Mantendo a ofensiva, José Américo conseguiu recuperar algumas cidades tomadas pelos rebeldes, entre elas Tavares e Alagoa Nova, consideradas pontos estratégicos no ataque a Princesa. Logo após as eleições de 1º de março – que não se realizaram em Princesa –, a luta armada recrudescceu no sertão paraibano. Os rebeldes contavam com o auxílio em dinheiro e em munições dos Pessoa de Queirós, de Pernambuco, e ainda com o assentimento do governo federal, que, interessado na derrota política de João Pessoa, dificultava o envio de reforços às tropas de José Américo. O objetivo dos sublevados era, aliás, forçar o governo central a intervir na Paraíba.

Em fins de abril proclamou-se o resultado das eleições, em que a chapa Júlio Prestes-Vital Soares obteve cerca de um milhão de votos contra cerca de oitocentos mil dos candidatos aliancistas. Apesar de ter obtido 23 mil votos, José Américo não teve sua eleição para deputado federal reconhecida pela Comissão de Reconhecimento de Poderes da Câmara, que no seu caso aplicou a chamada “degola”, mecanismo pelo qual se processavam as depurações de votos. Nessa ocasião pronunciou violento discurso de protesto, publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, e resolveu manifestar pessoalmente seu repúdio perante aquela comissão, seguindo para a capital federal. Como já então conspirava ativamente com outros revolucionários, antes de viajar encontrou-se com o tenente Juraci Magalhães, que lhe confiou notícias sobre o andamento do levante no Nordeste, a serem passadas aos chefes do movimento no Rio de Janeiro.

De regresso ao seu estado, passou por Recife, onde foi procurado pelo líder revolucionário Caio de Lima Cavalcanti, que, após comunicar-lhe que Juarez Távora, chefe militar do movimento no Nordeste, se encontrava escondido na usina de sua propriedade, lhe solicitou que o acompanhasse até a Paraíba, pois corria o risco de ser encontrado pela polícia pernambucana. Receoso de assumir essa responsabilidade à revelia de João Pessoa, José

Américo delegou-a a Antenor Navarro, que homiziou Juarez Távora em casa de Juraci Magalhães, na capital paraibana.

Em 26 de julho de 1930 ocorreu o fato culminante de todo esse processo político: João Pessoa foi assassinado em Recife por João Duarte Dantas, que era aliado de José Pereira e de João Suassuna e durante muito tempo alimentara intenso rancor contra o presidente paraibano, acusando-o de cometer arbitrariedades contra sua família. O Executivo estadual foi assumido pelo vice-presidente Álvaro Carvalho, que pediu a permanência de José Américo na Secretaria de Segurança, a fim de manter a ordem na capital, convulsionada ante o evento, com a população saqueando e queimando estabelecimentos comerciais e residências dos opositores do líder assassinado. O governo federal, por sua vez, resolveu pôr fim à rebelião de Princesa, e José Pereira terminou entregando os armamentos de sua gente ao general Alberto Lavenère Wanderley, comandante da 7ª Região Militar. Pressionada pela multidão, a Assembleia Legislativa votou lei, sancionada por Álvaro de Carvalho em 4 de setembro, estabelecendo a mudança de nome da capital do estado para João Pessoa.

O episódio da morte do presidente paraibano deu novo ânimo aos aliancistas para deflagrar a revolução. Devido às suas articulações com os líderes revolucionários, em particular com Juarez Távora, Juraci Magalhães, Agildo Barata, Osvaldo Cordeiro de Farias e os irmãos Lima Cavalcanti, José Américo tornou-se o chefe civil do movimento no Norte. Finalmente, na noite de 3 de outubro, após receberem a notícia da eclosão da luta armada no Sul, os revoltosos tomaram o 22º Batalhão de Caçadores em João Pessoa, seguidos por outras unidades militares no interior. José Américo, como secretário de Segurança, garantiu o controle da capital e a fidelidade da Polícia Militar ao movimento. Por sua ordem, o presidente estadual Álvaro de Carvalho não foi deposto oficialmente, porém afastou-se do cargo no dia 4, logo substituído, segundo determinação dos líderes revolucionários, pelo próprio José Américo.

Na qualidade de chefe militar da revolução no Norte, Juarez Távora atribuiu a José Américo o cargo de governador-geral do Norte, sem prejuízo de suas funções à frente do Executivo na Paraíba. Investido nesse cargo, José Américo viajou pelo Norte e Nordeste, em companhia de Juarez Távora, empossando os governos provisórios de Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas e Pará.

MINISTRO DA VIAÇÃO

Deposto Washington Luís em 24 de outubro, Getúlio Vargas assumiu o poder em 3 de novembro como chefe do governo provisório e já no dia 14 seguinte os governadores empossados pela revolução foram designados interventores federais. Ainda em novembro, com a recusa de Juarez Távora em assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo recebeu convite de Vargas para o cargo. Transferindo a interventoria da Paraíba a Antenor Navarro, seguiu para o Rio de Janeiro e no dia 24 assumiu a pasta. Encontrou, porém, o ministério em situação financeira crítica, o que o levou a ordenar demissões em massa. A medida gerou conflitos, sobretudo entre os funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, e teve de ser substituída pela “disponibilidade por tempo de serviço”. Diante da precariedade do programa da Aliança Liberal e da necessidade de definição dos

rumos do governo provisório, um grupo de civis e militares identificados como “verdadeiros revolucionários” passou, a partir de novembro de 1930, a reunir-se às noites no palácio Guanabara para discutir aquelas questões. Os encontros desse grupo, denominado pela imprensa Gabinete Negro, eram presididos por Vargas, e deles participavam o ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, o ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, além de Ari Parreiras, José Américo, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista e João Alberto Lins de Barros, que, embora interventor em São Paulo, se deslocava com frequência para o Rio de Janeiro.

Em decorrência dessas reuniões e ante a dificuldade de encontrar-se um denominador comum entre os distintos grupos de apoio à revolução, organizou-se a Legião de Outubro, órgão associativo de base destinado a congregar, em cada município, todos os elementos atuantes ou simpatizantes da revolução, sob a chefia dos interventores federais em cada estado. Embora pertencente a essa organização, José Américo divergia em vários aspectos da política do governo, que considerava radical, provocando de João Neves da Fontoura o comentário de que “o ministro da revolução é o seu censor”. Além disso, era bastante criticado pelos “autênticos” por manter relações com Eptácio Pessoa e outros “carcomidos”, como eram designados os políticos da Primeira República, que passou a ser chamada de “República Velha”.

Quando da ruptura do Partido Democrático (PD) de São Paulo com o interventor João Alberto após o improfícuo congresso desse partido realizado em janeiro de 1931, José Américo foi um dos procurados para atuar como mediador do impasse. Mostrou-se entretanto simpático a esse rompimento dos democráticos por ter-se colocado, desde o início, contrário à indicação de João Alberto para a interventoria em São Paulo, cargo que, a seu ver, deveria ser ocupado por um civil dos quadros do PD.

À frente do Ministério da Viação, em fevereiro de 1931 José Américo procedeu à reorganização da Inspetoria de Obras contra as Secas e criou, a partir da fusão da Repartição Geral dos Correios com a Repartição Geral dos Telégrafos, o Departamento de Correios e Telégrafos. Paralelamente às funções de ministro, em março desse ano foi nomeado para compor, com Osvaldo Aranha e Leite de Castro, a Junta de Sanções que substituiu o Tribunal Especial, criado em novembro de 1930 com a função de julgar os crimes políticos e administrativos do governo de Washington Luís. Após participar dos trabalhos iniciais, porém, José Américo afastou-se dessa atividade. Como o tribunal que a precedeu, a Junta de Sanções não alcançaria seus objetivos e seria substituída em setembro seguinte pela Comissão de Correção Administrativa. Convidado para integrar também esta última, José Américo iria recusar-se.

Através de decreto de abril de 1931 José Américo instituiu uma comissão para elaborar um plano geral de viação. No mês seguinte participou ativamente dos trabalhos de fundação do Clube 3 de Outubro, que teve como primeiro presidente Pedro Ernesto e como vice-presidentes o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, o comandante Herculino Cascardo e Osvaldo Aranha. Essa entidade constituía, ao lado da Legião de Outubro, um núcleo de debates e defesa das idéias revolucionárias, à margem dos partidos políticos. Defendendo a necessidade de consolidar a revolução, em dezembro de 1931 seus integrantes lançaram um manifesto à nação contrário à convocação urgente de uma assembleia nacional constituinte,

então defendida pelos gaúchos que formavam a Frente Única Gaúcha (FUG) e pelos democráticos paulistas.

Em janeiro de 1932 José Américo enviou telegrama a João Neves da Fontoura, um dos líderes mais destacados do constitucionalismo, manifestando sua solidariedade à homenagem que lhe prestavam representantes da imprensa. Houve comentários no Clube 3 de Outubro, sobretudo de Pedro Ernesto, estranhando sua atitude. Diante disso, José Américo apresentou pedido de desligamento da organização, o que levou o clube a convocar uma assembleia geral extraordinária. Após a reunião, a diretoria distribuiu nota à imprensa afirmando que tanto o telegrama de José Américo a Neves da Fontoura quanto a censura de Pedro Ernesto não envolviam qualquer responsabilidade da associação, que se dispunha a manter nos seus quadros ambos os sócios. Ante essa declaração, José Américo reconsiderou sua atitude e voltou a integrar-se ao clube.

Ainda em janeiro de 1932, por sua iniciativa, procedeu-se à fusão das inspetorias de Portos, Rios e Canais de Navegação. Também nesse ano José Américo obteve de Vargas um crédito de dez mil contos para combater uma seca de grandes proporções que se abatia sobre o Nordeste. Sua principal meta era tentar reduzir a evasão demográfica, instituindo campos onde os flagelados seriam recolhidos enquanto aguardavam remoção para as frentes de trabalho. A fim de inspecionar essas atividades, seguiu para a região em abril. No dia 26 desse mês, quando regressava em companhia de Antenor Navarro e do engenheiro Lima Campos, diretor-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), o hidravião que os transportava precipitou-se em Salvador, ocasionando a morte dos dois últimos. Ferido, José Américo permaneceu por mais de dois meses hospitalizado na capital baiana.

Por outro lado, pressionado pela oligarquia paulista, Getúlio Vargas decidiu, em maio de 1932, que as eleições para a Constituinte se realizariam em maio do ano seguinte. Com a finalidade de elaborar o anteprojeto da nova Carta, criou também a Comissão Constitucional, da qual José Américo passou a fazer parte após seu restabelecimento. Essa iniciativa, contudo, não impediu que em julho eclodisse a Revolução Constitucionalista em São Paulo, sufocada em outubro com a rendição dos rebeldes.

Em dezembro de 1932 José Américo sugeriu a Vargas a nomeação de Juarez Távora para o Ministério da Agricultura, a fim de que este o auxiliasse nos trabalhos de combate à seca no Nordeste. Aceito o convite, Juarez Távora assumiu o cargo em 22 daquele mês.

Tendo em vista as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, José Américo foi um dos fundadores e o principal orientador do Partido Progressista (PP) da Paraíba que, instituído em inícios de 1933, teve como primeiro presidente José Marques da Silveira Mariz, e conseguiu eleger no pleito os cinco representantes da bancada paraibana. Ao lado dos ministros Osvaldo Aranha (agora na pasta da Fazenda), Antunes Maciel (Justiça), Afrânio de Melo Franco (Relações Exteriores) e Juarez Távora, José Américo participou também de entendimentos políticos visando a articular a atuação dos interventores federais na Constituinte.

Na qualidade de ministro de Estado, José Américo participou como membro nato dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, aberta em novembro de 1933. Colocando-se a favor da representação classista, acusou Agamenon Magalhães de falsear esse princípio

ao impor nomes não representativos do operariado para participar da Constituinte. A seu ver, a permanência de Vargas no poder seria necessária para a consolidação da obra revolucionária, e foi um dos que mais se empenharam na defesa dessa tese, conseguindo a aprovação unânime da bancada paraibana. Segundo seu depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), temia a indicação de Góis Monteiro para a presidência da República, devido tanto à projeção que este alcançara nos meios políticos quanto à indecisão de Vargas em lançar sua candidatura. Ao ter seu próprio nome apontado pela imprensa – sobretudo pelo *Correio da Manhã* – como possível candidato à presidência da República, refutou com veemência tal perspectiva.

Em fevereiro de 1934 participou de duas reuniões com chefes políticos, consideradas cruciais para a escolha do presidente constitucional. À primeira compareceram Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal, e os ministros Góis Monteiro (Guerra), Protógenes Guimarães (Marinha) e Juarez Távora (Agricultura); à segunda, Antônio de Medeiros Neto, líder do governo na Constituinte, e os interventores federais José Antônio Flores da Cunha (Rio Grande do Sul) e Juraci Magalhães (Bahia). Ao final de ambas, tornou-se evidente que esses elementos eram favoráveis à candidatura Vargas. O assunto continuou amplamente debatido até que, em abril, José Américo, Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Protógenes Guimarães, Pedro Ernesto e Góis Monteiro se manifestaram publicamente a favor do nome do chefe da nação.

Durante as sessões da Constituinte, José Américo combateu a idéia de transformação desta em Congresso ordinário. Sua posição foi aprovada pelo plenário, que decidiu se realizasse novo pleito para a escolha dos parlamentares que deveriam exercer o mandato após a promulgação da nova Carta.

Ainda à frente do Ministério da Viação, José Américo travou acirrada disputa contra a Light and Power, cujas tarifas de fornecimento de energia elétrica eram cobradas de acordo com o câmbio do dia, à taxa ouro. O fim dessa taxa, defendido na imprensa pelos jornais de Assis Chateaubriand, acabou sendo acatado por Vargas, que decretou sua extinção. Como medida de economia, José Américo instituiu o hoje chamado “horário de verão”, em que se adiantam os relógios uma hora nessa época do ano. Em sua gestão construiu vários açudes no Nordeste, destacando-se o de Boqueirão, que abastece Campina Grande (PB), abriu 1.810km de estradas-tronco e 652km de ramais, e submeteu à concorrência pública a eletrificação do trecho Pedro II-Barra do Piraí, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Elaborou também o projeto de criação do Departamento de Estradas de Rodagem, que só em julho de 1937 seria convertido na chamada Lei José Américo. Em abril de 1934 criou ainda a Escola de Aperfeiçoamento do Departamento de Correios e Telégrafos, e no mês seguinte colocou em vigor o novo Plano Geral de Viação, elaborado desde 1931.

CANDIDATO A PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Em junho de 1934 José Américo foi nomeado por Vargas embaixador do Brasil junto ao Vaticano, em substituição a Gregório da Fonseca, que faleceu logo após ser indicado para o posto. Entretanto, declinou dessa nomeação, devido à insistência do PP da Paraíba, do qual era chefe, em lançá-lo candidato ao Senado. Em 17 de julho, um dia após a promulgação da Constituição, Vargas foi eleito pela Assembleia Nacional Constituinte

presidente da República por um período de quatro anos. No dia 25 seguinte, José Américo exonerou-se da pasta da Viação, sendo substituído por João Marques dos Reis. Em 24 de outubro, realizaram-se eleições para a Câmara dos deputados e para as constituintes estaduais.

Eleito senador pela Constituinte paraibana em janeiro de 1935, ao assumir o mandato em maio seguinte José Américo recebeu o apoio de Vargas para candidatar-se à presidência do Senado. Preferiu, no entanto, disputar a primeira secretaria, para a qual seria afinal eleito, indicando o baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto para a presidência. Em carta a Vargas datada de junho de 1935, solicitou sua indicação para o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de desvincular-se de qualquer atividade partidária. Pouco depois, em setembro, após desentender-se com Argemiro de Figueiredo, governador da Paraíba eleito pela Constituinte estadual, cuja hegemonia coubera ao PP, José Américo renunciou à sua cadeira no Senado e à chefia daquele partido. Ainda nesse mês Vargas atendeu a seu pedido, nomeando-o ministro do TCU.

Com o estado de sítio implantado no país imediatamente após a Revolta Comunista de novembro de 1935, José Américo, embora mantendo apenas contatos esporádicos com Vargas, já em fins daquele ano percebeu, segundo seu depoimento, intenções de continuísmo no poder por parte do presidente. Em março de 1936 foi decretado o estado de guerra, e no decorrer desse ano a hipótese do golpe transformou-se em tendência, e esta em articulação consciente entre a alta hierarquia militar e o Executivo federal.

Em fevereiro de 1937, quando da campanha para a sucessão presidencial prevista para 1938, os líderes políticos do Nordeste, encabeçados pelo governador da Bahia, Juraci Magalhães, passaram a discutir a possibilidade de lançamento de um candidato do Norte em oposição ao governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, cuja candidatura, indicada pelo Partido Constitucionalista, adquiria caráter de oposição ao governo federal. Nessa ocasião José Américo foi procurado por Assis Chateaubriand, que lhe propôs, em nome dos antigos “tenentes”, concorrer à presidência na tentativa de constituir-se em candidato único que reunisse simpatias do Norte e do Sul. Relutante a princípio, embora já contasse com o apoio de Gustavo Capanema, Artur Bernardes, Pedro Aleixo, Maurício Cardoso, Nelson de Melo e Eduardo Gomes, José Américo terminou por aceitar sua indicação. Em seguida, o governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, que se opusera de início a seu nome, foi convencido a acatá-lo por Osvaldo Cordeiro de Farias, e Juraci Magalhães, que pretendia lançar o nome de Medeiros Neto, passou a apoiar sua candidatura.

Ante a decisão de Armando Sales de manter seu nome, Juraci convenceu-o a apresentarem a Vargas, para que este escolhesse seu candidato, uma lista tríplice composta, além do governador paulista, por Medeiros Neto e José Américo. O nome de Armando Sales foi unanimemente vetado pelos revolucionários de 1930 e por Vargas, que, em carta a Benedito Valadares, governador de Minas Gerais e coordenador da candidatura de José Américo, afirmou ser simpático a esta. Ainda assim, Armando Sales continuou concorrendo.

A candidatura de José Américo foi oficialmente lançada em 25 de maio, em convenção realizada no Rio de Janeiro, presidida por Benedito Valadares, à qual também estiveram

presentes os governadores de Pernambuco e da Bahia. Quase todas as situações estaduais apoiavam seu nome, que recebeu ainda a adesão de elementos do Rio Grande do Sul filiados à FUG e de 30 deputados da oposição. Entre os jornais com ela identificados, destacaram-se o *Correio da Manhã* e o *Diário Carioca*, ambos do Distrito Federal. Embora afirmasse ter sido indicado também pelo Partido Socialista Brasileiro, José Américo negou, em seus livros e pronunciamentos, haver recebido o apoio de comunistas ligados à Aliança Nacional Libertadora.

Para concorrer com José Américo e Armando Sales, a Ação Integralista Brasileira lançou a candidatura de Plínio Salgado em junho de 1937. José Américo imprimiu à sua campanha uma orientação populista, introduzindo o hábito de fazer comícios em favelas e locais populares. Advertia os operários contra a ameaça de retorno à situação anterior a 1930, representada por Armando Sales, quando a condução econômica e política do país cabia aos estados do Centro-Sul. Em consequência do tom esquerdizante de seus discursos, em julho de 1937 um certo número de comitês de sua campanha, entre os quais a União de Estudantes Democráticos, foi fechado pela polícia. Seu prestígio junto ao povo, no entanto, ganhava cada vez mais corpo. Discordando das ideias que José Américo vinha pregando, Benedito Valadares retirou seu apoio, seguido pelo deputado federal por Minas Gerais Francisco Negrão de Lima, secretário-geral do comitê de propaganda do político paraibano. Em setembro de 1937, Benedito Valadares propôs ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, ou uma reforma constitucional para que se prorrogassem os mandatos do presidente da República e dos parlamentares, ou uma convocação de governadores para que apoiassem o afastamento dos candidatos à sucessão presidencial. Vargas considerou inviáveis ambas as propostas de Valadares e intensificou as articulações para um golpe de Estado, primeiro acusando os comunistas de conspiração e obtendo do Congresso nova decretação do estado de guerra, em seguida buscando a adesão dos governadores.

Na iminência do golpe, José Américo, acompanhado de Batista Luzardo, procurou Dutra e afirmou ter ciência da trama, bem como da preparação de uma Constituição fascista. Declarou ainda que estava disposto a retirar sua candidatura e a convencer Armando Sales a tomar idêntica atitude, após o que se escolheria um candidato único que, a seu ver, poderia ser um general. Dutra admitiu a existência de uma nova Carta, mas refutou a ideia de um militar no Executivo nacional. Após essa entrevista, José Américo redigiu uma nota para esclarecimento da opinião pública, divulgada no *Correio da Manhã*, e seguiu para Salvador na tentativa última de organizar uma resistência com Juraci Magalhães, opositor de Vargas. Apoiado pelas forças armadas e por seus ministros, à exceção de Odilon Braga, da Agricultura, Vargas desfechou o golpe em 10 de novembro, instituindo o Estado Novo, que suprimiu os órgãos legislativos e garantiu sua permanência no poder. Em repúdio a esse ato de força, José Américo afastou-se de Vargas, que, no entanto, lhe enviava recados solicitando sua compreensão. Embora pretendesse demitir-se do TCU, foi dissuadido por amigos e permaneceu nesse cargo durante todo o período do Estado Novo (1937-1945), afastando-se, porém, do cenário político.

RETORNO À POLÍTICA

O governo federal, durante o Estado Novo, perseguiu seus opositores, ordenando seu encarceramento ou sua demissão de cargos públicos. Em 23 de dezembro de 1944, a polícia carioca efetuou, sem conceder explicações, a prisão preventiva de Virgílio de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Rafael Correia de Oliveira, Austregésilo de Ataíde e Dario de Almeida Magalhães, que permaneceram detidos até o dia 3 de janeiro de 1945. José Américo, condenando esse tipo de procedimento, visitou os presos e decidiu retornar à atividade política para participar efetivamente das articulações que visavam à queda do Estado Novo. Ainda em janeiro participou, como representante da Paraíba, do I Congresso Brasileiro de Escritores realizado em São Paulo, que se constituiu em uma manifestação de intelectuais de amplo espectro político – desde liberais a comunistas – contra a ditadura. Por proposta de Virgílio de Melo Franco e de Luís Camilo de Oliveira Neto, José Américo concedeu entrevista ao jornalista Carlos Lacerda, em 22 de fevereiro de 1945, criticando o regime ditatorial e apontando o fracasso da obra administrativa do governo. O texto foi entregue a vários jornais, mas coube ao *Correio da Manhã* romper pela primeira vez a barreira da censura à imprensa, publicando-o no dia 24, com enorme repercussão. Nesse mesmo dia José Américo concedeu uma segunda entrevista a Edgar da Mata Machado, publicada no dia seguinte em *O Globo*, em que revelava que as oposições indicariam o nome de Eduardo Gomes para disputar a eleição presidencial prometida por Vargas. No dia 28, com efeito, foi assinada a lei que previa eleições gerais para 2 de dezembro de 1945. Em oposição à candidatura de Eduardo Gomes, Vargas patrocinou o lançamento do nome de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Por outro lado, a aglutinação em torno de Eduardo Gomes suscitou a criação da União Democrática Nacional (UDN), da qual José Américo foi um dos fundadores. A primeira convenção do novo partido foi realizada em 7 de abril de 1945. No dia 21 seguinte, uma segunda reunião da UDN designou seu primeiro diretório nacional. José Américo fez parte da comissão diretora, integrada também por Armando Sales, Júlio Prestes, Artur Bernardes e José Eduardo do Prado Kelly. Nessa ocasião, lançou-se oficialmente a candidatura de Eduardo Gomes. Segundo seu depoimento, em princípios de julho, com o crescente enfraquecimento do Estado Novo, José Américo foi incumbido por Eduardo Gomes e Virgílio de Melo Franco de propor a Dutra a destituição de Vargas e a constituição de uma junta militar. Dutra pediu um prazo para decidir-se, mas no dia 17 daquele mês teve lançada sua candidatura na legenda do Partido Social Democrático (PSD), o que o levou a desincompatibilizar-se da pasta da Guerra, ocupada então pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Sob a liderança deste, Vargas foi deposto por um golpe militar em 29 de outubro de 1945, assumindo o Executivo o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares. Em 2 de dezembro de 1945 realizaram-se as eleições para a presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. Dutra saiu vitorioso do pleito, derrotando por larga margem de votos o candidato udenista. Além de elaborar a nova Constituição, a Assembleia tinha por finalidade eleger o vice-presidente da República. Concorrendo na legenda da UDN a esse cargo, na votação realizada em 19 de setembro de 1946 – um dia após a promulgação da Carta –, José Américo recebeu 139 votos dos constituintes, sendo derrotado pelo candidato pessedista Nereu Ramos, que obteve 178 votos. Nas eleições suplementares de 19 de janeiro de 1947 para o preenchimento da terceira

cadeira de senador em cada estado, José Américo elegeu-se pela Paraíba na legenda da UDN, deixando as funções de ministro do TCU. Nesse mesmo mês foi eleito por seus correligionários presidente da UDN, em substituição a Otávio Mangabeira, que se elegera governador da Bahia. Em sessão de 29 de outubro de 1947, votou contra o projeto do senador Ivo d'Aquino que determinava a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) – então Partido Comunista do Brasil –, cujo registro fora cancelado em maio daquele ano. O projeto recebeu aprovação no Senado por 34 votos contra 18. No exercício de seu mandato, José Américo integrou ainda a Comissão de Finanças do Senado.

No intuito de promover uma política de “união nacional”, Dutra convidara os udenistas Raul Fernandes e Clemente Mariani para compor seu ministério. A aceitação destes deu início a um processo que culminou no chamado Acordo Interpartidário, homologado em janeiro de 1948 no palácio do Catete pelos presidentes das três agremiações que formavam a base de apoio do governo no Congresso: Nereu Ramos pelo PSD, José Américo pela UDN e o ex-presidente da República, Artur Bernardes, pelo Partido Republicano (PR).

Divergindo do caráter que o acordo assumiu, de garantir a Dutra folgada maioria para a aprovação das matérias de maior importância, José Américo passou a conceder o apoio da UDN somente à área administrativa, o que suscitou pressões contrárias de líderes udenistas favoráveis ao pacto, em especial de Otávio Mangabeira e Odilon Braga. Segundo José Américo, a vigência desse acordo – que já encontrara acertado por parte de Otávio Mangabeira – havia retirado do partido sua característica de oposição, ameaçando-o em sua autonomia. Diante desse quadro, desvinculou-se da UDN em maio de 1948, antes de completar os dois anos de gestão em sua presidência, sendo substituído por José Eduardo do Prado Kelly. Interessado em concorrer ao governo de seu estado nas eleições de outubro de 1950, José Américo organizou nesse ano na Paraíba o Partido Libertador (PL). Essa agremiação e o PSD formaram a Coligação Democrática Paraibana, que lançou sua candidatura, recebendo também apoio de uma facção dissidente da UDN estadual. Em visita à Paraíba nessa ocasião, Getúlio Vargas, que disputava a sucessão presidencial, pronunciou discurso em favor da candidatura José Américo. Este, porém, explicou a Vargas que não poderia apoiá-lo em virtude de ter-se comprometido – apesar de seu rompimento com a UDN – com Eduardo Gomes, candidato à presidência por esse partido. Após acirrada campanha, durante a qual sofreu forte oposição por parte do governador Osvaldo Trigueiro, José Américo derrotou o candidato udenista Argemiro de Figueiredo, que contava com o apoio dos governos federal e estadual. Nesse pleito Vargas voltou a eleger-se presidente da República.

Ao assumir o governo em janeiro de 1951, José Américo teve como principal preocupação combater os efeitos acarretados pelas secas frequentes. Assim, incentivou o plantio de cereais e tentou desestimular as migrações. Além disso, executou medidas urgentes para normalizar e moralizar o Tesouro e fazer funcionar com rendimento os órgãos da administração. Em abril seguinte, a receita pública já se havia elevado, apesar do crescente esgotamento da produção algodoeira, uma das principais fontes de renda do estado.

Em 1952, José Américo mostrou-se desfavorável às propostas de extensão das leis trabalhistas ao campo, então debatidas no Congresso. Posteriormente, porém, com a

execução dessa medida, passou a considerá-la a melhor solução para o problema da mão de obra rural. Entre as iniciativas que tomou até meados de 1953, destacaram-se a reorganização dos serviços de assistência social para uma política de auxílio aos bairros pobres, visando à instalação de ambulatórios e de serviços de água, luz e transporte urbano; o combate à alta do custo de vida, com o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade e a regularização da venda do pescado; o combate aos jogos de azar e à criminalidade organizada, incluindo uma campanha de desarmamento geral; o incentivo ao plantio do algodão e do agave através da adubação da terra, do financiamento e do crédito às cooperativas agrícolas, e a construção de escolas normais e grupos escolares no interior.

Em junho de 1953, diante das fortes pressões contrárias a seu governo, Getúlio Vargas decidiu reformular seu ministério. Levando em conta a violenta seca irrompida no Nordeste naquele ano, convidou José Américo – que na época era também coordenador do Programa de Combate à Seca do Nordeste – para ocupar a pasta de Viação e Obras Públicas, em substituição a Álvaro de Sousa Lima. Após transferir a chefia do Executivo estadual ao vice-governador João Fernandes de Lima, José Américo seguiu para o Distrito Federal, assumindo o ministério no dia 19 daquele mês.

Dispondo de grandes recursos concedidos pelo governo federal, o novo ministro utilizou-se da infraestrutura da Igreja para distribuir auxílio aos flagelados. Além da elaboração de planos agrícolas de irrigação e açudagem, empenhou-se em projetos de abertura de estradas de rodagem, na remodelação da Estrada de Ferro Central do Brasil e no melhoramento de alguns portos marítimos. Durante sua gestão concluiu-se também a construção da usina de Paulo Afonso, na Bahia, e reestruturou-se a atuação da Comissão do Vale do São Francisco. Tomaram-se ainda as providências iniciais para a instituição de um órgão de coordenação e planejamento regional para o Nordeste, a ser integrado pelos ministros da Viação e da Fazenda e pelo presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952. O processo de implantação desse órgão seria interrompido em agosto de 1954, embora o BNB já houvesse instalado o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), mais tarde aproveitado pelo Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN), instituído no governo de Juscelino Kubitschek.

Ainda durante sua permanência no Ministério da Viação, José Américo participou das discussões e dos trabalhos relativos à política do petróleo e à criação da Petrobras, figurando como um dos signatários da Lei nº 2.004, sancionada por Vargas em outubro de 1953. Por essa lei, o monopólio da pesquisa, lavra, refinação e transporte do petróleo passou a ser exercido pelo Conselho Nacional do Petróleo, tendo como órgãos executores a Petrobras e suas subsidiárias.

Segundo seu depoimento, José Américo por duas vezes esteve prestes a renunciar à pasta da Viação em represália às interferências em assuntos do ministério por parte de Rômulo de Almeida, que integrava a Assessoria Econômica de Vargas. Acusado ainda de malversação de verbas, foi chamado por João Agripino e Armando Falcão para comparecer à Câmara dos Deputados, onde prestou esclarecimentos sobre a aplicação de recursos do DNOCS. Defendeu-se também, na ocasião, da responsabilidade que lhe era imputada de ter promovido a especulação imobiliária no Nordeste com a implantação de métodos modernos de irrigação.

Em 5 de agosto de 1954 foi assassinado no Rio de Janeiro o major-aviador Rubens Vaz, em atentado cujo alvo era o jornalista Carlos Lacerda, forte opositor de Vargas. O início do inquérito revelou o envolvimento de membros da guarda pessoal do presidente, o que intensificou a crise política pela qual passava o governo. Ante esse quadro, na tarde do dia 9, José Américo sugeriu a Vargas que solicitasse uma licença, mas este rejeitou tal proposta, embora aumentassem as pressões políticas e militares para levá-lo a abandonar o poder. Na madrugada do dia 24, Vargas realizou sua última reunião ministerial, ocasião em que José Américo se pronunciou favorável à renúncia do presidente. O encontro foi encerrado por Vargas, que anunciou sua intenção de pedir uma licença.

Acatando a decisão de Vargas, após a reunião José Américo solicitou a Osvaldo Aranha que explicitasse ao brigadeiro Eduardo Gomes as vantagens da licença presidencial, posto que ela não provocaria reação popular e preservaria a Constituição. Por sua vez, comprometeu-se a procurar Juarez Távora com o mesmo objetivo. Por volta das cinco horas da manhã divulgou-se a notícia da licença, mas pouco depois Vargas se suicidou.

Mesmo convidado por João Café Filho – que então assumiu a presidência – para permanecer no Ministério da Viação, José Américo demitiu-se da pasta em 27 de agosto de 1954, sendo substituído por Lucas Lopes. Reassumiu o governo da Paraíba no dia 26 de setembro, e entre as medidas efetivadas nessa fase de seu mandato destacaram-se a inauguração das sedes das faculdades de Filosofia e de Farmácia, e do Banco do Estado da Paraíba, assim como a criação da Universidade da Paraíba, da qual foi o primeiro reitor.

Ao final de seu mandato, em janeiro de 1956, retirou-se da militância política, passando a dedicar-se à literatura. Entretanto, embora sem participação ativa, continuaria até o final da vida a influir nas decisões da política de seu estado. Apoiou o movimento político-militar de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart, por considerar que a quebra da hierarquia militar então ameaçada provocaria a eclosão de uma guerra civil.

Eleito por unanimidade de votos membro da Academia Brasileira de Letras, tomou posse da cadeira nº 38 em junho de 1967. Em 1974 apoiou a candidatura ao governo da Paraíba de Ivan Bichara Sobreira, eleito pela Assembleia Legislativa. Escolhido como o Intelectual do Ano pela União Brasileira de Escritores, em 1977 recebeu o troféu Juca Pato. Em 1978 voltou a influir na escolha do governador do estado, tendo indicado Tarcísio de Miranda Buriti, eleito por voto indireto.

Faleceu em João Pessoa no dia 10 de março de 1980.

Foi casado com Ana Alice de Azevedo Melo, com quem teve três filhos. A filha Selda casou-se com Alcides Carneiro, deputado federal de 1951 a 1955 e ministro do Supremo Tribunal Federal de 1966 a 1976; o filho Reinaldo de Melo Almeida, general, foi comandante do I Exército de 1974 a 1976, membro do Superior Tribunal Militar a partir de 1976 e presidente desse órgão de 1979 a 1981.

Além das obras mencionadas, escreveu *O Ministério da Viação no Governo Provisório* (1933), *O ciclo revolucionário do Ministério da Viação* (1934), *Coiteiros* (romance, 1935), *O boqueirão* (romance, 1935), *Ocasos de sangue* (1954), *Sem chorar e sem rir* (crônicas, 1968), *O ano do Nego* (memórias, 1968), *Eu e eles* (1970) e *Antes que me esqueça* (memórias, 1976).

Sobre sua vida, o cineasta Vladimir de Carvalho realizou o filme documentário *O homem de areia*.

Sílvia Pantoja

FONTES: ALMEIDA, J. *Ano*; ALMEIDA, J. *Antes*; ALMEIDA, J. *Eu*; ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; BEHAR, E. *Vultos*; BENEVIDES, M. *UDN*; BIB. NAC.; CAFÉ FILHO, J. *Sindicato*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; COELHO, J. *Dicionário*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; COUTINHO, L. *General*; *Diário de Notícias*, Rio (27/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; ENTREV. BIOG.; *Folha de S. Paulo* (28/8/1977, 11/3/1980); FONTOURA, J. *Memórias*; FUND. GETULIO VARGAS. *Cronologia da Assembléia*; GALVÃO, F. *Fechamento*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INST. HIST. GEOG. BRAS.; JARDIM, R. *Aventura*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; MACHADO, F. *Últimos*; MAIA, B. *Governadores*; MIN. VIAÇÃO. *Dados*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NÉRI, S. 16; NÓBREGA, A. *Chefes*; *Novo dic. de história*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; PINTO, L. *Antologia*; PINTO, L. *Fundamentos*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SENADO. *Anais*; SENADO. *Relação*; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945; SILVA, R. *Bacharéis*; TÁVORA, J. *Vida*.

AMÉRICO, Pedro

*pintor; const. 1891; dep. fed. PB 1891-1893.

Pedro Américo de Figueiredo e Melo nasceu em Areias (PB) no dia 23 de abril de 1843, filho de Daniel Eduardo de Figueiredo Melo e de Feliciano Cirne de Figueiredo.

Em 1851, a convite do então presidente da província da Paraíba Antônio Coelho de Sá Albuquerque (1851-1853), o naturalista francês Louis-Jacques Brunet chefiou uma expedição que objetivava explorar e retratar a geografia, a fauna e a flora da província. No ano seguinte, ao chegarem à cidade de Areias, Brunet e o alemão Bindseil, desenhista da expedição, conheceram Pedro Américo, então com nove anos, reconheceram seu talento para o desenho e o convidaram para integrar a comitiva que por cerca de 20 meses percorreu toda a Paraíba e parte de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí.

Em 1854, depois dessa experiência e com a ajuda do presidente da província, Pedro Américo mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, onde ingressou na Academia Imperial de Belas Artes e no Colégio Pedro II para dar prosseguimento a seus estudos. Segundo Lilia Moritz Schwartz, “o imperador conheceu Pedro Américo quando este era aluno do Colégio Pedro II e pintava às escondidas um quadro seu”. Depois desse encontro, o imperador tornou-se seu protetor. Durante os anos em que esteve na Academia, Pedro Américo produziu estudos e desenhos, destacando-se uma série de pinturas religiosas pedidas pelo bispo Félix Maria. Nesse período, até o ano de 1857, conquistou 15 medalhas de ouro e de prata, além de diplomas e premiações.

Em 1859 foi para a França, financiado pelo governo imperial. Seu financiamento foi obtido graças ao imperador Pedro II, já que naquele ano não houve o tradicional prêmio de viagem à Europa destinado aos melhores alunos da Academia de Belas Artes. Matriculou-se na Escola de Belas Artes de Paris, no Instituto de Física e na Faculdade de Ciências da Sorbonne. Estudou com Claude Bernard, Despretz, Saint-Claire Deville, Leon Cogniet, Horace Handrin, Horace Vernet e Jean Dominique Ingres, e durante esses estudos aproximou as reflexões sobre a arte com a ciência, marca constante em suas pinturas e

textos. Na Escola de Belas Artes de Paris, foi agraciado com o Prêmio de Primeira Classe, e na Sorbonne recebeu o diploma de doutor em ciências naturais. Ainda durante sua estada na Europa, viajou pela Inglaterra, Bélgica e Itália.

Retornou ao Brasil em 1864 e tornou-se professor, por concurso, da cadeira de desenho da Academia Imperial de Belas Artes. Segundo Ronaldo Vainfas, “lecionou por pouco tempo, granjeando inimigos na Corte e o desafeto do próprio imperador, que reprovara sua tela *A carioca*, de 1864, por julgá-la licenciosa”. Retornou à Europa em 1865 e aí aprofundou seus estudos artísticos e filosóficos. Em 1866 viajou à Argélia, influenciado pelo exotismo que marcava as artes francesas, e em 1869 doutorou-se em ciências na Universidade de Bruxelas, onde defendeu tese sobre a liberdade do método e do espírito de sistema no estudo da natureza, intitulada *La science et les systèmes: questions d’histoire et de philosophie*. Em 1869 casou-se com Carlota de Araújo Porto-Alegre, filha de Araújo Porto-Alegre, o barão de Santo Ângelo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ex-diretor da Academia Imperial de Belas Artes e cônsul do Brasil em Portugal.

Em 1870 voltou ao Brasil, assumiu a cadeira de estética na Academia Imperial de Belas Artes e iniciou uma fase célebre em sua carreira. Destacam-se nesse período as obras *Batalha do campo* (1871), *D. Pedro na abertura da Assembleia Geral* (1872) e *Batalha do Avaí* (1877). Este último quadro foi pintado em Florença, na Itália, e contou com o apoio da municipalidade local, que destinou uma biblioteca para a execução da obra. Sua apresentação contou com a presença do imperador Pedro II e recebeu grande destaque na imprensa europeia. Quando o quadro chegou ao Brasil e foi aberto à exposição, Pedro Américo foi acusado de plagiar o quadro de Gustave Doré, *Batalha de Monte Belo*. Segundo Ronaldo Vainfas, “Américo não assinou o quadro e, para refutar as críticas, publicou, em francês, o *Discurso sobre o plágio na literatura e na arte*, no ano de 1880”. Apesar de toda a controvérsia, a exposição teve grande público e a renda foi doada aos órfãos do Rio de Janeiro e aos flagelados da seca nordestina de 1877.

Entre os anos de 1878 e 1885 morou na Itália, onde produziu *David e Abzag* (1879), *Judite e Olofernes* (1880), uma nova versão da obra *A carioca* (1882), *Joanna d’Arc* (1883) e

Moisés e Jocabed (1884). Em 1885, de volta ao Rio de Janeiro, retomou seu cargo de professor da Academia Imperial de Belas Artes, mas dois anos depois voltou à Itália. Ali pintou a famosa obra *Independência ou morte* (1888), sob encomenda do governo de São Paulo, retratando o grito do Ipiranga de Pedro I.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império, chefiado pelo visconde de Ouro Preto, e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado federal constituinte pelo estado da Paraíba. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e depois de promulgada a nova Carta constitucional, em 24 de fevereiro de 1891, passou a cumprir em junho seguinte o mandato ordinário na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893. Em agosto de 1891, assinou a proposta de emenda à Constituição que daria uma pensão ao ex-imperador Pedro II, que foi rejeitada pelo antigo monarca.

Em 1893 produziu uma de suas obras mais famosas, *Tiradentes esquartejado*, considerada uma alegoria à jovem República.

Foi condecorado como grão cavaleiro da Ordem Romana do Santo Sepulcro, cavaleiro da Ordem da Coroa da Alemanha e dignitário da Ordem da Rosa do Brasil.

Faleceu em Florença no dia 7 de outubro de 1905. Seus despojos foram trasladados para o Brasil e sepultados no cemitério de Areias, sua cidade natal. Seu irmão Aurélio de Figueiredo também foi pintor de grande prestígio.

Publicou *La réforme de l'Académie des Beaux-Arts de Paris* (1862), *A luz zodiacal* (1869), *Memória sobre a conjugação da espirogira quinina* (1896), *Discursos na Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro* (1882), *O holocausto* (1882), *Amor de esposo* (1882), *Estudos filosóficos sobre as belas-artes na antiguidade* (1882), *De l'enseignement libre des sciences naturelles* (1882), *O brado do Ipiranga* (1888), *O plágio* (1890), *Discursos parlamentares* (1892), *Curso de estética, professado na Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro*, *O foragido* (1900), *Na cidade eterna* (1901).

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; ACAD. PARAIBANA LETRAS. Disponível em: <www.aplpb.com.br>. Acesso em: 26/1/2011; AYÁLA, W. *Dicionário*; CARVALHO, J. *D. Pedro II*; Dicionario das artes visuais na Paraíba. Disponível em: <<http://www.artesvisuaisparaiba.com.br/histxix.php>>. Acesso em: 26/1/2011; REIS JÚNIOR, J. *História*; SCHWARCZ, L. *Barbas* ; VAINFAS, R. *Dicionário*.

AMORIM, Aurélio

*militar; dep. fed. AM 1903-1914.

Aurélio de Amorim nasceu em Manaus no dia 14 de agosto de 1869.

Cadete do Exército em 14 de junho de 1884, concluiu o curso de tiro de Artilharia em 1887 e, em 8 de outubro de 1890, já no período republicano, foi promovido a segundo-tenente. Durante a Revolução Federalista (1893-1895), participou, em abril de 1894, dos combates travados na cidade de Rio Grande (RS), sob o comando do general legalista José Carlos Pinto Júnior. Bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas em 1897 e concluiu no ano seguinte o curso técnico de Artilharia da Escola Militar do Rio de Janeiro. Promovido a primeiro-tenente, foi instrutor do Colégio Militar de 1900 a 1901.

Em 1901 foi eleito deputado estadual no Amazonas e exerceu o mandato na Assembleia Legislativa até 1903, quando foi eleito deputado federal. Assumindo em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito para mais três legislaturas. Durante sua atividade parlamentar, integrou a Comissão de Obras Públicas e foi líder da bancada amazonense. Também no exercício do mandato, em 27 de agosto de 1908 foi promovido a capitão, e em 1912 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1914, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Reformou-se em 1933 como general de divisão. Foi também procurador e depois provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, tendo sido distinguido com o título de benemérito. Recebeu medalhas militares e foi sócio de várias instituições científicas e de benemerência.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de novembro de 1952.

Era casado com Júlia Pego do Amorim, com quem teve cinco filhos.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

AMORIM, Eugênio Pires de

*sen. ES 1894-1898.

Eugênio Pires de Amorim nasceu em Passa Três (RJ) a 13 de julho de 1853, filho de José Pires de Amorim e de Joaquina Maria de Oliveira. Seu pai, português de nascimento, veio muito moço para o Brasil, residiu algum tempo na província do Rio de Janeiro e mudou-se em 1852 para Cachoeiro de Itapemirim (ES), onde foi importante fazendeiro e pai de numerosos filhos, alguns dos quais tiveram atuação relevante na sociedade capixaba. Eugênio estudou no Rio de Janeiro, como muitos de seus irmãos, aos cuidados do barão de Guapi, parente de sua mãe, e formou-se em medicina. De volta a Cachoeiro, exerceu a clínica médica e se engajou na política. Membro do Partido Liberal, participou do governo municipal de sua cidade, foi deputado provincial nas últimas legislaturas do Império, e presidia a Câmara Municipal quando foi proclamada a República.

Em 1890, integrou-se ao Partido Republicano Construtor (PRC), que reuniu a maioria dos republicanos, a corrente liberal liderada por Muniz Freire, à qual pertencia, e uma ala de conservadores. Era o partido dos dois primeiros governadores, Afonso Cláudio e Henrique Coutinho, e elegeu toda a pequena bancada capixaba ao Congresso Constituinte. Destituído do governo estadual por Deodoro da Fonseca em março de 1891, o PRC voltou ao poder após a posse de Floriano Peixoto na presidência da República, em 23 de novembro do mesmo ano. No Espírito Santo, o governo do barão de Monjardim foi deposto e se instalou uma junta governativa, composta por Graciano Neves, Galdino Loreto e o coronel Inácio Henrique de Gouveia, comandante da força do Exército no estado. Eugênio Amorim foi secretário de Finanças da junta e, quando se realizaram as eleições para a Constituinte estadual, foi eleito deputado. A Assembleia foi instalada em abril de 1892, votou a Constituição e elegeu Muniz Freire presidente do estado. Eugênio Amorim dela participou até 1894, quando foi eleito para o Senado, no qual integrou as comissões de Saúde Pública, Estatística e Colonização. Não concluiu porém o mandato, pois faleceu precocemente em 1897, no Rio de Janeiro.

Foi casado com uma sobrinha, Alzira Brasilina Cunha de Amorim; o casal não teve filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES:

AMORIM, J. *Um dos primeiros*; FREIRE, M. *República; Estado do Espírito Santo* (1890-1897).

ANARQUISMO

Assim como outras idéias que circularam pelo mundo afora, a imagem de uma sociedade de livres e iguais, onde o Estado, as igrejas e o capitalismo tivessem desaparecido, povoou corações e mentes entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX. Eram professores, médicos, advogados, mas também muitos operários que viam no anarquismo uma possibilidade efetiva de transformação de si mesmos e da sociedade em que viviam. Aqueles que se convertiam ao anarquismo nas várias partes do mundo reconheciam-se em um projeto internacional comum, embora, em cada país, os trabalhadores utilizassem a linguagem e a ação do anarquismo como resposta a seus problemas e preocupações concretos.

A doutrina anarquista surgiu na década de 1860, na crítica aos males do capitalismo, sobretudo a partir das idéias do francês Joseph Proudhon, que identificou no capitalismo e no Estado as fontes de todos os males sociais. As ideias e práticas insurrecionais de Bakunin e a ideia de ajuda mútua de Kropotkin, ambos russos, foram fundamentais para a constituição do anarquismo como uma doutrina, que pregava que o Estado era nocivo e desnecessário e que existiam alternativas viáveis de organização voluntária. Apesar da heterogeneidade de opiniões entre os anarquistas, havia uma unanimidade em relação a certos aspectos, que unia os vários movimentos em todo o mundo: a necessidade da abolição do Estado, a recusa da tática eleitoral e parlamentar, a oposição à idéia de um partido centralizado, a defesa da ação direta e a valorização da individualidade. Nas primeiras décadas do século XX, Kropotkin e o italiano Errico Malatesta foram as principais referências para os anarquistas em várias partes do mundo e também no Brasil.

A entrada do anarquismo no Brasil

As idéias anarquistas penetraram no Brasil de vários modos: livros, folhetos e jornais chegavam, em navios vindos da Europa, pelo porto do Rio de Janeiro ou de Santos e dali circulavam pelo país, atingindo até cidades pequenas. Uma das primeiras manifestações do anarquismo no Brasil parece ter sido a experiência de vida comunitária na colônia Cecília, fundada em 1890 no estado do Paraná pelo agrônomo Giovanni Rossi e outros imigrantes italianos. A colônia sobreviveu com dificuldades durante quatro anos, e alguns ex-colonos ingressaram no movimento anarquista em São Paulo ou na imprensa libertária.

Em 1892, um grupo de anarquistas italianos fundou em São Paulo o primeiro jornal libertário do país, *Gli Schiavi Bianchi* (Os Escravos Brancos). O diretor do jornal era o italiano Galileo Botti, que era também proprietário de um café na cidade de São Paulo e tinha chegado ao Brasil dois anos antes, depois de uma experiência migratória na Argentina. O nome do jornal era uma clara referência às duras condições de vida e de trabalho dos milhares de trabalhadores imigrantes no Brasil, particularmente nas fazendas de café de São Paulo.

Era o início de uma longa história de lutas e de repressão: a polícia logo começou a perseguir esses propagandistas e, a pretexto de uma bomba que teria explodido na cidade, da qual nunca se verificou a procedência, prendeu sem direito a processo, por nove meses, todos os militantes, cerca de 18. Em 1898, também em São Paulo, foi assassinado durante uma manifestação o primeiro militante anarquista no Brasil, o italiano Polinice Mattei.

Uma série de outros jornais em língua italiana, expressão de grupos anarquistas, foram publicados em São Paulo entre o fim do século XIX e o início do XX: *La Bestia Umana*, *L'Avvenire*, *Il Risveglio*, *La Nuova Gente*, *La Battaglia* e vários outros. Em português, mas frequentemente escrito por italianos, foram lançados *Germinal*, *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, entre outros. Ao criar esses jornais os anarquistas no Brasil seguiam os passos habituais dos militantes de outros países, mas também visavam criar uma experiência de informação alternativa em meio à grande imprensa e muitas vezes explicitamente em oposição a ela. Esses jornais não eram somente um veículo de propaganda, mas constituíam centros propulsores e coordenadores dos vários grupos.

O Amigo do Povo, fundado em 1902, foi o primeiro jornal anarquista em língua portuguesa a ter uma publicação regular. Era vendido pelas ruas de São Paulo e também distribuído gratuitamente, e tinha subscrição voluntária e assinaturas. Nele escreviam o advogado português Neno Vasco, o brasileiro, também advogado, Benjamim Mota, além dos militantes italianos Alessandro Cerchiai, Oreste Ristori, Giulio Sorelli, Tobia Boni, Angelo Bandoni, Gigi Damiani e Augusto Donati. Outro militante ativo do grupo era o espanhol Juan Bautista Perez. Do Rio de Janeiro escreviam para o jornal Mota Assunção, Manuel Moscoso, Matilde e Luigi Magrassi, mãe e filho, além de Elísio de Carvalho e Fábio Luz. O *Amigo do Povo* era distribuído também em alguns cafés e esquinas na cidade do Rio de Janeiro. Em 1904, Ristori e Cerchiai fundaram *La Battaglia*, depois chamado *La Barricata*, o jornal anarquista mais fortemente

antissindicalista, e o que teve maior difusão em São Paulo.

No Rio de Janeiro, o primeiro registro de atividades anarquistas é de 1892, quando a polícia relatou reuniões de estrangeiros que procuravam difundir idéias libertárias entre os trabalhadores. Os primeiros jornais anarquistas da então capital federal apareceram alguns anos mais tarde, em 1898: *O Despertar*, sob a direção do chapeleiro José Sarmento Marques, e *O Protesto*, reunindo militantes brasileiros, espanhóis e portugueses. Já nos anos 1890 havia também um pequeno núcleo libertário no Pará. No Rio Grande do Sul, o primeiro jornal anarquista foi *A Luta*, publicado em Porto Alegre a partir de 1906. Um jornal anarquista já existia também nesse período em Curitiba, no Paraná: *Il Diritto*, fundado em 1900, que foi liderado por Gigi Damiani. Em Minas Gerais, em Tabuleiro Grande, havia *A Nova Era*, que circulou em 1906 e 1907, dirigido por Avelino Foscolo. Em 1908, Fortaleza, no Ceará, também teve seu jornal de tendência libertária, *O Regenerador*.

Um exemplo de militante importante desse período em São Paulo foi o brasileiro Benjamim Mota, jovem advogado republicano que, de volta de uma viagem a Paris, fundou um grupo revolucionário e em 1897 aderiu ao anarquismo. No ano seguinte, escreveu um dos primeiros livros de autor brasileiro sobre as idéias anarquistas, *Rebeldias*. Foi redator do jornal *O Rebate* e da folha anticlerical *A Lanterna* e colaborou com vários outros jornais. Defendeu judicialmente muitos militantes anarquistas, socialistas e sindicalistas, presos e ameaçados de expulsão. Luigi Damiani, conhecido como Gigi, talvez tenha sido o anarquista mais influente em São Paulo e outras partes do Brasil. Nasceu em Roma e aderiu muito jovem ao anarquismo. Quando veio para o Brasil, em 1897, já tinha conhecido a prisão e nela muitos outros militantes anarquistas. Trabalhou como pintor e dirigiu vários jornais e colaborou com outros, defendendo sempre a idéia de que os anarquistas deveriam fazer dos sindicatos mais um espaço para a propaganda libertária. Gregório de Vasconcelos, o Neno Vasco, por exemplo, era um advogado português que já chegou ao Brasil, em 1900, como militante anarquista. Até seu retorno a Portugal, em 1911, teve papel importante no movimento em São Paulo. Em seu país, foi o principal propagandista das ideias de Malatesta e continuou a enviar artigos para o Brasil. O italiano Oreste Ristori, depois de várias aventuras pelo mundo, chegou ao Brasil como um anarquista importante. O próprio sapateiro Martinez, morto durante a greve de 1917, era um jovem anarquista espanhol.

Esses e tantos outros anarquistas procuraram juntos difundir a idéia libertária entre operários e outros, denunciando as condições de exploração dos trabalhadores nas

fazendas de café e nas fábricas da cidade. O discurso anarquista, porém, era universalista e não classista, endereçado a toda a sociedade, visto que os libertários queriam salvar toda a humanidade, não só os operários. A ação mais difundida entre os anarquistas era a do grupo de propaganda. A base da vida política do anarquismo no Brasil era a cooperação voluntária entre pequenos grupos distintos, espontaneamente constituídos. Provavelmente, os novos membros entravam por recomendação de algum antigo – como no caso daquele que seria um de seus mais ativos militantes, Edgard Leuenroth, levado ao anarquismo em 1904 pelo poeta Ricardo Gonçalves – e continuavam juntos até que os desentendimentos ou a repressão desagregasse o núcleo. As fontes indicam que esses grupos eram compostos sobretudo por trabalhadores manuais: tipógrafos, lixeiros, sapateiros, operários de olarias, pedreiros, carpinteiros, chapeleiros, ferroviários e outros. Provavelmente vários trabalhadores aderiam ao anarquismo inspirados pela leitura de algum jornal. Certamente os mais instruídos liam para os demais, e é possível que um mesmo jornal passasse por várias mãos e fosse conservado e relido. Esses grupos eram centros de discussão, mas alguns se especializavam em atividades concretas, como criação de escolas, publicação de livros e folhetos, correspondência com a imprensa anarquista e operária no exterior, criação de centros de estudos e bibliotecas, publicação de jornais, atividades teatrais, organização de conferências, debates, piqueniques, viagens de propaganda, entre outras. As várias fontes demonstram que, muitas vezes, um mesmo militante participava de vários grupos.

Muitos anarquistas criaram no Brasil as chamadas Escolas Modernas. Homens como o brasileiro João Penteado e o português Adelino de Pinho dedicaram suas vidas a essas experiências novas em educação, ensinando crianças filhas de anarquistas e outros trabalhadores. As experiências educativas se davam tanto no plano formal nas escolas, como nos centros de estudo, nos sindicatos, ou através da literatura, do teatro, dos jornais. A literatura também foi compreendida pelos anarquistas no Brasil como uma importante obra educativa. Em 1903, foi publicado no Rio de Janeiro o romance *Ideólogo*, de Fábio Luz, médico e higienista que se tornou anarquista após a leitura da obra de Kropotkin. Esse romance representaria um marco desse tipo de propaganda do movimento anarquista no Brasil. A partir daí, a “literatura útil” anarquista passaria a integrar o cenário da vida cultural da época, procurando atingir vários segmentos sociais. Fábio Luz escreveu também *Os emancipados*, e Manuel Curvello de Mendonça, anarquista inspirado pela doutrina de Tolstói, publicou o romance *Regeneração*. A eles

se juntaria com vários livros e peças de teatro Avelino Foscolo.

O anarquismo e o movimento operário

Embora não fossem os únicos a atuar entre os trabalhadores e nem o anarquismo fosse hegemônico no movimento operário, os libertários estiveram presentes nos vários espaços e momentos importantes da história dos trabalhadores no Brasil. É certo que os militantes anarquistas eram poucos, uma minoria entre os trabalhadores, mas bastante visíveis, tanto que por muito tempo o adjetivo anarquista foi sinônimo de subversivo, como mais tarde seria o adjetivo comunista. O I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906, teve uma grande presença de anarquistas, assim como de socialistas e sindicalistas de várias partes do Brasil. Os anarquistas, porém, frequentemente, seguindo as idéias de Malatesta, acusavam os sindicalistas de buscar uma ilusória solidariedade econômica em vez de uma efetiva solidariedade moral. Apesar disso, muitos anarquistas atuaram nos sindicatos e no movimento operário do período.

É difícil precisar o grau de penetração do anarquismo entre os trabalhadores no Brasil. É certo que havia uma simpatia difusa por um ou outro aspecto do anarquismo, embora os libertários fossem minoria entre os trabalhadores. Mas o Estado e os proprietários temiam suas ações e os efeitos de sua propaganda, reprimindo-os com prisões e deportações. A repressão aos vários momentos da ação direta promovida por anarquistas e outros foi caracterizada, no período, por uma íntima colaboração entre o Estado e os empresários, fenômeno que ocorria não somente no Brasil, mas na maior parte do mundo.

Os sindicatos não eram anarquistas, uma vez que eram abertos a todos os trabalhadores, fossem eles ligados a alguma corrente política ou não. Havia, portanto, nos sindicatos, atuando conjuntamente, sindicalistas revolucionários, anarquistas, socialistas e também outros trabalhadores que viam neles unicamente a possibilidade de se associar para melhorar as condições de vida e de trabalho.

Os grupos anarquistas, sobretudo através de seus jornais, mas também de comícios e manifestações, tiveram papel importante em vários momentos de luta dos trabalhadores na Primeira República, como a defesa da jornada de oito horas e as campanhas contra a carestia de 1912-1913 e 1917-19, participando também das greves do período. O ano de 1907 foi marcado por inúmeros movimentos grevistas, desencadeados em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Recife, visando à diminuição da

longuíssima jornada de trabalho à qual estavam submetidos os operários dos diferentes estabelecimentos, grandes e pequenos, de diferentes categorias. É claro que essas greves tinham o incentivo dos vários militantes anarquistas, socialistas e sindicalistas, mas elas foram decididas em assembleias das ligas dos trabalhadores e auxiliadas pelas federações. As greves do período 1917-1919 ocorreram em virtude da organização dos próprios trabalhadores, mas contaram com a participação de líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e também de grupos democratas descontentes com a situação do país. Verdadeiras multidões saíram às ruas para protestar e reivindicar. Manifestações quase diárias ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo, contra o alto custo de vida, a falta de regulamentação do trabalho de mulheres e crianças e outros tantos problemas que afligiam a vida dos trabalhadores.

Em São Paulo, os anarquistas, através de seus grupos e seus jornais *A Plebe*, dirigido por Leuenroth, e *Guerra Sociale*, de Damiani e Cerchiai, aliaram-se às greves e manifestações de trabalhadores realizadas em 1917, cujo auge ocorreu em julho, quando uma grande greve paralisou a cidade por vários dias. Os anarquistas auxiliaram os operários e participaram das negociações com os empresários e o Estado, como membros do Comitê de Defesa Proletária, junto com socialistas e outros.

A repressão policial às manifestações foi brutal: as prisões se encheram de trabalhadores real ou supostamente anarquistas, as organizações de trabalhadores foram impedidas de funcionar, suas casas foram invadidas, reuniões foram violentamente interrompidas. Apesar de tudo, o movimento continuou. Embora seus resultados tenham sido parciais, as ações dos trabalhadores mobilizaram uma organização sem precedentes tanto no Rio como em São Paulo. Numa conjuntura marcada pela recessão, um grande movimento grevista marcou o Rio de Janeiro em 1918. A greve atingiu principalmente os operários das fábricas de tecidos, e se alastrou pelas cidades próximas ao Rio. Os conflitos entre policiais e trabalhadores foram intensos.

Foi nesse contexto que ocorreu uma insurreição anarquista, um levante que tinha como alvo a tomada do palácio do governo. Para alguns estudiosos esse levante teria contado com uma boa dose de voluntarismo por parte de grupos anarquistas e não teria tido apoio das massas trabalhadoras, que tinham um conjunto de reivindicações específicas capaz de as mobilizar para as greves, mas não a crença na possibilidade de tomar o poder. O Estado teria associado as greves ao levante armado para legitimar a violenta repressão que recaiu sobre o movimento operário. Assim, os anarquistas teriam tentado atribuir às greves operárias do período um caráter revolucionário que elas não

tinham.

Em 1919, no entanto, o movimento operário no Brasil entrou em sua fase mais intensa até então, com uma enorme onda de greves. Muitas das reivindicações continuaram sendo as mesmas de 1917, e as características gerais do movimento eram similares. O sindicalismo se tinha fortalecido muito com os movimentos dos anos anteriores. Mesmo a repressão feroz que atingiu o movimento a partir de 1917 e adentrou a década de 1920 não impediu que os trabalhadores continuassem a se organizar em ligas, sindicatos e grupos políticos. Embora tenha havido outras manifestações importantes ainda durante a Primeira República, as greves não atingiram mais a dimensão das realizadas naqueles anos entre 1917 e 1919. Por isso tantos estudiosos consideram que as greves de 1919 representaram o fim dessa fase da história do movimento operário no Brasil.

Uma série de fatores foram importantes e explicam a intensidade da agitação dos trabalhadores entre 1917 e 1920: o agravamento das condições de vida e de trabalho em virtude da Primeira Guerra Mundial; a propaganda desenvolvida pelas várias lideranças anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionárias; as atividades concretas de organização da classe trabalhadora com a criação de sindicatos, uniões, ligas e federações, e a conjuntura internacional marcada pela Revolução Russa e por uma onda revolucionária que atingiu a Europa.

O ano de 1920 pode ser indicado como a data em que se iniciou o declínio do anarquismo no Brasil. Isso se deveu, em parte, à ampliação dos debates no movimento operário sobre os acontecimentos na União Soviética. Começou então a separação entre anarquistas e comunistas. Parte das lideranças acabaria por negar as concepções libertárias e, de fato, o Partido Comunista foi fundado no Brasil em 1922 por vários ex-anarquistas.

A censura e a repressão também fizeram parte desse contexto. A propaganda anarquista, e de esquerda em geral, sofreu um golpe duro com uma lei de repressão e controle da imprensa promulgada em 1921. A lei procurava restringir a ação da propaganda subversiva escrita ou verbal. Em 1924, uma repressão violenta atingiu o movimento operário e vários militantes, anarquistas e outros, foram enviados para o campo de concentração de Clevelândia, no Oiapoque, onde nos anos seguintes muitos morreriam.

No entanto, apesar da repressão e da presença dos comunistas, no plano sindical, o sindicalismo revolucionário, do qual participavam também alguns anarquistas,

desempenhou um papel importante no movimento operário brasileiro, mesmo nos anos 1920 e parte dos anos 1930, em defesa da unidade e da autonomia da classe trabalhadora. Os grupos propriamente anarquistas diminuíram em número e consistência, assim como aconteceu no mesmo período em todo o mundo, com exceção da Espanha.

De qualquer modo, não há dúvida de que o anarquismo foi um elemento importante na história política dos trabalhadores brasileiros. Até mesmo os autores mais críticos do anarquismo, que consideram que ele não trouxe nenhuma contribuição significativa à teoria socialista, reconhecem que ele foi um elemento crítico importante.

Edilene Toledo

FONTES:

ADDOR, C. *Insurreição*; BATALHA, C. *Movimento*; BIONDI, L. *Entre associações*; DUARTE, R. *Trajetória*; FELICI, I. *Italiens*; LEAL, C. *Anarquismo*; LOPREATO, C. *Espírito*; LUIZZETTO, F. *Presença*; MARAM, S. *Anarquistas*; PINHEIRO, P. *Classe* (v.1); PRADO, A. *Libertários*; ROMANI, C. *Oreste*; TOLEDO, E. *Anarquismo*; TRENTO, A. *Do outro lado*.

ANDRADA JÚNIOR, Martim Francisco Ribeiro de

*pres. ES 1882-1883; dep. geral SP 1884-1885; dep. fed. SP 1912-1914.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior nasceu em São Paulo no dia 11 de fevereiro de 1853, filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de Ana Benvinda Bueno de Andrada. Seu avô, também chamado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, era irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, todos personagens de primeiro plano no processo de emancipação do Brasil de Portugal e políticos de destaque nos primeiros anos do Brasil independente; foi ministro da Fazenda em 1822, deputado constituinte por São Paulo em 1823, esteve exilado na França entre 1823 e 1829, foi deputado geral por Minas Gerais de 1830 a 1833 e por São Paulo de 1836 a 1842, e mais uma vez ministro da Fazenda em 1840.

Seu pai, nascido durante o exílio da família em Mussidan, França, seguiu carreira na magistratura e na política; foi deputado geral por São Paulo de 1853 a 1856, de 1861 a 1868 e de 1878 a 1886, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1866 e da Justiça de 1866 a 1868, além de conselheiro de Estado em 1879. Seu tio José Bonifácio, o Moço, foi também deputado geral por São Paulo de 1861 a 1868, ministro da Marinha em 1862 e do Império em 1864, novamente deputado geral e senador em 1878; outro tio, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o “segundo Antônio Carlos”, fundador do ramo mineiro da família, foi deputado geral por Minas Gerais em 1884 e senador estadual em 1891.

Também seus primos se destacaram na política: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi deputado federal por Minas Gerais (1911-1917), ministro da Fazenda (1917-1918), novamente deputado federal (1919-1925), senador (1925-1926), presidente de Minas Gerais (1926-1930), revolucionário de 1930, constituinte de 1934 e deputado federal (1935-1937); José Bonifácio de Andrada e Silva foi deputado federal por Minas (1899-1930), embaixador do Brasil em Lisboa (1931) e em Buenos Aires (1933-1937).

Martim Francisco Júnior estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1875. O interesse pelo jornalismo despertou cedo, ainda na faculdade, quando colaborou na redação do jornal *A Crença*. Escreveu ainda, nesse período, o livro *Os precursores da Independência*.

Herdeiro da forte tradição liberal de sua família, filiou-se ao Partido Liberal e foi eleito deputado provincial em São Paulo, cumprindo mandato entre 1878 e 1884. Nesse período, entre 12 de dezembro de 1882 e 26 de abril de 1883, foi presidente da província do Espírito Santo e aderiu ao abolicionismo. Em 1884 foi eleito deputado geral por São Paulo e como tal desenvolveu vigorosa campanha em favor da Lei dos Sexagenários, além de demonstrar

fortes inclinações republicanas. Sua campanha em prol da República se fez principalmente através da publicação de artigos políticos em periódicos da província. No *Diário Popular* consta que assinou cerca de 250 artigos. Inconformado com as contradições da representatividade das províncias no Congresso, aderiu também à campanha pela separação da província de São Paulo. Exerceu seu mandato até 1885.

Após a proclamação da República e a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, foi eleito senador ao Congresso Constitucional do Estado de São Paulo. No governo Cerqueira César (16/12/1891-23/8/1892), ocupou o cargo de secretário da Fazenda. Defensor do federalismo, chegou a ser preso em função da oposição declarada ao presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Após deixar a Secretaria da Fazenda, em parte por desilusão diante dos rumos da República, retirou-se para Santos, onde passou a se dedicar exclusivamente à advocacia. Retornaria ainda uma vez à política por insistência de seu amigo pessoal, o barão do Rio Branco, elegendo-se deputado federal por São Paulo na legislatura 1912-1914.

Foi ainda redator do jornal *O Provinciano*, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Paulista de Letras.

Casou-se com Úrsula da Silva Lima, neta de Joaquim Marcelino da Silva Lima, barão de Itapemirim.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1927.

Além dos discursos parlamentares, projetos e artigos publicados na imprensa, escreveu: *Rindo* (1919), *Gracejando* (1920), *Contribuindo* (1921) e *No júri de Araras*.

Dirceu Franco

FONTES:

AMARAL, A. *Dicionário*; FONSECA, A.; FONTES JR., A. *Senado*.

ANDRADA, Antônio Manuel Bueno de

*dep. fed. SP 1894-1902 e 1909-1917.

Antônio Manuel Bueno de Andrada nasceu na cidade de São Paulo em 22 de janeiro de 1857, filho do conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de Ana Benvinda Bueno Ribeiro de Andrada. Seu avô, também chamado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, era irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, todos personagens de primeiro plano no processo de emancipação do Brasil de Portugal e políticos de destaque nos primeiros anos do Brasil independente.

Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1879. Ainda durante o Império foi abolicionista e escreveu em vários jornais em prol dessa causa, como o *Provinciano*, *Gazeta do Povo* e *A Redenção*. Colaborou também em *A Província de São Paulo* e *Diário Popular*. Declarou-se republicano em 1889, quando o visconde de Ouro Preto assumiu a chefia do Gabinete do Império. Lançando-se à propaganda republicana, publicou um famoso panfleto, intitulado *Os orçamentívoros*, que foi reeditado cinco vezes em quatro meses. Quando o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, tomou parte no movimento

Nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte realizadas em 15 de setembro de 1890 candidatou-se a deputado federal constituinte pelo estado de São Paulo na chapa da oposição ao governo de Deodoro da Fonseca, mas não foi eleito. Depois dessa derrota, elegeu-se deputado estadual constituinte em São Paulo na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP) e, após a promulgação da Constituição estadual, obteve o mandato de senador estadual. Em 3 de novembro de 1891 foi um dos líderes da resistência e importante crítico no Senado estadual do golpe de Estado desfechado por Deodoro, que fechou o Congresso Nacional. Vinte dias depois, uma revolta da Esquadra obrigou o marechal a renunciar e transferir o governo ao vice-presidente Floriano Peixoto (1891-1894).

Ainda no Senado estadual passou a apoiar o novo presidente da República e tomou parte na defesa do governo federal durante a Revolta da Armada, levante de oposição a Floriano que estendeu-se de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, envolvendo a Esquadra sediada na baía de Guanabara. Durante a luta foi responsável pela defesa da cidade de Santos (SP) e capturou os revoltosos do navio Centauro, no porto de São Sebastião. A insurreição, que incluiu a tomada da capital de Santa Catarina por destacamentos rebeldes, encerrou-se com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio de Janeiro.

Em 1895 foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo na vaga aberta com a renúncia do deputado Júlio de Mesquita. Foi reeleito nos dois pleitos seguintes, 1897 e 1900 e permaneceu na Câmara dos Deputados na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até 1902. Como deputado federal, fez forte oposição ao governo do Presidente Campos Sales (1898-1902).

No campo profissional, trabalhou em projetos de saneamento e em linhas férreas. Chefiou a Comissão Técnica de melhoramentos no território do Acre, tendo-se tornado prefeito da capital acreana. Foi também engenheiro na estrada norte de São Paulo, em Araraquara (SP), Bragantina (SP) e na central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Em 1909 foi novamente eleito deputado federal pelo estado de São Paulo, na chapa do PRP, e sucessivamente reeleito até 1917. Na Câmara dos Deputados, foi duas vezes membro da Comissão de Orçamento e duas vezes presidente da Comissão de Obras Públicas.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 17 de junho de 1941.

Foi casado com Idalina Huet Bacelar, com quem teve dois filhos.

Publicou *Abolição em São Paulo: depoimento de uma testemunha* (1939).

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; MELO, L. *Dicionário*.

ANDRADE, Antônio Vicente Pereira de

*dep. fed. PE 1918-1920.

Antônio Vicente Pereira de Andrade foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco no ano de 1918. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu seu mandato até dezembro de 1920.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

ANDRADE, CARLOS DE MORAIS

*rev. 1930; rev. 1932; const. 1934; dep. fed. SP 1935-1937 e 1946-1951.

Carlos de Moraes Andrade nasceu na cidade de São Paulo no dia 9 de novembro de 1889, filho de Carlos Augusto de Andrade e de Maria Luísa Moraes Andrade.

Concluiu os estudos secundários no Ginásio Nossa Senhora do Carmo e em 1909 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1911 tornou-se mestre em filosofia pela Faculdade Livre de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, agregada à Universidade de Louvain, na Bélgica.

Iniciou sua vida política filiando-se ao Partido Democrático (PD) de São Paulo e participando da campanha da Aliança Liberal nas eleições presidenciais de março de 1930, em apoio à candidatura de Getúlio Vargas. Após a vitória de Júlio Prestes, que fora indicado pelo presidente Washington Luís, permaneceu ligado às articulações oposicionistas e no princípio de outubro de 1930, logo após a deflagração do movimento revolucionário, foi preso em São Paulo. Consolidada a vitória da revolução no dia 24 de outubro com a deposição de Washington Luís, foi libertado e designado para chefiar interinamente a Delegacia de Ordem Política de São Paulo, função que exerceu durante 20 dias.

Como membro do diretório do PD, acompanhou o partido em suas divergências com o governo provisório de Getúlio Vargas ao longo da crise iniciada com a nomeação do tenente João Alberto Lins de Barros para a interventoria em São Paulo. Essa nomeação contrariou as expectativas do PD, que almejava alcançar o poder no estado em consequência da sua participação na revolução. No decorrer de 1931-1932 a crise paulista evoluiu para um confronto aberto entre as correntes políticas tradicionais do estado, de um lado, e as forças tenentistas e o governo federal, que as apoiava, de outro. Deflagrada a Revolução Constitucionalista em julho de 1932, colaborou na criação do posto de alistamento do Jardim de Infância, organizando o Batalhão Pais Leme, em cujas fileiras se alistou com a patente de capitão. O movimento terminou em outubro do mesmo ano com a derrota das forças paulistas.

Em maio de 1933 elegeu-se deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido, integrada pelo PD e pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Nesse pleito foi apoiado pela Federação dos Voluntários, organização política fundada em fins de outubro de 1932 por um grupo de oficiais e suboficiais paulistas com o objetivo de congregar os voluntários que haviam participado da Revolução Constitucionalista. Assumindo seu mandato em novembro de 1933, durante os trabalhos constituintes defendeu, como advogado de empresas japonesas, a preservação das correntes migratórias oriundas do Japão. Em fevereiro de 1934 passou a integrar o Partido Constitucionalista de São Paulo, que reuniu o PD, a Federação dos Voluntários e a Ação Nacional Republicana, formada por dissidentes do PRP. Com a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado, assim como os demais constituintes, até maio de 1935.

Em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Constitucionalista, iniciando o mandato ordinário em maio do ano seguinte.

Em novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, que fechou todos os órgãos legislativos existentes no país, teve seu mandato extinto e foi preso por discordar do golpe de Getúlio Vargas. Após ser libertado, voltou às atividades do magistério e participou em 1942 do I Congresso de Instrução Secundária e Superior. Com a crescente desagregação do Estado Novo, no início de 1945 retomou as atividades políticas, colaborando, juntamente com outros membros do antigo PD, como Aureliano Leite e Paulo Nogueira Filho, na fundação da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao regime.

Após a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945 e a redemocratização do país, elegeu-se em dezembro seguinte primeiro suplente de deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da UDN. Não chegou a participar dos trabalhos constituintes, mas cinco dias após a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, já na legislatura ordinária, assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados. Integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Departamento Nacional do Café (DNC), e em janeiro de 1948 votou contra a extinção dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo registro tinha sido cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano anterior. Em outubro de 1950 tentou reeleger-se para a Câmara dos Deputados, mas obteve uma suplência e não chegou a assumir o mandato.

Foi também professor de filosofia do Ginásio Osvaldo Cruz e de psicologia e moral na Escola Álvares de Azevedo, ambos na capital paulista. Professor substituto de psicologia na Faculdade Paulista de Filosofia e Letras, foi um dos fundadores do Centro de Filosofia e Letras de São Paulo, do qual foi presidente. Como jornalista, colaborou no *Diário Nacional* e na *Gazeta do Povo* de sua cidade natal. Foi representante de seu estado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Instituto dos Advogados de São Paulo no I Congresso Brasileiro de Direito Judiciário, no qual atuou como relator da parte geral do programa. Pertenceu ainda ao Instituto de Direito Social, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia de Ciências e Letras e à Sociedade de Cultura Artística.

Casou-se com Celeste Sales de Andrade.

Publicou *Da extensão da posse aos direitos pessoais e Inteligência do artigo 1.750 do Código Civil*.

FONTES:

ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (6); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. dep. seus componentes, Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; MELO, L. Dic.; *Personalidades; Quem é quem no Brasil*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1, 2).

ANDRADE, Eusébio Francisco de

*jornalista; dep. fed. AL 1903-1917; sen. AL 1918-1927.

Eusébio Francisco de Andrade nasceu em Colônia Leopoldina (AL) no dia 15 de abril de 1866, filho de Manuel Cândido da Rocha Andrade e de Leopoldina Pimentel Goulart de Andrade.

Abolicionista, foi membro da Sociedade Libertadora Alagoana e um dos fundadores do Clube Abolicionista e Estudantesco Alagoano. Entusiasta republicano, em 1885 foi redator dos jornais *Gazeta de Notícias* e *José de Alencar*, neste permanecendo até 1887, quando se transferiu para o jornal *Lincoln*, todos em Maceió. Foi professor do Liceu de Artes e Ofícios de 1886 a 1890, e do Liceu Alagoano, bem como diretor do Colégio Orfanato em 1895.

Ainda em 1895, já no período republicano, foi secretário do Interior de Alagoas e, interinamente, secretário da Fazenda durante o governo de Manuel Gomes Ribeiro (1894-1896). Formado em Direito, foi também advogado da Prefeitura de Maceió de 1895 a 1896. Em 1902 representou o governo alagoano na Conferência Açucareira da Bahia. Eleito deputado federal por Alagoas em 1903, assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tornou-se secretário da Mesa Diretora dessa casa legislativa. Foi reeleito em 1906, 1909, 1912 e 1915. Permaneceu no Legislativo Federal até dezembro de 1917, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

No ano seguinte foi eleito senador por Alagoas. Assumindo sua cadeira no Senado Federal no Rio de Janeiro em maio de 1918, tornou-se membro da Comissão de Justiça e Legislação. Permaneceu na Câmara Alta do país até dezembro de 1927, quando, ao final da legislatura, se encerrou seu mandato de nove anos.

Foi ainda diretor da Sociedade Alagoana de Agricultura e redator-chefe de *O Gutemberg*, também de Maceió.

Faleceu em 1928.

Publicou: *O Crime de Jaraguá; A Flor de Lis* (comédia). *Guia para o novo alistamento eleitoral. De acordo com a lei n. 3.139 de 2/8/1916*. Maceió, 1917.

Reynaldo de Barros

FONTES:

BARROS, F. *A B C das Alagoas*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.2, p.743-744).

ANDRADE, Jáder de

*dep. fed. PE 1921-1923.

Jáder de Andrade iniciou sua vida profissional no jornalismo pernambucano colaborando com diversos jornais do estado, nos quais escrevia versos satíricos.

Quando o *Diário de Pernambuco* foi comprado pela família de Carlos Benigno Pereira de Lira Filho, em janeiro de 1913, foi contratado como redator-secretário do jornal. Além dessa empresa, trabalhou em diversos outros periódicos de Pernambuco, como *A Serra*, *A Pimenta*, *A Lanceta*, *Noites de Natal* e *Estrelas de junho*.

Em março de 1921 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio seguinte e exerceu o mandato até dezembro de 1923. Voltou então ao jornalismo e tornou-se editor do *Diário de Pernambuco*.

Durante o governo de Estácio Coimbra em Pernambuco (1926-1930) assumiu, em 1929, a Secretaria de Viação e Obras Públicas e, em 1930, a Secretaria de Agricultura.

Faleceu em Recife em 1º de outubro de 1931.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; LEVINE, R. *Velha usina*; NASCIMENTO, L. *História* (v. 1, 7)

ANDRADE, João Batista de Sá

*const. 1891; dep. fed. PB 1891-1893.

João Batista de Sá Andrade nasceu na cidade de Sousa (PB) no ano de 1865, filho do desembargador Manuel Xavier de Andrade.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1889. Durante o curso, fez parte do Grêmio Republicano da faculdade e militou defendendo as ideias de Silva Jardim.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado constituinte pelo estado da Paraíba em setembro de 1890. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho passou a cumprir o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Durante esses anos, fez forte oposição ao governo do presidente Floriano Peixoto.

Após deixar a Câmara dos Deputados retornou ao estado da Paraíba, onde passou a clinicar. Foi nomeado inspetor de higiene e ocupou esse cargo por muitos anos. Em 1905, foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Devido a problemas de saúde veio para o Rio de Janeiro, para tratamento médico, e aí faleceu no dia 23 de julho de 1912.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros; INST. HIST. GEO. PARAIBANO*. Disponível em: < www.ihgp.net>. Acesso em: 2/12/2010; ODILON, M. *Pequeno dicionário*.

ANDRADE, João de

*dep. fed. CE 1897-1899 e 1918-1923.

João Marinho de Andrade nasceu em Sobral (CE) no dia 26 de junho de 1860, filho de Manuel Marinho Lopes de Andrade e de Maria Carolina da Silva Andrade.

Formou-se em medicina em 1883 com a tese “Funções do fígado”. Foi deputado estadual de 1891 a 1896 e, paralelamente, inspetor de higiene do estado do Ceará no governo do general Bezerril Fontenelle (1892-1896).

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo Ceará para a legislatura 1897-1899. Foi um dos fundadores do Centro Médico Cearense em 1913, do qual foi eleito segundo-vice-presidente. Em 1916 foi eleito segundo presidente do estado do Ceará, na gestão do presidente João Tomé de Sabóia (1916-1920). Voltou a ser eleito deputado federal em 1918 e 1921, e exerceu o mandato de 1918 a 1923.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de janeiro de 1927.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES:

LEAL, V. *História* (p.188); MOTA, A. *História* (p.185); STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 498-499).

ANDRADE, José Pereira dos Santos

* const. 1891; sen. PR 1891-1895; pres. PR 1896-1900.

José Pereira dos Santos Andrade nasceu em Paranaguá (PR) no dia 9 de abril de 1842, filho do comendador Antônio Ricardo dos Santos. Seu pai foi vice-presidente da província do Paraná de 1887 a 1888.

Iniciou o curso universitário na Faculdade de Direito de São Paulo, mas concluiu-o em Recife, em 1865. Foi promotor público na cidade de Antonina (PR) e também comerciante, atividade legada por seu pai.

Membro do Partido Republicano Paranaense, nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte realizadas em 15 de setembro de 1890 foi eleito senador pelo Paraná. Empossado em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de maio passou a exercer o mandato ordinário. Em novembro daquele ano declarou-se contrário ao golpe de Estado levado a cabo pelo primeiro presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, que fechou o Congresso e em consequência foi obrigado a renunciar. Exerceu o mandato até 1895, quando foi eleito presidente do Paraná.

Seu governo se estendeu de 25 de fevereiro de 1896, quando sucedeu a Francisco Xavier da Silva, até 25 de fevereiro de 1900, quando teve como sucessor o próprio Francisco Xavier da Silva. Teve como vice-presidente José Bernardino Borman, que o substituiu interinamente entre 3 de abril e 10 de maio de 1899. Em sua gestão defrontou-se com as forças policiais catarinenses, que penetraram no território do Paraná, às margens do rio Iguaçu, região sob litígio havia décadas. Tais atritos ainda viriam a se desdobrar, em 1912, na chamada Guerra do Contestado. Seu governo enfrentou também dificuldades financeiras, revelando constantes desequilíbrios orçamentários, devidos, em parte, ao aumento do déficit público da União no fim do século XIX, e ao perfil do sistema produtivo estadual, assentado em produtos de baixo apelo comercial à época, como a erva-mate e a madeira.

Faleceu em Curitiba em 15 de junho de 1900.

Roberto Bitencourt da Silva

FONTES:

ANDRADE, J. *Mensagem* (1/10/1897, 25/6/1898, 1/2/1899, 1/2/1900);
CARNEIRO, D.; VARGAS, T. *História*; FAUSTO, B. *História*; GOULART, M.
Coronelismo; SENADO. Senador Santos Andrade. Disponível em:
< http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1970&li=23&lcab=1894-1896&lf=23>. Acesso em: 5/3/2009.

ANDRADE, Luís de

*const. 1891; dep. fed. PE 1891-1896.

Luís de Andrade nasceu em Recife no dia 20 de novembro de 1849, filho de Joaquim dos Santos Andrade e de Josefina Amália Rodrigues de Andrade.

Fez seus estudos em Lisboa, na Universidade de Coimbra, onde cursou letras e frequentou aulas de matemática e filosofia. Quando regressou ao Brasil, dedicou-se ao jornalismo. Em 1887, ao lado de Manuel Carneiro e Dermeval da Fonseca, fundou o periódico *O Diário*.

Iniciou-se na política ainda durante o Império, quando defendeu as causas abolicionista e republicana. Depois de proclamada a República (15/11/1889), em setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro desse ano, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário. Em 1894 foi reeleito deputado federal e exerceu o mandato até dezembro de 1896. Em 1898 foi nomeado bibliotecário do Senado Federal, função que exerceu por muitos anos.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 28 de setembro de 1912.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.*

ANDRADE, Manuel Leiria de

*dep. fed. CE 1923-1926.

Manuel Leiria de Andrade nasceu em Fortaleza no dia 21 de março de 1889, filho de Joaquim José de Andrade, major do Exército e veterano da Guerra do Paraguai, e de Maria Joaquina de Melo Andrade.

Após perder o pai aos nove anos de idade, estudou no Liceu do Ceará enquanto dava aulas para os colegas, conseguindo assim manter-se estudando. Fez concurso para a Delegacia Fiscal do Ceará, passando em primeiro lugar. Em 1911 casou-se em Canindé (CE) com Maria Celsa Monteiro, com quem teria oito filhos. Em março de 1912 foi nomeado promotor de justiça de Canindé, mas foi demitido por motivos políticos.

Em 1913 foi nomeado professor da Escola de Aprendizes Marinheiros de Fortaleza, posto que deixou quando fundou o Colégio Colombo, também na capital cearense. Coursou a Faculdade de Direito do Ceará, formando-se em 1915. Foi então nomeado pelo presidente do estado, Liberato Barroso, professor de enciclopédia jurídica da mesma faculdade, passando ainda pelas disciplinas de filosofia do direito e direito romano. Ainda em 1915 foi eleito para a Assembleia Legislativa do Ceará, onde foi o líder governista no período de 1917 a 1920. Nesse ano foi nomeado pelo presidente do estado, Justiniano de Serpa (1920-1923), secretário do Interior e Justiça.

Em meio à legislatura 1921-1923 foi eleito deputado federal pelo Ceará em eleição suplementar. Reeleito em 1924, permaneceu na Câmara dos Deputados de agosto de 1923 a dezembro de 1926.

Em 1935 tornou-se procurador geral do Instituto dos Comerciários e fez concurso para a cadeira de direito penal da Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, vindo a falecer antes do resultado.

Foi membro também da Academia Cearense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 9 de dezembro de 1935.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES:

GUIMARÃES, H. *Deputados*. (p.430-432); NOBRE, F. *1001 cearenses* (p.46-47).

ANDRADE, Odilon Barros Monteiro de

*dep. fed. MG 1918-1930.

Odilon Barros Monteiro de Andrade ingressou na política ao ser eleito deputado federal por Minas Gerais em março de 1918. Tomou posse na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano. Reeleito para as legislaturas subsequentes, permaneceu na Câmara até outubro de 1930, quando teve o mandato interrompido pela revolução de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder e, em dezembro seguinte, extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Luciana Pinheiro

FONTE:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 200).

ANDRADE, PAIS DE

*militar; rev. 1930; ch. EME 1936-1937.

Arnaldo de Sousa Pais de Andrade nasceu no Amazonas no dia 14 de outubro de 1875.

Ingressou na carreira militar em outubro de 1890, quando sentou praça como voluntário. Tornou-se alferes em novembro de 1894 e primeiro-tenente em outubro de 1908. Foi promovido a capitão em abril de 1912, a major em maio de 1921, a tenente-coronel em abril de 1924 e a coronel em novembro de 1927.

Quando da deflagração, em outubro de 1930, do movimento revolucionário dirigido pela Aliança Liberal, comandou as forças legalistas no Sul do país. Instalou seu quartel-general em Itararé (SP) e aí esperou as tropas rebeldes vindas do Rio Grande do Sul, sob o comando de Miguel Costa. O confronto, contudo, não chegou a ocorrer em vista da deposição, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, do presidente Washington Luís no dia 24 de outubro de 1930.

Participou da repressão à Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo em julho de 1932, tendo chefiado o estado-maior das forças legalistas. Em setembro foi promovido a general de brigada e em outubro, ao fim das hostilidades, foi designado chefe do Departamento de Pessoal da Guerra. Em 27 de novembro de 1935 foi incumbido pelo general Eurico Dutra, comandante da 1ª Região Militar, de dominar o levante organizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) na Escola de Aviação Militar no Rio de Janeiro. Deflagrada e derrotada dias antes no Nordeste, a insurreição atingiu também, no Rio de Janeiro, o 3º Regimento de Infantaria, e em ambas as unidades foi debelada em poucas horas.

Promovido a general de divisão, em fevereiro de 1936 foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército (EME) em substituição ao general Pantaleão da Silva Pessoa. Em julho de 1937 passou o cargo ao general Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Faleceu no dia 5 de agosto de 1937.

FONTES:

ARQ. GETULIO VARGAS; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; COUTINHO, L. *General*; LAGO, L. *Relação*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); REIS JÚNIOR, P. *Presidente*; SILVA, H. 1935.

ANJOS, Artur de Carvalho Rodrigues dos

*dep. fed. PB 1930.

Artur de Carvalho Rodrigues dos Anjos nasceu na cidade de Sapé (PB). Seu irmão Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos, conhecido como Augusto dos Anjos, foi um importante poeta da literatura nacional.

Em 1924 foi eleito deputado federal pelo estado da Paraíba. Contudo, não teve sua eleição reconhecida na Câmara dos Deputados, por ser forte opositor de Eptácio Pessoa, ex-presidente da República (1919-1922) e então senador pela Paraíba. Em 1930 foi novamente candidato a deputado federal e desta vez foi eleito e reconhecido. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e dissolveu todos os órgãos legislativos do país.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; ODILON, M. *Pequeno dicionário*.

ARANHA, CIRO

*rev. 1930.

Ciro Aranha nasceu em Alegrete (RS) no dia 15 de abril de 1901, filho de Euclides Egídio de Sousa Aranha e de Luísa de Freitas Vale Aranha. Entre seus irmãos, figuram Osvaldo Aranha, um dos líderes da Revolução de 1930 e diversas vezes ministro de Estado, e Luís Aranha, também político.

Tendo-se alfabetizado numa estância em Itaqui (RS), estudou no Colégio Lassalista São José, em Canoas (RS), e no Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, em Bajé (RS), antes de se transferir para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1916. Aí ingressou no Ginásio Pan-Americano e, entusiasmado pelo esporte, fundou em 1917 a primeira liga esportiva intercolegial do Distrito Federal. Retornou ao Rio Grande do Sul em 1920, e cursou a Escola de Comércio de Porto Alegre. Em 1922 viajou para a Alemanha, onde permaneceu por três anos e deu início a suas atividades comerciais. De volta ao Brasil, fundou em 1927 a firma Aranha, Goetze & Cia.

Participou da Revolução de 1930, em cuja preparação estavam profundamente envolvidos seus irmãos Osvaldo e Luís, e integrou, no posto de tenente, o Batalhão Osvaldo Aranha, que fez parte da chamada Coluna do Litoral. Comandada pelo general Ptolomeu Assis Brasil, a coluna partiu do Rio Grande do Sul nos primeiros dias de outubro de 1930, ao longo da costa, enfrentando séria resistência nas cercanias de Florianópolis, que só foi ocupada após a queda de Washington Luís no Rio de Janeiro (24/10/1930). Com a entrada das tropas revolucionárias na capital catarinense, *Ciro Aranha* foi nomeado chefe de Polícia de Santa Catarina.

Dedicado desde então a seus negócios, participou dos conselhos fiscais de várias empresas e bancos. Fundou o Sindicato dos Comissários e Consignatários de Gêneros Alimentícios, do qual foi presidente, e presidiu também a Federação dos Agentes Autônomos do Rio de Janeiro. Em 1952, deixou a Aranha, Goetze & Cia. para fundar outra firma comercial, a Aranha Comissões e Representações, que mais tarde passou a chamar-se Xarqarroz.

Sempre intimamente ligado ao esporte, presidiu o Clube de Regatas Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, por seis anos. Integrou as diretorias da então Federação Metropolitana de Futebol, hoje Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, e do Jôquei Clube Brasileiro. Chefiou diversas delegações da então Confederação Brasileira de Desportos, hoje Confederação Brasileira de Futebol, e pertenceu ao Conselho Nacional de Desportos. Foi ainda vice-presidente da Sociedade Hípica Brasileira.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 17 de julho de 1985.

Era casado com Nair Vasconcelos Aranha, com quem teve três filhos.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Cidadão* (1); CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil; Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Jornal do Brasil* (18/7/85).

ARANHA, LUÍS

*rev. 1930.

Luís de Freitas Vale Aranha, também conhecido como *Lulu Aranha*, nasceu em Itaqui (RS) no dia 18 de dezembro de 1902, filho de Euclides Egídio de Sousa Aranha e de Luísa de Freitas Vale Aranha. Seu pai, ao receber de herança uma fazenda, tornou-se estancieiro, e foi também chefe político do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Entre seus irmãos, destacaram-se Ciro Aranha, que atuou na Revolução de 1930, e especialmente Osvaldo Aranha, igualmente revolucionário e por diversas vezes ministro de Estado.

Iniciou seus estudos em Itaqui. Fez o curso secundário em vários colégios, entre os quais o São José, em Canoas (RS), e o Dom Bosco, em Bajé (RS), e ainda o Pedro II, o Franco-Anglais, o Instituto Lafayette e o Ginásio Pio-Americano, todos no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Matriculou-se depois na Faculdade de Direito de Porto Alegre, pela qual se bacharelou em 1926.

Ainda acadêmico, combateu, como membro das forças governistas, a Revolução de 1923, movimento federalista liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Os federalistas, ou “maragatos”, opunham-se ao governo do republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros e contestavam sua reeleição para o quinto mandato como presidente do Rio Grande do Sul. O conflito foi encerrado com a assinatura, em dezembro de 1923, do Pacto de Pedras Altas, que não chegou a promover a total pacificação do estado, pois os maragatos continuaram a reclamar de perseguições movidas pelo governo de Borges de Medeiros. Assim, em fins de 1924, eclodiu novo movimento, desta vez vinculado ao dos “tenentes” de São Paulo, e Luís Aranha voltou a integrar as forças legalistas.

Em 1926, após formar-se, passou a exercer a advocacia em Alegrete (RS), onde morou com o irmão Osvaldo. Ao lado de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, Osvaldo Aranha teve grande influência sobre sua formação política. Ainda em 1926, no dia 14 de novembro, irrompeu no Sul um movimento revolucionário de protesto contra a posse de Washington Luís como presidente da República. Esse movimento, denominado Coluna Relâmpago, era integrado principalmente por exilados que haviam participado da Coluna Prestes. Osvaldo Aranha, então comandante de uma força legalista, foi ferido nos primeiros combates. Em dezembro, organizada a reação legalista, Luís Aranha ficou encarregado de um contingente de “provisórios” (tropas irregulares, compostas de civis recrutados).

No dia 25 de dezembro de 1926, chegou a Alegrete a notícia de que uma coluna de rebeldes, vinda do Uruguai e chefiada por Estênio Caio de Albuquerque Lima, penetrara no Brasil e se dirigia àquela cidade. Os provisórios de Luís Aranha partiram, então, para dar-lhe combate. O confronto ocorreu no dia seguinte. A força legalista conseguiu aprisionar metade dos rebeldes, enquanto os restantes fugiram e foram ao encontro das tropas de Newton Estillac Leal, também integrante da Coluna Relâmpago.

Mais tarde, Luís Aranha transferiu-se para Itaqui, onde também exerceu a advocacia.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Em março de 1930, as eleições em que foi derrotado Getúlio Vargas, candidato oposicionista apoiado pela Aliança Liberal, foram consideradas fraudulentas pelos

vencidos. Assim, intensificaram-se as articulações revolucionárias que já se vinham desenvolvendo desde antes do pleito. No início de abril, Luís Aranha foi enviado, como emissário de seu irmão Osvaldo, ao Distrito Federal. Ali procurou Virgílio de Melo Franco e Batista Luzardo, ao lado dos quais se encontrou com o senador Eptácio Pessoa, ex-presidente da República. Ao senador, Luís Aranha explicou a decisão gaúcha de recorrer às armas caso o governo federal persistisse, segundo afirmou, “em sua política de ataque e anulação dos direitos constitucionais da Aliança Liberal”. Informou ainda a Eptácio Pessoa que Osvaldo Aranha já fizera uma vultosa encomenda de armas à Tchecoslováquia e que, agora, pedia ao governo da Paraíba uma contribuição em dinheiro. Tais notícias foram logo transmitidas a João Pessoa, presidente da Paraíba (1928-1930), que respondeu afirmativamente. Findos os entendimentos, Aranha, Melo Franco e Luzardo viajaram para Minas Gerais, onde se encontraram com Artur Bernardes e com o presidente mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que concordou com o movimento revolucionário e determinou a ida de Francisco Campos ao Sul, como seu emissário.

Segundo João Neves da Fontoura, Luís Aranha foi um dos conspiradores mais lúcidos na articulação da Revolução de 1930, cabendo-lhe grande parte do êxito do movimento. A organização dos revolucionários no Rio Grande do Sul incluía um grupo de comando e núcleos diversos. O conjunto formava a chamada Coluna Mestra da Revolução. Luís Aranha participou do grupo de comando, sob a coordenação de Osvaldo Aranha e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe militar do movimento. Um mês antes da revolução, especializou-se em criptografia, tendo decifrado os códigos usados pelos estados-maiores do Exército e da Região Militar e codificado todas as mensagens para a deflagração da revolta.

Na tarde de 3 de outubro de 1930, eclodiu em Porto Alegre o movimento revolucionário. A tomada do quartel-general do Exército ficou a cargo da Guarda Civil estadual, acrescida de algumas pessoas, entre as quais Luís Aranha e seus irmãos Ciro e Euclides. Apesar da surpresa do ataque, os poucos elementos que se encontravam no quartel ofereceram forte resistência durante quase uma hora, após o que o prédio foi ocupado pelos revolucionários. Assim que se consolidou a situação militar no Rio Grande do Sul, as forças rebeldes iniciaram sua marcha para o norte e, em poucos dias, atingiram os arredores de São Paulo. Em 12 de outubro, Getúlio Vargas, assumindo o comando da revolução, decidiu partir de Porto Alegre rumo ao Distrito Federal. Além de seu estado-maior, seguiu com ele toda uma comitiva, da qual também fazia parte Luís Aranha. Pouco antes do ataque a São Paulo suspenderam-se os preparativos, já que Washington Luís fora deposto (24/10/1930) por uma junta provisória. Vargas, então, enviou à capital paulista um grupo de representantes seus, liderado por João Neves da Fontoura e no qual se incluía Luís Aranha, com a missão de preparar o terreno para a sua chegada e para a solução do problema político do estado. Para isso, Getúlio determinou que não fosse reconhecida a investidura do general Hastínfilo de Moura no governo paulista e que se desse posse a João Alberto Lins de Barros como seu delegado especial.

MEMBRO DO NOVO REGIME

Depois da revolução, com a ida de seu irmão Osvaldo para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Luís Aranha tornou-se seu secretário particular. No início de 1931, com a criação de diversas agremiações revolucionárias no país, foi um dos fundadores do Clube 3 de Outubro, a mais importante delas. Organização de cunho nacional, o Clube 3 de Outubro tinha por finalidade reunir os revolucionários de 1930 que pretendiam o aprofundamento das reformas promovidas pela revolução. Entre seus membros, figurava com destaque a jovem oficialidade revolucionária, os chamados “tenentes”, e alguns políticos, como Osvaldo Aranha, que compartilhavam seus pontos de vista.

Ao mesmo tempo, criavam-se nos estados organizações semelhantes. No Rio Grande do Sul, a idéia de criar a Legião de Outubro gerou muitos temores, vinculados basicamente ao medo do desequilíbrio que a Legião poderia gerar na vida partidária do estado, ameaçando a existência dos partidos políticos. Luís Aranha alertou seu irmão para a situação do estado, afirmando contudo não acreditar que a Legião sobrevivesse no Rio Grande do Sul. Ainda no desempenho de suas funções, procurava manter Osvaldo constantemente informado sobre a situação em São Paulo, onde as correntes políticas tradicionais criticavam com vigor crescente o governo de João Alberto, de inclinações tenentistas. João Alberto acabou renunciando à interventoria em julho de 1931.

A partir de dezembro de 1931, quando Osvaldo Aranha trocou a pasta da Justiça pela da Fazenda, Luís Aranha deixou o cargo de secretário particular do irmão para tornar-se chefe de gabinete do Ministério da Justiça, função que ocuparia até 1934 sob diferentes gestões ministeriais.

Em 1932, intensificaram-se as pressões pela constitucionalização do país, exercidas por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul junto ao governo provisório, contra a opinião dos “tenentes”. Em 24 de fevereiro, Vargas assinou a nova Lei Eleitoral, uma das exigências da Frente Única Gaúcha (FUG), representada no governo pelo ministro da Justiça, Maurício Cardoso. No dia seguinte, foi empastelado o jornal *Diário Carioca*, um dos órgãos de oposição ao tenentismo e o que mais lutara pela lei. Ante a relutância do governo provisório em determinar a apuração das responsabilidades, o ministro da Justiça pediu demissão (29/2/1932), tendo sido acompanhado nessa atitude por vários outros gaúchos que ocupavam funções importantes na administração federal.

No início de março, com o agravamento da situação no Rio Grande do Sul, Luís Aranha foi enviado a Porto Alegre como emissário de Vargas e Osvaldo Aranha. Deveria mantê-los informados e, ao mesmo tempo, procurar um entendimento com Maurício Cardoso que evitasse a ruptura definitiva. Embora houvesse participado de várias reuniões com os líderes políticos gaúchos, nas quais tentou garantir o retorno de Cardoso à pasta da Justiça, não obteve sucesso. Ainda em 1932, recusou o convite para ocupar a chefia de Polícia do Rio de Janeiro.

Com a convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, criou-se o Partido Autonomista do Distrito Federal, de cuja organização Luís Aranha participou ativamente. Por esse partido, teve seu nome incluído em várias chapas, mas retirou-o em todas as ocasiões: na chapa de deputados federais, abriu mão da indicação em favor de Henrique Laje; na de senadores, em favor de Jones Rocha; finalmente, na da Prefeitura do Distrito Federal, indicou em seu lugar o nome de Pedro Ernesto Batista. Pouco mais tarde,

em abril, durante o I Congresso dos Interventores, realizado em Recife, foi criada a União Cívica Nacional (UCN), presidida por Juarez Távora e secretariada por Luís Aranha. Resultante da ação de amplos setores tenentistas, a UCN teve por objetivo principal a federação de todos os partidos vinculados aos interventores, inclusive o Autonomista do Distrito Federal, de modo a submetê-los na Constituinte à orientação do governo. Já em maio, em entrevista ao *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, Luís Aranha declarou que, embora as ideias defendidas pela UCN tivessem um caráter transitório, a agremiação tendia a transformar-se em partido nacional, o que não chegou a ocorrer. Em 1934, quando Vargas o chamou para chefiar a Casa Civil da Presidência, vaga devido à morte do coronel Gregório Porto da Fonseca, também não aceitou.

No ano seguinte, tornou-se nítida a divisão do Partido Autonomista em duas facções. Luís Aranha e o cônego Olímpio de Melo passaram a fazer oposição a Pedro Ernesto, o prefeito do Distrito Federal e líder do outro grupo. Ambos criticavam duramente o programa apresentado pelo prefeito, acusando-o de inspiração socialista. A prisão de Pedro Ernesto em 1936, acusado de vinculação com o levante comunista do ano anterior, renovou a cisão no Partido Autonomista, mais uma vez dividido em torno do ex-prefeito. Olímpio de Melo, o novo prefeito, liderava o grupo de oposição a Pedro Ernesto. Mais tarde, Luís Aranha, aliado ao deputado Augusto Amaral Peixoto Júnior e ao senador Cesário de Melo, procurou eliminar a importância política do cônego. Este acabou perdendo o apoio da Câmara Municipal e o controle do partido, o que o levou a renunciar ao cargo. Logo depois da posse do prefeito seguinte, Henrique Dodsworth (julho de 1937), a ala do Partido Autonomista liderada por Luís Aranha e João Alberto aproximou-se do Partido Economista Democrático de Dodsworth.

Em novembro de 1937, poucos dias após a implantação do Estado Novo, Luís Aranha manteve com seu irmão Osvaldo – então embaixador do Brasil nos Estados Unidos – uma conversa telefônica na qual se disse favorável ao golpe e à nova Constituição, alegando que a situação política os tornara inevitáveis. Por outro lado, já em dezembro o Estado Novo extinguiu o Partido Autonomista, juntamente com todas as agremiações políticas do país.

No início de 1938, Luís Aranha assumiu a presidência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Depois da tentativa de golpe integralista (11/5/1938), o interventor federal no estado do Rio de Janeiro, Ernâni Amaral Peixoto, propôs a criação da Legião Nacional, que seria um partido de cunho corporativista, sem influências militares ou estrangeiras. Em junho, Luís Aranha informou a Amaral Peixoto que o ambiente no Rio Grande do Sul era desfavorável à criação de tal partido. No mesmo mês, enviou a Vargas um telegrama em que pedia demissão da presidência do IAPM. Essa atitude foi motivada pela reforma de seu irmão, capitão Manuel Aranha, sem que houvesse antes qualquer inquérito policial ou militar. O capitão dera proteção ao comandante do ataque integralista ao palácio Guanabara, Severo Fournier, para que se asilasse na embaixada italiana.

Luís Aranha ingressou, então, na iniciativa privada, tendo sido diretor da firma Behring Cia. S.A. durante mais de dois anos. Mais tarde, em sociedade com Augusto Frederico Schmidt, João Neves da Fontoura e outros, criou a Sociedade de Expansão Comercial (Sepa), na qual permaneceu até o fim da vida.

Em 1945, retomou, embora discretamente, a atividade política, tendo apoiado o brigadeiro

Eduardo Gomes, candidato das oposições à presidência da República nas eleições de 2 de dezembro daquele ano.

Na área empresarial, Luís Aranha foi ainda presidente da Meridional Acidentes de Trabalho, membro do conselho consultivo do Banco Safra S.A. e do Grupo Safra, e um dos fundadores da cadeia de lojas Ponto Frio e dos laboratórios Nova Técnica. Atuou, também, na área desportiva, como presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), de 1936 a 1943, do conselho deliberativo do Botafogo de Futebol e Regatas, clube da cidade do Rio de Janeiro, e do Conselho Nacional de Desportos (CND). Nesse setor, foi um dos responsáveis pela introdução do profissionalismo no futebol brasileiro.

Em 26 de outubro de 1967, sofreu um acidente automobilístico no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, em consequência do qual ficou paraplégico. Sem ter conseguido recuperar-se, morreu em 28 de março de 1978.

Foi casado com Heloísa Palmério Aranha e não teve filhos.

Seu arquivo encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; CASTRO, M. *Rio*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil*, ENTREV. BIOG.; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (29/1 e 27/7/76); NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1945; SOUSA, J. *Índice*.

ARANHA, Oswaldo

*dep. fed. RS 1927-1928; rev. 1930; min. Just. 1930-1931; min. Faz. 1931-1934; emb. Bras. EUA 1934-1937; min. Rel. Ext. 1938-1944; emb. Bras. ONU 1947; min. Faz. 1953-1954.

Oswaldo Euclides de Sousa Aranha nasceu em Alegrete (RS) no dia 15 de fevereiro de 1894, filho do coronel Euclides Egídio de Sousa Aranha e de Luísa Jacques de Freitas Vale Aranha, proprietários da estância Alto Uruguai no município gaúcho de Itaqui. Segundo entre os 12 filhos do casal, descendia diretamente, pelo lado paterno, de Maria Luzia de Sousa Aranha, baronesa de Campinas (da região paulista que hoje corresponde à cidade do mesmo nome), cujo marido foi um dos responsáveis pelo início do plantio de café na província de São Paulo. Seu pai, paulista de nascimento, exercia a chefia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em Itaqui. Na família de sua mãe, dedicada tradicionalmente à política em Alegrete, destacou-se Luís de Freitas Vale, barão de Ibirocaí. Seu bisavô Luís Inácio Jacques presidiu a Câmara Municipal em 1860. E o tio materno, Manuel de Freitas Vale foi eleito intendente de Alegrete em 1900, 1910 e 1913. Dentre seus irmãos destacaram-se Ciro Aranha e Luís Aranha como revolucionários em 1930, tendo este último presidido o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) em 1938. Seu primo Ciro de Freitas Vale exerceu interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores em 1939 e em 1949, tendo sido ainda embaixador do Brasil na Alemanha (1939-1942), na Argentina (1947-1948), no Chile (1952-1955) e na Organização das Nações Unidas (ONU, 1955-1960).

Em 1903, contando nove anos, ingressou como interno no Colégio dos Jesuítas de São Leopoldo (RS), na época denominado Ginásio Nossa Senhora da Conceição, e aí permaneceu até 1906, quando, na iminência de ficar cego, foi obrigado a interromper os estudos. Após breve período sob cuidados médicos em Buenos Aires, viajou no ano seguinte para o Rio de Janeiro, então capital federal, para dar continuidade ao tratamento, preparando-se ao mesmo tempo para a admissão no Colégio Militar, onde ingressou ainda em 1908. Concluindo o curso secundário em 1911, prestou exame para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde se matriculou em 1912. Data dessa época sua amizade com Virgílio de Melo Franco, que alcançaria projeção política com a Revolução de 1930, e com Rubens Antunes Maciel. Estreitou também amizade nesse período com José Antônio Flores da Cunha, que viria a exercer o governo do Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1914 partiu para a Europa em companhia de Rubens Antunes Maciel. Em Paris, matriculou-se em curso de aperfeiçoamento oferecidos pela

École des Hautes Études Sociales (Sorbonne). Viajou ao sul da França para tratamento de saúde e para a Itália onde tomou aulas de italiano e participou de conferências de juristas. Esteve também na Suíça e, em agosto, com o início da Primeira Guerra Mundial, reencontrou-se com Maciel e sua irmã Eloá em Paris, regressando ao Brasil. Retomou, então, o curso universitário.

Durante o período em que frequentou a Faculdade de Direito, aproximou-se de colegas que na política gaúcha se ligavam às oposições, embora seu pai fosse um republicano. Manteve também intensa atividade política contra o candidato ao Senado, marechal Hermes da Fonseca, apoiado pelo chefe do PRR e presidente do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, e contra o líder situacionista José Gomes Pinheiro Machado, senador pelo Rio Grande do Sul. Aranha chegou mesmo a liderar uma campanha estudantil contra ambos, participando de comícios e manifestações no largo de São Francisco, no Rio. Embora não fosse gasparista – designação dada aos seguidores de Gaspar da Silveira Martins, líder do Partido Liberal gaúcho, de oposição ao PRR – passou a frequentar, provavelmente influenciado por Rubens Antunes Maciel e outros gaúchos que estudavam no Rio, o Grupo Gaspar Martins, formado por universitários.

Preocupado com a intensa participação de Oswaldo na política estudantil, Pinheiro Machado escreveu a Euclides Aranha pedindo-lhe que interviesse junto ao filho de modo a “acalmar o ânimo dos estudantes”. Assim, em agosto de 1915, Euclides enviou uma carta ao filho aconselhando-o a moderar sua oposição a Hermes da Fonseca. A recusa em acatar as sugestões do pai resultou num estremecimento da relação que acabou sendo resolvido com a intermediação de sua noiva Delminda Benvinda Gudolle (Vindinha) e de sua mãe. No início de setembro, Pinheiro Machado foi assassinado, exacerbando os ânimos estudantis. Oswaldo continuava atuando nos meios estudantis e, logo a seguir, foi convidado a representar o Brasil no Congresso Pan-americano de estudantes em Montevideú. Foi incumbido de saudar publicamente Rui Barbosa quando este regressou de Buenos Aires após criticar a neutralidade argentina no conflito mundial. Em 1916, quando colou grau em ciências jurídicas e sociais. Após a formatura, retornou ao Rio Grande do Sul, permanecendo por alguns meses na estância Alto Uruguai.

Em princípios de 1917 instalou sua banca de advogado em Uruguaiana, município vizinho de Itaqui e Alegrete e próximo a Santana do Livramento, São Borja e Quaraí, locais em que frequentemente exerceu sua atividade profissional. Segundo seu

biógrafo Francisco Talaia O'Donnell, o fato de Aranha não se ter estabelecido em Alegrete deveu-se talvez a um convite de Flores da Cunha, que então ocupava a intendência (atual prefeitura) de Uruguaiana. Pouco depois de haver fixado residência nessa cidade, casou-se, em meados de junho, com Vindinha. Entre 1917 e 1923 dedicou-se quase exclusivamente à advocacia, obtendo em pouco tempo alto conceito profissional. Já em meados de 1917 o também advogado Getúlio Vargas, que se formara em 1907, fazia-lhe consultas sobre assuntos jurídicos, prática que se tornaria cada vez mais freqüente entre ambos, que chegariam inclusive a ter clientes em comum. Bem sucedido profissionalmente, atuava em questões relacionadas com transações de terras e gado, inclusive com argentinos e uruguaios. Além disso, atuava com causas familiares e de sucessão, aplicando os conceitos do novo Código Civil. Ainda nesse período, envolveu-se em política apoiando o PRR e Flores da Cunha na eleição local de 1920. Em 1921, discursou em Bagé a favor da candidatura de Nilo Peçanha para a presidência da República. No início da década de 1920 a estância do coronel Euclides Aranha foi atingida pela crise econômica que então se expandia por toda a campanha gaúcha, e seus pais enfrentaram problemas financeiros por alguns anos.

Os conflitos durante o quinto governo Borges

Ativaram-se em 1922 as articulações visando as eleições para a presidência do estado, que se realizariam em novembro. Borges de Medeiros, que presidira o Rio Grande de 1898 a 1908 e que desde 1913 voltara a chefiar o governo gaúcho, decidiu, em setembro, relançar sua candidatura, aspirando assim ao quinto mandato. Como Borges até então não tivesse concorrente, Oswaldo Aranha resolveu manifestar-se publicamente a seu favor, pressionado pelo pai e pelos amigos mais chegados, a maioria dos quais, como Getúlio Vargas, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura e Firmino Paim Filho, já vinha participando ativamente do PRR.

No mês seguinte, contudo, a oposição – que então incluía os federalistas, os republicanos dissidentes e os remanescentes do Partido Republicano Democrático (PRD) – lançou a candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil, íntimo da família Aranha apesar de seu passado como adversário de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, republicanos históricos. Em vista dessa nova indicação, Oswaldo Aranha escreveu a seu pai e a Assis Brasil. A este, Aranha pediu desculpas por não poder apoiá-lo, já que se havia comprometido com Borges. Segundo Talaia O'Donnell, essa atitude explica por que Oswaldo Aranha seria sempre muito prestigiado pelos libertadores.

Encerrou-se no Rio Grande do Sul em janeiro de 1923 a apuração das eleições de novembro do ano anterior, com Borges de Medeiros derrotando Assis Brasil e mantendo a presidência do estado. Os perdedores rebelaram-se, convencidos de que houvera fraude nas eleições, e no dia 25, quando Borges tomava posse, uma série de levantes em diversos pontos do território gaúcho deu início a um movimento que duraria cerca de dez meses. Ao se iniciar o conflito, Oswaldo Aranha, paralelamente ao exercício da advocacia, vinha desempenhando as funções de instrutor do Tiro de Guerra, o que lhe proporcionou uma certa facilidade no recrutamento de efetivos para a formação de corpos provisórios legalistas, tropas irregulares compostas por civis. Assim, organizou seu próprio grupo de provisórios, o 5º Corpo da Brigada Oeste, composto em sua maioria por pessoas de Itaqui, de Alegrete e municípios vizinhos. Para comandá-lo, recebeu a patente de tenente-coronel outorgada pelo governo do estado. O 5º Corpo serviu junto às tropas do coronel Flores da Cunha, comandante da Brigada Oeste, que por sua vez se encontrava subordinada ao comando geral do coronel Claudino Nunes Pereira.

Oswaldo Aranha combateu em Santa Maria Chico, Santa Rosa e Picada do Aipo (Campo Osório). O mais violento dos combates travou-se, contudo, em junho, quando da travessia da ponte sobre o rio Ibirapuitã, nos arredores de Alegrete, então ocupada pelas tropas do caudilho Honório Lemes, o mais popular entre os chefes rebeldes de 1923. Lutando na vanguarda da Brigada Oeste ao lado de Flores e do irmão deste, major Guilherme Flores da Cunha, que morreria em combate, Aranha foi atingido no ombro. As tropas governistas só conseguiram atravessar a ponte numa segunda carga. Recuperando-se do ferimento, Aranha participou ainda dos combates de Vista Alegre e de Quaraí-Mirim. Em fins de setembro, no entanto, adoeceu e transferiu o comando do 5º Corpo ao major Laurindo Ramos. Recolheu-se em seguida a Uruguaiana, para tratamento. Reincorporou-se à coluna de Flores em fins de outubro, mas não voltou ao combate em virtude do armistício negociado por autoridades federais.

O fim do conflito foi selado no início de dezembro de 1923 com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que garantia a permanência de Borges de Medeiros no governo até o final do mandato, mas impedia nova reeleição. Em janeiro de 1924 Aranha foi chamado pelo presidente do estado para assumir a subchefia de polícia da região de fronteira, que tinha por sede Alegrete. Naquele momento, o cargo era dos mais delicados, exigindo de seu ocupante grande sensibilidade para o apaziguamento dos revolucionários que regressavam do exílio, de modo a evitar novos choques entre estes e

os republicanos. Também em 1924 começou a lecionar direito internacional na Faculdade de Direito de Porto Alegre, muito embora só tenha sido nomeado em 1927. Por outro lado, seu pai foi eleito vice-intendente de Itaqui.

O acordo de Pedras Altas não chegou a promover a total pacificação do estado, pois os maragatos – designação inicialmente pejorativa dada às oposições pelos republicanos, que por sua vez levavam o apelido de chimangos – continuaram a reclamar de perseguições movidas pelo governo de Borges de Medeiros. Essas insatisfações confluíram com as rebeliões tenentistas que grassavam no país desde 1922. Assim, em outubro de 1924, as guarnições federais de Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, São Borja, Uruguaiana e Alegrete, comandadas pelo capitão Luís Carlos Prestes, rebelaram-se, solidárias com a revolta tenentista chefiada a partir de julho pelo general Isidoro Dias Lopes em São Paulo. O movimento militar contou ainda com o auxílio de elementos da Aliança Libertadora, que desde janeiro de 1924 passara a congregar as oposições no estado. Oswaldo Cordeiro de Farias afirma em suas memórias que Borges de Medeiros manteve entendimentos com os conspiradores militares de 1924 e o fez através de, entre outros, Oswaldo Aranha, que teria desistido de apoiar a revolta ao comprovar que não tinha condições para levantar parte do PRR sem o apoio de Borges. Este, por sua vez, logo determinou a mobilização da Brigada Militar e de todos os corpos provisórios contra os revoltosos.

Achando-se a cidade de Itaqui ameaçada em duas direções pelos rebeldes – cujas forças vindas de Uruguaiana buscavam a junção com as de São Borja e São Luís, onde Prestes estabelecera seu quartel-general –, Oswaldo Aranha, não obstante o que reportou Cordeiro de Farias, reuniu novo corpo provisório, composto basicamente pelos remanescentes do conflito anterior. Já em janeiro de 1925 Borges anunciava o sufocamento do movimento revolucionário, cujas forças haviam conseguido manter ao longo de dois meses uma base de apoio na região noroeste do estado. A partir de então, Prestes comandou a marcha para o norte, tentando uma junção com as forças rebeldes paulistas. Desse encontro surgiria a Coluna Prestes, que percorreu o país até 1927, quando se internou em território boliviano.

Da Revolução de 1924 Oswaldo Aranha saiu prestigiado e politicamente fortalecido, principalmente por sua atuação decisiva na defesa de Itaqui. Assim, logo no início do ano seguinte, Borges de Medeiros indicou-o, candidato à intendência de Alegrete, então um dos maiores redutos da oposição libertadora. Apesar de sua indicação ter sido mal recebida num primeiro momento, Aranha rapidamente conseguiu

controlar a situação política local. Durante sua gestão à frente da intendência, entre 1925 e 1927, foi sensível à modernização operada na cidade, que passou a ser a única do estado, além de Porto Alegre, a possuir luz elétrica nas ruas, calçamento e rede de esgotos. Para tanto, Oswaldo Aranha contou com a ajuda do governo estadual, interessado no sucesso da administração republicana naquele que até então era um dos principais municípios oposicionistas.

Em setembro de 1925 eclodiu no Rio Grande do Sul uma terceira revolta, liderada pelo “general” Honório Lemes, até então foragido, que comandou a invasão do estado por uma tropa de rebeldes, visando a derrubada de Borges de Medeiros. O movimento era hostil também ao presidente da República Artur Bernardes, a quem o caudilho considerava traidor porque este, depois de sofrer a oposição de Borges na campanha eleitoral, havia conservado o líder republicano gaúcho no poder em 1923. Imediatamente o comandante da 3ª Região Militar (3ª RM) mandou organizar um destacamento misto, com um corpo de tropas auxiliares, um contingente do Exército e outro da Brigada Militar, entregando o comando a Flores da Cunha. A esta formação se juntou Oswaldo Aranha, à frente de um grupamento integrado por moradores de Alegrete e Itaqui, entre os quais se incluía seu irmão Luís. Após alguns dias de perseguição aos rebeldes, que haviam adotado a tática do movimento, as tropas legalistas comandadas por Flores e Aranha conseguiram acuar os libertadores, acabando por aprisionar Honório Lemes junto com cinco companheiros integrantes do seu estado-maior próximo à localidade de Passo da Conceição.

Novo movimento armado, conhecido como Coluna Relâmpago, irrompeu no território gaúcho em fins de 1926, visando impedir a posse de Washington Luís na presidência da República. Concentrada basicamente numa unidade do Exército em Santa Maria, essa revolta era liderada pelos irmãos Néelson e Alcides Etchegoyen, os quais, sem conseguir controlar a cidade, acabaram por abandoná-la. Mais uma vez Aranha formou um corpo provisório com conterrâneos do Alegrete e se apresentou ao comando da 3ª RM, que o designou para chefiar a vanguarda legalista e fazer o reconhecimento da região onde provavelmente estariam as forças rebeldes. O encontro entre os dois grupos se deu nos campos do Seival, no município de Caçapava do Sul, a 25 de novembro. Nesse combate Oswaldo Aranha foi atingido no pé direito por uma bala que esfacelou os ossos do calcanhar. Levado imediatamente para Lavras, onde sua mulher Vindinha foi encontrá-lo, recebeu o primeiro atendimento sendo então transferido para Bajé, onde foi controlada forte infecção, evitando-se a amputação do

pé. Durante anos, contudo, sofreu as seqüelas deste ferimento, o que o obrigou, inicialmente a usar bengalas e depois sapatos especiais.

Aproveitando o crescente prestígio de Aranha pela sua bravura no Seival, Borges de Medeiros incluiu-o na chapa de candidatos do PRR a deputado estadual nas eleições de 15 de novembro de 1926. Aranha, ainda acamado, foi folgadoamente eleito para a Assembléia de Representantes do estado, mas não assumiria o novo cargo pois logo seria eleito também para a Câmara Federal.

De fato, no início de janeiro de 1927, Borges de Medeiros colocou um trem à disposição de Aranha para trazê-lo a Porto Alegre onde foi triunfalmente recebido e recepcionado pelo próprio presidente do estado. No mesmo dia, discursou da sacada do Grande Hotel para um grande público reafirmando seus compromissos com o PRR. Após certa hesitação em razão de seu estado de saúde e de preocupações com a política de sua cidade natal da qual ainda era intendente, Aranha aceitou concorrer a uma vaga para deputado federal, aberta pela ida de Getúlio Vargas para o ministério da Fazenda. Foi eleito em 24 de fevereiro, pelo segundo distrito, juntamente com Flores da Cunha, Firmino Paim Filho, Sérgio de Oliveira e, pela oposição, Batista Lusardo. Oswaldo Aranha tomou posse do seu mandato na Câmara Federal no Rio em 26 de maio de 1927, vindo a integrar os trabalhos parlamentares.

Sua permanência na capital da República, todavia, foi breve e interrompida por duas viagens ao Rio Grande do Sul em junho-julho e em novembro para tratar de problemas políticos no Alegrete relacionados com o seu antigo vice-intendente e para providenciar nova eleição para a intendência, ocupada finalmente pelo candidato proposto por Aranha. Até 1930, continuaria a ter grande influência sobre a política de seu município natal. Com a eleição de Vargas, em novembro de 1927, para a presidência do Rio Grande do Sul, Aranha foi convidado para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça do estado. Assumiu o cargo em janeiro de 1928. Eram da responsabilidade daquele órgão de governo as diretorias de Higiene e de Instrução Pública, a Brigada Militar e a polícia do estado, entre outros departamentos. Naquelas duas diretorias a gestão de Aranha foi caracterizada por medidas de certo modo inovadoras, tais como a criação dos primeiros postos de higiene e elaboração do Regulamento das Escolas Complementares, então uma das bases do ensino primário. Um dos estabelecimentos de ensino criados nesse período foi a Escola Complementar de Alegrete, hoje Instituto Oswaldo Aranha. O ponto básico de sua administração, no entanto, foi a preocupação em assegurar maior autonomia econômica ao estado. Vargas

procurou, logo nos primeiros dias de seu governo, avaliar a situação deficitária vivida pelas indústrias gaúchas, especialmente as do vinho, da banha e do charque, principais produtos do Rio Grande. Após alguns meses de estudos, realizados por uma pequena equipe da Secretaria do Interior, Aranha apresentou um programa de ação que seria publicado em 1929 com o título *O sindicalismo no Rio Grande do Sul*. Esse documento, um balanço dos empreendimentos agrícolas e industriais do estado, apontava deficiências básicas da economia gaúcha, responsáveis por um processo de superprodução, dispersão do crédito e concorrência sem lucro que levou a uma crise industrial. Para eliminar tais deficiências, Aranha propunha a formação de associações ou sindicatos de produtores agrícolas industriais, primeiro passo para a eliminação do excesso de produtos e marcas. Da adoção desse programa resultou no final da década de 1920 um aumento do impulso associativo. Pelo menos três grandes sindicatos de produtores foram criados: o do charque, o da banha e o do vinho. Por seu lado, os comerciantes organizaram a Federação das Associações Comerciais do estado. A atuação de Oswaldo Aranha foi, contudo, desviada dos problemas gaúchos ao se iniciar no Distrito Federal o debate sobre a sucessão do presidente Washington Luís.

A Aliança Liberal e a Frente Única Gaúcha

Ao iniciar-se o ano de 1929 já havia fortes indícios de que o presidente Washington Luís não respeitaria na campanha presidencial a rotina dos acordos “café-com-leite”, ou seja, a aliança entre São Paulo e Minas Gerais na condução da política nacional, e se fixaria na candidatura de seu protegido Júlio Prestes, presidente de São Paulo, em detrimento de Minas. Com essa escolha, Washington Luís pretendia garantir a continuidade, no quadriênio seguinte, da linha mestra de seu governo: a política monetária de retorno ao padrão-ouro e de fixação da taxa de câmbio acima dos índices do mercado, prejudicando as exportações. Discordando da candidatura de Prestes, porém, Minas Gerais se aproximou do Rio Grande do Sul, visando com isso lançar um candidato de oposição. As negociações desenvolvidas pelos dois estados foram traduzidas num acordo secreto, assinado em 17 de junho de 1929 por Francisco Campos e José Bonifácio de Andrada e Silva, representantes do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e do Partido Republicano Mineiro (PRM), e Neves da Fontoura, líder da bancada republicana gaúcha na Câmara dos Deputados e representante de Vargas e Borges de Medeiros. Por esse acordo, conhecido como Pacto do Hotel Glória, ficavam acertados, entre outros pontos, o veto de Minas ao nome de Júlio Prestes, a

retirada da candidatura mineira de Antônio Carlos e o lançamento de um gaúcho, Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas, para encabeçar a chapa oposicionista. No dia seguinte, João Daudt de Oliveira partia para Porto Alegre, levando, a pedido de João Neves, uma cópia do documento para ser entregue a Borges.

Todavia, chegando à capital gaúcha, Daudt foi retido por Vargas, que preferiu confiar a Oswaldo Aranha a missão de ir a Irapuazinho, fazenda de Borges em Cachoeira do Sul, para lhe entregar o texto do documento, acompanhado da carta de Neves e de uma outra, dele próprio, Vargas. Como o secretário do Interior ainda era considerado um dos políticos gaúchos favoráveis à indicação de Júlio Prestes, chegou-se a especular que ele teria ido ao encontro de Borges para comunicar-lhe que a candidatura do presidente paulista havia sido definida. Essa versão foi divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. De volta de Irapuazinho, Oswaldo Aranha comunicou a Vargas que o líder republicano aprovara, em princípio, o acordo entre os dois estados, estabelecendo apenas algumas condições para referendá-lo, as quais foram logo negociadas por João Neves junto aos representantes mineiros.

Para Getúlio Vargas, no entanto, o pacto representava um acordo precipitado, que poderia comprometer a posição do Rio Grande do Sul frente a Washington Luís, com quem procurava manter uma relação não conflitante: o presidente gaúcho temia as represálias econômicas que poderiam advir de uma ruptura com o governo central. Durante o mês de julho, Vargas, assim como Antônio Carlos, trocou cartas com Washington Luís a propósito do problema sucessório, tendo então revelado ao presidente da República que era candidato, com o apoio de Minas. Poucos dias depois, determinou a ida de Oswaldo Aranha ao Rio de Janeiro com a missão de discutir com o presidente e com representantes do situacionismo federal, mineiro e paulista: o objetivo de Vargas era fazer com que Washington Luís aceitasse sua candidatura ou, pelo menos, a de um *tertius* que contasse com a aprovação de Minas. As conversações desenvolvidas no Rio por Aranha chegaram ao fim, todavia, sem alcançar qualquer resultado positivo. Durante sua estada na capital federal, os jornais noticiaram que o presidente da República havia oferecido ao secretário gaúcho a vice-presidência na chapa de Júlio Prestes. Segundo João Neves revela em suas memórias, essa notícia era infundada, já que o convite havia sido feito anteriormente ao governador da Bahia, Vital Soares, que aceitara participar da chapa. O principal fator do fracasso da missão de Aranha foi a intransigência do presidente da República em não abrir mão da candidatura de Júlio Prestes.

Enquanto o secretário gaúcho ainda se encontrava no Rio, a comissão executiva do PRM, no dia 30 de julho, lançou a candidatura de Getúlio Vargas e de João Pessoa, presidente da Paraíba, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Vargas, todavia, condicionou sua indicação à obtenção do apoio do Partido Libertador (PL) gaúcho, o que foi garantido através da formalização da Frente Única Gaúcha (FUG), integrada pelo PRR e PL, a 1º de agosto. O rompimento oficial com o governo ocorreu durante a sessão da Câmara no dia 5, à qual Aranha esteve presente. Nessa ocasião, os deputados aliancistas procuraram justificar o rompimento dos mineiros com o argumento da interferência de Washington Luís em sua própria sucessão. Assim foi deflagrada a campanha da Aliança Liberal, cujo programa propunha a concessão de uma anistia ampla a todos os presos políticos, processados e perseguidos desde 5 de julho de 1922 e, ainda, capitaneando uma série de reformas políticas, o voto secreto.

Oswaldo Aranha seguiu dois dias depois para Minas Gerais em companhia de Francisco Campos, João Neves, José Pires Rebelo e João Simplicio de Carvalho, a fim de combinar com Antônio Carlos a organização da campanha eleitoral, examinando suas necessidades e hipóteses. Encerrados os trabalhos, deixou o Rio de Janeiro para Porto Alegre em 19 de agosto. A política mineira, todavia, não entrou unida na campanha. Logo de início, Washington Luís conseguiu recrutar dois mineiros para a campanha do candidato oficial: o ministro da Justiça, Augusto Viana do Castelo, e o diretor da Carteira Comercial do Banco do Brasil, Manuel de Carvalho Brito – responsável pela criação, em Minas, da Concentração Conservadora, de apoio a Júlio Prestes –, o que representou o primeiro revés sofrido pela Aliança Liberal. Enquanto isso, Oswaldo Aranha e João Neves, pelo Rio Grande, e Afrânio de Melo Franco, Francisco Campos e José Bonifácio, por Minas, procuravam consolidar o acordo entre este estado e a Paraíba, de modo a neutralizar a campanha do governo federal, que pretendia abafar a reação contra a imposição de uma candidatura pelo Catete. Esses políticos aliancistas mostravam-se cada vez mais convencidos de que Washington Luís tudo faria para garantir a eleição e posterior reconhecimento de seu candidato, o que os levou a cogitar da possibilidade de preparar um movimento armado.

Por outro lado, após a ruptura dos estados aliancistas com o governo federal, os políticos mais radicais da Aliança, entre os quais já se situava Oswaldo Aranha, passaram a ser procurados por alguns dos “tenentes” exilados em Buenos Aires, como Juarez Távora, Luís Carlos Prestes, Antônio de Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros e Djalma Dutra. Em setembro, segundo seu próprio depoimento, Luís Carlos

Prestes encontrou-se com Vargas em Porto Alegre. Dos entendimentos orientados a partir de então, do lado dos exilados, por Luís Carlos Prestes – que apesar de tudo ainda resistia à idéia da participação dos “tenentes” na Aliança –, resultou a ida a Porto Alegre, na primeira quinzena de outubro, de Siqueira Campos, João Alberto e Juarez Távora, que participariam também dos entendimentos com os políticos de Minas e da Paraíba. Dessa reunião entre os políticos gaúchos e os três exilados (Aranha forneceu a Juarez um passaporte falso) ficou decidida a ida de Távora para o Nordeste do país, onde procuraria articular um movimento. Antes, porém, deveria, em companhia de Siqueira, entrar em entendimento, em nome do governo gaúcho, com o presidente Antônio Carlos a respeito da possível contribuição de Minas para a compra de armas no exterior.

Poucos dias depois, a 17 de outubro, Fernando de Melo Viana, vice-presidente da República, rompeu com o PRM por discordar da indicação de Olegário Maciel para o governo de Minas, em substituição a Antônio Carlos. Indispôs-se, portanto, com a Aliança Liberal, após o que aderiu oficialmente à Concentração Conservadora. Apesar de a política mineira se esforçar em manter os compromissos assumidos com a Aliança Liberal, a dissidência de Melo Viana fez aflorar no PRM sinais de cisão interna. Vargas, procurando aproveitar a situação de modo a estabelecer a reconciliação com Washington Luís, fez forte pronunciamento contra o situacionismo mineiro, censurando sua liderança por não ter sabido evitar o rompimento de Melo Viana.

O presidente gaúcho deu continuidade a seus esforços de reconciliação durante todo o mês de novembro. No dia 29 reuniu-se com Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha, João Neves e Flores da Cunha, prevalecendo então a proposta de se fazer uma sondagem junto aos “aliados” (Minas e Paraíba) sobre os termos em que a paz poderia ser negociada. Para Vargas, a manutenção da candidatura liberal não se justificaria caso Júlio Prestes aceitasse o programa da Aliança no seu todo ou mesmo em parte, mas essa opinião foi recusada por Minas, que pressionou os gaúchos a uma decisão. Vargas manteve, no entanto, a dubiedade, ora aproximando-se dos aliancistas mais exaltados, ora de Washington Luís, junto ao qual se fez representar por Paim Filho – responsável pela assinatura, no mês seguinte, de um *modus vivendi* com o presidente da República e com Júlio Prestes.

Prosseguiram em dezembro os contatos com os revolucionários de 1922 e 1924. Para a ala mais radical da Aliança Liberal, a adesão de Luís Carlos Prestes, que ainda se mantinha arredio a qualquer tipo de colaboração, seria fundamental não apenas para o

caso de um possível movimento armado mas, principalmente, para a vitória da chapa aliancista nas eleições de 1º de março de 1930, uma vez que a marcha da Coluna Prestes pelo interior do país havia transformado o líder tenentista no nome de maior prestígio popular nas regiões por onde passara, tornando-o inclusive conhecido como o Cavaleiro da Esperança. Assim, no início do mês, Oswaldo Aranha, atendendo à insistência de João Alberto, Siqueira Campos e Juarez Távora, convidou Prestes para um encontro na capital gaúcha e lhe ofereceu a chefia militar do movimento. Prestes, todavia, não desejava fazer a revolução com os políticos e, sem se comprometer formalmente, impôs condições para chefiar a luta: preparação militar por ele dirigida, dinheiro e um esquema de sustentação para as manobras e viagens de seus companheiros e para ele mesmo. Tudo isso lhe foi garantido por Oswaldo Aranha, como representante de Vargas. O dinheiro foi-lhe entregue mais tarde, parte por intermédio de um banco em Montevideu e parte pessoalmente por Rubens Antunes Maciel. Com o rompimento de Prestes em maio do ano seguinte, no entanto, esse dinheiro não chegaria a ser utilizado pelos revolucionários, tendo sido empregado somente em 1935, quando dos preparativos para a Revolta Comunista de novembro.

Essa primeira fase do movimento conspirativo não implicava ainda uma preparação real para a luta armada. Os contatos eram realizados paralelamente à propaganda da Aliança Liberal com vistas às eleições. A idéia de uma revolução repugnava ainda a alguns dos principais aliancistas, como Borges de Medeiros e Antônio Carlos. O início de 1930 foi marcado pelo crescimento do apoio popular à Aliança. No dia 2 de janeiro, Getúlio Vargas, acompanhado de João Pessoa, leu sua plataforma de candidato numa grande manifestação realizada na esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro. Em seguida, a Aliança Liberal organizou caravanas que percorreram os estados fazendo a pregação de seu programa. Já em fevereiro Oswaldo Aranha assumiu interinamente a presidência do Rio Grande do Sul, uma vez que Vargas não considerava lícito presidir as eleições no estado sendo ele próprio um dos candidatos à chefia da República. A indicação de Oswaldo Aranha provocou profundo mal-estar, pois João Neves da Fontoura, então vice-presidente do estado, era o substituto legal de Vargas.

A Revolução de 1930

Aplicando os métodos típicos da época aos quais, onde pôde, também não se furtou a oposição, não foi difícil a Washington Luís obter a 1º de março de 1930 a

vitória de Júlio Prestes e de seu companheiro de chapa, Vital Soares, com grande diferença de votos sobre a chapa da Aliança Liberal. Ganhou força, então, a perspectiva de um movimento armado. Ao longo do mês, Oswaldo Aranha transmitiu aos governantes de diversos estados as denúncias que recebera sobre fraudes eleitorais, enviando protestos ao Ministério da Justiça por esses acontecimentos, assim como ao Ministério das Relações Exteriores pela divulgação do resultado do pleito no exterior antes do término das apurações. Trocou ainda correspondência com Washington Luís sobre o desenrolar das eleições no Rio Grande do Sul e no restante do país.

Em 19 de março, todavia, Borges de Medeiros concedeu entrevista reconhecendo a vitória de Júlio Prestes e, de modo a encerrar o assunto, considerando positivo o fato de ele ter superado Vargas por margem indiscutível de votos. Declarou ainda que o Rio Grande do Sul deveria, se convidado, cooperar com o futuro governo. Evidenciava-se assim a divergência entre os integrantes da Aliança Liberal, especialmente dentro do PRR: enquanto o grupo liderado por Oswaldo Aranha e João Neves lutava pela organização de um levante armado, outros, como Borges, davam por encerrada a coalizão. As declarações do líder republicano provocaram, portanto, forte reação. Segundo Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, a dissidência chefiada por Aranha e João Neves correspondia à posição do PL e da população gaúcha de forma que o PRR e a FUG seriam diretamente atingidos caso esses políticos assumissem a ruptura com o governo federal. Uma reunião na chácara de Oswaldo Aranha entre este, João Neves, Lindolfo Collor e Maurício Cardoso foi objeto de grande atenção, pois ali se decidiria o rompimento com Getúlio ou a obediência ao partido. À última hora, Vargas decidiu participar do encontro, o que amenizou as diferenças. Ao término dos debates, ficou decidido não dividir o PRR, prestigiar a chefia de Borges e transmitir a este a convicção de que o Rio Grande do Sul, tendo em vista os compromissos assumidos, não poderia entrar em entendimentos com Júlio Prestes.

Essas resoluções tornaram-se a base de um documento conhecido como *Heptálogo do Irapuazinho*. Elaborado por João Neves, fixava sete normas principais que deveriam pautar a atuação da bancada republicana frente à nova conjuntura. O documento foi integralmente aprovado por Borges, mas Getúlio Vargas se mostrou contrariado, não com as propostas em si, mas com o que representou a inversão das praxes até então adoradas pelo partido, ou seja, com o *Heptálogo* a bancada estaria, no entender do presidente gaúcho, determinando a orientação a ser adotada pelo PRR e pelo governo do estado. A posição de Vargas levou João Neves a anunciar que

renunciaria ao mandato de deputado federal, mas a divergência foi eliminada por intermédio de Oswaldo Aranha, que era favorável ao documento. Ele foi ao encontro de Neves em Cachoeira do Sul, dizendo-se autorizado a lhe garantir o apoio de Vargas para que reassumisse a cadeira na Câmara e cumprisse integralmente as disposições do *Heptálogo*.

Ao mesmo tempo, no Rio, João Batista Luzardo, então um dos dirigentes do PL e deputado federal, comunicava ao político mineiro Virgílio de Melo Franco que as forças políticas gaúchas estavam dispostas a adotar o caminho armado sob a condição de que seu estado fosse acompanhado por Minas e pela Paraíba. Encontrou-se em seguida, em companhia de Virgílio, com Antônio Carlos, que o autorizou a declarar aos chefes políticos gaúchos e ao ex-presidente Epiácio Pessoa que Minas aceitaria a solução armada caso o Rio Grande a adotasse. Epiácio Pessoa concordou com os mineiros e se comprometeu a consultar o presidente da Paraíba, seu sobrinho João Pessoa, a quem caberia a última palavra sobre a atitude de seu estado. Em 25 e 26 de março Luzardo reuniu-se em Porto Alegre com Oswaldo Aranha, João Neves, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, todos envolvidos na conspiração, e com Getúlio Vargas. De volta ao Rio no dia 28, relatou a Virgílio o resultado de sua viagem: Borges de Medeiros havia retificado suas declarações sobre a eleição de Júlio Prestes, Getúlio não deixara dúvidas quanto à sua disposição de desencadear o movimento e Oswaldo Aranha se encontrava em plena atividade conspiratória. Com este último ficou acertada, também, a ida de seu irmão Luís ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte para discutir com os políticos mineiros e paraibanos os termos em que os três estados se comprometeriam a entrar na revolução.

Chegando ao Rio em companhia de Luzardo e Virgílio de Melo Franco, Luís Aranha entrevistou-se no dia 12 de abril com Epiácio Pessoa, a quem transmitiu os preparativos para o movimento. Oswaldo Aranha acelerava a conspiração, encomendando na Tchecoslováquia cerca de 16 mil contos de réis em material bélico e munições. O Rio Grande do Sul deveria participar com a metade dessa quantia, cabendo seis mil contos a Minas e dois mil à Paraíba. Após obterem o apoio resolutivo de Artur Bernardes, os três políticos seguiram para Belo Horizonte, onde conversaram com Antônio Carlos, Francisco Campos, secretário de Justiça, e Djalma Pinheiro Chagas, secretário da Agricultura. Ficou combinado que Minas daria a contribuição estipulada e que Francisco Campos acompanharia Luís Aranha ao Rio Grande para verificar o andamento dos preparativos.

O político mineiro desembarcou em Porto Alegre no dia 18. Com Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha acertou os termos segundo os quais Minas aceitaria participar da revolução. Os mineiros se obrigavam a desencadear o movimento simultaneamente com o Rio Grande do Sul e a Paraíba no momento determinado. Militarmente, caberia a Minas desviar a atenção das tropas federais sediadas no estado, fechar as fronteiras e provocar o deslocamento das tropas legalistas do sul de São Paulo de modo a facilitar o avanço gaúcho em direção ao Distrito Federal. No Sul o movimento seria liderado por Oswaldo Aranha e João Alberto; no Nordeste, por João Pessoa e Juarez Távora; em Minas, por Antônio Carlos e o tenente Leopoldo Néri da Fonseca; e em São Paulo, por Siqueira Campos, em comum acordo com a direção do Partido Democrático (PD).

Borges de Medeiros ainda se mantinha em maio numa posição conciliadora, procurando evitar a cisão cada vez mais visível no interior do PRR, com a ala radical liderada por Aranha e Neves se contrapondo à de Paim Filho, Vespúcio de Abreu e Augusto Pestana, que consideravam a adoção da solução armada inconciliável com o partido. Vargas, por seu lado, continuava enigmático. Apesar das divergências, ainda no início do mês Aranha estabeleceu a data de 16 de julho para a eclosão do movimento, considerando que todos os “tenentes” exilados já estavam informados, que a preparação militar progredia em Minas e que fora acertada a cooperação de guarnições federais em São Paulo. Minas, todavia, encontrava dificuldades para reunir a quantia que lhe coubera para os preparativos e que era reclamada com urgência por Oswaldo Aranha: dos seis mil contos de réis que se comprometera a fornecer só conseguiu juntar dois mil. Idêntica dificuldade teve o governo da Paraíba, vítima de boicote financeiro por parte de Washington Luís, só conseguindo enviar mil contos de réis.

A publicação de um manifesto de Luís Carlos Prestes em fins de maio comunicando sua adesão ao comunismo provocou certo retrocesso nas articulações, principalmente porque veio reforçar o impacto causado, ainda no início do mês, pela morte de Siqueira Campos, a quem cabia coordenar a conspiração em São Paulo. Por outro lado, em 1º de junho, Vargas lançava um manifesto à nação denunciando os procedimentos do governo federal durante as eleições e afirmando não estar longe “a necessária retificação, para vermos a democracia brasileira no regime que exige a felicidade pátria”. Nos dias seguintes, porém, o presidente Antônio Carlos começou a recuar. Em entrevista com João Neves e Flores da Cunha, declarou que estava com o Rio Grande do Sul e seguiria a sua orientação, mas “insinuou – segundo Virgílio de Melo Franco – que o melhor seria firmar-se uma sólida aliança entre os três estados para

uma campanha política, ficando de pé o compromisso com a revolução, caso o governo federal interviesse na Paraíba”. Poucos dias depois, ao ser informado de que fora escolhida, embora ainda a se confirmar, a data de 16 de julho para a deflagração do movimento, Antônio Carlos tornou a se mostrar hesitante, criticando o que considerava precipitação dos revolucionários gaúchos, aos quais acusou ainda de terem marginalizado Borges de Medeiros.

Segundo Virgílio de Melo Franco explicaria depois, em *Outubro, 1930*, ele e seus companheiros de conspiração em Belo Horizonte haviam exagerado muito, aos olhos do presidente mineiro, a extensão dos preparativos do movimento, não só em Minas como em outros pontos do país. Mas não puderam impedir que, em meados de junho, ao perceber que a situação não era tão favorável quanto lhe fora apresentada, Antônio Carlos acusasse Oswaldo Aranha e ele próprio, Virgílio, entre outros conspiradores, de o estarem envolvendo e a Minas em uma aventura louca. Nesse momento, mostrou-se decidido a fazer abortar o movimento. Essa opinião foi confirmada pouco depois, no dia 17 de junho, quando Antônio Carlos encarregou Francisco Campos de enviar a Oswaldo Aranha um radiograma cifrado afirmando que o presidente de Minas considerava o movimento inteiramente sem articulação, deficientemente preparado e sem probabilidade de sucesso e propondo um acordo entre os dois estados com vistas a uma campanha política. Quanto à possibilidade de intervenção na Paraíba pelo governo federal, era defendida a necessidade de um novo estudo da situação.

A resposta de Aranha foi imediata. Otimista quanto ao movimento, entendia, no entanto, não ser conveniente o prosseguimento dos preparativos sem um objetivo certo e definido. Nesse sentido, instou o governo mineiro a se posicionar em relação à luta armada. No dia 21, Francisco Campos voltou a se comunicar com ele, reiterando que Antônio Carlos preconizava uma ação exclusivamente política e concluindo com a opinião – que deu como sua, mas que lhe fora ditada pelo próprio Antônio Carlos – de que o chefe do governo mineiro queria evitar o movimento. Dois dias depois, veio a áspera resposta de Aranha: arcava o presidente de Minas com inteira responsabilidade da desistência (“Meu pensamento situação pior que dos negros sofreram escravidão com menor ridículo”). Preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos ainda tentou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas ao presidente do estado eleito (em março), Olegário Maciel. Percebendo a manobra, Virgílio de Melo Franco obteve de Cristiano Machado, responsável pela pasta do Interior no futuro

secretariado, que enviasse a Olegário uma mensagem sugerindo uma resposta que desencorajasse Antônio Carlos.

Depois de entendimentos realizados com a direção do PRM, Virgílio de Melo Franco radiografou a Oswaldo Aranha no dia 27 de junho dizendo-lhe que a situação não deveria ser encarada com pessimismo, de vez que o presidente de Minas estava isolado em sua posição vacilante. Achava ainda que, se o Rio Grande do Sul exigisse o cumprimento do compromisso assumido, o próprio Antônio Carlos não faltaria à palavra dada. Oswaldo Aranha respondeu-lhe no dia seguinte: “Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco que desanima os próprios soldados. Minha disposição inabalável abandonar vida política.” Por outro lado, o recuo de Antônio Carlos proporcionou a Getúlio o pretexto de que precisava para recuar ele próprio, o que levou Oswaldo Aranha a apresentar, ainda no dia 27, seu pedido de demissão da Secretaria de Justiça. Fracassava assim a primeira tentativa de desencadear a revolução: a saída de Aranha provocou profundo desânimo entre os conspiradores, levando seu principal articulador militar, o tenente João Alberto, a retornar a Buenos Aires.

No mês de julho, enquanto os conspiradores mais obstinados lutavam para manter os preparativos, que se desmanchavam sob o efeito de fracassos e discordâncias, ocorreu no dia 26 o assassinato de João Pessoa, em Recife. A chegada da notícia ao Rio Grande coincidiu com o banquete que era oferecido a Oswaldo Aranha no Clube do Comércio. Logo foram improvisados alguns discursos, o primeiro deles por Aranha, seguido pelos de João Neves e Flores da Cunha, insistindo na impossibilidade de o Rio Grande se manter impassível. No dia seguinte, Aranha e Vargas foram procurados por Virgílio de Melo Franco, que viajara a Porto Alegre, como representante formal dos mineiros, com a missão de atuar na preparação do movimento armado. De sua atuação resultou o reatamento das negociações entre os dois estados, apesar de Antônio Carlos ter mandado dizer a Getúlio que não representava o pensamento de Minas. Ao mesmo tempo, no Rio, Olegário Maciel declarava a Maurício Cardoso estar de acordo com o movimento, desde que ocorresse antes de sua posse, a 7 de setembro.

Oswaldo Aranha – que em acordo com Vargas continuava a centralizar a organização do movimento – supunha que toda a articulação revolucionária poderia ser feita até o final de agosto, prevendo assim a eclosão do movimento para o início de setembro, no mais tardar. O estado-maior que atuava na capital gaúcha era chefiado pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro – que fora chamado a

desempenhar essa função depois que Prestes recusara o convite –, sendo integrado ainda por Aranha – em dedicação exclusiva –, por Miguel Costa e Newton Estillac Leal. O andamento dos preparativos, no entanto, se ressentia da ausência de João Alberto. Em meados de agosto, retornando de Buenos Aires, ele passou a integrar o estado-maior, dando novo impulso às articulações. Opinou então que o movimento não estaria maduro antes do final do mês de modo a que se pudesse deflagrá-lo ainda durante o mandato de Antônio Carlos, com o que concordou Oswaldo Aranha. Pressionado, todavia, pelos representantes mineiros, o ex-secretário gaúcho acabou por estabelecer como data provável da deflagração a madrugada de 25 de agosto. Poucos dias antes dessa data, no entanto, ele e João Alberto chegaram à conclusão de que ainda não havia preparação suficiente. Num clima de desconfianças recíprocas entre os conspiradores dos diferentes estados, a notícia gerou grande tensão: do Nordeste, Juarez Távora escreveu a Oswaldo Aranha pedindo-lhe que apressasse o movimento para evitar um levante isolado na Paraíba, onde era grande a exaltação.

A conspiração sofreu uma de suas maiores crises no Rio Grande do Sul entre os dias 20 e 30 de agosto. Regressando da estância de Borges de Medeiros, o político Otelo Rosa, do PRR, anunciou em Porto Alegre uma entrevista em que exporia a opinião do líder republicano contrária à solução armada. Como a notícia foi utilizada pelos políticos interessados em impedir a eclosão do movimento, Aranha procurou Otelo Rosa e dele obteve o compromisso de sustar a entrevista enquanto o ex-secretário não se entendesse pessoalmente com Borges: dada a autoridade e prestígio de que Borges desfrutava junto ao partido, qualquer pronunciamento seu condenando a revolução acabaria por dividir o estado, enfraquecendo o movimento antes de seu início e excluindo a possibilidade de que as forças gaúchas marchassem de imediato para o norte.

Pouco depois desse entendimento, João Neves, que se encontrava em Porto Alegre, recebeu um telegrama de Cachoeira do Sul prevenindo-o de que o subintendente da cidade partia para a capital levando carta de Borges de Medeiros a Vargas em que o líder do PRR vetava a revolução. A notícia foi confirmada em seguida com a chegada do subintendente. Aranha, após se entender com Getúlio, convocou uma reunião, à qual compareceram Flores da Cunha, João Neves, Lindolfo Collor, João Alberto e Virgílio de Melo Franco. No encontro ficou estabelecido que, independentemente das circunstâncias, mesmo que fosse impossível a recomposição da unidade política gaúcha, a decisão de marchar para a revolução era irrevogável. Mas até lá o objetivo principal

seria obter o apoio de Borges de Medeiros. Coube a Aranha, devidamente autorizado por Vargas, procurar o líder republicano em sua estância, de onde conseguiu trazer não apenas a aprovação de Borges como também sua promessa de contribuir para a revolução em tudo o que estivesse a seu alcance.

Raul Pilla, líder libertador, convocou no final do mês o diretório central de seu partido para protestar contra o que considerava exclusão sistemática do PL das deliberações revolucionárias. Em carta a Oswaldo Aranha, Pilla afirmava desconhecer a orientação que vinha sendo dada ao movimento, acusando as lideranças políticas de pretenderem afastar o PL, o que foi negado pelo ex-secretário do governo de Vargas.

Em 11 de setembro, finalmente, Góis Monteiro e Oswaldo Aranha consideraram concluída a fase de preparação. Segundo Virgílio de Melo Franco, Aranha só assumiu a responsabilidade de convidar Vargas para fixar a data da eclosão do movimento quando teve a certeza de que todos os preparativos tinham sido feitos: sua relutância em assumir o risco da revolução sem que tudo estivesse previsto decorria do fato de que Vargas lhe havia entregue “a direção dos trabalhos... com a advertência de que o movimento só seria desencadeado no dia em que ele desse por concluída a sua preparação, a qual o presidente do estado, aliás absorvido pela administração, mal acompanhava”. Mesmo assim, ao saber que a data já poderia ser marcada, Getúlio ainda exigiu a ida de um emissário ao Rio para procurar os generais Augusto de Tasso Fragoso, Alfredo Malan d’Angrogne e Francisco de Andrade Neves, todos simpáticos à Aliança Liberal, e conseguir deles o compromisso de impedir, no caso de o movimento se sair vitorioso, que o governo caísse “em mãos alheias” antes da chegada dele, Getúlio, ao Rio. Para essa consulta foi indicado Lindolfo Collor.

Com o regresso de Collor no dia 20 de setembro, Aranha fez as consultas definitivas a Juarez Távora, encarregado da revolta nos estados do Norte, e a Minas, após o que ele e Getúlio escolheram o dia 3 de outubro para desencadear o movimento. Logo em seguida, Aranha enviou novo telegrama a Távora, comunicando-lhe que o início do levante havia sido fixado para as 17 horas e 30 minutos daquele dia. Como resposta, recebeu o pedido para que o movimento fosse iniciado na madrugada do dia 4, conforme já havia sido combinado com as chefias revolucionárias nortistas. Um fator importante no movimento era a simultaneidade das revoltas, mas devido a uma série de mal-entendidos, relacionados com a redação e leitura do telegrama, Aranha respondeu-lhe achando que ele teria concordado com sua proposta. Desse modo, as rebeliões teriam início em horas diferentes.

Durante o período em que se desenvolveram os preparativos revolucionários, dona Vindinha Aranha presenciou quase todas as reuniões realizadas no Rio Grande do Sul, tendo colaborado, nessas ocasiões, na codificação das resoluções que eram tomadas, para posterior divulgação. Auxiliou também na decifração dos telegramas recebidos.

A revolução começou em Porto Alegre precisamente às 17 horas 30 minutos do dia 3 de outubro, com Oswaldo Aranha e Flores da Cunha chefiando o ataque ao quartel general, sedes dos comandos do Exército e da Região Militar. Às 11 horas da noite estavam dominadas todas as guarnições militares da capital gaúcha, à exceção do 7º Batalhão de Cavalaria, comandado pelo coronel Benedito da Silva Acauã, que opôs forte resistência aos rebeldes até constatar a inutilidade de tal esforço. No resto do estado os acontecimentos decorreram mais ou menos da mesma forma. Em 48 horas todas as guarnições já se haviam rendido ou aderido ao movimento. Depois de controlada a situação em todo o Rio Grande do Sul, as forças revolucionárias foram reestruturadas em batalhões, formados pelas tropas federais e voluntários. Assim, já no dia 5 partia o primeiro batalhão gaúcho, sob o comando do tenente Alcides Etchegoyen, para tomar Santa Catarina. No dia seguinte, Aranha telegrafou a João Neves da Fontoura informando-o de que, além do Rio Grande, os revolucionários já tinham o controle de Santa Catarina e do Paraná, mas que o Norte e Minas ainda resistiam.

Decidido a assumir o comando revolucionário, Getúlio Vargas transferiu o governo do estado a Oswaldo Aranha, muito embora devesse fazê-lo a João Neves, que ocupava a vice-presidência. Em carta enviada a este último, Vargas alegava que, dada a incerteza do desfecho do movimento, não poderia prescindir de sua atuação como líder da bancada republicana na Câmara Federal. Descontente com a solução, Neves decidiu embarcar com as tropas revolucionárias, apresentando sua renúncia ao cargo. A indicação de Aranha gerou profundo mal-estar entre ele e João Neves e entre este e Vargas, tendo sido feitas diversas tentativas para dissipá-lo, sem que fossem obtidos maiores resultados. Em relação a Getúlio, o incidente foi dado por encerrado por João Neves ao receber uma carta daquele afirmando a continuidade da amizade entre ambos a despeito da divergência política. Quanto a Aranha, contudo, permaneceu a incompatibilidade. Assim, no dia 11 de outubro, após nomear novamente Aranha secretário do Interior, Getúlio Vargas transmitiu-lhe o governo gaúcho, assumindo ele próprio o comando das tropas que marchavam em direção ao Distrito Federal. Na presidência do estado, Oswaldo Aranha teve que enfrentar de imediato a falta de

armamentos para os revolucionários. Manteve, então, correspondência com Lindolfo Collor, que se encontrava em Buenos Aires procurando obter armas com o Estado-Maior argentino.

A ofensiva que estava sendo preparada em Itararé (SP), onde se concentravam cerca de 40 mil homens das tropas revolucionárias, foi suspensa a 24 de outubro por Góis Monteiro, que recebera a notícia da deposição de Washington Luís por uma junta governativa provisória formada pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. À falta de maiores informações, o estado-maior revolucionário ficou apreensivo quanto ao rumo dos acontecimentos na capital da República. Por outro lado, a junta mantinha uma atitude ambígua: a nomeação de seu ministério e a adoção de várias medidas legislativas traduziam certa intenção de permanecer no poder. Consultado Afrânio de Melo Franco, pai de Virgílio, nomeado para a pasta das Relações Exteriores, o estado-maior revolucionário obteve a justificativa de que tais nomeações se faziam indispensáveis à manutenção da ordem pública e que a junta aceitava a posse de Vargas na presidência da República.

Os planos de Getúlio, contudo, não previam a partilha do poder. Assim, encarregou Oswaldo Aranha de partir para o Rio a fim de negociar com a junta sua posse no governo. No dia 25, ainda no Rio Grande do Sul, Aranha telegrafou a Tasso Fragoso: “A V. Excia. com a Junta Governativa, assim como às classes armadas e às populações ainda não libertadas cabe não só o dever de não resistir, senão o de incorporarem-se à insurreição geral dos brasileiros, cooperando com ela sem preconceitos.” Como resposta, Tasso Fragoso definiu como exclusivamente patrióticos os objetivos que nortearam a junta. Paralelamente, foi dada ordem às tropas rebeldes de continuarem seu avanço em direção à capital.

Aranha chegou ao Rio no dia 27, acompanhado de dona Vindinha, Lindolfo Collor e Herculino Cascardo, reunindo-se em seguida com os membros da junta governativa para esclarecer em que condições seria dada posse a Getúlio. Após longa e detalhada exposição dos propósitos revolucionários, a junta acabou por ceder aos aliancistas e entregou o poder a Vargas, que se tornou chefe do Governo Provisório instalado em 3 de novembro de 1930.

Ministro da Justiça: a implantação da nova ordem

Um dos principais articuladores civis do movimento revolucionário que determinou o final da Primeira República, Oswaldo Aranha deu início ao período de

maior projeção nacional em sua trajetória política, tornando-se figura de destaque na nas décadas que se seguiram. Sua trajetória nesse período foi reconstituída, detalhadamente, no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Trata-se aqui de apresentá-la sinteticamente, dos primeiros tempos da Era Vargas até seu falecimento em 1960, destacando apenas os acontecimentos de maior relevo.

No dia 5 de novembro Oswaldo Aranha assumiu a pasta da Justiça e Negócios Interiores com a incumbência de implantar a nova ordem. Nesse sentido, foi baixado no dia 11 de novembro o Decreto-Lei nº 19.398, institucionalizando os poderes discricionários do chefe do Governo Provisório, e dissolvendo o Congresso Nacional e todos os demais órgãos legislativos existentes no país, o que criou um quadro de exceção que deveria perdurar até a eleição de uma assembléia constituinte. Era determinada também a substituição dos governadores de estado por interventores. Pelo mesmo decreto criou-se o Tribunal Especial, primeiro órgão da justiça revolucionária, instaurado com a finalidade de apurar e identificar os responsáveis pela prática de atos contrários à vida constitucional do país e por irregularidades administrativas que teriam sido praticadas durante o governo de Washington Luís. Foi também elaborado o decreto do Governo Provisório concedendo anistia a todos os civis e militares que participara dos movimentos revolucionários da década de 1920 (9/11/1930); criada a Corte de Apelação (19/11/1930) e reformado o Supremo Tribunal Federal (3/2/1931).

Como ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, por sua ligação com os “tenentes”, mostrou-se sempre contrário à reconstitucionalização imediata do país, defendendo ao invés disso a “reconstrução autêntica” da nação. Como tal, integrou o “gabinete negro”, designação dada pela imprensa ao reduzido grupo que se reunia com Vargas no Palácio Guanabara para debater os rumos da revolução, mas que desde o início se deparou com a dificuldade de estabelecer um denominador comum entre os diferentes setores que haviam apoiado o movimento. Aranha foi também incentivador da Legião de Outubro e do Clube 3 de Outubro, organizações que objetivavam dar conteúdo, organização e unidade aos princípios da revolução, conferindo maior coesão à atuação dos elementos comprometidos com a nova ordem. Não demoraria, porém, em romper com essas organizações, alegando divergências políticas.

O caso da interventoria de São Paulo e a crise mineira

Os primeiros tempos do governo Vargas foram assim marcados pela acirrada disputa entre os “tenentes” e os quadros políticos tradicionais. Os “tenentes”

empreenderam uma ofensiva até certo ponto radical para quebrar o poder de oligarquias estaduais, notadamente na região Nordeste. Paralelamente à sua participação na Legião Revolucionária e no Clube 3 de Outubro, Oswaldo Aranha desenvolveu intensos contatos nos meios políticos e buscava interferir nas disputas estaduais, principalmente em Minas Gerais e São Paulo, além do Rio Grande do Sul. E embora Vargas desenvolvesse um difícil exercício de equilíbrio político, apoiando tacitamente a ação tenentista e o prolongamento da ditadura, logo se deparou com o descontentamento da elite paulista, empenhada na defesa da autonomia estadual e da constitucionalização do país. Neste estado, São Paulo, onde desde o início se empenhara junto a Vargas para a nomeação de João Alberto como interventor, Aranha atuou em diversas ocasiões como intermediário, muito embora a situação só viesse a se agravar com o passar dos meses, tal a multiplicidade de interesses envolvidos.

Ministro da Fazenda

Em 16 de novembro, com a renúncia do paulista José Maria Whitaker do cargo de ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha passou a acumular as duas pastas. Já no início de dezembro, no entanto, comunicava a Vargas sua intenção de afastar-se do Ministério da Justiça, onde foi substituído pelo político gaúcho Joaquim Maurício Cardoso, permanecendo ele, Oswaldo, na pasta da Fazenda.

Como ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha teve que enfrentar a violenta crise econômica oriunda da grande depressão mundial de 1929, que abalara gravemente as exportações brasileiras. O Brasil foi um dos países mais atingidos, tendo suas exportações caído de 95 milhões de libras esterlinas em 1929 para uma média anual de 38 milhões entre 1931 e 1933; as enormes safras continuavam a aumentar os estoques do produto, levando os cafeicultores a exercer forte pressão para que o governo comprasse o excedente; e a crise do comércio exterior que se instalou trouxe a redução da disponibilidade de divisas, que se limitaram praticamente ao saldo da balança comercial. Assim, a gestão de Aranha foi marcada pela adoção de medidas visando o maior equilíbrio orçamentário da União; pela renegociação a dívida externa brasileira e pela transferência para o governo federal da condução da política de valorização do café, implementada através da compra de estoques excedentes do produto.

Revolução Constitucionalista

Entre novembro de 1931 e janeiro de 1932 a situação em São Paulo radicalizou-se, com o PD se esforçando em obter alianças com os outros estados e com os demais segmentos da oposição paulista, e por fim rompendo publicamente com Vargas. Em fevereiro, foi formada a Frente Única Paulista (FUP), radicalização que acabou por esvaziar diversas candidaturas para a interventoria paulista. Neste mesmo mês, Vargas promulgou o Código Eleitoral, instituindo o voto secreto, o direito de voto feminino e a Justiça Eleitoral. Também se comprometeu com a realização do pleito para Constituinte, mas a oposição continuou duvidando de suas reais intenções.

Ao longo de todo o primeiro semestre do ano Oswaldo Aranha dedicou-se à elaboração de um programa revolucionário com políticos de Minas, que, unidos desde fevereiro em torno do Acordo Mineiro, vinham atuando em coordenação com o Governo Provisório no sentido de conciliar as frentes únicas gaúcha e paulista com a orientação federal. Em julho de 1932, São Paulo levantou-se em armas contra o Governo Provisório, iniciando a Revolução Constitucionalista. O movimento sedicioso contou com a adesão entusiástica da classe média paulista, mas não recebeu a ajuda de outros estados. Depois de quase três meses de combate, em que os paulistas não conseguiram estender seu domínio além do território do estado e tendo ocasionado seiscentos mortos e milhares de feridos, a guerra civil chegou ao fim em 2 de outubro com a assinatura do armistício que selou a derrota dos rebeldes.

O processo de constitucionalização

Com a derrota do movimento paulista, o governo deu prosseguimento ao processo de constitucionalização, confirmando a data de 3 de maio de 1933 para a realização de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Visando o pleito, Oswaldo Aranha dedicou-se à articulação de um partido situacionista no Rio Grande do Sul, em comum acordo com o presidente Vargas e o interventor Flores da Cunha, contando com a intermediação do novo ministro da Justiça, o também gaúcho Antunes Maciel. Entre novembro de 1932 e maio de 1933, integrou a comissão nomeada pelo governo para elaborar o anteprojeto constitucional, que serviu de base ao trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, que se reuniu logo a seguir, e da qual participou dos trabalhos na condição de membro nato por ser ministro de Estado. Por um breve período, inclusive, Aranha exerceu a liderança da bancada governista na Assembléia, na qual foi substituído pelo baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto.

Partidário da eleição de Getúlio Vargas à presidência da República pela Constituinte, entre março e abril Aranha participou de reuniões que discutiram a escolha do primeiro presidente constitucional, contribuindo para o malogro da candidatura de Góis Monteiro. Nelas, ficou decidido que os ministros lançariam publicamente a candidatura de Getúlio. Oswaldo Aranha deixou o ministério logo após a promulgação da nova Carta, em julho de 1934.

Embaixador em Washington

Dias após sua saída do Ministério da Fazenda, Oswaldo Aranha foi nomeado embaixador do Brasil em Washington, assumindo o posto a 17 de setembro de 1934. Como tal, deu andamento às negociações que haviam sido iniciadas ainda em fins de 1933. O acordo comercial foi assinado a 2 de fevereiro de 1935, pelo secretário de Estado Cordell Hull e por Oswaldo Aranha, e em linhas gerais consagrava o princípio de nação mais favorecida, garantindo a manutenção ou mesmo redução de tarifas para itens do comércio entre os dois países. Sua permanência em Washington foi marcada ainda pela viagem do ministro Sousa Costa nos meses de junho e julho de 1937, tendo em vista a proximidade do término da vigência do ajuste Brasil-Alemanha, e as pressões do Departamento de Estado norte-americano. Além da questão do comércio de compensação, a missão Sousa Costa tratou também de temas a dívida externa brasileira e a criação de um banco central.

Mesmo longe, Aranha continuou a acompanhar, através de correspondência com Getúlio, as principais questões da política interna brasileira, pois via nesse momento a possibilidade de lançar sua própria candidatura para as eleições presidenciais de janeiro de 1938. De passagem pelo Brasil em fins de 1936 – a caminho de Buenos Aires, onde participaria da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, –, Aranha tentou viabilizá-la, mas sem sucesso: em pouco tempo constatou que seu nome não conseguiria unificar nem mesmo os políticos gaúchos. Esgotadas as possibilidades de se candidatar, Oswaldo Aranha deixou o Rio de Janeiro no dia 12 de abril de 1937, retornando a Washington.

A partir de outubro de 1937, com o anúncio da descoberta do “Plano Cohen” – esquema de golpe atribuído aos comunistas, mais tarde revelado como falso – aumentaram as especulações sobre o projeto de Vargas continuar no poder. No final do mês, Aranha escreveu a Getúlio relatando seus esforços para alterar a opinião norte-americana sobre os acontecimentos no Brasil, e que garantira a Roosevelt e a Cordell

Hull que não haveria golpe. Já em novembro, com a decretação do Estado Novo, Aranha manifestou a Vargas seu desagrado com a opção ditatorial do presidente, mas foi por ele convencido a retirar seu pedido de demissão até que avaliassem pessoalmente as divergências, ainda como embaixador, sem que com isso a cooperação norte-americana fosse colocada em risco. Oswaldo Aranha partiu para o Rio de Janeiro no dia 12 de dezembro de 1937, a bordo do *Western Prince*.

Ministro das Relações Exteriores

Em março de 1938 Oswaldo Aranha foi nomeado ministro das Relações Exteriores, o que foi bem recebido pelo governo norte-americano devido à inequívoca admiração do político gaúcho pelos EUA. A primeira crise vivida no ministério foi em meados do ano, por ocasião do assalto integralista ao palácio Guanabara, então residência do presidente da República, quando seu irmão, o capitão Manuel Aranha, foi acusado de ter dado proteção ao comandante do ataque, Severo Fournier, para que se exilasse.

Como chanceler, Aranha promoveu uma política gradual, mas contínua, de aproximação com o governo norte-americano, então preocupado com a política interna brasileira, não só em relação ao próprio Estado Novo como também quanto à intensificação da propaganda fascista e nazista no país. Mas o crescimento alarmante do intercâmbio Brasil-Alemanha, a expensas do comércio com os Estados Unidos, acabou transformando a política externa brasileira também um alvo de preocupação de Roosevelt.

No que diz respeito às relações do país com Alemanha e Itália, duas questões se destacaram: a relação oficial entre os governos e o problema da influência nazista e fascista no Brasil. Se por um lado as relações políticas e comerciais com estes países se normalizaram, e até mesmo ampliaram, por outro, as reivindicações políticas, em especial do nazismo, relativas aos nacionais desses países radicados em território brasileiro, acabaram por criar obstáculos para o governo – o ponto crítico ocorreu em 1938, envolvendo o embaixador Karl Ritter, declarado *persona non grata* pelo governo brasileiro.

A política externa para a América Latina

Também em 1938 Oswaldo Aranha esteve envolvido com a Questão do Chaco. Iniciada em 1932, a guerra entre a Bolívia e o Paraguai envolvia a disputa pelo território

do Chaco e prolongou-se até 1935, quando da completa derrota dos bolivianos. Em julho de 1938, a conferência de paz aceitou a fórmula brasileira, adotando-se então uma linha divisória entre a Bolívia e o Paraguai a ser determinada pelos presidentes da Argentina, Brasil, Estados Unidos, Chile, Peru e Paraguai, que faziam a arbitragem da disputa. O tratado de paz foi assinado nesse mesmo mês, comprometendo-se o o governo paraguaio a garantir à Bolívia livre trânsito pelo rio Paraguai.

A partir de agosto Aranha dedicou-se à preparação para a VIII Conferência Pan-Americana. Durante o encontro, realizado em Lima em dezembro, o Brasil alinhou-se com os EUA na defesa de uma decidida política de solidariedade continental frente ao perigo iminente de uma guerra mundial e pela ameaça representada pela crescente penetração dos países do Eixo. Ao seu final, criou-se, como solução provisória, o sistema de reuniões de consultas dos chanceleres americanos. A Conferência também negou aos estrangeiros residentes nas Américas a condição de minorias étnicas, raciais ou nacionais, consagrando a tese brasileira.

A missão Aranha

Os esforços de Oswaldo Aranha para estabelecer uma maior aproximação com a administração Roosevelt tiveram início com a assinatura de importantes acordos comerciais. Em 29 de janeiro de 1939, Aranha partiu para os Estados Unidos, chefiando missão que durante os dois meses seguintes passou em revista os principais problemas econômicos, militares e políticos existentes entre os dois países, mostrando ao governo norte-americano a extensão de nossas necessidades e a urgência de acordos práticos.

No início de março, o chanceler brasileiro assinou com o governo dos EUA cinco acordos, que estabeleciam desde a abertura de crédito para a criação de um Banco Central, para a liquidação de dívidas comerciais, e para a reativação do comércio com os EUA; o financiamento de vendas de produtos norte-americano, até o comprometimento da administração Roosevelt com a formação de companhias mistas voltadas para a industrialização da produção de matérias-primas e a exportação de minérios. Do lado brasileiro, foi assegurada a intenção do governo de liberar o mercado de câmbio, de facilitar a transferência de lucros de capitais norte-americanos aplicados no Brasil e de retomar o pagamento dos títulos da dívida externa. No conjunto, os acordos não tiveram boa receptividade em alguns setores do governo brasileiro, o que tornou de certo modo problemática sua implementação. Contudo, a missão Aranha significou um reforço no alinhamento da política externa brasileira à norte-americana,

com a intensificação da colaboração militar, abrindo caminho a iniciativas semelhantes no plano hemisférico, e ao próprio alinhamento do governo Vargas aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

A questão da neutralidade

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, Roosevelt convocou a conferência pan-americana de consulta, prevista pela *Declaração de Lima*. A I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das repúblicas americanas realizou-se em setembro de 1939, na cidade do Panamá, e nela a delegação brasileira defendeu o direito da neutralidade continental. A questão principal do encontro foi o mar continental, prevalecendo o parecer brasileiro que estabelecia o princípio da neutralidade dessa zona. Ao seu término, ficou acertada a realização da II Reunião de Consultas em setembro do ano seguinte, em Cuba, e a instalação no Rio de Janeiro da Comissão Interamericana de Neutralidade para exame dos atos de violação da neutralidade americana praticados pelos países beligerantes, o que ocorreu já no início de 1940.

Mesmo sem se definir politicamente quanto ao conflito europeu, o Brasil logo começou a estudar medidas para a defesa de seu território. A posição estratégica do país preocupava os EUA, que a partir de 1940 aumentou a pressão para obter a colaboração político-militar brasileira. A presença de tropas estrangeiras no território nacional, no entanto, foi tida como inadmissível pelo Itamarati, que apresentou como alternativa a concordância do governo brasileiro em receber ajuda para a construção de novas bases a serem operadas por brasileiros. Foi preciso o discurso ambíguo sobre a situação mundial pronunciado por Vargas a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, interpretado como uma ameaça de que o Brasil se associaria aos países do Eixo, para que o governo Roosevelt se decidisse pela concessão, em junho, do empréstimo de 20 milhões de dólares para Volta Redonda, em contra-partida à utilização pelos Estados Unidos de bases militares no Norte e Nordeste.

O agravamento da situação mundial levou à antecipação para julho da II Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores, realizada em Havana, tendo cabido a Oswaldo Aranha a presidência da comissão de coordenação. As principais questões então tratadas foram: a proteção da paz no hemisfério ocidental, a neutralidade e a cooperação econômica, tendo os EUA conseguido aprovar a decisão de que qualquer tentativa de um Estado não-americano contra a integridade ou inviolabilidade do

território de um Estado americano seria vista como ato de agressão contra todos os estados americanos.

O governo brasileiro viu-se também às voltas com a manutenção da neutralidade continental ameaçada pelo bloqueio comercial marítimo decretado pela Grã-Bretanha contra a Alemanha em novembro de 1939. Em fins de 1940 o comércio entre Brasil e Alemanha foi diretamente afetado pelo bloqueio marítimo britânico, quando o navio brasileiro *Siqueira Campos*, carregado com nova partida da encomenda de material bélico feita ainda em 1938 à fábrica alemã Krupp, indispensável para a defesa territorial do país, foi aprisionado pela armada britânica. Enquanto o governo brasileiro ainda aguardava o resultado da intermediação norte-americana junto a Londres, novos aprisionamentos foram feitos: o *Buarque* (26/11); e o *Itapé* (1/12), que se encontrava a apenas 18 milhas do litoral fluminense. Com o agravamento da situação e frente à nova intervenção norte-americana, o Reino Unido concordou com a liberação do *Siqueira Campos*, condicionada a algumas exigências, que na prática aumentaram o ressentimento já existente no Brasil e provocaram rumores de que empresas britânicas sediadas no país seriam desapropriadas pelo governo.

Já no início de 1941, surgiu novo incidente, dessa vez com o *Bajé*, mas apesar das alegações dos militares brasileiros, Oswaldo Aranha, com aval de Vargas, se recusou a reabrir a questão. De modo geral, o ponto de vista de Aranha prevaleceu dentro do governo e os militares foram obrigados a rever a lista de armamentos pedidos aos EUA, nela incluindo o tipo de material que não pudera ser embarcado na Alemanha.

A atuação do governo norte-americano no caso dos cargueiros contribuiu para diminuir algumas dificuldades existentes na relação entre os dois países, permitindo inclusive um acordo sobre a exportação brasileira de produtos estratégicos. Assinado a 14 de maio de 1941, este acordo regulamentou o fornecimento exclusivo à indústria norte-americana de matérias-primas brasileiras de valor estratégico e o compromisso dos EUA em facilitar a exportação de materiais essenciais à indústria brasileira. No mesmo dia, o Eximbank, concedia crédito a ser empregado na compra de armas nos EUA. No plano da cooperação estritamente militar, contudo, a maior parte das iniciativas dos EUA continuava a enfrentar as evasivas de Vargas, que se mostrava disposto a colaborar, mas deixava a palavra final para os chefes militares. Entre agosto e outubro foi dado andamento às negociações, e eliminadas as divergências entre os dois países.

Esse momento coincidiu com o aumento da influência de Oswaldo Aranha no governo. Com a definição dos entendimentos, Vargas passou a prestigiar o chanceler em suas disputas com os militares sobre a diretriz da política externa, e já em outubro foi assinado acordo pelo qual os EUA transferiam para o Brasil armamentos e munições de guerra no valor total de cem milhões de dólares.

A entrada do Brasil na guerra

A entrada dos EUA na guerra em dezembro de 1941 forçou o fim da neutralidade brasileira. O agravamento da situação levou o governo norte-americano a antecipar a convocação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, de modo a debater a ameaça que o ataque japonês representava para o continente. Ao mesmo tempo, alegando a impossibilidade de seus aviões utilizarem a rota do Pacífico para alcançar o Extremo Oriente, Roosevelt solicitou ao Brasil permissão para enviar técnicos às bases de Belém, Natal e Recife, onde se encarregariam da vistoria das aeronaves norte-americanas em trânsito.

A III Reunião de Consulta, presidida por Oswaldo Aranha, instalou-se no Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 1942, tendo Vargas reafirmado em seu discurso inaugural a solidariedade com os países americanos. Encerrou-se no dia 28 produzindo apenas uma “recomendação” de rompimento com os países do Eixo para salvar a aparência de unidade. Vargas, mesmo com a garantia de que os EUA assumiriam o reequipamento das forças armadas brasileiras, preferiu aguardar até o último dia do encontro para anunciar o rompimento das relações com o Eixo. A partir daí, o patrulhamento do mar territorial brasileiro começou a revelar a presença de navios de guerra britânicos e de submarinos alemães. Em meados de fevereiro ocorreu o primeiro torpedeamento de navio brasileiro, o *Buarque*; três dias depois foi atingido o *Olinda* e, no final do mês, o *Cabedelo*. Foi apenas o início de uma série, levando o governo brasileiro a pressionar os EUA pela remessa de material bélico, e a exigir proteção à marinha mercante brasileira.

Em março de 1942 Oswaldo Aranha assinou os acordos de Washington, que garantiu o fornecimento de matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana e a cooperação técnica e financeira dos EUA para o desenvolvimento econômico do Brasil. Outros acordos assinados ao longo desse ano e em 1943 – incluídos na rubrica Acordos de Washington – asseguraram o fornecimento de diversos produtos brasileiros essenciais ao esforço de guerra dos Aliados. Para o Brasil, por abrangerem mais da

metade de toda a exportação nos anos de guerra, tiveram importante significado econômico.

O rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo aguçou os conflitos internos do governo. De um lado, a corrente americanista liderada por Oswaldo Aranha, apoiado, entre outros, por Artur de Sousa Costa, ministro da Fazenda, e Ernani Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio. De outro, a facção neutralista, acusada de simpatizar com o Eixo, e que incorporava os generais Dutra e Góis Monteiro e o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. O conflito teve seu auge no início de julho, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu gigantesca passeata a favor do envio de tropas para combate junto com os Aliados, com o apoio de Aranha e Amaral Peixoto. Mesmo proibida por Filinto, a manifestação foi realizada com grande sucesso, mas a ela se seguiram demissões de ambos os lados. A facção de Aranha considerou-se vitoriosa no episódio.

Foi em clima de comoção nacional causado por novos ataques a embarcações brasileiras pelo por submarinos alemães, que o Brasil declarou guerra ao Eixo em 22 de agosto de 1942.

Em dezembro de 1942, Vargas aprovou diversas medidas propostas por Oswaldo Aranha, que, entre outros pontos, permitiam às forças norte-americanas transitar no território brasileiro; utilizar instalações aéreas e navais e construir depósitos para material e alojamentos. Por seu lado, o governo brasileiro comprometeu-se a defender a costa do país e mobilizar suas unidades militares, cabendo aos EUA fornecer material bélico e adestramento para as forças armadas brasileiras. Além da ajuda para o reaparelhamento econômico e militar do país, Vargas conseguiu que o governo Roosevelt apoiasse o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na Itália, embora somente em fins de 1943 tenha ficado decidido o envio de tropas à Europa, em que pese a FEB já estivesse estruturada desde o início de agosto. Integrando as tropas brasileiras, um filho e um sobrinho do chanceler, respectivamente Oswaldo Gudolle Aranha e Manuel Freitas Vale, combateriam na Itália sob as ordens do general Oswaldo Cordeiro de Farias.

Fim do Estado Novo

O início de 1944 foi marcado pelo aprofundamento da crise vivida pelo regime Vargas. À medida que os Aliados conseguiam novas vitórias, no Brasil aumentava a pressão da sociedade civil em prol da redemocratização. Oswaldo Aranha, cujo

prestígio havia crescido desde a declaração de guerra, se tornou um dos apoios do movimento de oposição à ditadura estado-novista. No início de agosto, no entanto, as autoridades militares proibiram a realização da cerimônia de sua posse como vice-presidente da Sociedade Amigos da América. Com o apoio de Aranha, a cerimônia foi transformada em sessão aberta, o que provocou a invasão do prédio pela polícia. O fato foi ainda objeto de censura pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que proibiu sua publicação pelos jornais. Sentindo-se desprestigiado e certo de não contar mais com o apoio de Getúlio, Aranha renunciou à pasta no dia 23 de agosto.

Afastando-se da vida pública em setembro de 1944, Oswaldo Aranha dedicou-se à advocacia, atividade que exerceria até o início de 1947.

A crise final do Estado Novo acelerou-se em 1945 com o crescimento da oposição e a organização de partidos políticos, vendo-se Vargas forçado a efetuar seguidos recuos, a conceder liberdade de imprensa e a marcar eleições diretas para a presidência da República e para a Assembléia Nacional Constituinte. Por esta época, Oswaldo Aranha, concedeu entrevista sobre sua saída do Itamarati, defendendo a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, que aglutinava a oposição liberal ao Estado Novo. No dia 29 de outubro – mês em que Aranha tomou posse na presidência da Liga de Defesa Nacional –, achando-se os partidos políticos em plena campanha eleitoral, um movimento militar chefiado por Góis Monteiro depôs Getúlio Vargas, dando fim ao Estado Novo, tendo sido o poder entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares. Realizadas as eleições em dezembro, Eduardo Gomes acabou derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra, antigo ministro da Guerra de Vargas.

Representante do Brasil na ONU

Aranha dedicou-se em 1946 às atividades empresariais, participando da criação da Gastal S.A., companhia que atuou na área de importação e venda de automóveis, máquinas e equipamentos. Já em meados do ano, representava mais de 20 indústrias.

Em fevereiro de ano seguinte, Oswaldo Aranha foi nomeado chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU), tendo ocupado então o posto destinado, por rotatividade, ao Brasil no Conselho de Segurança da entidade, e em abril, presidiu a I Sessão Especial da Assembléia Geral. Como representante brasileiro no Conselho de Segurança, e refletindo a preocupação do governo Dutra com a posição militar Argentina, Aranha defendeu a restrição dos aparatos bélicos à necessidade

mínima de defesa e segurança de cada país, a exemplo de acordos existentes entre os EUA e o Canadá e entre a França e a Inglaterra; e propôs que se desse aos EUA competência para controlar o armamento continental, como primeiro passo para o desarmamento em todo o mundo.

Já no segundo semestre de 1947, entre outros pontos, o Itamaraty orientou-o a abster-se de qualquer julgamento sobre a questão da partilha da Palestina, pois os árabes eram contrários à partilha do território, muito embora em caso de impasse devesse votar com as grandes potências, já que a elas caberia a responsabilidade de colocar em prática a resolução. A partilha foi afinal aprovada no fim do mês com o voto favorável do Brasil, propiciando a criação, em 1948, do Estado de Israel, do qual Oswaldo Aranha tornou-se grande benemérito. Por sua atuação, ao desligar-se da delegação brasileira na ONU no final do ano, Aranha teve seu nome cogitado como possível candidato ao Prêmio Nobel da Paz, com apoio de 15 delegações de países integrantes da União Pan-Americana, e de entidades sionistas norte-americanas.

Quanto à política interna, o ano de 1947 foi marcado por algumas especulações em torno da sucessão presidencial. Principalmente a partir de setembro, cogitou-se do lançamento da candidatura de Oswaldo Aranha pela União Democrática Nacional (UDN), chegando-se a comentar a possibilidade de apoio dos comunistas, pois Aranha se manifestara a favor do monopólio estatal do petróleo e contra o fechamento, em maio, do Partido Comunista, por considerar sua preservação fundamental ao regime democrático. Em 1949, mais uma vez verificou-se a movimentação em torno de sua indicação como candidato pela UDN, desmentida pelo próprio Aranha, que manifestou seu apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes.

De volta ao Ministério da Fazenda

Em 1953, diante da crise instalada na área econômica, e com o aumento do custo de vida, que intensificava as críticas ao governo, acusado de inércia pela imprensa, o presidente Getúlio Vargas decidiu substituir o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, por Oswaldo Aranha (16/6), que indicou Marcos de Sousa Dantas para a presidência do Banco do Brasil, no lugar de Ricardo Jaffet. Os recém-nomeados comprometeram-se a aplicar rígidas medidas antiinflacionárias e a controlar o déficit público com a contenção de gastos do governo.

Conhecido como Plano Aranha, o programa de recuperação da economia de Aranha tinha por linhas básicas a reorganização do próprio Ministério da Fazenda; a

adoção de uma política orçamentária, a necessidade de codificação do direito tributário e a lei orgânica do crédito público. Dela resultou Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), para corrigir o déficit do balanço de pagamentos através da extinção do câmbio subvencionado e da inauguração de um sistema de taxas múltiplas, de modo a tornar as exportações brasileiras mais acessíveis no mercado internacional; e a Carteira de Comércio Exterior (Cacex), para facilitar a importação de máquinas, ferramentas e equipamentos necessários a novos investimentos.

A nova orientação dada por Aranha à política econômica sofreu forte oposição não só dos trabalhadores, que exigiam aumentos salariais para compensar a inflação, como também dos industriais, que pressionavam para a manutenção da política creditícia aplicada entre 1948 e 1953, responsável por sensível surto industrial. Seus resultados foram comprometidos também pela pressão de Dwight Eisenhower, novo presidente dos EUA, decidido a rever o auxílio financeiro aos países pobres. Além disso, em 1953 as geadas prejudicaram a colheita, determinando a elevação dos preços, equiparados aos níveis mais elevados do mercado internacional, o que acentuou a tensão já existente nas relações econômicas com os EUA – originada dos debates sobre o monopólio estatal do petróleo. O aumento das exportações dos demais países produtores continuou a pressionar para baixo o preço do café, provocando a superlotação dos armazéns brasileiros. Por outro lado, o mercado norte-americano começou a boicotar o café brasileiro.

Logo nos primeiros dias de 1954, um decreto fixou em 10% ao ano o limite para as remessas de lucros e dividendos ao exterior, as quais obrigatoriamente deveriam ser registradas na Sumoc.

O choque com João Goulart

No final de 1953, vários sindicatos pressionaram o governo por um aumento salarial – o último reajuste fora concedido no início do governo Vargas. O ano de 1954 abriu com grande discussão sobre o nível de aumento a ser fixado para o salário mínimo. A notícia de que o ministro do Trabalho, João Goulart, proporia o índice de 100% provocou o protesto de um grupo de oficiais do Exército, já que com isso haveria a possibilidade de um operário não-qualificado ganhar quase o mesmo que um cidadão de nível universitário. Desde o início Oswaldo Aranha opôs-se ao reajuste: não apenas o Tesouro Nacional não teria condições de arcar com os custos, já que o Estado era um

dos principais empregadores, como também os abusos orçamentários trariam graves consequências para a economia nacional.

A insatisfação militar contra o governo tornou-se manifesta em fevereiro de 1954 com a divulgação do chamado *Memorial dos coronéis*, assinado por oficiais que serviam no Rio de Janeiro, em protesto contra o que consideravam a deterioração dos padrões materiais e morais do Exército, e contra a proposta anunciada por Goulart, que foi então afastado do ministério, assim como o general Ciro Espírito Santo Cardoso, destituído da pasta da Guerra. O momento foi aproveitado pela imprensa, que aumentou as acusações de corrupção contra auxiliares de Vargas, e pelos udenistas mais exaltados, que assim reforçaram sua ofensiva contra o presidente.

Suicídio de Vargas

Embora desgastado por sucessivas crises, Vargas ainda conseguia se equilibrar no poder. A ofensiva oposicionista contra ele ganhou impulso, no entanto, a partir do assassinato do major Rubens Vaz, no dia 5 de agosto de 1954, em atentado cujo alvo era o jornalista udenista Carlos Lacerda, diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*. A prisão de Climério Euribes de Almeida, membro de sua guarda pessoal, agravaria ainda mais a crise, alimentada também pela divulgação dos depoimentos dos implicados e dos documentos encontrados com Gregório Fortunato, chefe da guarda, pelos quais se evidenciava a ligação de outros elementos vinculados ao presidente, além de transações irregulares. Estes fatos contribuíram para desgastar ainda mais a imagem de Vargas no meio militar.

Brigadeiros lotados no Rio exigiram a saída de Vargas. Comandantes da Marinha e do Exército endossaram a exigência. Um manifesto assinado por 37 generais abalou a última linha de sustentação militar do presidente, representada pelo ministro da Guerra, Zenóbio da Costa. Na madrugada de 24 de agosto, Getúlio concordou em se licenciar do cargo, após dramática reunião ministerial, da qual participou Oswaldo Aranha e compareceram também seu filho Oswaldo Gudolle Aranha, Alzira e Ernâni Amaral Peixoto, entre outros membros da família Vargas. Uma vez redigida a nota oficial comunicando a decisão presidencial, coube a Oswaldo Aranha a incumbência de entregá-la a Getúlio. Estando o presidente recolhido em seus aposentos, o ministro da Fazenda deixou a nota com Alzira. A notícia da licença, vista como afastamento definitivo, foi divulgada por volta das cinco horas, ao mesmo tempo em que Café Filho formava de seu ministério. Oswaldo Aranha, por seu lado, decidiu permanecer no

Catete por mais algum tempo. Por volta das 7h, o Exército transmitiu o ultimato: o afastamento teria de ser definitivo. Uma hora e meia depois, sozinho em seu quarto no Palácio do Catete, o presidente Getúlio Vargas foi encontrado morto.

Informado do que acontecera, Aranha, que então já se encontrava em casa, não regressou ao Ministério da Fazenda. Juntamente com Tancredo Neves e João Goulart, acompanhou o corpo de Vargas a São Borja (RS), pronunciando emocionado discurso durante o sepultamento.

Após o suicídio de Vargas, Oswaldo Aranha afastou-se da vida pública, retornando a seu escritório de advocacia. Mas desde setembro de 1954 foram várias as tentativas feitas para o lançamento de sua candidatura à presidência da República, esforços que encontraram sua recusa. Na eleição presidencial de 3 de outubro de 1955, saiu vitoriosa a chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart, candidatos do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro, respectivamente, para cujo acordo Aranha chegara a participar de algumas reuniões.

O retorno à ONU

Em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, Oswaldo Aranha voltou a chefiar a delegação brasileira na XII Assembléia Geral da ONU. Naquele ano, os trabalhos foram especialmente tumultuados pela pressão da corrida armamentista entre os EUA e a URSS, pela deterioração das alianças ocidentais de segurança coletiva – como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Bagdá – e pela crise do Oriente Médio. Adepto da urgente redefinição da política externa brasileira tendo em vista a nova tendência mundial em favor da libertação dos povos ainda colonizados, Aranha defendeu também o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética.

Em 1958, Oswaldo Aranha teve seu nome cogitado para concorrer ao Senado, tanto pelo Distrito Federal quanto pelo Rio Grande do Sul, e em fins de 1959, foi sondado para compor chapa com o general Henrique Teixeira Lott, candidato já homologado pelo PSD. O falecimento de Oswaldo Aranha, no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1960, contudo veio a interromper bruscamente as articulações.

De seu casamento com dona Vindinha, Oswaldo Aranha teve quatro filhos: Euclides Aranha Neto, empresário; Oswaldo Gudolle Aranha, que em duas ocasiões – 1960 e 1965 – teve seu nome cogitado como candidato do PTB ao governo do estado da Guanabara; Delminda Aranha Correia do Lago, casada com Antônio Correia do Lago,

embaixador do Brasil no Uruguai de 1974 a 1981, no Vaticano entre 1981 e 1984, e na França, de 1984 a 1986; e Luísa Zilda Aranha Correia da Costa, que foi casada com Sérgio Correia da Costa, embaixador do Brasil na Inglaterra de 1968 a 1973, na ONU de 1974 a 1983, e nos Estados Unidos, de 1983 a 1986. Seu outro filho, Luís Oswaldo Norris Aranha, foi presidente da Light Serviços de Eletricidade S.A. (1978-1985), Secretário Nacional de Energia no governo Collor de Melo e assessor da diretoria da Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre 2005-2011.

Aranha foi membro de diversas entidades, entre elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Real Gabinete Português de Leitura, o Instituto da Ordem dos Advogados e a Sociedade Pan-Americana do Brasil.

Deixou publicados vários discursos, conferências e relatórios. Sobre sua vida e atuação, foram publicados, de Amílcar Gomes Alencastre, *Oswaldo Aranha, o mundo afroasiático e a paz* (1961), de Theodore Berson, *A political biography of dr. Oswaldo Aranha of Brazil; 1930-1937* (1974); de Francisco Talaia O'Donnell, *Oswaldo Aranha* (1976); de Regina da Luz Moreira, *Oswaldo Aranha* (verbete para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*, publicado em 1984); de Stanley Hilton, *Oswaldo Aranha. Uma biografia* (1994), e de Luiz Aranha Corrêa do Lago, seu neto, *Oswaldo Aranha, o Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha* (1996).

O arquivo de Oswaldo Aranha encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Regina da Luz Moreira

Acrescentar na bibliografia:

- MOREIRA, Regina da Luz. Oswaldo Aranha. In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (organizadores). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/FINEP, Rio de Janeiro, 1984.
- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994.
- CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Oswaldo Aranha, o Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996.

FONTES: ABREU, M. *Dívida; Álbum*; ALMANAQUE DA BRIG. MILITAR (1932); ARAÚJO, M. *Segundo*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. NAC. *Relação*; ARQ. OSWALDO ARANHA; BELEZA, N. *Evolução*; BERSON, T. *Political*; BULHÕES, A. *Ministros*; CAFÉ FILHO, J. *Sindicato*; CAGGIANI, I. *Município*; CAMARGO, A. *Oswaldo*; CARNEIRO, G. *História*; CARNEIRO, G. *Revolucionário*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *Segunda*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (5/7/31 e 7/6/42); *Correio do Povo* (4/4 e 4/7/76 e 1/1/77); CORTÉS, C. *Gaúcho*; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, L. *General*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ABREU, M.; FARIAS, O. *Meio; Fatos e Fotos* (21/11/76); FED. ESC. ISOLADAS DO EST. RJ. *Ministros*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; *Folha de S. Paulo* (28/8/77); FONTOURA, J. *Memórias*; FORJAZ, M. *Tenentes*; FUND. GETULIO VARGAS. *Oswaldo*; GALERIA; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; GUIMARÃES, A. *Dic.*, HILTON, S. *Brasil e a crise*; HILTON, S. *Oswaldo*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; INST. HIST. GEOG. BRAS. *Dic.*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (30/11/75 e 24/7/77); *Jornal do Comércio*, Rio (22/11/53); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); LACERDA, C. *Depoimento*; LAGO, L. *Oswaldo*; LEÃES, C. *Embaixador*; LEITE, A. *Páginas*; LESSA, C. *Quinze*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA SOBRINHO, A. *Verdade*; LOVE, J. *Regionalismo*; MACHADO, F. *Últimos*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MELO, L. *Subsídios*; MENDES JÚNIOR, A. *Brasil* (4); *Militares*; MIN. FAZ. *Ministros*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1931); MIN. REL. EXT. *Anuário*; MORAIS, A. *Minas*; MOURA, G. *Autonomia*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; O'DONNELL, F. *Oswaldo*; OSWALDO; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal; Regionalismo*; SILVA, H. *História*; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1939; SILVA, H. 1942; SILVA, H. 1944; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SKIDMORE, T. *Brasil*; SPALDING, V. *Construtores*; TÁVORA, J. *Vida*; *Tribuna Popular* (20/5/47); VILELA, A. *Política*; *Who's who in Brazil*; WIRTH, J. *Política*.

ARANTES, ALTINO

*dep. fed. SP 1906-1911; pres. SP 1916-1920; dep. fed. SP 1921-1930; rev. 1932; const. 1946; dep. fed. SP 1946-1951.

Altino Arantes Marques nasceu em Batatais (SP) no dia 29 de setembro de 1876, filho do coronel Francisco Arantes Marques e de Maria Carolina de Arantes.

Terminando os estudos preparatórios no Colégio São Luís, de Itu (SP), ingressou aos 16 anos na Faculdade de Direito de São Paulo e aí participou da Bucha (nome derivado do alemão *Burschenschaft*), sociedade secreta que prosperava naquela academia e teve importante papel na política paulista. Formando-se em 1895, abriu banca de advocacia em Batatais, onde atendia a clientes de diversas cidades do interior de São Paulo. Em 1899, casou-se na França com Maria Teodora de Andrade Junqueira.

Elegeram-se deputado federal pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911. Na Câmara dos Deputados, seus principais discursos versaram sobre a valorização do café, a Caixa de Conversão e a expulsão dos estrangeiros. Opôs-se também à supressão da representação diplomática brasileira no Vaticano. Em 1911, renunciou ao mandato para assumir a Secretaria de Negócios Interiores de São Paulo, no governo de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1908-1912). Permaneceu no cargo durante a presidência paulista de Rodrigues Alves (1912-1916), período no qual foi também secretário interino da Fazenda e da Agricultura. Em sua gestão, preocupou-se especialmente com o ensino primário, em particular nas zonas rurais do estado, e com a higiene pública. Foi ainda um dos principais incentivadores da criação da Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1912. Em 1914, assumiu a presidência da Liga de Defesa Nacional, entidade de caráter cívico que defendia o serviço militar obrigatório. Em 1915, faleceu sua esposa Maria Teodora, deixando-o com dois filhos.

Membro da comissão diretora do PRP, na sucessão de Rodrigues Alves foi indicado candidato a vice-presidente do estado na chapa encabeçada por João Álvares Rubião Júnior. Com o falecimento deste durante a campanha, substituiu-o como candidato a presidente, graças ao decidido apoio de Rodrigues Alves. Essa escolha contrariou, porém, uma ala do partido chefiada por Júlio de Mesquita, que abriu uma dissidência durante a convenção de novembro de 1915, na qual sua candidatura foi ratificada.

Eleito presidente de São Paulo em março e empossado em maio de 1916, governou o estado até 1920, tendo enfrentado portanto o difícil período das greves operárias de 1917 a 1919, contra as quais agiu com severas medidas repressivas. Durante sua administração, defendeu sempre os interesses paulistas junto ao governo da União, protestando quando o Tesouro Federal criou um novo imposto que incidia desproporcionalmente sobre a indústria paulista. Com efeito, o governo federal aumentou sua arrecadação em São Paulo, cuja participação na receita total do imposto elevou-se de 1/3 para a metade. Por outro lado, obteve empréstimos do governo federal a fim de comprar a safra excedente do café, de modo a evitar a queda do preço do produto. Assinou ainda com o presidente do Paraná um acordo para a solução amigável da questão de limites pendente entre os dois estados.

Em março de 1918, Rodrigues Alves foi pela segunda vez eleito presidente da República. Com o agravamento de seu estado de saúde, não pôde porém tomar posse em 15 de

novembro, sendo substituído pelo vice-presidente Delfim Moreira. Com seu falecimento em janeiro de 1919, novas eleições foram convocadas. Altino Arantes foi um dos nomes lembrados para a sucessão presidencial, mas sua candidatura, encaminhada pelo PRP, foi vetada pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Para preservar a aliança São Paulo-Minas, Eptácio Pessoa foi escolhido candidato, tendo sido eleito em abril de 1919. Ainda em 1919, Altino Arantes casou-se, em segundas núpcias, com Gabriela Junqueira. Desse casamento, tiveram uma filha.

Após deixar o governo paulista em 1920, passando-o a Washington Luís, Altino Arantes retornou à Câmara dos Deputados em 1921, renovando o mandato até 1930. Permaneceu, contudo, ligado à política de seu estado. Em 1924, opôs-se à indicação por Washington Luís de Carlos de Campos como seu sucessor na presidência de São Paulo, ao mesmo tempo em que protestou contra a indicação pelo PRP do nome de Lacerda Franco para o Senado Federal. Em virtude dessa posição, liderou a formação de uma ala dissidente do PRP, conhecida como “coligados”, para concorrer às eleições contra a chapa oficial.

Com a tomada da capital do estado pela revolta tenentista de julho de 1924, o que provocou o abandono da cidade pelo presidente Carlos de Campos, apoiou a iniciativa do prefeito Firmiano Pinto de travar entendimentos diretos com os revolucionários a fim de evitar que se prolongasse a desordem na cidade. Ainda durante o governo de Carlos de Campos, foi o primeiro presidente do Banco do Estado de São Paulo.

Em 1930, chefiou a Comissão de Reconhecimento de Poderes que examinou o resultado das eleições de março, tendo aprovado o não reconhecimento (ou “degola”) em massa dos candidatos eleitos pela Aliança Liberal na Paraíba e em Minas Gerais. Sua atuação nesse episódio valeu-lhe uma forte campanha de oposição movida pelo *Diário Nacional*, órgão do Partido Democrático (PD) de São Paulo. Com a vitória da Revolução de outubro de 1930, e a dissolução dos órgãos legislativos do país, perdeu o mandato.

Logo depois da consolidação da revolução, foi acusado pelo Tribunal Especial Revolucionário, então criado, por sua participação na degola dos candidatos liberais. Por estar indiciado pelo tribunal, recusou em maio de 1931 o convite que lhe foi feito por Marcos de Sousa Dantas para assumir novamente a presidência do Banco do Estado de São Paulo. Tendo passado para a oposição, juntamente com o combalido PRP, participou de todas as etapas da crise entre o governo federal e as forças paulistas. Em janeiro de 1932, foi um dos signatários de um manifesto do PRP em que este se pronunciava contra a “ditadura aliancista” e afirmava sua disposição de lutar por um novo regime republicano, constitucional e federativo.

Com o aprofundamento do conflito entre o governo federal e as forças políticas de São Paulo, o PRP e o PD se aliaram, dando origem à Frente Única Paulista (FUP). Em 16 de fevereiro, a FUP divulgou manifesto proclamando a união dos partidos paulistas na luta pela pronta reconstitucionalização do país e pela restituição a São Paulo da autonomia de que se achava privado desde a revolução. Altino Arantes também assinou esse manifesto e, quando a evolução da crise resultou na eclosão da Revolução de 1932, participou ativamente no movimento. Colaborou com o coronel Euclides Figueiredo na preparação do plano da luta armada, e durante a conflagração discursou na Rádio Bandeirantes,

condenando o governo federal e apoiando a luta dos paulistas. Quando a vitória pelas armas se revelou impossível, aderiu à proposta de armistício de Raul Pilla e Borges de Medeiros. Com a derrota da Revolução Constitucionalista, exilou-se em Lisboa.

De volta ao Brasil em 1934, assumiu a presidência do PRP e no ano seguinte chegou a concorrer às eleições indiretas para o governo de São Paulo, sendo entretanto derrotado por Armando de Sales Oliveira, que desde 1933 vinha governando o estado como interventor federal. Em 1938, já sob o Estado Novo, ocupou o cargo de vice-presidente da delegação brasileira à VIII Conferência Internacional Americana, realizada em Lima, como ministro plenipotenciário. Após a queda do Estado Novo, foi eleito em dezembro de 1945 deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano (PR). Participou dos trabalhos que resultaram na promulgação da nova Constituição (18/9/1946) e, na legislatura ordinária que se seguiu, integrou a Comissão de Constituição e Justiça e opôs-se à cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas.

Acompanhando grande parte dos antigos membros do PRP, ingressou no Partido Social Democrático (PSD) e nessa legenda candidatou-se à vice-presidência da República no pleito de 1950, na chapa encabeçada por Cristiano Machado. Obteve 1.649.309 votos, ficando em terceiro lugar, atrás dos candidatos Café Filho, da aliança Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)-Partido Social Progressista (PSP), com 2.520.790 votos, e Odilon Braga, da União Democrática Nacional (UDN), com 2.344.841 votos. Encerrou o mandato na Câmara dos Deputados em 31 de janeiro de 1951.

Teve ainda uma intensa atividade como escritor, tendo sido presidente da Academia Paulista de Letras por 14 anos e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Morreu em São Paulo no dia 5 de julho de 1965.

Sobre sua vida e sua carreira, foram publicados inúmeros artigos em revistas e coletâneas, além do livro de Leopoldo de Freitas *O dr. Altino Arantes, esboço político e biográfico* (1920). Além de mensagens, discursos e conferências, publicou: “*Bonum opus*”; *elogio do arcebispo dom Duarte Leopoldo* (1929), *A educação, fator predominante da recuperação moral e cívica* (1934), *Saudades de Portugal* (1938), *O pan-americanismo e suas realizações na Conferência Pan-Americana de Lima* (1939), *O dever dos mestres* (1942), *Bons portugueses* (1943), *O culto das letras* (1943), *Cícero* (1944), *Elogio da imprensa* (1944), *A ação social e política dos bispos de São Paulo* (1945), *O sacerdote na Igreja, na sociedade e na família* (1946), *Imprensa e política* (1951), *Elogio do livro* (1951) e *Passos do meu caminho* (memórias, 1958).

Jorge Miguel Mayer

FONTES: BARROSO, G. *Coração*; CÂM. DEP. *Relação dos deputados*; CASTRO, J. *Livro*; CAVALCANTI JÚNIOR, A. *Reminiscências*; COUTINHO, A. *Brasil*; DANTAS, F. *Política*; FRANCO, A. *Escalada*; GALVÃO, F. *Fechamento*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração brasileira*; *Interior*; LEITE, A. *História*; LIMA, J. *Como*; PALÁCIOS, G. *Plantadores*; PINTO, J. *Testemunhos*; *Quem é quem no Brasil*; *Rev. Econ. Política*; SCHWARTZMAN, S. *Intelectual*; VARGAS, G. *Política nacionalista*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

ARANTES, Antônio Belfort Ribeiro

*dep. fed. MG 1892-1893.

Antônio Belfort Ribeiro Arantes, futuro *barão e visconde de Arantes*, nasceu em Aiuruoca (MG) em 1831, filho de Antônio Belfort Arantes e de Maria Custódia Ribeiro do Vale. Seu pai era descendente dos Arantes Marques, família de origem nobre portuguesa, e em 1881 recebeu o título de primeiro barão de Cabo Verde. Sua mãe era filha da tradicional família mineira Ribeiro do Vale e cunhada de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Gualberto_de_Carvalho"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Gualberto_de_Carvalho) \o "João Gualberto de Carvalho" João Gualberto de Carvalho, primeiro barão de Cajuru. Sua irmã, Maria Cândida Belfort Ribeiro de Arantes, casou-se com o primo-irmão Militão Honório de Carvalho e se tornou a segunda baronesa de Cajuru.

Em 8 de março de 1867 foi nomeado por decreto major ajudante da ordem do comando superior da Guarda Nacional do município de Aiuruoca, e em maio tornou-se tenente-coronel chefe do estado-maior do mesmo comando. Eleito vereador em Turvo – antigo arraial surgido em torno da igreja mandada construir no século XVIII pelo fazendeiro André da Silveira, sucessivamente elevado a vila e a cidade –, exerceu pela primeira vez a presidência da Câmara Municipal entre 1869 e 1872. Em 5 de abril de 1879 tornou-se coronel comandante superior da Guarda Nacional, e em julho seguinte, comendador oficial da Imperial Ordem da Rosa – comenda que premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguiram por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado. Na mesma data foi agraciado com o título de barão de Arantes. Voltou a presidir a Câmara de Turvo entre 1883 e 1886, e por carta imperial de 18 de julho de 1888 recebeu o título de visconde de Arantes.

Foi deputado federal por Minas Gerais na primeira legislatura ordinária que se seguiu à promulgação da Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891, exercendo o mandato de outubro de 1892 a dezembro de 1893, ocasião em que fez oposição ao presidente da República Floriano Peixoto. Voltou a presidir a Câmara Municipal de Turvo em 1894 e 1905-1907. Foi responsável por melhorias na cidade, como a canalização da água, a construção do prédio da Santa Casa e a passagem da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Foi ainda fazendeiro e juiz.

Faleceu em Turvo em 30 de outubro de 1908.

Juntamente com seu pai, foi considerado pelos habitantes de Andrelândia fundador da cidade, por ter completado os 37 contos de réis que faltavam para a construção do prédio da cadeia e da Câmara da antiga freguesia do Turvo, obras fundamentais para que a freguesia fosse elevada à categoria de vila, em 21 de outubro de 1866. A partir de 1868 a vila tornou-

se cidade e, em 1930, teve seu nome alterado para Andrelândia.

Casado com sua prima-irmã Libânia Jesuína Carolina de Carvalho, filha de João Gualberto de Carvalho e de Ana Inácia Ribeiro do Vale, os primeiros barões de Cajuru, teve duas filhas. A segunda, Ambrosina, casou-se com Ernesto da Silva Braga, médico formado no Rio de Janeiro e diretor da Santa Casa de Andrelândia, construída pelo sogro.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ANDRADE, E. *Vale*; ANDRELANDIA. Disponível em: <<http://www.andrelandia.ney>>. Acesso em: 16/4/2010; BARATA, C.; CUNHA, A. *Dicionário* (v.1); Família Arantes. Disponível em: <http://www.familia.arantes.nom.br/index.php?pg=origem_da_familia>. Acesso em: 16/4/2010; Genealogia da família Arantes. Disponível em: <http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafg131.htm>. Acesso em: 16/4/2010; GENEALL. Antônio Belfort Ribeiro Arantes. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/fam_names.php?id=3030>. Acesso em : 16/4/2010; PEREIRA, A. *Família*.

ARARIPE, Alencar

*dep. ger. CE 1869-1889; pres. RS 1876; pres. PA 1885-1886; min. STJ 1886; min. STF 1891-1894; min. Faz. 1891; min. Jus. 1891; min. Int. 1891.

Tristão de Alencar Araripe nasceu em Icó (CE) no dia 7 de outubro de 1821, filho do coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, revolucionário da Confederação do Equador (1824), e de Ana Tristão de Araripe.

Aos 22 anos de idade ingressou na Faculdade de Direito de Olinda, mas acabou seu bacharelado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 4 de novembro de 1845. De posse da formação jurídica, desempenhou diversos cargos públicos, tornando-se em 1847 juiz municipal e de órfãos da comarca de Fortaleza e transferindo-se em 1854 para o Pará, onde foi juiz de direito em Bragança. Entre os anos de 1856 e 1858 foi chefe de polícia no Espírito Santo, transferindo-se em seguida para a província de Pernambuco, onde exerceria a mesma função, até ser designado juiz da vara especial do comércio de Recife.

Entre os anos de 1869 e 1889, em várias legislaturas, representou como deputado geral sua província natal. No mesmo período foi desembargador na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo (1870-1873), e presidente das províncias do Rio Grande do Sul (1876) e do Pará (1885-1886). Foi nomeado para o Supremo Tribunal de Justiça em 1886, e com o advento da República e a instalação do Supremo Tribunal Federal, em 28 de fevereiro de 1891, foi nomeado ministro dessa corte, onde permaneceria até sua aposentadoria em 1894.

No mesmo ano de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca o nomeou ministro dos Negócios da Fazenda, substituindo Rui Barbosa. Durante sua curta gestão, de 22 de janeiro a 4 de julho, buscou deter as consequências inflacionárias da política econômica levada a cabo por seu antecessor, conhecida na literatura como Encilhamento. Com a multiplicação de bancos emissores e a divisão do país em três regiões bancárias, a política econômica desenvolvida por Rui Barbosa provocou uma febre especulativa que contraditoriamente, para muitos autores, como Stanley Stein e Maria Bárbara Levy, favoreceu certo desenvolvimento das atividades industriais têxteis. De qualquer modo, a imagem mais forte dos contemporâneos

remete à escalada inflacionária e à liquidação de riquezas transformadas em papéis sem nenhum valor. Foi nesse cenário que Alencar Araripe assumiu a pasta da Fazenda, buscando recuperar a conversibilidade do padrão-ouro e diminuir as emissões de papel-moeda pelas casas bancárias. Nesse sentido, sua gestão foi marcada pela austeridade fiscal, cujo propósito era recuperar o equilíbrio orçamentário da jovem República brasileira. Ao deixar a pasta foi substituído por Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, e deixou como registro o *Relatório apresentado pelo ministro d'Estado dos Negócios da Fazenda, em julho de 1891*. Ainda no governo de Deodoro, Alencar Araripe ocupou a pasta do Interior, de 22 de janeiro a 25 de fevereiro de 1891, e interinamente a pasta do Exterior.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de julho de 1908.

Além das atividades públicas, Alencar Araripe destacou-se por uma produção intelectual importante, associada à sua filiação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e à sua reflexão na área jurídica. Nela sobressaem as seguintes obras: *História da província do Ceará (desde os tempos primitivos até 1850)*; *A questão religiosa* (1873); *Como cumprir escrever a história da pátria* (1876); *Patriarcas da Independência* (1876); *Consolidação do processo criminal do Império do Brasil* (1876); *Primeiras linhas sobre o processo orfanológico* (1879); *Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais* (1880); *Visconde do Rio Branco na maçonaria* (1880); *Guerra civil no Rio Grande do Sul* (1881); *Notícias sobre a Maioridade* (1882); *25 de março. O Ceará no Rio de Janeiro* (1884); *Classificação das leis do processo criminal e civil* (1884); *Código Civil Brasileiro* (1885); *Neologia e neografia geográfica do Brasil* (1885); *Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão* (1885); *Independência do Maranhão* (1885); *Movimento colonial da América* (1893); *Primeiro navio francês no Brasil* (1895); *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil* (1896); e *Primazias do Ceará* (1903). O autor também se destacaria como tradutor de títulos, como *Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás*, de Hans Staden.

Demian de Melo

FONTES: BULHÕES, A. *Ministros*; MIN. FAZ. *Ministros*..

ARAÚJO, Antônio Brício de

*pres. MA 1917-1918; sen. MA 1929-1930.

Antônio Brício de Araújo nasceu na comarca dos Guimarães (MA), filho de Antônio Brício de Araújo. Seu irmão Urbano Santos da Costa Araújo, conhecido como Urbano Santos, foi deputado federal pelo Maranhão de 1897 a 1905, senador de 1906 a 1914, vice-presidente da República de 1914 a 1918, no governo Venceslau Brás, ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1918 a 1919, no governo Delfim Moreira, e presidente do Maranhão de 1919 a 1922; nesse último ano voltou a ser eleito vice-presidente da República ao lado de Artur Bernardes, mas faleceu antes de tomar posse.

Antônio Brício ingressou na carreira política filiando-se ao Partido Republicano, em cuja chapa, encabeçada por Herculano Nina Parga, foi eleito primeiro vice-presidente do Maranhão em 1914. Com o afastamento do titular para concorrer a uma cadeira na Câmara dos Deputados, assumiu o governo do estado em 20 de março de 1917. Para o quadriênio 1918-1922, foi eleito presidente estadual seu irmão Urbano Santos, então vice-presidente da República, que não tomou posse de imediato. Assim, em 1º de março de 1918, transmitiu o governo do Maranhão ao primeiro vice-presidente, José Joaquim Martins Marques, que faleceu no dia 9 de outubro seguinte. Assumiu então o governo o segundo vice Raul da Cunha Machado, até 21 de outubro, quando Urbano Santos foi empossado, para logo se licenciar.

Deputado estadual por duas legislaturas, Antônio Brício deixou a Assembleia estadual em agosto de 1922 para assumir a intendência (prefeitura) de São Luís em substituição a Raimundo Gonçalves da Silva. Em sua gestão, inaugurou o serviço de bondes elétricos, em substituição aos de tração animal, instalou o reservatório de águas do bairro do Sacavém e criou um serviço de assistência dentária em algumas escolas municipais da capital.

Em 1929 foi eleito senador pelo Maranhão. Concomitantemente, elegeu-se vice-presidente do estado na chapa liderada por José Pires Sexto, cujo governo durou pouco mais de sete meses – de 1º de março a 8 de outubro de 1930. Com a vitória da Revolução de 1930, os

governadores foram substituídos por interventores, e os órgãos legislativos do país foram dissolvidos.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARQUES, C. *Dicionário*; SENADO. Disponível em: <
http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/presidentes/p_rep_Urbano_Santos.asp>.
Acesso em: 28/7/2008,
<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1416&li=34&lcab=1927-1929&lf=34>. Acesso em 23/9/2008.

ARAÚJO, Bernardo Horta de

*dep. fed. ES 1903-1912.

Bernardo Horta de Araújo nasceu em Itapemirim (ES) no dia 20 de fevereiro de 1862, filho de José Feliciano Horta de Araújo e de Isabel Lima. Seu pai era um advogado de prestígio em Cachoeiro de Itapemirim, tendo sido deputado provincial em diversas legislaturas e deputado geral pela província do Espírito Santo, sempre pelo Partido Liberal. Sua mãe era filha do barão de Itapemirim, poderoso chefe político liberal em meados do século XIX.

Bernardo Horta fez o curso de humanidades no Ateneu Provincial, em Vitória, e diplomou-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto em 1882. Voltou a Cachoeiro de Itapemirim e aí abriu uma farmácia e se engajou na propaganda republicana, para desgosto de seu pai. Participou da fundação do primeiro clube republicano do Espírito Santo, em 1887, e tornou-se redator-chefe do jornal *O Cachoeirano*, que fazia propaganda daquele regime. Nas eleições para a Assembleia Geral em 1889, os republicanos, que então já contavam com numerosos clubes, decidiram lançar um candidato a deputado e escolheram Bernardo Horta, que conseguiu muito boa votação, mas não foi eleito, segundo denunciaram, devido a manobras dos monarquistas.

Proclamada a República e empossado governador do Espírito Santo Afonso Cláudio, seu companheiro da propaganda republicana, Bernardo Horta, juntamente com Antônio Gomes Aguirre, com quem militara no clube e no jornal em Cachoeiro, foram nomeados vice-governadores. Participaram ambos do governo e da luta política e, em maio de 1890, convocaram um congresso visando a formar forte estrutura partidária que unificasse os clubes republicanos e atraísse algumas correntes dos antigos partidos da monarquia. No congresso, presidido por Torquato Moreira, os participantes se dividiram, e os líderes de Cachoeiro, até então na direção dos republicanos do estado, não foram eleitos para o diretório. Segundo relato da imprensa da época, às vésperas do congresso havia sido combinado informalmente que os vice-governadores deveriam participar do diretório do

partido, já que se pensava, então, que o governador não deveria ter filiação partidária. Assim sendo, a exclusão de Bernardo Horta e Antônio Aguirre da direção obrigava-os moralmente a deixar o governo. Foi o que fizeram: não se engajaram na nova agremiação e renunciaram aos cargos de vice-governador.

Participaram, então, da formação de outro partido, a União Republicana Espírito-Santense (URES), dirigida pelo barão de Monjardim. A URES congregava uma importante corrente liberal, da qual fazia parte o pai de Bernardo, conhecido como Horta de Araújo, e uma corrente conservadora, às quais se juntaram os republicanos de Cachoeiro. Passaram à oposição ao governo de Afonso Cláudio, e travaram renhida luta política contra o Partido Republicano Construtor (PRC), que o apoiava.

Em março de 1891, Deodoro da Fonseca demitiu o governador Henrique Coutinho, do PRC, e nomeou Antônio Gomes Aguirre para substituí-lo. Bernardo Horta voltava ao poder. Em Cachoeiro, seu grupo retomou o governo municipal e ele próprio foi eleito deputado à Constituinte estadual, instalada a 6 de junho, que elegeu indiretamente o barão de Monjardim governador do estado, antes mesmo de votar a Constituição. Bernardo Horta teve grande influência na elaboração da carta constitucional. Porém, o predomínio da URES no estado durou pouco. O barão de Monjardim apoiou integralmente Deodoro, em choque com as mais poderosas bancadas do Congresso Nacional, inclusive quando o marechal desfechou o golpe de 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso e decretando o estado de sítio na capital federal. A forte reação ao golpe levou Deodoro à renúncia, e seu vice, Floriano Peixoto, à presidência. Nos estados, os governadores que haviam apoiado o golpe foram sendo depostos pouco a pouco, entre eles o barão de Monjardim.

O PRC voltou ao poder e governou o Espírito Santo até 1908. Bernardo Horta manteve-se na oposição até 1898, inicialmente na URES e, quando esta se dissolveu no final de 1896, na seção estadual do Partido Republicano Federal, formado pelos unionistas, aliados a uma dissidência do PRC. Durante esse período, Bernardo Horta atuou politicamente em Cachoeiro, onde era o principal chefe de uma forte oposição, apoiada pelo jornal *O*

Cachoeirano, do qual continuava redator. Em 1896 candidatou-se ao Conselho Municipal e elegeu-se em um pleito dos mais conturbados. Durante seu mandato, presidiu o governo do município diversas vezes.

Em 1899, o PRC se recompôs sob a liderança de Muniz Freire, acompanhando a pacificação da política federal promovida com a eleição de Campos Sales. O Partido Autonomista, do barão de Monjardim, que se separara da URES em 1894, fundiu-se ao PRC, que passou a se chamar Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA). Muniz Freire conseguiu recuperar a maior parte dos dissidentes e atraiu Bernardo Horta, que se integrou ao partido. Em 1900, foi reeleito membro do Conselho Municipal de Cachoeiro, que presidiu até 1903. Ainda não havia prefeitos no Espírito Santo, e os presidentes dos governos municipais exerciam o Poder Executivo local. A administração de Bernardo Horta destacou-se por ter empreendido a construção de uma hidrelétrica que fez de Cachoeiro de Itapemirim a primeira cidade a ter energia elétrica no estado.

Em 1903, Bernardo Horta foi eleito deputado federal; foi reeleito em 1906 na chapa dissidente do PRCA encabeçada por Muniz Freire, e novamente em 1909, já no Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), criado no governo de Jerônimo Monteiro em substituição ao PRCA. Em 1912, na sucessão de Jerônimo, opôs-se à candidatura governista de Marcondes Alves de Sousa, e não foi incluído na chapa para o Congresso Nacional.

Bernardo Horta participou de uma comissão do governo estadual para tratar da questão de limites com Minas Geras na região do alto vale do rio Itapemirim, para a qual realizou minuciosos estudos, publicados sob o título *Limites dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo: exposição dos motivos e documentos pelo Estado do Espírito Santo*.

Provavelmente a política o afastou do controle dos negócios, considerado o insucesso comercial da farmácia que abrira em Cachoeiro; seu sócio cometeu um desfalque e foi preciso vendê-la, mas restou uma pesada dívida que nunca conseguiu pagar. Daí em diante, sua situação financeira se deteriorou progressivamente. Teve, também, problemas de saúde, que se agravaram e prejudicaram sua atuação no último mandato de deputado.

Em 1896 casara-se com Angelina Aires, filha de um importante comerciante de Cachoeiro, e tiveram cinco filhos. Angelina morreu precocemente, deixando os filhos pequenos. Viúvo, doente, sem recursos para cuidar da educação dos filhos, endividado, Bernardo Horta se suicidou na casa do irmão no Rio de Janeiro, a 20 de fevereiro de 1913, dia em que completava 51 anos de idade.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Cachoeirano* (1911-1913); *Comércio do Espírito Santo* (1896-1900, 1908-1909); *Estado do Espírito Santo* (1890-1900); PEREIRA, A. *Homens*; SANTOS, A. *Republicano*.

ARAÚJO, Elísio de

* dep. fed. RJ 1906-1908 e 1912-1914.

Elísio de Araújo nasceu em Escada (PE) no dia 8 de abril de 1868, filho do coronel Emílio Pena de Araújo e de Constança Lins de Araújo.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e em 1889, ano da proclamação a República no Brasil, transferiu-se para o estado do Rio de Janeiro, onde foi nomeado promotor público da comarca de São Fidélis. No ano seguinte passou a atuar como juiz municipal na comarca de Itaocara e em 1891 foi promovido para a vara de direito de Barra de São João, também no estado do Rio. Em 1895 tornou-se delegado de polícia, dessa vez na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Já em 1897 foi promovido a inspetor das escolas municipais do Distrito Federal.

De 1901 a 1903, assumiu uma cadeira de deputado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Reeleito, renunciou ao mandato em 1905, por ter sido nomeado chefe de polícia do estado. Em 1906, foi eleito deputado federal pelo 2º distrito do estado do Rio. Exerceu seu mandato de 3 de maio de 1906 a 31 de dezembro de 1908 e defendeu na Câmara a reorganização do Exército brasileiro e a instituição do tiro de guerra, tendo sido um dos principais propugnadores das Sociedades de Tiro no Brasil. Em 1912 foi novamente eleito deputado federal e exerceu seu mandato de 3 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914.

Em abril de 1927 voltou a ser eleito deputado estadual no Rio de Janeiro. Diplomado pelo terceiro distrito, com sede em Cantagalo, tomou posse no mesmo ano e, na ALERJ, integrou a Comissão de Higiene e Obras Públicas de 1927 a 1928, e a Comissão de Constituição e Justiça, em 1929. Encerrou o mandato no final da legislatura, em 1930, quando foram empossado os novos deputados eleitos em 3 de agosto desse ano.

Publicou *História da polícia da capital federal* e *Geografia elementar*.

Em sua homenagem, foi batizada com seu nome uma rua no bairro de Vargem Pequena, na

Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); ASSEMB. LEGISL. *Anais* (1927); ASSEMB. LEGISL. *Anais* (1928); ASSEMB. LEGISL. *Anais* (1929); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

ARAÚJO, Ernesto Brasília de

*dep. fed. RJ 1894-1899.

Ernesto Brasília de Araújo nasceu no estado do Rio de Janeiro.

Formado em medicina, clinicou em Nova Friburgo (RJ) atendendo gratuitamente às classes populares, o que lhe rendeu grande popularidade na cidade. Foi vereador em Nova Friburgo e presidente da Câmara Municipal de 7 de janeiro de 1893 a 2 de junho de 1894 e de 10 de janeiro de 1897 a 5 de agosto de 1908.

Também em 1894 foi eleito deputado federal pelo 3º distrito do estado do Rio de Janeiro, e exerceu o mandato de 3 de maio daquele ano até 31 de dezembro de 1896. Reeleito no início de 1897, voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados de 3 de maio do mesmo ano a 31 de dezembro de 1899.

Faleceu em agosto de 1908, em Nova Friburgo (RJ).

Em sua homenagem, uma rua no centro de Nova Friburgo foi batizada com o nome de rua Doutor Ernesto Brasília.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*. (v.1); CÂM. DEP.. *Deputados brasileiros*; CÂM. MUN. NOVA FRIBURGO. Disponível em: <<http://www.camaranf.rj.gov.br:8180/cmnf/camara/ex-presidentes/>>.

ARAÚJO, Izidro Leite Ferreira de

*dep. fed. PB 1904-1905.

Izidro Leite Ferreira de Araújo nasceu em Piancó (PB) no dia 23 de fevereiro de 1873, filho de José Peregrino de Araújo. Seu pai foi presidente do estado da Paraíba de 1900 a 1904.

Ingressou no Exército em 13 de fevereiro de 1890. Em 1893, lutou ao lado das tropas federais durante a Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, envolveu a esquadra fundeada na baía de Guanabara. A insurreição, que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, incluiu a tomada da capital de Santa Catarina por destacamentos rebeldes e se encerrou com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio de Janeiro. Foi promovido a segundo-tenente em novembro de 1894 e a primeiro-tenente em outubro de 1898. Durante esses anos fez o curso de engenharia do Exército e tornou-se bacharel em matemática e ciências físicas.

Ingressou na política com o apoio de seu pai, então presidente da Paraíba, elegendo-se deputado federal em fevereiro de 1904 na eleição especial realizada para preencher a vaga aberta com o falecimento do deputado João Soares Neiva. Foi reconhecido em 26 de maio e exerceu o mandato até o final da legislatura em dezembro de 1905.

Deixando a Câmara dos Deputados continuou na vida militar, e em fevereiro e maio de 1912 foi promovido respectivamente a capitão graduado e efetivo. Foi também sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* ; CÂM. DEP.. *Deputados brasileiros*; INST.

HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: < www.ihgp.net>. Acesso em: 2/12/2010; MARIZ, C. *Apanhados*.

ARAÚJO, João Vieira de

*pres. AL 1874-1875; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893 e 1897-1911.

João Vieira de Araújo nasceu na cidade do Recife em 1844.

Foi deputado e presidente da província de Alagoas, nomeado por carta imperial de 21 de março de 1874. Exerceu o governo alagoano de 12 de abril desse ano a 25 de abril de 1875. Com o advento da República em novembro de 1889, foi eleito deputado constituinte por Pernambuco em setembro de 1890. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e, promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Voltou a ser eleito deputado federal por seu estado natal em 1897 e ocupou sua cadeira na Câmara em maio desse ano. Reeleito para as quatro legislaturas seguintes, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1911.

Faleceu no ano de 1922.

Escreveu vários livros, entre os quais *Memórias da Faculdade de Direito do Recife* (1879) e *O projeto do Código Penal* (1895).

Marcos Paulo Torres

FONTES: CÂM. LEGIS.FED.; CÂM.DEP. *Deputados brasileiros*.

ARAÚJO, Joaquim Correia de

*dep. geral PE 1878-1881; sen. PE 1894-1896; gov. PE 1896-1899; sen. PE 1900-1901.

Joaquim Correia de Araújo nasceu em Pernambuco no ano de 1843.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1864, exerceu a advocacia por alguns anos e em 1870 ingressou na mesma faculdade como professor substituto. Seis anos depois, tornou-se professor catedrático. Iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando ingressou no Partido Conservador, agremiação em que sua família tinha grande tradição. Em 1878 foi eleito deputado geral por Pernambuco para a legislatura 1878-1881.

Depois da Proclamação da República (15/11/1889), aderiu ao novo regime e elegeu-se senador em 1894. Por influência de seu grande aliado e líder político Francisco de Assis Rosa e Silva, foi eleito governador Pernambuco em 1896, na sucessão de Alexandre Barbosa Lima, e deixou o Senado. Iniciada em 7 de abril do mesmo ano, sua administração teve forte apoio do Partido Republicano Federal, agremiação liderada por Rosa e Silva e da qual fazia parte. Renunciou ao governo pernambucano em 4 de abril de 1899, sendo substituído pelo presidente do Senado estadual, Segismundo Antônio Gonçalves.

Iniciou então nova campanha para o Senado Federal e foi novamente eleito, para vaga aberta com o término do mandato de José Joaquim de Almeida Pernambuco. Assumiu sua cadeira em 1900, mas não concluiu o mandato, pois renunciou em 9 de janeiro de 1901.

Faleceu no ano de 1931.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* ; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LEVINE, R. *Velha usina*.

ARAÚJO, José Peregrino de

*dep. fed. PB 1897-1899; pres. PB 1900-1904; dep. fed. PB 1906-1908.

José Peregrino de Araújo nasceu na província da Paraíba no dia 18 de novembro de 1840.

Formou-se na Faculdade de Direito do Recife e fez longa carreira na Paraíba, onde chegou a desembargador.

Em 1897 foi eleito deputado federal pela Paraíba para a legislatura 1897-1899. Em 1900 foi eleito presidente do estado, sucedendo a Antônio Alfredo da Gama e Melo, e tomou posse em 22 de outubro. Durante sua administração procurou equilibrar as finanças, reformou as magistraturas estaduais e promoveu mudanças no funcionalismo público. Por várias de suas medidas, recebeu forte oposição do importante jornalista paraibano Artur Aquiles, proprietário do periódico *O Comércio*. Em 1904 o jornal foi empastelado, e José Peregrino de Araújo foi acusado de ser o mandante do crime. Em 22 de outubro passou o governo ao sucessor, o ex-presidente estadual Álvaro Lopes Machado, eleito para um novo quadriênio. Em 1906 voltou às atividades políticas, sendo foi novamente eleito deputado federal. Ocupou uma cadeira na Câmara dos deputados até dezembro de 1908.

No campo jornalístico, foi redator do periódico *O Liberal Paraibano*.

Faleceu no estado da Paraíba no dia 5 de outubro de 1913.

Seu filho Izidro Leite Ferreira de Araújo foi deputado federal pela Paraíba de 1904 a 1905.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BARBOSA, S. *Pequeno dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARIZ, C. *Apanhados*; PINTO, L. *Fundamentos*.

ARAÚJO, Josino Alcântara de

*dep. fed. MG 1907-1925.

Josino Alcântara de Araújo nasceu em Pouso Alegre (MG) no dia 20 de fevereiro de 1866, filho de Ezequiel Manuel de Araújo e de Maria José Alcântara Vilhena de Araújo.

Cursou humanidades no Colégio Meneses Vieira no Rio de Janeiro, então capital do Império. Transferindo-se para a capital paulista, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em 1886.

Iniciou sua carreira política quando foi eleito deputado na província de Minas Gerais para a última legislatura do Império, de 1888 a 1889. Após a proclamação da República em novembro de 1889, passou a se dedicar às atividades jurídicas. Em 1892 foi nomeado juiz de direito do município mineiro de Baependi, permanecendo no cargo por sete anos. Em 1899 passou a residir em Juiz de Fora (MG), onde foi juiz avulso e fiscal do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. Em dezembro de 1906 foi nomeado comandante geral da Brigada Policial de Minas Gerais, atividade que exerceu por cinco meses.

Voltou a exercer mandato eletivo quando, no curso da legislatura 1906-1908, foi eleito deputado federal por Minas Gerais em eleição suplementar realizada em 1907. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em agosto desse ano e foi reeleito para outras seis legislaturas. Integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados, além das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças da Câmara.

Foi ainda membro da diretoria do Banco do Brasil em 1924. No decorrer de sua trajetória profissional também colaborou no periódico *O Farol*, de Juiz de Fora.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1925, no exercício do mandato de deputado.

Era casado com Luísa Fabiano Alves de Araújo. Seu filho Dirceu Vilhena de Araújo também atuou na política, tendo sido prefeito do município mineiro de Matias Barbosa.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM.DEP. *Deputados brasileiro s* (p. 165); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 56).

ARAÚJO, Marcos Pereira de

*dep. fed. PI 1897-1899.

Marcos Pereira de Araújo nasceu em Teresina em 1859.

Formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Após o curso, voltou ao Piauí e clinicou. Também se dedicou à agricultura e foi um dos fundadores da Sociedade de Agricultura do Piauí.

Elegeram-se deputado federal pelo estado do Piauí em 1897. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse mesmo ano, exerceu o mandato até dezembro de 1899, quando se encerrou a legislatura. Não voltou a concorrer a nenhum cargo público.

Faleceu na cidade de Campo Maior (PI) no dia 19 de maio de 1909.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GONÇALVES, W. *Grande dicionário*.

ARAÚJO, Rodrigo Correia de

*dep. fed. AL 1892-1893.

Rodrigo Correia de Araújo nasceu em São Miguel dos Campos (AL).

Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, de volta a Alagoas foi deputado estadual na legislatura 1891-1892 e participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do estado.

Foi eleito deputado federal em 1892. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em junho desse ano em substituição a Ladislau de Sousa Melo Neto, que havia renunciado em 8 de novembro de 1890, antes da abertura da Constituinte. Exerceu seu mandato até 1893. Por seus dons oratórios, os jornais da época o apelidaram de "O Canário Alagoano".

Faleceu no Rio de Janeiro em 1893.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

ARAÚJO, Tibúrcio Valeriano de

*gov. AL 1889.

Tibúrcio Valeriano de Araújo nasceu na cidade de Alagoas, atualmente Marechal Deodoro, no dia 11 de agosto de 1832.

Cursou humanidades no Liceu Alagoano e ainda no Império foi diretor da Secretaria de Governo da província de Alagoas. Eleito e reeleito deputado provincial pelo Partido Conservador, exerceu o mandato de 1870 a 1875.

Em 19 de novembro de 1889, quatro dias após a proclamação da República, foi nomeado governador provisório de Alagoas. No dia 21 do mesmo mês recebeu o cargo da junta governativa que comandava Alagoas desde o dia 18, e poucos dias depois, em 2 de dezembro, foi substituído por Pedro Paulino da Fonseca, nomeado governador. Foi senador estadual de 1891 a 1896 e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Faleceu em Maceió no dia 18 de outubro de 1918.

Publicou *Compilação das leis provinciais das Alagoas por Olímpio Eusébio de Arroxelas Galvão e Tibúrcio Valeriano de Araújo* (1870/71/72, 6 vol.); *Apêndice à compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872 por Olímpio Eusébio de Arroxelas Galvão e Tibúrcio Valeriano de Araújo* (1874) e “Crônica da província”, na *Revista do IHGA* (1879). O número IX da revista publicou o seu elogio, feito por Eutíquio Gama.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

ARGOLO, Francisco de Paula

* militar; const. 1891; dep. fed. BA 1891-1893; min. Guerra 1897 e 1902-1906; min. STM 1905-1920.

Francisco de Paula Argolo nasceu na vila de São Francisco do Conde (BA) no dia 28 de janeiro de 1847, filho do coronel Paulo de Argolo Queirós e de Gracinda de Melo e Silva. Seu pai foi um dos veteranos da Campanha Cisplatina. Seu tio, general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, barão da Cajaíba, participou das lutas da Independência e também da Campanha Cisplatina. Seu primo, general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho, visconde de Itaparica, combateu na Guerra do Paraguai. Seu irmão, o capitão Paulo de Argolo Queirós, morreu na passagem do Itororó, durante o mesmo conflito.

Assentou praça a 19 de outubro de 1866 no 40º Corpo de Voluntários com tempo de serviço de 27 de março de 1865, e, como alferes em comissão, alistou-se junto com o irmão na campanha do Paraguai (1864-1870), onde entrou no 16º Corpo de Infantaria sob o comando do general Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa. Foi então nomeado ajudante de ordens do comando da 1ª Divisão e mais tarde do comando do 2º Corpo de Exército. Posteriormente, passou a servir junto aos estados-maiores de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, e Luís Filipe Maria Fernando Gastão, conde d'Eu. Pelos serviços prestados nos combates de 16 e 17 de abril e na batalha de 24 de maio de 1866, foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo; já por sua atuação durante as batalhas de 16 e 18 de junho do mesmo ano, recebeu o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Ainda durante a Guerra do Paraguai, conquistou os galões de alferes, em 18 de junho de 1868, passando a servir junto ao comando do 1º Corpo Exército, e de tenente, em 20 de fevereiro de 1869, com antiguidade de 11 de dezembro de 1868. Foi ainda comissionado no posto de capitão. Essas duas últimas promoções foram concedidas por bravura na “dezembrada”, série de batalhas travadas em dezembro de 1868 na região do Chaco sob o comando do marechal Luís Alves de Lima e Silva e vencidas pelas tropas brasileiras. Participou também da Campanha das Cordilheiras, na fase final da guerra, e em 1870

serviu no batalhão de engenheiros que foi para a cidade paraguaia de Humaitá. Em 1º de março daquele ano deixou o teatro de guerra, retornando ao Brasil.

Em 27 de abril de 1871 foi confirmado no posto de capitão por atos de bravura, com antiguidade de 28 de outubro de 1869. Também naquele ano, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde fez os cursos de infantaria e cavalaria. Escolheu a infantaria, arma na qual permaneceu até o fim de sua vida militar. Ainda durante o Império foi promovido a major, em 24 de maio de 1888, e já na República passou a tenente-coronel, em 7 de janeiro de 1890, e a coronel, em 17 de março seguinte.

DEPUTADO E MINISTRO

Nas eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, candidatou-se a deputado pela Bahia. Duas chapas se apresentaram: uma em apoio ao governo provisório de Deodoro da Fonseca, e outra, contra. Na primeira, foram incluídos os nomes indicados pelo Clube Militar, organizado logo após a proclamação da República. Além do coronel Francisco de Paula Argolo faziam parte da chapa o almirante Custódio de Melo, o capitão de mar e guerra barão de São Marcos, o tenente-coronel Paula Guimarães, o general Dionísio Cerqueira, o capitão Salvador Pires e Artur Rios. Todos foram eleitos e tomaram posse em 15 de novembro de 1890.

Diante da questão política surgida logo no começo da Constituinte para saber se esta concederia, ou não, poderes especiais ao governo provisório, Argolo assinou a moção de Ubaldino do Amaral, consagrando legalmente o governo. Em sua opinião, os estados só deveriam tratar de sua organização definitiva depois que fosse promulgada a Constituição Federal; achava ainda que os militares só deveriam perder as patentes em caso de condenação por crime infame, como previsto nos códigos militares.

Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou, a partir de junho, a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Em 1892 foi eleito membro da Comissão de Marinha e Guerra da Câmara e passou a integrar o diretório do Partido Nacional Democrata, fundado no dia 25 de abril em Salvador.

Além de concentrar seus esforços na política, dedicava-se também à carreira militar. Promovido a general de brigada em 5 de setembro de 1893, como comandante do 5º Distrito Militar marchou do Paraná para a cidade de São Bento, em Santa Catarina, para participar da repressão à Revolução Federalista, que fora deflagrada em fevereiro no Rio Grande do Sul e avançava pelos estados vizinhos. Como Desterro (atual Florianópolis), capital de Santa Catarina, estava tomada pelos revolucionários, no dia 11 de novembro proclamou São Bento capital provisória do estado e assumiu o governo. No dia seguinte, em face da aproximação dos revoltosos da entrada da cidade, retirou-se, destruindo as pontes que encontrava pelo caminho. Junto com as autoridades que o acompanhavam, refugiou-se em Rio Negro, marchando mais tarde para Lapa, ambas cidades do Paraná. Afinal, em 31 de dezembro de 1893, encerrou seu mandato de deputado federal.

Em 1894, durante a Revolta da Armada, movimento promovido por unidades da Marinha brasileira contra o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), atuou na defesa da cidade de Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro.

Em 4 de janeiro de 1897, durante a interinidade de Manuel Vitorino Pereira como presidente da República em decorrência do afastamento por doença do presidente Prudente de Moraes (1894-1898), foi nomeado ministro da Guerra, sucedendo ao ministro interino general Dionísio Cerqueira. Demitiu-se em 17 de maio do mesmo ano, pouco tempo depois de Prudente de Moraes ter reassumido o governo, em virtude de um desentendimento com o presidente, que, durante uma reunião de gabinete, mostrou-se insatisfeito com sua atuação no ministério. Seu lugar foi ocupado pelo marechal Carlos Machado Bittencourt. Em 28 de janeiro de 1898, foi nomeado intendente-geral da Guerra. Dois anos depois foi promovido a general de divisão e finalmente, em 13 de julho de 1902, a marechal.

Exerceu novamente o cargo de ministro da Guerra durante todo o governo Rodrigues Alves, de 15 de novembro de 1902, sucedendo ao general João Nepomuceno Medeiros Mallet, a 15 de novembro de 1906, quando transmitiu a pasta ao marechal Hermes da Fonseca. Em sua gestão o Brasil enfrentou questões de fronteira com o Peru, que, entre fins de 1902 e meados de 1903, tentou conquistar as regiões do Alto Juruá e Alto Purus, no

estado do Amazonas. Instado por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, responsável pelo processo de consolidação das fronteiras brasileiras, o ministro Argolo reforçou o efetivo do Exército brasileiro naquele estado. O objetivo era conquistar a cidade de Iquitos, no Peru, tomar as lanchas de guerra adversárias e dominar Ucaiale, parte peruana do rio Amazonas. Após vários combates com os peruanos, o Brasil buscou o apoio da Bolívia e do Equador. Intimidado pelas medidas tomadas pelo governo brasileiro, o governo do Peru optou por uma conciliação, formalizada em 12 de julho de 1904.

Em fins daquele mesmo ano, o ministro Argolo teve que enfrentar manifestações de protesto contra a Lei nº 1.261, de 31 de outubro, que instituiu a vacinação e a revacinação obrigatórias contra a varíola. Entre 10 e 16 de novembro, inúmeros protestos irromperam por toda a cidade. O movimento popular que ficou conhecido como Revolta da Vacina serviu de pretexto para que, no dia 14, aproximadamente 300 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha marchassem com destino à cidade com o objetivo de tomar o palácio do governo. Tal ação foi contida pelas forças públicas. Um levante na Escola Preparatória e de Tática do Realengo havia sido frustrado pouco antes, no mesmo dia.

Como resposta, o governo autorizou uma nova reorganização do ensino militar, embora o último regulamento estivesse em vigor apenas desde de 1898. Assim, a Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Preparatória e de Tática do Realengo foram fechadas, e novos estabelecimentos de ensino foram criados. A Escola de Artilharia e Engenharia ficou localizada no bairro do Realengo, e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, no de Santa Cruz, ambos na capital da República. Para as cidades de Rio Pardo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foram transferidas, respectivamente, a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria e a Escola de Guerra. Por fim, através do Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905, foi aprovado o novo regulamento para os institutos militares de ensino.

Também em sua gestão, no mês de setembro de 1905, foram realizadas as manobras militares nos campos de Santa Cruz. Em setembro do ano seguinte, tais manifestações se repetiram. Outra providência do período foi a instalação de uma fábrica de pólvora sem fumaça em Piquete, no estado de São Paulo.

Ainda como ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), atual Superior Tribunal Militar, por decreto de 24 de fevereiro de 1905, tomando posse em 6 de março do mesmo ano. Passou a presidir o tribunal em 18 de janeiro de 1911, foi reformado em 30 de dezembro de 1914 e, por decreto de 24 de novembro de 1920, foi declarado em disponibilidade, deixando por esse motivo os cargos de presidente e ministro do STM a 26 do mesmo mês e ano.

Pelos diversos serviços prestados ao Exército recebeu a medalha do Mérito Militar, as medalhas da Guerra do Paraguai, e as medalhas concedidas pelas Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai relativas ao mesmo conflito.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de fevereiro de 1930.

Era casado com Maria José Pires de Argolo, irmã de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, ministro do Supremo Tribunal Federal (1916-1931) e procurador geral da República (1919-1931).

Cláudio Beserra de Vasconcelos/ Liliane de Brito Freitas

FONTES: ARAGÃO, A. *Bahia* (p. 24-25); BANDEIRA, L. *Barão*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*; CÂM. DEP. *Anais*; CASTRO, C.; GAGLIARDI, J. *Revolta*; CONG. NAC. *Anais*; Encyclopedia (v. 14, p. 8553); EXÉRC. *Galeria*; *Fluminense* (13/2/1930, p. 1); *Globo* (12/2/1930, p. 1); *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (12/2/1930, p. 10); *Jornal do Comércio* (12/2/1930, p. 3); LAGO, L . *Estado-Maior* (p.40); LOPES, T. ;TORRES, G. *Ministros* (p. 152-156); MCCANN, F. *Soldados*; MAFRA, A. *Aconteceu*; MIN. GUERRA. *Almanak* (1897, 1909); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 64, 87); SUP. TRIB. MIL. *Mal. Francisco de Paula Argollo*; SUP. TRIB. MIL. *Ministro*; *Tarde* (12/2/1930; *Tarde* (12/2/1930). Um Herói da República. Faleceu o marechal Paula Argolo, que foi constituinte da Bahia; *Tarde* (13/1/1932). A Bahia na constituinte; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.1, p. 530); VIANA, C. *História*.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1891

Após a deposição do governo imperial na manhã de 15 de novembro de 1889, na tarde do mesmo dia Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva e outros líderes do movimento republicano reuniram-se e estabeleceram no poder um governo provisório incumbido de reger os destinos do país. Compunham o novo governo, segundo informava o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*, publicado no dia seguinte, Deodoro da Fonseca (presidente), Benjamin Constant (ministro da Guerra), Eduardo Wandenkolk (ministro da Marinha), Aristides Lobo (ministro do Interior), Rui Barbosa (ministro da Fazenda e interinamente da Justiça, até a posse do paulista Manuel Ferraz de Campos Sales, que só ocorreria no dia 18) e Quintino Bocaiúva (ministro das Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto Demétrio Ribeiro não chegasse do Rio Grande do Sul e tomasse posse em 7 de dezembro).

No mesmo dia 15 de novembro, o governo provisório expediu o Decreto nº 1, determinando que ficava proclamada e provisoriamente decretada, como forma de governo da nação brasileira, a República Federativa; que as antigas províncias dali em diante constituiriam os Estados Unidos do Brasil; que enquanto não se procedesse à eleição do Congresso Constituinte, a nação seria regida pelo governo provisório, e os novos estados, pelos governos que tivessem proclamado, ou na falta destes, por governadores nomeados pelo governo provisório. Desde o início, portanto, estava prevista a constitucionalização do país.

O Decreto nº 29, de 3 de dezembro de 1889, nomeou a comissão incumbida de preparar o projeto a ser apresentado ao Congresso Nacional Constituinte. A comissão, que se tornaria conhecida como Comissão de Petrópolis, ou Comissão dos Cinco, era composta por Joaquim Saldanha Marinho – que viria a presidi-la –, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Antônio Luís dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro. Seus componentes foram céleres na elaboração do projeto, pois, da mesma forma que alguns dos integrantes do governo provisório e dos partidários de uma República liberal, temiam as tendências autoritárias e centralizadoras de Deodoro da Fonseca. Já o Decreto nº 78 B, de 21 de dezembro de 1889, determinou que o pleito eleitoral destinado à escolha dos constituintes deveria realizar-se no dia 15 de setembro de 1890 e que a Assembleia Nacional Constituinte deveria reunir-se e iniciar seus trabalhos em 15 de novembro do mesmo ano.

A LEGISLAÇÃO ELEITORAL DO REGIME REPUBLICANO

O Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, inaugurou a legislação eleitoral do novo regime. Considerava eleitores todos os cidadãos brasileiros no gozo dos seus direitos civis e políticos que soubessem ler e escrever, e determinava também que o Ministério do Interior organizaria os regulamentos para a qualificação eleitoral.

Coube assim ao ministro Aristides Lobo elaborar o novo regulamento, que deu origem ao Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890. De acordo com as novas regras, seriam eleitores todos os cidadãos brasileiros natos, no gozo de seus direitos civis e políticos, desde que soubessem ler e escrever – tal como no decreto de 19 de novembro de 1889 –, e também os cidadãos brasileiros declarados tais pela naturalização. O direito ao voto seria interditado aos menores de 21 anos, com exceção dos casados, oficiais militares, bacharéis formados e doutores e clérigos de ordens sacras; aos filhos-famílias, não sendo considerados como tais os maiores de 21 anos, ainda que em companhia do pai; e às praças de pré do Exército, da Armada e dos corpos policiais, salvo as reformadas. Os estrangeiros também poderiam ser alistados para voto, desde que já residissem no país no dia 15 de novembro de 1889 e reunissem as qualidades de eleitor. Contudo, de acordo com o Decreto nº 480, de 13 de junho de 1890, a qualidade de cidadão brasileiro seria atribuída somente àqueles que houvessem requerido alistamento e aos que, tendo sido alistados independentemente de seu requerimento, solicitassem a entrega do título de eleitor.

Foi, portanto, abolido o sufrágio censitário, mas persistiu a restrição implícita às mulheres no que dizia respeito ao direito de voto. Já a situação dos analfabetos era um tanto complexa. Sua participação no pleito fora permitida após a reforma eleitoral de 1881, consubstanciada no Decreto nº 8.213, de 13 de janeiro do mesmo ano, conhecido como Lei Saraiva ou Lei do Censo, cujo § 15 do artigo 6º afirmava que o eleitor, ao retirar o título, passaria recibo com “sua assinatura, sendo admitido a assinar pelo eleitor, que não souber ou puder escrever, outro por ele indicado”. O regulamento de Aristides Lobo, no artigo 69, aceitava *ex officio*, apenas para a primeira eleição do novo regime, que o eleitor alistado de acordo com as normas da Lei Saraiva pudesse votar, ainda que não soubesse ler e escrever. Tal fato criou uma situação contraditória, na medida em que consentia a participação de analfabetos qualificados na época do Império, ao passo que os analfabetos que desejassem alistar-se já sob a vigência do novo regulamento encontravam-se proibidos de fazê-lo. Esse impasse seria resolvido posteriormente por meio do texto da Constituição de 1891, que ratificou a proibição do voto dos analfabetos, excluindo assim um considerável contingente da população brasileira.

No entanto, como o regulamento de Aristides Lobo versava somente sobre a qualificação do eleitor, seria necessária ainda uma lei eleitoral que tratasse das eleições dos

congressistas constituintes. A tarefa foi executada por José Cesário de Faria Alvim, ministro do Interior que substituiu Aristides Lobo quando este pediu demissão da pasta em 10 de fevereiro de 1890. Assim, no dia 23 de junho de 1890, foi expedido o Decreto nº 511, mais conhecido como Regulamento Alvim. De acordo com o novo decreto, no que concernia às condições de elegibilidade, era necessário o candidato estar na posse dos direitos de eleitor. Para concorrer a um cargo na Câmara, o candidato deveria ter mais de sete anos como cidadão brasileiro, e no Senado, mais de nove – além de, no caso deste último, ser maior de 35 anos. Seriam inelegíveis os clérigos e religiosos, tanto regulares quanto seculares, pertencentes a qualquer confissão; os governadores; os chefes de polícia; os comandantes de armas, bem como os demais funcionários militares que exercessem comandos de forças de terra e mar equivalentes ou superiores; os comandantes de forças policiais; os magistrados, salvo se estivessem avulsos há mais de um ano; e os funcionários demissíveis a qualquer momento. O artigo 4º, no entanto, suspendia tal restrição para o pleito eleitoral do primeiro Congresso.

A eleição dos deputados e senadores ocorreria por meio do sufrágio direto em cada um dos estados. Nesse ponto, o Regulamento Alvim expressou os temores dos adeptos do novo regime de uma reação monarquista nas eleições, e a consequente preocupação em assegurar mecanismos que pudessem restringir a vitória dos denominados inimigos do governo, na medida em que delegou a realização, fiscalização e apuração do resultado do pleito aos Conselhos de Intendência Municipal, substitutos das câmaras municipais, cujos presidentes eram nomeados pelas autoridades estaduais, as quais, por sua vez, eram indicadas pelo governo provisório. Dessa forma, permitia-se o largo domínio dos governistas no processo eleitoral.

Determinava-se ainda que o Senado teria três representantes de cada estado, perfazendo um total de 63 senadores. A Câmara, por sua vez, comportaria um total de 205 deputados, distribuídos da seguinte forma: Minas Gerais teria 37 cadeiras; Bahia e São Paulo, 22; Pernambuco e Rio de Janeiro, 17; Rio Grande do Sul, 16; Ceará e Distrito Federal, 10; Pará e Maranhão, 7; Alagoas, 6; Paraíba, 5; Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná e Santa Catarina, 4; Goiás, 3; Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso, 2.

Já a eleição presidencial, segundo o artigo 67, seria feita não através do sufrágio direto, e sim pelos congressistas eleitos para a primeira Constituinte republicana. Era retirado, assim, dos constituintes o direito de decidir se o processo de escolha dos primeiros presidente e vice-presidente da República ocorreria pelo voto dos próprios constituintes ou pelo voto da população.

No dia 15 de setembro de 1890, as eleições tiveram lugar em todo o território nacional,

com ampla vitória dos republicanos.

O ANTEPROJETO CONSTITUCIONAL

Em meio a tais deliberações do governo provisório acerca da nova legislação eleitoral, a Comissão de Petrópolis, criada em fins de dezembro de 1889, iniciou seus trabalhos em janeiro de 1890. Foi decidido que, em um primeiro momento, salvo o presidente Joaquim Saldanha Marinho, cada integrante apresentaria seu projeto. Ao final, surgiram três projetos, já que Antônio Luís dos Santos Werneck e Francisco Rangel Pestana elaboraram em conjunto um esboço de texto constitucional.

Em seguida, Rangel Pestana, após avaliar e comparar os três esboços, preparou um projeto definitivo e o encaminhou, no final do mês de maio, ao marechal Deodoro da Fonseca. Este, por sua vez, o repassou à sua equipe de ministros, encabeçada por Rui Barbosa – que além de ministro da Fazenda era então vice-chefe do governo provisório – com o fito de que o projeto fosse revisto antes de sua publicação. Após a análise, o projeto foi publicado no dia 22 de junho de 1890, por meio do Decreto nº 510. Todavia, um mês depois das eleições, o governo provisório modificou alguns dos seus tópicos, substituindo o projeto por um novo texto, publicado no Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890.

Em linhas gerais, o anteprojeto elaborado no cerne do governo liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, composto por 85 artigos e 12 disposições transitórias, possuía um viés centralizador, cujo modelo federativo outorgava pouca autonomia política e financeira aos estados, pois afiançava à União a posse das terras devolutas; oferecia à União um maior leque de fontes de renda; afirmava que, nos assuntos pertencentes concorrentemente à União e aos estados, o exercício da autoridade pela primeira obstava a ação dos segundos, anulando, por conseguinte, as leis e disposições dos governos estaduais; e admitia o subsídio da União aos entes da Federação nos casos de calamidade pública, sem a necessidade de solicitação.

O projeto da Carta Magna também previa o mandato presidencial de seis anos; a proibição da fundação de novos conventos ou ordens monásticas; a manutenção da exclusão da Companhia de Jesus; a eleição indireta para presidente e vice-presidente, para a qual cada estado constituiria uma circunscrição, com eleitores especiais em número duplo daquele da respectiva representação no Congresso; o sufrágio indireto dos senadores, de maneira que

os dos estados seriam escolhidos pelas Assembleias Legislativas, ao passo que aqueles do Distrito Federal seriam eleitos pela forma instituída para a eleição do presidente da República; a possibilidade de o presidente, na condição de representante do povo, ser processado por crimes de responsabilidade, ao contrário do imperador, visto como agraciado pela Providência Divina e cuja pessoa seria, portanto, inviolável, não respondendo a responsabilidade alguma, conforme atesta o artigo 99 da Constituição de 1824; o ensino público leigo e livre; a interdição do direito de voto aos mendigos, aos analfabetos, às praças de pré e aos religiosos de congregações cujos membros se encontrassem sujeitos a regras que acarretassem a renúncia da liberdade individual; a igualdade de todos perante a lei, não sendo reconhecidos privilégios de nascimento, foros de nobreza, títulos de fidalguia e condecorações; a liberdade de culto; a consideração apenas do casamento civil; o caráter secular dos cemitérios; a separação entre Igreja e Estado e a abolição da pena de galés, bem como da pena de morte em caso de crimes políticos.

AS SESSÕES PREPARATÓRIAS

No quarto dia de novembro de 1890, pouco menos de um mês e meio após as eleições, a Câmara dos Deputados e o Senado, separadamente, deram início às sessões preparatórias, no prédio do Cassino Fluminense. Em primeiro lugar, cada uma das casas legislativas elegeu uma mesa diretora interina, e o presidente interino convocou os parlamentares sufragados a apresentarem seus diplomas. Em seguida, foram realizadas eleições visando à composição das respectivas mesas diretoras, incumbidas de dirigir os trabalhos preparatórios. Para a Câmara, foram escolhidos o mineiro Antônio Gonçalves Chaves (presidente), o cearense João Lopes Ferreira Filho (vice-presidente), os mineiros João da Mata Machado (primeiro secretário) e Álvaro de Andrade Botelho (segundo secretário), o cearense Frederico Augusto Borges (terceiro secretário) e o potiguar Antônio de Amorim Garcia (quarto secretário). Já para o Senado, foram eleitos o mineiro Joaquim Felício dos Santos (presidente), o fluminense Brás Carneiro Nogueira da Gama (vice-

presidente), o piauiense Eliseu de Sousa Martins (primeiro secretário), o cearense Teodoreto Carlos de Faria Souto (segundo secretário), o potiguar Amaro Cavalcanti (terceiro secretário) e o paraibano João Soares Neiva (quarto secretário).

Outra providência tomada consistiu na elaboração de um regimento interno provisório para as sessões preparatórias. O regimento do Senado foi organizado por seus membros, ao passo que o da Câmara foi preparado pelo governo provisório, tendo sido ambos aprovados por seus respectivos parlamentares. Todavia, na sessão do dia 5 de novembro, o deputado mineiro Gabriel de Paula Magalhães propôs a criação de uma comissão mista, composta por seis membros (três representantes da Câmara e três do Senado), visando à formulação de um projeto de regimento comum, a ser discutido e votado em sessão plena de modo unicameral, sugestão aceita pelos senadores. Contudo, como não havia tempo hábil para a discussão em conjunto sem que o início do Congresso Nacional Constituinte, marcado para o dia 15 de novembro com o fito de celebrar o primeiro aniversário da República, fosse adiado em decorrência da falta de um regulamento que orientasse seus trabalhos, o projeto de regimento comum provisório da comissão mista foi apresentado e aprovado nas duas casas legislativas, na sessão dia 14 de novembro, deixando-se a elaboração de um regimento definitivo para quando fosse instalado o Congresso Constituinte.

Concomitantemente à adoção do regimento comum, a Câmara e o Senado, separadamente, trataram da validade das eleições dos parlamentares, estabelecendo por sorteio as comissões de verificação de poderes, incumbidas de analisar a legitimidade dos diplomas (cópias das atas de apuração das eleições assinadas pelos membros da Intendência Municipal que tivessem comparecido ao ato) entregues pelos parlamentares. O caso mais polêmico concernia ao resultado das eleições na Bahia. O parecer da 3ª Comissão de Verificação de Poderes da Câmara, devido à contestação do candidato Francisco Prisco de Sousa Paraíso, apontou suspeitas de irregularidades na contagem dos votos que dariam uma vaga para o candidato Salvador Pires de Carvalho e Aragão Júnior. A decisão final, já com o Congresso Constituinte em andamento, reconheceu a vitória de Prisco Paraíso, em 18 de

dezembro.

O INÍCIO DOS TRABALHOS DA CONSTITUINTE

Enfim, na tarde do dia 15 de novembro de 1890, no palácio imperial de São Cristóvão, na então capital federal, as duas casas legislativas fundiram-se, e instalou-se a segunda Assembleia Nacional Constituinte da história do Brasil. A presidência interina da Assembleia coube ao senador mineiro Joaquim Felício dos Santos, e abertura dos trabalhos foi principiada pela leitura da mensagem dirigida ao Congresso Nacional enviada por Deodoro da Fonseca.

O passo seguinte foi, entre os dias 15 e 21, a discussão e aprovação de um regimento interno, com vistas à substituição do regimento interino aprovado na véspera da abertura Constituinte. No sétimo capítulo, o novo regimento, tratando dos procedimentos de debates e da aprovação do novo texto constitucional, determinava que fosse eleita uma comissão especial de 21 membros (um de cada estado e do Distrito Federal) para dar parecer sobre o projeto de Constituição elaborado pelo governo provisório, sendo que cada ente da Federação escolheria separadamente o seu representante. O parecer e a Constituição, de acordo com o artigo 58, seriam submetidos a duas discussões, havendo ainda a possibilidade de uma terceira deliberação, caso as emendas apresentadas na segunda discussão fossem aprovadas. Encerrada a fase de discussões, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte remeteria o texto constitucional aprovado e suas emendas à comissão especial para dar-lhe nova redação, a qual, em seguida, seria submetida à revisão da Assembleia. Nessa fase, seriam permitidas novas emendas somente no caso de os parlamentares reconhecerem no texto a existência de incoerências, contradições ou absurdos manifestos. Por último, as emendas aprovadas na revisão seriam encaminhadas à comissão especial para serem incorporadas à redação final, que passaria por votação na Assembleia e, recebendo a maioria de votos, seria adotada como a Constituição da República.

Após a aprovação do regimento, os congressistas realizaram a eleição da Mesa

Diretora da Constituinte, cujo escrutínio apontou os seguintes nomes: o senador paulista Prudente José Moraes de Barros (presidente), o deputado baiano Antônio Eusébio Gonçalves de Almeida (vice-presidente), o deputado mineiro João da Mata Machado (primeiro secretário), o senador paraense José Pais de Carvalho (segundo secretário), o senador paraibano João Soares Neiva (terceiro secretário) e o deputado paranaense Eduardo Mendes Gonçalves (quarto secretário).

A COMISSÃO DOS 21

Após o recebimento de trezentas cópias do projeto de Constituição elaborado pelo governo provisório a serem distribuídas entre os parlamentares, a Assembleia, seguindo as normas do regimento interno, na sessão do dia 22 de novembro, procedeu à eleição da comissão especial de 21 membros incumbida de dar-lhe um parecer. Foram eleitos para compô-la os seguintes parlamentares: deputado Gabino Besouro (Alagoas), senador Manuel Francisco Machado (Amazonas), senador Virgílio Clímaco Damásio (Bahia), senador Joaquim de Oliveira Catunda (Ceará), deputado José Lopes da Silva Trovão (Distrito Federal), senador Gil Diniz Goulart (Espírito Santo), deputado José Leopoldo de Bulhões Jardim (Goiás), deputado Casimiro Dias Vieira Júnior (Maranhão), senador Aquilino Leite do Amaral Coutinho (Mato Grosso), deputado João Pinheiro da Silva (Minas Gerais), Lauro Nina e Sodré e Silva (Pará), senador João Soares Neiva (Paraíba), senador Ubaldino do Amaral Fontoura (Paraná), senador José Higino Duarte Pereira (Pernambuco), senador Teodoro Alves Pacheco (Piauí), senador João Batista Laper (Rio de Janeiro), senador Amaro Bezerra Cavalcanti (Rio Grande do Norte), deputado Júlio Prates de Castilhos (Rio Grande do Sul), deputado Lauro Severiano Müller (Santa Catarina), deputado Bernardino José de Campos Júnior (São Paulo) e deputado Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (Sergipe).

Na sessão do dia 10 de dezembro, a comissão especial expôs ao Congresso seu parecer acerca do anteprojeto do governo provisório, contendo a aprovação ou rejeição das emendas apresentadas pelos parlamentares. O texto propunha poucas alterações, tendo sido as principais: a diminuição do mandato presidencial de seis para quatro anos; a eleição direta para o Senado Federal; a criação de um Tribunal de Contas e um Supremo Tribunal Militar; a abolição da pena de morte em qualquer caso, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra; a proscrição do banimento judicial; e a substituição do artigo 26 – o qual previa que não poderiam se candidatar a uma cadeira no Congresso

Nacional os religiosos regulares e seculares, os governadores, os chefes de polícia, os comandantes de corpos policiais, os magistrados (salvo se estivessem avulsos por mais de um ano), os funcionários administrativos demissíveis e os comandantes de armas, bem como os demais funcionários militares, que exercessem comandos de força de terra e mar equivalentes ou superiores – pela seguinte prescrição: “Congresso, em lei especial, declarará os casos de incompatibilidade eleitoral”.

Outras mudanças sugeridas indicavam a tendência à concessão de autonomia política e financeira aos estados. Nesse sentido, a comissão propôs que lhes fosse conferida a posse das terras devolutas – em nome da sua saúde financeira, já que, na condição de proprietários, poderiam vendê-las por altos valores –, cabendo à União apenas as existentes nas fronteiras nacionais e as necessárias para a construção de estradas de ferro federais. No tocante à matéria tributária, visando ao aumento das fontes de receitas dos entes da Federação, a comissão aprovou uma emenda segundo a qual era de competência exclusiva dos mesmos decretar o imposto sobre a propriedade predial – para além da territorial –, a supressão da cláusula que determinava a cessação dos tributos de exportação dos estados em 1898 – ou antes, se Congresso assim decidisse – e a concessão aos entes da Federação da quota de 10% sobre os impostos federais de importação de mercadorias estrangeiras destinadas ao consumo no respectivo território.

No tocante à autonomia política, a comissão especial aprovou uma emenda que solicitava a supressão do artigo que concedia à União proeminência sobre os estados em assuntos de competência cumulativa, além de uma outra que condicionava os subsídios da União para as unidades da Federação nos casos de calamidade pública à autorização dos governos estaduais.

Por último, também foi indicada a alteração do modo das eleições presidenciais. Enquanto o anteprojeto do governo provisório estabelecia o sufrágio indireto, a comissão aprovou uma emenda de acordo com a qual o voto seria direto, sem as circunscrições de eleitores especiais. Contudo, em lugar da maioria absoluta de votos apurados em todo o país, o presidente e o vice-presidente seriam eleitos pelos estados e pelo Distrito Federal, tendo cada um destes direito a um voto, que seria o da maioria dos eleitores alistados para as eleições de deputados para o Congresso Nacional. No mais, outra emenda aprovada determinava que, caso a presidência ou a vice-presidência se encontrasse vaga sem que tivessem decorrido dois terços do mandato, proceder-se-ia a uma nova eleição.

Na sessão do dia 13 de dezembro, os congressistas iniciaram a primeira discussão do projeto de Constituição concebido pelo governo provisório e do parecer emitido pela Comissão dos 21, encerrando-a na 38ª sessão, em 21 de janeiro de 1891. Entre os dias 26 e

31 de janeiro, realizou-se a segunda discussão. Já entre 3 e 14 de fevereiro, os congressistas passaram à votação do projeto de Constituição emendado pelo plenário. Como foram oferecidas e aprovadas novas emendas durante a segunda discussão, na 56ª sessão, em 16 de fevereiro, foi iniciada a terceira discussão, cujos debates e cuja votação foram encerrados dois dias depois.

No dia 18 de fevereiro, com o intuito de que fosse feita a redação final, o texto constitucional e as emendas aprovadas foram remetidos à Comissão dos 21, a qual, cinco dias depois, emitiu seu parecer contendo as emendas por ela adotadas. O parecer foi submetido à votação em plenário junto com uma retificação apresentada pelo deputado baiano Antônio Eusébio Gonçalves de Almeida, e ambos foram aceitos pelos congressistas. Em seguida, a comissão ofereceu a redação final da Carta Magna. Posta a votos, a redação foi aprovada, sendo declarada como a nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte. No dia 24 de fevereiro, foi assinada pelos parlamentares presentes e promulgada.

No dia seguinte, como o Regulamento Alvim determinava que a primeira eleição presidencial deveria ser efetuada pelos congressistas eleitos para a Constituinte, procedeu-se à eleição do presidente e do vice-presidente da República. O escrutínio apontou a vitória dos marechais Manuel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

UNIONISTAS X FEDERALISTAS

Se, no entender dos adeptos do republicanismo, a queda da Monarquia se fazia necessária em nome de um regime federativo, a maneira pela qual o Estado brasileiro se organizaria – ou seja, o grau de autonomia dos entes da Federação – foi objeto de inúmeras polêmicas entre os deputados e senadores constituintes. Com efeito, nos debates da Assembleia Nacional Constituinte surgiram dois grupos, os *unionistas* e os *federalistas*, sendo os primeiros, liderados pelo senador baiano Rui Barbosa, inclinados a um modelo federativo centralizado, com a concessão de maiores poderes à União, e os segundos, encabeçados pelos deputados gaúchos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, além do

senador paulista Campos Sales e do deputado catarinense Lauro Müller, favoráveis a conferir aos estados um leque mais amplo de competências, para que assim obtivessem o máximo possível de autonomia.

A maior parte dos assuntos discutidos ao longo da Constituinte tangenciava a polêmica acerca do modelo de organização federativa a ser adotado. Exemplo disso foi o longo e caloroso debate sobre a discriminação das rendas, essencial no que dizia respeito à autonomia financeira dos estados. Enquanto o anteprojeto do governo provisório tendia a favorecer a União, cedendo-lhe um maior número de fontes de renda – os impostos de importação, as taxas de selo, os direitos de entrada e saída de navios e as contribuições postais e telegráficas –, os parlamentares, em sua maioria, apresentaram propostas de emendas que acabavam por favorecer os entes da Federação. Foi esse o caso do deputado gaúcho Júlio de Castilhos, que propôs uma emenda que conservava as tributações concedidas à União, mas conferia aos estados todos os outros impostos – embora também previsse que o governo federal, em caso de calamidade pública, poderia taxar as rendas estaduais. No final das contas, o Congresso manteve os tributos pertencentes à União e ampliou os dos estados, na medida em que cedeu a estes os impostos sobre a exportação de mercadorias, imóveis rurais e urbanos, transmissão de propriedade e indústrias e profissões, além das taxas de selos emanados de seus respectivos governos e das contribuições concernentes aos seus telégrafos e correios.

Ainda no campo da autonomia financeira das antigas províncias, o tema da posse das terras devolutas e minas também causou discórdia entre os constituintes. O projeto do governo provisório, no artigo 63, reservava à União a posse das terras devolutas e afirmava que uma lei do Congresso Nacional distribuiria certa extensão aos estados, sob a condição de algumas metas serem por eles cumpridas. Já as emendas apresentadas pela Comissão dos 21 e pelos parlamentares tendentes à corrente federalista, como o deputado paraense Lauro Sodré, indicavam a detenção das terras devolutas e minas terrestres pelos estados. Tal proposta foi prontamente recusada pelos unionistas, como foi o caso do senador baiano Rui Barbosa, o qual, na sessão de 9 de fevereiro de 1891, declarou ter votado contra todas

as emendas que transferiam aos entes da Federação o domínio das terras e minas. Outros parlamentares da mesma corrente apresentaram propostas que reafirmavam a proeminência da União – foi o caso do senador cearense Teodoreto Souto, na sessão de 26 de janeiro de 1891. No entanto, malgrado os votos contrários dos unionistas, a maioria da Constituinte posicionou-se favoravelmente à posse por parte dos estados.

Outra polêmica envolvendo a questão do federalismo referia-se à competência legislativa. De acordo com o artigo 23 do anteprojeto, entre várias outras atribuições, era de competência do Congresso Nacional codificar as leis civis, criminais e comerciais da República, bem como as processuais da justiça federal. Alguns constituintes como os goianos Leopoldo Bulhões e Guimarães Natal, todavia, defendiam um modelo descentralizado, concedendo aos estados ampla esfera de competência legislativa e permitindo assim uma pluralidade de legislação. Tais propostas receberam votos contrários em nome da igualdade de direitos do cidadão e da unidade nacional, de maneira que a Constituinte decidiu pela manutenção da unidade legislativa.

O comando sobre as polícias locais também foi objeto de controvérsias. O anteprojeto do governo provisório, no artigo 33, estabelecia que era da alçada do Congresso Nacional a mobilização e utilização da força policial dos estados nos casos determinados pela Constituição; e, no artigo 47, que era de competência privativa do presidente da República o comando supremo das forças de terra e mar, bem como das de polícia local, quando chamadas às armas em defesa interna ou externa da União. Essas disposições causaram sobressaltos aos congressistas tendentes à corrente federalista, pois, no seu entender, ao permitir a intervenção do governo federal nas forças locais, afetavam a autonomia política dos estados. Desse modo, parlamentares das bancadas de São Paulo, Sergipe, Alagoas e Pernambuco apresentaram emendas com vistas à supressão de tais competências, aprovadas em segunda discussão.

No entanto, se boa parte dos constituintes se levantou contra a intromissão da União nas forças policiais locais, poucos debates ocorreram quando o assunto era a intervenção federal nos Estados. De acordo com artigo 5º do projeto de Carta Magna elaborado pelo

governo provisório, o governo federal não poderia intervir nos estados, salvo para repelir invasão estrangeira ou de um estado em outro; manter a forma republicana federativa; restabelecer a ordem e tranquilidade nos entes da Federação, desde que houvesse requisição dos poderes locais; e garantir a execução das leis do Congresso e o cumprimento de sentenças federais. Raras propostas com o intuito de mitigar ou suprimir a intervenção da União foram apresentadas, e todas foram recusadas. A única alteração aprovada foi a emenda apresentada pela Comissão dos 21, segundo a qual o pedido de intervenção deveria ser feito pelos respectivos governos, em lugar dos “poderes locais”, privilegiando, assim, o Poder Executivo estadual em detrimento de outros poderes. Com efeito, a mudança não questionava a intervenção da União, mas sim a quem competia solicitá-la nos estados.

Da mesma forma, a questão do estado de sítio, essencial no que concerne à autonomia dos estados, não foi objeto de extensos debates, de modo que foram oferecidas apenas emendas de redação. Dessa maneira, os artigos que autorizavam a sua decretação em um ou mais pontos do território nacional pelo Congresso (art. 34, nº 21) e pelo presidente da República (art. 48, nº 15; art. 80) passaram incólumes e foram aprovados.

Por último, a proporcionalidade da representação dos estados na Câmara dos Deputados, se não contemplava as controvérsias entre poderes maiores à União e competências mais amplas aos estados, tangenciava o tema do modo de organização federativa ao pôr em discussão a igualdade dos entes da Federação na condução dos interesses nacionais. O projeto do governo provisório, no artigo 27, decidia que: “A Câmara compõe-se dos deputados do Distrito Federal e dos estados, na proporção, que não se poderá diminuir, de um por 70 mil habitantes”. Esse critério foi mantido pela Comissão dos 21, mas congressistas provenientes dos estados com menor número de deputados na Constituinte apresentaram propostas com o intuito de impedir a sub-representação e proporcionar maior equidade na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, a emenda apresentada na sessão de 24 de dezembro de 1890 pelos parlamentares Manuel Uchoa Rodrigues (Amazonas), Ataíde Júnior (Espírito Santo), Antônio Azeredo (Mato Grosso), Caetano de Albuquerque (Mato Grosso), Belfort Vieira (Amazonas), Aquilino do Amaral (Mato Grosso), Muniz Freire

(Espírito Santo), Frederico Borges (Ceará) e Joaquim Sarmento (Amazonas) definia que nenhum estado teria menos que quatro representantes. A emenda de autoria dos deputados cearenses Martinho Rodrigues e Frederico Borges, proposta na mesma sessão, por sua vez ia além, ao indicar que o número de deputados deveria fixado pelo Congresso posteriormente e ser igual para todos os estados.

Sugestão semelhante à proposta dos representantes de Ceará foi apresentada cinco dias depois pelo deputado paraibano Eptácio Pessoa, o qual, na segunda discussão, ofereceu outra emenda estabelecendo o mínimo de quatro e o máximo de 25 deputados para cada estado. Em discurso proferido no dia 29 de dezembro de 1890, Eptácio declarou ser contra o critério demográfico para a definição da proporcionalidade da representação na Câmara – ou seja, quanto maior a população de um ente da Federação, maior a soma de deputados. No seu entender, como alguns dos estados do Centro-Sul eram mais populosos – nomeadamente os de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul –, ao contrário dos do Norte e Nordeste, menos populosos à época, com exceção da Bahia e de Pernambuco, tal critério privilegiava o primeiro grupo, acarretando um desequilíbrio entre a representação das regiões. Em suas próprias palavras, “quatro ou seis estados podem, eles só, decidir os negócios que dizem respeito aos 20 ou 21 estados que compõem a União (...). Os estados grandes disputarão entre si a gestão dos negócios públicos, e os estados pequenos arrastarão uma vida inglória, obscura”.

Os constituintes dos estados da região Centro-Sul, representantes dos setores básicos da economia brasileira, por seu turno, rejeitaram as propostas de maior igualdade de representação. Em 29 de dezembro, a bancada mineira, a mais numerosa, visando à conservação de sua supremacia numérica, ofereceu uma emenda segundo a qual o número de deputados respeitaria a proporção de um para cem mil habitantes – e não mais 70 mil –, sendo proibido, além do mais, a um estado dar menor número de deputados do que dava no tempo da proclamação da República. Ao fim e ao cabo, as oligarquias do Centro-Sul lograram manter a distribuição desigual das vagas aos estados, mas a sub-representação foi

impedida, já que o texto final determinou que a soma de cada um não poderia ser inferior a quatro.

A questão do peso desigual entre os entes da Federação nas decisões de âmbito nacional também foi tocada quando se tratou do modo de eleição do presidente e vice-presidente da República. Alguns dos congressistas constituintes pertencentes a estados com menor representação na Câmara dos Deputados rejeitaram as propostas de sufrágio de ambos os cargos pela maioria absoluta dos votos da população habilitada para a eleição em todo o território nacional, pois entendiam que esse sistema favoreceria os estados densamente habitados, ou seja, os da região Centro-Sul. Em nome da igualdade de cada unidade da Federação no poder de decisão sobre os destinos da nação, sugeriram a eleição por estado, tendo cada um direito a um voto, que seria o da maioria de seus eleitores. Outra proposta, com vistas igualmente ao equilíbrio entre as antigas províncias nas eleições, foi apresentada pelos deputados paraibanos Epiácio Pessoa e João da Silva Retumba. A emenda elaborada por ambos indicava a realização de eleições indiretas e, para que os populosos estados do Centro-Sul não se sobressaíssem, limitava em 20 o número de eleitores para cada ente da Federação, mais o Distrito Federal. O presidente e o vice seriam eleitos pela maioria dos votos obtidos entre tais votantes.

Já a emenda de autoria do deputado mineiro Francisco Veiga, apresentada na sessão de 26 de janeiro de 1891, destoava dessa polêmica entre voto por estado ou por maioria absoluta lograda entre os eleitores de todo o país. Veiga propôs que o escrutínio presidencial fosse realizado pelos membros do Congresso. A justificativa era de que, mesmo em países de educação mais avançada que o Brasil, o sufrágio universal vinha sendo instrumento e poderoso auxiliar dos autocratas. Contudo, malgrado essa proposta e aquelas de alguns dos deputados descontentes de estados do Norte e Nordeste, menos populosos e com menor representação na Câmara, os constituintes da região Centro-Sul conseguiram a aprovação do voto direto.

QUEM ESTÁ CAPACITADO AO DIREITO DE VOTO?

Os direitos políticos também foram objeto de polêmica na Assembleia Nacional Constituinte. O projeto do governo provisório, no artigo 26, afirmava serem inelegíveis, entre outros, os religiosos regulares e seculares, o que causou a apresentação de emendas suprimindo essa disposição por parte um bom número de parlamentares, sob o argumento da liberdade de crença e de que a República fora proclamada como o governo de todos. Essa proibição, inclusive, somada a outros artigos que reconheciam apenas o casamento civil, declaravam o caráter secular dos cemitérios e proibiam a subvenção de cultos pelo Estado, acarretou reações da Igreja Católica, consubstanciadas no envio ao Congresso de uma representação do arcebispo da Bahia condenando a separação abrupta entre Estado e Igreja, que, a seu ver, equivalia à ruptura com toda a religião, fato que produziria efeitos funestos à nação, além de trazer-lhe somente a anarquia e o despotismo. Alguns constituintes, de mais a mais, ofereceram emendas a favor da restituição da subvenção de cultos. Para a tranquilidade da Igreja Católica e de outras ordens religiosas, os congressistas decidiram pela sugestão da Comissão dos 21, qual seja, a eliminação do artigo 26, atribuindo ao Congresso Nacional a criação posterior de uma lei relativa à inelegibilidade.

O artigo 70, § 1, por sua vez, proibia o alistamento para as eleições dos mendigos, dos analfabetos, das praças de pré – excetuados os alunos das escolas militares e de ensino superior –, dos membros de ordens religiosas sujeitas a votos de obediência ou regras que implicassem a renúncia da liberdade individual e, implicitamente, das mulheres, visto que o voto era considerado uma atribuição apenas dos homens. O argumento para a recusa à concessão do direito de voto às mulheres fundamentava-se na divisão sexista da sociedade (aos homens, o espaço público da política, e às mulheres, o espaço privado do lar), bem como na ideia de fragilidade, inferioridade intelectual e pureza imanentes ao sexo feminino. O deputado cearense José Bevilacqua, por exemplo, na sessão do dia 15 de janeiro de 1891, declarou votar contra a proposta tendente a conceder o direito de sufrágio às mulheres, pois isso representaria um rebaixamento do alto nível de delicadeza moral daquelas cuja missão consistia em moldar o caráter dos cidadãos por meio da educação dos filhos e do aperfeiçoamento moral dos maridos. Em outras palavras, as denominadas frágeis mulheres,

ingressando no mundo da política, eminentemente masculino, teriam corrompida a sua pretensa pureza moral inerente, a ser transmitida a seus rebentos e esposos.

Contudo, ainda que poucas, propostas foram elaboradas por um número diminuto de parlamentares com o fito de conceder o direito de voto, se não a todas, ao menos a um grupo de mulheres. No primeiro dia de janeiro de 1891, por exemplo, um grupo de congressistas de diferentes estados propôs o direito eleitoral às diplomadas com títulos científicos e de professora, às que se encontrassem na posse de seus bens e às casadas. Em outra ocasião, Aristides César Spínola Zama, deputado pela Bahia, propôs a inclusão das casadas, das viúvas que dirigissem estabelecimentos comerciais, agrícolas ou industriais, das que exercessem o magistério ou outros cargos públicos e das detentoras de título literário ou científico por qualquer dos estabelecimentos de instrução pública da União ou dos estados.

Além das mulheres, novamente em nome da liberdade de crença, os religiosos excluídos pelo artigo 70 foram contemplados por emendas que os incluíam no grupo de indivíduos com direito de voto. Da mesma maneira o foram os analfabetos, cujos direitos políticos foram reivindicados em propostas elaboradas por constituintes representantes do estado do Rio Grande do Sul. O deputado mineiro Francisco Amaral, inclusive, declarou, na sessão de 11 de fevereiro de 1891, ser a favor da inclusão não apenas dos religiosos e analfabetos como também dos mendigos.

As propostas de ampliação dos direitos políticos, contudo, não foram aprovadas: no texto final da Carta Magna, o artigo 70 confirmou a exclusão dos grupos supracitados. As oligarquias deram seu primeiro passo na consolidação de seu liberalismo excludente característico da Primeira República ao obliterar um grande contingente da população do processo eleitoral, criando, assim, a distinção entre a sociedade civil e a sociedade política.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ARRUDA, P. Gustavo; BALEEIRO, A. *Constituições*; CARDOSO, F. *Dos governos*; CARONE, E. *A primeira república*; CARONE, E. *República velha*;

CARVALHO, J. *Cidadania*; CARVALHO, J. *Bestializados*; CONG. NAC. *Anais* (1890-1891); FAUSTO, B. *História*; FERNANDES, J. *Constituinte*; LEITE, F. *1891*; MAXIMILIANO, C. *Comentários*; MILTON, A. *Constituição*; SILVA, P. *Insígnias*; SOUZA, M. *Processo*; MOTA, C. *Brasil*; TRINDADE, S. *Constituição*.

ASSIS, Ubaldino de

*dep. fed. BA 1909-1920 e 1924-1928.

Manuel Ubaldino Nascimento de Assis nasceu em Cachoeira (BA) no dia 25 de dezembro de 1858, filho de Norberto Francisco de Assis, médico clínico de renome, e de Firmina Ribeiro de Assis.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882. De volta à Bahia, foi promotor público da Câmara de Nazaré e juiz municipal de Maragogipe. Passou então a exercer a advocacia, e graças à fama de bom advogado e à grande estima pública de que gozava, iniciou a militância política sob a chefia de Prisco Paraíso, exercendo o mandato de deputado estadual de 1893 a 1894. Em 1904, enquanto Francisco Prisco de Souza Paraíso, então secretário do governo Severino Vieira (1900-1904), era indicado para a vaga de deputado federal, foi eleito para o Senado Estadual, onde ocupou uma cadeira de 1905 a 1909, tornando-se chefe político do município de Cachoeira.

Em março de 1909 foi eleito deputado federal e em maio seguinte assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, que renovou por mais três legislaturas. Valendo-se do prestígio de que dispunha, conseguiu do governo federal importantes benefícios para Cachoeira, como a dragagem do rio Paraguaçu, indispensável para a construção do cais da cidade, a transformação do antigo Calabar, hoje Parque Ubaldino de Assis, a reforma do hospital e a construção do cemitério da Piedade. Durante cerca de 15 anos foi também provedor da Santa Casa de Misericórdia do município. Por divergência política com J. J. Seabra, perdeu o cargo de deputado federal, em 1920.

Em 1924 voltou a se eleger deputado federal, agora com o apoio da corrente mangabeirista, que reunia os liderados por Otávio Mangabeira. Tomou posse em maio do mesmo ano e reelegeu-se para a legislatura 1927-1929, mas faleceu no dia 29 de dezembro de 1928, aos 70 anos, na cidade do Rio de Janeiro, em pleno exercício do mandato.

Ao falecer, já era viúvo de Henriqueta Bahia de Assis, com quem teve cinco filhos: Benigno de Assis, procurador da República em Sergipe, Ubaldino de Assis Filho, deputado

estadual, Galdino, Norberto e Ernesto Francisco de Assis, funcionários federais no Rio de Janeiro.

Liliane de Brito Freitas/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: BEVILAQUA, C. *História* (p. 279); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; *Diário da Bahia* (30/12/1928. p. 1). Um claro na representação baiana; *Diário Oficial BA* (p.237-246,489-493); *Ordem* (27, 29, 31/12/1928); *Ordem* (1, 30/1/1929). Deputado Ubaldino de Assis; *Diário de Notícias* (27, 29 e 31/12/1928-). O deputado Ubaldino de Assis operado de Apendicite. Faleceu o deputado Ubaldino de Assis. O enterro do deputado Ubaldino de Assis ; *Imparcial* (28/12/1928, p.1). Está enfermo o deputado Ubaldino de Assis; SILVA, P. *Galeria*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)

A criação da Associação Brasileira de Educação em 16 de outubro de 1924 foi um acontecimento que veio a ter importância fundamental para o direcionamento das mudanças que se fizeram no sistema educacional escolar na segunda metade da década de 1920 e, principalmente, na primeira metade da década seguinte. Até aquela data, o debate sobre as questões educacionais se restringia, quase que exclusivamente, ao interior do Estado. Depois dela, passou a existir um espaço na sociedade civil onde se discutiam as políticas educacionais elaboradas pelo Estado e se elaboravam sugestões.

A ABE era uma sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos. Fora do Rio de Janeiro, onde se localizava sua sede, a filiação à entidade se fazia por meio das seções regionais que gozavam da mais ampla autonomia. A atuação da associação se dava por meio de encontros, onde se discutiam temas de educação, de cursos, de publicações, de pesquisas, e, principalmente, por meio de conferências ou congressos nacionais de educação que abordavam temas específicos. As conferências e congressos promovidos pela ABE foram os seguintes: I Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1927), que discutiu o ensino primário, a formação de professores etc.; II Conferência Nacional de Educação (Belo Horizonte, 1928), com os temas educação política, sanitária, agrícola, doméstica, ensino secundário etc.; III Conferência Nacional de Educação (São Paulo, 1929), sobre ensino primário, ensino secundário, ensino profissional, organização universitária etc.; IV Conferência Nacional de Educação (Rio de Janeiro, 1931): grandes diretrizes para a educação popular; V Conferência Nacional de Educação (Niterói, 1932-1933): sugestões à Assembleia Constituinte; VI Conferência Nacional de Educação (Fortaleza, 1934): educação pré-escolar etc.; VII Congresso Nacional de Educação (Rio de Janeiro, 1935): educação física; VIII Congresso Nacional de Educação (Goiânia, 1942): ensino primário etc.; IX Congresso Brasileiro de Educação (Rio de Janeiro, 1945): educação democrática; X Conferência Nacional de Educação (Rio de Janeiro, 1950): poder

do Estado e instituições de ensino; XI Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1954): divulgação das Nações Unidas e financiamento do ensino.

Durante o período 1924-1935 a ABE serviu de centro de debates das reformas que se faziam no campo educacional, tanto no âmbito estadual quanto no federal, destacando-se a reforma João Luís Alves/Rocha Vaz, do ensino secundário e superior, de 1925; a criação do Ministério da Educação, em 1930; o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931; a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1931, e a autorização para o ensino religioso nas escolas públicas, também em 1931. Foi nesse período que se realizaram reformas dos ensinos primário e secundário e dos ensinos normal e técnico-profissional no Distrito Federal (1928 e 1932) e em Minas Gerais (1927). O ponto culminante da atuação da ABE no período foi a elaboração do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, logo após a conferência de 1932, defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. As idéias dos signatários do manifesto, hegemônicas no âmbito da ABE, compuseram-se com as do movimento católico leigo, seu principal oponente, para a apresentação de uma sugestão unificada à Assembleia Constituinte. A sugestão foi adotada, transformando-se no capítulo sobre educação e cultura da Constituição que veio a ser promulgada em 1934.

As atividades da ABE reduziram-se muito quando a radicalização das lutas políticas em 1935, e a forte repressão movida pelo governo contra os educadores liberais culminou com a demissão de Anísio Teixeira da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, acompanhando a queda do prefeito Pedro Ernesto. Depois da conferência de 1935, só veio a ser realizada outra em 1942. A seguinte, de 1945, estando já adiantado o processo de deterioração do Estado Novo, foi um brado contra a política educacional autoritária desenvolvida por Gustavo Capanema, ministro da Educação de Getúlio Vargas durante quase todo o seu governo. Os congressos seguintes, bastante espaçados (1950 e 1954), em nada faziam lembrar os tempos iniciais da ABE. Depois de 1945, os educadores já não estavam impedidos de discutir suas posições, mas estavam integrados na burocracia do Estado ou faziam parte de outras instituições da sociedade civil que, sem reunir

profissionais da educação escolar, tomaram da ABE a bandeira da luta pela democratização do ensino. Foi assim que sindicatos, associações profissionais, instituições religiosas e partidos políticos tomaram a si a luta em torno das diretrizes e bases da educação nacional, na qual a ABE – sua promotora desde a década de 1920 – desempenhou papel secundário. Depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1961, a ABE não desempenhou nenhum papel relevante na discussão e formulação de políticas educacionais no Brasil, embora continuasse a existir formalmente.

Luís Antônio Cunha

colaboração especial

Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), foi sancionado o Decreto nº 54.999, de 13 de novembro daquele ano, determinando a realização anual de uma conferência nacional de educação, a ser convocada pelo governo federal e presidida pelo ministro da Educação. Tal medida contribuiu para acelerar o processo de esvaziamento dos eventos congêneres promovidos pela ABE, já que as conferências realizadas por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC) congregaram altos funcionários da pasta, dirigentes de escolas, membros do Conselho Federal de Educação, secretários de Educação e um representante de cada Conselho Estadual de Educação, representantes do governo de cada território federal, além do presidente da ABE e de associações de profissionais ligados ao ensino.

De qualquer modo, a ABE realizou dois congressos voltados para o debate da questão educacional, ambos em 1967: o XIII Congresso Nacional de Educação, que teve como tema “Educação para o progresso científico e tecnológico” e contou com o patrocínio do governo do estado da Guanabara e dos ministérios da Educação e Cultura, de Relações Exteriores, do Trabalho, da Aeronáutica, do Planejamento e da Indústria e Comércio; e o I Congresso Brasileiro de Audiovisuais.

Enquanto o MEC passou a exercer um controle mais direto sobre as orientações da política educacional, outra entidade civil, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), passou

a exercer o papel que historicamente a ABE havia desempenhado no âmbito do debate educacional junto à sociedade. Em outubro de 1968, o IPÊS organizou um amplo fórum de debates sobre “A educação que nos convém”, reunindo empresários, militares, profissionais liberais, intelectuais e quadros do MEC. Dessa forma, a atuação da ABE no âmbito do debate e da formulação de sugestões para a política educacional ficou cada vez mais limitada.

Ao longo das décadas posteriores (de 1970 a 1990), a ABE continuou a promover eventos como palestras, cursos e sessões solenes em homenagem a educadores brasileiros consagrados, alcançando, no entanto, pouca repercussão na sociedade civil e mesmo no meio pedagógico. Paralelamente, atuou junto a outras entidades como a Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino (CMOP) e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), vinculado ao Ministério da Justiça.

Nesse período, a ABE passou a funcionar também como um centro de documentação e de preservação da memória da própria entidade e da atuação de seus sócios mais proeminentes. Seu arquivo foi montado para oferecer aos interessados na história da educação brasileira o acesso a fontes diversificadas, como os registros das conferências nacionais de educação, as atas das reuniões do conselho diretor e das assembleias gerais, os boletins e periódicos da ABE publicados desde o ano da fundação até os dias atuais. Além desses documentos, o acervo documental da ABE reuniu fotografias, fitas K-7, correspondências enviadas e recebidas, livros da antiga biblioteca da entidade e outros registros. Segundo depoimento de Arlete Pinto de Oliveira e Silva, sócia responsável pelo arquivo da ABE, seu funcionamento durante essas três décadas tem sido garantido pelo apoio voluntário de seus sócios.

Libânia Xavier

colaboração especial

FONTES: CUNHA, L. *Organização*; INF. ARLETE PINTO DE OLIVEIRA E SILVA; NAGLE, J. *Educação*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI)

Associação civil fundada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 7 de abril de 1908, com o nome de Associação de Imprensa. Recebeu a denominação atual em 1913.

FUNDAÇÃO

“Está fundada, nesta capital, a contar de 7 do corrente de 1908, a Associação de Imprensa.”

A frase foi proferida por Gustavo de Lacerda num canto do matutino *O País*. A declaração de princípios foi muito simples: criava uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias, residência para velhos e enfermos e salões de conferências, e instituía a carteira de jornalista, título de habilitação profissional hoje conferido pelos cursos de jornalismo. Manuel Lourenço de Magalhães, funcionário de *O País*, no opúsculo *Gustavo de Lacerda e a fundação da ABI*, relata o acontecimento:

“Foi na primeira sala do terceiro andar do edifício de *O País*, sede da Caixa Beneficente dos Empregados do mesmo jornal, da qual era eu secretário, edifício então apontado como uma das belezas arquitetônicas da época, o qual se erguia à esquina da rua Sete de Setembro e a avenida Rio Branco, esta, outrora, denominada Central, que teve lugar a reunião onde se fundou a Associação Brasileira de Imprensa, constante ideal acalentado por Gustavo de Lacerda que, como sabeis, era repórter do aludido jornal junto à Prefeitura. A sala onde se realizou a hoje memorável reunião foi por mim mandada limpar e arrumar, a pedido de Gustavo.

A predicação de Gustavo não encontrou eco. Tanto assim que, no ato da fundação da ABI, ele contou, apenas, com a presença de oito companheiros, dos quais quatro com ele, eram do próprio *O País*, como se vê dos nomes a seguir: Francisco Souto, vice-presidente, do *Correio da Manhã*; Alfredo Seabra, tesoureiro, de *O País*; Luís Honório, primeiro-secretário, do *Jornal do Brasil*; Artur Marques, secretário, da *Gazeta de Notícias*; Noel Batista, procurador, do *Jornal do Brasil*; Belisário de Sousa, de *O País*; Amorim Júnior, de *O País*, e Mário Galvão, do *Diário do Comércio*.”

GUSTAVO DE LACERDA

As novas gerações de profissionais de imprensa não sabem quem foi Gustavo de Lacerda, modesto repórter de *O País*. Era natural de Florianópolis, antigo Desterro e, segundo assentamentos no Ministério do Exército, chamava-se “Gustavo Adolfo Fraga, de cor parda, solteiro, cabelos crespos, filho de pais incógnitos, tendo nascido a 18 de maio de 1854”.

Entrou no Exército a 8 de março de 1870 e, seis meses depois, já era sargento, tendo dado baixa a 10 de agosto de 1881. A partir de 1876, portanto, com 22 anos, por decisão do Ministério do Exército, suprimiu os nomes Adolfo Fraga, assinando-se Gustavo de Lacerda. Na caserna aprendeu francês, o que muito serviu na vida civil, permitindo-lhe fazer traduções. Embarcou para o Rio de Janeiro em 1882 e logo começou a trabalhar na

imprensa. Imbuído de ideias socialistas, fundou o Centro Operário Radical e publicou o livreto *O problema operário no Brasil*, com o subtítulo *Propaganda socialista*. Astrogildo Pereira fez uma análise sobre o mencionado trabalho, em artigo publicado a 26 de fevereiro de 1953:

“Foi um dos animadores do Centro Operário Radical, que funcionou no Rio, por volta de 1892, e para o mesmo formulou um programa de reivindicações econômicas e políticas, algumas das quais válidas ainda hoje. Por exemplo – o problema da terra e da reforma agrária, o combate aos monopólios e privilégios, limitação das horas de trabalho, interdição do trabalho aos menores de 14 anos, fiscalização das condições de higiene nos locais de trabalho e das habitações operárias, assistência por conta dos empregadores nos casos de acidentes e doenças contraídas no trabalho, remodelação do regime forense com a gratuidade da justiça.”

Não tem fundamento, portanto, apontar Gustavo de Lacerda como inculto e visionário. Fundou o diário *Meio Dia*, de efêmera duração, cujo primeiro número circulou a 1º de janeiro de 1884, tendo como colaboradores Filinto de Almeida, Valentim Magalhães, Artur de Azevedo, Luís Murat e Raimundo Correia, futuros membros da Academia Brasileira de Letras. Através das colunas do *Meio Dia*, com o formato de tablóide, vendido a dois vinténs, combateu a escravatura e defendeu a República.

Depois de passar por diversos jornais, Gustavo de Lacerda foi admitido em *O País* em 1888, sendo designado seu representante na sala de imprensa da Prefeitura, com o ordenado mensal de 50 mil-réis. Nelson Werneck Sodré, em *História da imprensa no Brasil*, dá notícias de Gustavo de Lacerda. “Na reportagem de *O País* trabalhavam Jarbas de Carvalho, Virgílio de Sá Pereira e Gustavo de Lacerda, tão bons repórteres quanto Ernesto de Sena e Júlio de Medeiros, ambos do *Jornal do Comércio*.” O dono de *O País* era o português João de Sousa Laje, estigmatizado por Luís Edmundo como refinado velhaco, a ponto de exigir seis meses de aluguéis adiantados da salinha onde funcionava a Associação de Imprensa.

OS ESTATUTOS

Amigo do deputado federal maranhense João Dunshee de Abranches Moura, político estreitamente ligado à situação, em particular ao barão do Rio Branco, e sabendo que o deputado viajaria para a Europa em missão confidencial do governo, Gustavo de Lacerda pediu-lhe que trouxesse alguns estatutos de associações de jornalistas. O amigo, solícito, recolheu informes de várias entidades, entre as quais a Associação Sindical Profissional dos Jornalistas Republicanos Franceses, fundada em 1881 e presidida pelo senador Paul Strauss, e a Associação dos Jornalistas Parisienses, dirigida por outro senador, Alfred Mesiere.

Gustavo de Lacerda, num leito de indigente da Santa Casa da Misericórdia, traduziu os estatutos e fez um esboço para a futura ABI, com o objetivo de amparar a classe e evitar fracassos anteriores, como o do Clube dos Repórteres, fechado pela polícia como antro de jogatina. Assim surgiram os estatutos da ABI.

Lacerda não viveu muito. Faleceu a 4 de setembro de 1909, e o atestado de óbito, firmado pela Quarta Pretoria, diz que ele “tinha 55 anos, era solteiro, e residia na travessa da

Barreira nº 45”. Morava numa cabeça-de-porco, numa viela próxima da praça Tiradentes, e sua alimentação, ganhando salário de fome, era das mais precárias. O vice-presidente da Associação de Imprensa, Francisco Souto, redator do *Correio da Manhã*, completou seu mandato.

PRIMEIROS TEMPOS

Despejada por falta de pagamento, a Associação de Imprensa elegeu em seguida para a presidência Dunshee de Abranches – pai daquela que anos mais tarde viria a ser diretora-presidente do *Jornal do Brasil*, a condessa Pereira Carneiro. Alguns dirigentes de jornais de oposição não gostaram da indicação, mas, no decorrer do período de 1910 a 1913, o presidente soube conquistar o respeito de seus concidadãos. A associação ganhou sede nova, ocupando o primeiro andar de um sobrado da avenida Rio Branco. Com a força do seu prestígio, Dunshee de Abranches conseguiu uma subvenção oficial. Um ano depois já havia um saldo no British Bank of South America. Embora comprometido com o governo, Dunshee de Abranches jamais deixou de prestar assistência aos jornais e jornalistas vítimas da prepotência das autoridades, incompatibilizando-se com certos setores governamentais. Escreveu o livro *A fundação de Gustavo de Lacerda – reminiscências de minha gestão*.

Dunshee de Abranches sentia-se, na verdade, muito feliz com a sua dupla qualidade de parlamentar e dirigente da Associação de Imprensa, duas funções que o credenciavam para defender, com maior vigor, os interesses da classe. A princípio, teve atritos com delegados de polícia, aos quais jamais se dirigiu, encaminhando os protestos ao ministro da Justiça. Esta maneira ativa de tratamento, evitando o contato com autoridades arbitrárias, quase sempre com o beneplácito do chefe de Polícia, aumentava a animosidade entre jornalistas e policiais.

Tudo era pretexto para pôr em jogo o prestígio da classe. Três redatores, um do *Século*, de Brício Filho, e dois do *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, foram envolvidos num incidente com um alto funcionário do Ministério da Viação, cujo titular era amigo de Dunshee. Não sendo considerados cortesios os esclarecimentos dados pelo ministro, houve um estremecimento na velha amizade entre os dois homens públicos.

Um sócio da Associação de Imprensa que ocupava posto de relevo na vida política planejou o empastelamento de *O País* e do *Século*. Comprovada a indignidade do associado, dono de uma malta de desordeiros, Dunshee convocou uma assembleia geral para expulsá-lo, o que foi feito com o apoio de 67 votos contra 17.

Outra ameaça de depredação da sede provocou nova noite de vigília, com os diretores da casa à espera do pior. À frente da resistência, o próprio Dunshee, de revólver em punho. Foi assim o começo da ABI.

Não resta dúvida que Dunshee de Abranches foi um grande presidente. Seu sucessor, em 1913, foi Belisário de Sousa, principal redator político de *O País*, um dos fundadores da associação e o responsável por sua denominação definitiva. Belisário de Sousa renunciou em 1916.

A presença de Raul Pederneiras na presidência da ABI foi muito importante, nos períodos de 1916 e 1917 e de 1920 a 1926. Caricaturista dos mais famosos e erudito professor de

direito internacional, deu sangue novo à ABI, atraindo dezenas de jornalistas de renome, como Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Filho, Gabriel Bernardes, Herbert Moses e Danton Jobim, que mais tarde seriam eleitos presidentes da entidade.

Mais uma vez a ABI foi desalojada, agora do Liceu de Artes e Ofícios, que necessitava do espaço para ampliar suas instalações. Tinha, ainda, um declarado inimigo no governo Artur Bernardes, que, com o estado de sítio permanente, sufocou as liberdades públicas, prendendo jornalistas e escritores. Por ironia do destino, o general Silva Pessoa, comandante da Polícia Militar, amigo de Raul Pederneiras e de outros jornalistas, ofereceu-se para abrigar a ABI numa das dependências do quartel da rua Evaristo da Veiga. Nunca foi possível a coexistência pacífica entre policiais e jornalistas em regime de estado de sítio. Nem no quartel a ABI pôde ficar. O ministro da Justiça ordenou que a associação arranjasse outro lugar. A ABI mudou-se a toque de caixa.

Entre os dois períodos de Raul Pederneiras, a ABI foi presidida por João Melo (1917-1920), que promoveu o I Congresso Brasileiro de Jornalismo, em 1918, instalado com dez comissões, todas empenhadas em estabelecer normas para o livre exercício da profissão e a preservação da liberdade de imprensa. Outro jornalista que ocupou a presidência da ABI nessa época foi Dario de Mendonça (1918). No ano de 1926, ao final da gestão de Pederneiras, foi eleito Barbosa Lima Sobrinho, que seria reeleito em 1930 – e várias outras vezes, a partir de 1978. Entre 1927 e 1930 a ABI teve ainda os seguintes presidentes: Gabriel Bernardes (1927-1928), M. Paulo Filho (1928-1929) e Alfredo Neves (1929-1930). Inicialmente, Barbosa Lima Sobrinho pacificou a classe, dividida em três associações: a Associação de Imprensa Brasileira, chamada de invertida, o Clube de Imprensa e a Associação Brasileira de Imprensa. Reformou os estatutos, atraiu novos valores e não cansou de bradar em defesa da liberdade de imprensa e da democracia. Reuniu também amigos influentes para obter a escritura definitiva do terreno doado à ABI na esplanada do Castelo, seriamente dificultada em face das leis dúbias e do descaso do então interventor no Distrito Federal, Adolfo Bergamini, jornalista que participara do congresso da classe em 1918. A escritura seria finalmente lavrada pelo interventor Pedro Ernesto a 9 de janeiro de 1932, graças a seu trabalho, com a ajuda de Gabriel Bernardes, Herbert Moses e outros.

MOSES, O CONSOLIDADOR

Herbert Moses foi sufragado a 23 de maio de 1931. Sucessivamente reeleito, marcaria sua administração, ao longo de 33 anos, pela luta incessante em prol da liberdade de imprensa e por protestos contra as violências praticadas contra jornais e jornalistas.

Nove meses depois da posse de Moses, a ABI, ainda com sede na rua do Passeio, enfrentou o governo provisório, lançando um manifesto à nação em que protestava veementemente contra o empastelamento do *Diário Carioca*, realizado às 23 horas de 25 de fevereiro de 1932 por um grupo de militares do 1º Grupo de Cavalaria Divisionária. Herbert Moses ofereceu a sede da ABI ao *Diário Carioca* e a diretoria ficou em sessão permanente, prestigiando a greve de todos os jornais do país, que deixaram de circular por um dia.

O então chefe de Polícia, João Batista Luzardo, sentindo que o governo não tinha interesse em punir os 50 oficiais do Exército que destruíram o jornal, pediu demissão do cargo, seguido de Maurício Cardoso, ministro da Justiça, Lindolfo Collor, do Trabalho, e João

Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil. O episódio do *Diário Carioca* estremeceu também o bom relacionamento entre a ABI e o governo provisório. A censura voltou a funcionar, atingindo em cheio *O Globo*, o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o próprio *Diário Carioca*, que reapareceu com José Eduardo de Macedo Soares e Danton Jobim.

O governo, depois de três meses de luta, em outubro de 1932 dominou o movimento constitucionalista de São Paulo e deportou para Lisboa os jornalistas Júlio Mesquita, Austregésilo de Ataíde, Cásper Libero, Osvaldo Chateaubriand, Paulo Duarte, Vivaldo Coaraci e outros tantos. Moses subiu a bordo dos navios *Raul Soares* e *Siqueira Campos*, levando a solidariedade da classe. Foi um dos signatários do manifesto pedindo a suspensão da Lei de Imprensa, mais conhecida por “Lei Infame”.

Uma das grandes preocupações de Herbert Moses era a construção da sede própria da ABI. Com a doação do terreno, Moses elaborou um plano, sem dúvida audacioso, para construir um edifício de 13 andares. Foi aprovado o projeto dos arquitetos M.M.M. Roberto e logo surgiram críticas. O Rio jamais vira linhas arquitetônicas tão audaciosas, até hoje não superadas. Gozando de imenso prestígio no mundo financeiro, Moses levantou fundos, e a obra começou a ser executada. Quando a construção chegou na terceira laje, Moses instalou a sede da ABI no arcabouço da obra. Faltou dinheiro, e o ministro Osvaldo Aranha, grande amigo de Herbert Moses, conseguiu do governo federal uma valiosa doação. Getúlio Vargas, embora mandasse prender grande número de jornalistas, manifestou vontade de visitar a obra da ABI, para a qual concedeu um crédito especial de quatro mil contos. Ao deixar o local, recebeu estrondosa vaia de centenas de familiares de presos políticos.

Antes da queda do Estado Novo, em 29 de outubro de 1945, Vargas concedeu a anistia por decreto assinado a 18 de abril. Por essa época voltou à ABI, recebendo então verdadeira consagração. Ao deixar o Rio, após ser deposto, foi acompanhado por Moses até a porta do avião.

No governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, a nação, estarrecida, assistiu a um ato de vandalismo jamais registrado em nossa história. A polícia, às quatro horas da tarde, isolou o quarteirão fronteiro ao Fórum e à Câmara dos Deputados, destruindo o jornal *Tribuna Popular* e reduzindo tudo a um monte de escombros. O mesmo acontecera horas antes com as oficinas do jornal, à rua do Lavradio, próximo do palácio da Relação, isto é, da Chefatura de Polícia, cujo titular era o general Antônio José de Lima Câmara. Moses recebeu os feridos e encaminhou-os ao hospital com a garantia do ministro Benedito Costa Neto, da Justiça. Pouco depois, nos gabinetes ministeriais, passou a exigir a liberdade dos jornalistas e gráficos presos por ocasião do empastelamento. Repetia-se a mesma cena selvagem de 25 de fevereiro de 1932, quando fora destruído o *Diário Carioca*.

O marechal Eurico Gaspar Dutra, meses antes, precisamente a 28 de setembro de 1946, por intermédio do ministro da Justiça, concedera um crédito especial de dois milhões de cruzeiros para a ABI concluir as obras de sua sede. Ainda durante seu governo, foi aprovada a lei que assegurava prisão especial para os jornalistas. Fernando Segismundo, Antônio Mesplê e Gumerindo Cabral, conselheiros da ABI, estiveram em prisão especial. Era um xadrez comum, infecto e sem camas, com a papeleta pregada nas grades: “Prisão especial”.

Em 1951, no início do segundo governo Vargas, Moses estava com 67 anos e mantinha-se em plena atividade. Trabalhava 15 horas por dia e não demonstrava fadiga. Era o primeiro a chegar na ABI e, por um triz, escapou de sofrer as consequências da explosão de uma bomba colocada no segundo andar da sede, onde funcionava a antiga Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), isto em 1952. Despachava todo o expediente e a correspondência vinda de vários países. Falava fluentemente seis idiomas. Procurava renovar o conselho administrativo com novos valores e para isto convidou a integrá-lo, entre outros, Austregésilo de Ataíde e Alceu Amoroso Lima.

Moses criou, em maio de 1952, o *Boletim* da ABI, merecendo destaque seu corpo de colaboradores. Longe de ser um simples informativo sobre as atividades da casa, a nova publicação passou a refletir o pensamento vivo de quantos ocupavam suas colunas e denunciavam os abusos do poder. Na primeira fase, de maio de 1952 a dezembro de 1961, com circulação regular, o *Boletim* teve como colaboradores Gilberto Amado, Múcio Leão, Austregésilo de Ataíde, Peregrino Júnior, Raimundo Magalhães Júnior, Carlos Drummond de Andrade, Orígenes Lessa, Murilo de Araújo, Hélio Viana e outros. A segunda fase, de 1962 a 1974, teve edições descontinuadas. O terceiro período, iniciado em 1974, caracterizou-se por circulação regular, com novo formato e impresso em *offset*.

O suicídio do presidente Getúlio Vargas, a 24 de agosto de 1954, deixou Herbert Moses profundamente abalado. Três dias antes da tragédia, em plena crise, fora recebido pelo chefe da nação. Moses levara a Getúlio, já considerado sócio benemérito da ABI, a sua solidariedade pessoal. Acompanhou a transladação do corpo de Vargas do Catete ao aeroporto Santos Dumont e dedicou o nº 29 do *Boletim* à memória do presidente morto.

No período seguinte, a ABI recebeu a visita do presidente Juscelino Kubitschek, em cujo governo não foi preso um só jornalista, havendo total liberdade de pensamento.

O presidente João Goulart convidou Moses para participar da sua comitiva na viagem que realizou aos Estados Unidos. Durante a viagem, Moses teve o primeiro infarto. Ao voltar ao Brasil, seus problemas de saúde se agravaram. Tinha 80 anos quando renunciou à presidência da ABI, a 21 de agosto de 1964, recebendo o título de presidente de honra. Ao deixar o recinto, pela última vez, contemplou uma placa de bronze mandada colocar pelo governador Carlos Lacerda: “Para celebrar 30 anos de dedicação à liberdade de imprensa na vida de Herbert Moses, o povo carioca, pelo seu governo, mandou fazer esta placa. 1961”.

Durante a administração de Herbert Moses, foi criada a Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa, presidida pelo desembargador Elmano Cruz. Em todo esse período, as portas da ABI sempre estiveram abertas às entidades culturais para conferências, debates e seminários, independentemente de seus credos políticos, religiosos e filosóficos. Outra preocupação, desde a inauguração do edifício-sede, à rua Araújo Porto Alegre nº 71, que recebeu o nome de Herbert Moses, foi instalar a Clínica Pedro Ernesto no sexto andar, com a presença permanente de médicos e dentistas, além de um amplo serviço jurídico.

Durante longos anos a ABI recepcionou todos os chefes de Estado que visitaram o Brasil, cujas entrevistas coletivas eram concedidas no salão da presidência. Posteriormente, por motivo de segurança, as visitas foram suspensas. Estiveram na ABI, entre outros, os presidentes Truman, Frondizi, Gronchi, Mateos e Sukarno e dirigentes da política

internacional como Dean Acheson, Pinay, Fidel Castro, Guevara e muitos outros. O último a falar com os jornalistas na ABI foi o senador Robert Kennedy. Embora cercado por um verdadeiro batalhão de guarda-costas, o senador recebeu dezenas de livros que criticavam o movimento militar de 1964, não permitindo que os seguranças afastassem os repórteres de sua pessoa.

DEPOIS DE MOSES

Para o período de 1964 a 1966, o conselho administrativo da ABI elegeu para a presidência da entidade Celso Kelly, que renunciou às vésperas do término do mandato. Na sua gestão, Celso Kelly criou vários cursos de arte e realizou o Seminário de Jornalismo, sob os auspícios da Cespal, órgão da Unesco sediado no Equador. Instituiu três concursos jornalísticos, sob o patrocínio da Fundação Ottocar Rosarios, de Buenos Aires. Teve inúmeras dificuldades em face dos problemas criados pelo movimento de março de 1964. Nesse período destacou-se a figura do desembargador Elmano Cruz na presidência da Comissão de Defesa de Liberdade de Imprensa, o qual, usando das suas amizades na área militar, conseguiu quebrar a incomunicabilidade dos jornalistas encarcerados. Elmano Cruz completou o mandato de Celso Kelly e mais tarde foi eleito presidente para o período de 1974 a 1975. Foi outro incansável batalhador dos princípios democráticos.

Entre 1966 e 1972, a ABI foi presidida por Danton Jobim, senador oposicionista que jamais deixou de ser um jornalista combativo. Danton seguiu a trilha de Herbert Moses, combatendo a violência contra a imprensa e escrevendo o editorial da *Última Hora*, o vespertino fundado por Samuel Wainer em 1951 e empastelado em 1964. Fez o *Boletim* voltar à circulação e tentou restabelecer as visitas de personalidades ilustres à ABI, mas esbarrou no problema de segurança. Apenas recebeu o astronauta Neil Armstrong, o primeiro homem a pisar na Lua, o que fez a 20 de julho de 1969. Criou uma comissão de juristas para estudar os projetos de lei que estabeleciam novas normas de censura à imprensa. Acolheu na ABI, em hora difícil, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais e a Associação Brasileira dos Escritores e Jornalistas de Turismo. Repetiu Moses, oferecendo almoço ao presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, o que provocou protestos da classe.

Danton Jobim foi substituído por Adonias Filho (1972-1974), outro baluarte das liberdades públicas. Seguiu-se Líbero de Miranda, colhido pela morte com 12 dias de exercício do cargo, isto a 6 de setembro de 1975. Prudente de Moraes Neto foi eleito para o período de 1975-1976, realizando obra da maior importância. Elmano Cruz, Adonias Filho e Prudente de Moraes Neto tinham trânsito livre na área militar, o que facilitava um bom relacionamento entre o governo e a imprensa. A Prudente de Moraes deve-se a instalação da representação da ABI em Brasília e São Paulo, com mais de 250 sócios militantes.

Prudente de Moraes Neto foi um bravo presidente, condenando veementemente o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, e apresentando pessoalmente pêsames à família enlutada. Deu nova dimensão ao *Boletim* da ABI e criou recursos para a ampliação da biblioteca. Na sua administração, no dia 14 de agosto de 1976, os terroristas tentaram silenciar a ABI, deixando explodir uma bomba de alto poder que destruiu grande parte do sétimo andar, reduzindo tudo a um monte de escombros, sobre os quais a diretoria

e o conselho administrativo realizaram suas reuniões. O atentado causou a mais viva indignação no país inteiro. Prudente de Moraes Neto faleceu a 21 de dezembro de 1977, sendo seu mandato terminado por Fernando Segismundo, que fora eleito presidente por um período de três meses. Danton Jobim voltou a ser eleito a 12 de fevereiro de 1978, mas a morte o surpreendeu 14 dias depois.

Em maio de 1978, Barbosa Lima Sobrinho retornou à direção da ABI, para a qual seria reeleito em 1980 e 1982. Sua primeira preocupação foi apoiar a Comissão de Defesa de Liberdade de Imprensa e franquear as salas do Edifício Herbert Moses às instituições culturais e políticas para o livre debate de idéias, permitindo a realização de assembleias de anistiados e outras. Além de viajar pelo Brasil inteiro, atendendo a convites para pronunciar conferências e participar de debates jornalísticos na TV, preocupou-se em comparecer diariamente à sede da ABI, instituindo uma política de portas abertas, participando dos encontros promovidos pelos jovens e incentivando-os à vida cultural e à luta pela emancipação econômica. Na sua administração, com a colaboração do governo do estado, conseguiu ainda a verba necessária para realizar obras de remodelação da sede.

Edmar Morel
colaboração especial

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Em 26 de agosto de 1980, Barbosa Lima Sobrinho foi informado, por um telefonema, de que no dia seguinte seria deixada uma bomba na sede da ABI. No dia 27, a explosão de uma bomba na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) provocou a morte de Lida Monteiro da Silva, secretária da entidade. Na tarde do mesmo dia, outra explosão, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, arrancou um braço do funcionário José Ribamar de Freitas e feriu gravemente outras seis pessoas. Barbosa Lima Sobrinho, um grupo de diretores e associados, dois repórteres do jornal *O Globo* e dois agentes do Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Segurança vasculharam o sétimo, o nono e o décimo-primeiro andares do Edifício Herbert Moses, sem que fosse localizada a bomba anunciada. Ao final da tarde do mesmo dia, porém, a terceira bomba, de forte poder explosivo, foi encontrada no oitavo andar do edifício-sede da ABI, onde funcionava um escritório da Superintendência Nacional de Abastecimento. A explosão não chegou a acontecer, pois a secretária do general Glauco de Carvalho, superintendente da autarquia e para quem havia sido endereçada a carta-bomba, advertida pelo ocorrido na OAB, deteve-se diante do envelope que continha o dispositivo detonador.

Além de lutar contra o enquadramento de jornalistas nas leis de Imprensa e Segurança, integrando a Comissão de Defesa de Liberdade de Imprensa, a ABI participou do Conselho Superior de Censura, órgão colegiado do Ministério da Justiça, atuando contra a censura na televisão e em defesa da liberdade de expressão e de criação artística.

Em 26 de outubro de 1982 a ABI, em conjunto com a OAB, a Comissão de Justiça e Paz e a Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, patrocinou em São Paulo o Ato pela Revogação da Lei de Segurança Nacional, que teve como ponto alto a leitura conjunta de um manifesto que se encerrava

com as palavras: “Pelo direito de dizer basta à opressão, a nossa luta é pela revogação da Lei de Segurança Nacional.” No início de 1983, vários jornais foram apreendidos e vários jornalistas foram presos por manifestarem oposição à Lei de Segurança Nacional. Durante comemoração dos 75 anos da ABI, Barbosa Lima Sobrinho fez inflamado discurso em repúdio à violência das prisões e apreensões, propondo a revisão da Lei de Segurança Nacional. Ao mesmo tempo, em todo o país, irrompeu uma série de atos públicos condenando a manutenção da lei. Em julho de 1983, a ABI, em conjunto com outras entidades democráticas, deu início a um amplo movimento em favor da formação de uma assembleia nacional constituinte e do retorno das eleições diretas para presidente da República.

Representada pelo presidente do seu conselho administrativo, jornalista Mário Martins, em 10 de setembro de 1983 a ABI presidiu no Teatro João Caetano, no centro do Rio de Janeiro, o “Tribunal Herzog – o povo contra a Lei de Segurança Nacional”, evento a que compareceram mais de mil pessoas. Na ocasião a lei foi condenada por unanimidade no julgamento simbólico promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Em 25 de abril de 1984, após uma ampla campanha suprapartidária que tomou as ruas das cidades brasileiras e contou com a efetiva participação e apoio de várias entidades civis, entre elas a ABI, teve lugar uma das mais movimentadas sessões da história do Congresso Nacional, na qual foi votada a emenda constitucional que propunha a volta imediata das eleições diretas para presidente da República. Por falta de 22 votos, a Câmara dos Deputados rejeitou a emenda Dante de Oliveira. Precisando de 320 votos para ser aprovada, em um total de 479 congressistas, a emenda recebeu 298 votos.

Em junho de 1984, Barbosa Lima Sobrinho foi reeleito para cumprir seu sexto mandato como presidente da ABI. Em seu discurso de posse ressaltou as dificuldades dos últimos três anos da administração da entidade, tendo em vista a realização de obras de manutenção de seu edifício-sede que então chegavam ao fim. Cinquenta anos após sua construção, recuperado, o prédio da ABI foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Barbosa Lima Sobrinho acompanhou a reunião do Conselho, que, por unanimidade, decidiu o tombamento após a leitura da proposta pelo conselheiro Eduardo de Melo. Além do valor arquitetônico da obra dos irmãos Roberto, foi reafirmado o valor histórico do edifício-sede da ABI, que, nas palavras do relator, “está relacionado com as lutas pela liberdade de expressão em nosso país”. Em suas declarações, Barbosa Lima Sobrinho afirmou o valor cultural da ABI, evidenciando a participação da entidade nas campanhas nacionais pela anistia, pela livre exploração do petróleo pelos brasileiros e pelas Diretas Já.

Em abril de 1985, a assembleia geral da ABI aprovou por unanimidade a permanência da exigência do diploma de jornalismo para o exercício da profissão, em contraposição ao projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados pelo deputado Sebastião Néri, que visava ao fim da exigência. O debate se estendeu até o ano de 1986, gerando manifestações de vários jornalistas por todo o país, e a exigência da profissionalização foi mantida.

Reeleito Barbosa Lima Sobrinho em 1986, no ano seguinte a ABI organizou manifestações de repúdio à proibição do programa de TV apresentado pelo jornalista e deputado Roberto

D'Ávila, do Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ), e pelo senador Mário Covas, líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na Constituinte. O protesto se estendia à interrupção dos programas dirigidos pelos jornalistas Maurício Dias e Milton Temer na TV Educativa (TVE), emissora estatal sediada no Rio de Janeiro, onde se abria espaço para pronunciamentos da opinião pública sobre problemas da atualidade. Ambas as suspensões foram avaliadas pela ABI como retrocesso político. Ainda no ano de 1987, a ABI recebeu da ONU o diploma de “Mensageira da Paz”.

Na comemoração de seus 80 anos, em abril de 1988, a ABI entregou diplomas aos seus mais antigos associados. Foram agraciados por seus 70, 64 e 66 anos de associação, respectivamente, o presidente da Associação Brasileira de Letras, Austregésilo de Ataíde, o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, e o presidente da própria ABI, Barbosa Lima Sobrinho. Na solenidade, o jornalista João Saldanha, então membro do conselho de administração, discursou enaltecendo o papel social da entidade: “A história da democracia e da liberdade no Brasil pode ser escrita nesta casa.” A ABI contava então com quatro mil sócios, tendo cerca de trezentos associados mais de 50 anos de associação. Na oportunidade foram fabricadas pela Casa da Moeda moedas comemorativas de ouro, prata e bronze.

No início de 1990 a ABI passou por uma série de dificuldades financeiras e cortou vários benefícios de seus associados na tentativa de pagar seus credores. Em outubro, a associação conseguiu reequilibrar suas contas. Um dos principais responsáveis por sua recuperação financeira teria sido o empresário Alfredo Marques Viana, que, a convite de Barbosa Lima Sobrinho, assumiu o gerenciamento da captação de recursos e das despesas da entidade.

Em 1992, quando as denúncias de corrupção no interior do governo feitas por Pedro Collor de Melo, irmão do presidente da República de Fernando Collor de Melo, passaram a ser apuradas por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), a ABI foi uma das 18 entidades civis que, junto com alguns partidos políticos, formaram o Movimento pela Ética na Política. Em 29 de maio teve lugar, na sede da ABI, o Fórum pelo *Impeachment*, organizado por várias entidades da sociedade civil — Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato das Escolas Públicas do Estado (SEPE), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União da Juventude Socialista (UJS), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão Nacional de Justiça e Paz, Movimento Nacional dos Direitos Humanos e Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC) — e por alguns partidos políticos — Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), parcialmente representado.

Concluído o relatório da CPI, para que fosse proposto o processo de *impeachment* do presidente, era necessário que fosse apresentada uma petição assinada por dois cidadãos brasileiros. Os cidadãos Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, e Marcelo Lavanère Machado, presidente da OAB, assinaram o documento, que na terça-feira 1º de setembro foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro. No dia 29 de setembro, em sessão transmitida ao vivo pelo rádio e a TV, a Câmara aprovou a

admissibilidade do *impeachment*, abrindo-se o processo no Senado. Dos 503 deputados, 448 votaram a favor, 38 votaram contra, 23 estiveram ausentes e um absteve-se de votar. Por força da abertura do processo de *impeachment*, em 2 de outubro Fernando Collor deixou a presidência da República e foi substituído interinamente pelo vice-presidente Itamar Franco, que três meses depois seria efetivado.

De março de 1994 até fevereiro de 1995, a ABI fez pressão contra a onda de privatizações implementada pelo governo federal, destacando sempre que estatais como a Petrobras, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional representavam patrimônio público acumulado através dos anos, não raro com sacrifício do povo. Em seus pronunciamentos, a ABI destacava ainda o fato de que Petrobras e Eletrobrás eram exemplos de estatais eficientes do ponto de vista comercial e tecnológico.

Em 27 de abril de 1995, em reunião da assembleia geral dos associados da ABI, a comissão fiscal, pela primeira vez na história da entidade, aprovou “com ressalvas” as contas da diretoria referentes ao ano de 1994. As ressalvas baseavam-se em denúncias de irregularidades supostamente praticadas pelo diretor-tesoureiro, Alfredo Marques Viana, na manipulação de verbas conseguidas em contrato de patrocínio da ordem de 270 mil reais junto à Petrobras e à Telerj. Além disso, o diretor-tesoureiro era também acusado de irregularidade no processo de intermediação para a concessão de aposentadorias excepcionais a jornalistas cariocas.

Em 19 de maio, Barbosa Lima Sobrinho decidiu afastar-se da presidência da entidade, entregando seu cargo, depois de 17 anos de gestão, ao conselho administrativo. O jornalista sentiu sua figura de presidente da ABI atingida pelas denúncias que envolviam os contratos de patrocínio com a Petrobras e a Telerj, firmados em julho de 1993 para a edição de uma coleção de livros intitulada *Memórias da imprensa*. Até então, apenas um único volume havia sido publicado, e a comissão fiscal da entidade não conseguira encontrar os contratos originais. Por outro lado, a Polícia Federal, após denúncias da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), abriu inquérito para investigar a possibilidade de o Sindicato dos Jornalistas ter forjado documentos, timbrados e assinados por diretores da ABI, abonando pedidos de aposentadoria excepcional para jornalistas na condição de “anistiados políticos”, prevista no Decreto nº 611, de 1992. Em 6 de junho, após o conselho administrativo ter aprovado moção de desagravo à sua gestão, Barbosa Lima Sobrinho retomou seu cargo de presidente da ABI. Tentando colocar um ponto final nas suspeitas de fraude e corrupção no interior da entidade, em 8 de junho o presidente divulgou nota oficial à imprensa onde afirmava que a concessão do benefício de aposentadoria especial era responsabilidade exclusiva do governo federal.

Em 29 de junho de 1999, ao fazer o relatório do último período de atividades, o ainda presidente da diretoria da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, referiu-se às ressalvas feitas pelo presidente da comissão fiscal em relação ao tesoureiro Alfredo Marques Viana por ocasião da prestação de contas do ano de 1994, afirmando que tais ressalvas haviam sido retificadas pela unanimidade da comissão fiscal em nota por ele lida diante do conselho da entidade. Assim, as contas e balanços foram finalmente considerados em ordem.

Maria Ester Lopes Moreira
atualização

Barbosa Lima Sobrinho deixou a presidência da ABI em 2000. Fernando Segismundo presidiu a entidade de 2000 a 2004, e desde então a presidência passou a ser exercida por Maurício Azedo.

FONTES: ABRANCHES, J. *Fundação*; ALONSO, M. *Longo*; *Boletim da ABI*; BROCA, J. *Vida*; COSTA, L. *História*; FONSECA, G. *Biografia*; LUZ, A. *Fanáticos*; MAGALHÃES, M. *Gustavo*; MOREL, E. *Histórias*; SEGISMUNDO, F. *Imprensa*; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SODRÉ, N. *História da imprensa*.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO (ACSP)

Associação civil patronal fundada na cidade de São Paulo em 7 de dezembro de 1894 por comerciantes, fazendeiros e industriais representantes da elite econômica paulista.

PRIMEIRA REPÚBLICA

A ACSP deu continuidade à atuação desenvolvida pela Associação Comercial e Agrícola, fundada em 1884 por comerciantes e agricultores tendo à frente o conselheiro Antônio Prado. Essa primeira organização teve vida curta e encerrou suas atividades poucos anos após sua criação.

Em 1894 o empresariado paulista voltou a se articular, resultando dessa movimentação a fundação da ACSP no mês de dezembro, com sede na rua da Quitanda, número 10. A primeira diretoria da entidade, que reuniu cerca de trezentos associados, foi constituída pelo coronel Antônio Proost Rodovalho (presidente), Antônio de Lacerda Franco (vice-presidente), José Duarte Rodrigues (primeiro-secretário), Alexandre Siciliano (segundo-secretário) e J. Paulino Nogueira (tesoureiro).

Logo no início, a ACSP solicitou ao governo federal a instalação de uma alfândega seca em São Paulo, destinada à liberação de documentos – uma antiga aspiração dos homens de comércio. Pouco depois, em 1895, foi inaugurada a alfândega. No mesmo ano, a entidade solicitou ao ministro Rodrigues Alves a criação de uma agência do Banco da República com o objetivo de facilitar a substituição de notas emitidas pelo Banco da União durante o Encilhamento.

Em 1896, o conde Prates assumiu a direção da entidade, no lugar de Proost Rodovalho. O novo presidente encaminhou uma representação ao governo protestando contra o projeto de pagamento em ouro dos direitos aduaneiros. O final de seu mandato coincidiu com o início de uma grave crise econômica, marcada pela superprodução cafeeira e pela política deflacionista adotada pelo governo de Campos Sales (1898-1902). A terceira diretoria da ACSP, assumida por Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos, teve como missão principal recuperar as finanças da instituição e ajudar os empresários em dificuldades.

Com a recessão atingindo São Paulo, dezenas de estabelecimentos faliram, e o número de associados da ACSP sofreu sensível redução. Em 1899, por medida de economia, a diretoria decidiu transferir a sede para a rua do Comércio, número 12, sublocando-se o andar térreo. Ainda sob a gestão de Vasconcelos, a entidade enviou uma representação ao Congresso Nacional manifestando-se contra a emenda Serzedelo Correa, que pretendia estabelecer as vendas públicas de café e facultar às Companhias Docas a cobrança de taxas pelas vendas e a emissão de *warrants*. A associação também se manifestou contra a obrigatoriedade de os comerciantes com capital superior a dois contos de réis terem seus livros selados e rubricados de acordo com o Código Comercial vigente. Na mesma época, no âmbito da cidade de São Paulo, a entidade manifestou-se contra a taxa de dois a sete contos de réis, destinada aos serviços de limpeza pública, por entender que sua cobrança agravaria os problemas então enfrentados pela capital paulista. Em 1901, Francisco Nicolau Baruel foi eleito para presidir a entidade.

As dificuldades que a instituição enfrentou praticamente desde sua fundação foram

agravadas em maio de 1906 pela greve dos empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que envolveu 3.800 trabalhadores. Além de causar sérios transtornos à atividade comercial no estado, o movimento grevista detonou uma profunda crise no interior da ACSP. Então presidida por Augusto da Silva Teles, a entidade foi desde o início contrária à greve, considerando-a a “primeira refrega de uma agitação extremamente perigosa”. Solicitada por comerciantes de Jundiaí — uma das cidades afetadas pela paralisação da Paulista — a servir de mediadora entre patrões e empregados, a associação instruiu seus representantes a proporem aos trabalhadores a volta ao trabalho.

Nos últimos dias do movimento, Silva Teles sugeriu que a ACSP enviasse moção de congratulações ao governo estadual e ao conselheiro Antônio Prado, presidente da Companhia Paulista, pelo restabelecimento do tráfego ferroviário. A proposta foi rejeitada por 2/3 dos associados. Os grandes comerciantes de origem italiana, como Nicola Pugliesi e Egídio Pinotti Gamba, influenciaram decisivamente o resultado da votação, pois apenas um deles foi solidário com a presidência. Em seguida, Silva Teles, o vice-presidente Camilo Sampaio e todo o conselho deliberativo pediram demissão de seus cargos, deixando a associação acéfala durante três meses.

A fusão com o Centro de Comércio e Indústria de São Paulo, em 17 de novembro de 1917 — permanecendo a denominação Associação Comercial de São Paulo —, veio tirar a entidade de um longo período de inação. Para exemplificar, em 1914 a ACSP contava com apenas 152 associados no comércio e na indústria paulistas. Por seu lado, o Centro de Comércio e Indústria de São Paulo, fundado em 10 de fevereiro de 1914 por proprietários de grandes firmas do comércio atacadista, em pouco tempo se havia imposto como uma das principais associações de classe de São Paulo. Na área estritamente comercial, encaminhara com êxito importantes reivindicações ao governo federal, como a equiparação das contas assinadas pelos devedores às notas promissórias e a decretação da moratória. O centro tomou igualmente a iniciativa da criação da Bolsa de Mercadorias na capital paulista, e em 1915 lançou a publicação especializada *Revista de Comércio e Indústria*.

Em 1918, a entidade participou ativamente do socorro às vítimas da devastadora gripe espanhola, que atingiu várias cidades do Brasil, inclusive São Paulo. No mesmo ano, foi inaugurada a primeira linha telefônica entre a ACSP e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

Em 1918-1919, Francisco Nicolau Baruel, em novo mandato à frente da ACSP, defendeu a indústria de tecelagem, apoiou a indústria madeireira em sua disputa com o truste que dominava a Estrada de Ferro São Paulo-Rio e contribuiu para a propaganda dos produtos nacionais junto às câmaras de comércio estrangeiras. Durante sua gestão, a entidade procurou a aproximação com os comerciantes das regiões mais afastadas da capital com o objetivo de diminuir os efeitos da carestia sobre a população, aderiu ao projeto de criação de escolas noturnas e levantou fundos para as famílias de marinheiros brasileiros envolvidos nas operações bélicas durante a Primeira Guerra Mundial. A entidade reivindicou também medidas de proteção à agricultura, ao comércio e à indústria.

Em 1919, a ACSP opôs-se ao projeto do governo federal de sobretaxar certos produtos de importação, que terminou sendo suspenso pelo Congresso Nacional. No

mesmo ano, durante o movimento grevista deflagrado no dia 1º de maio, a ACSP teve ativa participação nas negociações entre empresários e trabalhadores. No dia 7 desse mês, promoveu em sua sede uma grande reunião de industriais da capital, convocados para analisar as reclamações dos operários e procurar encaminhar a solução do conflito. Participaram do encontro figuras destacadas das classes produtoras, como Jorge Street e o comendador Rodolfo Crespi, que ocupava o cargo de primeiro tesoureiro da ACSP e cujas fábricas estavam paralisadas pela greve. Street, o principal orador da reunião, afirmou que os empresários aceitavam as principais exigências dos grevistas — jornada de trabalho de oito horas e regulamentação do trabalho de menores e de mulheres nas fábricas —, pontos que a Conferência de Paz de Paris, realizada após o fim da Primeira Guerra Mundial, já prescrevia.

Em abril de 1920, em meio a grave crise no fornecimento de alimentos à capital, a Secretaria de Agricultura do estado solicitou à ACSP que se manifestasse sobre a conveniência do restabelecimento em São Paulo de uma tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade, que vigorara anos antes. Pronunciaram-se a respeito Jorge Street, Nicolau Baruel, Francisco Matarazzo e Antônio Carlos de Assunção, e todos foram unânimes em considerar a adoção da tabela inoportuna, dispensável e até mesmo contraproducente.

Na gestão de Horácio Rodrigues, de 1921 a 1922, foi instituído o regime de contas assinadas, representadas hoje pela duplicata. Em 1921, passou a ser publicada a *Revista da Associação de São Paulo*, substituindo a *Revista de Comércio e Indústria*. Em 1922, a ACSP participou, com uma delegação chefiada por Carlos de Paiva Meira, do I Congresso Nacional das Associações Comerciais do Brasil.

A GESTÃO DE MACEDO SOARES

Eleito presidente da ACSP em janeiro de 1923 e reeleito um ano depois, José Carlos de Macedo Soares foi um dos mais destacados dirigentes da história da entidade. Defensor de um constante aperfeiçoamento da organização do empresariado, entendido como fator essencial para o reconhecimento pelo Estado dos interesses das chamadas classes produtoras, desde o início deu grande impulso à ampliação do quadro de associados da ACSP. Em 1924, ano em que foi criado o Departamento de Informações Cadastrais, a instituição já congregava 1.118 filiados, entre industriais e comerciantes.

Uma das mais importantes iniciativas da administração de Macedo Soares foi a reforma dos estatutos da associação. De acordo com Marisa Saens Leme, a reestruturação da ACSP, efetuada em 1924, permitiu maior acomodação dos interesses industriais e comerciais nela representados. Foi adotado o princípio federativo, no qual cada classe se organizava em sua especialidade. Essas classes se subordinavam a uma direção geral, consubstanciada no conselho deliberativo.

Ainda durante a gestão de Macedo Soares eclodiu em São Paulo, em 5 de julho de 1924, um movimento revolucionário liderado pelo general Isidoro Dias Lopes, que interrompeu a vida da cidade por 23 dias. No dia 7, a direção da ACSP lançou uma nota de protesto contra a revolta, na qual conclamava as “classes conservadoras a apoiarem o governo do estado e a confiarem na ação do presidente Carlos de Campos”. Como

presidente da associação, Macedo Soares implantou um serviço de abastecimento durante a rebelião.

A situação se agravou no dia 9, quando o governo estadual e as tropas que o defendiam se retiraram da capital paulista. A ocorrência de ataques e saques em estabelecimentos industriais e comerciais levou o empresariado a temer por uma iminente e completa desorganização da ordem pública. A partir desse momento, a ACSP se aproximou das autoridades municipais e, em comum acordo com o prefeito Firmino Pinto, resolveu entrar em contato com os militares rebeldes que ocupavam São Paulo. Em encontro com o prefeito e os empresários Macedo Soares e Henrique de Sousa Queirós, o general Isidoro comprometeu-se a colaborar com as autoridades municipais no que fosse necessário. No dia 10, por iniciativa da ACSP e da prefeitura, foi constituída a Guarda Municipal para garantir o policiamento da cidade e evitar os ataques à propriedade. Ainda no dia 10, a associação publicou um manifesto assinado por Macedo Soares, aconselhando as classes conservadoras a prestigiar e a facilitar “a ação do governador da cidade [o prefeito] na normalização da vida do município”.

A partir de 11 de julho, São Paulo passou a ser bombardeada pelos canhões do governo federal. Imediatamente se formou uma comissão, da qual fazia parte Macedo Soares, com a finalidade de conseguir a suspensão do bombardeio. Seus esforços não foram bem-sucedidos, pois, no dia 12, o ministro da Guerra, marechal Fernando Setembrino de Carvalho, declarou que o bombardeio não seria sustado. As negociações entre as duas partes, mediadas por Macedo Soares, se prolongaram até 25 de julho, mas sem resultados práticos. No dia 26, a aviação legalista lançou panfletos nos quais pedia à população que abandonasse a capital paulista para que as tropas federais pudessem agir livremente contra os rebeldes. Nesse mesmo dia, Macedo Soares enviou uma carta ao general Eduardo Sócrates, chefe das forças legalistas, na qual solicitava um armistício de 48 horas para negociações de paz. A proposta foi recusada, e o presidente da ACSP foi acusado de ser porta-voz da vontade dos rebeldes.

Em 27 de julho, informado por Macedo Soares do fracasso das tentativas de negociação, o general Isidoro decidiu abandonar São Paulo. No dia seguinte, a cidade foi retomada pelos legalistas. Com a vida da capital retornando à normalidade, Macedo Soares publicou um boletim em nome da ACSP aconselhando industriais e comerciantes a colocar em funcionamento seus estabelecimentos. No dia 28 de julho, promoveu uma reunião com gerentes e diretores de todos os bancos da cidade, ficando acertado que as casas bancárias reabririam suas portas no dia 1º de agosto.

Em 4 de agosto, Macedo Soares foi chamado a prestar depoimento sobre o movimento revolucionário. Em seguida, permaneceu dois meses detido, sob a acusação de ter sido conivente com os revoltosos. Libertado, partiu para o exílio na Europa. Carlos de Paiva Meira substituiu-o na presidência da ACSP. Em 1927, regressando do exílio, Macedo Soares seria nomeado presidente de honra da ACSP.

Como presidente da entidade, Carlos de Paiva Meira reformulou os estatutos sociais e iniciou a publicação do *Boletim Confidencial*, que depois se transformou no *Diário do Comércio*, destinado a fornecer regulamente informações sobre os títulos protestados nos três tabeliães da cidade, a fim de facilitar as relações de crédito. Durante sua gestão também

debateram-se questões como o estudo do porto de Santos, a renovação do contrato da São Paulo Railway e a instituição do imposto de renda.

A CISÃO ENTRE A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO

Desde a fusão com o Centro de Comércio e Indústria em 1917, o comércio importador, segundo Eli Diniz e Warren Dean, fortaleceu suas posições dentro da ACSP, fornecendo a maior parte dos quadros dirigentes da entidade. Consequentemente, as preocupações do comércio passaram a predominar na agenda da associação, deixando em segundo plano os interesses da indústria. O atendimento diferenciado das reivindicações e necessidades dos dois setores não gerou, entretanto, maiores divergências, porque até meados da década de 1920 os industriais tinham consciência de sua inferioridade política perante os comerciantes e, sobretudo, porque comércio e indústria compartilhavam de uma série de interesses comuns, como a redução dos encargos fiscais, a eliminação dos impostos interestaduais ou a expansão e melhoria do sistema de transportes. Os principais elementos de atrito eram nessa época o câmbio e a pauta aduaneira.

Entretanto, a progressiva consolidação dos interesses especificamente industriais começou a gerar problemas dentro da ACSP. A questão alfandegária foi decisiva, já que a luta pelo protecionismo empreendida pela indústria ia contra os interesses do comércio. O agravamento das divergências no interior da associação acompanhou a crise econômica de 1924-1925, que trouxe grandes dificuldades para a indústria. A elevação cambial facilitou a importação de produtos estrangeiros, e a partir de 1926 o mercado brasileiro foi inundado por tecidos importados, sobretudo ingleses. Sentindo-se prejudicados, os fabricantes nacionais fizeram constantes apelos para que o governo aumentasse as tarifas.

Em 1926 foi eleito para a presidência da ACSP Antônio Carlos de Assunção, comerciante do setor de importação e exportação, mas que também tinha interesses industriais. Em sua primeira gestão (1926), foi criada a Liga de Defesa do Comércio e da Indústria, patrocinada pela ACSP, para combater as práticas fraudulentas. Assunção teve ainda de lidar com dificuldades decorrentes de uma crise econômica que atingiu São Paulo como efeito da política deflacionária objetivando estabilizar a moeda. Também em 1926, a sede da entidade foi transferida para a rua José Bonifácio, número 12, passando a dispor então de melhores instalações.

Em 1927, durante a administração de Feliciano Lebre de Melo, foi instalada a Corte de Arbitragem de São Paulo, que se destinava a resolver por meio de arbitragem as questões levantadas entre os comerciantes.

Em janeiro de 1928, duas chapas se apresentaram para concorrer às eleições para a direção da ACSP, marcadas para o final daquele mês. Enquanto os candidatos da situação, liderados por Horácio Rodrigues, eram todos comerciantes, a chapa oposicionista, tendo à frente Jorge Street, era integrada apenas por industriais. Além disso, o alinhamento político-partidário das duas chapas marcava ainda mais o afastamento entre ambas. Os situacionistas eram vinculados ao Partido Democrático (PD), fundado em 1926, enquanto a oposição era ligada ao velho Partido Republicano Paulista (PRP), que controlava o governo estadual desde a Proclamação da República.

As divergências foram temporariamente contornadas com a formação de uma chapa

de conciliação encabeçada por Antônio Carlos de Assunção. Depois de eleito, Assunção concedeu aos membros das duas chapas originais assentos no conselho consultivo da entidade. Em seu discurso inaugural, o novo presidente procurou reconciliar todos os interesses feridos, afirmando: “Comércio e indústria podem e devem, muitas vezes, dar as mãos, unindo e complementando seus esforços.”

Entretanto, as divergências entre comércio e indústria haviam chegado a um ponto insustentável. Assunção não conseguiu evitar a ruptura, e em 3 de junho de 1928 industriais egressos da ACSP, entre os quais Jorge Street, Francisco Matarazzo e Rodolfo Crespi, fundaram o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

Ainda durante a segunda gestão de Assunção (1928), foram promovidos diversos debates em torno da questão da reforma aduaneira, da modificação da lei de falências e do congestionamento do porto de Santos. Desses debates resultaram propostas importantes para o país, como a criação do Conselho Nacional de Viação e a construção de uma rodovia ligando São Paulo a Santos, que daria origem, mais tarde, à Via Anchieta.

PERÍODO PÓS-1930

Após a Revolução de 1930, a ACSP inicialmente apoiou o novo governo chefiado por Getúlio Vargas. No entanto, assim como diversas instituições paulistas, logo entrou em choque com o governo federal, acusado de “discricionário”. Em fevereiro de 1932, passou a integrar a Frente Única Paulista, que pedia a reconstitucionalização do país, além de lutar pela autonomia de São Paulo. Em julho, apoiou a chamada Revolução Constitucionalista, que foi derrotada militarmente em outubro pelas tropas federais. Após atuar no processo eleitoral e constituinte, de que resultou a Constituição de 1934, a ACSP voltou a envolver-se prioritariamente com questões econômicas.

Durante o Estado Novo, posicionou-se contrariamente ao Decreto 1.402, baixado em 5 de julho de 1939, visando a regular a constituição e o funcionamento das instituições sindicais do Brasil. Também em 1939 teve início a construção – que durou cinco anos – de sua atual sede, na rua Boa Vista, número 51.

Na década de 1940, a entidade conheceu um grande desenvolvimento. Em 1944, contava com cem entidades congêneres filiadas e possuía cerca de dois mil sócios. Entre 1944 e 1945 foi dirigida por Brasília Machado Neto, um de seus mais destacados dirigentes. Em sua administração foi efetuada uma reforma dos estatutos que ampliou o número de diretores, e foi criado o conselho de associações filiadas, destinado a estabelecer maior interação entre as entidades do interior e da capital. Também foi organizada e reconhecida a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, órgão sindical patronal de segundo grau. Em 1944, foi lançado em conjunto pela ACSP e pela Federação do Comércio o *Digesto Econômico*, publicação especializada em temas econômicos, e foi organizado o Instituto Gastão Vidigal, órgão de estudo e pesquisa também na área econômica.

Em 1945, a associação participou da I Conferência Nacional das Classes Produtoras (I Conclap), realizada em Teresópolis (RJ) e, em 1949, da II Conclap, em Araxá (MG). Naquele mesmo ano entrou em circulação outra publicação da entidade, o *Diário do Comércio*.

Após um período de relações amistosas entre a ACSP e o governo federal durante o

governo Dutra (1946-1951), estas voltaram a se deteriorar ao longo do segundo governo Vargas (1951-1954), em razão, sobretudo, da aproximação do governo com os sindicatos e da interferência do Estado na economia. Medidas como o aumento de 100% do salário mínimo, concedido em maio de 1954, foram severamente criticadas pela entidade.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e a curta administração de Jânio Quadros (1961), as relações entre a ACSP e o governo foram relativamente tranquilas. No entanto, durante o governo de João Goulart (1961-1964), as relações se tornaram bastante tensas, novamente devido à crítica dos comerciantes à política social do governo e à participação do Estado nas atividades econômicas. Crítica ferrenha do governo Goulart, a ACSP foi uma das promotoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação pública de oposição ao governo realizada em São Paulo em 19 de março de 1964. Duas semanas depois, o golpe militar que provocou a queda de Goulart foi aplaudido pela entidade.

Embora tenha divergido dos militares em algumas questões econômicas, a ACSP acomodou-se ao novo regime e, em 1969, chegou a ser solicitada pelo presidente Médici para elaborar um estudo apontando sugestões para a solução dos problemas econômicos do Brasil. Nesse trabalho, foi destacada a necessidade de se fortalecer a livre empresa, limitando-se a intervenção do Estado na economia.

Nas décadas seguintes, a ACSP manteve sua forte crítica à intervenção do Estado na área econômica, manifestando suas posições em relação a importantes episódios da vida política brasileira, e tendo inclusive sido presidida por dois políticos de projeção nacional: Paulo Maluf, de 1976 a 1978, e Guilherme Affif Domingos, na década seguinte e também na de 2000. A entidade interveio nos debates em torno da nova Constituição federal promulgada em outubro de 1988, criticando a legislação social nela prevista.

Empenhada na defesa da pequena e média empresa, a ACSP manifestou apoio aos planos Cruzado e Collor, durante os governos de José Sarney (1985-1990) e de Fernando Collor (1990-1992), respectivamente. Em 1993, apoiou a revisão constitucional, que fora prevista pelo texto de 1988. Em 2005, criou o “Impostômetro”, que mede o total de impostos pagos pelos brasileiros e que pode ser acompanhado pela internet e por um painel instalado no centro de São Paulo.

Sérgio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: *Anuário do Comércio* (1969-70); BEIGUELMAN, P. *Companheiros*; DEAN, W. *Industrialization; Digesto Econômico* (3/82 e 9/93); DINIZ, E. *Empresário; Estado de S. Paulo* (22/9/63; 27/11/69 e 19/3/76); *Expresso* (21/7/76); FAUSTO, B. *Trabalho*; GOMES, A. *Regionalismo; Jornal da Tarde* (22/2/67); LEME, M. *Ideologia*; NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - *Galeria dos Presidentes*. São

Paulo, 2007; *Observador Econ. Fin.* (3/44); *Diário do Comércio*. Uma entidade cidadã.

(<http://www.dcomercio.com.br/especiais/outros/acsp110anos/umaentidade.htm>

acessado em 30/6/2010); *Estado de S. Paulo*, edição de 13/4/2010

(http://economia.estadao.com.br/noticias/not_13469.htm acessado em 5/7/2010);

“Khronobooks”

(<http://knbk.incubadora.fapesp.br/portal/ev/biog/BiogPACSP.doc/view> acessado em

30/6/2010); *O Economista* dezembro de 2005 (

<http://www.coreconsp.org.br/jornal/jornal197.pdf> acessado em 6/7/2010);

SCHMITER, P. *Interest*; SOARES, E. *Instituições*; *Tempo* (26/6/55); *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (fev. 2005). Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100007)

[69092005000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100007)>. Acesso em: 5/7/2010); *Veja* (17/3/76).

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO (ACRJ)

Associação civil patronal, com sede no Rio de Janeiro, fundada em 9 de setembro de 1834 com o nome de Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP). Recebeu o nome atual em 11 de dezembro de 1867.

ORIGENS

A origem da Associação Comercial do Rio de Janeiro remonta ao início do século XIX, mais especificamente ao ano de 1809, quando foi baixado um alvará reconhecendo a existência do Corpo do Comércio do Rio de Janeiro. A entidade congregava o grande comércio instalado na cidade, que havia recebido um forte impulso com a vinda da família real portuguesa em 1808.

Em 9 de setembro de 1834 um grupo de antigos integrantes do Corpo do Comércio e outros comerciantes fundaram a Sociedade dos Assinantes da Praça, instalada num velho casarão do beco dos Adelos, no Centro do Rio. Dominada pelo grande comércio exportador e importador, a SAP preocupou-se desde sua fundação em garantir o fluxo regular de mercadorias no país. Nesse sentido, concentrou grande parte de seus esforços na promoção de melhoramentos nos serviços de transporte marítimo e no aparelhamento do porto do Rio de Janeiro. Durante o Segundo Reinado (1840-1889), a entidade foi presidida por dois brasileiros ilustres, Irineu Evangelista de Sousa, o futuro visconde de Mauá, entre 1846 e 1847, e o político e empresário mineiro Teófilo Otoni, entre 1851 e 1854. Em 11 de dezembro de 1867, seus estatutos foram reformulados, e a SAP passou então a chamar-se Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Os novos estatutos previam a ampliação das atribuições e do raio de ação da entidade, que dali em diante representaria, junto ao governo imperial, os interesses não só “do campo comercial do Rio de Janeiro ... bem assim do das províncias”.

Preocupada com o desenvolvimento e a modernização da economia brasileira, na década de 1870 a ACRJ lutou pela introdução do telégrafo submarino (1870) e pela adoção do sistema métrico nos pesos e medidas no país (1872). Já na década de 1880, opôs-se firmemente ao movimento abolicionista. De fato, embora alguns dos seus membros fossem partidários do abolicionismo, a ACRJ era afinada com os interesses dos grandes produtores de café da província do Rio de Janeiro, principal bastião das forças escravocratas, contando inclusive com muitos deles em sua direção. A instituição, por conseguinte, defendia a manutenção do sistema escravagista, sob o argumento de que sem ele a economia brasileira desmoronaria.

Com a abolição da escravatura em 1888, a ACRJ tornou-se uma firme defensora

da imigração destinada às atividades agrícolas, para solucionar a crise do mercado de força de trabalho.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Apesar de suas ligações com a monarquia – dom Pedro II recebeu o título de presidente honorário da instituição em 1862 –, a ACRJ não hostilizou o regime republicano instaurado no Brasil em 1889. De todo modo, seu relacionamento com o governo foi marcado por um relativo esfriamento, em comparação com a estreita proximidade existente durante o Império.

De fato, ao longo da Primeira República (1889-1930) não foram poucos os atritos entre ambos. Um bom exemplo desse clima de tensão esteve ligado ao empréstimo contraído pela associação junto ao Banco Aliança do Porto para a construção de sua nova sede, decidida na década de 1870 com garantia do governo imperial. A entidade criticou a falta de apoio do novo regime para a resolução da questão, tendo inclusive acusado o Governo Provisório (1889-1891) de se ter apoderado do que restara do empréstimo tomado junto ao Banco Aliança. Em 1890, sintomaticamente, o chefe do governo, marechal Deodoro da Fonseca, não compareceu à inauguração da sede da ACRJ na rua 1º de Março. Em fevereiro do ano seguinte, novo atrito. Dessa feita, o comércio foi radicalmente contrário ao Decreto nº 1.362, baixado pelo ministro da Fazenda, Tristão Araripe, que previa a imposição de uma taxa de 3% sobre o valor nominal das ações vendidas a prazo, considerando a medida uma forma de intervencionismo estatal nas sociedades anônimas. O decreto acabou sendo revogado.

Preocupada com a falta de mão de obra na lavoura fluminense, em dezembro de 1891 a entidade enviou um ofício ao governo aconselhando-o a estimular a imigração de trabalhadores rurais. Em 12 de setembro do ano seguinte, em ofício enviado ao Congresso Nacional, pediu a revogação do Decreto nº 528, de 6 de julho de 1890, que interditava a entrada no país, como imigrantes, de asiáticos e africanos. Essa iniciativa deixava entrever que a ACRJ não parecia preocupada em defender a vinda de imigrantes para o Brasil com base em critérios raciais, como acontecia frequentemente nas discussões da época relativas à imigração.

A entidade também criticou a resistência do governo republicano à dissolução da Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria – instituição fundada no Império e que lhe era estreitamente vinculada – e à sua incorporação ao patrimônio da ACRJ. A dissolução daquela sociedade havia sido proposta em 1884 pela associação, o que na prática terminou ocorrendo em 1889, com a fusão das duas entidades. Previu-se também que, em caso de extinção da ACRJ, a Sociedade passaria ao Estado. Ora, durante os governos de Floriano Peixoto (1891-1894) e de Prudente de Moraes (1894-1898), o governo federal, visando angariar fundos, combateu o recebimento dos juros das apólices da Sociedade pela ACRJ. Em 1902, a ação de nulidade do acordo da fusão com a Sociedade dos Inválidos da Pátria ainda aguardava julgamento. Entre idas e vindas do processo, o Supremo Tribunal Federal finalmente daria ganho de causa à ACRJ em 1908, reconhecendo a fusão.

Outra frente de confronto com o poder público dizia respeito à sede da entidade. Em 1902, a ACRJ sugeriu ao Congresso Nacional a criação de um imposto temporário de 40 réis

sobre os volumes em trânsito pela alfândega. Os recursos arrecadados seriam empregados na conclusão das obras de sua sede. O pedido foi rejeitado. Em 1905, porém, o Congresso Nacional concordaria em abrir um crédito de quinhentos contos de réis para tornar possível a conclusão das obras de construção da nova sede. Esta, embora inacabada, seria inaugurada no ano seguinte, na rua 1º de Março.

A associação também criticou, em diversas oportunidades, as iniciativas governamentais no domínio econômico. Durante a gestão do presidente Campos Sales (1898-1902), o alvo principal de suas críticas foi a rígida política deflacionista do governo.

Uma preocupação constante da ACRJ durante toda a Primeira República foi a defesa do livre-cambismo alfandegário, ameaçado pela pressão da nascente indústria nacional, que lutava por tarifas protecionistas, condição essencial para seu desenvolvimento. Em 1903, a ACRJ organizou uma comissão para rever os direitos alfandegários sobre as mercadorias importadas. O comércio importador sentia-se prejudicado por uma tarifa protecionista aprovada pouco antes, que dificultava a colocação no mercado brasileiro de diversos produtos estrangeiros. A questão reapareceria em diversos momentos, constituindo-se em um ponto central de divergências com o governo e também com os setores industriais.

Durante a administração do prefeito Pereira Passos (1903-1906) – que, apoiado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906), promoveu uma drástica reforma urbana no Rio de Janeiro –, a ACRJ criticou duramente o poder municipal, posicionando-se contra as desapropriações efetivadas para dar lugar às obras de abertura de ruas e de renovação do Centro da cidade, que provocaram o desalojamento de milhares de pessoas e o fechamento de centenas de casas de comércio. Passos foi classificado de “autoritário” pela entidade, que se recusou a participar de uma subscrição popular para erguer uma estátua em homenagem ao ilustre engenheiro.

Um novo atrito com o governo ocorreu em 1906, quando a entidade posicionou-se contra o Convênio de Taubaté, promovido pelos governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O convênio determinou a adoção de uma política de valorização artificial do café, de modo a garantir a manutenção dos preços do produto em meio a crises de superprodução. A ACRJ criticou a liderança assumida no evento pelo governo de São Paulo, que, segundo ela, deveria caber à União, e o envolvimento de grandes capitalistas estrangeiros nas negociações. Alertou também para o risco que o país corria em depender do mercado externo para o êxito das metas de valorização (a compra de estoques excedentes de café pelo governo se faria mediante empréstimos externos).

No que tange à composição da ACRJ, o esquema hierárquico do comércio tendeu a ser reproduzido em seu interior, na medida em que os sócios eram classificados como contribuintes, remidos, beneméritos, grandes beneméritos, honorários e correspondentes. No biênio 1906-1907 a entidade recebeu mais de 275 contribuintes e 15 remidos, elevando o quadro social para 1.040 associados, contra pouco mais de 700 no final de 1904.

Sua composição era bastante heterogênea, nela convivendo setores antagônicos: ao lado de ricos empresários, alinhavam-se associados humildes, como os empregados do comércio. Estes vinham promovendo, desde o final do século XIX, um movimento, conhecido como “fechamento das portas”, em prol da regulamentação das horas, dos dias e do horário de trabalho nos estabelecimentos comerciais. A ACRJ procurou atuar na questão, chegando a

promover reunião em sua sede para discutir o assunto. Em 1906, foi aprovada uma postura municipal estabelecendo o fechamento das portas às 20 horas, e limitando a jornada diária a 12 horas, mas a fiscalização não funcionava e as casas comerciais não obedeciam às determinações.

Em 1907, a associação opôs-se ao projeto do deputado João Luís Alves de elevação dos direitos alfandegários, que, segundo a entidade, contrariava os interesses de toda a coletividade. “O país não está preparado... para esse protecionismo... e as indústrias que se procura desenvolver já se vão desenhando – aos olhos do povo – como inimigas da sua economia: só prosperam produzindo *caro* o que poderíamos comprar *barato*.” O projeto protecionista de Luís Alves acabou derrubado no Congresso.

Em 1908, a ACRJ participou das comemorações do centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, instituindo para isso a Comissão Executiva do Comércio Livre no Brasil. No ano seguinte, ocorreu novo atrito com o governo, dessa vez em torno das tarifas aduaneiras. O governo nomeou uma comissão para estudar a questão, mas, observando que a maioria dos membros da comissão era formada de industriais, a ACRJ dela se retirou.

No plano interno, a história da instituição foi marcada em 1912 pela fundação da Federação das Associações Comerciais do Brasil (FACB). Essa iniciativa representava uma tentativa de ampliação da esfera de ação da ACRJ, e objetivava defender os interesses do comércio em âmbito nacional, junto aos poderes federais. A dependência da FACB em relação à ACRJ era bastante grande. Além de funcionar dentro da sede da associação e de desfrutar da infraestrutura que esta oferecia, a federação era presidida, por determinação estatutária, pelo presidente da ACRJ. Em outras palavras, a FACB foi uma projeção da associação em nível nacional, servindo, supostamente, para imprimir um peso maior às suas iniciativas e decisões.

Em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as exportações brasileiras sofreram uma forte queda. Em agosto, o governo Hermes da Fonseca (1910-1914) decretou uma moratória da dívida externa, que foi inicialmente apoiada pela associação. A necessidade de prorrogação da moratória, pretendida pelo Executivo, foi motivo de acesos debates na entidade, que acabou apoiando uma dilatação do prazo de apenas 30 dias. O Congresso, porém, pronunciou-se a favor de uma extensão de 90 dias. Essa decisão causou grande descontentamento na ACRJ, conforme exposto em relatório divulgado em dezembro de 1914. No texto, a entidade acusava o governo de, apesar da decretação da moratória e da sua prorrogação, não ter cumprido os objetivos de “regularizar os seus compromissos para com o comércio, proporcionando-lhes, além disso, elementos de crédito”. O relatório também criticava o “industrialismo” do governo, o que estaria provocando o aumento dos gastos públicos.

A defesa do livre cambismo e as críticas ao sistema tributário federal, temas frequentemente expostos pela ACRJ, constituíram o eixo de uma representação da entidade à Câmara dos Deputados em 1916. O documento defendia a “proibição de isenção de direitos para o material, as mercadorias ou gêneros importados pelo governo e repartições

públicas” apenas quando houvesse produção nacional, e a “concessão de isenção para gêneros que não tenham similares, desde que esses gêneros ... se destinem ao preparo do solo, extração de suas riquezas ou desenvolvimento de suas indústrias naturais ou extrativas”.

No final da década de 1910, ocorreram greves operárias de grandes dimensões no Rio de Janeiro e em São Paulo. Numa fase em que as relações entre o capital e o trabalho praticamente não sofriam nenhuma regulamentação e as demissões sumárias de trabalhadores eram uma constante, a associação, como a maior parte das entidades patronais, apoiou as medidas governamentais contra o movimento operário. Dentro dessa mesma linha, em 1920 a ACRJ e a FACB enviariam congratulações ao governo federal pela repressão à greve dos funcionários da Estrada de Ferro Leopoldina.

Esgotado, em 1919, o prazo para o pagamento da dívida contraída pela ACRJ com o Banco Aliança de Portugal para o financiamento das obras da nova sede, a diretoria resolveu liquidar as apólices de seu patrimônio para saldar o débito com o governo. O presidente Francisco Eugênio Leal não concordou com a iniciativa e, por isso, demitiu-se. Para ele, teria sido preferível a associação entregar a sede e se instalar num prédio mais modesto, porém continuando com os meios de atuar com independência.

Ainda em 1919, rompendo com a tradição de não tomar partido nas eleições presidenciais, a associação apoiou o candidato oposicionista Rui Barbosa no pleito daquele ano. Durante a campanha o líder baiano pronunciou um discurso na ACRJ que pregava a colaboração de classes, princípio que ganhava terreno entre políticos e legisladores. O apoio a Rui Barbosa, ao que parece, não afetou o relacionamento da associação com o presidente eleito, Epitácio Pessoa (1919-1922), que visitou a sede da entidade em maio de 1920. Ainda no mesmo ano, a associação – cuja sede estava sob hipoteca desde 1905 – saldou sua dívida para com o governo federal.

Os problemas com a sede, contudo, não terminaram aí. Em 1922, o governo federal vetou um projeto de concessão de crédito do Congresso Nacional à ACRJ que previa a garantia hipotecária do prédio da rua 1º de Março, com a faculdade de emitir debêntures e outros títulos. O governo argumentou que a sede já era a garantia hipotecária, desde 1905, do empréstimo feito ao Banco Aliança de Portugal. No mesmo ano, o presidente do Banco do Brasil, José Maria Whitaker, propôs a permuta, entre a ACRJ e o banco, dos seus respectivos edifícios. A proposta acabou sendo aceita, e a associação mudou-se, anos depois, para o antigo edifício do Banco do Brasil, na rua da Alfândega. Antes da mudança e já após oficialmente concluída a troca, a associação instalou-se provisoriamente no Pavilhão de Amostras, construído para a Exposição Internacional do Centenário da Independência, realizada em 1922.

Convidada pelo governo federal, a ACRJ participou em 1923 da criação do Conselho Superior do Comércio e Indústria e do Conselho Nacional do Trabalho. Foi esse

conselho que, a partir de 1925, deu início às discussões para a implementação de leis sobre acidentes de trabalho, férias e aposentadoria.

Em 1926, sob o impacto de uma grave crise industrial, o mercado nacional foi invadido por produtos estrangeiros, sobretudo tecidos provenientes da Inglaterra. Sentindo-se prejudicados, os fabricantes nacionais fizeram constantes apelos para que o governo aumentasse as tarifas. Os proprietários rurais e comerciantes da ACRJ continuaram, porém, firmemente contrários a qualquer medida protecionista, provocando a irritação de um número significativo de industriais que integravam seus quadros e que acabaram se retirando da entidade. A fundação, em 1928, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), já então o principal polo industrial do país, contribuiria para minar o projeto de hegemonia da ACRJ, que se havia expandido com a FACB. Em 1929 a ACRJ tinha 549 sócios individuais e 487 firmas comerciais.

Em maio de 1930, o conde Ernesto Pereira Carneiro, proprietário do *Jornal do Brasil*, foi eleito presidente da ACRJ. Depois da posse, Pereira Carneiro enviou um telegrama ao presidente Washington Luís apoiando Júlio Prestes, candidato situacionista que vencera as eleições presidenciais de março daquele ano.

Durante o mês de outubro, diante da eclosão de um movimento revolucionário liderado pelo candidato derrotado no pleito presidencial, Getúlio Vargas, o governo federal procurou arregimentar combatentes para combater a rebelião, através da convocação de reservistas. A ACRJ, contudo, não atendeu ao pedido de ajuda governamental, apoiando a solicitação de seus associados, sobretudo dos empregados do comércio, no sentido do não se alistarem. Esse posicionamento indispsôs a entidade com o alto comando militar governista.

Com a vitória da Revolução de 1930, a instituição sofreu uma “intervenção branca” por parte do governo revolucionário. Pereira Carneiro renunciou à presidência da associação, sendo acompanhado por quase toda a diretoria. Uma comissão administrativa assumiu interinamente a direção da casa e, em novembro, o gaúcho Serafim Valandro, indicado pelo governo federal, elegeu-se presidente da ACRJ.

NO PERÍODO PÓS-1930

Nas décadas seguintes, a ACEJ continuou participando ativamente da vida política e econômica do país, ora apoiando ora se opondo às iniciativas governamentais. Em 1940, foi inaugurado oficialmente o atual edifício-sede da ACRJ, tendo comparecido à solenidade o presidente Getúlio Vargas, o prefeito do Distrito Federal Henrique Dodsworth, e o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro dom Sebastião Leme. No mesmo ano, pelo Decreto nº 6.348, de 20 de setembro, a entidade foi reconhecida pelo governo federal como órgão técnico e consultivo.

Sua atuação pautou-se pela defesa do liberalismo econômico e pela crítica ao que considerava como excessiva burocracia estatal. Em diversos momentos, a entidade combateu medidas de alcance social, como o aumento de 100% do salário mínimo decretado por Getúlio Vargas em 1954. Na década de 1950,

manifestou-se a favor de um “nacionalismo sadio” em contraposição ao que chamava de “nacionalismo extremado”, dos grupos mais à esquerda do espectro político. Crítica do governo de João Goulart (1961-1964), recebeu bem o golpe militar de 1964 e a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968. Em 1974 apoiou a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, de que resultou o novo Estado do Rio.

Em meados da década de 1980, após o fim do regime militar, a ACRJ envolveu-se ativamente nos debates acerca da reconstitucionalização do país, tendo criticado a legislação social fixada pela nova Carta promulgada em 1988, e o peso do Estado na economia, considerado excessivo. No período da redemocratização, a entidade evitou apoiar explicitamente candidatos nas eleições. Ao mesmo tempo, procurou participar ativamente de questões políticas e sociais, promovendo eventos em sua sede – como o I Seminário Internacional de Meio Ambiente, em 1991, com representantes da ONU e do Banco Mundial, visando a preparar a cidade do Rio de Janeiro para a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente (a Eco-92) – e apoiando iniciativas como a fundação do movimento Viva Rio, em 1993.

Em 1995, em parceria com o governo do Rio de Janeiro, a ACRJ lançou o serviço do “Disque-Denúncia”, que se revelou um instrumento importante no combate ao crime e à ilegalidade. Três anos depois, a associação, juntamente com a Agência de Desenvolvimento Urbano e Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, lançou o primeiro número da *Carta do Rio*, boletim mensal com dados atualizados sobre a situação econômica e social do Rio de Janeiro.

Sergio Lamarão/ Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: BARROS, E. *Associação*; DINIZ, E. *Empresário*; GOMES, A. *Burguesia*; LOBO, E. *História*; LUZ, N. *Luta*; MATHIAS, H. G. *Comércio*; MONTEIRO, F. *Velha Rua*; POPINIGIS, F. *De classes*; Rememorarte. Disponível em: <<http://rememorarte.blog.br/?p=686>>. Acesso em: 1/6/2010); *Revista Assoc.Comerc. Rio de Janeiro* (1976 a 1999); *Rev. Ciência Pol.* (9/78).

ASSUNÇÃO, Joaquim Augusto de

* sen. RS 1913-1915.

Joaquim Augusto de Assunção nasceu em Pelotas (RS) no dia 18 de julho de 1850, filho de Joaquim José de Assunção, o Barão de Jarau, e de Cândida Clara de Assunção.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1872. Após formar-se, iniciou suas atividades profissionais no Rio de Janeiro, então capital do Império, trabalhando no escritório do jurista Silva Nunes.

Regressando a Pelotas, montou seu próprio escritório de advocacia. Em 18 de setembro de 1880 casou-se com Maria Francisca de Mendonça. Ainda durante o Império, filiou-se ao Partido Conservador, em cuja legenda foi eleito vereador à Câmara Municipal de Pelotas em 1887, na qual permaneceu até 1889. Nesse ano foi apresentado pelo partido como candidato a deputado geral (correspondente ao atual deputado federal) nas últimas eleições realizadas durante o regime monárquico no Brasil.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. Neste mesmo dia, foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que, em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana do país, foi eleito para a presidência, tornando-se o primeiro chefe do Executivo da República brasileira.

Nesse novo regime, Joaquim Augusto de Assunção filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado, Venâncio Aires, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Ernesto Alves, Álvaro Chaves, entre outros adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estadual e municipal; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção

da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado. O órgão oficial do PRP era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRP. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois, desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do governo imperial. O PRP seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a instauração da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas em 10 de novembro daquele ano. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Em 1913, após o falecimento do senador Diogo Fortuna, Joaquim Augusto de Assunção foi eleito para uma cadeira no Senado Federal em 22 de dezembro daquele ano, na qual permaneceu até 1915. Durante este período, foram presidentes do Senado Venceslau Brás e Urbano Santos da Costa Araújo. Em 24 de outubro de 1915, Joaquim Augusto de Assunção renunciou ao mandato de senador, por problemas de saúde.

Ainda durante o Império, chegou a ser convidado pelo governo imperial para presidir a província do Paraná, porém recusou o convite. Vale lembrar que no Império as províncias eram governadas por presidentes. Já na Primeira República, o título do chefe do Executivo estadual podia ser governador ou presidente, dependendo do Estado.

Exerceu também, durante o Império, os cargos de juiz municipal em Pelotas e em Rio Grande, ambas no Rio Grande do Sul. Com a proclamação da República, foi convidado por Júlio de Castilhos, presidente da província do Rio Grande do Sul, para ocupar os cargos de juiz da comarca de Porto Alegre e desembargador do Supremo Tribunal Estadual. Posteriormente, foi convidado para exercer o cargo de vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Carlos Barbosa Gonçalves, que governou o Estado de 1908 a 1913, tendo, no entanto, recusado o convite.

Foi ainda um dos fundadores do Banco Pelotense, criado em 1906, e da Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense, fundada em 1908. Além disso, atuou também como presidente do Conselho Municipal de Pelotas, cargo que exercia por ocasião da sua morte.

Faleceu em Pelotas no dia 2 de abril de 1916.

Era casado com Maria Francisca Mendonça Assunção.

A casa onde Joaquim Augusto de Assunção residia com sua família em Pelotas (RS), e que possui destacado valor histórico, artístico e arquitetônico na cidade, foi comprada em 2005 pelo Banco Santander, que decidiu doá-la à Universidade Federal de Pelotas para abrigar o curso de turismo.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CÂM. MUN. PELOTAS. Disponível em: <<http://www.camarapel.rs.gov.br/historia/legislaturas-da-camara-de-vereadores-de-pelotas/>>; FRANCO, S. *Dicionário*; GUTIERREZ, E. et al. *Histórico*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p. 1369/70); OSÓRIO, F. *Cidade*; PASSOS, E. *Mesas*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.

ATAÍDE JÚNIOR, Antônio Borges de

*const. 1891; dep. fed. ES 1891-1896.

Antônio Borges de Ataíde Júnior nasceu na vila de Itapemirim (ES) em 1859. Pertencia a uma família influente de fazendeiros, militares e políticos do vale do Itapemirim.

Formou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, e em 1878-1879 colaborou na *Revista da Sociedade Phoenix Literária* nessa cidade. Integrou-se ao movimento republicano e participou quando tenente, em 1888, da fundação de um clube republicano na vila de Itapemirim, do qual foi presidente. Servindo no Rio de Janeiro, tomou parte no episódio do 15 de novembro de 1889 no Campo de Santana, integrado ao 1º Regimento de Cavalaria, comandado pelo major Sólon Ribeiro.

Em 1890, quando se realizou a reorganização partidária no Espírito Santo, juntamente com seu clube de Itapemirim, participou da tentativa de fundação de um partido republicano que pretendia unificar os clubes e incluir setores dos partidos do Império que aceitassem os princípios republicanos. Contudo, no congresso realizado para tal fim, os republicanos se dividiram. O grupo do clube de Cachoeiro de Itapemirim foi derrotado na luta interna e deixou o partido. Pouco tempo depois, o partido, que ficara enfraquecido, uniu-se a uma corrente vinda do antigo Partido Liberal, liderada por Muniz Freire, e juntos fundaram o Partido Republicano Construtor (PRC). Assim, os republicanos de Cachoeiro e os do município de Itapemirim se separaram. O PRC reunia a maior parte dos políticos atuantes na propaganda do novo regime, e se colocava como o verdadeiro partido republicano do estado, pelo programa que defendia e pelo fato de que seu adversário, a União Republicana Espírito-Santense (URES), incluía em sua cúpula alguns notórios monarquistas e, na campanha para a Constituinte, atacava princípios republicanos como o estado laico, o casamento civil etc.

Em setembro de 1890 Ataíde Júnior foi apresentado pelo PRC como candidato a uma das duas cadeiras de deputado pelo Espírito Santo ao Congresso Constituinte, e o partido, que

governava o estado, elegeu toda a pequena bancada, composta de dois deputados e três senadores. Após a promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, realizou-se a eleição indireta do presidente da República, sendo candidato da situação o marechal Deodoro da Fonseca, e da oposição o republicano histórico paulista Prudente de Moraes. Era forte a oposição ao governo Deodoro no Congresso, mas havia ameaças de golpe militar caso ele não fosse eleito, e a maioria dos oposicionistas recuou. Na bancada do Espírito Santo, Ataíde Júnior foi o único a votar no marechal, a quem era fiel por sua atuação no Exército e na proclamação da República. O restante da bancada votou em Prudente de Moraes. Deodoro foi eleito, e o PRC pagou o preço da audácia: o governador do estado, Henrique Coutinho, presidente do partido, foi deposto, substituído por Antônio Aguirre, um dos republicanos de Cachoeiro, membro da URES. Ataíde Júnior foi solidário com seu partido e procurou impedir a demissão, atuando junto ao governo federal. Consumado o ato, manifestou publicamente sua crítica pela imprensa da capital federal. Ao término de seu mandato em 1893, foi reeleito deputado federal para a legislatura 1894-1896. Nesse último ano, a situação política capixaba já se havia alterado. Surgira uma importante dissidência no PRC, que se uniu à oposição para disputar as eleições realizadas em 1896. A URES se dissolveu, e a maioria de seus membros, juntamente com a dissidência do PRC, aliou-se à oposição ao governo de Prudente de Moraes (1894-1898) para fundar no estado uma seção do Partido Republicano Federal (PRF). Esse partido, criado para dar suporte à eleição e ao governo de Prudente, se dividira, e uma ala de descontentes, na qual se incluíam militaristas, republicanos radicais e jacobinos, fazia acirrada oposição ao governo. Foi a ela que o PRF do Espírito Santo se aliou. Aí, também, havia simples descontentes com o PRC e o com governo estadual e uma minoria de orientação política radical ou jacobina. Ataíde Júnior integrou-se ao PRF e participou das campanhas oposicionistas, atuando principalmente em Itapemirim, mas não ocupou outros cargos eletivos de nível nacional ou estadual.

Faleceu em 1911.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Cachoeirano* (1899); *Comércio do Espírito Santo* (1896-1897, 1900); *Estado do Espírito Santo* (1890-1895; 1901-1904); FREIRE, M. *República*; Literatura digital . Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>>.

AUGUSTO, JOSÉ

*dep. fed. RN 1915-1923; gov. RN 1924-1928; sen. RN 1928-1930; dep. fed. RN 1935-1937; const. 1946; dep. fed. RN 1946-1955; pres. ACRJ 1959-1961.

José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu em Caicó (RN), no sertão de Seridó, região vizinha à Paraíba, em 22 de outubro de 1884, filho de Manuel Augusto Bezerra de Araújo e de Cândida Olindina de Medeiros. Pertencia a uma importante família de políticos, uma das oligarquias de seu estado. Seu avô materno, José Bernardo de Medeiros, chefe político do Seridó por mais de três décadas no fim do Império e início da República, foi várias vezes deputado estadual e senador pelo Rio Grande do Norte. Seu avô paterno, Silvino Bezerra de Araújo Galvão, foi, como o outro, deputado estadual e líder do Partido Republicano Federal (PRF), além de vice-governador do estado entre 1892 e 1896. Seu pai, bacharel e professor em Caicó, foi deputado estadual. Seu tio Juvenal Lamartine de Faria foi vice-governador do estado de 1904 a 1906, deputado federal, senador e governador do Rio Grande do Norte de 1928 a 1930. Seu irmão Silvino Bezerra Neto, desembargador, recusou-se a assumir a interventoria federal no estado após a Revolução de 1930.

Fez os estudos primários em Caicó, com a mãe, em Natal e em Acari (RN), e o curso secundário no Ateneu Norte-Rio-Grandense, em Natal. Cursou em seguida a Faculdade de Direito do Recife entre 1901 e 1905, e foi o orador de sua turma na solenidade de formatura.

Ainda estudante, em 1905, foi nomeado procurador interino da República no Rio Grande do Norte. Recém-formado, montou um escritório de advocacia em Natal. Em 1906, foi nomeado professor de história geral e do Brasil no Ateneu Norte-Rio-Grandense. Transferiu-se no ano seguinte para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e aí foi nomeado inspetor do governo federal junto ao Colégio Abílio. Regressando a Natal em 1908, tornou-se professor de geografia no Ateneu. Em 1909 passou a lecionar também instrução cívica e direito usual, e em 1910 assumiu a direção do estabelecimento e da instrução pública estadual. Nomeado juiz de direito em Caicó em 1911, no ano seguinte foi chefe de Polícia interino do estado. Obteve seu primeiro mandato parlamentar em 1913, quando se elegeu deputado estadual pelo PRF, tornando-se líder da maioria na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Nomeado secretário-geral do estado em 1914, no início do governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920), no ano seguinte foi eleito deputado à Assembleia Constituinte estadual e deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão Permanente de Instrução Pública, que chegou a presidir, e as comissões especiais de Código Civil, Legislação Social e Obras Contra as Secas. Estudioso dos problemas educacionais, apresentou um projeto de reforma do ensino no país, e em 1916 tornou-se membro da Liga Brasileira contra o Analfabetismo. Jornalista desde a juventude, ingressou também na Associação Brasileira de Imprensa em 1917. Em seu estado, colaborou com o *Correio do Seridó*, de Caicó, e no Rio escreveu para o *Diário de Notícias*, *A Manhã* e *O Jornal*.

Reeleito deputado federal em 1918 e em 1921, José Augusto foi primeiro-secretário da Câmara em 1921 e em 1922. Por essa época, participou do episódio das “cartas falsas”

publicadas em outubro de 1921 no *Correio da Manhã* e atribuídas a Artur Bernardes, candidato à presidência da República nas eleições de março de 1922. As cartas, supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, continham referências injuriosas à hierarquia do Exército e acirraram a oposição militar ao candidato mineiro. José Augusto defendeu Bernardes. Amigo do general Agostinho Gomes de Castro – presidente da comissão nomeada pelo Clube Militar para fazer o exame pericial das cartas –, forneceu-lhe uma dúzia de documentos do próprio punho de Bernardes, de modo a tornar evidente a falsificação. Não se sabe até que ponto sua iniciativa pesou nesse sentido, mas em dezembro de 1921 Gomes de Castro demitiu-se da comissão, que lhe parecia manter uma atitude preconcebida contra Bernardes. Este, de toda forma, no ano seguinte venceria as eleições.

Em 1922, José Augusto participou da direção da Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio, e fundou a revista *A Educação*, que dirigiria até 1924. Ocupava a segunda vice-presidência da Câmara em 1923, quando Joaquim Ferreira Chaves quis voltar ao governo do Rio Grande do Norte, sucedendo a Antônio José de Melo e Sousa (1920-1924). Aliado a seu tio Juvenal Lamartine, também deputado federal pelo Rio Grande do Norte, e apoiado por Bernardes, conseguiu frustrar as pretensões de Ferreira Chaves, que já havia sido indicado candidato na convenção do PRF, e elegeu-se ele mesmo para o cargo.

NO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE

José Augusto assumiu o governo de seu estado em 1º de janeiro de 1924. Foi o primeiro governador a traçar um plano de reformas, conhecido como “Reforma José Augusto”. Adotado em junho de 1924, o plano deu nova distribuição aos serviços administrativos estaduais. O ano de 1924 foi marcado também por grandes enchentes no Rio Grande do Norte. O socorro às populações atingidas e as obras de reconstrução necessárias foram custeados exclusivamente pelo Tesouro do estado, obrigado a endividar-se, e por iniciativas particulares, já que o governo federal não teve condições de atender aos pedidos de auxílio.

Durante sua gestão, José Augusto adotou pela primeira vez o voto secreto nas eleições estaduais e municipais. Elevou várias vilas à categoria de cidade, determinou a cobrança do Imposto Territorial, assinou o decreto que colocou em vigor o Código de Processo Penal e criou a Diretoria Geral de Estatística do estado. Construiu ainda edifícios públicos na capital e no interior, abriu estradas, realizou trabalhos de engenharia sanitária e ampliou o número de escolas. Em Natal, criou a Escola Doméstica, estabelecimento de ensino elogiado por seu alto padrão.

Ainda durante seu governo, nos dias 4 e 5 de fevereiro de 1926, a Coluna Prestes invadiu o Rio Grande do Norte, vinda do Ceará, assaltando as atuais cidades de Pau dos Ferros e Luís Gomes para em seguida se internar na Paraíba.

Em 1º de janeiro de 1928, José Augusto foi substituído no governo por Juvenal Lamartine, assumindo a cadeira deste no Senado Federal, onde integrou as comissões de Instrução Pública e de Constituição e Justiça. Em 1929 e 1930 dirigiu, no Rio, a *Revista Brasileira de Educação*. Nesse último ano, foi reeleito senador pelo Rio Grande do Norte mas, com a

dissolução do Congresso imposta pela vitória da Revolução de 1930, perdeu seu mandato.

DA REVOLUÇÃO AO FIM DO ESTADO NOVO (1930-1945)

Hostilizado pelo novo regime como figura da então chamada “República Velha”, incluído na categoria dos “carcomidos”, José Augusto voltou a abrir seu escritório de advocacia no Rio, mas acabou se tornando corretor de seguros e passou a viajar pelo Norte e o Nordeste. Com a abertura de inquéritos pela justiça revolucionária, sua atuação na vida pública foi investigada, mas nada foi apurado contra ele.

Em 1932, conspirou no Nordeste em favor da Revolução Constitucionalista que eclodiu em São Paulo em julho do mesmo ano. Em fevereiro de 1933, fundou o Partido Popular (PP) do Rio Grande do Norte, que em maio seguinte elegeu três dos quatro deputados do estado à Assembleia Nacional Constituinte, para desagrado do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. Contrariando as pretensões de seus correligionários, José Augusto não quis se candidatar à Constituinte para evitar reações do poder central. Em contraposição às doutrinas fascistas e corporativistas que se vinham difundindo no país, afirmava uma postura de liberal democrata. Contrário também à centralização de poderes nas mãos do chefe do governo federal, entre 1932 e 1934 publicou três livros defendendo suas convicções: *A representação profissional nas democracias*, *O anteprojeto de Constituição em face da democracia* e *Por que sou parlamentarista*.

Em outubro de 1934, o PP, em conflito com o interventor federal no Rio Grande do Norte, Mário Câmara, foi derrotado nas eleições parlamentares pela Aliança Social, que congregava o Partido Social Democrático (PSD) do Rio Grande do Norte, fundado pelo próprio Mário Câmara, e o Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte, fundado por João Café Filho. O PP denunciou a ocorrência de fraudes nas eleições, e, após recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram realizadas eleições suplementares, em fevereiro de 1935. Ante a nova derrota do PP, outro recurso foi interposto ao TSE, o qual determinou a realização de nova apuração dos votos. Desta feita, a vitória foi dada ao PP e José Augusto foi eleito deputado federal por seu estado, iniciando o mandato em maio de 1935.

As eleições haviam transcorrido em clima de grande violência, e José Augusto responsabilizou o governo de Mário Câmara pelo assassinio de sete correligionários seus. O candidato do PP ao governo do Rio Grande do Norte, Rafael Fernandes Gurjão, foi eleito pela Assembleia Legislativa do estado em 29 de outubro de 1935 e tomou posse na mesma data. Menos de um mês depois, de 24 a 25 de novembro, foi deposto temporariamente pela revolta comunista de Natal.

Na Câmara dos Deputados, José Augusto foi vice-líder da oposição, e em maio de 1937 discursou como representante de seu partido na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República. Com a instauração do Estado Novo em novembro desse ano, teve o mandato interrompido.

Mais um vez afastado da vida política, José Augusto retornou ao ramo de seguros e dedicou-se a problemas educacionais. Em 1940, tornou-se membro da comissão diretora e presidente da Subcomissão de Legislação Social e do Departamento Cultural da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Presidiu em 1942 o VIII Congresso Brasileiro de

Educação, realizado em Goiânia, e foi eleito presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), cargo que ainda ocupava em 1943, quando foi também eleito vice-presidente do Centro Norte-Rio-Grandense do Rio de Janeiro. Vice-presidente da comissão executiva do Instituto Nacional do Sal desde sua fundação em 1940, em 1945 tornou-se membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

José Augusto integrou a delegação de seu estado ao I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido em São Paulo pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE) em janeiro de 1945. Reunindo personalidades do mundo da cultura, que adotaram uma posição clara em favor das liberdades democráticas, o congresso foi uma das primeiras manifestações do processo de redemocratização do país que culminaria com o fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945. A declaração de princípios aprovada por unanimidade pelos congressistas reivindicava a legalidade democrática, o sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto, e o pleno exercício da soberania popular.

DE VOLTA À POLÍTICA PARTIDÁRIA (1945)

No ocaso do Estado Novo, José Augusto foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Na reunião inaugural do partido, em abril de 1945, foi eleito membro do diretório nacional provisório, composto por 47 pessoas, e da Comissão de Orientação Política. Em agosto seguinte, na reunião que aprovou os estatutos da agremiação, elegeu-se membro da Comissão Executiva da UDN, presidida por Otávio Mangabeira e integrada ainda por João Carlos Machado, Carlos de Lima Cavalcanti, Odilon Braga, Juraci Magalhães, Valdemar Ferreira, Filipe Moreira Lima e Raul Fernandes.

Em seu livro *A campanha da UDN*, Virgílio de Melo Franco, então secretário-geral do partido, conta que foi difícil obter as assinaturas de José Augusto, Juraci Magalhães, Lima Cavalcanti e Valdemar Ferreira para o documento em que os membros da Comissão Executiva se comprometiam com o respeito e a fidelidade aos compromissos democráticos. Em dezembro de 1945, José Augusto se elegeu deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Rio Grande do Norte na legenda da UDN, tendo sido o candidato mais votado de seu estado, com 14.348 votos. Assumindo sua cadeira em fevereiro de 1946, exerceu na Assembleia as funções de vice-líder de seu partido e, promulgada a nova Constituição (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Tornou-se sócio benemérito da ACRJ em 1947. Ocupou a primeira vice-presidência da Câmara de 1948 a 1950 e, nesse último ano, presidiu o Congresso Nacional de Educação, realizado no Rio, sendo mais uma vez eleito presidente da ABE. Reeleito deputado federal no pleito de outubro de 1950, foi reconduzido à primeira vice-presidência da Câmara em 1951, e, na qualidade de parlamentarista histórico, um dos mais antigos do país, foi um dos primeiros signatários da emenda constitucional apresentada por Raul Pilla em 1954 com o objetivo de instituir o sistema parlamentarista de governo no Brasil. Apresentada originalmente em 1949, a emenda foi subscrita por mais de uma centena de parlamentares de vários partidos, mas acabou derrotada em plenário.

Como deputado e senador, José Augusto sempre se ocupou dos problemas da educação no

Brasil e se especializou também nas questões do sal e do algodão. Delegado do Brasil às reuniões da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) realizadas em Paris em 1951 e em 1952, tentou mais uma vez a reeleição em outubro de 1954, sem sucesso. Deixando a Câmara dos Deputados em janeiro de 1955, voltou a trabalhar na iniciativa privada e tornou-se membro do Conselho Nacional de Economia e dos conselhos técnicos da Confederação Rural Brasileira (CRB) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), além de vice-presidente da ACRJ, cargo que ocupou até 1957. Nesse mesmo ano, foi novamente presidente da ABE e integrou a delegação do Brasil à Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Buenos Aires. Presidente do Conselho Nacional de Economia em 1956-1957, tornou-se membro vitalício do conselho superior da Sociedade Nacional de Agricultura em 1958. Em 1959 foi eleito presidente da ACRJ – cargo que exerceria até 1961 –, da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior no Brasil. Vice-presidente do Conselho Nacional de Economia em 1963-1964, pertenceu ao conselho técnico da CNC até 1966.

José Augusto pertenceu a diversas associações brasileiras e estrangeiras, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Federação Nacional das Sociedades de Educação, a Ordem e o Instituto dos Advogados do Brasil e as academias Norte-Rio-Grandense e Carioca de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 28 de maio de 1971.

Era casado com Alice Godói Bezerra de Medeiros, com quem teve cinco filhos.

Além das obras citadas, publicou *Liga de ensino* (1911), *Pela educação nacional* (1918), *Eduquemo-nos* (1922), *Aos homens de bem* (1926), *A representação profissional nas democracias* (1933), *O anteprojeto da Constituição em face da democracia* (1934), *Por que sou parlamentarista* (1936) *Famílias seridoenses* (1940), *O sal e o algodão na economia potiguar* (1946), *Seridó* (1954), *A federação mundial* (1954), *Amaro Cavalcanti* (1956), *O Conselho Nacional de Economia* (1956), *Presidencialismo versus parlamentarismo* (1962) e *O Rio Grande do Norte no Senado da República* (1968).

Mauro Malin

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETULIO VARGAS; BARROS, E. *Associação*; *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1946-1967); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1947-1951, 1951-1955); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CARONE, E. *República velha*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *História da Assembléia*; CAVALCANTI, T. *Cinco*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONF. NAC. COMÉRCIO (20); CONG. BRAS. ESCRITORES I; CONSULT. MAGALHÃES B.; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/37); *Diário do Congresso Nacional*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FRANCO, A. *Escalada*; FRANCO, J. *Campanha*; *Globo* (31/5/71); *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, J. *Como*; LIRA, A. *Senado*; PEREIRA, O. *Que*; *Personalidades*; *Quem é quem no*

Brasil; Rev. Ciência Pol.; SILVA, G. Constituinte; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1945; SILVA, R. Bacharéis.

AVANTI!

Jornal de tendência socialista fundado por imigrantes italianos em São Paulo em 20 de outubro de 1900 e extinto em 1919. O jornal surgiu em um contexto marcado, sobretudo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, pela criação de várias agremiações e jornais que lutavam pela conquista de direitos sociais e políticos e pela cidadania.

Avanti! teve como primeiro diretor o imigrante italiano Alcebíades Bertolotti. Redigido em italiano, tornou-se um dos principais veículos de propaganda das idéias socialistas no período. Segundo Schmidt, em 1902 o jornal tornou-se órgão oficial do Partido Socialista Brasileiro (PSB), então recém-fundado. Entre 1904 e 1905, a convite do PSB, Antonio Piccarolo, também imigrante italiano, passou a dirigir o jornal. Seu sucessor foi Donato Donati, que ficou na direção até 1907. Vincenzo Vacirca assumiu, então, a editoria do jornal, mas em 1908 foi expulso do Brasil, em função da Lei Adolfo Gordo, de 1907, que determinava a expulsão de estrangeiros envolvidos em atividades políticas.

Avanti! teve periodicidade diária, sofrendo interrupção entre 1902 e 1907, quando voltou a ser publicado até 1908. Foi relançado em 1914 com periodicidade semanal. Entre 1916 e 1918 sofreu várias interrupções em função da censura e do estado de sítio decretados pelo governo federal. Segundo Biondi, em 1919, quando a publicação foi retomada novamente, os editores afirmaram que um dos objetivos do jornal era dar apoio às organizações operárias de São Paulo na luta contra a opressão e promover a organização sindical. *Avanti!* foi definitivamente extinto em 1919, mas nessa segunda fase, iniciada em 1914, chegou a sair com tiragem de oito mil cópias.

A longevidade do jornal – se comparada com outros do mesmo gênero, e considerando suas interrupções – evidenciam o quão importante foi o papel dos imigrantes italianos no desenvolvimento e na organização dos grupos políticos e sindicais em São Paulo.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: BIONDI, L. *Associativismo*/ BIONDI, L. *Desenraizados*; LEAL, C. *Anarquismo*; SCHMIDT, B. *Partidos*; SODRÉ, N. *História*.

AVELAR, João Antônio de

*const.1891; dep. fed. MG 1891-1893.

João Antônio de Avelar nasceu no município de Sete Lagoas (MG).

Médico de formação, ingressou no cenário político após a proclamação da República, ao ser eleito para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, foi um dos signatários da Emenda Lauro Müller, de 1890, e da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Exerceu a seguir o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até 31 de dezembro de 1893.

Em dezembro de 1893 assumiu o cargo de delegado em Sete Lagoas, e no ano seguinte foi eleito para a Assembleia Legislativa Estadual. Foi reeleito para as legislaturas posteriores e permaneceu deputado estadual até o ano de 1902. Preocupado em levar melhorias para sua cidade natal, no processo de implantação da ferrovia que ligaria Minas Gerais e Rio de Janeiro, apresentou um estudo minucioso da topografia e da economia de sua região de origem, que convenceu os engenheiros do imperador dom Pedro II a transferir a estrada do Rio das Velhas para Sete Lagoas. Os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil atingiram Sete Lagoas no ano de 1896. Com a chegada da ferrovia, o relativo isolamento da cidade começou a abrandar-se.

Faleceu em Belo Horizonte.

Era casado com Francisca Ferreira Avelar.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CANÊDO, L. *Caminhos*; CANÊDO, L. *Construction*; CANÊDO, L. *Estratégias*; CANÊDO, L. *Groupes*; CANÊDO, L. *Metáforas*; Constituição de 1891. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em 19/4/2010; Delegados de municípios mineiros em novembro de 1893. Disponível em: < <http://cepesle-news.blogspot.com/2008/04/delegados-de-minas-1893.html>>. Acesso em 3/9/2010; Emenda Lauro Muller. Disponível em: < <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>>. Acesso em 14/8/ 2010; A ferrovia em Sete Lagoas. Disponível em: < http://historiaeacao71.blogspot.com/2010_06_01_archive.html>. Acesso em 3/9/2010; Genealogia brasileira. Disponível em: < http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em 13/6/2010; NOGUEIRA, G. *Genealogias*; NOGUEIRA, M. *Construção*; Senadores e deputados de Minas

Gerais. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em 7/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

AVELINO, GEORGINO

*jornalista; dep. fed. RN 1924-1926; interv. RN 1945; const. 1946; sen. RN 1946-1959.

José Georgino Alves e Sousa Avelino nasceu em São José de Angicos (RN) no dia 31 de julho de 1888, filho do jornalista Pedro Celestino da Costa Avelino, fundador dos jornais *A Gazeta do Comércio* e *Diário da Tarde*, e de Maria das Neves Alves de Sousa Avelino.

Fez os estudos primários na Escola Modelo de Natal e seguiu o curso de humanidades no Ateneu Norte-Rio-Grandense, prestando alguns exames finais no Liceu Paraibano. Como seu pai, dedicou-se ao jornalismo, fundando em 1909 o jornal *A Pátria*, em Recife. No ano seguinte, partiu para o território do Acre, onde administrou o departamento do Juruá. Em 1911, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. A partir de 1912, exerceu as funções de adido consular na cidade italiana de Gênova. Ali fez o curso de civilização antiga e arqueologia.

Como jornalista, apoiou a candidatura de Artur Bernardes, vitorioso nas eleições para a presidência da República em 1922. Esse apoio veio a lhe ser útil pouco tempo depois: em 1924, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Norte, graças à pressão do presidente Bernardes, que obteve a inclusão do seu nome na chapa oficial do estado. Participou dos trabalhos parlamentares até 1926.

Após o triunfo da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, foi vetado, assim como João Café Filho e José Augusto Bezerra de Medeiros, para ocupar postos de comando administrativo, por ser considerado pelos chefes militares vitoriosos comprometido como governo deposto do presidente Washington Luís. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, lutou ao lado dos paulistas, participando como voluntário do Batalhão Ferroviário. Prisioneiro das tropas federais em Santos (SP), após a derrota das forças paulistas foi para o Rio, onde retomou a atividade jornalística, escrevendo editoriais para diversos jornais da capital federal.

Reconciliado com Vargas, foi, no Estado Novo (1937-1945), secretário-geral da Universidade do Distrito Federal e diretor de Turismo e Propaganda da prefeitura do Distrito Federal de 1937 a 1941, durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth. Nesse último ano, escreveu uma biografia do duque de Caxias intitulada *Caxias para a juventude*, publicada pela Imprensa Nacional.

Em agosto de 1945, já em pleno processo de desagregação do Estado Novo, foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Norte, sucedendo ao general Antônio Fernandes Dantas. Na manhã de 28 de outubro, passou o cargo ao secretário-geral Deoclécio Dantas Duarte e viajou para o Rio. No dia seguinte Getúlio Vargas foi deposto pelos chefes militares, e o poder passou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares.

As eleições marcadas em maio por Vargas foram mantidas. Em 2 de dezembro, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD), derrotou seu principal adversário, o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), elegendo-se presidente da República. Nesse mesmo dia, Georgino Avelino, um dos articuladores do PSD no Rio Grande do

Norte, elegeu-se senador por esse estado à Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em fevereiro de 1946, foi escolhido primeiro-secretário da Constituinte. Com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, passou a exercer o mandato ordinário. Durante a presidência de Eurico Dutra (1946-1951) foi líder do governo no Senado, e foi também primeiro-secretário da Casa em 1948 e em 1950, chefiando a partir de então por três anos a Comissão de Relações Exteriores. Integrou por duas vezes, em 1952 e 1954, a delegação brasileira à Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Foi reeleito senador pelo PSD do Rio Grande do Norte em outubro de 1954, iniciando seu segundo mandato em fevereiro de 1955. Foi membro da Comissão Executiva do seu partido para assuntos de política federal.

Fundou e dirigiu o *Rio Jornal* com Inácio Azevedo do Amaral e João do Rio, e colaborou na *Gazeta de Notícias* e no *Diário Carioca*. Fundou a Rádio Caboju, em Natal, e foi redator-chefe de *O País*. Foi ainda presidente do Banco Industrial Brasileiro e escrivão do 1º Ofício da 2ª Vara da Fazenda Pública. Além da obra citada, publicou palestras e conferências.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de abril de 1959.

Era casado com Maria Giovana Margherita Astengo Avelino, de nacionalidade italiana, com quem teve cinco filhos.

FONTES: CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *História da Assembléia*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; *Estado de S. Paulo* (4/4/59); *Globo* (4/4/59); *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (4/4/59); LEITE, A. *Páginas*; MACEDO, N. *Aspectos*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SENADO. *Relação*; SILVA, G. *Constituinte*.

AVELINO, José

*const. 1891; dep. fed. CE 1891-1893 e 1898-1902.

José Avelino Gurgel do Amaral nasceu em Aracati (CE) no dia 10 de novembro de 1843, filho do capitão Antônio Gurgel do Amaral e de Maria Joana de Lima Gurgel do Amaral.

Começou os estudos preparatórios em Icó (CE) e em seguida ingressou na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1864. Tornou-se doutor em 1872 defendendo a tese intitulada “A acessão será um modo natural de aquisição”. Foi promotor público em Aquiraz (CE) e secretário da presidência de São Paulo.

Com o advento da República, foi eleito deputado constituinte em setembro de 1890. Tomou posse em novembro seguinte, e após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891 passou a exercer o mandato ordinário. Esteve ao lado do marechal Deodoro da Fonseca quando este fechou o Congresso em 3 de novembro de 1891. Por ter sido um dos signatários do “Manifesto” em favor da medida adotada pelo marechal, com a queda de Deodoro em 23 de novembro, teve que morar por algum tempo na Europa. Voltou a ser eleito em 1898 e exerceu o mandato de maio desse ano a dezembro de 1902.

Escreveu em vários jornais, entre eles *O Progressista*, *Jornal do Ceará* e *O Futuro*, no Ceará, e *Globo*, *Cruzeiro*, *Vanguarda*, *Folha Nova*, *Brasil*, *Diário do Brasil*, *Correio Fluminense*, *Rio de Janeiro*, *Constitucional*, *Diário do Comércio* e *O País*, no Rio de Janeiro. Trabalhou também no teatro como ator e autor. Foi condecorado com as comendas de cavaleiro da Legião de Honra, da França, e cavaleiro da Legião de Santo André, da Rússia.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em julho de 1901.

Publicou *Questões do rio da Prata* (1869); *As aparências iludem* (peça, 1875); *Perfil político e parlamentar do conselheiro Junqueira* (1896), e *História contemporânea* (1899), obra sobre as bodas de prata da princesa Isabel com o conde D’Eu, que, por conta da proclamação da República, foi queimada pelo autor.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: NOBRE, F. *1001 cearenses* (p. 41); STUDART, G. *Dicionário* (V. II, p. 73-76).

AVIDOS, Florentino

*pres. ES 1924-1928; sen. ES 1928-1930.

Florentino Avidos nasceu em São João Marcos, na província do Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1870, filho de Florentino Avidos e de Isabel Avidos. Seu pai, de família portuguesa de parcos recursos, emigrou para o Brasil aos 11 anos de idade ao lado de um comerciante português. Embora envolvido com o comércio, estudou por conta própria, tornando-se um pianista de grande talento. Casou-se com Isabel, jovem que pertencia a família de classe média alta carioca. O casal dedicou-se à vida no campo e adquiriu a fazenda Graciosa, onde Florentino nasceu.

Isabel, que se havia formado em matemática e astronomia pela Sorbonne, em Paris, foi responsável pelos estudos do filho na própria fazenda. Com o objetivo de cursar o ensino superior, Florentino partiu para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde foi aceito na Escola Politécnica e formou-se em engenharia em 1893. Trabalhou como engenheiro ferroviário em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco e estabeleceu-se em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, onde se casou em 1897 com Henriqueta Sousa Monteiro. Na época, seus cunhados Bernardino e Jerônimo Monteiro eram, o primeiro, membro do governo municipal de Cachoeiro, e o segundo, deputado estadual. Os dois irmãos se tornariam os mais poderosos políticos do estado alguns anos depois.

Entre 1902 e 1903, Florentino dirigiu a construção da primeira usina hidrelétrica do Espírito Santo, destinada a fornecer energia a Cachoeiro de Itapemirim. Poucos anos depois, foi encarregado da construção do último trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, adquirida pela Leopoldina Railway, entre Cachoeiro e Matilde, que completava a ligação de Vitória à capital federal. Foi também empresário, com uma torrefação de café em Cachoeiro e uma usina de beneficiamento de arroz em Natividade (MG).

No governo de Nestor Gomes (1920-1924), o Espírito Santo iniciou uma fase de prosperidade que permitiu ao presidente do estado empreender um vasto programa de obras públicas, destacando-se entre elas a remodelação da capital. Com esse fim, Nestor Gomes

criou o Serviço de Melhoramentos de Vitória e entregou sua direção a Florentino Avidos. A reforma urbanística da cidade estava em andamento quando chegou o momento da sucessão, e Nestor Gomes indicou Florentino como seu candidato.

Eleito pelo único partido então existente no estado, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), Avidos tomou posse a 23 de maio de 1924 e iniciou um governo dinâmico, que soube aproveitar a boa fase que o estado vivia. Nomeou seu filho, Moacir, também engenheiro, para o cargo que ocupara no Serviço de Melhoramentos de Vitória, continuou e ampliou o projeto que iniciara e acelerou o ritmo das obras, realizando uma completa transformação da capital. Abriu novas ruas, alargou e pavimentou outras, construiu escadarias e um viaduto, reformou o serviço de esgoto e de abastecimento de água, construiu a rede de drenagem das águas pluviais, ergueu edifícios públicos e dois mercados. Surgiu um novo bairro, Jucutuquara, e foram refeitas as vias de ligação com bairros mais afastados do centro. Completando a urbanização, foi promulgado pela prefeitura um novo código de posturas, fixando normas com preocupações sanitárias e modernizadoras para as edificações.

Em 1924, como resultado de negociações realizadas no governo anterior, a União transferiu para o estado capixaba a execução das obras do porto de Vitória, iniciadas pelo governo federal no início dos anos de 1910, mas interrompidas pouco depois. A administração de Florentino pôde assim retomar os trabalhos, construindo cais e armazéns, que deixou em andamento, e executando a edificação da ponte que leva seu nome, ligando Vitória ao continente e tornando-a acessível ao transporte ferroviário e rodoviário. O governo também abriu ou concluiu diversas rodovias e pontes, entre elas a ponte sobre o rio Doce, em Colatina, um marco na ocupação do norte do estado. O ensino público se expandiu acentuadamente, com a abertura de mais de duzentas novas escolas.

Durante a gestão de Florentino, a política de valorização do café envolveu a ação dos estados produtores, e o Espírito Santo passou a fazer a sua parte: criou um Serviço de Defesa do Café estadual, que se empenhou em melhorar a qualidade do produto e se encarregou de regular a exportação do café capixaba, segundo cotas fixadas em convênio

entre os estados produtores. Essa política beneficiou a cultura do café no estado, em forte expansão, e favoreceu a exportação pelo porto de Vitória, que passou a atrair a maior parte do café do sul capixaba, antes comercializado pelo porto do Rio, o que por sua vez impulsionou a economia da capital e as firmas exportadores de capital local.

Apesar da boa situação financeira do estado, Florentino ainda teve problemas com a dívida externa, acumulada ao longo do tempo, e precisou efetuar exaustivas negociações com os credores. Vendeu a uma empresa americana os serviços de energia elétrica de Vitória e Cachoeiro, bem como outros serviços públicos, e dessa operação obteve recursos para resgatar boa parte da dívida. Recuperou o crédito do Espírito Santo, mas ainda restaram pesados compromissos, que poderiam ser cumpridos se a boa situação econômica persistisse.

Com tantas realizações e sem muito envolvimento com a política partidária, Florentino terminou seu mandato com grande aprovação, e em 30 de junho de 1928 transferiu o governo a Aristeu Borges de Aguiar. No mesmo ano elegeu-se senador, em vaga aberta pela renúncia de Joaquim Teixeira de Mesquita que foi eleito vice-presidente do estado. Seu mandato foi curto, interrompido pela Revolução de 1930. Passou os últimos anos de sua vida no Rio de Janeiro, onde faleceu no dia 28 de fevereiro de 1956.

Do casamento com Henriqueta Monteiro, teve cinco filhos. Sílvio fez carreira política como prefeito de Colatina e deputado estadual, e Moacir foi o principal responsável pelas obras do governo do pai. Viúvo desde 1919, Florentino manteve relação conjugal com Mercedes Leão Soares a partir de seu período de governo. Da união com Mercedes nasceram dois filhos.

A seu respeito, Marien Calixte escreveu *Florentino Avidos: um homem à frente do seu tempo* (1998).

Nara Saletto/ Sílvia Regina Ackermann

FONTES: ALMEIDA, N. *Florentino*; AVIDOS, Florentino. *Mensagem final dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1928*; CALIXTE, M. *Florentino*; DERENZI, L. *Biografia*; *Gazeta* (1928); NOVAES, H. *Memórias*; WANICK, F. *Aristeu*.

AZEREDO, Antônio

*jornalista; const. 1891; dep. fed. MT 1891-1893; sen. MT 1897-1930.

Antônio Francisco de Azeredo nasceu em Cuiabá no dia 22 de agosto de 1861, filho de Ozeias Francisco de Azeredo e de Blandina de Figueiredo Azeredo.

Oriundo de família sem posses, ainda jovem colaborou em jornais de Cuiabá. Iniciou os estudos no Liceu da capital mato-grossense e posteriormente seguiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar. Abandonou, porém, a formação militar, ingressou na Escola Politécnica, e a partir de então vinculou-se definitivamente ao jornalismo. Era republicano e abolicionista.

O início de sua trajetória política coincidiu com a instalação da República. Eleito em 15 de setembro de 1890 deputado constituinte pelo Partido Republicano criado em Mato Grosso por Generoso Ponce, tomou posse quando da instalação do Congresso Nacional Constituinte, em 15 de novembro seguinte, e participou dos trabalhos de elaboração da Constituição de 1891. Após encerrar o mandato em 1893, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1895.

Ao ser eleito senador em 1897, iniciou uma longa permanência no Senado, que se estenderia por três décadas. Durante as crises políticas mais graves ocorridas em Mato Grosso, utilizou-se da tribuna do Senado com o claro objetivo de defender seus correligionários, entre os quais se destacava Generoso Ponce. De modo geral, lançava mão de seu prestígio político, dos periódicos sob seu controle e das relações com o Poder Executivo federal para manter e ampliar sua base política no estado.

Era amigo do líder político gaúcho Pinheiro Machado, com quem fundou em 1910 o Partido Republicano Conservador (PRC). Tornou-se membro da comissão executiva do partido e uma de suas figuras mais importantes. Em Mato Grosso, o partido foi criado em 1911. Nesse mesmo ano o senador Azeredo influenciou decisivamente na eleição para o governo do estado de Joaquim Costa Marques, que também contava com o apoio de Ponce. Com a morte de Joaquim Murtinho em 1911, Antônio Azeredo não tinha rivais em se

tratando de conexões entre o Poder Executivo federal e Mato Grosso. Mesmo levando-se em conta a participação de lideranças locais na conformação do quadro político estadual, sua capacidade de influir na composição das chapas para os cargos eletivos mais importantes era expressiva, e não poucas vezes o jogo político do estado foi decidido na capital federal.

Após o falecimento Pinheiro Machado, com quem mantinha relações muito próximas, Azeredo assumiu a vice-presidência do Senado, entre 1915 e 1930. Em 1915 apoiou a candidatura do general Caetano de Albuquerque ao governo de Mato Grosso. O nome do militar foi apresentado pelo PRC, não deixando chance para a oposição. No entanto, as relações de Caetano de Albuquerque com o PRC dirigido pelo senador Azeredo foram aos poucos se deteriorando, e isso tornou mais difícil sua gestão, considerando que o partido tinha a maioria na Assembleia Legislativa. O problema central residiu na distribuição dos cargos no governo, ou seja, na preterição de nomes sugeridos pelo PRC em favor de oposicionistas pertencentes ao Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG) chefiado por Pedro Celestino. Interferindo diretamente na questão, Antônio Azeredo obteve do presidente Venceslau Brás o acatamento ao pedido de intervenção federal em Mato Grosso, apresentado em 1917.

Antônio Azeredo tipifica exemplarmente o representante político que utilizava com frequência sua capacidade de influir nas questões internas de seu estado agindo a partir do Rio de Janeiro. Não sem razão foi durante a Primeira República o único parlamentar de Mato Grosso a participar do restrito grupo responsável pela discussão e a indicação de possíveis nomes para a presidência da República.

Além de suas atividades no campo político, atuou fortemente na imprensa. Foi fundador da *Gazeta da Tarde* e do jornal *Diário de Notícias*, e responsável pela redação dos dois periódicos. Foi também proprietário do *O Malho* e *A Tribuna*, sendo que desta última foi redator chefe.

Tendo perdido o mandato com a vitória da Revolução de 1930, que dissolveu os órgãos legislativos do país, partiu para o exílio na Europa.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de março de 1936.

Publicou *Voto divergente da Comissão de Constituição e Diplomacia sobre o Tratado de Petrópolis* (1904), *A situação de Mato Grosso* (1916), *Discursos parlamentares* (1925), *Resposta ao senador Epitácio Pessoa sobre a sucessão presidencial e nomeação de juiz seccional de Mato Grosso* (1926) e *Invasão paraguaia em Mato Grosso*.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CASTRO, A.; CASTAGNINO, A. *Senado*; FANAIA, J. *Elites*; PÓVOAS, N. *Galeria*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; VISCARDI, C. *Teatro*.

AZEVEDO SOBRINHO, Álvares de

* dep. fed. RJ 1905.

Manuel Antônio Álvares de Azevedo Sobrinho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1870.

Sobrinho do escritor Álvares de Azevedo, desde muito jovem começou a se exercitar como poeta, teatrólogo e jornalista. Foi redator-chefe do jornal *A República*, no município fluminense de Campos, e de 1889 a 1892 colaborou nos periódicos *O País*, *Novidades* e *Cidade do Rio*. Em 1897 participou da redação da *Gazeta da Tarde*, no Rio de Janeiro. Foi ainda redator-secretário do jornal carioca *A Notícia* e colaborou em *O Dia*. Na cidade de Niterói fundou *A Capital*.

No início de 1905, último ano da legislatura 1903-1905, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e em maio tomou posse na Câmara dos Deputados. Cumpriu curto mandato eletivo, durante o qual atuou como redator dos debates da casa e foi oficial de secretaria no Senado Federal. Faleceu em Niterói em 9 de julho de 1905.

Publicou as obras literárias *Revista de costumes da terra da goiabada* (1896), *Versos a um pai* (1897), *O novo governo da República*, *Vigília das armas* e *Boas festas*.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2 p. 145); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 180); Literatura Digital. Disponível em: < <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>>. Acesso em: 22/1/2011.

AZEVEDO, Agripino

*dep. fed. MA 1906-1926.

Agripino Azevedo nasceu no dia 16 de março de 1864, filho de Antônio Mariano de Azevedo e de Joaquina Rosa da Silva Azevedo.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885 e advogou em São Luís e no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Dedicou grande parte de sua atividade profissional à docência: na Escola Normal do Maranhão foi professor de pedagogia e instrução moral e cívica, e no Liceu Maranhense ministrou lógica e história da filosofia. Também lecionou no Curso Comercial do Maranhão, onde regeu a cadeira de noções de direito comercial, e na Faculdade de Direito de São Luís.

Iniciou sua vida política ainda no Império, quando fez parte dos quadros do Partido Liberal, defendeu a causa abolicionista e foi um dos fundadores do Clube Abolicionista do Maranhão, em 1886. Em 1887 foi eleito deputado provincial no Maranhão para o biênio 1888-1889. Com a proclamação da República, elegeu-se deputado estadual e fez parte da primeira Assembleia Constituinte maranhense. Foi também eleito segundo-vice-presidente do estado no governo de Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque. Chegou a exercer o governo por um dia, em 18 de dezembro de 1891, diante da impossibilidade de o primeiro-vice-presidente Carlos Emílio de Andrade Peixoto assumi-lo. Redator do jornal *A Pacotilha*, em 1900 fundou com Joaquim Pinto de Sá o *Jornal da Manhã*.

Em março de 1906 foi eleito deputado federal pelo Maranhão e em maio seguinte ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sucessivamente reeleito, permaneceu na Câmara até o ano de 1926. Durante esse período fez parte das comissões de Diplomacia e Tratados e de Finanças, tendo sido nesta última relator do orçamento da Marinha.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Grande encic. Delta*; MARQUES, C. *Dicionário*.

AZEVEDO, Álvaro Gomes da Rocha

* pref. SP 1919-1920.

Álvaro Gomes da Rocha Azevedo nasceu em Campanha (MG) no dia 26 de janeiro de 1864, filho de João Fernandes Gomes da Rocha Azevedo Vilas Boas e Antas da Silva Soares e de Inácia Júlia Midões Ribeiro de Resende. Ela era portuguesa, natural da cidade do Porto, e ele, filho da tradicional família Vilas Boas, do sul de Minas Gerais. Seu avô era João Bernardo Gomes da Rocha Azevedo Vilas Boas, casado com a irmã de João Sampaio, juiz de paz e político brasileiro; era portanto concunhado de Carlota Sampaio, filha de Prudente de Moraes, que foi presidente da República de 1894 a 1898.

Após passar a infância em sua terra natal e lá mesmo iniciar-se nas primeiras letras, estudou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e formou-se em 1888, aos 24 anos de idade. Completados os estudos, foi juiz de direito da comarca de Caconde (SP), de 11 de outubro de 1892 a 18 de março de 1893. A comarca existia desde 1877, mas foi o primeiro juiz a residir na localidade. Até então, os juízes de Caconde residiam em Mococa (SP) e eram hospedados na cidade para as sessões do júri, custeados pela Câmara Municipal.

De volta à capital paulista, foi vereador na Câmara Municipal de São Paulo de 1899 a 1911 e vice-prefeito durante a gestão de Washington Luís, de 1917 a 1919. Assumiu a prefeitura em 16 de agosto de 1919, após a saída de Washington Luís, que iria concorrer à presidência do estado de São Paulo. Permaneceu no cargo até o fim do período, em 15 de janeiro de 1920, quando foi substituído por Firmiano de Moraes Pinto. Com a vitória de Washington Luís, foi nomeado secretário da Fazenda e do Tesouro do estado, cargo que exerceu até 1924. Como representante da secretaria, foi à inauguração da Bolsa Oficial do Café, em Santos, cuja primeira sessão se realizou em 7 de setembro de 1922. Foi ainda ministro do Tribunal de Contas de São Paulo, nomeado por decreto de 8 de abril de 1924.

Faleceu na cidade de São Paulo em 30 de outubro de 1942.

Liliane Correa

FONTES: COMARCA DE CACONDE. Memória de Caconde. Disponível em <<http://www.imaculada.org/memorias/31%20Mem%C3%B3ria%20de%20Caconde.pdf>> .Acesso em 3/4/2010, 10:25; FERREIRA, A. *Curiosidades* ; GENEALL. Álvaro Gomes da Rocha Azevedo. Disponível em <http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=1121964>.Acesso em 1/4/2010, 10:40; *Genealogia das famílias*; LOVE, J.; BARICKMAN, B. *Elites*; SOUZA, V. *Athenas*

; Iprem-SP celebra 100 anos. Disponível em <
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/iprem/noticias/?p=6817>
> .Acesso em 3/4/2010, 09:20; TRIB. CONT. SP. Histórico, legislação histórica
estadual: Primeira República. Disponível em: <
<http://www.tce.sp.gov.br/instituicao/sobre/historico.shtm>> Acesso em: 13/4/2010,
11:23.

AZEVEDO, Arnolfo

*dep. fed. SP 1903-1926; sen. SP 1927-1930.

Arnolfo Rodrigues de Azevedo nasceu em Lorena (SP) no dia 11 de novembro de 1868, filho do Antônio Rodrigues de Azevedo e de Eulália Moreira de Castro Lima, barões de Santa Eulália. Seu pai foi deputado provincial e vice-presidente da província de São Paulo durante o Império. Sua mãe era filha da viscondessa de Castro Lima.

Fez os estudos primários em sua cidade natal, cursou o secundário em regime de internato no Colégio Moretzsohn, na capital paulista, e em 1884 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, para cursar os preparatórios no Colégio Menezes Vieira e prestar exames perante o Colégio Dom Pedro II. Em março de 1887, foi matriculado pelo pai na Faculdade de Direito de São Paulo. Em janeiro de 1889, com o falecimento do pai, sendo o único filho homem, viu-se obrigado a assumir a direção da família. Formou-se em ciências jurídicas e sociais em 1891.

Casado, retornou a Lorena com a ideia de abrir um escritório de advocacia. Filiou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP) e foi convidado a candidatar-se a deputado estadual, mas recusou o convite. Em 1892 foi nomeado promotor público em sua cidade, mas renunciou apenas quatro meses depois. Em 30 de agosto foi eleito vereador e em seguida presidente da Câmara Municipal de Lorena. Em novembro seguinte promulgou o Código Municipal, por ele elaborado. Por decreto de julho de 1893, foi nomeado pelo presidente Floriano Peixoto coronel comandante superior da Guarda Nacional.

Por decisão dos integrantes comissão diretora do PRP, seu nome foi incluído na chapa de candidatos a deputado estadual no pleito de 1º de dezembro de 1894. Eleito, tomou posse em 7 de abril de 1895 e, na legislatura 1895-1897, foi presidente da Comissão de Estatística, Minas e Terras Devolutas, e membro da Comissão de Fazenda. Em 1º de dezembro de 1897 foi reeleito para o período 1898-1900 e escolhido primeiro-secretário da mesa diretora da Câmara Estadual. Em 10 de abril de 1899, quando o deputado Luís Piza teve sua reeleição para a presidência do Legislativo paulista vetada e renunciou ao mandato, solidarizou-se com este, assim como o deputado Plínio de Godói, renunciando também. Deixou igualmente o mandato de vereador, a presidência da Câmara Municipal de Lorena e o diretório do PRP da cidade, do qual era presidente desde 1892. Afastou-se assim da vida pública, transformando-se em agricultor e passando a administrar a fazenda da Conceição da Boa Vista, que havia recebido de herança. Em dezembro de 1901 retornou à política, sendo eleito novamente vereador à Câmara Municipal de Lorena, e, em janeiro de 1902, presidente da casa.

DEPUTADO FEDERAL

Em 18 de fevereiro de 1903 foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1903-1905, assumindo o mandato em 3 de maio seguinte no Rio de Janeiro, então capital federal. Iniciou então um longo período na Câmara dos Deputados, à qual seria reconduzido em sete eleições sucessivas e na qual permaneceria até dezembro de 1926. Já na primeira legislatura de que participou, em setembro de 1905 apresentou um substitutivo ao projeto de lei referente aos Impostos Interestaduais, que seria aprovado e transformado em lei, sancionada pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906). No início da legislatura 1906-1908 foi escolhido por seus colegas primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados. Em 1906, o Executivo apresentou um projeto de lei dispendo sobre a

criação do Ministério da Agricultura. Pela força econômica do estado de São Paulo, estava acertado que o futuro ministro seria um paulista. Três nomes foram cogitados para o posto: Arnolfo Azevedo, Luís Piza e Rodolfo Miranda. A escolha acabaria por recair em Cândido Rodrigues, que seria nomeado para o cargo por Nilo Peçanha (1909-1910).

Em 1907, Arnolfo Azevedo organizou a firma Azevedo & Suplicy, em sociedade com seu cunhado Luís Suplicy, para melhor administrar a área da fazenda, com uma vasta plantação de arroz. Apesar do investimento na aquisição de máquinas e animais, o empreendimento não trouxe a compensação esperada.

Na legislatura 1909-1911, seis dias após tomar posse em 3 de maio, foi reeleito primeiro vice-presidente da Câmara. Apoiou desde o início a Campanha Civilista de Rui Barbosa para a presidência da República, afinal derrotada por Hermes da Fonseca (1910-1914). Em 23 de dezembro de 1910 apresentou projeto de lei que criava o Conselho Federal da República, com o fim de deliberar, mediante consulta dos poderes públicos, sobre assuntos políticos e administrativos – o órgão seria implementado, com algumas alterações, somente com a Constituição de 1988, como Conselho da República, e regulamentado pela Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990.

Iniciada a legislatura 1912-1914, apesar de fazer parte do grupo contrário ao governo de Hermes da Fonseca, foi escolhido membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Como tal, divergiu de público da maioria governamental quando Hermes da Fonseca mandou mensagem ao Congresso Nacional sobre o estado de sítio no Distrito Federal, nas cidades de Niterói e Petrópolis (RJ), além do estado do Ceará, decretado em 4 de março de 1914 e prorrogado no dia 30 de abril, durante o recesso parlamentar. Outra discordância ocorreu em junho de 1914, quando foi formulado por Hermes da Fonseca o pedido de intervenção federal no Ceará. Em seu voto vencido, pôs em dúvida a legalidade do ato do presidente da República. Da mesma forma, manifestou-se contra a intervenção no estado do Rio de Janeiro, discutida entre outubro de 1914 e fevereiro de 1915.

Na legislatura 1915-1917 foi novamente eleito para a CCJ. No mês de setembro de 1915, apresentou projeto de lei sobre a mobilização do crédito hipotecário rural, que acabou não sendo aprovado. A partir de junho de 1916, participou da discussão sobre a situação no Espírito Santo, que vivia uma dualidade de governos. Na discussão sobre a organização político-administrativa do então Distrito Federal, opôs-se ao deputado Afrânio de Melo Franco, defendendo a eleição direta dos membros do Conselho Municipal. Diante da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em 26 de outubro de 1917, apoiou o presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), que entendeu que deveria decretar o estado de sítio para melhor salvaguardar as instituições e a ordem pública. Em sua opinião, não deveria haver limitações ao estado de sítio nem quanto à área, nem quanto ao prazo, mas o Congresso Nacional entendeu que se deveria limitar a medida. Conforme proposto no Senado por Rui Barbosa, em 17 de novembro foi decretado o estado de sítio no então Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, regiões onde se localizavam as colônias alemãs no país. O estado de sítio seria prorrogado por mais duas vezes, até 31 de dezembro de 1918.

Permaneceu na CCJ na legislatura 1918-1920, e em março de 1919 teve seu nome cogitado para a sucessão de Altino Arantes no governo de São Paulo. Afinal foi indicado Washington Luís, prefeito da capital paulista. Também nesse ano, após vários problemas de ordem política em sua cidade, resolveu vender sua fazenda em Lorena e transferir sua residência e toda a família para o Rio de Janeiro.

Logo no início da legislatura 1921-1923, em 16 de maio, foi eleito presidente da Câmara

dos Deputados. O mesmo ocorreria nos dois anos seguintes. Conforme seu discurso posse, seu programa consistia na elaboração das leis e do Orçamento da União, sem atropelos, e com um acurado exame das despesas a serem realizadas. Na preparação da sucessão de Epiácio Pessoa na presidência da República (1919-1922), foi um dos organizadores da convenção nacional realizada em 8 de junho de 1921, que indicou Artur Bernardes para presidente e Urbano dos Santos, presidente do Maranhão, para vice.

Após a eleição de Artur Bernardes em março de 1922, diante da crescente agitação nos meios políticos e militares, Epiácio Pessoa convocou uma reunião reservada com a cúpula da política nacional no palácio do Catete. Participaram do encontro, na noite de 1º de maio, três senadores e três deputados – entre eles Arnolfo Azevedo –, e os ministros da Guerra e da Marinha. Epiácio declarou que garantiria a posse de Artur Bernardes, mas receava que este não pudesse se manter no poder por mais de 48 horas. Admitia assim, como solução para a grave crise político-militar, a renúncia de Bernardes. Os dois ministros e dois senadores apoiaram a hipótese da renúncia, enquanto o senador Raul Soares e os deputados Melo Franco, Bueno Brandão e Arnolfo Azevedo foram contra. O presidente deliberou que fossem consultados o próprio Bernardes e Washington Luís, presidente de São Paulo. A incumbência de entrar em contato com Washington Luís coube a Arnolfo Azevedo.

Washington Luís apoiou a posse de Bernardes, que transcorreria, como previsto, em 15 de novembro.

Em 19 de junho de 1922, participou da cerimônia de lançamento da pedra fundamental do novo prédio da Câmara dos Deputados, que receberia nome de palácio Tiradentes e cuja construção acompanharia. Também durante toda a legislatura 1924-1926 presidiu a Câmara dos Deputados. Pouco tempo depois da posse de Carlos de Campos no governo de São Paulo, irrompeu na capital paulista a revolta tenentista de 5 de julho de 1924. Para a defesa do governo constituído foram formados batalhões patrióticos em diversas cidades do interior do estado, e os de Lorena, Cachoeira Paulista e Aparecida receberam o nome de Arnolfo Azevedo. Em 1925, a vagar a presidência do Centro Paulista, no Rio de Janeiro, em decorrência da morte do senador Alfredo Ellis, foi escolhido para substituí-lo. Em 1926, participou da inauguração do palácio Tiradentes.

SENADOR

Quando da eleição de Washington Luís para a presidência da República em março de 1926, ficou acertado que a presidência da Câmara passaria para um deputado pernambucano, e que Arnolfo Azevedo seria deslocado para o Senado Federal, na vaga deixada pelo próprio Washington Luís. Em 31 de dezembro de 1926, após 24 anos como deputado federal e seis como presidente da Câmara, Arnolfo Azevedo concluiu assim seu último mandato na casa. Eleito senador em 24 de fevereiro de 1927, tomou posse em 22 de abril.

Em 5 de maio de 1928, foi um dos convidados do presidente da República para a participar das solenidades de inauguração da rodovia Rio – São Paulo. Também em 1928 tornou-se membro substituto da Comissão de Finanças do Senado, e logo depois foi eleito seu presidente em virtude do falecimento do titular, senador Bueno de Paiva.

Para as eleições presidenciais de 1º de março de 1930, apoiou a candidatura de Júlio Prestes, afinal vitoriosa. Na madrugada de 3 de outubro de 1930, foi surpreendido com a notícia da eclosão da Revolução de 1930 nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. O governo tentou agir e, após a aprovação do Congresso Nacional, com o voto favorável de Arnolfo Azevedo, decretou o estado de sítio. No dia 24 de outubro, porém, Washington Luís foi deposto e levado preso para o forte de Copacabana. Embora a

princípio se recusasse a deixar sua moradia, após ser alertado por Raimundo Barbosa Lima, revolucionário e amigo da família, de que poderia ser preso, Arnolfo Azevedo buscou refúgio na embaixada de Portugal em companhia da esposa e duas filhas. Lá permaneceu até o dia 12 de novembro, quando o embaixador português lhe conseguiu um salvo conduto para livre trânsito em todo o país, o que lhe permitiu voltar para casa.

Em 1934 resolveu deixar o Rio de Janeiro e retornar a Lorena, indo morar no Solar dos Azevedos, que pertencera a seus pais. Passou então a se dedicar à poesia, publicando sob pseudônimo em um jornal local. Faleceu em Lorena em 14 de janeiro de 1942.

Foi casado em primeiras núpcias com Dulce Lina da Gama Cochrane, com quem teve 13 filhos. Viúvo, casou-se com Zaíra da Gama Cochrane, sua cunhada. Seu filho Aroldo de Azevedo, geógrafo e geomorfólogo, foi catedrático de geografia da Universidade de São Paulo e autor de livros adotados em escolas brasileiras.

Publicou os trabalhos *Impostos interestaduais*, *Árvores genealógicas do capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro e Ana Maria Pereira* e *Trabalhos parlamentares*.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AZEVEDO, A. *Arnolfo*; ABRANCHES, J. *Governos* ; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo; Correio Paulistano* (15/1/1942; *Folha da manhã* (15 /1/1942); *Livro do Centenário*; PRES. REP. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder*; SENADO. *Dados biográficos*.

AZEVEDO, Ciro

*diplomata; pres. SE 1926-1927.

Ciro Franklin de Azevedo nasceu em Aracaju no dia 16 de abril de 1858, filho de Domingos José da Silva Azevedo e de Maria Isabel de Azevedo.

Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e, como acadêmico, participou da imprensa estudantil colaborando nos jornais *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico de São Paulo, em 1880, e *O Americano*, do qual era proprietário e redator, ao lado de Manuel Álvaro de Sousa e Sá Viana, em 1881. Concluiu o bacharelado em 1882 e, pouco depois de formado, atuou como promotor público da comarca de Rio Bonito, na província do Rio de Janeiro, passando em seguida a delegado de polícia na Corte Imperial.

Entrou para o corpo de funcionários do Ministério das Relações Exteriores em janeiro de 1890, como enviado extraordinário e, em seguida, ministro plenipotenciário no Chile. Por decreto de 6 de março do mesmo ano foi removido para o Peru. Em sua extensa carreira diplomática representou o governo brasileiro na Espanha, Argentina, Uruguai, México, Áustria e Alemanha.

Após as revoltas que eclodiram no governo de Maurício Gracho Cardoso em Sergipe (1922-1926), lideradas por Augusto Maynard Gomes e outros jovens oficiais do Exército, chegou o momento de escolher o novo presidente do estado. A indicação oficial do nome do ex-governador José Joaquim Pereira Lobo, ao suscitar protestos na imprensa, levou o presidente Artur Bernardes a intervir na questão e procurar um nome distante da turbulenta política sergipana da época. Surgiu assim a indicação, pelo presidente da República, do nome de Ciro Franklin de Azevedo, então com 68 anos de idade e afastado havia décadas de seu estado de origem. Vitorioso nas urnas, Ciro tomou posse em 6 de novembro de 1926, mas sua passagem pelo governo de Sergipe foi abreviada pelo debilitado estado de saúde em que se encontrava, que o levou a se afastar de suas funções. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 16 de janeiro de 1927 teve como sucessor Manuel Correia Dantas.

Patrono da cadeira número 23 da Academia Sergipana da Letras, escreveu *Estudos sociais e*

literários (1880), *Um ano de imprensa* (1887), *Propaganda republicana* (1889), *Alma enferma* (1904), *Conferências sobre literatura brasileira* (1918), *Conferências em Buenos Aires* (1918).

Sérgio Montalvão

FONTES: DANTAS, J. *História*; DANTAS, J. *Tenentismo*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

AZEVEDO, Costa

* dep. fed. RJ 1894-1896.

José Batista da Costa Azevedo nasceu em Itaperuna, na antiga província do Rio de Janeiro, em 1857, filho de João Batista Azevedo e de Maria da Costa Brito. Seu pai era comerciante, acionista da Cia. de Navegação São João da Barra/Campos, e tenente da Guarda Nacional. Sua mãe era professora.

Formou-se na Faculdade de Medicina da capital do Império, passando a clinicar em Itaperuna. Logo tornou-se figura de grande influência na região do alto Muriaé, divisa entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Republicano histórico, fundou e tornou-se chefe político do Partido Republicano em Itaperuna.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, foram dissolvidas todas as Câmaras Municipais, passando os municípios a ser regidos por uma intendência municipal cujos membros eram nomeados pelo governo do estado, sendo um deles eleito presidente por seus pares. Em Itaperuna, Costa Azevedo foi nomeado intendente e, em seguida, escolhido presidente da intendência. Contudo, permaneceu pouco tempo no cargo. Discordando dos rumos que o presidente do estado, Francisco Portela (1889-1891), dava à política estadual, rompeu com o governo, exonerou-se e passou a chefiar a oposição. Com a deposição de Portela, após a renúncia do então presidente da República marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e a subida ao poder do vice-presidente marechal Floriano Peixoto (1891-1894), Costa Azevedo novamente assumiu a chefia municipal.

Em 1894, elegeu-se deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Na Câmara, foi membro da Comissão de Saúde e Instrução Pública nos anos de 1894 e 1895, destacando-se nos debates sobre a reforma do ensino secundário. Em 1895 assumiu a segunda vice-presidência da casa e, no ano seguinte, foi escolhido primeiro vice-presidente.

Faleceu em 30 de agosto de 1896, no exercício do mandato.

Foi casado com Cândida da Costa Azevedo, de cujo enlace, entre outros filhos, nasceu

Maria Amélia de Azevedo, que contraiu matrimônio com Daltro Santos, catedrático de ensino normal no Rio de Janeiro.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, p.561-562); Carlos A A de Sá – Blog Literário. Deputados Sanjoanenses. Disponível em: <<http://carlosaadesa.wordpress.com/aspectos-culturais-sanjoanenses/parte-iv/>>.

Acesso em: 19/2/ 2011; CÂM. DEP. *Anais; Fluminense* (1/9/1896, p. 2); HENRIQUES, M. *Terra; Itaperuna*. Disponível em <www.itaperunaonline.com.br/portal/default.asp?modulos=personalidadeshistoricas&p=002>. Acesso em: 19/2/2011; *Jornal do Brasil* (31/8/1896, p. 4); *Jornal do Comércio* (31/8/1896, p. 2 e 7).

AZEVEDO, Francisco Bressane

*dep. fed. MG 1906-1920.

Francisco Bressane Azevedo nasceu na antiga freguesia de São Gonçalo de Campanha, atual São Gonçalo do Sapucaí (MG).

Fez os estudos primários em sua terra natal e posteriormente mudou-se para Portugal, onde estudou humanidades e doutorou-se em ciências jurídicas.

Iniciou-se na política na década de 1890 ao ser eleito vereador em São Gonçalo do Sapucaí, onde também foi presidente da Câmara e agente municipal. Em 1895 foi eleito deputado estadual, com mandato até 1898. Fez parte da Comissão de Instrução Pública, que compreendia a escola como instituição voltada para a preparação para a vida pública e privada. Nesse sentido, o conteúdo ministrado deveria estar voltado para os conhecimentos científicos e humanísticos com vistas à formação do trabalhador e do cidadão. A comissão propunha a conciliação e o mesmo tratamento, nos programas escolares, da ciência e da literatura, ensinadas de maneira a despertar o gosto do aluno pelos estudos.

Em setembro de 1902 foi nomeado pelo então presidente de Minas Gerais, Francisco Sales, prefeito de Belo Horizonte. Na prefeitura, conduziu a reforma do espaço interno da Biblioteca Municipal e sua transferência para aquele que seria seu edifício definitivo, enfrentou epidemias de sarampo, varíola e gripe, e construiu a represa do córrego Acaba Mundo. Permaneceu no cargo até outubro de 1905.

Em março de 1906 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito sucessivamente em 1909, 1912, 1915 e 1918, permanecendo na Câmara até dezembro de 1920.

Durante o período em que Benjamin Franklin Silviano Brandão esteve à frente da prefeitura de Belo Horizonte (1909-1910), exerceu a função de oficial de gabinete do prefeito concomitantemente com a de deputado federal. Também nesse período dirigiu a Imprensa Oficial, fundou o jornal diário *A Capital* e foi membro da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM). Foi ainda inspetor das Escolas Normais do Estado de Minas Gerais durante o governo de Fernando de Melo Viana (1924-1926).

Faleceu no dia 6 de novembro de 1927.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: BARBOSA, W. *História*; BENJAMIM, F. *Silviano*; BIOG. Francisco Bressane Azevedo. Disponível em: <

<http://www.dicion%C3%A1rio/Francisco%20Bressane%20AZEVEDO/comunidade.do.htm>>. Acesso em 10/8/2010; CÂM. DEP. Deputados brasileiros; COSTA, J. *Toponímia*; Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: <www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>. Acesso em 7/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de

*militar; gov. PI 1889-1890; gov. AM 1891-1892.

Gregório Taumaturgo de Azevedo nasceu em Barras (PI) no dia 17 de novembro de 1853, filho de Manuel de Azevedo Moreira de Carvalho e de Angélica Florinda Moreira de Carvalho.

Sentou praça no Exército aos 15 anos de idade, como segundo cadete do 1º Regimento de Cavalaria. Em 1870 ingressou na Escola Militar, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1874 tornou-se alferes. Ao concluir o curso de engenharia militar, passou a servir nas fortalezas de Santa Cruz, da Laje e de São João. Em 1879 foi nomeado secretário da Comissão de Limites do Brasil com a Venezuela, chefiada pelo barão de Parima. Em 1883 voltou ao Rio de Janeiro e foi condecorado pelos governos do Brasil e da Venezuela. Já no posto de capitão de engenheiros serviu no Arquivo Militar, onde iniciou a confecção da Carta Geral das Fronteiras do Brasil. Em 1884 foi para o Amazonas como comandante-geral das fronteiras e inspetor de secas e fortificações. Algum tempo depois, foi enviado a Pernambuco como engenheiro da estrada de ferro entre Recife e Olinda e perito do prolongamento que ligava a capital à cidade de Petrolina. Nesse período ingressou na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se formou em 1889. Ainda durante o Império filiou-se ao Partido Liberal.

Com a proclamação da República (15/11/1889), foi enviado ao Piauí pelo governo provisório da União, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, a fim de assumir o governo local em substituição à junta formada pelo capitão Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento, alferes João de Deus Moreira de Carvalho, Teodoro Alves Pacheco, tenente-coronel Joaquim Dias de Santana, cônego Tomás de Moraes Rego, e João da Cruz e Santos, barão de Uruçuí. Exerceu o governo do Piauí entre 26 de dezembro de 1889 e 4 de junho de 1890, quando foi substituído pelo vice-governador Joaquim Nogueira Paranaguá. Sua administração foi marcada por reformas financeiras, por reformas no ensino primário e secundário, pela criação de mesas de orçamento e de conselhos de intendência municipal, e pela elevação de várias vilas a cidades.

Em 27 de junho de 1891, logo após a promulgação da Constituição do Amazonas pelo Congresso Constituinte estadual, foi eleito governador desse estado, por desígnio do governo central, tendo como vice-governador Guilherme José Moreira, barão de Juruá. Como se encontrava fora do estado, três dias depois o vice Guilherme Moreira recebeu o governo das mãos do interventor Antônio Gomes Pimentel, a fim de aguardar sua chegada. Tomou posse em 1º de setembro de 1891 e no período seguinte teve problemas com o governo federal – que em 23 de novembro de 1891 mudou de mãos, com a renúncia de

Deodoro e a posse de Floriano Peixoto – e com políticos locais. Em janeiro de 1892 chegou a ser formada uma junta governativa com a intenção de afastá-lo, mas conseguiu reagir e decretar o estado de sítio por 30 dias. Foi afinal intimado a deixar o cargo no dia 26 de fevereiro, por ordem do poder central, passando o governo no dia seguinte a José Inácio Borges Machado.

Acusado de conspirar contra Floriano Peixoto, esteve preso na Fortaleza de São Joaquim do Rio Branco. Em 1895 foi anistiado e nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) chefe da Comissão de Limites com a Bolívia. Durante esse trabalho teve atritos com o general Dionísio Cerqueira e demitiu-se em 1897. Em 1904 foi nomeado prefeito de Alto Juruá (AC) e enfrentou conflitos com peruanos que invadiram a fronteira brasileira.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e também dos institutos histórico e geográfico do Ceará, Bahia, Paraíba e Piauí (efetivo), Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina (honorário). Além de sócio correspondente da Real Academia Hispano-Americana de Ciências e Artes de Cadiz, Espanha, foi sócio de outras entidades: da Associação de Imprensa de Santiago do Chile, da Associação de Advogados de Lisboa e da Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris. Fundou a cidade de Cruzeiro do Sul (AC) e a Cruz Vermelha do Brasil. Recebeu os títulos de cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e de comendador das ordens da Rosa e do Cristo, além da Medalha de Ouro do Serviço Militar. Foi condecorado com a medalha de 4ª classe do busto de Simon Bolívar e com a Grande Placa de Honra e Mérito da Cruz Vermelha.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 29 de agosto de 1921.

Publicou *Representação ao Poder Legislativo contra o ex-ministro da Guerra, Joaquim Delfino Ribeiro da Cruz* (1888), *Discurso na ocasião da pedra fundamental do novo prédio da Faculdade do Recife* (1889), *Mensagem ao comércio amazonense* (1891), *O Acre e Limites do Brasil*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CHAVES, J. *Apontamentos*; GONÇALVES, W. *Grande dicionário*; REGO NETO, H. *Fatos*.

AZEVEDO, GWYER DE

*militar; rev. 1924; rev. 1930; const. 1934.

Asdrúbal Gwyer de Azevedo nasceu em Santa Maria Madalena (RJ) no dia 22 de dezembro de 1899, filho de Manuel Fernandes de Azevedo, farmacêutico, e de Aurora Gwyer de Azevedo.

Estudou até 1917 em regime de internato no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sentou praça em março do ano seguinte, ingressando na Escola Militar do Realengo, também no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante a oficial da arma de infantaria em janeiro de 1922.

Promovido a segundo-tenente em abril desse último ano, participou em São Paulo da Revolta de 5 de julho de 1924, irrompida concomitantemente em Sergipe e no Amazonas, onde foi dominada rapidamente. Em São Paulo, contudo, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, os rebeldes conseguiram o controle da cidade. Comissionado no posto de major, Gwyer Azevedo, além de comandar efetivos militares, teve atuação destacada na prisão do general Abílio Noronha, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM). Após três semanas dominando a capital, os rebeldes rumaram para o interior do estado. Em abril de 1925, no oeste do Paraná, esse grupo se juntaria ao contingente revolucionário que sublevara em outubro do ano anterior unidades militares no Rio Grande do Sul, constituindo a partir daí a Coluna Prestes.

Ainda em 1924, Gwyer de Azevedo deixou o Brasil, buscando o exílio em Lisboa, onde se empregou como administrador de uma quinta. De volta ao Brasil em 1929, foi preso em setembro desse ano e condenado a dois anos de reclusão. Com a deflagração do movimento revolucionário dirigido pela Aliança Liberal em 3 de outubro de 1930, fugiu da unidade militar onde cumpria pena, no bairro carioca de São Cristóvão, juntou-se aos efetivos revolucionários e foi novamente comissionado no posto de major. À frente de uma coluna, seu contingente foi o primeiro a invadir o Rio de Janeiro, saindo do norte do estado. Com a vitória do movimento, selada com a deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro de 1930, foi anistiado e no mês seguinte recebeu a promoção a primeiro-tenente, retroativa a setembro de 1924.

Integrou o Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931 para congregar as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930. Promovido a capitão em outubro de 1931, exerceu a partir de dezembro o cargo de secretário de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro, durante a interventoria do comandante Ari Parreiras. Integrou os efetivos legalistas que combateram a Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo em julho de 1932. Comissionado no posto de tenente-coronel, organizou um batalhão que operou na serra da Mantiqueira e em Campinas (SP). Em outubro de 1932 o movimento foi derrotado. Em dezembro desse último ano participou, juntamente com César Tinoco, Cristóvão Barcelos e Alípio Costallat, da organização do Partido Socialista Fluminense (PSF). Logo em seguida, contudo, desligou-se da agremiação com Cristóvão Barcelos para organizar a União Progressista Fluminense (UPF). Em janeiro de 1933 deixou a Secretaria de Viação e Obras Públicas e em maio elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na

legenda da UPF. Empossado em novembro de 1933, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato estendido até maio de 1935. Foi eleito em seguida vereador em Campos (RJ), cuja prefeitura ocuparia interinamente. Exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país.

Subcomandante do 16º Batalhão de Caçadores (16º BC), sediado em Cuiabá, de dezembro de 1937 a março de 1939, foi promovido a major em maio desse último ano. Dois meses depois passou a servir como subcomandante do 17º BC em Corumbá (MS), então no estado de Mato Grosso, onde permaneceu até novembro de 1940. De fevereiro a dezembro do ano seguinte chefiou a 23ª Circunscrição de Recrutamento em João Pessoa. Em seguida foi transferido para Ouro Preto (MG), onde serviu no 10º BC. Em dezembro de 1944 foi promovido a tenente-coronel e em fevereiro de 1946, já após o fim do Estado Novo, passou para a reserva.

Faleceu em 1970.

Publicou *Os militares e a política* (1926).

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETULIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Cronologia da Assembléia*; GODINHO, V. *Constituintes*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1944); SILVA, H. 1922.

AZEVEDO, Henrique Pena de

*dep. fed. AM 1906-1911.

Henrique Pena de Azevedo nasceu em Manaus no dia 20 de janeiro de 1854.

Comerciante e coronel da Guarda Nacional, foi juiz municipal de 1876 a 1880. Ainda sob o Império, militou no Partido Republicano, mas filiou-se depois ao Partido Liberal, do qual foi um dos diretores até 1889. Em 1882 elegeu-se deputado provincial no Amazonas. Quatro anos mais tarde, passou a exercer o cargo de primeiro juiz de paz. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, perdeu o mandato de deputado provincial e, no ano seguinte, foi exonerado do cargo de primeiro juiz de paz.

De janeiro a março de 1891 foi superintendente municipal de Manaus. Em 1901 foi eleito deputado estadual no Amazonas e exerceu o mandato até 1903. Em 1906 foi eleito deputado federal. Assumindo em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1909 e permaneceu no Legislativo até dezembro de 1911, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. De regresso a Manaus, voltou a exercer o cargo de superintendente da capital amazonense.

Faleceu em 1914.

Inoã Pierre Carvalho Urbinat

FONTES: ABRANCHES, J. *Congressos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros..*

AZEVEDO, Joaquim Caraciolo Peixoto de

*dep. fed. MG 1895-1899.

Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo nasceu em Minas Gerais.

Ingressou na política ao ser eleito deputado federal por Minas Gerais em 1895. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 10 de maio do mesmo ano, e foi reeleito para a legislatura seguinte, permanecendo no Legislativo federal até 31 de dezembro de 1899.

Em 18 de julho de 1913 foi designado comandante superior interino da Guarda Nacional de Mato Grosso, estado no qual faleceu.

Era casado com Emília Amarante.

.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: BARBOSA, W. *História* ; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; HORTA, C. *Famílias*; NOGUEIRA, G. *Genealogia*; VASCONCELOS, D. *História* ; VEIGA, J. *Revista*..

AZEVEDO, José da Costa

*militar; dep. geral AM 1878-1881; min. Mar. 1889; sen. AM 1894-1897 e 1903-1904.

José da Costa Azevedo, futuro *barão de Ladário*, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 30 de novembro de 1823, filho de José da Costa Azevedo. Seu pai foi um renomado cientista e desenvolveu projetos na área de educação. Seu tio-avô, também homônimo, era frade; foi professor do Seminário de Olinda (PE) e depois da Academia Militar do Rio de Janeiro.

Estudou matemática e ciências físicas na Escola da Marinha no Rio de Janeiro, tornando-se oficial da Marinha de Guerra. Em 1853, como capitão-tenente da Armada, era membro da Comissão de Limites no Rio Grande do Sul. Em 1855 fundou nessa província o jornal *O Povo*, que defendia a posição do liberalismo dito “histórico”. Em 1860, já como capitão de fragata, dirigiu trabalhos hidrográficos no Norte do país a fim de esclarecer a Comissão de Limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Auxiliou também a Comissão de Limites do Brasil com o Peru. Chefiou a Esquadra brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870) e foi condecorado com o título de barão de Ladário.

Membro do Partido Liberal do Império, foi eleito deputado geral pelo Amazonas e exerceu seu mandato de 1878 a 1881. Foi o último ministro da Marinha do Império, tendo exercido o cargo no Gabinete Ouro Preto. Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, reagiu ao movimento e ficou gravemente ferido. Foi socorrido pelo próprio marechal Deodoro da Fonseca, que liderou o golpe de Estado.

No período seguinte, participou ativamente dos estudos sobre as fronteiras do Brasil com o Peru, Venezuela e Bolívia. Divergiu com vigor de Quintino Bocaiúva sobre a questão e também sobre o território de Palmas, que se encontrava em litígio com a Argentina em 1891.

Em 1894 foi eleito senador pelo Amazonas, na vaga aberta com a morte do senador Joaquim Leovigildo Coelho em outubro do ano anterior. Exerceu seu mandato até 1897 e voltou a ser eleito em 1903. Sua indicação para o Senado foi uma imposição do senador gaúcho e líder nacional José Gomes Pinheiro Machado, em oposição à indicação de Antônio Bittencourt feita pelo governador amazonense Silvério Nery com a aprovação do

Partido Democrata. Sua eleição foi confirmada por um parecer da Comissão dos Cinco, responsável pela divulgação dos eleitos. Esse parecer foi submetido à votação no plenário do Senado, e após dois empates, só na terceira tentativa, e por apenas um voto de diferença, foi aprovado. Assumiu assim sua cadeira no Senado em maio de 1903, e foi designado membro da Comissão de Marinha e Guerra. Faleceu em 24 de outubro de 1904, no exercício do mandato.

Publicou várias cartas hidrográficas levantadas para subsidiar comissões de limites, além dos artigos “Investigação astronômica: memória científica acerca da longitude da torre do Arsenal da Marinha de Pernambuco” (*Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*) e “A questão das missões estudada à luz dos documentos: esclarecimentos para os membros do Congresso” (*Correio do Povo*, 1891).

Alan Carneiro

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1904&li=23&lcab=1894-1896&lf=23>. Acesso em: 18/9/08).

AZEVEDO, José de Castro

*dep. fed. AL 1930.

José de Castro Azevedo nasceu em Coruripe (AL) no dia 9 de junho de 1890, filho de Manuel Antônio de Azevedo e de Possidônia de Castro Azevedo.

Estudou em sua cidade natal e, depois, em Maceió, no Colégio do Professor Luís Carlos de Sousa Neto e no Liceu Alagoano, entre outros. Formou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1910.

Foi juiz municipal do Porto Real do Colégio, secretário do Interior e também da Fazenda no governo Fernandes Lima (1920-1922), voltando a ocupar esse último cargo no governo de Osman Loureiro. Foi deputado estadual nas legislaturas 1917-1918, 1925-1926 e 1927-1928, e deputado federal de maio a outubro de 1930, quando a revolução que trouxe Getúlio Vargas ao poder determinou o fechamento de todos os órgãos legislativos do país. De volta a seu estado, foi membro da Assembleia Constituinte estadual, exercendo o mandato de 1935 a 1937, quando mais uma vez os órgãos legislativos foram fechados, agora por força do golpe do Estado Novo.

A Usina Coruripe, que fundou em 2 de fevereiro de 1925, em 1941 foi vendida ao Grupo Tércio Wanderley.

Foi também prefeito de Coruripe, membro do Conselho Administrativo do Estado, da comissão executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) – como delegado do Ministério da Viação e Obras Públicas –, e consultor jurídico do mesmo IAA. Foi ainda membro da comissão diretora do Partido Economista Democrático de Alagoas e assessor-técnico da Confederação Nacional da Indústria. Diretor do *Jornal de Alagoas*, também exerceu o jornalismo no Rio de Janeiro, trabalhando no *Correio da Manhã*, onde escrevia sobre economia e finanças e publicava artigos assinados como José de Castro. Vivendo no Rio de Janeiro, foi um dos membros da direção da União Democrática Nacional (UDN) local.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de julho de 1955.

Publicou *O Tribunal Superior e a Constituição de Alagoas* (1922), As recepções do

Instituto, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA)* (1924), e diversos artigos na imprensa.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

AZEVEDO, MÍLTON PEREIRA DE

*militar; rev. 1930; interv. SE 1941-1942.

Milton Pereira de Azevedo nasceu em Aquidabã (SE) no dia 25 de março de 1907, filho de José Pereira de Oliveira.

Sentou praça em março de 1925, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de onde saiu aspirante em janeiro de 1929. Passando a servir no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC) da 6ª Região Militar (6ª RM), sediada na Bahia, em julho de 1929 foi promovido a segundo-tenente. No mês seguinte foi nomeado membro da Comissão Examinadora de Tiros de Guerra no interior da Bahia. Transferido para o 28º BC, em Aracaju, ainda em dezembro de 1929, em agosto do ano seguinte assumiu o comando da Companhia de Metralhadoras Mistas.

Participou da Revolução de outubro de 1930, comissionado no posto de tenente-coronel pelas forças revolucionárias do Norte do Brasil. Durante o governo do interventor Augusto Maynard Gomes (1930-1935), tomou parte na perseguição no interior de Sergipe ao grupo de cangaceiros liderados por Lampião. Nesse período foi promovido a primeiro-tenente em fevereiro de 1931. Em janeiro do ano seguinte tornou-se ajudante do estado-maior do 28º BC. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, no mês de julho de 1932, embarcou com seu batalhão para Barra Mansa (RJ), onde se incorporou às forças legalistas, comandadas pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. As tropas revolucionárias foram derrotadas em outubro de 1932.

De volta a seu estado, em julho de 1933 ocupou o posto de ajudante do 28º BC e em fevereiro do ano seguinte assumiu o comando da 3ª Companhia do batalhão. Nomeado instrutor de infantaria da Escola Militar do Realengo em julho de 1934, matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro em agosto desse mesmo ano. Promovido a capitão ainda em outubro de 1934, retornou ao 28º BC como comandante da 1ª Companhia em fevereiro de 1935. Em dezembro teve sua transferência solicitada ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor de Sergipe Erônides de Carvalho, sob a alegação de não ser elemento de confiança do governo. O pedido, contudo, não foi atendido, e Milton Pereira de Azevedo foi lotado em fevereiro do ano seguinte no estado-maior do batalhão. Em maio de 1939, já após a instauração do Estado Novo (10/11/1937), foi novamente nomeado instrutor de infantaria da Escola Militar e em junho passou a auxiliar de comandante do corpo de cadetes.

Em fevereiro de 1940 matriculou-se na Escola de Armas e em outubro desse mesmo ano foi nomeado adjunto de direção de manobras do Curso de Infantaria. Em dezembro seguinte, estando à disposição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, exerceu a função de instrutor da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Nomeado interventor federal em Sergipe, sucedeu a Erônides de Carvalho em julho de 1941. Permaneceu no cargo até março de 1942, quando foi substituído por Augusto Maynard Gomes. Foi promovido a major em dezembro do ano seguinte e a tenente-coronel em setembro de 1950. Em setembro de 1952 passou para o quadro suplementar geral e de abril a outubro do ano seguinte foi adido à Diretoria Geral de Pessoal. Nesse período, foi incurso no artigo 237 do Código Penal Militar, referente ao favorecimento, por parte de

comandantes, da prática de atos contra a administração militar, e respondeu a um processo-crime como coparticipante das atividades subversivas ocorridas na 6ª RM. Retornou como adido do 28º BC da 6ª RM em outubro de 1953. Em março do ano seguinte foi nomeado chefe de uma sessão da Divisão de Mobilização da Diretoria Geral de Engenharia do Distrito Federal.

Em março de 1955 foi promovido a coronel e em julho desse mesmo ano transferiu-se para o Quartel-General da 6ª RM, até que em maio do ano seguinte foi nomeado chefe do estado-maior dessa RM. Chefe de gabinete da Diretoria de Instrução do Exército do Distrito Federal em dezembro de 1957, a partir de novembro do ano seguinte integrou também a Diretoria de Ensino e Formação. Ocupou a chefia de gabinete da Diretoria do Pessoal da Ativa do Distrito Federal em abril de 1960. Em maio do ano seguinte foi transferido para o Quartel-General da 4ª RM, sediada em Juiz de Fora (MG), que passou a chefiar em junho. Assumiu o comando do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) da 6ª RM, em outubro de 1962.

Faleceu no dia 2 de fevereiro de 1964.

FONTES: ARQ. PÚBL. EST. SE; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1950); POPPINO, R. *Federal*; WYNNE, J. *História*.

AZEVEDO, Miranda

* dep. fed. SP 1900-1901.

Augusto César de Miranda Azevedo nasceu em Sorocaba (SP) em 10 de outubro de 1851, filho de Antônio Augusto César de Azevedo e de Ana Eufrásia de Miranda.

Após concluir os cursos preparatórios no Rio de Janeiro, então capital do Império, ingressou na Faculdade de Medicina em 1869. No ano seguinte foi um dos signatários do Manifesto Republicano de Itu e tornou-se propagandista da República. Ainda jovem estudante, ganhou notoriedade como pioneiro na divulgação da teoria de Charles Darwin no Brasil. Em 1873 participou da criação da *Revista Médica* e em novembro de 1874 apresentou sua tese de conclusão de curso à cadeira de higiene da Faculdade de Medicina. Em 1875, ainda no Rio de Janeiro, casou-se com Angelina Fomm e começou a clinicar. Entre o fim desse ano e início do seguinte participou das Conferências Populares da Glória, em que apresentou sete conferências sobre o darwinismo, reacendendo a polêmica em torno do evolucionismo, em especial com a Igreja Católica e os criacionistas. Foi também diretor do jornal *A República* e enviou crônicas políticas, literárias e noticiosas para o jornal *A Província de S. Paulo*.

De volta a São Paulo em 1878, viveu em Guaratinguetá por três anos, depois em Cruzeiro, e finalmente estabeleceu-se na capital. Sanitarista, em 1888 realizou importante trabalho no combate à febre amarela junto com o médico Domingos Freire, e no ano seguinte, com a colaboração do engenheiro italiano Samuel Malfatti, apresentou um projeto para afastar a febre amarela da cidade de São Paulo através do saneamento da várzea do Carmo, considerada extremamente insalubre. Na defesa do projeto, destacou que a população não poderia se desenvolver ou evoluir física, moral e intelectualmente se as condições de higiene se mantivessem tão lastimáveis.

Foi só após a proclamação da República que ocupou cargos políticos, sem contudo abandonar a medicina. Foi eleito pela primeira vez para a Constituinte Estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), com mandato de 1891 a 1892. Ainda em 1891, ao

mesmo tempo em que foi eleito por seus pares presidente da Constituinte, assumiu a cadeira de higiene pública da Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1893 representou o Brasil no VIII Congresso Internacional de Higiene e Demografia, em Budapeste, em 1894 foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e de sua revista, e em 1895 participou da fundação da primeira Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, que em 1953 passaria a se chamar Academia de Medicina de São Paulo. Voltou à Câmara Estadual na legislatura 1896-1897, e exerceu ainda um terceiro e último mandato na legislatura 1899-1900. Nesse último ano participou da comissão que organizou o IV Congresso de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro.

Em sua passagem pelo Legislativo paulista, transformou suas antigas teses político-científicas em projetos de lei e temas de debate no plenário. Registrou sua preocupação com a educação e a higiene pública, e destacou-se nos trabalhos das comissões, em especial a de Saúde. Entre vários outros, apresentou um projeto de grande repercussão, que foi o de criação da Escola de Medicina de São Paulo, antiga aspiração sempre rejeitada no período Imperial. A escola foi criada em 1891, mas teve que aguardar 20 anos para ser instalada, após a aprovação da lei estadual nº 1.357, de 19 de dezembro de 1912, que a regulamentou sob o nome de Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Como deputado estadual, e mesmo fora do Legislativo, manifestou-se sobre os grandes embates políticos ocorridos após a proclamação da República: foi contra o golpe de estado de 3 de novembro de 1891, com o qual o presidente marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional; diante da renúncia de Deodoro em 23 de novembro, defendeu o governador de São Paulo, Américo Brasiliense, que foi levado a renunciar em dezembro seguinte; em 1893, simpatizou com a Revolta da Armada, contra Floriano Peixoto. Apoiou em 1894 a eleição de Prudente de Moraes para a presidência da República, embora, segundo declarou, “já estivesse separado dele por causa de sua política no governo do estado”, e defendeu a anistia aos combatentes do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina que participaram da Revolução Federalista em 1893-1895. Em 1897, passou à oposição ao presidente do estado Campos Sales (1º de maio de 1896 a 31 de outubro de 1897) e aliou-se

ao grupo dissidente do PRP. Pouco depois, em 1º de março de 1898, Campos Sales seria eleito presidente da República (1898-1902).

Em 1900 Miranda Azevedo conquistou seu último mandato, agora de deputado federal. Sua atuação na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, foi marcada por intervenções esporádicas, quase sempre em discursos longos, que abordavam os grandes temas políticos nacionais, sempre questionando e se contrapondo às políticas do presidente Campos Sales. O grupo dissidente do PRP, minoritário na Câmara, era composto por republicanos históricos como Alberto Sales, Américo de Campos, Pereira Barreto e Ribeiro de Mendonça, entre outros, que defendiam a descentralização do poder e ficaram conhecidos como os federalistas científicos de São Paulo.

Em pronunciamento realizado em 25 de janeiro de 1901, Miranda Azevedo criticou a forma pela qual o governo pretendia iniciar o pagamento das dívidas previstas no *funding-loan*, empréstimo realizado junto a banqueiros ingleses em 1898, já que, para atender aos compromissos assumidos, o presidente adotou política recessiva e impopular, com grande arrocho, desvalorização monetária e aumento de impostos. Criticou também outra pilastra do governo Campos Sales, a “política dos governadores”, que consistia na troca de apoio entre o presidente da República e os governantes estaduais e garantia a este último folgada e dócil maioria no Congresso Nacional. Ao final da legislatura, em dezembro de 1902, deixou a Câmara dos Deputados.

Faleceu em São Paulo no dia 2 de março de 1907.

À época de sua morte era vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Recebeu homenagens póstumas e, com a aproximação da comemoração do centenário da morte de Darwin, em 1982, tornou-se objeto da atenção de pesquisadores, por ser considerado pioneiro na divulgação do darwinismo no Brasil. A seu respeito destaca-se o livro de Terezinha Collichio, *Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil* (1988). Diversos fac-símiles de documentos produzidos por Miranda Azevedo podem ser encontrados na página do Acervo Histórico no Portal da Alesp:

http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ALONSO, A. *Idéias; Apóstolo* (25/06/1875); ASSEMB. LEGIS. SP. *Anais*(1891-1892, 1895-1899,1907); AZEVEDO, A. *Beriberi.*; AZEVEDO, A. *Darwinismo*; CÂM. DEP. *Anais* (1901,1902); CARULA, K. *Conferências*; CARULA, K. *Sociabilidade*; CARVALHO, J. *Conferências*; CID, M. *Aperfeiçoamento*; CID, M.; WAIZBORT, R. *Miranda*; COLLICHIO, T. *Miranda*; *Diário Oficial do Império* (n. 288 de 22/11/1874, n. 89 de 20/06/1875); DOMINGUES, H. *Evolucionismo*; DOMINGUES, H. ; SÁ, M. ; GLICK, T. *Recepção*; FONSECA, M. *Conferências*; FONTES, L.; HAGEN, S. *Tempos*; GLICK, T. *Positivismo*; GUALTIERI, R. *Evolucionismo*; *Jornal do Commercio* (13/06/1874, 18/04/1875, 06/05/1876); LOPES, M. *Brasil*; PAPAVERO, N. *Fritz*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (t.70, v.2, 1907. Atas das seções de 18/03/1907, 10/11/1907); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (v.12, 1907); SCHWARCZ, L *Espetáculo*.

AZEVEDO, Peixoto de

*dep. fed. MT 1894-1899.

Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo nasceu em Cuiabá no dia 4 de junho de 1848.

Foi funcionário público e guarda-livros. Durante o Império era filiado ao Partido Conservador, em cuja legenda foi eleito deputado provincial em Mato Grosso.

Com a instauração do regime republicano (15/11/1889), foi eleito deputado estadual em 1891 e participou da elaboração da primeira Constituição republicana de Mato Grosso. Em 1894 foi eleito deputado federal. Assumindo em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1897 e exerceu o mandato até dezembro de 1899.

Voltou a assumir uma cadeira de deputado estadual em Mato Grosso em 1908 e foi reeleito em 1912 e 1915. Foi presidente da Assembleia Legislativa, primeiro vice-presidente do estado e presidente do diretório regional do Partido Republicano Conservador (PRC).

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MENDONÇA, R. *História*.

AZEVEDO, Sandoval Soares de

*dep. fed. MG 1927-1930.

Sandoval Soares de Azevedo nasceu em Minas Gerais.

Ingressou na política ao ser eleito deputado federal por seu estado natal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 3 de maio de 1927. Reeleito em 1930, permaneceu na Câmara dos Deputados até 23 de outubro desse ano, quando teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; HORTA, C. *Famílias*; VASCONCELOS, D. *História*.